



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1841

Segunda-feira - 05 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Guarujá do Sul .....	163	Penha .....	337
Água Doce .....	3	Herval d'Oeste .....	165	Pinheiro Preto .....	338
Alto Bela Vista .....	11	Ibiam .....	167	Pomerode .....	339
Antônio Carlos .....	12	Ilhota .....	169	Ponte Serrada .....	390
Arabutã .....	13	Imarui .....	170	Porto Belo .....	391
Arroio Trinta .....	14	Imbituba .....	173	Porto União .....	392
Ascurra .....	15	Indaial .....	178	Pouso Redondo .....	404
Balneário Rincão .....	19	Iomerê .....	183	Presidente Castello Branco .....	410
Biguaçu .....	20	Ipumirim .....	184	Rio do Sul .....	411
Blumenau .....	22	Irineópolis .....	188	Salto Veloso .....	413
Bom Jesus do Oeste .....	31	Itá .....	190	Santa Rosa do Sul .....	418
Bom Retiro .....	32	Itapiranga .....	191	São Bento do Sul .....	420
Botuvera .....	36	Itapoá .....	192	São Carlos .....	425
Braço do Trombudo .....	37	Ituporanga .....	194	São Domingos .....	439
Brusque .....	109	Jacinto Machado .....	195	São João do Oeste .....	441
Caçador .....	111	Joaçaba .....	197	São José .....	442
Camboriú .....	120	Lages .....	205	São José do Cedro .....	445
Campo Alegre .....	121	Laguna .....	206	São Lourenço do Oeste .....	455
Canoinhas .....	125	Luzerna .....	207	São Miguel da Boa Vista .....	461
Capinzal .....	126	Maracajá .....	229	São Miguel do Oeste .....	462
Catanduvas .....	129	Maravilha .....	231	São Pedro de Alcântara .....	464
Caxambu do Sul .....	130	Marema .....	236	Schroeder .....	465
Chapadão do Lageado .....	132	Meleiro .....	239	Serra Alta .....	500
Cocal do Sul .....	134	Modelo .....	240	Sombrio .....	501
Concórdia .....	135	Monte Carlo .....	242	Sul Brasil .....	502
Coronel Martins .....	139	Morro da Fumaça .....	269	Tigrinhos .....	515
Corupá .....	140	Navegantes .....	270	Timbé do Sul .....	516
Curitibanos .....	142	Nova Trento .....	272	Timbó .....	517
Flor do Sertão .....	143	Novo Horizonte .....	322	Três Barras .....	519
Forquilha .....	144	Palhoça .....	327	Tunápolis .....	528
Fraiburgo .....	152	Palmitos .....	332	Videira .....	529
Garopaba .....	155	Papanduva .....	333	Vitor Meireles .....	535
Garuva .....	157	Passo de Torres .....	334	Xanxerê .....	603
Gaspar .....	158	Passos Maia .....	335		
Grão Pará .....	159	Paulo Lopes .....	336		

### Associações

AMUREL .....	607
--------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	608
CIGA .....	612
CIMCATARINA .....	613
CIMVI .....	615
CIS Nordeste .....	616
CISAMA .....	616

# Abdon Batista

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 83/2015**

EXTRATO CONTRATO Nº 83/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015

HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE NA COMUNIDADE DE COLONIA DO SÃO ROQUE DE ACORDO COM PROJETO.

CONTRATADO: M.A CONSTRUÇÕES -ME DE MARCOS AGOSTINI

VALOR: 13.056,00(treze mil e cinquenta e seis reais)

Abdon Batista, SC, 02 de outubro de 2015.

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 107/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 107/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR 058 DE 09 DE JUNHO DE 2009 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E QUADRO DE PESSOAL”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º. O Anexo II da Lei Complementar nº 058 de 09 de junho de 2009 passa a vigorar a seguinte alteração, mantendo-se os demais dispositivos já em vigor não modificados por esta lei:

#### ANEXO II

#### CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

CARGO / CE	CODIGO NIVEL	TOTAL DE VAGAS
Diretor do Departamento Financeiro	CC - 04	01

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 30 de setembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.376/2015

LEI Nº 2.376/2015 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento do Município de Água Doce, para o exercício de 2016 será elaborado e executado observando as diretrizes e objetivos estabelecidos nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

II - as metas físicas;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

## CAPÍTULO I

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são aquelas especificadas no Anexo I que integra esta Lei.

§ 1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e os Fundos Municipais e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 4º. Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação de crédito;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Art. 5º. A Lei Orçamentária para o exercício de 2016 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis

gerencialmente importante, identificando cada rubrica com Código de Destinação de Recursos, e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN 303/2005 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa (Adendo IV portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa, classificada até a modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Quadro Demonstrativo da Despesa- QDD (Planilha da Despesa) por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização dos projetos e atividades;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fontes, dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica, realizada nos dois últimos exercícios, fixada para o exercício corrente e a prevista para o exercício seguinte, conforme disposto no artigo 22 da Lei 4.320/64;

XII - Demonstrativo da estimativa de renúncia de receita.

§ 1º. Os fundos municipais terão orçamentos próprios.

§ 2º. O Quadro Demonstrativo da Despesa- QDD, de que trata o item IX deste artigo, fixará a despesa conforme disposto na Portaria nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo de Evolução da Receita, dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 e fixada para 2015 e 2016;

II - Quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

III - Quadro demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados até o exercício de 2014, identificando o estoque da Dívida Ativa;

IV - Quadro demonstrativo de Evolução da Despesa.

V - Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/14 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2015 e 2016.

VI - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro do último dia do mês imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VII - Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal por Poder e percentual de comprometimento em 2014 e previsão para 2015 e 2016.

VIII - Demonstrativo dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino.

IX - Demonstrativo dos recursos vinculados as ações públicas de saúde.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º. O orçamento para o exercício de 2016 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e os Fundos Municipais.

Art. 8º. As previsões de receita para o exercício de 2016, observarão as normas técnicas e legais, as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 9º. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo, não obrigatoriamente na ordem proposta:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com serviços extraordinários;

III - redução de até 20% das despesas com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV- redução dos investimentos programados.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implantação ou não do mecanismo de limitação de empenho, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles oriundos de desapropriações de relevante interesse público e aqueles oriundos de situações de emergência e calamidade pública.



§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12. O orçamento para o exercício de 2016, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme artigo 11 desta Lei.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 14. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras e o Desdobramento da Receita prevista em metas bimestrais de arrecadação.

Art. 15. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 16. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2016, serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial recreativo, cultural esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo Município.

§ 2º. Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 18. Para efeito do disposto no Art. 16, parágrafo 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público serão fixados na Lei Orçamentária para o exercício de 2016.

Art. 20. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão

orçadas para o exercício de 2016 a preços correntes.

Art. 22. A Lei Orçamentária para o exercício de 2016 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por decreto, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, as dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem, bem como alterar a programação da aplicação das fontes de recursos nela previstas.

Art. 23. A Lei Orçamentária para o exercício de 2016 poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício e o Superávit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações orçamentárias.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo I desta lei e alterações posteriores.

Art. 25. As destinações de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016.

Art. 27. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e ser autorizadas por lei específica.

Art. 28. A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de serviços extraordinários pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, Inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, não obrigatoriamente na sequência proposta:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados no elemento de despesa 3.3.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Água Doce, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art.14 Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 36. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. O Executivo Municipal enviará até o dia 15/11/2015, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 38. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 39. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 40. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, bem como com entidades públicas ou privadas, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados a Câmara de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

## LEI Nº 2.377/2015

LEI Nº 2.377/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“AUTORIZA PROCEDER A BAIXA DE BEM PATRIMONIAL CONSIDERADO FURTADO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce –SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a baixa do bem patrimonial considerado furtado pelo Boletim de Ocorrência, registro: 00243-2015-00223, no Centro Educacional Municipal Marcelino Ivo Dalla Costa do Município de Água Doce, pertencente ao Patrimônio Municipal, conforme descrição:

CÓDIGO DO BEM DESCRIÇÃO DO BEM  
728 APARELHO DE SOM MINISYSTEN MARCA EXCESS

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce (SC), 30 de setembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.378/2015

LEI Nº 2.378/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo

serão para compra de veículos para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE	
4.4.90.00.0.1.0088.0/5 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 43.800,00	
TOTAL .....	
.....R\$ 43.800,00	

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0088 - Recursos de Alienação de Veículos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.379/2015

LEI Nº 2.379/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.0.1.0000.0/4 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.00.0.1.000.0/4 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 7.000,00	
TOTAL .....	
.....R\$ 7.000,00	

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETTI e Outros	
3.1.90.00.0.1.0000.0/31 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 7.000,00	

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.380/2015

LEI Nº 2.380/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 201.832,25 (duzentos e um mil e oitocentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para pagamento: parte folha de pagamento PSF- Programa Saúde da Família, material consumo, serviços, equipamentos, adequações e compra de veículos para o Fundo Municipal de Saúde de Água Doce e Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE	
4.4.90.00.0.3.0066.0/63 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 56.245,63	
4.4.90.00.0.3.0673.0/64 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 67.000,00	

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.00.0.3.000.0/65 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 1,81	

10.302.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
3.1.90.00.0.3.0673.0/66 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 19.000,00	
3.3.90.00.0.3.0665.0/62 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 34.561,16	

10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CAPS/SC	
4.4.90.00.0.3.0023.0/67 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 22.000,00	

10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.3.90.00.0.3.0066.0/58 Aplicações Diretas .....	
..... R\$ 3.023,65	
TOTAL .....	
.. .....R\$ 201.832,25	

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro

do exercício de 2014 verificado nas rubricas: 0.1.0064-Recursos PMAQ, 0.1.0000-Recursos Ordinários, 0.1.0066 - Recurso Projeto Paz no Trânsito, 0.1.0043 Recursos C0-Financiamento, 0.1.0023 – CAPS Federal e 0.1.0066 Recursos Vigilância em Saúde e Visa.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.381/2015

LEI Nº 2.381/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”  
NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 3.100,80 (três mil e cem reais e oitenta centavos) para o Fundo Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária).

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para compra de parte de equipamentos para o Fundo Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária).

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 4.4.90.00.0.1.0678.0/68 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
4.4.90.00.0.1.0678.0/68 Aplicações Diretas .....	R\$ 3.100,80
TOTAL ... ..	R\$ 3.100,80

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	
10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.3.90.00.0.1.0678.0/43 Aplicações Diretas .....	R\$ 3.100,80
TOTAL .....	R\$ 3.100,80

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.382/2015

LEI Nº 2.382/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 20.395,32 (vinte mil e trezentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo serão para pagamento parte de veículos e equipamentos, para o Fundo Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE	
4.4.90.00.0.1.0636.0/69 Aplicações Diretas .....	R\$ 7.254,37
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
4.4.90.00.0.1.0637.0/70 Aplicações Diretas .....	R\$ 13.140,95
TOTAL .....	R\$ 20.395,32

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do excesso de arrecadação verificado nas rubricas: 0.1.0636 - Recursos de Vigilância Sanitária e 0.1.0637 – Piso Fixo Vigilância e Promoção da Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### REGULAMENTO DO 6º CONCURSO FOTOGRÁFICO ÁGUA DOCE SOB UM NOVO FOCO

#### REGULAMENTO

#### 1. DO OBJETIVO

A Prefeitura de Água Doce através do Departamento de Turismo da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, está promovendo a 6ª edição do Concurso Fotográfico – Água Doce sob um novo foco. Esse concurso tem como intuito revelar e divulgar as belezas de Água Doce, bem como, contribuir no fomento à atividade turística.

#### 2. DAS CATEGORIAS

O Concurso Fotográfico – Água Doce sob um novo foco prevê somente a categoria fotógrafo amador. Para fins desse concurso, designa-se como fotógrafo amador todo aquele que não faz uso da fotografia como profissão, ou seja, que não possui renda proveniente dessa atividade. Ressalta-se que o uso de equipamentos de uso profissional para a captação de imagens para esse concurso, não caracteriza



o autor como fotógrafo profissional.

### 3. DO TEMA

A 6ª edição do Concurso Fotográfico – Água Doce sob um novo foco traz como temática única: “Criatividade”.

Propõe-se com esse tema, desafiar os fotógrafos amadores a captarem imagens de locais populares de Água Doce - que podem ser tanto da área urbana quanto rural - sob ângulos inusitados, ou seja, com enfoques diferenciados.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1 A inscrição será efetivada mediante a remessa de 01 (uma) ou mais reproduções do(s) trabalho(s) para o local determinado nesse regulamento.

4.2 Não serão aceitas fotografias exclusivamente em mídias eletrônicas (CD, pendrive, etc.).

4.3 Cada fotógrafo poderá inscrever um número ilimitado de fotos, sendo que somente um dos trabalhos poderá ser premiado.

4.4 A(s) fotografia(s) deve(m) ser inédita(s), não podendo ser cópia ou adaptação de fotos já existentes.

4.5 As fotografias impressas não serão devolvidas, sendo que posteriormente serão expostas em eventos municipais.

4.6 A(s) fotografia(s) deve(m) conter no verso etiqueta adesiva com o título da obra e indicação do local de Água Doce onde a mesma foi feita. Juntamente com a(s) foto(s) impressas, deverão ser entregue(s) o(s) arquivo(s) em mídia eletrônica (CD ou pendrive) além da ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada pelo autor.

4.7 A ficha de inscrição poderá ser retirada no Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Água Doce, localizado junto à Casa da Cultura Maria Imaculada Brunner Beal, ou no site [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br). Não será cobrada taxa de inscrição.

4.8 A(s) fotografia(s) e a ficha de inscrição deverão ser entregues no Departamento de Turismo, até o dia 23 de outubro de 2015, no seguinte endereço:

Casa da Cultura Maria Imaculada Brunner Beal

Departamento de Turismo

Rua XV de Novembro, 311 – Centro

Água Doce – SC

CEP: 89654-000

Horário: Segunda à sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min

4.9 Para as inscrições realizadas mediante envio pelos Correios será considerada a data de postagem igual ou anterior ao dia 23 de outubro de 2015.

4.10 A fotografia não deve ser enviada com clipes ou grampos.

4.11 A Prefeitura de Água Doce reserva-se o direito de publicação e divulgação das fotografias. A inscrição no concurso implica a cessão de uso dos trabalhos à Prefeitura de Água Doce, sem qualquer tipo de ônus, assegurada à divulgação da autoria e o reconhecimento dos devidos créditos.

4.12 O concurso é aberto a todos os públicos, moradores de Água Doce ou não, sendo que menores de idade deverão encaminhar autorização dos pais ou responsáveis, a qual pode ser retirada no Departamento de Turismo ou no site [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

4.13 Serão desclassificados os trabalhos que não estiverem de acordo com as especificações descritas nos itens anteriores.

### 5. DAS ESPECIFICAÇÕES

5.1 Tamanho: 20x30cm. Fotografias que estejam em desacordo com o tamanho solicitado serão desclassificadas;

5.2 A fotografia deverá ser fosca e não possuir borda;

5.3 A fotografia poderá ser colorida, sépia ou preta e branca;

5.4 Não serão aceitas fotografias em formato macro, bem como, fotos com algum tipo de manipulação.

### 6. DOS PRAZOS

Os prazos para o 6º Concurso Fotográfico – Água Doce sob um novo foco são os seguintes:

Inscrições	05/10/15 a 23/10/15
Avaliação do júri técnico	30/10/15
Divulgação da avaliação do júri técnico	03/11/15
Votação popular	04/11/15 à 16/11/15
Divulgação da votação popular	16/11/15
Divulgação do resultado final do Concurso Fotográfico	16/11/15
Premiação dos vencedores do Concurso Fotográfico	22/11/15

### 7. DA AVALIAÇÃO

7.1 A seleção das fotografias será realizada por um Júri Técnico formado por 03 (três) avaliadores especializados e nomeados sem ônus para a Prefeitura de Água Doce.

7.2 Critérios de avaliação:

.Estética;

.Qualidade fotográfica;

.Consonância com o tema: “Criatividade”.

7.3 Para cada imagem inscrita, o Júri Técnico estará atribuindo notas de 0 a 10 (com duas casas decimais). Posteriormente será calculada a média por critério, seguida pela média geral, que representará a nota final. As fotografias que alcançarem melhor pontuação serão as classificadas no concurso.

7.4 Em caso de empate, o valor do prêmio será dividido entre os participantes.

7.5 A avaliação do Júri Técnico das fotografias inscritas será realizada no dia 30 de outubro de 2015, às 19 horas, nas dependências da Casa da Cultura Maria Imaculada Brunner Beal. A avaliação é aberta ao público.

### 8. DA VOTAÇÃO POPULAR

8.1 Para a participação na votação popular, cada fotógrafo deverá optar por um trabalho dentre as fotografias inscritas. Após a escolha, o mesmo deve preencher com o título da foto o campo específico da Ficha de Inscrição denominado “Votação Popular”.

8.2 Participarão da Votação Popular somente as fotografias dos autores não selecionados pelo Júri Técnico.

8.3 Para a realização da Votação Popular utilizar-se-á a página oficial do Departamento de Turismo na rede social Facebook: Turismo - Água Doce, Santa Catarina, Brasil. Nessa página serão publicadas as fotografias participantes, sendo que as 5 (cinco) imagens que receberem maior número de “Curtir”, serão as fotografias eleitas.

8.4 Em caso de duas ou mais fotografias receberem o mesmo número de “Curtir”, o valor do prêmio será dividido entre os participantes.

8.5 A votação popular na página do Facebook estará aberta no período do dia 04/11/15 até às 16 horas do dia 16/11/15.

8.6 Qualquer pessoa poderá votar nas fotografias que concorrem à Votação Popular, seja essa residente ou não no município de Água Doce, da mesma forma que essa poderá conceder seu voto a quantas fotografias desejar.

### 9. DOS IMPEDIMENTOS

É vedada a participação de membros da Comissão Organizadora e Júri Técnico, bem como, familiares de 1º (primeiro) grau desses.

### 10. DA PREMIAÇÃO

10.1 As melhores fotografias de cada modalidade (Júri técnico e Votação popular) receberão prêmios em dinheiro, conforme sua classificação.

10.2 Os prêmios serão custeados com recursos oriundos da Administração Municipal, sendo que cada ganhador receberá o valor líquido (com retenção de Imposto de Renda) conforme regulamenta o art. 676 do Decreto Federal nº. 3000, de 26 de março de 1999.

Prêmio	Valor bruto	Valor líquido (com retenção de IR)
1º lugar - Júri técnico	R\$650,00	R\$500,00
2º lugar - Júri técnico	R\$520,00	R\$400,00
3º lugar - Júri técnico	R\$390,00	R\$300,00
4º lugar - Júri técnico	R\$260,00	R\$200,00
5º lugar - Júri técnico	R\$130,00	R\$100,00
1º lugar - Votação popular	R\$650,00	R\$500,00
2º lugar - Votação popular	R\$520,00	R\$400,00
3º lugar - Votação popular	R\$390,00	R\$300,00
4º lugar - Votação popular	R\$260,00	R\$200,00
5º lugar - Votação popular	R\$130,00	R\$100,00
Valor total da premiação	R\$3.900,00	R\$3.000,00

10.3 A entrega da premiação acontecerá paralela ao evento "Arte da Casa - Feira de Arte e Artesanato de Água Doce", a ser realizado:

.Data: 22 de novembro de 2015

.Horário: 13h30min

.Local: Pavilhão da Igreja Nossa Senhora da Paz, localizado na Praça João Macagnan, Centro de Água Doce.

#### 11. DOS RESULTADOS

11.1 Os resultados serão publicados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Água Doce ([www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)) e também na página oficial do Departamento de Turismo na rede social Facebook (Turismo - Água Doce, Santa Catarina, Brasil), conforme cronograma apresentado no item 6 desse regulamento.

11.2 Os vencedores desse concurso serão comunicados do resultado por intermédio de telefone ou e-mail.

#### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As decisões do Júri Técnico serão irrecorríveis, soberanas e finais;

12.2 O ato da inscrição implica a aceitação total do presente regulamento;

12.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do 6º Concurso Fotográfico – Água Doce sob um novo foco.

Água Doce, 30 de setembro de 2015.

#### RESOLUÇÃO Nº 004/2015 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 004/2015 - DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

"ALTERA ARTIGOS DA RESOLUÇÃO 003 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015 QUE DISCIPLINA O PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO DE ÁGUA DOCE".

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E JUSTIÇA, no uso de suas atribuições:

Considerando que faz-se necessário alterar artigos da resolução 003 de 30 de setembro de 2015 que disciplina sobre o processo eleitoral e informar a respeito da votação e apuração dos votos para conselheiros tutelares;

Resolve:

Art.1º. O artigo 11, 15 e 26 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.11 No dia da votação, sem prejuízo do que foi dito acima, membros da mesa receptora deverão ter a cautela de assinar as cédulas de votação, se possível na presença dos fiscais dos candidatos, e entregá-las ao eleitor;

Art. 15 A mesa receptora deverá Registrar em ata as intercorrências; Registrar em ata o horário em que o promotor e os fiscais do Ministério Público visitaram a seção de votação; Se houver necessidade de inutilização de cédulas de votação por erro do eleitor que solicitar nova cédula, registrar esse fato em ata e guardar a cédula inutilizada em separado, nela grifando a expressão "INUTILIZADO" ou similar; Fazer com que cada eleitor assine a lista de votantes, para que o número de votos corresponda ao número de eleitores que assinarem a lista de votantes. Se algum eleitor deixar de assinar, registrar o motivo em ata.

Art. 26 Por fim, concluída a apuração da urna, os votos serão colocados em envelope ou caixa a ser lacrada, que será entregue à Comissão Especial, juntamente com a planilha de totalização, para armazenamento em local seguro (a ser previamente definido), até o momento em que não houver mais recursos a serem julgados, inclusive eventuais demandas judiciais que questionem a legalidade do pleito.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 02 de outubro de 2015

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI

Presidente do CMDCA



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.070 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, DESIGNA SEUS MEMBROS E SUAS COMPETÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Coordenadora do Campeonato Municipal de Futsal, do município de Alto Bela Vista, para a edição de 2015.

Art. 2º. Ficam designadas as seguintes pessoas para comporem a Comissão Coordenadora do Campeonato Municipal de Bochas:

I – Decio Grätner, Vice-Prefeito municipal, que será o presidente;

II – Mirian Schneider, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Educação e Esportes;

III – Bruno Henrique Hübner, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Esportes;

IV – Grei Simara Berno Schwingel, ocupante do cargo em comissão de Encarregado de Unidade Escolar;

V – Carlos Alberto Maltauro, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos e Obras;

VI – Marcelo Contessoto, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo.

Art. 3º. As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão são as seguintes:

I – Elaborar e apresentar o regulamento geral da competição;

II – Definir a forma de disputa da competição;

III – Elaborar a tabela de jogos, com a definição das datas e mandos de jogo;

IV – Definir a premiação do campeonato, as equipes vencedoras;

V – Deliberar sobre a criação de uma Comissão Disciplinar entre os representantes das equipes participantes do campeonato.

Art. 4º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos, sendo que o seu mandato coincidirá com a duração do campeonato Municipal de Futsal de 2015.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista (SC), em 30 de Setembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva  
Responsável pelas Publicações

### PORTARIA Nº 126 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, JULIANA VALERIA LERMEN STECKLING, ocupante de dois (2) cargos efetivos de PROFESSOR II - 20 HORAS, no período de treze (13) dias, a contar de 28 de setembro de 2015, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Álvaro Petracco CREMERS 7.820.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município por treze (13) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 29 de setembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando a aquisição de cestas básicas concedidas aos servidores públicos municipais, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 08h50, do dia 16 de outubro de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 9h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 01 de outubro de 2015.

Catia Tessmann Reichert  
Prefeita Municipal.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### PORTARIA 469/2015

PORTARIA Nº 469/2015.

Prorroga Contratação temporária.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA de FERNANDA PETRY KOERICH, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir de 02 de outubro de 2015 em substituição a KATIA TEREZINHA GOEDERT, de Licença Premio.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 05 de outubro de 2015.

### PORTARIA 470/2015

PORTARIA Nº 470/2015.

Prorroga Contratação temporária.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA de ANA CAROLINE KONS SPINDOLA, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir de 02 de outubro de 2015 em substituição a KATIA TEREZINHA GOEDERT, de Licença Premio.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 05 de outubro de 2015.

### PORTARIA 471/2015

PORTARIA Nº 471/2015.

Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidora KATIA TEREZINHA GOEDERT, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA – 40H, relativo ao período aquisitivo de fevereiro/2009 a fevereiro/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 05 de outubro de 2015.

### PORTARIA N 468/2015

PORTARIA Nº 468/2015.

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo nº 80 de Lei Municipal nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA, a servidora ROSILENE PINHEIRO DA PAZ SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 01 de outubro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 05 de outubro de 2015.

# Arabutã

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 39/2015**

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 071/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preços de equipamentos de proteção e segurança para os servidores públicos municipais, conforme itens do anexo I. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 08h do dia 22 de outubro de 2015, sendo que na mesma data, às 08h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br).

Arabutã/SC, 02 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

### **PROCESSO SELETIVO Nº. 007/2015**

ESTADO DE SANTA CARINA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ.

PROCESSO SELETIVO Nº. 007/2015

O Município de Arabutã (SC) torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto Processo Seletivo, para a admissão em caráter temporário, por tempo determinado, de profissionais das carreiras do Serviço Público Municipal (professor, agente de creche, auxiliar de sala e técnico em esportes), pelo período de 13 de outubro a 05 de novembro de 2015. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br). A Administração Municipal disporá de computador ligado à internet, para os interessados que não tenham acesso a esse serviço. Íntegra do Edital e outras informações no Centro Administrativo Municipal de Arabutã - SC, telefone (49) 3448-0048, e na internet nos sites [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br). Arabutã - SC, 02 de outubro de 2015 – Jackson Luiz Patzlaff – Prefeito Municipal.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1724

DECRETO Nº 1724, de 02 de outubro de 2015.

Institui Turno Único no Serviço Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído turno único contínuo de seis (6) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido no período compreendido entre as 6 (seis) horas e 12 (doze) horas, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º - O turno único instituído no artigo 1º deste Decreto vigorará a partir de 05 de outubro de 2015, pelo prazo de 06 (seis) meses.

Art. 3º - O turno único se aplica apenas às atividades da Secretaria de Infraestrutura, sendo que todos os demais setores não haverá alteração.

Art. 4º - Cessado o turno único, os servidores retornarão ao cumprimento da jornada de trabalho especificada em lei para seus cargos, cujo cumprimento ficará apenas suspenso temporariamente em decorrência deste Decreto.

Parágrafo único. A jornada de trabalho dos servidores definida em lei para seus cargos, não sofrerá qualquer alteração, ficando apenas dispensado seu integral cumprimento durante o período de turno único.

Art. 5º - Fica vedada, na vigência do turno único, a convocação para prestação de serviço extraordinário, ressalvados os casos de situação de emergência ou calamidade pública, pagando-se, nessa hipótese, apenas as horas excedentes à jornada de trabalho estabelecida para os cargos.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir da data prevista no art. 2º.

Arroio Trinta - SC, 02 de outubro de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2759, de 21/09/2015**

DECRETO Nº 2759, de 21 de Setembro de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 7.325,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2007	MANUTENÇÃO CONVENIO DE TRANSITO
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00031100	Convênio de Trânsito - Civil
Valor: ( 7.325,00 )	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2007	MANUTENÇÃO CONVENIO DE TRANSITO
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00031100	Convênio de Trânsito - Civil
Valor: ( 7.325,00 )	

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 21 de setembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito municipal

Publicado o presente Decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 21 de setembro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

**DECRETO Nº 2760, de 21/09/2015**

DECRETO Nº 2760, de 21 de Setembro de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 14.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013811	Transf - SUS/União - SAMU
	Valor: ( 14.000,00 )

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013811	Transf - SUS/União - SAMU
	Valor: ( 14.000,00 )

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 21 de setembro de 2015.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito municipal

Publicado o presente Decreto, na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 21 de setembro de 2015.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

### DECRETO Nº 2761, de 21/09/2015

DECRETO Nº 2761, de 21 de Setembro de 2015.  
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 73.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013810	Farmácia Básica - Federal
	Valor: ( 20.000,00 )
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA



05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00016704	Farmácia Básica - Estadual
	Valor: ( 53.000,00 )

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00013810	Farmácia Básica - Federal
	Valor: ( 20.000,00 )
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00016704	Farmácia Básica - Estadual
	Valor: ( 53.000,00 )

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 21 de setembro de 2015.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito municipal

Publicado o presente Decreto, na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 21 de setembro de 2015.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

## EDITAL CONCORRÊNCIA 35-2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 00035/2015 - PMA

OBJETO: Permissão de uso para exploração comercial junto a quiosque localizado na Praça Pública Municipal do Bairro Estação, neste Município, pelo período de 60 (sessenta) meses, que consiste na venda de lanches, doces, salgados, sorvetes, bebidas, tabacos e congêneres, na forma da lei nº 1265 de 26 de abril de 2012 e regulamentada pelo Decreto nº 2410/2012.

TIPO: MAIOR OFERTA.

REGIMENTO: Lei Federal n. 8.666 de 21/06/93, e demais alterações posteriores.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: até as 9h00min horas do dia 10 de novembro de 2015, no Departamento de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal, à Rua Benjamin Constant nº 221, neste município.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 9h00min horas do dia 10 de novembro de 2015 à Rua Benjamin Constant nº 221, neste município.

LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: no endereço acima citado, em dias úteis, das 08h: 00 às 11h: 00 e das 13h: 30 às 16h: 00 ou através do site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), no link compras e licitações.

Ascurra, em 2 de outubro de 2015.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 165, de 02/10/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 165, de 02 de Outubro de 2015.

ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o inciso VI do Art. 58 da Lei Complementar nº 117, de 19 de dezembro de 2011, passando a ter a seguinte redação:  
"Art. 58. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por:

(...)

VI - 04 (quatro) dias úteis, pelo falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filho, enteado e menor sob guarda ou tutela;

(...).

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 02 de Outubro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,  
Município de Ascurra em, 02 de Outubro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

## Balneário Rincão

### SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

#### EXTRATO CONTRATOS 45E46

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 045 /SAMAE/2015.; RJ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EIRELI EPP: a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de cinco painéis elétricos e projetos contendo todos os equipamentos necessários para o desempenhos das suas funções na estação de tratamento de água do Samae de Balneário Rincão, ASSINATURA: 16/09/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. HERNANE CRUZ MACHADO

CONTRATO Nº. 046/SAMAE/2015; CARRETRUCK PEÇAS, ACESSORIOS E SERVIÇOS LTDA ME: OBJETO Contratação de empresa do ramo pertinente, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva para a frota de veículos automotores do Samae durante o ano de 2015, ASSINATURA: 24/09/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio Jose Lino – Presidente e pela empresa a Sr. José Adilor Pavei

##### EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO nº 02 ao Contrato Nº. 033/SAMAE/2014; SANDRINI & BOTEGA LTDA, OBJETO: prorrogação do contrato por força do artigo 57 da Lei nº 8666/93 pelo período de 12 meses e reajuste de preços conforme parecer jurídico. ASSINATURA: 03/09/2015 ; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior – Presidente I e pela empresa o Sr. ANDERSON SANDRINE BOTEGA.

# Biguaçu

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 61/2015 \_ FMS

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES(MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO, PERFURADOR PNEUMÁTICO PARA CIRURGIA ORTOPÉDICA) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 05/10/2015, às 13h59min do dia 19/10/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 19/10/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (19/10/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (19/10/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu, a partir do dia 05/10/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 02 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira  
Secretário de Saúde

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2015 - FMS

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES(CARDIOVERSOR DESFIBRILADOR, MARCAPASSO CARDÍACO EXTERNO) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 06/10/2015, às 13h59min do dia 20/10/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 20/10/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (20/10/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (20/10/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu, a partir do dia 06/10/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal

de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 02 de outubro de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira  
Secretário de Saúde

### DECRETO Nº 171/2015

DECRETO Nº 171/2015 DE: 01 DE OUTUBRO DE 2015.  
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado na fonte de recurso 0.3.37.000081:

#### 19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênio	60.000,00
3.3.20.00/0.3.37.000081	Outras Despesas Correntes	60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de outubro de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO Nº 171/2015

DECRETO Nº 171/2015 DE: 01 DE OUTUBRO DE 2015.  
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado na fonte de recurso 0.3.37.000081:

#### 19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênio	60.000,00
3.3.20.00/0.3.37.000081	Outras Despesas Correntes	60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de outubro de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.162/2015

LEI Nº 8.162, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL PARA O PAGAMENTO DE CONTRAPARTIDAS DEVIDAS PELO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, PARA EXECUÇÃO DE PROJETO INSCRITO NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC2 – MOBILIDADE MÉDIAS CIDADES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 3.252.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil reais), observado o disposto no artigo 9º-S da Resolução CMN nº 2.827, de 30.03.2001, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.098, de 28.06.2012, ambas do Conselho Monetário Nacional, e as eventuais alterações posteriores, bem como as demais disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

§1º Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão aplicados no pagamento de contrapartidas devidas pelo Município de Blumenau em empréstimo obtido no âmbito do Programa PAC 2 – Mobilidade Médias Cidades, Operação de Crédito nº 0410520-66/13, junto à Caixa Econômica.

§2º Os recursos serão obrigatoriamente aplicados na finalidade prevista no §1º deste artigo, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º A operação de crédito autorizada por esta Lei será contraída observadas as seguintes condições:

I - amortização em até 96 (noventa e seis) meses, após o período de carência;

II - primeiro desembolso e prazo de carência de até 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura do contrato de financiamento;

III - encargos financeiros constituídos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 3,4% (três vírgula quatro por cento) ao ano, sendo destes, 2% (dois por cento) ao ano a título de remuneração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e 1,4% (um vírgula quatro por cento) ao ano a título de remuneração do agente financeiro Banco do Brasil, incidentes mensalmente no saldo devedor do contrato de financiamento.

Art. 3º Para pagamento do principal, juros, demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§1º No caso de os recursos do Município não se encontrarem

depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

§2º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para o pagamento do principal, encargos financeiros e as despesas a que se refere o caput deste artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Para o caso de haver garantia da União para a operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as receitas oriundas de cotas da repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do §4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 5º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 6º O orçamento do Município consignará, anualmente, o montante de recursos destinados à amortização ou pagamento de principal, juros, demais encargos financeiros e despesas decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 1.000/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.000, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ART. 8º DA LEI COMPLEMENTAR N. 125, DE 12 DE JULHO DE 1996, QUE RATIFICA TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU, A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE BLUMENAU E ANGELONI E CIA LTDA; CRIA PARQUE MUNICIPAL, REVOGA A LEI COMPLEMENTAR N. 96/95, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do art. 8º da Lei Complementar n. 125, de 12 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Fica denominado ‘Parque dos Animais Dra. Lúcia Sevegna-ni’, a área de terras localizada no centro leste do Município composto pelas seguintes glebas:

[...]”.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua



publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.001/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.001, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

REDUZ A CARGA HORÁRIA SEMANAL DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE DIGITADOR, INTEGRANTE DOS QUADROS SUPLEMENTARES DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU (SAMAE), QUE CONSTITUEM OS ANEXOS I-A E VII-A DA LEI COMPLEMENTAR N. 661, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica reduzida para 30 (trinta) horas semanais a carga horária do cargo de provimento efetivo de Digitador, categoria três, grupo ocupacional funcional, prevista nos Quadros Suplementares de Pessoal do Poder Executivo (sete vagas) e do SAMAE (uma vaga), que constituem, respectivamente, os Anexos I-A e VII-A da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, sem prejuízo vencimental dos titulares.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.128/2015**

PORTARIA Nº 19.128, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JEFFERSON JORGE DE SOUZA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO CEI "PROFESSORA MARLISE STRITTHORST THEIS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 365, de 24/09/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR,

a contar de 14 de setembro de 2015, o servidor público municipal JEFFERSON JORGE DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Professora Marlise Stritthorst Theis", concedendo-lhe a gratificação de 30% (trinta por cento) de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.129/2015**

PORTARIA Nº 19.129, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 256/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 02 de outubro de 2015:

CASSIO CELSO BALDIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EVELLY OLIVEIRA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.130/2015**

PORTARIA Nº 19.130, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPENSA FABIA DENISE DOMINGOS BAUMANN DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

a servidora pública municipal FABIA DENISE DOMINGOS BAUMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada no Gabinete do Prefeito - GAPREF, da função gratificada de confiança de Assessor da Junta de Serviço Militar, FGC-50%, concedida pela Portaria nº 16.867, de 12/04/2013, no dia 14 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.131/2015**

PORTARIA Nº 19.131, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA LAURIZE BARCELAR BASTOS PARA

O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

a servidora pública municipal LAURIZE BARCELAR BASTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada no Gabinete do Prefeito,  
para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor da Junta de Serviço Militar, FGC-50%, no dia 18 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.132/2015**

PORTARIA Nº 19.132, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS ANTONIO DA SILVA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO o servidor público municipal MARCOS ANTONIO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, a contar de 23 de setembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 5945/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 29.635/2015 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 29.635, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
228973	Alexandra Cabral de Oliveira	SEMUS	2015/1104	14/09/2015	25/09/2015
146951	Brasilina Batista Felix de Queiroz Zeferino	SEMUS	2015/1096	14/09/2015	13/10/2015
229310	Célia Nunes de Oliveira Filho	SEMED	2015/1118	14/09/2015	23/09/2015
209759	Claudia Eugenia de Oliveira	SEMUS	2015/1076	01/09/2015	15/09/2015
203742	Dorli Ida da Silva	SEMED	2015/1126	21/09/2015	19/11/2015
202940	Helena de Fátima dos Santos da Rosa Zen	SEMED	2015/1123	21/09/2015	27/09/2015
230123	Ismeria Deschamps de Borba	SEMED	2015/1099	29/09/2015	27/11/2015
229681	Josiane dos Santos Hoepers	SEMUDES	2015/1080	04/09/2015	03/10/2015
148040	Lucemir Schlinwein Leite	SEMED	2015/1108	14/09/2015	28/09/2015
80845	Mara Luzia da Silva Santos	SEMED	2015/1069	08/09/2015	08/10/2015
176508	Maria Mercia Ricardo Almeida	SEMUS	2015/1125	26/09/2015	24/11/2015

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
229700	Sílvia Rodrigues Bezarro	SEMUS	2015/1092	12/09/2015	20/09/2015
186970	Sueli Pereira	SEFAZ	2015/1102	15/09/2015	25/09/2015
230149	Sueli Ruckert	SEMED	2015/1129	17/09/2015	02/10/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 29.637/2015 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 29.637, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
225193	Ana Cíntia Mueller	SEMED	2015/1007	31/08/2015	29/10/2015
228363	Marcela Caroline de Almeida Resende	SEMUS	2015/1047	31/08/2015	29/09/2015
228157	Marilise Tribess Nazario	SEMUS	2015/1111	18/09/2015	18/10/2015
206393	Rosiane Moser Monteiro	SEMED	2015/1048	31/08/2015	25/09/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 142/2013**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 142/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. ALUISIO DEPINÉ.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CAPS II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-173/2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 5.557,24 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos), a contar de 20 de maio de 2015, totalizando o valor da locação em R\$ 66.686,88 (sessenta e seis mil seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

DATA: 10 de setembro de 2015.

#### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 143/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 143/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. VANDERLEI POFFO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 2.677, BAIRRO ÁGUA VERDE, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA AUGUSTO CÉSAR VIANA.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-092/14.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 8.893,39 (oito mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e nove) mensais, a contar de 1º de junho de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 106.720,68 (cento e seis mil setecentos e vinte reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 21 de setembro de 2015.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 147/2011**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI.

OBJETO: SERVIÇOS PARA COLETA, TRANSPORTE E ANÁLISE DE ÁGUAS DE RIOS E RIBEIRÕES E ANÁLISE DE EFLUENTES LÍQUIDOS, PARA FINS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 06-025/2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 22 de agosto de 2015 até 21 de agosto de 2016.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 64.112,62 (sessenta e quatro mil cento e doze reais e sessenta e dois centavos).

DATA: 13 de agosto de 2015.

**EXTRATO 8º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 196/2011**

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 196/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. GEORGE ALLAN MILCHERT.

OBJETO: LOCAÇÃO DE DUAS SALAS COMERCIAIS DE UM PRÉDIO DE ALVENARIA DESTINADAS AO FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO FISSURADO – NIAF.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-117/2011.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.700,84 (mil, setecentos reais e oitenta e quatro centavos) mensais, a contar do dia 21 de agosto de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 20.410,08 (vinte mil, quatrocentos e dez reais e oito centavos).

DATA: 21 de setembro de 2015.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 197/2014**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 197/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E

COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP – SA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO, SUSTENTAÇÃO/MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E, INTEGRAÇÃO COM SISTEMA DA PREFEITURA DE BLUMENAU, HOSPEDAGEM DO SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA SUPORTE DE USO E DE PROCEDIMENTOS

À COMUNIDADE EMPRESARIAL E SUPORTE AO USUÁRIO DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-166/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 23 de setembro de 2015 até 22 de setembro de 2016.

PREÇO: Renova o valor total pago à contratada em R\$ 775.979,04 (setecentos e setenta e cinco mil novecentos e setenta e nove reais e quatro centavos).

DATA: 11 de setembro de 2015.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 224/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 224/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. ALUISIO DEPINÉ.

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UMA) CASA DE ALVENARIA, SITUADA NA RUA JEAN ROMAIN BONNEMASOU, Nº. 70, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL, FARMÁCIA E UMA SALA PARA PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-200/2014.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.488,87 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos) mensais, a contar de 04 de agosto de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 29.866,44 (vinte e nove mil oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

DATA: 21 de setembro de 2015.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 228/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. WALTRAUDE CORDEIRO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO APROXIMADAMENTE 359,20M<sup>2</sup>, SITUADO NESTA CIDADE, À RUA CUBA, Nº 40, BAIRRO PONTA AGUDA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. ODILON DE CAETANO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-201/2014.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 3.981,63 (três mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos) mensais, a contar de 1º de setembro de 2015, totalizando o valor da locação em R\$ 47.779,56 (quarenta e sete mil setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

DATA: 21 de setembro de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 229/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 229/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CRUZ AZUL NO BRASIL.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Morada dos Manacás, localizado na Rua Mathias Bornhofen, nº 1.720, Bairro Passo Manso, Blumenau SC, conforme termo de referência e demais anexos do Edital, pelo período de 12 (doze) meses. Termo de Convênio nº 0298.410-40 CEF – SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 031/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses (Vide Apenso 02 – Cronograma de Atividades), a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 80.750,00 (oitenta mil setecentos e cinquenta reais).

DATA: 28 de julho de 2015.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 239/2014**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 239/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. IZADORA RAZINI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº. 01-017/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 07 de outubro de 2015 até 06 de outubro de 2016.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

DATA: 11 de setembro de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 245/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 245/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CRUZ AZUL NO BRASIL.

OBJETO: Execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Novo Lar, localizado na Rua Hermann Tribess, nº 2.600, Bairro Tribess, Blumenau SC, conforme termo de referência e demais anexos do Edital, pelo período de 12 (doze) meses. Termo de Convênio nº 0298.200-07 CEF - SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 033/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses (Vide Apenso 02 – Cronograma de Atividades), a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

DATA: 25 de agosto de 2015.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 248/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 248/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

MOB/M ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA REPÚBLICA ARGENTINA, Nº 2.077, BAIRRO PONTA AGUDA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO AMBULATÓRIO GERAL HEINZ SCHREDER – A.G. CENTRO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-209/2014.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 28.566,12 (vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e doze centavos) mensais, a contar do dia 1º de setembro de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 342.793,44 (trezentos e quarenta e dois mil setecentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).

DATA: 24 de setembro de 2015.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 250/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 250/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. PATRÍCIA STOLFI.

OBJETO: LOCAÇÃO DE GALPÃO PRÉ-MOLDADO LOCALIZADO NA RUA GUILHERME POERNER, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ESF WALTER REITER.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-211/2014.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 6.405,40 (seis mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta centavos) mensais, a contar de 1º de setembro de 2015, totalizando o valor da locação em R\$ 76.864,80 (setenta e seis mil oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

DATA: 21 de setembro de 2015.



**EXTRATO CONTRATO Nº 259/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 259/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. JÚLIO RAMOS LUZ.

OBJETO: Credenciamento de leiloeiro para a prestação dos serviços de avaliação e alienação de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Blumenau/SC, pelo período de 12 (doze) meses, recebidos a qualquer título, por meio de licitação na modalidade de leilão público - SEDEAD.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-126/15.

PRAZO: 12 (doze) meses, quando efetiva a prestação de contas referentes do leilão, contados de sua assinatura.

PREÇO: Taxa de 5% (cinco por cento) para bens móveis inservíveis, calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, na ocasião do leilão.

DATA: 10 de setembro de 2015.

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 319/2015 - SEFAZ**

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--	--

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 319/2015

CONTRIBUINTE : PJ EXPRESS LTDA.

ENDEREÇO: Rua Taubaté, 20 – Sala 01 – Garcia.

Nº INSCRIÇÃO: 54.787 CNPJ: 00.765.279/0001-02

Processo Fiscal : 2015/683

Sócios: Jailson César Casas / Eliana Maria Pamplona Casas

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com fundamento no Art. 151 da Lei Complementar n.º 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da Lei Complementar n.º 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da Lei Complementar n.º 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS	
Base de Cálculo	R\$ 293.002,02
Imposto a Recolher	R\$ 14.650,10
Atualização Monetária	R\$ 527,78
Juros de Mora	R\$ 1.525,53
Multa p/ infração	R\$ 7.588,94
Total Geral	R\$ 24.292,34

**DESCRIÇÃO DOS FATOS:**

1) Período Fiscal: 2014/01 a 2015/08.

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de Serviço eletrônicas nº 473 a 681 (NOTABLU).

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Presta serviços de coleta e entrega de malotes, constante(s) da Lista de Serviços prevista no Art. 276 da Lei Complementar n.º 632/2007, item(ns): 26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido no período considerado, conforme anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, infringindo a legislação tributária municipal, art. 295, § 1º da Lei Complementar n.º 632/2007.

**4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO**

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

1 - Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas.

**5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR**

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 5% (Art. 276 Lei Complementar n.º 632/2007).



5.2) Sobre o valor histórico do imposto calculado incidiram, com fundamento no Art. 82, da Lei Complementar n. 632/2015: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixados nos Decretos n.º 8840/2009, n.º 9085/2010, n.º 9313/2011, n.º 9551/2012, n.º 9876/2013, n.º 10223/2014 e n.º 10502/2015.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da Lei Complementar n. 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da Lei Complementar n.º 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

Evandro Assis Müller  
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO  
Matrícula nº 21558-9

#### MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº:					319/2015 - PJ EXPRESS LTDA			
Ano 2014	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.aPagar	Imposto	Atualização	Jurosde	ValorTotal
Meses	FatBruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	9.922,10	496,11	-	496,11	527,49	31,38	105,50	632,98
Fevereiro	11.781,93	589,10	-	589,10	626,36	37,26	119,01	745,37
Março	12.607,55	630,38	-	630,38	670,25	39,87	120,65	790,90
Abril	12.788,59	639,43	-	639,43	679,88	40,45	115,58	795,46
Maio	12.460,07	623,00	-	623,00	662,41	39,41	105,99	768,40
Junho	14.246,32	712,32	-	712,32	757,37	45,06	113,61	870,98
Julho	14.484,45	724,22	-	724,22	770,03	45,81	107,80	877,84
Agosto	15.725,39	786,27	-	786,27	836,01	49,74	108,68	944,69
Setembro	15.145,86	757,29	-	757,29	805,20	47,90	96,62	901,82
Outubro	15.691,03	784,55	-	784,55	834,18	49,63	91,76	925,94
Novembro	15.734,29	786,71	-	786,71	836,48	49,76	83,65	920,13
Dezembro	16.283,01	814,15	-	814,15	865,65	51,50	77,91	943,56
Total	166.870,59	8.343,53	-	8.343,53	8.871,30	527,78	1.246,75	10.118,05
Ano2015	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	ValorTotal
Meses	FatBruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	12.553,21	627,66	-	627,66	627,66	-	50,21	677,87
Fevereiro	15.677,75	783,89	-	783,89	783,89	-	54,87	838,76
Março	16.522,92	826,15	-	826,15	826,15	-	49,57	875,71
Abril	17.445,83	872,29	-	872,29	872,29	-	43,61	915,91
Maio	15.995,98	799,80	-	799,80	799,80	-	31,99	831,79
Junho	16.308,10	815,41	-	815,41	815,41	-	24,46	839,87
Julho	16.493,03	824,65	-	824,65	824,65	-	16,49	841,14
Agosto	15.134,61	756,73	-	756,73	756,73	-	7,57	764,30
Total	126.131,43	6.306,57	-	6.306,57	6.306,57	-	278,78	6.585,35

Evandro Assis Müller  
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO  
Matrícula nº 21558-9

**HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 03-011/15 - SEDEAD**

MUNICIPIO DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-011-15 – Contratação de empresa para execução de implantação da 1ª etapa do Parque das Itoupavas (BR 470 e 1º Janeiro) Bairro – Fidelis, Blumenau/SC, conforme planilhas, projetos, memorial descritivo e demais especificações constantes neste edital – Convênio 2014 TR003708, Processo SEF nº. 25092/2014 – FUNDAM/SEMOB..

Contratada: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.  
CNPJ: 14.770.128/0001-49.  
Valor Total: R\$ 2.880.368,89 (dois milhões oitocentos e oitenta mil trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

**PORTARIA Nº 086/2015 - PRO-FAMILIA**

PORTARIA Nº 086, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2015, DA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, nomeada pela Portaria Municipal nº 16.491, de 1º de Janeiro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 515, promulgada em 18 de Março de 2005 e alterações posteriores, resolve:

DESIGNAR,

sem ônus para o município e com as atribuições previstas no Edital nº 001/2015, para compor a Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 001/2015, da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, os servidores:

LEANDRO GUARIENTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciado, lotado na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, cedido para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA representante do núcleo da Criança e Adolescente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense;

ROSÂNGELA FARIAS JOZWIAK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciado, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, cedida para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA representante da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense;

MARLENE FRANKE ULIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciado, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, cedida para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA representante do núcleo do Idoso da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense;

LEDI ROEDER, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, cedida para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, representante da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense;

PERLA TORRENS, ocupante de cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, cedida para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, representante da Fundação do

Bem-Estar da Família Blumenauense;

LUAN FELIPE LUIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, lotado na Secretaria de Planejamento Urbano – SEPLAN, representante da Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração;

SÉRGIO MAURICI BERNARDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau – SINTRASEB.

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, em 01 de outubro de 2015.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA  
Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-222/15 E ITENS FRACASSADOS - SAMAE**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06- 2222/2015 - Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos (ferro fundido e eletrofusão) para uso na manutenção e expansão de redes de água e novas ligações, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Empresa(s):

GEORGE FISCHER LTDA  
Valor Total R\$ 69.316,30

HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA  
Valor total R\$ 22.038,50

SAINT GOBAIN CANALIZAÇÕES LTDA  
Valor Total R\$ 15.599,76

SUL, AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA  
Valor Total R\$ 63.357,00

VIA D'ÁGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA  
Valor Total R\$ 62.487,60

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nºs 7.106/02 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 01 de Outubro de 2015  
Valdair José Matias - Diretor Presidente

AVISO DE ITENS FRACASSADOS  
PREGÃO PRESENCIAL 06-2222/2015  
Abertura: 04/08/2015 - 09:00 horas

Objeto: - Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos (ferro fundido e eletrofusão) para uso na manutenção e expansão de redes de água e novas ligações, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, através de seu Presidente, torna público e comunica aos interessados que os Itens Itens 09, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 27 e 29 da licitação em epígrafe, foram declarados FRACASSADOS.

Blumenau, 01 de Outubro de 2015  
Valdair José Matias - Diretor Presidente

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL 4758/15 DE 02/10/2015

DECRETO MUNICIPAL 4758/15 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕEM SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS COM FINS DE ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aos contidos na Lei Organiza Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os cidadãos, a seguir identificados, para compor a comissão municipal de avaliação para fins de alienação de bens móveis conforme especifica:

Walter Naujorks - Presidente  
Cívio Wilssmann - Secretario  
Fernando Weschenfelder - Membro  
Janiara Keller Ceccon - Membro  
Fabio Gerhardt - Membro

Art.2º- O objetivo da comissão será basicamente efetuar a avaliação em moeda corrente nacional dos bens móveis a seguir discriminados, para fins de alienação:

ITEM 01 – Um AUTOMOVEI FIAT PALIO WEEKEND, de cor prata, ano de fabricação 2012, modelo 2012, chassi nº 9BD373165C5006532, renavam nº 453914330, Placas MKB 0181, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3309, no estado de conservação em que se encontra.

ITEM 02 – Um ONIBUS AGRALE MAXI BUS MC085, de cor branca, ano de fabricação e modelo 2000, chassi nº 9BYC22K1SYC000361, renavam nº 745371744, Placas MBR 6398, registrado no patrimônio público municipal sob nº 0912, no estado de conservação em que se encontra.

ITEM 03 – Um AUTOMOVEI FIAT SIENA FIRE FLEX, de cor azul, ano de fabricação 2006, modelo 2007, chassi nº 9BD17203gG3234498, renavam nº 885672240, Placas AVL 0607, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2540, no estado de conservação em que se encontra.

ITEM 04 – Um TRATOR NEW HOLLAND TL95E B15460857, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2165, no estado de conservação em que se encontra.

ITEM 05 – Uma CARRETA AGRICOLA BASCULANTE METALMAZ SERIE 084 2014 MODELO MTX 6000, capacidade 6 toneladas, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2600, no estado de conservação em que se encontra.

ITEM 06 - Um DISTRIBUIDOR DE CALCARIO DO-7500 SERIE 0539, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2430, no estado de conservação em que se encontra.

Art. 3º- A Comissão terá prazo de 30 (trinta) dias para encaminhar o laudo de avaliação ao Executivo Municipal.

Art. 4º- Os serviços da comissão serão considerados de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e a não geração de vínculo empregatício.

Art. 5º- Este Decreto tem vigor na data de sua assinatura, condicionado a sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 02 DE OUTUBRO DE 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 2284.15 - LEI MUSEU

Lei Nº 2284/15 de 29.09.15

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DA MEMÓRIA DOS IMIGRANTES ALEMÃES DE ENTRADA – BOM RETIRO/SC.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado conceder no período de setembro a dezembro de 2015, um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para a Associação da Memória dos Imigrantes Alemães de Entrada – Bom Retiro/SC.

Parágrafo Primeiro. O auxílio financeiro constante deste artigo tem como objetivo custear despesas da Associação na manutenção do Museu do Resgate Histórico dos Imigrantes Alemães.

Parágrafo Segundo. Para que a entidade possa receber o auxílio financeiro do mês seguinte, deverá ter prestado contas do anterior.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correm por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

12.392.0018.2019 – Contribuição Associação Imigrantes Alemães Entrada

3000.00 – Despesas Correntes

3300.00 – Outras Despesas Correntes

3350.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos,

01.00 - Recursos Ordinários

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de Setembro de 2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei nº 2162/2013.

Bom Retiro/SC, 29 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

### 2285.15 - LEI ANISTIA

Lei Nº 2285/15 de 29.09.15

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA DE MULTA, E MORA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia de multa e remissão de juros de créditos de natureza

tributária, relativos a impostos, taxas, contribuição de melhoria, e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo em cobrança judicial, vencidos até 31 de dezembro de 2014, para pagamento em parcela única.

Parágrafo Único. Aos contribuintes que efetuarem o pagamento integral dos créditos constantes deste artigo, para pagamento, a vista, até o dia 20 de dezembro de 2015, será concedida a anistia de multa e mora de 100% (cem por cento) dos juros;

Art. 2º - Os parcelamentos de créditos em andamento poderão ser cancelados, a pedido do contribuinte, aplicando-se os benefícios desta Lei sobre o valor remanescente.

Art. 3º - O pagamento a que se refere esta lei deverá ser efetuado através de boleto bancário, o qual poderá ser solicitado diretamente na repartição municipal.

Art. 4º - O pagamento do débito fiscal que esteja em cobrança judicial não dispensa o contribuinte do recolhimento de custas, emolumentos judiciais e demais despesas processuais incidentes.

Art. 5º - Os benefícios de anistia estão respaldados no § 1º do artigo 14º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, inclusive com fundamento na estimativa de impacto orçamentário-financeiro que acompanha o anexo único cuja previsão não se infere na renúncia de receita em conformidade com a citada legislação.

Art. 6º - O não pagamento nas datas de vencimento estabelecidas no acordo, implicará na imediata e automática perda do direito à anistia, retornando o inadimplente à situação anterior em relação aquele débito.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a contas das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro/SC, 29 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

### 70.15 - DEC. SUPL. ANULAÇÃO.PMBR

Decreto N.º 70/2015 de 28.09.2015.

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2262/2014 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementado os recursos orçamentários na Prefeitura Municipal de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

06.01- SECR. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.122.048.2023 - MANUT. DA SECR. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

SubTotal R\$ 20.000,00

09.01- FUNDO REEQ. CORPO BOMBEIROS MILITAR  
06.182.031.2040 - MANUT. DO FUNREBOM  
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00  
SubTotal R\$ 20.000,00  
Total da Suplementação R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.01- SECR. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20.122.048.2023 - MANUT. DA SECR. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00  
SubTotal R\$ 20.000,00

09.01- FUNDO REEQ. CORPO BOMBEIROS MILITAR  
06.182.031.2040 - MANUT. DO FUNREBOM  
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00  
SubTotal R\$ 20.000,00  
Total Geral das Anulações R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 28 de setembro de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado  
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 71.15 - DEC. SUPL. EXCESSO.COSIP

Decreto N.º 71/15 de 28 de setembro de 2015.  
Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

07.01 - SECR. MUN. DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS  
15.452.031.2031 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.08.0000 - Recursos COSIP .....  
..... R\$ 20.000,00  
Total .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se

como fonte de recurso o excesso de arrecadação da fonte de Recursos 01.08.0000 - Recursos Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública - COSIP, receita: 1.2.3.00.00.00 - Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública - COSIP no valor de R\$ 20.000,00.  
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 28 de setembro de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 804.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 804/15 de 24.09.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de setembro de 2015, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 805.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELI AP B. ALTHOFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 805/15 de 24.09.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 22 de setembro de 2015, a funcionária Eli Aparecida Borba Althoff, Ocupante do cargo de Chefe de Serviço - Padrão I - Nível 30, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.



Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de setembro de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**806.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ADRIANA Z. CAPISTRANO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 806/15 de 24.09.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 23 e 24 de setembro de 2015, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de setembro de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**807.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. S. VIEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 807/15 de 24.09.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga – Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de setembro de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**808.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ERICLEIA F. MOTA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 808/15 de 24.09.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 09 (nove) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 24 de setembro com término no dia 02 de outubro de 2015, a funcionária Ericleia Faustino da Mota, ocupante do cargo de Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de setembro de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**809.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILENE T. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 809/15 de 28.09.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de setembro de 2015, a funcionária Marilene Trento Moretti, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de setembro de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**810.09.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIA M. R. CABRAL**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 810/15 de 30.09.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):



## RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 30 de setembro com término no dia 14 de outubro de 2015, a funcionária Lucia Mariza da Rosa Cabral, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de setembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**811.10.15 - P. EXON. IRES K. BOSQUETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 811/15 de 01.10.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

## RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Ires Kapitula Bosquetti, do Cargo de Assessor de Serviços Gerais – Padrão I - Nível – 17, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 044/13 de 04.01.2013, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
01 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**812.10.15 - P. FÉRIAS PERLA O. SANTOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 812/15 de 01.10.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

## RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Perla de Oliveira dos Santos, Ocupante do cargo de Zeladora, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 063/2015 de 01 de outubro de 2015, para gozá-las a contar de 01 de outubro com término no dia 30 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
01 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**813.10.15 - P. FÉRIAS GILMAR L. M. JESUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 813/15 de 01.10.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

## RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) ao funcionário Gilmar Luiz Mattos de Jesus, Ocupante do cargo de Motorista Socorrista, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Samu, para gozá-las a contar de 01 de outubro com término no dia 30 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
01 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### PL45-PP22/2015-SEGUROS FROTA DE VEICULOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 45/2015 na Modalidade Pregão Presencial Nº 22/2015, para CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA FROTA DE VEICULOS DO MUNICÍPIO. Recebimento da documentação e propostas: Até as 9:00 Horas do dia 16/10/2015. Abertura da sessão: dia 16/10/2015 às 9:15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail [compras@botuvera.sc.gov.br](mailto:compras@botuvera.sc.gov.br), [vilimar@botuvera.sc.gov.br](mailto:vilimar@botuvera.sc.gov.br) e site [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) BOTUVERÁ-SC, 05 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 0158/2015

PORTARIA Nº 0158/2015

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1075/2010 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 01/2015;

Resolve:

Art. 1º- Contratar a Sra. KENIA DINARA PALOSCHI MAESTRI, brasileira, para o cargo temporário de Motorista, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Obras do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de Outubro de 2015.

Botuverá (SC), em 01 de Outubro de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 13/2015 – SRP FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 18/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 13/2015 – SRP FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 10h15min do dia 19/10/2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de preços para aquisição de mobiliários em geral e equipamentos de informática para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde., pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 05 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 8/2015 – SRP - FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 9/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 8/2015 – SRP - FMAS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 19/10/2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 05 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO 57/2015

EXTRATO DE CONTRATO 57/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Cervale Serviços Elétricos Ltda EPP

CNPJ 17.861.039/0001-04

Xv de Novembro, 871 – sala 01

Bairro Centro

Rio do Sul - Santa Catarina

Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de Iluminação Pública e Instalação de Transformador na Estrada Geral Braço do Trombudo – Rodovia SC 281 do Município de Braço do Trombudo/SC

Valor: R\$ 32.783,52 (trinta e dois mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos ).

Vigência até 31.12.2015

Data da assinatura: 02.10.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 58/2015

EXTRATO DE CONTRATO 58/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda

CNPJ 83.148.411/0001-56

Xv de Novembro, 871

Bairro Laranjeiras

Rio do Sul - Santa Catarina

Objeto: Contratação de empresa especializada (com fornecimento de mão de obra e materiais), para extensão de rede de energia elétrica e instalação de Iluminação Pública no Beco Bela Vista do Município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 15.259,94 (quinze mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos ).

Vigência até 31.12.2015

Data da assinatura: 02.10.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

### LEI Nº 0847/2015

LEI Nº 0847/2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cessão de Uso de Salas no Ponto de Cultura do Serril para Associação de Moradores do Serril.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar o termo de cessão de uso de cinco salas no ponto de cultura da comunidade do Serril em favor da Associação de Moradores do Serril, nos termos da minuta em anexo, parte integrante da presente lei.

§ 1º A cessão de uso refere-se a um espaço total de 97 m2 (noventa e sete metros quadrados), sendo dividido esse espaço em cinco salas no ponto de cultura, localizado no antigo Hotel Serril, onde cada sala irá ter sua respectiva atividade com a finalidade da referida Associação abrigar sua sede.

§ 2º As cinco salas disponibilizaram de Biblioteca, Cozinha, Sala de Informática, Sala de Música e Sala de Reciclagem de Papel.

§ 3º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso será de até 04 (quatro) anos, ficando estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**LEI Nº 0848/2015**

LEI Nº 0848/2015

Autoriza Receber Área de Terra por Doação e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber área de terra do Senhor José da Silva e Esposa, na dimensão de 605,00 m2 (seiscentos e cinco metros quadrados), conforme croqui em anexo.

Parágrafo único. A área de terra de que trata este artigo, destina-se exclusivamente ao prolongamento da Rua Amadeu Hercílio da Silva, com as seguintes confrontações: 'Frente, confrontando com duas (02) linhas sendo 10,00 metros com a rua Amadeu Hercílio da Silva e 50,50 metros com o Sr. Gilson da Silva (mat. Nº 14.650); Fundo, confrontando em 60,50 metros com o Sr. José da Silva (Matr. 14.452); Lado direito, confrontando em 10,00 metros com o Sr. José da Silva (Matr. 14.452); Lado esquerdo confrontando em 10,00 metros com área existente destinada a rua Amadeu Hercílio da Silva, conforme Planta em anexo para prolongamento de logradouro, parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 0849/2015**

LEI Nº 0849/2015

Autoriza Receber Área de Terra por Doação e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber área de terra do Senhor Ronald Stuve, na dimensão de 312 m2 (trezentos e doze metros quadrados), conforme croqui em anexo.

Parágrafo único. A área de terra de que trata este artigo, destina-se exclusivamente ao prolongamento do Beco 1º de Maio, com as seguintes confrontações: 'Frente, confrontando em 9,20 metros com a rua Clara Stuve; Fundo, confrontando em 9,20 metros com o Beco 1º de maio; Lado direito, confrontando em 34,65 metros com a área remanescente de propriedade do Sr. Ronald Stuve; Lado esquerdo confrontando em 34,65 metros com o lote "B'", conforme Planta em anexo para prolongamento de logradouro, parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 0850/2015**

LEI Nº 0850/2015

Autoriza Receber Área de Terra por Doação e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber área de terra da Senhora Marly Neu, na dimensão de 1.554,00 m2 (um mil, quinhentos e cinquenta e quatro metros quadrados), conforme croqui em anexo.

Parágrafo único. A área de terra de que trata este artigo, destina-se exclusivamente ao Beco 7 de Setembro, com as seguintes confrontações: 'Frente, confrontando em 10,00 metros com a Rua Dom Pedro – SC 281; Fundo, confrontando em 10,00 metros com Eliana Neu; Lado direito, confrontando em 155,40 metros com a área remanescente "A" de propriedade da Srª Marly Neu; Lado esquerdo confrontando em 155,40 metros com área remanescente "B" de propriedade de Marly Neu, conforme Planta em anexo para desmembramento em favor de logradouro, parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº1/2015 PMBT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015**

Página: 1/14

<p>Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água sanitária, composição química: hipoclorito de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo: hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p/p, aplicação: lavagem e alvejante de roupas, banheiros, pisos, tipo comum, frasco de 1000 ml, acondicionadas em embalagens de papelão identificadas, caixa com 12 unidades cada. (9672)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,7830	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	3,7976	2
2	Álcool etílico hidratado, aplicação: limpeza em geral, teor alcoólico 46° INPM, 54° GL, unidade contendo 1 litro cada. (12543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	flap's	0	4,6881	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	4,9471	2
3	Álcool em gel, bactericida 70° INPM, frasco de 500 gramas, aprovado pelo INMETRO. (12544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	flap's	0	5,3862	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	5,4968	2
4	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 metros de comprimento e 10 centímetros de largura, pacote com 8 rolos. (12545)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sedução	0	17,8204	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FORINHO	0	18,1894	2
5	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22x20 cm cada uma. (12546)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dalmata	0	3,4900	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SORELA	0	3,4980	2
6	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	9,7460	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/14

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ANDREA	0	9,8942	
7	Sapóneo em líquido cremoso concentrado 300 mL - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (12548)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	5,0343	
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	5,1470	
8	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polipropileno. (9678)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	3,8965	
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SQ	0	3,9677	
9	Creme dental infantil com fluorativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	3,1183	
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALEGRIINHO	0	3,1482	
10	Embalagem para alimentos, contendo 50 sacos de 05 kg, de 1ª qualidade. (12551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mega mil	0	7,1555	
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	7,2957	
11	Lustra Móveis em frasco de 200 ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (12552)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	5,7088	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/14

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - (9322)	PRATIK	0	5,7966	
12	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	peroba	0	8,5436	
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - (9322)	PEROBA	0	8,6949	
13	Pano Multiuso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	marins	0	3,6690	
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - (9322)	FACILLE	0	3,6677	
14	Espuma de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	scotch brite	0	2,3754	
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - (9322)	BETTAMIN	0	2,3686	
15	Espuma de limpeza, material liço fino, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 08 unidades (12556)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	inove	0	2,7273	
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - (9322)	KI BRILHO	0	2,6984	
16	Limpa vidros, tubos com 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	8,5143	
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - (9322)	PRATIK	0	8,6949	
17	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades. 75x105cm, De 1ª qualidade. (12558)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	brulin	0	10,8311	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 4/14

<p>Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	10,5936	2
18	Saco plástico para linc, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm, De 1ª qualidade. (12559)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	brulin	0	11,0754	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	11,2934	2
19	Saco plástico para linc, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x83cm, Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. De 1ª qualidade. (12560)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	brulin	0	10,4205	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	10,5938	2
20	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	brilante	0	9,5212	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GIRANDO SOL	0	9,6943	2
21	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em caixote à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com água bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany brill	0	1,6423	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANY	0	1,5991	2
22	Desagente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 mL (12563)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ypê	0	2,1505	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHO SUL	0	2,1987	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/14

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1ª qualidade. (12554)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	13,3531	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	13,5821	2
24	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 45 cm, com cabo. De 1ª qualidade. (12565)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	15,8947	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	16,1905	2
25	Rodo de espuma. (12566)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	8,1428	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	8,2951	2
26	Fosforo mapo com 10 unidades. (12567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	parana	0	2,9424	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	QUUZ	0	2,9982	2
27	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arrame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. De 1ª qualidade. (13053)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	22,3659	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COLONIAL	0	21,9871	2
28	Limpador desengordurante concentrado spray 500 mL. (12569)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dif	0	10,3032	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 6/14

<p>Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VEJA	0	10,4939	2
29	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, franco de 2lt. (12570)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	4,5844	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	4,6973	2
30	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tubo com 2 litros de 1ª qualidade. (15064)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zavaaki	0	5,8945	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	5,9965	2
31	Sabão em barra glicerinado, pacote de 1kg com 5 unidades de 200g cada. (12572)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	9,6971	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ZAVASKI	0	9,6942	2
32	Filtro coador de papel, para café, de 1ª qualidade, tamanho nº103, em caixas com 30 unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tres corações	0	3,2259	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MELITA	0	3,2981	2
33	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luto. De 1ª qualidade. (12574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tubarão	0	12,2583	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GUIPEL	0	10,9936	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015**

Página: 7/14

<p>Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Sabonete líquido bactericida, cremoso anti-séptico neutro e sem aroma. Embalagem de 5 litros. (12575)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	top plus	0	68,4273	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	69,9691	2
35	Descolorizador ambiental em aerossol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, fresco de 400ml. Preço de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não a superior 30 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12576)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dom line	0	10,7333	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SECAR	0	10,8936	2
36	Copo descartável, estrado, branco, com borda dobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1ª qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.265/2002, embalado em pacotes de 100 unidades. (15065)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	copo sul	0	3,5973	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	3,5979	2
37	Estregão de aço. (9707)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany Brill	0	2,7469	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUZ	0	2,7984	2
38	Lenço umedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	anjinho	0	10,7724	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BABY	0	10,9936	2
39	Pano para limpeza para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1ª qualidade. Medidas mínima de 42cmx65cm. (12579)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	marins	0	4,1447	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 8/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	4,1975	
40	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1,23 baby	0	3,0206	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SENSUS	0	2,9982	
41	Vassourade nylon com cerdas médias, cabo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (12581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	16,9902	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	17,2899	
42	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	3,6951	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUZ	0	3,6978	
43	Luva de borrachade borracha tamanho médio médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antiálgica. De 1ª qualidade. (12583)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	talge	0	4,5358	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DANY	0	4,5973	
44	Pá de lixo uso doméstica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,0285	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PLASTICA	0	7,0959	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 9/14

<p>Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016 Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Limpa-forno, frasco c/ aproximadamente 225 mL. (12586)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	easy off	0	9,4430	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DIABO VERDE	0	9,5844	2
46	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão nº: 100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12585)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	fiat lux	0	2,3559	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NORTON	0	2,3685	2
47	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1ª qualidade. (12587)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	marins	0	4,4965	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	4,5973	2
48	Balde plástico polipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	arquplast	0	11,7890	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	10,9835	2
49	Luva de procedimentos, descartável, não esteril - tamanho médio, em látex natural. Caixa com 100 unidades. Complemento: textura uniforme, espessura média de 0,10 milímetros e comprimento mínimo de 25 centímetros, ambas com boa elasticidade, resistente ao calçar, lubrificada com pó bio-absorvível, confortável e anatômica com empunhadura justa. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS. (12589)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	talge	0	21,4862	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESCARPACK	0	16,9901	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 10/14

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Bola de borracha branca nos nº 35, nº 36 nº 37, nº 38, nº 39, nº 40, nº 41, cano longo, especificações técnicas, calçado de segurança, tipo bola, cano longo, cabedal em PVC, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (15005)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zukbras	0	43,9994	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VULCABRAS	0	44,8738	2
51	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	marcolex	0	10,9777	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	11,1935	2
52	Super rodo absorvente, com alevancia de plástico altamente resistente de formato anatómico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12596)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	31,8969	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	32,5809	2
53	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	11,0461	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	11,2834	2
54	Escova sanitária para banheiro de plástico resistente com suporte, cores diversas, altura 35 cm, profundidade 12,30 cm, largura 14 cm (14708)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,6443	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	7,7954	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
56	Mop pó completo (amação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	45,2304	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	46,2230	2
55	Escova de chão, 26 x 5 x 3,5 cm, cerdas de P.E.T, 0,50 mm, onduladas. Cabo de madeira plastificado. Para escovar tapetes e calçadas (14755)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	11,8086	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	12,0430	2
57	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	8,1526	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	8,2951	2
58	Papel Alumínio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (14765)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	compack	0	6,1682	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TUTTI	0	6,2963	2
59	Escova de nylon multiuso, Formato ergonômico e texturizado para não escorregar da mão durante o uso. Ideal para limpeza de roupas. Suporte plástico e cerdas sintéticas. (15067)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	5,5328	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	5,6467	2
60	alvejante sem cloro, princípio ativo, tensoativo, estabilizante, sequestrante, perfume, corante e água. Embalagem com 2 litros. (15068)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	8,5045	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 12/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2015**

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	8,6949	2
61	Desentupidor em borracha para vaso sanitário, resistente, durável e prático. (15069)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,4977	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRO LIMP	0	7,5956	2
62	Concentrado anti mofo, embalagem contendo um 1 litro. Excelente para a limpeza em forros. (15070)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	super clean	0	12,9621	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2015**

Página: 13/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - (8322)	FLEX	0	9,9942	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 14/14

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015**

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descio. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015****PROCESSO Nº 57/2014**

(8615) - CELIA REGINA WAMBÖMMEL ME

(9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2/2015 PMBT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 1/25

Número do Registro de Preços: 2/2015	Data do Registro: 05/01/2015	Válido até: 05/01/2016
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.		

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PÉROLA	0	2,6025	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,7184	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,7652	3
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	2,3080	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,4066	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5143	3
3	Alho grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murcho. Pacote de 100 gramas. (14953)	PCT	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	ARGENTINO	0	1,2423	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	KALLIKE	0	1,1430	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8916	3
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, com uniforme e limpas. (8148)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CATURRA	0	0,9774	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	0,9886	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,4882	3
5	Banana Branca, Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, com uniforme e limpas. (8635)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PRATA	0	1,5428	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 2/25

Número do Registro de Preços: 2/2015							Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)			KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5446		
					LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,3488		
					COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	MONALIZA	0	1,0068		
					COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,0504		
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)			KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5330		
					COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,4837		
					COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,4334		
					LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,2592		
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)			KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,3424		
					COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2975		
					LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0440		
9	Brócolis tamanho grande, unidades frescas e limpas, com cor características. (14984)			UND	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CHINES	0	1,5249		
					COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5446		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 3/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,3219	3
10	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	NACIONAL	0	1,1952	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,1739	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8199	3
11	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8635)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,2303	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	INNATURA	0	1,2357	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8737	3
12	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,6427	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,7238	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,5012	3
13	Chuchu, unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser muitos. (8637)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,3012	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2975	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,9813	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 4/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Feijão preto, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14365)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PRETO	0	2,5671	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	2,4714	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,9087	3
15	Feijão vermelho, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14366)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	VERMELHO	0	4,4218	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	4,3250	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,7327	3
16	Laranja pera. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PERA	0	1,1952	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2048	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8199	3
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	LIMA	0	1,9665	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,0536	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,9643	3
18	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	GALLA OU FU	0	2,2433	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 5/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2552	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,4157	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	FORMOSA	0	2,1373	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2243	2
20	Mamão papaya, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,2543	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAPAYA	0	2,8909	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,0275	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,4018	3
21	CAQUII CAFÉ, unidades de tamanho médio, frutas integrais, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13449)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CAFÉ OU FUC	0	2,4847	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,4714	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,7653	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	MEXERICA	0	2,0136	1
22	Tangerina comum tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14957)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,1007	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0481	3
23	Tangerina pontã tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14988)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	POKAN	0	2,0372	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,1007	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0929	3
24	Maça Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucado. (12320)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	IMPORTADA	0	4,5748	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,7884	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,9030	3
25	Manga, unidades integrais, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (14989)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	TOMY OU PAL	0	2,6965	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,5950	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,0342	3
26	Melância, unidades integrais, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,0480	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	0,9268	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5689	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 7/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Maracujá, Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	AZEDO	0	7,0242	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	6,7964	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	10,6683	3
28	PEPINO SALADA, unidades inteiras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CAPIRA	0	1,4655	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,4767	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,1516	3
29	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e contus. (12321)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	VERDE	0	3,8977	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,4600	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	5,8272	3
30	Vagem, unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	4,5572	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,3250	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,7237	3
31	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades inteiras, frescas e limpas, sem perfurações. (8165)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	LONGA VIDA	0	2,7202	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 8/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,7803	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,1239	3
32	Salss. mapo de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (9625)	MC	COMERCIO DE CEREIAIS NELSON KNAUL (7280)	TEMPEIRO VE	0	1,4249	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,4829	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,1516	3
33	Cebolinha, mapo de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8548)	MC	COMERCIO DE CEREIAIS NELSON KNAUL (7280)	TEMPEIRO VE	0	1,3483	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,3593	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,7930	3
34	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	COMERCIO DE CEREIAIS NELSON KNAUL (7280)	REPOLHO VE	0	1,1540	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,1739	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,7482	3
35	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8545)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CANCAO	0	4,8277	1
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurora	0	4,8756	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/25

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

<p>Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Carne bovina de 1ª, frescas e congelada, isenta de cartilagens, osso e com máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12322)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	SOOZ	0	14,6537	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verde	0	14,8088	2
37	Carne Bovina coxão mole, frescas e congelada, isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12323)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	SOOZ	0	15,4820	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verde	0	15,6352	2
38	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 kg, com identificação do produto e o peso. (6553)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	CANCAO	0	6,3335	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	6,3962	2
39	Queijo tipo mussarela, isento de bolro e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (12324)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	TAIO	0	16,9457	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mamo	0	17,1144	2
40	Salsinha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (6655)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	SEARA	0	5,6689	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pecan	0	5,9169	2
41	Ovos de galinha, Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (6656)	DZ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	CENTENARIO	0	3,4286	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/25

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Centenario	0	3,4625	2
42	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	1,9721	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurora	0	1,9916	2
43	Leite Zero Lactose, embalagem Tetra Pack de 1 Litro com identificação do Produto, rótulo com ingredientes, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 2 meses a contar da data de entrega. (15009)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,5023	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Piracanjuba	0	3,5369	2
44	Bebida Láctea com polpa de fruta, Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 1 mês a contar da data de entrega. (8658)	L	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONACOLSI	0	2,2339	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	2,2560	2
45	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1 Kg, validade 12 meses contendo na embalagem informações nutricionais (15010)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	2,9456	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	2,9750	2
46	Montadoia sem gordura, Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8659)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AURORA	0	5,7689	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Minuano	0	5,8260	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 11/25

<p>Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016 Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8650)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	PIÁ	0	3,0804	1
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Terra Viva	0	3,0907	2
48	Margarina vegetal cremosa o/ sal, embalagem 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (8652)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	PRIME	0	2,6103	1
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,6362	2
49	Água mineral sem gás, bombones de 20 litros, com validade mínima de 2 meses e data de validade não superior a 30 dias. (8627)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	SANTA RITA	0	6,1371	1
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H Lave	0	6,1979	2
50	Requeijão cremoso, o produto deve apresentar consistência cremosa, textura uniforme, coloração branca/cremeada, odor suave e sabor característico. Deverá ser conservado sob refrigeração (máxima 10° C). Validade mínima de 2 meses. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 230g. (12328)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	PIÁ	0	3,9623	1
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vigor	0	3,9914	2
51	Aroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. (8626)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	MINUTINHO	0	2,0262	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	PANELACO	0	2,0246	2
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	2,1372	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Achocolatado em pó, Lata de 400 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8361)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (8322)	CELU	0	4,8257	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	NESTLE	0	4,8750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Muky	0	5,1526	3
53	Amido de Milho, Caixa de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8705)	CX	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (8322)	DAJU	0	4,4108	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	NEULAR	0	4,4916	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maisena	0	4,7474	3
54	Açúcar refinado, Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8704)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (8322)	ALTO ALEGRE	0	6,6325	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	ALTO ALEGRE	0	6,6416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	7,0198	3
55	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8706)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (8322)	APT1	0	1,3814	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	APT1	0	1,3833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Hona	0	1,4621	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 13/25

<p>Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Arroz, parboilizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8707)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (8322)	MINUTINHO	0	7,8142	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	MINUTINHO	0	7,8250	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do vale	0	8,2705	3
57	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (8628)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (8322)	PRODASA	0	5,7421	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	GERMANI	0	5,7666	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninã	0	6,0950	3
58	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (8629)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (8322)	PRODASA	0	5,4924	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	GERMANI	0	5,5416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninã	0	5,8572	3
59	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (8631)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (8322)	PRODASA	0	5,5756	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	GERMANI	0	5,6900	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninã	0	5,9717	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 14/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
60	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagens, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 6 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (5322)	ISABELA	0	4,3274	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	ORQUIDEA	0	4,3600	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	4,5977	3
61	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (5634)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (5322)	MUCILON	0	4,5354	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	VITALON	0	4,5416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Show Flakes	0	4,8002	3
62	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (5635)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (5322)	IGUAÇU	0	8,4051	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	PELE	0	8,4165	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ouro	0	8,8959	3
63	Café torrado e moído, caco com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (5636)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (5322)	IGUACU	0	6,3246	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	OURO	0	6,3833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Catodo	0	6,7468	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
64	Caldinho de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9637)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	APTI	0	0,9986	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	KNOR	0	1,0750	2
			COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maggi	0	1,1362	3
65	Caldinho de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9638)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	APTI	0	0,9986	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	KNOR	0	1,0750	2
			COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Arisco	0	1,1362	3
66	Colorífico, pot com 100 gr. (9639)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	APTI	0	1,2067	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	APTI	0	1,2083	2
			COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Horta	0	1,2771	3
67	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (12327)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	APTI	0	1,6228	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	APTI	0	1,6250	2
			COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Canela	0	1,7175	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Cereal matinal de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. (12328)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	ALCA FOODS	0	4,1276	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	DOM FIORELLI	0	4,1333	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Snow Flakes	0	4,3687	3
69	Enrolha feita de 200 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	STELA DORO	0	1,3731	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	STELA DORO	0	1,3750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Golas Verde	0	1,4533	3
70	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	DAJUDA	0	5,5756	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	QUERO	0	5,6083	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Quero	0	5,9829	3
71	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9643)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	MARX	0	7,8225	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	PANFACIL	0	7,8900	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Oriqueia	0	8,2969	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
72	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (8644)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (8322)	ACIGAL	0	3,6616	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPER 10	0	3,7000	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	3,9107	3
73	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo soft instant ou similar, Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embarque não superior a 15 dias. (8645)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (8322)	APT1	0	9,8198	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BRUGMANN	0	10,0333	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nordeste	0	10,6046	3
74	Feijão preto, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1ª qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofoados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12329)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (8322)	VOJDAO	0	2,1637	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	3,0750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cravil	0	3,2501	3
75	Feijão vermelho, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1ª qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofoados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12330)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (8322)	VO QAO	0	5,9834	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	4,7416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	6,3328	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
76	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embarque não superior a 30 dias. (6646)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (6322)	MONOPOL	0	4,5770	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	ROYAL	0	4,6000	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,6619	3
77	Fubá de milho pré-cozido, Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (6647)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (6322)	SINHA	0	2,1637	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	SINHA	0	2,2333	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zadil	0	2,3605	3
78	Folha de louro, pct de 05 gr. (6648)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (6322)	APTI	0	1,0818	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	APTI	0	1,1083	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Loujo	0	1,1714	3
79	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e o/ data de embarque não superior a 30 dias. (6649)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (6322)	CORSETTI	0	3,5784	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	ARBAZA	0	3,6683	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	3,6666	3
80	Leite de cabra em Pó Integral. , Lata de 400 gramas, com tampa que e fecha fácil. Validade mínima de 1 ano. (12331)	LT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (6322)	CAPRILAT	0	14,0639	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 19/25

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

<p>Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
81	Molho leite de 200 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	CAPRILAT	0	14,0833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caprilat	0	14,8652	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	STELA DORO	0	1,2899	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	STELA DORO	0	1,2917	2
82	Molho leite de 200 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Góias Verde	0	1,3652	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	SUAVIT	0	3,9113	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	ARISCO	0	3,9167	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Suavit	0	4,1397	3
83	Molho leite de 200 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	GERMANI	0	3,0791	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	GERMANI	0	3,1083	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Germani	0	3,2853	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	GERMANI	0	3,3287	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 20/25

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

<p>Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	ISABELA	0	3,3667	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Rosane	0	3,5683	3
85	Massa espagete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (9656)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	MAJU	0	2,8294	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	OGUARI	0	2,8833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Rosane	0	3,0475	3
86	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (9656)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	MAJU	0	2,9126	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	OGUARI	0	2,9750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Galo	0	3,1444	3
87	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (9657)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	NIFA	0	3,9645	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (8394)	GERMANI	0	4,0750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Renata	0	4,3070	3
88	Massa para pastel biscoito G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 3 meses a contar da data de entrega. (9658)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	DA BOA	0	4,1609	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 21/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	DA BOA	0	4,1833	2
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Massita	0	4,4215	3
89	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embaleamento não superior a 30 dias. Validade minima 12 meses. (9559)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	COAMO	0	2,5714	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	COAMO	0	2,5750	2
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,7216	3
90	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	APTI	0	1,0618	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	APTI	0	1,1500	2
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Hora	0	1,2155	3
91	Polvilho azedo. Embalagem de 1 Kg. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaleamento no máximo 30 dias. (9551)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	PRATA	0	5,4924	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	CALDAO	0	5,5583	2
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Severiniani	0	5,8748	3
92	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr. com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaleamento no máximo 30 dias. (9552)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	DAJU	0	2,4882	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 22/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	SUPER 10	0	2,4917	2
			COOP. REGAGROP,ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Yoki	0	2,6335	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	APTI	0	2,0805	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	APTI	0	2,0917	2
94	Sardinha em óleo comestível. Embalagem 125 gr, lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	COOP. REGAGROP,ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pimenta	0	2,2108	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	88	0	2,7046	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	NAUTIQUE	0	2,7083	2
			COOP. REGAGROP,ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pescador	0	2,8625	3
95	Sal refinado, pct.de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (9665)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	AMAZONAS	0	0,8322	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. (6394)	MARFIM	0	1,1667	2
			COOP. REGAGROP,ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zito	0	1,2331	3
96	Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaleamento no máximo 30 dias. (9668)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (9322)	CHEMIN	0	1,1484	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2015

Página: 23/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANNMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HENNING	0	1,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2015

Página: 24/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Heing	0	1,2155	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 25/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PROCESSO Nº 55/2014

- (6152) - COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA.  
(7280) - COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL  
(8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
(9001) - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME  
(9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº3/2015 PMBT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 3/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de Combustível ( Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Etanol (7738)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,5800	1
2	GASOLINA COMUM (1323)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	3,1000	1
3	Óleo diesel comum (13354)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,6200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de Combustível ( Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Óleo diesel S10, (15355)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,7400	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Número do Registro de Preços: 3/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de Combustível ( Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015

PROCESSO Nº 63/2014

(7722) - RINNERT &amp; CIA LTDA - POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2015 PMBT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 1/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Correia dentada (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16501)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	GATES	0	41,5900	1
2	Tensor da correia dentada (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16502)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NITRON	0	75,2300	1
3	Vela de ignição (jogo) (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16503)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	74,0500	1
4	Kit de rolamento da roda traseira (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16504)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FAG	0	35,0100	1
5	Rolamento de roda dianteira (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16505)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FAG	0	53,1300	1
6	Bucha da bandeja dianteira (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16506)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	AXOS	0	13,6100	1
7	Coxim do amortecedor dianteiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16507)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	42,1900	1
8	Pivô (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16508)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	44,3400	1
9	Terminal de direção (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16509)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VIEMAR	0	32,1300	1
10	Pastilha de freio (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16510)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FREMAX	0	35,3100	1
11	Disco de freio ventilado (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16511)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FREMAX	0	55,5200	1
12	Amortecedor dianteiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16512)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	STOK AIR	0	97,5100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 2/17

<b>Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016</b>							
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Kit de amortecedor dianteiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16513)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	26,4800	1
14	Amortecedor traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16514)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MERITOR	0	122,6300	1
15	Kit de amortecedor traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16515)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MERITOR	0	30,8600	1
16	Jogo de lona de freio (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16516)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BENDIX	0	17,1200	1
17	Cabo de vela (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16517)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	116,5500	1
18	Kit de embreagem novo (platô, disco, rolamento) (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16518)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOOK	0	293,7700	1
19	Válvula termostática (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16519)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VALCLEI	0	55,5400	1
20	Bomba de óleo (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16520)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	150,2900	1
21	Bomba de água (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16522)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	108,1900	1
22	Bomba de combustível (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16521)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BROSOL	0	175,8100	1
23	Polia da correia do alternador (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16523)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VW	0	69,5600	1
24	Retentor dianteiro virabrequim (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16524)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SABO	0	36,8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 3/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Tampa óleo motor (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16525)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VW	0	11,4600	1
26	Cabo de embreagem (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16526)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KIT CIA	0	42,8800	1
27	Radiador do motor (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16527)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VALEO	0	269,4800	1
28	Kit de reparo junta homocinética (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16528)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	34,4000	1
29	Sensor de nível da bôia de combustível (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16529)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TSA	0	71,8600	1
30	Cilindro de freio traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16530)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	18,4200	1
31	Bucha de suspensão traseira (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16531)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	14,9000	1
32	Óleo para motor 10 w 40 1L (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16532)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PETROBRAS	0	24,9300	1
33	Filtro de ar = C 1858/1 (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16533)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	18,4200	1
34	Filtro de combustível = WK 612 (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16534)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	18,5700	1
35	Filtro de óleo = W 75/2 (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16535)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	16,8200	1
36	Palheta de para brisas dianteiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16536)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VTO	0	20,9100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 4/17

<b>Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016</b>							
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Palheta de para brisas traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16537)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VTO	0	21,6300	1
38	Silencioso traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16538)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	WIEST	0	147,0000	1
39	Sensor de rotação (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16539)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MARELLI	0	211,6500	1
40	Silencioso intermediário (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16540)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VW	0	81,5000	1
41	Bateria 60 Ah (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16541)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PIONEIRO	0	267,9500	1
42	Rolamento de roda dianteira (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16542)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NSK	0	94,3400	1
43	Cubo de Roda Traseira (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16543)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	175,0800	1
44	Pastilha de Freio (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16544)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BENDIX	0	61,2100	1
45	Vela de ignição (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16545)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	56,6900	1
46	Bobina de ignição (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16546)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MAGNETMAR	0	83,1900	1
47	Kit de embreagem (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16547)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOOK	0	426,4800	1
48	Cilindro de roda (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16548)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	55,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 5/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Fluido de freio dot4 (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16549)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	16,0600	1
50	Disco de freio (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16550)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BENDIX	0	93,5900	1
51	Amortecedor dianteiro (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16551)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	278,2600	1
52	Amortecedor traseiro (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16552)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	246,7500	1
53	Correia dentada (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16553)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	79,2000	1
54	Óleo para motor (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16554)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PETROBRAS	0	25,2100	1
55	Filtro de ar (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16555)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	33,8400	1
56	Filtro de combustível (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16556)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	16,0100	1
57	Filtro de óleo (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16557)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	22,1900	1
58	Palheta de para brisa dianteiro (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16558)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VTO	0	21,1500	1
59	Correia dentada para comando de válvula ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16559)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	45,0000	1
60	Pastilha de freio ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16560)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	96,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 6/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Lona de freio ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16561)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FRASLE	0	52,8300	1
62	Cabos de vela ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16562)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	129,9200	1
63	Amortecedor dianteiro turbo gás ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16563)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	399,3900	1
64	Amortecedor traseiro ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16564)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	270,7200	1
65	Kit de embreagem novo (platô, disco, rolamento) ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16565)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOCK	0	388,0000	1
66	Kit de amortecedor dianteiro ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16566)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	41,3700	1
67	Kit de amortecedor traseiro ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16567)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	43,6300	1
68	Disco de freio ventilado ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16568)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FRASLE	0	133,2300	1
69	Filtro da cabine ar condicionado ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16569)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	20,4400	1
70	Jogo de vela ignição ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16570)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BOSCH	0	72,8000	1
71	Válvula termostática ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16571)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MARELLI	0	80,5100	1
72	Tensor da correia dentada completo ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16572)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ROLETENS	0	71,1300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 7/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	bomba de óleo ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16573)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	AUROI	0	153,0000	1
74	Bomba de água ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16574)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	133,4400	1
75	Sensor lâmpada ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16575)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BOSCH	0	227,8900	1
76	Tampa óleo motor ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16576)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VW	0	9,7100	1
77	Tampa para reservatório de água ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16577)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FLORIO	0	21,9700	1
78	Kit reparo homocinética ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16578)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SPYCER	0	102,6200	1
79	Pivô da suspensão lado esquerdo ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16579)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	63,2900	1
80	Pivô da suspensão lado direito ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16580)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	63,2900	1
81	Terminal de direção lado direito ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16581)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	73,8900	1
82	Terminal de direção lado esquerdo ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16582)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	73,8900	1
83	Bucha de bandeja dianteira (par) ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16583)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	46,6300	1
84	Bucha de suspensão traseira ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16584)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	72,0500	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 8/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Correio em V do virabrequim ( Alternador, bomba água e ar condicionado) ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16585)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CONTITECH	0	47,8300	1
86	Bieleta estabilizadora ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16586)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	36,9700	1
87	Sensor de temperatura ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16587)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	RHO	0	74,8500	1
88	Interruptor de pressão de óleo ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16588)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	RHO	0	21,6600	1
89	Filtro de ar motor ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16589)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	29,7300	1
90	Filtro de óleo ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16590)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	17,9300	1
91	Filtro de combustível ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16591)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	18,7900	1
92	Óleo de freio DI 4 ABS ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16592)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PETROBRAS	0	18,5000	1
93	Palheta de para brisas ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16593)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BOSCH	0	22,1100	1
94	Bomba de combustível ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16594)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BROSOL	0	164,1400	1
95	Cubo de roda com rolamento ABS ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16595)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DIVIGILI	0	217,5000	1
96	Cilindro de freio traseiro ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16596)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	58,3300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 9/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Barra axial de direção ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16597)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BORTEC	0	69,1600	1
98	Bateria 60 Ah ( VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16598)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PIONEIRO	0	267,9500	1
99	Bobina de ignição (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16599)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MAGNETIMAF	0	282,6000	1
100	Terminal de direção (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16600)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DRIVE	0	57,8300	1
101	Pivô de suspensão (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16601)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	71,8700	1
102	Bucha da Bandeja (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16602)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	76,5400	1
103	Amortecedor dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16603)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	337,0000	1
104	Amortecedor traseiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16604)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	237,3300	1
105	Caxim de amortecedor dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16605)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MAZON	0	97,7200	1
106	Batente de amortecedor dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16606)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	44,7100	1
107	Junta homocinética (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16607)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SPYCER	0	158,0000	1
108	Rolamento do cubo dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16608)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	72,0700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 10/17

<b>Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016</b>							
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Rolamento do cubo traseiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16609)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	141,2000	1
110	Lona de freio traseiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16610)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	116,7600	1
111	Pastilha de freio (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16611)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	103,8800	1
112	Cilindro de freio roda traseira (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16612)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	50,9500	1
113	Disco de freio dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16613)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	104,1700	1
114	Junta deslizante (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16614)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FIAT	0	173,6400	1
115	Suporte de caixa (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16615)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	68,2600	1
116	Suporte de motor (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16616)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	191,1700	1
117	Cabos de vela de ignição (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16617)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	96,3000	1
118	Velas de ignição (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16618)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	80,6000	1
119	Correia dentada (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16619)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	52,1300	1
120	Correia do alternador (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16620)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	56,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 11/17

<b>Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016</b> <b>Objeto da Compra:</b> Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Esticador da correia (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16621)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	80,6600	1
122	Bomba de água (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16622)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	163,0100	1
123	Cilindro mestre do freio (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16623)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	133,0000	1
124	Kit embreagem (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16624)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOOK	0	493,6600	1
125	Terminal de direção (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16625)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DRIVE	0	60,6600	1
126	Pivô de suspensão (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16626)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DRIVE	0	48,3300	1
127	Bucha da bandeja (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16627)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	47,9600	1
128	Mola de suspensão dianteira (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16628)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ALIPERTI	0	128,6600	1
129	Buchas de estabilizador (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16629)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	14,6600	1
130	Rolamento do cubo dianteiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16630)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	70,6600	1
131	Rolamento do cubo traseiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16631)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	99,8700	1
132	Lona de freio traseiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16632)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	97,3400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 12/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Pastilha de freio (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16633)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	56,8300	1
134	Cilindro de freio roda traseira (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16634)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	43,9600	1
135	Flexível de freio (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16635)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NORFLEX	0	17,1000	1
136	Disco de freio dianteiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16636)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	86,3300	1
137	Panela de freio traseiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16637)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	72,9300	1
138	Suporte de caixa (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16638)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CWB	0	71,2000	1
139	Suporte de motor (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16639)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CWB	0	78,6600	1
140	Cabos de vela de ignição(Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16640)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	73,2200	1
141	velas de ignição (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16641)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	67,3300	1
142	Correia dentada (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16642)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	43,3800	1
143	Correia do alternador (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16643)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	38,8100	1
144	Esticador da correia (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16644)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NYTROL	0	65,0400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 13/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	bomba de água (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16645)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	100,9900	1
146	Cilindro mestre do freio (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16646)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	94,6500	1
147	Bobina de ignição (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16647)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MAGNETIMAF	0	140,0600	1
148	Terminal de direção (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16648)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DRIVE	0	31,1700	1
149	Pivô de suspensão (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16649)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	40,6600	1
150	Bucha da bandeja (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16650)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	20,2300	1
151	Mola de suspensão dianteira (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16651)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ALIPERTI	0	88,7600	1
152	Mola de suspensão traseira (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16652)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ALIPERTI	0	129,5300	1
153	Buchas de estabilizador (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16653)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	6,5100	1
154	Amortecedor dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16654)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEL	0	102,5200	1
155	Amortecedor traseiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16655)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEL	0	143,6500	1
156	Caxim de amortecedor dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16656)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	35,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 14/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Balante de amortecedor dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16657)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	14,9700	1
158	Junta homocinética (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16658)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SPYGER	0	105,6000	1
159	Rolamento do cubo dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16659)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	54,3100	1
160	Rolamento do cubo traseiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16660)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	36,4000	1
161	Lona de freio traseiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16661)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	22,7000	1
162	Pastilha de freio (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16662)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	49,6600	1
163	Cilindro de freio roda traseira (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16663)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	31,3800	1
164	Flexível de freio (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16664)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LORFLEX	0	15,1800	1
165	Disco de freio dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16665)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	57,6900	1
166	Panela de freio traseiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16666)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	77,5600	1
167	Junta deslizando (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16667)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SPYGER	0	99,4900	1
168	Suporte de caixa (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16668)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	JAHU	0	23,3300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 15/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Suporte de motor (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16669)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	JAHU	0	29,1000	1
170	Cabo de embreagem (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16670)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KS	0	32,2600	1
171	Cabo de freio de mão (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16671)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KS	0	66,3600	1
172	Cabos de vela de ignição (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16672)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	92,1300	1
173	Velas de ignição (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16673)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	91,0000	1
174	Correia dentada (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16674)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	38,3000	1
175	Correia do alternador (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16675)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	41,1300	1
176	Eslicador da correia (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16676)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ALROI	0	56,1000	1
177	Bomba de água (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16677)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	83,9600	1
178	Cilindro mestre do freio (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16678)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	68,9900	1
179	Kit embreagem (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16679)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOOK	0	301,4500	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Página: 16/17

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016  
**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
180	Serviço de mão de obra, (7936)	HR	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SULDIESEL	0	44,1600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/17

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015**

Número do Registro de Preços: 31/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2015****PROCESSO N° 44/2015**

(6636) - SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA.

Braço do Trombudo, 2 de Outubro de 2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°4/2015 PMBT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2015**

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura Municipal do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	óleo diesel S10. Exigências: Instalação de uma bomba no tanque que deve ser digital, o tanque deve no mínimo 6000 litros de capacidade, com tampa de contenção metálica. Vazão de bomba mínima 50 litros por minuto. (15358)	LTS	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	Widcom	0	2,6200	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura Municipal do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	óleo diesel comum. Exigências: Instalação de uma bomba no tanque que deve ser digital, o tanque deve no mínimo 6.000 litros de capacidade, com bacia de contenção metálica. Vazão de bomba mínima 50 litros por minuto. (15359)	LTS	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	Widcom	0	2,4800	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2015**

Número do Registro de Preços: 4/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura Municipal do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto, (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

REGISTRO DE PREÇOS N° 4/2015

PROCESSO N° 64/2014

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°5/2015 PMBT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (854g)	UND	L. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGÁS	0	44,0000	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 5/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Super Gasbrás	0	44,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015**

Número do Registro de Preços: 5/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descio. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015****PROCESSO Nº 52/2014**

(6152) - COOP. REG.AGROPALTO VALE ITALIAI LTDA.

(7649) - IL TRAPP &amp; CIA LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°6/2015 PMBT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2015

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Contratação de Empresa Especializada em Ensino de Esporte para Diversas Modalidades e Faixas Etárias do Município de Braço do Trombudo para o ano de 2015.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e Atividades com os idosos. (12375)	MES	Paulo Cesar Martins - 820.050.969-15 (9240)		0	7.633,0000	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2015**

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Contratação de Empresa Especializada em Ensino de Esporte para Diversas Modalidades e Faixas Etárias do Município de Braço do Trombudo para o ano de 2015.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 6/2015

PROCESSO N° 58/2014

(9240) - Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015**

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Etanol para abastecer a frota da Secretaria de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gasolina Comum (1912)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPRANGA	0	3,1000	1
2	Etanol (1913)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPRANGA	0	2,5800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Etanol para abastecer a frota da Secretaria de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	óleo diesel comum (4528)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,6200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2015**

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016  
Objeto da Compra: Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Etanol para abastecer a frota da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

REGISTRO DE PREÇOS N° 1/2015

PROCESSO N° 11/2014

(6158) - RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

# Brusque

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 7.663, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº. 7.663, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 43.857,30 (Quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos), para atender a programação abaixo especificada:

70.00 Instituto Brusquense de Previdência

70.001 IBPREV

0009.0272.0205.2315 Concessão de Benefícios Previdenciários

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 43.857,30

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/ Conta		Vínculo/Fonte de Recursos		Disponibilidade em 31/12/2014
6202-9	CAIXA ECONO- MICA FEDERAL		0.1.00.00 0.3.00.00		1.045,84 42.811,46
6208-8	CAIXA ECONO- MICA FEDERAL		0.1.00.00 0.3.00.00		39.533,58 27.297,93
TOTAL GERAL					110.688,81
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos		Valor R\$	
Empenhos à Pagar		0.1.00.00 / 0.3.00.00		1.493,14	
DDO à Pagar		0.1.00.00 / 0.3.00.00		0,00	
Restos à Pagar		0.1.00.00 / 0.3.00.00		2.789,91	
TOTAL		0.1.00.00 / 0.3.00.00		4.283,05	
Saldo		Fonte de Recursos		Valor R\$	
Superávit Financeiro		0.1.00.00 / 0.3.00.00		106.405,76	
TOTAL				106.405,76	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

CELIO FRANCISCO DE CAMARGO

Diretor-Presidente - IBPREV

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 2465/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2465/2015

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez a  
Teresinha dos Santos

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, a, 34, §2º, e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6-A da referida Emenda, acrescido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 293/2015, benefício de Aposentadoria por Invalidez a TERESINHA DOS SANTOS, CPF 671.330.029-49.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/09/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de outubro de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

# Caçador

## PREFEITURA

### **CORREÇÃO DATA DE ABERTURA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 101-2015, CHAMADA PUBLICA – Nº 01-2015 – PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 101-2015, CHAMADA PUBLICA – Nº 01-2015 – PREFEITURA

EDITAL: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENTIDADES FILANTROPICAS. DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/10/2015 as 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 27/10/2015 as 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 29 de setembro de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 6.568**

DECRETO Nº 6.568, de 01 de outubro de 2015.

Nomeia Comissão de acompanhamento do Edital nº 03/2015 – Processo Seletivo para contratação em caráter temporário para atuação no Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de acompanhamento do Edital nº 03/2015 – Processo Seletivo para contratação em caráter temporário, para atuação no Magistério Público Municipal:

I – Paulo Roberto Gonçalves;

II – Bernadete Maria Ribeiro dos Santos;

III – Eliane Cavalheiro;

IV – Iria Lezan Ribeiro;

V – Joice Luiza Flores de Matias;

VI – Marcia Alves de Oliveira Hahn;

VII – Maria Beatriz Konflanz.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 01 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 25.898**

PORTARIA Nº 25.898, de 31 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, ocupantes de cargos efetivos e de contrato temporário, lotadas na



Secretaria Municipal da Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes das servidoras, cargos, locais de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

#### I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

Código	Nome	Cargo	Locais de Atuação	Total de Dias	Período – A Contar de – Data início
802 6964	Alda Pasquali Basqueira	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	30 dias	28/08/2015
10538	Debora Jane Zarur	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Hilda G de Sousa	15 dias	28/08/2015
4276	Izabel Cristina Salomoni de Araujo	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Henrique J. Berger	30 dias	31/08/2015
10185	Maria Helena Pereira Alves	Servente da Educação	CMEI Santa Terezinha	15 dias	31/08/2015
1514	Ruth Macedo Maciel	Servente da Educação	CMEI Sininho	15 dias	19/08/2015

#### II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTs

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
13735	Debora Jane Zarur	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Hilda G de Sousa	15 dias	15 dias	28/08/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

#### PORTARIA Nº 25.903

PORTARIA Nº 25.903, de 01 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado das Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, especificando: códigos, nomes das servidoras, cargos, carga horária, referência, locais de atuação e períodos, conforme seguem:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Local de Atuação/Escola	Período/A Contar de:
13989	Kadiny Aparecida de Almeida	Professora do Ensino Fundamental II	40	1/A	EMEB Henrique Julio Berger, VV. Raquel Morona, Licença Trat. Saúde familiar	26/08/2015 a 24/09/2015
13987	Juliana Felipe Soares	Servente	44	1.5/A	CMEI Pierina Adami, VV a Ivanir Gonçalves, Licença Trat. Saúde	27/08/2015 a 24/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.962**

PORTARIA Nº 25.962, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

PRORROGAR o contrato por tempo determinado da Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome da servidora, cargo, carga horária, referência, local de atuação, vaga e período, conforme seguem:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Local de Atuação/Escola	Período/A Contar de:
13931	Maria Salete Rech Menezes	Auxiliar de Creche e Berçário	40	1/A	CMEI Pierina Adami, Vaga vinculada à Bernadete Chiesa C. Do Prado, afastamento INSS	05/09/2015 a 09/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.963**

PORTARIA Nº 25.963, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

PRORROGAR o contrato por tempo determinado do Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome do servidor, cargo, carga horária, referência, local de atuação, vaga e período, conforme seguem:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Local de Atuação/Escola	Período/A Contar de:
14001	Jean César Barbosa Ferreira	Professor Nível Médio	12	1/A	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, VV Aline Balbinotto, Licença Trat. Saúde	02/09/2015 a 16/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.990**

PORTARIA Nº 25.990, de 18 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos e de contrato temporário, lotados na Secretaria Municipal da Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos, locais de atuação,

dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

**I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:**

Código	Nome	Cargo	Locais de Atuação	Total de Dias	Período – A Contar de – Data início
10185	Maria Helena Pereira Alves	Servente da Educação	CMEI Santa Terezinha	15 dias	17/09/2015
2465	Marilucy Wierzbicki	Secretário Escolar	EMEB Hilda Granemann de Sousa	180 dias	18/09/2015

**II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTS:**

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
13629	Josiane Castilho Hahn	Merendeira	EMEB Morada do Sol	30 dias	15 dias, após INSS	15/09/2015
13643	Mellina Pereira Scalabrin	Profª Ensino Fundamental I	EMEB Castelhana e EMEB Ulysses Guimarães	09 dias	09 dias	15/09/2015
12936	Roseli Kinak Golin	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Sonho Encantado	180 dias	15 dias, após para INSS	18/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.994**

PORTARIA Nº 25.994, de 18 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado da Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome da servidora, cargo, carga horária, referência, local de atuação, vaga e período, conforme seguem:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Local de Atuação/Escola	Período/A Contar de:
12928	Michellen Azeredo de Moraes	Secretário Escolar	40	1/A	EMEB Hilda G de Sousa, VV Marilucy Wierzbicki, Licença Trat. Saúde	18/09/2015 a 18/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.996**

PORTARIA Nº 25.996, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	A contar de:
13996	Indiamara Vieira	Profª de Educação Infantil	EMEB Vereda dos Trevos	21/09/2015
13784	José Cristiano Peretti	Prof de Ensino Fundamental I	EMEB Ulysses Guimarães – face fechamento de turma	21/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de setembro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.997

PORTARIA Nº 25.997, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, das diversas Secretarias e órgãos municipais, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes, cargos, locais de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

#### I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

Código	Nome	Cargo	Locais de Atuação	Total de Dias	Período – A Contar de – Data início
5063	Andre Augusto Carneiro	Operador Usina Asfalto	Sec. Agricultura	04 dias	08/09/2015
5790	Antonio Carlos do Nascimento Biten-court	Assistente Administrativo	Sec. Administração	05 dias	14/09/2015
11056	Carla Ribeiro	Auxiliar de Enfermagem	Sec. Saúde	07 dias	31/08/2015
716	Fernando Antonio Dal Pupo	Pedreiro	Sec. Infraestrutura	150 dias	25/08/2015
2492	Ilto Adão Ferreira	Marroeiro	Sec. Infraestrutura	60 dias	15/09/2015 a 13/11/2015
11002	Ivanir Lurdes Keckler Andrade	Auxiliar de Serviços Gerais	Sec. Saúde	90 dias	26/08/2015 a 23/11/2015
3361	Janete Lisboa Velasques	Fiscal Sanitarista	Sec. Saúde	04 dias	16/09/2015; 10/09/2015 a 11/09/2015; 17/09/2015
11373	Lisiane Souza Alves	Assistente Administrativo	Sec. Administração	04 dias	14/09/2015 a 17/09/2015
5635	Luciano Caregnato	Odontólogo	Sec. Saúde	04 dias	31/08/2015 a 01/09/2015; 14/09/2015; 17/09/2015
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procuradora Municipal	Procuradoria Geral	60 dias	10/08/2015 a 07/10/2015
247	Orlando Nivaldo da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Sec. Infraestrutura	30 dias	31/08/2015
1101	Rejane Mara Sorgatto	Odontologa	Sec. Saúde	05 dias	26/08/2015; 02/09/2015 a 04/09/2015; 17/09/2015
3386	Terezilda Scolaro	Auxiliar de Serviços Gerais	Sec. Saúde	30 dias	04/09/2015 a 02/10/2015
1106	Venturino José Zardo	Odontólogo	Sec. Saúde	06 dias	31/08/2015 a 04/09/2015; 09/09/2015
10476	Veroni Terezinha Correa Zambonin	Auxiliar em Saúde Bucal	Sec. Saúde	120 dias	26/08/2015 a 23/12/2015
10097	Vinicius Marcelino Piccoli	Auxiliar Serviços Obras Públicas	Sec. Assistência Social	180 dias	28/08/2015 a 23/02/2015

#### II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTs, ESF e em Comissão:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
12037	Angela Cristina Beckert	Agente Comunitário Saúde	Sec. Saúde	30 dias	15 dias, após INSS	08/09/2015
13523	Caroline de Castilho Passos Oliveira	Auxiliar de Enfermagem – ESF	Sc. Saúde	07 dias	07 dias	21/09/2015

13568	Claudio Luiz Rottava	Diretor de Habitação	Sec. Assistência Social	05 dias	05 dias	08/09/2015
13570	Cristiane Aline de Santi	Assistente Social – ESF	Sec. Assistência Social	05 dias	05 dias	27/08/2015
11860	Edemir Januario da Costa	Agente Comunitário Saúde	Sec. Saúde	05 dias	05 dias	01/09/2015 a 02/09/2015; 04/09/2015 a 05/09/2015; 11/09/2015
13972	Josiane Guadagnin	Agente Comunitário Saúde	Sec. Saúde	05 dias	05 dias	14/09/2015 a 16/09/2015; 10/09/2015 a 11/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de setembro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 26.000

PORTARIA Nº 26.000, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado da Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome da servidora, cargo, carga horária, referência, local de atuação, vaga e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Local de Atuação/Escola	Período/A Contar de:
13995	Franciane Maceno	Profª do Ensino Fundamental I	20	1/A	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, VV Gisele A. Estanislawski, Licença Trat. Saúde	21/09/2015 a 18/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de setembro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 26.006

PORTARIA Nº 26.006, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 18 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando: códigos, nomes, cargos, carga horária antiga, carga horária atual, unidades escolares e data de início da redução, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Unidade escolar	Período/A contar de:
12967	Amur Otávio Soares	Professor Ensino Fundamental II	27	24	EMEB Tabajara, face fechamento de turma	21/09/2015
12982	Anzero Giovani de Oliveira	Professor Ensino Fundamental II	40	37	EMEB Ulysses Guimarães, face fechamento de turma	21/09/2015

13000	Dayane da Silva Queiroz Martins	Professor Ensino Fundamental II	31	30	EMEB Ulysses Guimarães, face fechamento de turma	21/09/2015
13271	Lucelia Aparecida Cordeiro	Professor Ensino Fundamental II	40	38	EMEB Ulysses Guimarães, face fechamento de turma	21/09/2015
13725	Sidnei Moraes de Lucena	Professor Ensino Fundamental II	38	36	EMEB Tabajara, face fechamento de turma	21/09/2015
13566	Vera Regina Kreling	Professor Ensino Fundamental II	28	27	EMEB Tabajara, face fechamento de turma	21/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de setembro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 26.008**

PORTARIA Nº 26.008, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos e de contrato temporário, lotados na Secretaria Municipal da Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos, locais de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

#### **I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:**

Código	Nome	Cargo	Locais de Atuação	Total de Dias	Período – A Contar de – Data início
4272	Adriana Klein Huhn	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Pierina Adami	180 dias	21/09/2015
6957	Marilde Aparecida Scapin	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Alcides Tombini	15 dias	21/09/2015

#### **II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTs:**

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
13456	Jeana Zago	Profª Ensino Fundamental II	EMEB Henrique J. Berger e EMEB Hilda G de Sousa	30 dias	15 dias, após INSS	19/09/2015
13141	Sandra Aparecida Peretti	Profª Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	15 dias	15 dias	23/09/2015
13077	Silmara Zotto	Profª Ensino Fundamental II	EMEB Morada do Sol	15 dias	15 dias	22/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de setembro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34- 2015 – PR – 22- 2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34- 2015 – PR – 22-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS ODONTOLÓGICOS, PARA PACIENTES

ATENDIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/10/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 22/10/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 01 de outubro de 2015.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS  
Secretaria de Saúde

---

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**

---

**PORTARIA Nº 850, DE 26 DE AGOSTO DE 2015**

PORTARIA nº 850, de 26 de agosto de 2015.

Concede Pensão a JEFFERSON DOS SANTOS LOPES.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o inciso I, do §7º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos arts. 26 e 27, ambos da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder pensão por morte a JEFFERSON DOS SANTOS LOPES, na condição de filho maior inválido do Servidor Público Municipal ativo GENIR FERREIRA LOPES, falecido em 19/02/2011, na espécie sem paridade, quota parte de ½ (um meio), correspondendo a 50% do valor original do último vencimento do servidor na atividade, no montante de R\$ 1.103,93 (um mil, cento e três reais e noventa e três centavos), a serem pagos pelo IPASC a contar de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Fica redistribuída a quota parte da pensionista CATARINA POLAWSKI, correspondendo a 50% do valor do benefício.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 26 de agosto de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

**PORTARIA Nº 856, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA nº 856, de 25 de setembro de 2015.

Aposenta a Servidora OLINDA SUSIN PARIZOTTO.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, dos arts. 32 e 33, ambos da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição a Servidora OLINDA SUSIN PARIZOTTO, Matrícula nº 2410 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, Referência 2/A, carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02 de setembro de 2015, passando à Matrícula nº 3371, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de agosto de 2015, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.548,42 (um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos), adicional de triênio de R\$ 232,26 (duzentos e trinta e dois reais e vinte e seis centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 296,84 (duzentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos), totalizando R\$ 2.077,52 (dois mil e setenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 25 de setembro de 2015.

Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE.

**PORTARIA Nº 857, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA nº 857, de 25 de setembro de 2015.

Aposenta a Servidora ANGELA MARIA STAVIS.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, dos arts. 32 e 33, ambos da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição a Servidora ANGELA MARIA STAVIS, Matrícula nº 1841 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Referência 4/A, carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02 de setembro de 2015, passando à Matrícula nº 3372, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de agosto de 2015, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.560,93 (três mil quinhentos e sessenta reais e noventa e três centavos) e adicional de triênio de R\$ 534,14 (quinhentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos), totalizando R\$ 4.095,07 (quatro mil e noventa e cinco reais e sete centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 25 de setembro de 2015.  
Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE.



# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 026/2015 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 015/2015 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GRÁFICO, UTILIZADO PARA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS EXECUTADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/10/2016

1ª Publicação.

### DECRETO N.º 2.092/2015

DECRETO N.º 2.092/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Gestão do Processo Legislativo

Atividade: 2.001 – Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 00.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 1

VALOR: R\$ 586.000,00

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Gestão do Processo Legislativo

Atividade: 2.001 – Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 00.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 4

VALOR: R\$ 114.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de recursos ordinários da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 15 de setembro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

### TERMO DE ERRATA CONTRATO 053/2015

TERMO DE ERRATA

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Administração, vem comunicar que na publicação do contrato 053/2015 da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 04 de setembro de 2015:

- Onde lê-se: Data: 03/09/2015

- Onde leia-se: Data: 24/09/2015

- Onde lê-se: Valor: R\$ 7.719.003,26 (Sete milhões, setecentos e dezenove mil, três reais e vinte e seis centavos)

- Leia-se: Valor: R\$ 7.713.318,56 (Sete milhões, setecentos e treze mil, trezentos e dezoito reais, e cinquenta e seis centavos)

Camboriú SC, 02 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 87/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 87/2015)

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 87/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de até 400 m³ (quatrocentos metros cúbicos) de madeira de eucalipto (em peças serradas, tipo vigas, vigotes, pranchão corrido, pilar, travessas, etc.), material destinado à manutenção e recuperação de diversas pontes do Município e/ou outras finalidades. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS A. SELL ME. A empresa credenciou como representante na sessão o Sr. Adilson Jorge Sell. A empresa apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e a Certidão Simplificada de EPP. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
DESD. DE MADEIRAS A. SELL ME	350,00	350,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS A. SELL ME foi declarada habilitada. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### CONVOCAÇÃO Nº 168/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 168/2015

SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. MARILDA HOFFMANN ANDRUCHECHEN, inscrita no CPF/MF sob nº 017.812.969-01, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de ENFERMEIRO na Função de ENFERMEIRO, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 08 de Outubro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 02 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

### CONVOCAÇÃO Nº 169/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 169/2015

SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SONIA HABOVSKY STAHELIN, inscrita no CPF/MF sob nº 419.073.459-49, aprovada em 28º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I, na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 07 de Outubro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 02 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 9.336 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.336 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.964,44 (um mil, novecentos e sessenta e quatro reais, quarenta e quatro centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.964,44	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesas da Dotação do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 110,56	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 578,88	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 941,00	
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 334,00	
	Total	R\$ 1.964,44	

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de Setembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício Município de Campo Alegre/SC., 02 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.337 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.337 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.400,00 (um mil quatrocentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas.	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.842 -	Despesas Correntes	
310000.00.842 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.842 -	Aplicações Diretas	
319004.00.842 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.400,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesas da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas.	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.842 -	Despesas Correntes	
310000.00.842 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.842 -	Aplicações Diretas	
319011.00.842 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 1.400,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de Setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito em Exercício Município de Campo Alegre/SC., 02 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.338 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.338 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	

330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 200,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 200,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício Município de Campo Alegre/SC., 02 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## TP 82/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – SC  
1ª ALTERAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 82/2015

Considerando correção na planilha de orçamento e do cronograma físico financeiro, ALTERA-SE a data de abertura do Processo Licitatório 82/2015 para o dia 20/10/2015, permanecendo o mesmo horário e local. A entrega dos envelopes (documentos e proposta) deverá ser feita até as 9h45 do dia 20/10/2015. As datas limites para autenticação de documentos, todas passam para o dia 20/10/2015. A planilha e o cronograma físico financeiro corrigidos estão disponíveis no site do município: [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br). Campo Alegre, 02 de outubro de 2015. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **ANULAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º FUNR 02/2015**

FUMREBOMPM DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FUNR 08/2015

TOMADA DE PREÇO N.º FUNR 02/2015

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da Tomada de Preço n.º 02/2015, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO PRÉ MOLDADO (FUNDAÇÕES, ESTRUTURAS, PAREDES E COBERTURA) DO ESTANDE DE TIRO PARA O 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME ITENS CONSTANTES NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO. Motivo: Ajustes técnicos no projeto. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, fone (47) 321-7705.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito / Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL E DA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO N.º FMS 21/2015 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 33/2015

PREGÃO N.º FMS 21/2015 (PRESENCIAL)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Fundo Municipal De Saúde - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o Edital citado acima (foram adequadas as quantidades que estavam divergentes no edital e no autoco-tação). Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 20/10/2015, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 113/2015 (ELETRÔNICO)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º. PMC 187/2015

EDITAL DE PREGÃO N.º. PMC 113/2015 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20/10/2015, às 10h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 08h30min do dia 20/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º PMC 34/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º. PMC 190/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º. PMC 34/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/10/2015, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONCLUSÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES, SITUADO NA RUA OTAVIO FERREIRA DA SILVA, BAIRRO CAMPO DA AGUA VERDE, ÁREA DE 2.215,89 M². Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 22/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito



# Capinzal

## PREFEITURA

### FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0032/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0020/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0032/2015  
Pregão Presencial Nº 0020/2015

OBJETO: Contratação de Anestesista para prestação de serviços no Hospital Nossa Senhora das Dores, para cirurgias de pacientes no Município de Capinzal/SC.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:05 horas do dia 19/10/2015, para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zóccoli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 5 de outubro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

### PMC ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO 0161/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0093/2015

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 001/2015

Processo Licitatório Nº 0161/2015  
Pregão Presencial Nº 0093/2015

No edital do Processo Licitatório Nº 0161/2015, Pregão Presencial Nº 0093/2015, que tem como objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, camarins, geradores, e estruturas piramidais) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, junto ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, as margens da SC 150, compreendendo o período de 12 a 15 de novembro de 2015 por ocasião da EXPOVALE 2015.;

Onde se lê:

4.3 - Para comprovação de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, na presente licitação será exigida a entrega os seguintes documento:

a) Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou

transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina – CREA. (Ou no Estado em que for sediada a empresa proponente).

c) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, conforme modelo padrão do órgão, que comprove ter realizado serviços similares a que se propõe, com características similares aos do objeto do Edital.

d) Comprovação de possuir vínculo empregatício, na data prevista para a entrega da proposta, com os seguintes profissionais seguintes profissionais, 01 (um) engenheiro Civil ou Mecânico, conforme atribuições do CONFEA; 01 (um) engenheiro/técnico na modalidade Elétrica, conforme atribuições do CONFEA; 03 (três) técnicos de Sonorização; 03 (três) técnicos de Iluminação; 04 (quatro) montadores na modalidade Estruturas para Eventos; 01(um) técnico na modalidade Gerador de Energia, conforme atribuições do CONFEA.

e) A comprovação poderá ser feita, mediante a apresentação de cópia(s) da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou da Ficha de Registro de Empregado, ou do Contrato de Trabalho. Caso algum dos profissionais indicados seja sócio da empresa, o contrato social será aceito como comprovação.

f) Documento que comprove que a Licitante possui Técnico em Segurança do Trabalho, devendo este acompanhar e orientar os funcionários da Empresa vencedora quanto as normas de Segurança e o uso correto dos equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

g) Todos os eventos deverão ter o acompanhamento de pelo menos 01 (um) gestor com formação em eventos previamente designado, com vínculo empregatício comprovado e formação acadêmica comprovada.

h) O material deve estar de acordo com a IN 24 do CBMSC (Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina).

Leia-se:

4.3 - Para comprovação de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina – CREA. (Ou no Estado em que for sediada a empresa proponente).

c) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, conforme modelo padrão do órgão, que comprove ter realizado serviços similares a que se propõe, com características similares aos do objeto do Edital.

d) Comprovação de possuir vínculo empregatício, na data prevista para a entrega da proposta, com os seguintes profissionais seguintes profissionais, 01 (um) engenheiro Civil ou Mecânico, conforme atribuições do CONFEA; 01 (um) engenheiro/técnico na modalidade Elétrica, conforme atribuições do CONFEA; 03 (três) técnicos de Sonorização; 03 (três) técnicos de Iluminação; 04 (quatro) montadores na modalidade Estruturas para Eventos; 01(um) técnico na modalidade Gerador de Energia, conforme atribuições do CONFEA.

e) A comprovação poderá ser feita, mediante a apresentação de cópia(s) da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou da Ficha de Registro de Emprego, ou do Contrato de Trabalho. Caso algum dos profissionais indicados seja sócio da empresa, o contrato social será aceito como comprovação.

f) Documento que comprove que a Licitante possui Técnico em Segurança do Trabalho, devendo este acompanhar e orientar os funcionários da Empresa vencedora quanto as normas de Segurança e o uso correto dos equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

g) O material deve estar de acordo com a IN 24 do CBMSC (Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina).

As outras cláusulas, itens, regras e condições permanecem inalteradas na sua forma original.

Capinzal 02 de outubro de 2015  
ELISÂNGELA BAGNOLIN  
Diretora de Compras e Licitações

#### **PORTARIA 1248/2015**

PORTARIA Nº 1248, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015  
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a contar de 01 de outubro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 3189/2015, Juarez Lourenço Goronzi, matrícula nº 410097/01, ocupante do cargo de Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social, nível CC – 5, conforme o anexo IV - E da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de outubro de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1250/2015**

PORTARIA Nº 1250, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015  
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a contar de 01 de outubro de 2015, conforme memorando nº 061/2015/GAB, Nair Basei, matrícula nº 397644/03, ocupante do cargo de Diretor de Agricultura, nível CC – 3, conforme o anexo IV - C da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei

Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de outubro de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário Interino da Administração e Finanças

#### **PORTARIA 1251/2015**

PORTARIA Nº 1251, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015  
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a contar de 01 de outubro de 2015, conforme memorando nº 061/2015/GAB, Mariana Letícia Bazzi Meneghini, matrícula nº 410033/01, ocupante do cargo de Secretário Diretor do PROCON, nível CC – 3, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de outubro de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário Interino da Administração e Finanças

#### **PORTARIA 1252/2015**

PORTARIA Nº 1252, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015  
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a contar de 01 de outubro de 2015, conforme memorando nº 061/2015/GAB, Rogério Biazotto, matrícula nº 130044/02, ocupante do cargo de Secretário de Infraestrutura, nível CC – 5, conforme o anexo IV - G da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de outubro de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário Interino da Administração e Finanças



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/35/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/35/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0366/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de tintas e outros materiais para pintura, destinados à obra de ampliação da sede administrativa do SIMAE (Etapa 1).

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 16 de outubro de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail [material@simaecao.sc.gov.br](mailto:material@simaecao.sc.gov.br) ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 05 de outubro de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/36/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/36/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0358/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de Reagentes para utilização nos Laboratórios da Estação de Tratamento de Água (ETA) do SIMAE.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 19 de outubro de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail [material@simaecao.sc.gov.br](mailto:material@simaecao.sc.gov.br) ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 05 de outubro de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.102 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.102/15 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECEUROS PRÓPRIOS E CONVÊNIO TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO, NO DECORRER DO EXERCÍCIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.478/14 de 16 de Dezembro de 2014, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 93.651,68 (Noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção da Assistência Social Geral		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190) Recursos Próprios	R\$	13.000,00

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Transporte Escolar do Ensino Fundamental		
	162	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Conv. Transp. Escolar	R\$	80.651,68

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Arrecadação através de Recursos Próprios e Convênio Transporte Escolar do Estado, no exercício de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 30 de setembro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº 002/2015

CONVOCA PARA A SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS SC

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, cumprindo o que dispõe os incisos I, II e III, do artigo 34 e artigo 40, ambos da lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da cidade), torna público que, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Convocar todos os habitantes do Município, à participarem da Segunda Audiência Pública para discussão e aprovação no Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Catanduvas-SC,

Art. 2º - A SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA, fica agendada para o dia 08 de outubro de 2015, Quinta-feira, às 19h00min, na Casa Multiuso, no Centro de Eventos Sestílio Bortolon, em Catanduvas-SC, localizada na Rua da Liberdade, Centro.

Art. 3º - Ficando assim convocados todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados Catanduvenses maiores de 16 anos.

Parágrafo Único - E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Prefeitura, bem assim na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Catanduvas 18 de setembro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 03 ATA 10/2014

ADITIVO CONTRATUAL N. 03, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2014.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n. 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55, Centro, Cidade de Caxambu do sul, representado pelo Prefeito Municipal Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede jurídica na Linha Santin, Km 11 na Cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 09.407.904/0001-00, neste ato representado pelo Senhor VALDIR RESTELATTO, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal no artigo 65, II, "d" da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolvem, aditar a Ata de Registro de Preços Nº 10/2014, vinculado ao Processo Licitatório nº 56/2014 - Modalidade Pregão Presencial nº 43/2014, de conformidade com as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

A Cláusula segunda, Item 2.1 da Ata de Registro de Preços N. 10/2014, passará a ter a seguinte redação considerando o reajuste nos preços dos combustíveis:

a) O preço certo e ajustado por litro de Óleo Diesel comum passa de R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos) para R\$ 2,86 (dois reais e oitenta e seis centavos) de conformidade com a cláusula 2.2.1 da referida ata.

b) O preço certo e ajustado por litro de Óleo Diesel S10 passa de R\$ 3,03 (três reais e três centavos) para R\$ 3,12 (três reais e doze centavos) de conformidade com a cláusula 2.2.1 da referida ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas da Ata as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de Outubro de 2015.

VILMAR FOPPA ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA EPP  
Prefeito Municipal Contratada

#### TESTEMUNHAS:

1) - \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### ADITIVO 04 ATA 10/2014

ADITIVO CONTRATUAL N. 04, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2014.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n. 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55, Centro, Cidade de Caxambu do sul, representado pelo Prefeito Municipal Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BERTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede jurídica na Rua do Comércio, nº 474, na Cidade de Caxambu do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.282.799/0001-19 neste ato representado por seu representante legal Senhor ANILSO JOSÉ CATTANI, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal no artigo 65, II, "d" da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolvem, aditar a Ata de Registro de Preços Nº 10/2014, vinculado ao Processo Licitatório nº 56/2014 - Modalidade Pregão Presencial nº 43/2014, de conformidade com as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

A Cláusula segunda, Item 2.1 da Ata de Registro de Preços N. 10/2014, passará a ter a seguinte redação considerando o reajuste nos preços dos combustíveis:

a) O preço certo e ajustado por litro de Óleo Diesel comum passa de R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos) para R\$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos) de conformidade com a cláusula 2.2.1 da referida ata.

b) O preço certo e ajustado por litro de Gasolina Comum passa de R\$ 3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos) para R\$ 3,57 (três reais e cinquenta e sete centavos) de conformidade com a cláusula 2.2.1 da referida ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas da Ata as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de Outubro de 2015.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BERTO LTDA  
Contratada

#### TESTEMUNHAS:

1) - \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**DECRETO 87/2015**

DECRETO N. 087/2015

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO 1º FÓRUM MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de seu cargo e de conformidade com o art. 71, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam convocados todos os munícipes de caxambu do Sul e demais interessados, para participar do 1º Fórum Municipal de Planejamento da Cultura de Caxambu do Sul – SC, que terá sua Plenária realizada no dia 14 de Outubro de 2015 às 19h00min, nas dependências do Depto de Cultura.

Parágrafo único. O 1º Fórum Municipal de Planejamento da Cultura de Caxambu do Sul – SC, constitui-se na instância coordenadora e validadora do processo de elaboração do diagnóstico do setor cultural do município, bem como acompanhamento das demais etapas, visando instituir o Plano Municipal de Cultura.

Art. 2º . O 1º Fórum Municipal de Planejamento da Cultura de Caxambu do Sul – SC, será presidido e coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes através do seu Departamento de Cultura.

Art. 3º . Poderão participar do 1º Fórum Municipal de Planejamento da Cultura de Caxambu do Sul – SC, líderes comunitários, representantes de entidades e movimentos sociais, representantes do poder público municipal, estadual e federal, secretários municipais e demais servidores, vereadores e demais pessoas interessadas em contribuir neste debate.

Art. 4º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC 02 de Outubro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 64/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 64/2015.

Vigência: 25/09/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 6/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALCIDES VIEIRA

Valor: R\$ 13.750,00 (treze mil setecentos e cinquenta reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto à contratação de serviços de pedreiro para manutenção, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas (pontes, pontilhões, muros...), localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC.

ITEM	Serviço	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Serviços de pedreiro para manutenção, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas (pontes, pontilhões, muros...), localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC	horas	500

DATA DA ASSINATURA: 25 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 65/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 65/2015.

Vigência: 30/09/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 81/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: BUDNY INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI

Valor: R\$ 85.200,00 (oitenta e cinco mil e duzentos reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto aquisição de Trator Agrícola de Rodas de conformidade com o estabelecido no Contrato de Repasse Nº 809071/2014/MAPA/CAIXA, para o Município de Chapadão do Lageado-SC, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações e quantidades contidas no Anexo II - Termo de Referência.

DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 66/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 66/2015.

Vigência: 30/09/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 81/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: AGROPRATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP

Valor: R\$ 2.990,00 (dois mil novecentos e noventa reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto aquisição de um Perfurador de Solo de conformidade com o estabelecido no Contrato de Repasse Nº 809071/2014/MAPA/CAIXA, para o Município de Chapadão do Lageado-SC, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações e quantidades contidas no Anexo II - Termo de Referência.

DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2015 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 67/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 67/2015.

Vigência: 30/09/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 81/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA

Valor: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto aquisição de uma Colhedora de Forragens de conformidade com o estabelecido no Contrato de Repasse Nº 809071/2014/MAPA/CAIXA, para o Município de Chapadão do Lageado-SC, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações e quantidades contidas no Anexo II - Termo de Referência.

DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2015 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 68/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 68/2015.

Vigência: 30/09/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 81/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CASA DO PICA PAU LTDA EPP

Valor: R\$ 14.090,00 (quatorze mil e noventa reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto aquisição de uma Plana Agrícola e um Distribuidor de Fertilizantes de conformidade com o estabelecido no Contrato de Repasse Nº 809071/2014/MAPA/CAIXA, para o Município de Chapadão do Lageado-SC, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações e quantidades contidas no Anexo II - Termo de Referência.

DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 19/FMS/2015

CONTRATO Nº: 133/2014

ADITIVO Nº: 19/2015

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA - ACRÉSCIMO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: C – CONNECT ACESSO À INTERNET LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 14/FMS/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/FMS/2014

Objeto do contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para serviço especializado de segurança da informação e aquisição de solução VPN (Virtual Private Network) com base em hardware e software, incluindo configuração, suporte técnico e transferência de conhecimentos

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato.

Assinatura: 10/09/2015

Vigência: Início: 10/09/2015 Término: 01/10/2016

Valor: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 20/FMS/2015

CONTRATO Nº: 208/2013

ADITIVO Nº: 20/2015

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO TA - ACRÉSCIMO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: C – CONNECT ACESSO À INTERNET LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 37/2013

CARTA CONVITE Nº: 05/2013

Objeto do contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para interligação de 07 (sete) unidades de saúde do fundo municipal de saúde de Cocal do Sul mais 01 (um) link semi – dedicado com velocidade de 2 MB e backup do servidor de dados.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato.

Assinatura: 10/09/2015

Vigência: Início: 10/09/2015 Término: 17/09/2016

Valor: R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais)



# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2015-PMC** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2015 – PMC  
Obras e Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global, para ampliação de residência, localizada na Rua Leonido José Moretto, Loteamento Frey Lency situada neste Município, de acordo com o Projeto e Memorial Descritivo constante do anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 03/11/2015, ÀS 08h30min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 30/10/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 03/11/2015, às 08h30min.

Abertura: dia 03/11/2015, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 02 de outubro de 2015.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

### **COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015-PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº20/2015 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para reforma da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, neste Município, com recursos oriundos do convênio FUNDEB, com o Governo Federal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

### **COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL**

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos às licitantes: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP; LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME, VANDERLEI DEITOS ME, BALBINOT CONSTRUÇÕES LTDA, FORMATTO ENGENHARIA LTDA e RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, que a licitante, ANTONIO LUIS TOBIAS – ME, interpôs, nas datas de 21 e 24 de setembro de 2015, recursos administrativos pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação e classificação do certame. Desejando, V. Sª poderão impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 02 de outubro de 2015  
CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA  
Presidente da CPL

### **CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 202/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2014 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 202/2014

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa SCS COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.995.853/0001-52, com sede na Rua Santa Catarina, 813, Sala 02, Bairro Morada do Sol, no município de Maravilha - SC, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura da Ata de Registro de Preços através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 14.1.2 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 15 do Edital.

Concórdia, SC, 01 de outubro de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 89/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 89/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente da Operação de Crédito/BADESC, no valor de R\$ 19.239,11 (dezenove mil duzentos e trinta e nove reais e onze centavos).

Concórdia SC, 02 de outubro de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

### **EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 47/2011 -FMS**

Contrato Nº : 47/2011/2011

Aditivo Nº : 6 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA

Contratada : ADEMIR ZANELLA

Licitação : Dispensa de Licitação 4/2011

Objeto : Locação de Imóvel

Vigência : Início: 07/09/2015 Término: 05/03/2016

Assinatura : 04/09/2015

Valor R\$: 5.859,48 (Cinco Mil, Oitocentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903615000000.01380002



**EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 48/2011 -FMS**

Contrato Nº : 48/2011/2011

Aditivo Nº : 6TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : LUPECAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 13/2011

Objeto : Locação de veículos para integrar a frota do FMS. Vigência 26/09/2016.

Vigência : Início: 27/09/2015 Término: 26/09/2016

Assinatura : 22/09/2015

Valor R\$: 64.621,80 (Sessenta e Quatro Mil, Seiscentos e Vinte e Um Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903927000000.01380002

**EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 83/2014 -FMS**

Contrato Nº : 83/2014

Aditivo Nº : 6 TA/2015

Tipo Aditivo : Objeto/Valor

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de edificação destinada a abrigar a Estratégia da Saúde da Família Novo Horizonte, localizada na Rua Guilherme Munaretto, Loteamento Novo Horizonte, Bairro da Gruta, neste Município, a serem executados com recursos oriundos do convênio com Governo Federal - Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 02/09/2015 Término: 12/03/2016

Assinatura : 02/09/2015

Valor R\$: 7.427,46 (Sete Mil, Quatrocentos e Vinte e Sete Reais e Quarenta e Seis Centavos)

Dotação : 220 - 13.001.2102.344905198000000.01020000

Dotação : 221 - 13.001.2102.344905198000000.01380002

Dotação : 435 - 13.001.2102.344905198000000.03020000

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2015

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI, Diretora Financeira da Secretaria Municipal de Finanças, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 01 de outubro de 2015, para Contribuição para atendimento ao programa de processamento eletrônico de dados de informações econômicas e fiscais de empresas normais e do simples nacional - CONSIMPLES, contrato de Rateio 02/2015, a favor do AMAUC-ASSOC.DOS MUNIC.DO ALTO URUGUAI CATAR., no valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 247/2015-PMC**

Contrato Nº : 247/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ANTÔNIO LUIS TOBIAS - ME

Licitação : Pregão Presencial 10/2015

Objeto : Contratação de empresas para fornecimento de materiais e prestação de serviço de readequação das divisórias instaladas na Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e a respectiva adequação das instalações elétricas e lógicas.

Vigência : Início: 01/09/2015 Término: 31/10/2015

Assinatura : 01/09/2015

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 138 - 09.001.1010.344905193000000.01000001

Dotação : 145 - 09.001.2035.344905192000000.01000001

Dotação : 147 - 09.002.2605.344905192000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 248/2015-PMC**

Contrato Nº : 248/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : RODRIGO LUIS SCHAEFER ME

Licitação : Pregão Presencial 10/2015

Objeto : Contratação de empresas para fornecimento de materiais e prestação de serviço de readequação das divisórias instaladas na Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e a respectiva adequação das instalações elétricas e lógicas.

Vigência : Início: 01/09/2015 Término: 31/10/2015

Assinatura : 01/09/2015

Valor R\$: 4.850,00 (Quatro Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 138 - 09.001.1010.344905193000000.01000001

Dotação : 145 - 09.001.2035.344905192000000.01000001

Dotação : 147 - 09.002.2605.344905192000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2015-FMS**

Contrato Nº : 80/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 19/2015

Objeto : Aquisição de gás oxigênio medicinal para pacientes do SUS do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 18/09/2015 Término: 17/09/2016

Assinatura : 18/09/2015

Valor R\$: 206.382,00 (Duzentos e Seis Mil e Trezentos e Oitenta e Dois Reais)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2015-FMS**

Contrato Nº : 81/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : GRÁFICA SUL OESTE LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 20/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para a impressão de revista informativa destinada à promoção e difusão das Ações em Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 22/09/2015 Término: 20/03/2016  
Assinatura : 22/09/2015  
Valor R\$ : 14.800,00 (Quatorze Mil e Oitocentos Reais)  
  
Dotação : 382 - 13.001.2104.333903963000000.03380004

**EXTRATO DO CONTRATO Nº76/2015-FMS**

Contrato Nº : 76/2015  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : ROANI COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA - EPP  
Licitação : Pregão Presencial 17/2015  
Objeto : Aquisição de grupo gerador diesel 15kVA para a Central de Rede de Frios Municipal de Concórdia, através de proposta 10455.823000/1140-09 do Fundo Nacional de Saúde - FNS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.  
Vigência : Início: 04/09/2015 Término: 03/10/2016  
Assinatura : 04/09/2015  
Valor R\$ : 21.999,00 (Vinte e Um Mil e Novecentos e Noventa e Nove Reais)  
  
Dotação : 369 - 13.001.2104.344905230000000.03380004

**EXTRATO DO CONTRATO Nº77/2015-FMS**

Contrato Nº : 77/2015  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : AFONSO TOMCZAK ME  
Licitação : Pregão Eletrônico 13/2015  
Objeto : Aquisição e instalação de sinalização (placas internas e externas, em braille e totem) para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, em respeito aos padrões estabelecidos no guia de sinalização do Ministério da Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.  
Vigência : Início: 10/09/2015 Término: 09/10/2016  
Assinatura : 10/09/2015  
Valor R\$ : 16.549,00 (Dezesseis Mil e Quinhentos e Quarenta e Nove Reais)  
  
Dotação : 226 - 13.001.2103.333903044000000.01380003

**EXTRATO DO CONTRATO Nº78/2015-FMS**

Contrato Nº : 78/2015  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : AMBULATORIO ORTOPÉDICO CONCÓRDIA LTDA ME  
Licitação : Dispensa de Licitação 6/2015  
Objeto : Contratação de serviços de locação de imóvel para instalação provisória da ESF Salete, em decorrência de reforma na referida unidade, em imóvel localizado na Rua Adolfo Schiavini, nº 55, centro, com espaço edificado de 576 m².  
Vigência : Início: 14/09/2015 Término: 11/05/2016  
Assinatura : 14/09/2015  
Valor R\$ : 6.400,00 (Seis Mil e Quatrocentos Reais)  
  
Dotação : 219 - 13.001.2102.333903910000000.01380002

**EXTRATO DO CONTRATO Nº79/2015-FMS**

Contrato Nº : 79/2015  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : LUPECAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP  
Licitação : Dispensa de Licitação 7/2015  
Objeto : Aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra mecânica para conserto de veículo Renault/Ambulância, placa MKX 1346, sob chassi nº 93YADC1H6DJ274214, ano 2012/2013 de uso do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Fundo Municipal de Saúde.  
Vigência : Início: 18/09/2015 Término: 17/12/2015  
Assinatura : 18/09/2015  
Valor R\$ : 8.965,00 (Oito Mil e Novecentos e Sessenta e Cinco Reais)  
  
Dotação : 366 - 13.001.2103.333903039000000.03020000  
  
Dotação : 366 - 13.001.2103.333903919000000.03020000

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA ERRATA**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

**ERRATA**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, torna pública a correção do número e a data da Resolução de 29 de setembro de 2015, passando a vigorar da seguinte forma: onde lê-se: "RESOLUÇÃO Nº 112/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015", leia-se: "RESOLUÇÃO Nº 113/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Concórdia, SC, 1º de outubro de 2015.  
LETICIA FARINA PUNTEL  
Presidente do CMDCA

**CÂMARA MUNICIPAL****BALANCETE FINANCEIRO 09/2015****SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Setembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>194.126,81</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>187.437,28</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	168.205,94
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.231,34
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>6.689,53</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.689,53
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>288.270,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	288.270,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>441.517,83</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>400.470,43</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30.737,85	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	275,85
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	196.102,14	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	216.653,17
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	214.677,84	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	183.541,41
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>429.116,94</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>564.307,53</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	424.979,84	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	529.600,91
BANCO C/ MOVIMENTO	4.137,10	BANCO C/ MOVIMENTO	34.706,62
<b>TOTAL</b>	<b>1.158.904,77</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.158.904,77</b>

CONCORDIA, 30/09/2015

 MAURO MENDES  
 Presidente

 DELAIR M. S. DALLEGRAVE  
 Contador CRC SC 022.843/O-5

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE- CMDCA DE CORONEL MARTINS-SC** CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE- CMDCA DE CORONEL MARTINS-SC

PORTARIA Nº 01/2015

Rudinei Smaniotto, Presidente da Comissão Eleitoral para escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais.

#### **RESOLVE**

NOMEAR as pessoas relacionados na lista anexa, para comporem as MESAS RECEPTORAS DE VOTOS, ORGANIZAÇÃO DAS FILAS e FISCAIS, considerando a ATA nº 08/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Coronel Martins –SC.

Rudinei Smaniotto  
Presidente da Comissão  
Eleitoral

PESSOAS RELACIONADAS PARA TRABALHAR NA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR 2016 A 2020 DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS-SC.

#### **SEÇÃO 01**

PRÉSIDENTE: DINAURA DALL ACQUA  
SECRETÁRIA: RAQUEL ADRIANA SOUZA  
MESÁRIA: GÉSSICA DO PRADO  
FISCAL: EVANDRO BELATTO

#### **SEÇÃO 02**

PRÉSIDENTE: LORETE ZANCO MORES  
SECRETÁRIA: SANDRA MARA BOLZAN  
MESÁRIA: DANIELA SMANIOTTO  
FISCAL: SANDRA APARECIDA SCUDELLA

FISCAIS DO LADO DE FORA DAS SALAS: SANDRA PREVIATTI, GILSON EDUARDO PAHL, RUDINEI SMANIOTTO, NÉLI DO PRADO E CLEUSA MENEGAT BELATTO.

Coronel Martins 02 de Outubro de 2015.

### **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 EXTRATO DE EDITAL Nº 006/2015 REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA.**

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015  
EXTRATO DE EDITAL Nº 006/2015  
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

TORNA PÚBLICO o resultado dos recursos de notas das Provas Objetiva e de Títulos e a HOMOLOGAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO regido pelo Edital nº 001/2015, para provimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde - Microárea Nº 5, Coordenador do CRAS, Fiscal de Tributos, Nutricionista e Professor do CRAS. Edital na íntegra, com maiores informações e relatório de Classificação Final, encontra-se divulgado no Pannel de Publicações do Município e nos sites [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br) e [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br). Coronel Martins/SC, em 05 de outubro de 2015. Dirceu Favretto - Prefeito Municipal.

### **MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 EXTRATO DE EDITAL Nº 006/2015 REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA.**

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015  
EXTRATO DE EDITAL Nº 006/2015  
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

TORNA PÚBLICO o resultado dos recursos de notas das Provas Objetiva e de Títulos e a HOMOLOGAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO regido pelo Edital nº 001/2015, para provimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde - Microárea Nº 5, Coordenador do CRAS, Fiscal de Tributos, Nutricionista e Professor do CRAS. Edital na íntegra, com maiores informações e relatório de Classificação Final, encontra-se divulgado no Pannel de Publicações do Município e nos sites [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br) e [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br). Coronel Martins/SC, em 05 de outubro de 2015. Dirceu Favretto - Prefeito Municipal.

# Corupá

## PREFEITURA

### EDITAL 008/2015

EDITAL 008/2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso de suas atribuições, comunica que será realizada em 05 de novembro de 2015, a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO para Apresentação e Discussão das Propostas de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, em Conformidade ao previsto na Lei Municipal 1995/2010 e Lei Federal 11.445/2007.

Local: Câmara de Vereadores de Corupá

Horário: 08:00 – 12:00 – Apresentação do Relatório de Salubridade do Município de Corupá e discussão das Propostas de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico

19:30 às 21:30 – Audiência Pública

Corupá, 02 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL Nº 007/2015

EDITAL Nº 007/2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, Luiz Carlos Tamanini, no uso de suas atribuições legais, convoca as pessoas abaixo relacionadas para trabalhar no dia 04 de outubro de 2015 as 7h30min até que perdure a necessidade, no Processo Eleitoral Unificado para eleição de conselheiros tutelares de Corupá, na Escola de Educação Básica Teresa Ramos, sito a rua Vidal Ramos, nº 75, centro/Corupá-SC.

- Felipe Felipe Rafaeli Rodrigues;
- Janinha Staroski;
- Juliana Twardowski;
- Aparecida Inês Correia;
- Ernesto Felipe Blunk;
- Fernando Gean Lunelli;
- Elizete Cardoso;
- Lauro Berner;
- Kamille Rainiak;
- Gilberto Kaszubowski ;
- João Carlos Kuhl.;
- Cairo Alencar Zancanella;
- Ketelyn Lunelli;
- Tatiane Dias;
- Valquiria Michalak;
- Moacir de Oliveira Ramos Junior;
- Marcia Pawlowytsch;
- Taciane Linzmeyer;
- Salete Moser;
- Ana Lúcia Siqueira;

- Silvana Wille;
- Geysiara Galvão da Mota;
- Moises Alves;
- Marilei S. de Abreu;
- Katia D. Santos;

- Eliziane A. A. Santos;
- Marize Mokwa;
- Fábio Bertoldi;
- Noemi Fossile;
- Inês V. Becker;
- Carin Krueger Gessner;
- Ademilde Pannace;
- Edolir Eloí;
- Ani Laura Miotto;
- Maiza Beatriz Klannzick Moraes.

Os convocados serão distribuídos nos trabalhos de presidentes, mesários, secretárias (os) e fiscal da seguinte forma:

LOCAL1	
NOME	FUNÇÃO
Ketelyn Lunelli	Presidente
Tatiane Dias	Mesária
Valquiria Michalak	Secretária
Moacir de Oliveira Ramos Junior	Fiscal

LOCAL 2	
NOME	FUNÇÃO
Marcia Pawlowytsch	Presidente
Taciane Linzmeyer	Mesária
Salete Moser	Secretária
Ana Lúcia Siqueira	Fiscal

LOCAL 3	
NOME	FUNÇÃO
Silvana Wille	Presidente
Geysiara Galvão da Mota	Mesária
Moises Alves	Secretário
Marilei S. de Abreu	Fiscal

LOCAL 4	
NOME	FUNÇÃO
Katia D. Santos	Presidente
Eliziane A. A. Santos	Mesária
Marize Mokwa	Secretária
Fábio Bertoldi	Fiscal

LOCAL 5	
NOME	FUNÇÃO
Noemi Fossile	Presidente
Inês V. Becker	Mesária
Carin Krueger Gessner	Secretária
Ademilde Pannace	Fiscal

Os demais convocados comporão a equipe de apoio. A Comissão Eleitoral poderá convocar qualquer outro servidor municipal para trabalhar no dia da eleição, sendo necessário justificar esta nova convocação.

Corupá, 02 de Outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**RESOLUÇÃO 024/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 2.178/2015

RESOLUÇÃO 024/2015

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ELEITORAL DO

PROCESSO UNIFICADO PARA CONSELHEIROS TUTELARES

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.178, de 31 de março de 2015, em conformidade com a deliberação da Quinta Reunião Ordinária a ser realizada no dia 23 de setembro de 2015.

**RESOLVE**

Art. 1º - Incluir os seguintes conselheiros de direito para comporem na condição de membros, à Comissão Eleitoral, responsável pela eleição dos Conselheiros Tutelares do Município de Corupá do Processo Unificado com as funções previstas em Lei:

- Ernesto Felipe Blunck;
- Cairo Alencar Zancanella;
- Fernando GeanLunelli.

Art. 2º O nome dos outros membros que compõe a comissão eleitoral constam na Resolução 008/2015 datada de 30/03/2015.

Art. 3º - Essa Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 01 de outubro de 2015.

FELIPE RAFAEL RODRIGUES

Presidente do CMDCA



# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: AQUISIÇÃO DE GRADES EM FERRO, COM LATERAIS EM FERRO CANTONEIRA E INTERNO COM FERRO REDONDO, ESPAÇOS 12CM X 30CM, PINTADAS DE BRANCO E INSTALADAS, PARA INSTALAÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 20/10/2015, às 09H30, e início da sessão do Pregão no dia 20/10/2015, às 10h00 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376. Curitibanos, 02 de outubro de 2015.

Altamir Carvalho Goetten    Gabriela Q. Almeida Martarello  
Secretário Mun. Saúde      Pregoeira

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS MUSTANG 2044 E DO ROLO RCV 18000 EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 19/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 01 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi                      Diego Sebem Wordell  
Prefeito Municipal                      Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2015

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, DESTINADOS AOS ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 16/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 01 de Outubro de 2015.

Kleberson Luciano Lima              Diego Sebem Wordell  
Presidente do Fundo                      Pregoeiro

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 199/2015

	PORTARIA Nº 199/2015
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal DANIELA PIZZATTO ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 05/10/2015 a 03/11/2015, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 05 dias do mês de Outubro de 2015.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado  
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 200/2015

	PORTARIA Nº 200/2015
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal SILVIA CRISTINA DA SILVA ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 05/10/2015 a 03/11/2015, relativo ao período aquisitivo 12/13 a 12/14.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 05 dias do mês de Outubro de 2015.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

Registrado e publicado  
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 54/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 152/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 54/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 152/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.689.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ADEMIR RAMPINELLI ME, CNPJ/MF n.º 81.596.801/0001-63, estabelecida na Rua Bonifácio Back, 39, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Delciomir Savi Rampinelli, CI 4714412, CPF 040.284.549-80,
2. ZILEZIO OLAVO MACHADO ME, CNPJ/MF n.º 81.803.793/0001-89, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 1658, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Zilezio Olavo Machado, CI 968110, CPF 398.524.319-00,

Doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 152/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos do Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo:

LOTE	MARCA/MODELO	ANO	QUANT	M.O R\$	P.O	P.R	VENCEDOR
1	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2013/2014	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO
2	RENAULT/LOGAN EXP 1.6	2009/2010	1	R\$ 62,30	11%	26%	ADEMIR
3	I/FORD TRANSIT 350L TA	2011/2011	1	R\$ 88,00	11%	27%	ZILEZIO

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
  - 1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da CONTRATADA em local pré-estabelecido pelo contratante no perímetro municipal, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.
2. Os produtos/serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.
  - 2.1. O prazo de entrega dos produtos/serviços será de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra.
3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.
  - 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável pela oficina, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da contratante.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição dos produtos e ou serviços, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

**Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções**

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.
2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
  - I - advertência;
  - II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
    - a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.
    - b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
    - c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
    - d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.
4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.
6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços**

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
  - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
  - 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
  - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos índices de percentual de desconto registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

**Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária**

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

**Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais**

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 152/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**Cláusula Vigésima**  
**Do Foro**

1. Eleggem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

ADEMIR RAMPINELLI ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Delciomir Savi Rampinelli  
CPF: 040.284.549-80

ZILEZIO OLAVO MACHADO ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Zilezio Olavo Machado Me  
CPF: 398.524.319-00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/PMF/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 153/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.689.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ADEMIR RAMPINELLI ME, CNPJ/MF nº 81.596.801/0001-63, estabelecida na Rua Bonifácio Back, 39, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Delciomir Savi Rampinelli, CI 4714412, CPF 040.284.549-80,

2. ZILEZIO OLAVO MACHADO ME, CNPJ/MF nº 81.803.793/0001-89, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 1658, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Zilezio Olavo Machado, CI 968110, CPF 398.524.319-00,

Doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 153/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

**Cláusula Segunda – Dos preços Registrados**

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo:

LOTE	MARCA/MODELO	ANO	QNTD	M.O R\$	P.O	P.R	P.R
1	HONDA/XRE 300	2015/2015	2				DESERTO
2	FIAT/PALIO WK TREKK 1.6	2013/2014	2	R\$ 62,50	11%	27%	ADEMIR
3	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2012/2012	1	R\$ 63,00	10%	25%	ZILÉZIO
4	GM/BLAZER ADVANTAGE	2009/2009	1	R\$ 62,30	11%	27%	ZILÉZIO

**Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, por conta e risco da CONTRATADA em local pré-estabelecido pelo contratante no perímetro municipal, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.

2. Os produtos/serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

2.1. O prazo de entrega dos produtos/serviços será de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

**Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

**Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento**

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável pela oficina, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no capítulo segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da contratante.

**Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição**

1. A aquisição dos produtos e ou serviços, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.



1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

##### 1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
- c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
  - 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
  - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos índices de percentual de desconto registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 153/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ADEMIR RAMPINELLI ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Delciomir Savi Rampinelli

CPF: 040.284.549-80

ZILEZIO OLAVO MACHADO ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Zilezio Olavo Machado Me

CPF: 398.524.319-00

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 142/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A.

OBJETO – Prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 3.450,00 (três mil quatrocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA – até 27/05/2016

DOTAÇÃO - 0703.2033.3390 (137)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 136/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 01 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 145/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TELEFÔNICA BRASIL S.A

OBJETO – contratação de operadora para prestação de serviços de telefonia móvel (serviço móvel pessoal-SMP), incluindo pacote de internet 3G ou superior para até 70 (setenta) acessos habilitados, respeitando-se as seguintes descrições técnicas, para o município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 40.764,00 (quarenta mil setecentos e sessenta e quatro reais).

VIGÊNCIA – 12 (doze) meses, tendo início dia 01 (um) de outubro.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (26), 0401.2011.3390 (31), 1101.2037.3390 (173)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 139/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 10 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONVÊNIO 12/2015**

EXTRATO DE CONVÊNIO PMF Nº 12/PMF/2015

CONVENIENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONVENIADO – CIDASC

DO OBJETO – conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, de agora em diante denominados de PARCEIROS-CONVENIENTES, visando dar suporte à execução das ações de inspeção de produtos de origem animal no âmbito do Município de Forquilha, sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade, tendo em vista melhor garantir o controle e a qualidade, conseqüentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual – SIE do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

DO PRAZO – 31/12/2016

DA FUNDAMENTAÇÃO – Lei Municipal nº. 1.600, de 04 de novembro de 2010

DATA DA ASSINATURA – 02 de julho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 07/FMS/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/FMS/2015**

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 07/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/FMS/2015

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas especializadas para aquisição de material para próteses dentárias, para atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2015.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela Pregoeira, Sra. Erika De Luca Tiscoski Back, no dia dois de outubro de dois mil e quinze, às nove horas, a mesma certificou-se de que nenhuma empresa apresentou proposta para participar do referido pregão. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de Pregão presencial nº. 24/PMF/2015 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 12 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0114\_2015-PMF RP 0073

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0114/2015 – PMF  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0073/2015 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de rádios portáteis para uso da Polícia Militar de Fraiburgo. Validade da Ata de Registro de Preços: outubro a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 15:30 horas do dia 19.10.2015. Abertura: às 15:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Fraiburgo (SC), 29 de setembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

### CONVOCAÇÃO 54º MILAINE DE CARVALHO

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr.(a)

MILAINE DE CARVALHO

Inscrição Nº: 106

Cargo: 1 -Agente Comunitário de Saúde -São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida -ESF

Classificação 54 º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER

TEMPORÁRIO -ACT Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 e seu resultado homologado pelo

Decreto n.º 0000/2014 convocamos-lhe à comparecer na Departamento de Gestão de Pessoal,

localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Agente Comunitário de

Saúde -São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida -ESF 1/2 na vaga onde o município de Fraiburgo tenha

necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia

Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Agente Comunitário de

Saúde -São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida -ESF 1/2 ao qual foi convocado implicará em Renúncia

Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação

Entrega da copia dos mesmos setor RH :

- a) 01 foto ¾ recente; k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- b) Carteira Profissional; l) Diploma de Formação Escolar;
- c) Cartão PIS/PASEP; m) Conta Bancária (BRADESCO);
- d) CPF ; n) Endereço Completo (fatura de água,luz ou
- e) Identidade; telefone);
- f) Título de eleitor e comprovante da última o) Comprovante de Imunização;
- votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;

Fraiburgo, SC, 30/09/2015

Responsável pela Convocação

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

MILAINE DE CARVALHO

### CONVOCAÇÃO 55º DENISE FATIMA RIBEIRO

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr.(a)

DENISE FATIMA PINHEIRO

Inscrição Nº: 120

Cargo: 1 -Agente Comunitário de Saúde -São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida -ESF

Classificação 55 º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER

TEMPORÁRIO -ACT Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 e seu resultado homologado pelo

Decreto n.º 0000/2014 convocamos-lhe à comparecer na Departamento de Gestão de Pessoal,

localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Agente Comunitário de

Saúde -São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida -ESF 1/2 na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de

atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia

Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Agente Comunitário de

Saúde -São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida -ESF 1/2 ao qual foi convocado implicará em Renúncia

Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação

Entrega da copia dos mesmos setor RH :

- a) 01 foto ¾ recente; k) Atestado de Saúde Ocupacional;
  - b) Carteira Profissional; l) Diploma de Formação Escolar;
  - c) Cartão PIS/PASEP; m) Conta Bancária (BRADESCO);
  - d) CPF ; n) Endereço Completo (fatura de água,luz ou
  - e) Identidade; telefone);
  - f) Título de eleitor e comprovante da última o) Comprovante de Imunização;
  - votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
  - g) Certificado de Reservista (somente para homens);
  - h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
  - i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;
  - j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- Fraiburgo, SC, 30/09/2015

Responsável pela Convocação

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

DENISE FATIMA PINHEIRO

### CONVOCAÇÃO 56º SAMARA RAMOS

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr.(a)

SAMARA RAMOS

Inscrição Nº: 109

Cargo: 1 -Agente Comunitário de Saúde -São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida -ESF

Classificação 56 º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER

TEMPORÁRIO -ACT Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 e seu resultado homologado pelo

Decreto n.º 0000/2014 convocamos-lhe à comparecer na Departamento de Gestão de Pessoal,

localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as

funções de Agente Comunitário de

Saúde -São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida -ESF 1/2 na vaga onde o município de Fraiburgo tenha

necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia

Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Agente Comunitário de

Saúde -São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida -ESF 1/2 ao qual foi convocado implicará em Renúncia

Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação

Entrega da copia dos mesmos setor RH :

- a) 01 foto ¾ recente; k) Atestado de Saúde Ocupacional;
  - b) Carteira Profissional; l) Diploma de Formação Escolar;
  - c) Cartão PIS/PASEP; m) Conta Bancária (BRADESCO);
  - d) CPF ; n) Endereço Completo (fatura de água,luz ou
  - e) Identidade; telefone);
  - f) Título de eleitor e comprovante da última o) Comprovante de Imunização;
  - votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
  - g) Certificado de Reservista (somente para homens);
  - h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
  - i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;
  - j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- Fraiburgo, SC, 30/09/2015

Responsável pela Convocação

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

SAMARA RAMOS

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 12/2015**

PORTARIA Nº 12/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO RODRIGO JOSÉ DOS SANTOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 32 inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo, c/c. artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fraiburgo;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, A PEDIDO, do cargo de Diretor Geral de Gestão, o Servidor RODRIGO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 4.785.373, e inscrito no CPF sob o nº 009.881.179-75, nomeado através da Portaria nº 04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 04/2015.

Art. 3º - Registre-se e publique-se.

Gabinete da Presidência, 02 de outubro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2015

#### AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 132/2015; IL nº. 012/2015; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; Contratada: INSTITUTO PRO SAÚDE POLICLINICA ESPECIALIZADA; CNPJ nº: 05.896.429/0001-22; Objeto: contratação de entidades prestadoras de serviços de saúde para a realização de procedimentos com finalidade diagnóstica – GRUPO 02 – Diagnóstico por Ultra-Sonografia - Subgrupo 05, da "Tabela de Procedimentos", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, conforme Termo de Referência (Anexo I).Data da Assinatura: 02/10/2015.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### AVISO REPUBLICAÇÃO DE EDITAL PE045/2015

#### AVISO REPUBLICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que prorrogou o prazo para realização da sessão pública do edital de Pregão Eletrônico nº 045/2015 que tem por objeto o registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade de materiais de limpeza, material de expediente e Kit escolar para atender as Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.

Tal prorrogação se deu em função de erro de digitação quando do cadastramento do processo no sistema CidadeCompras, sendo que os lotes foram cadastrados com quantitativos equivocados e a ferramenta não permite que tais quantitativos sejam alterados.

Neste sentido foi cancelado o processo cadastrado no sistema CidadeCompras e lançado um novo, prorrogando-se as datas de realização das etapas do certame conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 16/10/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 16/10/2015, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 02 de outubro de 2015.  
Rafael de Souza  
Pregoeiro

### DECRETO Nº 188/2015

DECRETO N.º 188, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 12, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 12, de 02 de outubro de 2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que "Dispõe sobre os atos de interposição de recursos contra a apuração dos votos no Processo de Eleição dos membros do Conselho Tutelar no Município de Garopaba", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de outubro de 2015.

.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº 12, de 02 de outubro 2015.

Dispõe sobre os atos de interposição de recursos contra a apuração dos votos no Processo de Eleição dos membros do Conselho Tutelar no Município de Garopaba.

Considerando o disposto no art. 139 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 1.797/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Os candidatos terão prazo de 02 dias para eventual interposição de recursos contra a apuração dos votos, a contar do dia 05 de outubro de 2015, data que será publicada o resultado da eleição;

Art. 2º. Os recursos deverão ser julgados em 08 dias após a data do pedido homologado pelo candidato.

Art.3º. Oficializar dentro dos 07 dias seguintes ao processo da análise, a proclamação dos eleitos com a respectiva homologação.

Art. 4. Todos os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, com consulta ao Ministério Público.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 02 de outubro de 2015.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

## **EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2015**

### **EXTRATO DE CREDENCIAMENTO**

Credenciamento nº. 006/2015

Processo nº. 132/2015;

Inexigibilidade de Licitação nº. 12/2015

Credenciante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA;

Credenciada: INSTITUTO DE PRÓ SAÚDE OILICLINICA ESPECIALIZADA

CNPJ: 05.896.429/0001-22

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Ultra-Sonografia aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 004/2015.

Data da Assinatura: 02/10/2015.

## **LEI Nº 1.917, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015**

LEI Nº 1.917, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE ENTRE UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC, MANTIDA PELA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA – FUCRI, O CRICIUMA ESPORTE CLUBE E O MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada à celebração de Convênio visando parceria entre a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, mantida pela Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI, o Criciúma Esporte Clube e o Município de Garopaba, para desenvolvimento do Projeto “Tigrinhos, aqui começa um sonho”, conforme Minuta de Convênio anexa, a qual fica fazendo parte inseparável da presente Lei.

Art. 2º. O Convênio autorizado pela presente Lei tem por finalidade o desenvolvimento do Projeto “Tigrinhos, aqui começa um sonho” como estruturar e organizar escolinhas de futebol na região sul, com perspectiva de formação/educação, fomento e descoberta de novos talentos.

Art. 3º. Das obrigações da Prefeitura Municipal de Garopaba:

a) Disponibilizar profissionais de Educação Física e monitores para atuar nas escolinhas de futebol;

b) responsabilizar se pela remuneração e pagamento dos respectivos encargos, relativos aos profissionais indicados para participar do projeto;

c) Disponibilizar estrutura física e materiais didáticos para a realização das atividades da escolinha, tais como campo, bolas, cones, entre outros;

d) promover a aquisição de materiais esportivos outros, que não aqueles previstos como de responsabilidade do CRICIUMA E. C.;

e) viabilizar o transporte dos atletas para a realização das preliminares;

f) divulgar o projeto e seus parceiros na sua página oficial na internet;

g) organizar e participar do evento de entrega dos uniformes no município;

h) participar da Copa a ser realizada entre as Escolinhas de Futebol, com recursos próprios, conforme convênio.

Art. 4º. A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 05/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## **RESOLUÇÃO Nº 12/2015 CMDCA**

Resolução nº 12 de 02 de outubro 2015.

Dispõe sobre os atos de interposição de recursos contra a apuração dos votos no Processo de Eleição dos membros do Conselho Tutelar no Município de Garopaba.

Considerando o disposto no art. 139 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 1.797/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º. Os candidatos terão prazo de 02 dias para eventual interposição de recursos contra a apuração dos votos, a contar do dia 05 de outubro de 2015, data que será publicada o resultado da eleição;

Art. 2º. Os recursos deverão ser julgados em 08 dias após a data do pedido homologado pelo candidato.

Art.3º. Oficializar dentro dos 07 dias seguintes ao processo da análise, a proclamação dos eleitos com a respectiva homologação.

Art. 4. Todos os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, com consulta ao Ministério Público.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 02 de outubro de 2015.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 05/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI 1904/2015

LEI Nº 1904/2015

Altera denominação de via pública no município de Garuva, para Annes Gualberto e dá outras providências.

Atendendo dispositivos legais contidos no artigo 51 parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal eu, Reginaldo Mews Rosa - Presidente do Poder Legislativo Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prolongada à Rua Annes Gualberto, antiga Rua "7" a partir da Rua Honório José Duarte, no Bairro Centro.

Art. 2º - Atualmente a Rua Annes Gualberto possui 1.232 metros de extensão, com a referida alteração passará a ter 1.352 metros de extensão total, partindo da Av. Celso Ramos.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tomará as providências necessárias para aposição das placas na mencionada Rua, dando-se conhecimento da mesma a Águas de Garuva, Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, Instituto Brasileiro de Geografia de Estatística – IBGE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 02 de outubro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa

# Gaspar

## PREFEITURA

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2015**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2015

OBJETO: Aquisição de balanças digitais para as Escolas e CDIs da Rede Municipal de Ensino de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 16/10/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 02/10/2015

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito



# Grão Pará

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 16/2015

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 16/2015  
(De 30 de setembro de 2015)

“EXPANDE LIMITE DO PERÍMETRO URBANO SITUADO NA CIDADE DE GRÃO-PARÁ, e dá outras providências”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica expandido o Perímetro Urbano na Cidade de Grão-Pará/SC, na confrontação Oeste, passando a confrontar-se com a propriedade de Ricardo João Berto e Ivoneide Guizoni Wessler, expansão esta com o total de 16.200,00 m2 (dezesesseis mil e duzentos metros quadrados), área matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte, sob o nº M-6453, conforme Planta em anexo.

Art. 2º. A área de que trata o caput do artigo anterior apresenta limites e confrontações, conforme adiante descritos.

Parágrafo Único. Ao NORTE, com terras de Basílio Perin; ao SUL, com o Rio Braço Esquerdo; ao LESTE, com terras pertencentes ao Perímetro Urbano; e, ao OESTE, com terras de Ricardo João Berto e Ivoneide Guizoni Wessler.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 30 de setembro de 2015.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 30 de setembro de 2015.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### PORTARIAS 243 , 247-275

PORTARIA Nº. 243 DE 14 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000, RESOLVE Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 01/09/2015 a 30/09/2015. José Alfredo de Freitas Alves Jr, Dailson Schlickmann Wessler.

PORTARIA Nº. 0246 / 2015 DE 17 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 175/2015, que contrata JAISON GUIZONI DE BONA, para ocupar o cargo de Condutor de Veículos, código 4.03,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Transporte Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e

Cultura, para atender a estudantes da localidade de Serra Furada, em virtude da aposentadoria do motorista Janio Wessler Guizoni, sob o regime

Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa

PORTARIA Nº. 0247 / 2015 DE 17 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 202/2015 que contrata EDINEIA NILSEN SCHLICKMANN para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais,

código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche,

vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, para substituir Zolenir Isidorio Maffei, em licença para tratamento de saúde pelo INSS,

sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0248 / 2015 DE 28 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º do Decreto 012/2010, de 01/04/2010

RESOLVE Conceder 30 (trinta) dias de descanso ao funcionário HELIO ANTONIO MORGAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e

Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, a partir de

01/09/2015, a ser compensada no Banco de Horas, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0249 / 2015 DE 28 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º do Decreto 012/2010, de 01/04/2010

RESOLVE Conceder 120 (cento e vinte) dias de descanso ao funcionário RAMOM SOMBRIO DACOREGGIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas

e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, a partir

de 01/09/2015, a ser compensada no Banco de Horas, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0250 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000

de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a JAMILI MULLER DORIGON, ocupante do cargo de Professor, nível II, Pedagogia - Educação Infantil, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Centro de



Educação Infantil Rio Pequeno - Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, referente ao período aquisitivo de 06/01/2014 a 05/01/2015, conforme solicitação administrativa.

DE PORTARIA Nº. 0251 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,  
RESOLVE Contratar AMANDA WESSLING DEMAY, para ocupar o cargo de Odontólogo, para atuar no PSF - Programa Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição ao titular Laércio José Michels Junior, em licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir desta data, enquanto perdurar o período da licença..

PORTARIA Nº. 0252 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1803/2011, de 29/11/2011,  
RESOLVE Contratar LIANDRA HILLMANN PAZETO, para ocupar o cargo de Engenheiro Agrônomo, para exercer suas funções na Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP, vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir de 14/09/2015 até a realização de Processo Seletivo e/ou Concurso Público para provimento de vagas.

PORTARIA Nº. 0253 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1803/2011, de 29/11/2011,  
RESOLVE Contratar VANDERLEIA BAGIO MATUCHAKI, para ocupar o cargo de Engenheiro Sanitarista e Ambiental, para exercer suas funções na Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP, vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir de 14/09/2015 até a realização de Processo Seletivo e/ou Concurso Público para provimento de vagas.

PORTARIA Nº. 0254 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,  
RESOLVE Exonerar DEBORA FERREIRA BRAGA, ocupante do cargo de Médico, no Programa ESF - Estratégia da Saúde Familiar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir da data, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0255 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009  
RESOLVE Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 214/2015, de 15/07/2015, que contrata MAIARA CAMILO AVELINO, para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para

atuar na SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0256 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 16º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,  
RESOLVE Reduzir temporariamente, a pedido, a carga horária da funcionária ELIZABET CRISTINA DA SILVA MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, passando para 30 (trinta) horas semanais, a partir desta data, conforme requerimento e Solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0257 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE Regularizar a situação funcional da servidora FATIMA ALBERTON, ocupante do cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a definitivamente, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, turma de 03-04 anos, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme requerimento e solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0258 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,  
RESOLVE Conceder férias regulamentares a ADELIR ALBERTINA FERNANDES, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no período de 16/09/2015 a 15/10/2015, referente ao período aquisitivo de 17/01/2014 a 16/01/2015.

PORTARIA Nº. 0259 / 2015 DE 01 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1196/2003, de 06/02/2003,  
RESOLVE Regularizar a contratação temporária de TAISE COAN DA COREGIO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas funções no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, para substituir a titular Isolete Beckauser Salvador de Oliveira, em licença para tratamento de saúde, a partir desta data, pelo período da licença, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº.0260 / 2015 DE 02 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,  
RESOLVE Exonerar, a pedido, VANDERLEI DA CONCEIÇÃO, ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, a partir de 08/09/2015, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0261 / 2015 DE 08 de SETEMBRO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20/09/2011,  
RESOLVE Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária NEIDE LEAL WEBER PERIN, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo o cargo em comissão de Diretora de Escola, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, no período compreendido entre 08/09/2015 a 06/01/2016, bem como, a prorrogação de 60 (sessenta) dias o período, de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, conforme documentação anexo.

PORTARIA Nº. 0262 / 2015 DE 09 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, e Lei Municipal nº 1650, de 23/02/2010,  
RESOLVE Exonerar, a pedido, DAIANI LESSA DA SILVA, ocupante do cargo de Psicólogo, código 1.01, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, a partir desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0263 / 2015 DE 10 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE Regularizar a situação funcional da servidora CARMEM REGINA LOBO WESSLER, ocupante do cargo de Professor, nível II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a definitivamente, 20 (vinte) horas semanais na turma de 4 (quatro) anos Regulares e 20 (vinte) horas semanais na turma de 4 (quatro) anos Integrais, do Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme requerimento e solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0264 / 2015 DE 11 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 27 e 28, da Lei Municipal nº 990/2000, de 04/04/2000  
RESOLVE Conceder Adicional por Nova titulação, a funcionária DEISI BOING OENNING, ocupante do cargo de Professor, Nível II, disciplina de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, passando para o nível III, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0265 / 2015 DE 11 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,  
RESOLVE Conceder férias regulamentares a RODOLFO BERTO DACCOREGGIO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal dos Transportes e Obras, nível DAS-01, no período de 11/09/2015 a 10/10/2015, referente ao período aquisitivo de 07/08/2013 a 06/08/2014.

PORTARIA Nº. 0266 / 2015 DE 11 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas

atribuições, e de acordo com a Leis Municipais nºs 1604/2009, de 16/07/2009, e 1900/2012, de 18/12/2012,  
RESOLVE Nomear MARIA LUIZA DE OLIVEIRA BUSSOLO, para, a partir de 15/09/2015, ocupar a função de Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por ter sido classificada em 10º (décimo) lugar no Processo Eleitoral 001/2012, de 28/12/2012, em substituição a titular Adelir Albertina Fernandes, em gozo de férias regulamentares, conforme portaria nº 258/2015 de 01/09/2015.

PORTARIA Nº. 0268 / 2015 DE 11 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º do Decreto 012/2010, de 01/04/2010  
RESOLVE Conceder 5 (cinco) dias de descanso ao funcionário NERI HERT, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, a ser compensada no Banco de Horas, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0269 / 2015 DE 11 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 28.º inciso IV, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000  
RESOLVE Exonerar, a partir desta data, SEBASTIÃO GABRIEL, ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a disposição da Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, conforme Carta ao Empregador - Concessão de Aposentadoria por Invalidez, de 07/09/2015.

PORTARIA Nº. 0270 / 2015 DE 20 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,  
RESOLVE Conceder férias regulamentares a HELIO ALBERTON JUNIOR ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, no período de 21/09/2015 a 20/10/2015, referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2013, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0271 / 2015 DE 20 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,  
RESOLVE Conceder férias regulamentares a MARCIO BORBA BLASIUS ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Saúde e Saneamento, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, no período de 21/09/2015 a 20/10/2015, referente ao período aquisitivo de 03/03/2014 a 02/03/2015.

PORTARIA Nº. 0272 / 2015 DE 20 de SETEMBRO de 2015  
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de

04.04.2000,

RESOLVE Designar CELIA KULKAMP MEURER ocupante do Cargo Comissionado de Diretora do Departamento de Saúde, para, no período compreendido entre 21/09/2015 a 20/10/2015, exercer, cumulativamente, o cargo Comissionado de Secretária Municipal da Saúde e Saneamento, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, com vantagens inerentes ao cargo em substituição.

PORTARIA Nº. 0273 / 2015 DE 22 de SETEMBRO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar a pedido, NILSON BUSS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, a partir de 30/09/2015, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0274 / 2015 DE 23 de SETEMBRO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar a pedido, SANTOS SOARES, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais, com exercício na Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a partir de 30/09/2015, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0275 / 2015 DE 23 de SETEMBRO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

RESOLVE Remover temporariamente, a funcionária ANDRESA DE OLIVEIRA LEMBECK SALVALLAGIO, da Escola Municipal Professor Gregório Wessler - Ensino Fundamental, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), conforme solicitação administrativa.

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

#### TORNA PÚBLICO :

1 A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS, abaixo relacionados, para na data de 07 de outubro de 2015, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Monitora	Cleusa Teresinha Amann	40 h/s
Monitora	Francieli Cristina Mayer Kafer Klauch	40 h/s
Monitora	Sueli Maria Welter	40 h/s
Monitora	Magda Fernanda Budtinger	40 h/s
Monitora	Geneci Ochoa Brixner	40 h/s
Monitora	Marlene Lucia Bourscheidt	40 h/s
Monitora	Isaura Reichert	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 02 de OUTUBRO de 2015. 64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 013 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 013/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final

classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

#### TORNA PÚBLICO :

1 A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS, abaixo relacionados, para na data de 13 de outubro de 2015, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Agente Administrativo	Carla Cristina Ludwig	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 02 de OUTUBRO de 2015. 64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 025\_2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 25/2015

Autoriza o Executivo Municipal a protestar as Certidões de Dívida Ativa correspondente aos créditos tributários e não-tributários do município e autoriza o registro de devedores em entidades que prestam serviços de proteção ao crédito e/ou promovam cadastros de devedores inadimplentes e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a encaminhar para protesto extrajudicial as Certidões de Dívida Ativa referente aos créditos tributários e não tributários da Fazenda Pública Municipal.

Art. 2º Compete à Assessoria Jurídica do Município e a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda levar a protesto a Certidão de Dívida Ativa (CDA) emitida pela Fazenda Pública Municipal, independentemente do valor do crédito, cujos efeitos alcançarão, também, os responsáveis tributários, desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa.

Parágrafo único: Efetivado o protesto sem que o devedor tenha, no prazo legal, quitado o débito, a Assessoria Jurídica do Município ajuizará a ação executiva do título, com todos os valores devidamente atualizados, sem prejuízo da manutenção do protesto no cartório competente.

Art. 3º A existência de processo de execução fiscal em curso em favor do Município, na data da publicação desta lei, não impede que o Município também efetue o protesto destes créditos, com os valores devidamente atualizados, sendo de atribuição da Assessoria Jurídica a adoção das medidas cabíveis para este fim.

Art. 4º Uma vez quitado integralmente ou parcelado o débito, a Assessoria Jurídica requererá a baixa do protesto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos, bem como a extinção ou a suspensão da ação de execução ajuizada pelo Município.

Parágrafo único: Na hipótese de descumprimento do parcelamento, a assessoria jurídica fica autorizada a levar ao protesto junto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos a integralidade do valor remanescente devido ao Município.

Art. 5º O pagamento dos valores correspondentes aos emolumentos cartorários devidos pelo protesto dos títulos, colocação, baixa, cancelamento ou qualquer outro que venha incidir sobre o ato, serão custeadas pelo devedor que deverá quitá-los no momento da quitação do débito.

Art. 6º Com o objetivo de incentivar os meios administrativos de cobrança extrajudicial de quaisquer créditos devido ao Município, a assessoria jurídica fica autorizada a adotar as medidas necessárias ao registro de devedores daqueles inscritos ou não em Dívida Ativa, em entidades que prestem serviços de proteção ao crédito e/ou promovam cadastros de devedores inadimplentes e realizar outras providências previstas na legislação tributária ou processual.

Art. 7º O Município de Guarujá do Sul, SC, e o Tabelionato de Protestos de Títulos da Comarca de São José do Cedro, SC, poderão firmar contrato de prestação de serviços, com base no artigo 25 da Lei 8666/93, dispondo sobre as condições para realização dos protestos dos títulos de que trata esta Lei Complementar.

Art. 8º O Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá mediante Decreto Municipal regulamentar o disposto neste Lei Complementar.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC

02 de Outubro de 2015

64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretaria da Administração e Fazenda.



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRABALHO Nº 059 \_ CRISTHIANI FERNANDA DOS SANTOS

CONTRATO DE TRABALHO 059

Entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE,(SC), sito à Rua Nereu Ramos, nº 389 neste ato, representado por seu Prefeito, Nelson Guindani, CPF 501.589.459-72, doravante designada simplesmente EMPREGADORA e CRISTHIANI FERNANDA DOS SANTOS, portadora da Carteira Profissional nº 1516748, Série nº 002-0 - SC, a seguir chamado apenas EMPREGADO PÚBLICO, é celebrado o presente CONTRATO DE TRABALHO, que terá vigência por Prazo Indeterminado, a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com as condições a seguir especificadas:

1 - Fica o EMPREGADO admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA para exercer as funções de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, Programa Saúde da Família, mediante a remuneração de R\$ 1.044,42 (um mil, quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), por mês.

2 - Fica ajustado nos termos do que dispõe o § 1º do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, que o EMPREGADO PÚBLICO, acatará ordem emanada da EMPREGADORA para a prestação de serviços.

3 - No ato da assinatura deste contrato, o EMPREGADO PÚBLICO, compromete-se a cumprir o que prevê a Lei F. 11.350/2006, bem como a Lei Complementar 174/2005, e a violação das regras previstas na legislação acima mencionada, implicará em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminado com a rescisão do contrato.

4 - Em caso de dano causado pelo EMPREGADO, fica a EMPREGADORA, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no § 1º do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em Contrato.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho em duas vias, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda com o EMPREGADO, que dela dará o competente recibo.

Empregador Responsável pelo RH

Herval d'Oeste, 01 de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_,  
CRISTHIANI FERNANDA DOS SANTOS

### CONTRATO DE TRABALHO A TÍTULO DE EXPERIÊNCIA Nº 060 \_ LACIRA REGINA PALAVECINI

CONTRATO DE TRABALHO A TÍTULO DE EXPERIÊNCIA Nº 060

Entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE,(SC), sito à Rua Nereu Ramos, nº 389 neste ato, representado por seu Prefeito, Nelson Guindani, CPF 501.589.459-72, doravante designada simplesmente EMPREGADORA e LACIRA REGINA PALAVECINI, portadora da Carteira Profissional nº 55575, Série nº 00019-SC, a seguir chamado apenas EMPREGADO PÚBLICO, é celebrado o presente CONTRATO DE EXPERIÊNCIA, que terá vigência a partir da data de início da prestação de serviços, de acordo com as condições a seguir especificadas:

1 - Fica o EMPREGADO admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA para exercer as funções de AGENTE COMUNITÁRIA

DE SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, Programa Saúde da Família, mediante a remuneração de R\$ 1.044,42 (um mil, quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), por mês.

2 - Fica ajustado nos termos do que dispõe o § 1º do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, que o EMPREGADO PÚBLICO, acatará ordem emanada da EMPREGADORA para a prestação de serviços.

3 - No ato da assinatura deste contrato, o EMPREGADO PÚBLICO, compromete-se a cumprir o que prevê a Lei F. 11.350/2006, bem como a Lei Complementar 174/2005, e a violação das regras previstas na legislação acima mencionada, implicará em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminado com a rescisão do contrato.

4 - Em caso de dano causado pelo EMPREGADO, fica a EMPREGADORA, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no § 1º do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em Contrato.

5 - O presente Contrato, vigor-se-á durante 90(noventa) dias, sendo celebrado para as partes verificarem reciprocamente, a conveniência ou não de se vincularem em caráter definitivo a um Contrato de Trabalho. A Empresa passando a conhecer as aptidões do EMPREGADO e suas qualidades pessoais e morais; o EMPREGADO verificando se o ambiente e os métodos de trabalho atendem à sua conveniência.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Experiência em duas vias, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda com o EMPREGADO, que dela dará o competente recibo.

Empregador Responsável pelo RH

Herval d'Oeste/SC, 01 de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, LACIRA REGINA PALAVECINI

### PORTARIA Nº 1127/2015

PORTARIA Nº 1127/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 601/2015, que Concede Função Gratificada, de Coordenador de Núcleos e Atividades – FG - 02, para o Servidor NERI PEREIRA DUARTE (Matr. 871), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência –7/F, 40 horas semanais, a contar de 02 de outubro de 2015.

E, DESIGNAR o servidor supracitado, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Transportes e Obras, Nível – DAS-1, 40 horas semanais, constante no quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme LC Nº 280/2011, a partir de 02 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Outubro de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1128/2015**

PORTARIA Nº 1128/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 03 de outubro de 2015, da servidora NAIANA CAROLINE LESSA (Matr. 4018), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Outubro de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### ATA DA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES ATA DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IBIAM

Aos quatro dias do mês de outubro de 2015, única seção eleitoral, situada no Centro Educacional Eliziane Titon, sob a responsabilidade da senhora Jane Maria Andretta, Presidente da Mesa de Votação, foi realizada votação e apuração do processo de escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DE IBIAM. A votação teve início às 08:00 horas, encerrando-se às 17:00 horas, com registro das seguintes ocorrências: I – eleitores que compareceram para votar cujo nome não consta na listagem de eleitores fornecida pelo TRE: Aline Fontana, Bruna Elizangela Tesck, Marcelo de Castro Carvalho, Marilete de Castro Carvalho, Mayara Arruda, Vagner Scucia-to, Debora Noelia Kokowise Ribeiro, Terezinha Medeiro, Nadir José da Silva, Marlene Sotel, Darcy Piana, Davi Miranda dos Santos, Valdeni Thibes Ribeiro; II – Beloni Inez Borsoi, assinou no lugar de Bernardete Possera; III – Daniel Andrique assinou no lugar de Dariane Vieira Dames; IV – Sirley de Fátima Werle assinou no lugar de Sirlene Alberti Araldi Tramontin. Às 17:24 horas iniciaram-se os trabalhos de apuração dos votos, atuando como escrutinadores os Srs. Marcelo Luiz Rinaldi, Giseli Seffer Alves de Anhaia, Célia Aparecida da Silva Ramos e Fátima Fontana Gonzatto, na presença dos candidatos interessados, além de Carmelita Chiesa Tragancin e Valéria Cassuba, representante do Ministério Público. Depois de constatada a inexistência de quaisquer indícios de fraude ou violação da urna, a mesma foi aberta, contendo a seguinte quantidade de cédulas 554, ao passo que os eleitores que exercitaram o voto, pela contagem baseada nas listas de votação, totalizaram 554. A Mesa Eleitoral recebeu ao todo 700 cédulas eleitorais, das quais ficaram sem serem utilizadas 146. Para a contagem dos votos utilizou-se uma planilha em função de que o eleitor pode votar em até 05 candidatos. Depois de encerrada a apuração e resolvidos todos os incidentes a respeito da validade dos votos, sempre por decisão da maioria da mesa apuradora, chegou-se ao seguinte resultado: votos válidos: 1559; votos brancos: 01; votos nulos: 02; votação dos candidatos: Maria de Fátima Filippi, 148 votos; Simara Aparecida Trevisol Slongo, 172 votos; Debora Rossato, 340 votos; Eudes Maria Recalcatti, 68 votos; Ivonete Trevisol Craco, 176 votos; Simara Meira de Castro, 155 votos; Edir Romanatto Dani, 242 votos; Daniel Lutkemeyer Gonzatto, 90 votos e Valéria Batista Posanske, 168 votos. E, para constar, em duas das cédulas de votação a marcação feita pelo eleitor foi fora dos parênteses, sendo possível identificar o candidato escolhido. Não havendo outras impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da votação e apuração dos votos, o Presidente da Mesa, diante de todos os presentes, validou o resultado final da Mesa de Apuração e extraiu o Boletim de Urna que segue anexo. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e achada conforme segue assinada por mim, Carmelita Chiesa Tragancin, (membro do CMD-CA), e pelos demais presentes que acompanharam os trabalhos.

Ibiam, 04 de outubro de 2015.  
MODELO BOLETIM DE URNA

#### BOLETIM DE URNA

O Presidente da Mesa da única Seção Eleitoral valida o resultado final da Mesa de Apuração, conforme registrado em ata que foi lavrada e lida aos presentes, no dia 04/10/2015, às 19:30 horas, que é o seguinte:

SEÇÃO XX	
Votos Válidos	1559
Votos em Branco	01
Votos Nulos	02
Total de Votos	1562

#### Resultado da apuração dos votos válidos:

Nº	Nome do Candidato	Total de Votos
1	Maria de Fátima Filippi	148
2	Simara Aparecida Trevisol Slongo	172
3	Debora Rossato	340
4	Eudes Maria Recalcatti	68
5	Ivonete Trevisol Craco	176
6	Simara Meira de Castro	155
7	Edir Romanatto Dani	242
8	Daniel Lutkemeyer Gonzatto	90
9	Valéria Batista Posanske	168
	Total geral de votos válidos	1559

Ibiam, 04 de outubro de 2015.  
Jane Maria Andretta  
Presidente da Mesa da Seção

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015  
TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa para prestação de consultoria jurídica e administrativa direta (in loco) e a distância, devidamente registrada na OAB/SC, durante o exercício de 2015.

Entrega dos envelopes: até 22/10/2015, até as 10hs30min.

Abertura dos envelopes: 22/10/2015 às 11:00 hs.

Forma de Julgamento: Menor Preço unitário

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 05 de outubro de 2015.  
Gilmar Fontana  
Prefeito Municipal de Ibiam em exercício

### PORTARIA Nº 221/2015

PORTARIA Nº 221, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“RETIFICA PORTARIA QUE CONCEDEU LICENÇA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, IX e XIII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; Considerando que houve equívoco ao informar o nome de familiar que se encontra doente;

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal



declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar o parágrafo único da Portaria nº 212, de 21 de setembro de 2015, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Vitória Lorenzetti Felicetti - mãe, de conformidade com o atestado médico do Dr. Pablo Vinicius de Luca Dias – CRM-SC 13992.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE SETEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 222/2015**

PORTARIA Nº 222, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 51, da Lei nº 8.666, de 22/06/93 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2015, a qual será composta pelos seguintes membros:

I – CÉLIO LUCAS RAMOS, Médico Veterinário, portador do CPF nº 016.134.009-18 – Presidente;

II – RODRIGO FELICETTI PEROSA, Técnico Educacional, portador do CPF nº 007.944.769-45 – Secretário;

III – DAMIR JOSE CARDOSO, Agente Administrativo, portador do CPF nº 065.716.469-00 – Membro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente àquelas contidas na Portaria nº 002, de 05 de janeiro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE SETEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

#### **PORTARIA Nº 223/2015**

PORTARIA Nº 223, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, PARA PROCEDIMENTOS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DOS FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer a função de Pregoeiro, na realização de pregões de todos os órgãos da Administração Direta do Município de Ibiã, para aquisição de bens e serviços comuns no Município de Ibiã, o servidor CÉLIO LUCAS RAMOS, Médico Veterinário, portador do CPF nº 016.134.009-18.

Art. 2º. Ficam também nomeados, para a Equipe de Apoio do pregoeiro, os servidores:

I – RODRIGO FELICETTI PEROSA, Técnico Educacional, portador do CPF nº 007.944.769-45 – Membro;

II – DAMIR JOSE CARDOSO, Agente Administrativo, portador do CPF nº 065.716.469-00 – Membro.

Art. 3º. O pregoeiro solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de pregão, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 001, de 05 de janeiro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE SETEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicação e Registro:

# Ilhota

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO 035 - PRG 049 2015 - RUDIGER - AMBULANCIA (ESTADO)**

Extrato de Contrato nº 035/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Pregão Presencial nº 049/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº2014TR001834 E PROCESSO Nº SDR15 3574/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: RUDIGER MULTIMARCAS LTDA.

Valor: R\$ 107.900,00 (cento e sete mil e novecentos reais)

Assinatura: 20/10/2015

Vigência: até 31/12/2015.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 103, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 103, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTAURA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DESIGNA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO A Comunicação Interna n.0108/2015 da Secretaria de Planejamento e Gestão;

CONSIDERANDO que o Município de Imaruí firmou uma série de convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina no ano de 2012, sendo que muitas obras não foram concluídas;

CONSIDERANDO referida situação é objeto de Ação Civil Pública que tramita perante a Comarca de Imaruí sob o n.0000095-46.2013.824.0029;

CONSIDERANDO que a Gestão anterior não tomou as providencias quanto ao processo de prestação de contas dos recursos recebidos a título de convênios;

CONSIDERANDO que a atual Gestão protocolou as prestações de contas pendentes junto à 19ª SRD de Laguna, e que desde então algumas dessas prestações de contas encontram-se em fase de análise do corpo técnico da referida Secretária ao passo que outras foram analisadas com o apontamento de irregularidades na execução dos convênios, razão pela qual houve o requerimento de devolução de recursos financeiros;

CONSIDERANDO que o Município de Imaruí encontra-se em situação de irregularidade junto ao DART no que tange às prestações de contas pendentes em decorrência dos fatos supramencionados;

CONSIDERANDO o que consta nos autos da ação n.0300155-09.2014.8.24.0029 desta Comarca de Imaruí;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.1977/2008;

CONSIDERANDO, por fim a Instrução Normativa nº TC-SC 13/2012 que dispõe sobre a instauração e a organização do procedimento de tomada de contas especial no âmbito da administração pública direta e indireta estadual e municipal e disciplina seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instaurada Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificações dos possíveis responsáveis, qualificação de eventuais danos ao erário e determinação das providências cabíveis no tocante aos convênios abaixo relacionados:

CONVÊNIO N.	OBJETO
8445/2012-0	REFORMA DO POSTO DE SAÚDE – FORQUILHA DO RIO D'UNA
4445/2012-1	REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA HALEY CAPANEMA
4446/2012-1	REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA SERAFINA DA SILVA MATOS
3111/2012-9	MEMORIAL PEDRO RAIMUNDO
1224/2012-9	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS COBERTAS
144/2013-3	PROJETO INCENTIVO Á PRÁTICA DE ESPORTES NO MUICÍPIO

Art. 2º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados para realizar, a partir da publicação deste Decreto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a Tomada de Contas Especial relativa às possíveis irregularidades decorrentes dos convênios supramencionados.

Luíse Valerim de Freitas da Fonseca – Coordenadora de Compras e Cotação de Preços, matrícula nº 6962, Presidente;

Amilton Corrêa Júnior – Assistente Administrativo, matrícula nº 5648, Secretário; e

Aldo Rui Horvath Júnior – Engenheiro Civil, matrícula nº 5545, membro.

Imaruí/SC, 02 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS N.º 002/2015**

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos básicos e não básicos, éticos e genéricos para uso da Secretaria Municipal de Saúde, através de maior porcentagem de desconto sobre a tabela ABCFARMA - Órgão Oficial Da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico.

Empresa Fornecedora: Martins Ferreira Comércio Varejista de Medicamentos, Cosméticos, Perfumaria e Higiene Pessoal LTDA - ME (18.686.689/0001-15):

Item	Especificação	Valor Estimado	Desconto
01	Maior desconto em porcentagem no Guia da Farmácia	R\$ 500.000,00	10,5 %

Total Geral: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

Data da Assinatura: 01/10/2015 Validade da Ata: 01/10/2016

Modalidade: Pregão Presencial.

Imaruí, 02 de Outubro de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

**EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 035/2015**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo FMS Nº 035/2015

Origem: Pregão Presencial

Processo Licitatório FMS 009/2015

Objeto: Aquisição de medicamentos.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde (10.631.880/0001-58)

Contratada: Martins Ferreira Comércio de Medicamentos, Cosméticos, Perfumaria e Higiene Pessoal LTDA - ME (18.686.689/0001-15)

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj. Ativ.: 2.100 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Rubrica: 4

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 02 - Atenção Básica

Proj. Ativ.: 2.104 – Manutenção Pab Fixo

Rubrica: 11

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 04 - Assistência Farmacêutica

Proj. Ativ.: 2.114 - Manutenção do Programa Farmácia Básica

Rubrica: 39

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 03 - Vigilância em Saúde

Proj. Ativ.: 2.112 - Piso Fixo De Vigilância e Promoção da Saúde - PSVPS

Rubrica: 69

Valor Total do Contrato: 70.000,00 (setenta mil reais)

Assinatura: 01/10/2015

Signatário:

Pelo Município, o Senhor André Poluceno Viana

Pela contratada, o Senhor(a) Clodoaldo Martins

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO PMI Nº 051/2015**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo PMI Nº 051/2015

Origem: Pregão Presencial

Processo Licitatório PMI 068/2015

Objeto: Aquisição de Lanche (Suco de Frutas + Biscoitos), para atendimento ao Convênio Nº 792597/2013 Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Imaruí e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Contratante: Município de Imaruí (82.538.851/0001-57)

Contratada: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e de Toda Santa Catarina - Cooper Família (09.263.339/0001-55)

Órgão: 09 - Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário

Proj. Ativ.: 2.050 - Manutenção da Sec. de Desenvolvimento Rural e Pecuário

Rubrica: 127

Valor Total do Contrato: 8.736,20 (oito mil setecentos e trinta e seis reais e vinte centavos)

Assinatura: 30/09/2015

Signatário:

Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa

Pela contratada, o Senhor(a) Lino de Souza

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL SEAGP Nº 145/2015

EDITAL SEAGP Nº 145/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Outubro a 04 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 02 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 145/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista

Leandro Luiz Pereira

José Martins Filho

### EDITAL SEAGP Nº 146/2015

EDITAL SEAGP Nº 146/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 10/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 10/2015, divulgado através do Edital nº 10/2015, de 01 de setembro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 10/2015, de 22 de setembro, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Outubro a 04 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 02 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 146/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde área 10

Adriana Albino

**EDITAL SEAGP Nº 147/2015**

EDITAL SEAGP Nº 147/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2015, divulgado através do Edital nº 007/2015, de 09 de junho de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2015, de 26 de junho de 2015, que homologou os resultados do referido processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Outubro a 04 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 05 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 147/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Enfermeiro

Patricia Borges Martins

**EDITAL SEAGP Nº 148/2015**

EDITAL SEAGP Nº 148/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Outubro a 04 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 02 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 148/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Fiscal Ambiental

Leandro de Souza



**EXTRATO DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 13/2015**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 13/2015

**EXTRATO DE ABERTURA**

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares nº (s) 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009; 3.597, de 10 de dezembro de 2009; 3.690, de 24 de maio de 2010; 3.726, de 13 de julho de 2010; 3.777, de 4 de novembro de 2010 e o Edital a seguir:

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vaga temporária de Fisioterapeuta - ESF.

**ANEXO I**

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Fisioterapeuta ESF	Diploma de conclusão de Curso Superior em Fisioterapia e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	RT	40h	R\$ 1.806,26

\*RT = Reserva Técnica

0.2 Para candidatar-se ao(s) cargo(s) em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 02 de a 16 de outubro de 2015 na Gerência de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, localizada a Rua: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina, das 13:00 às 19:00 e/ou via SEDEX.

Edital completo: Disponível na internet [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) / Editais / Editais SEMUSA

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº. 17/2015 (PMI - SEDUC)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 94/2015  
DISPENSA Nº 17/2015

Objeto: Aquisição de janelas de alumínio, com instalação, para o Centro de Educação Infantil Moacir Orige.

Contratada: Esquadritemper Indústria e Comércio de Esquadrias.

Valor Total: R\$ 7.678,33 (Sete mil, seiscentos e setenta e oito reais, e trinta e três centavos)

Fundamento: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 05 de Outubro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária da SEDUC

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA DO PREGÃO 32/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEAST  
ERRATA

COMUNICAÇÃO: Onde se lê "09 de Setembro de 2015", referente ao Edital do Pregão nº 38/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 29 de Setembro de 2015, ler-se-á "09 de Outubro de 2015".

Imbituba, 05 de Outubro de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial



**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/150 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/150 A/00

Contratada: GP AUTOLOCADORA LTDA ME.

CNPJ 08.296.316/0001-84

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB DEMANDA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, ZERO QUILOMETRO, COM AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HÍDRAULICA, SEM MOTORISTA, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, SEGURO TOTAL SEM FRANQUIA E COM COBERTURA PARA DANOS PESSOAIS E MATERIAIS DE TERCEIROS, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA- SEAGP, E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRA-ESTRUTURASEAPI.

Valor: R\$ 20.640,00 Prazo:31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 81/2015 Pregão 49/2015

Imbituba, 21 de setembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretária Municipal de

Administração e Gestão Pública

Contratante

GP Autolocadora Ltda Me.

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/151 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/151 A/00

Contratada: LOCA AUTO LOCADORA DE VEICULOS LTDA

CNPJ 04.649.441/0001-70

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB DEMANDA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, ZERO QUILOMETRO, COM AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA, SEM MOTORISTA, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, SEGURO TOTAL SEM FRANQUIA E COM COBERTURA PARA DANOS PESSOAIS E MATERIAIS DE TERCEIROS, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP, E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRA-ESTRUTURA – SEAPI

Valor R\$ 15.898,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 81/2015 Dispensa 49/2015

Imbituba, 21 de Setembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretária Municipal de

Administração e Gestão Pública

Contratante

Loca Auto Locadora de

Veiculos Ltda

Representante Legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAST 2015/51 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAST 2015/51 A00

Contratada PREÇO BOM Z&amp;Z LTDA

CNPJ 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA BEBÊ QUE SERÃO ACOLHIDOS NA CASA LAR DE IMBIUBA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUANTITATIVOS.

Valor: R\$ 2.976,73 Prazo: 3/12/2015

Fundamento: Processo nº. 31/2015 Pregão 27/2015

Imbituba, 23 de Setembro de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretária municipal da Seast

Contratante

Comercial Preço Bom

Z&amp;C Ltda

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SETEC 2015/152 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETEC 2015/152 A/00

Contratada: ELAINE FREITAS ALEXANDREDOS SANTOS

CNPJ 19.550.923/001-45

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAR CURSO FOTOGRÁFICO DO FESTIVAL NACIONAL DA BALEIA FRANCA

Valor R\$5.00,00Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº.91/2015 Dispensa 16/2015

Imbituba, 24 de Setembro de 2015.

Paulo Juchem Sefton

Secretária Municipal da

Setec

Contratante

Elaine Freitas Alexandre

Dos Santos

Representante Legal

Contratada

**PORTARIA PMI/GGP Nº 547/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 547, de 02 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Enfermeira - ESF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rosângela Braz Vieira	Enfermeira – ESF 40h	303.352.729-91	02/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA CMI Nº 058/2015**

PORTARIA CMI Nº 058/2015

“Exonera Ana Luiza da Silva Telles Vargas do Cargo em Comissão de Assessora de Relações Institucionais”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

EXONERAR, a partir do dia 02 de outubro de 2015, a Senhora Ana Luiza da Silva Telles Vargas, brasileira, solteira, portadora do RG nº 9.030.258.025 SJS/RS, inscrita no CPF sob o nº 033.152.759-63, residente e domiciliada na Avenida Porto Novo, Ibiraquera, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessora de Relações Institucionais.

Imbituba, 02 de outubro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 02/10/2015.

## Indaial

## PREFEITURA

## ATA Nº 041/2015

		ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.41/2015		

Processo Licitatório Nº 15/00000119 Pregão Nº 3/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.41/2015 Aos um dias do mês de outubro de dois mil e quinze, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000119 - Pregão Nº 3/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):
1.1	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.534.916/0001-36, estabelecida à RUA IRMGARD CARL, nº 225 – Bairro ESCOLA AGRÍCOLA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
2.	DO OBJETO:
2.1.	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E CUIDADOS PESSOAIS.
2.2.	Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.
3.	VALORES REGISTRADOS:
3.1.	Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:
3.1.1.	

661627 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

Lote: 4 - LOTE 04.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
4	LENÇOS UMEDECIDOS 17 X 12 CM. BALDE OU CAIXA COM 400 UNIDADES. VALIDADE DE 2 ANOS COM FABRICAÇÃO ATUAL. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. INDICAÇÃO DO QUÍMICO RESPONSÁVEL NA EMBALAGEM. COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES DO FABRICANTE ESTAMPADAS NA EMBALAGEM.	BALDE		30	R\$13,46	R\$403,80
				Total Lote:		R\$403,80
				Total Fornecedor:		R\$403,80
				Total Homologação:		R\$403,80

3.2.	Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.
4.	REAJUSTE DE PREÇOS:
4.1.	Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
4.2.	Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
5.	EXECUÇÃO DAS COMPRAS:
5.1.	As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
5.1.1.	A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
5.1.2.	O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
5.2.	O OGRP realizará as compras parceladamente.
5.3.	Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.
6.	FISCALIZAÇÃO:
6.1.	O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
6.2.	À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
6.2.2.	Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
6.2.3.	6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
6.2.4.	Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
6.3.	O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
7.	PRAZO DE VALIDADE:
7.1.	O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
8.	OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
8.1.	Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
8.2.	Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
8.3.	Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
8.4.	Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
8.5.	Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6.	Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
8.7.	Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
8.8.	8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 119/2015 - Edital de Pregão nº 3/2015.
9.	OBRIGAÇÕES DO OGRP:
9.1.	Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
9.2.	Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
9.3.	Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
9.4.	Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
10.	SANÇÕES:
10.1.	Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
10.2.	Multa, de acordo com os seguintes critérios:
	No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
	No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
	Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
	Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
	No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
10.3.	Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
10.4.	Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
	Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
	Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
	Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
	Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5.	O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
11.	RESCISÃO DA ATA:
11.1.	Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
	descumprir as condições da ata de registro de preços;

	não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
	não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
	sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.
11.2.	Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
12.	DISPOSIÇÕES GERAIS:
12.1.	Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
12.2.	Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
12.3.	A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
12.4.	O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.
13.	FORO:
13.1.	O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.
14.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
14.1.	Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
	Lei Orgânica do Município de Indaial;
	Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
	Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
	Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
	Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
	Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
	Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
	Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
	Decreto Municipal no 654/2014.
15.	AS PARTES:
15.1.	Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 1 de outubro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lindomar Lindner

Secretário de Assistência Social

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME HILTON DELGADO DOS SANTOS

Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE SESSÃO PÚBLICA - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014**

AVISODESESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, Centro, Município de Indaial-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão de Licitação instituída e composta conforme Portaria nº 49/2015 se reunirá em Sessão Pública no dia 06/10/2015, às 10h, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar o requerimento de credenciamento e os documentos apresentados pela empresa Naiara de Souza Pereira, CNPJ nº 22.429.228/0001-34, requerente nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014, Edital de Credenciamento nº 001/2014, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS JORNALÍSTICAS para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo na imprensa escrita (jornal). Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa citada.

Indaial/SC, 02 de outubro 2015.

Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

# Iomerê

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Edital de Pregão Presencial nº 03/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 03/2015 para serviços de consultoria na área da saúde. A abertura das propostas se dará no dia 20/10/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê-SC, 02 de outubro de 2015.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal



# Ipumirim

## PREFEITURA

**DECRETO 2167/2015 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETA FERIADO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – S/C, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica transferido o feriado do dia do Servidor Público do dia 28 de Outubro para o dia 30 de Outubro 2015, nas repartições públicas municipais, exceto Núcleos Municipais de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente decreto produzirá efeitos a partir de 05 de Outubro de 2015.

Ipumirim, 02 de Outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 2166/2015 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETA TURNO ÚNICO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – S/C, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado turno único nas secretarias do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem (DMER) e Secretaria Municipal de Urbanismo (DMU) para o período de 05 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Horários de Trabalho

Das 07h00min as 13h00min.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente Decreto produzirá efeitos a partir de 02 de Outubro de 2015.

Ipumirim, 02 de Outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 54/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015, Processo de Licitação nº 55/2015, homologado em 01 de outubro de 2015.

Objeto: Contratação de empresa em assessoria e consultoria para elaboração da Lei do Sistema Municipal de Cultura, Capacitação dos agentes culturais e sociedade, Elaboração do Plano Municipal de Cultura, Lei de criação do Sistema Municipal de Cultura e Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, Fóruns Setoriais, Seminários e Audiências e Encaminhamentos legais ao Executivo e Legislativo de Ipumirim - SC, conforme especificações constantes no PROJETO DE EXECUÇÃO anexo III do edital.

Valor: R\$ 21.900,00 (Vinte e Um Mil Novecentos Reais)

Assinatura: 02/10/2015 Vigência: 02/10/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NEDI TEREZINHA LOCATELLI ME, situada na RUA JOÃO MOSELE, Nº 88, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.025.995/0001-40.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 55, PP 25-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 25/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II,</b> 230 <b>C.E.P.:</b> 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 55/2015 <b>Data do Processo:</b> 09/09/2015
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa em assessoria e consultoria para elaboração da Lei do Sistema Municipal de Cultura, Capacitação dos agentes culturais e sociedade, Elaboração do Plano Municipal de Cultura, Lei de criação do Sistema Municipal de Cultura e Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, Fóruns Setoriais, Seminários e Audiências e Encaminhamentos legais ao Executivo e Legislativo de Ipumirim - SC, conforme especificações constantes no PROJETO DE EXECUÇÃO anexo III do edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 36/2015 (Sequência: 2)**

Ao(s) 29 de Setembro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 55/2015, Licitação nº 25/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deu abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: NEDI TEREZINHA LOCATELLI ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª NEDI TEREZINHA LOCATELLI sócia proprietária da empresa NEDI TEREZINHA LOCATELLI ME. A empresa acima transcrita se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

**Participante:** 9828 - NEDI TEREZINHA LOCATELLI ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa em assessoria e consultoria para elaboração da Lei do Sistema Municipal de Cultura, Elaboração do Plano Municipal de Cultura, Lei de criação do Sistema Municipal de Cultura e Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, Fóruns Setoriais, Seminários e Audiências e Encaminhamentos legais ao Executivo e Legislativo de Ipumirim - SC, conforme especificações constantes no PROJETO DE EXECUÇÃO anexo III do edital.	UN	1,00		0,0000	21.900,00	21.900,00

**Total do Participante** —————> 21.900,00

**Total Geral** —————> 21.900,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 25/2015 - PR</b>
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 55/2015 Data do Processo: 09/09/2015
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 29 de Setembro de 2015

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)  
JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 55, PP 25-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 25/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 55/2015 Data do Processo: 09/09/2015
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2015  
 b) Licitação Nr.: 25/2015-PR  
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d) Data Homologação: 01/10/2015  
 e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa em assessoria e consultoria para elaboração da Lei do Sistema Municipal de Cultura, Capacitação dos agentes culturais e sociedade, Elaboração do Plano Municipal de Cultura, Lei de criação do Sistema Municipal de Cultura e Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, Fóruns Setoriais, Seminários e Audiências e Encaminhamentos legais ao Executivo e Legislativo de Ipumirim - SC, conforme especificações constantes no PROJETO DE EXECUÇÃO anexo III do edital.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**NEDI TEREZINHA LOCATELLI ME (9828)**

1	Contratação de empresa em assessoria e consultoria para elaboração da Lei do Sistema Municipal de Cultura, Elaboração do Plano Municipal de Cultura, Lei de criação do Sistema Municipal de Cultura e Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, Fóruns Setoriais, Seminários e Audiências e Encaminhamentos legais ao Executivo e Legislativo de Ipumirim - SC, conforme especificações constantes no PROJETO DE EXECUÇÃO anexo III do edital.	UN	1,00	0,0000	21.900,00	21.900,00
---	--	----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 21.900,00**  
**Total Geral: 21.900,00**

Ipumirim, 1 de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_  
 VALDIR ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## HOSPITAL BOM JESUS

### DECRETO 2867/2015

DECRETO 2867/2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1859 de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Hospital Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais), conforme discriminação seguinte:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
2.028– Manutenção do Hospital Bom Jesus
4.4.90.00.00.00.00.00.0258 Aplicações Diretas R\$ 111.000,00
T O T A L ..... R\$ 111.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
2.028– Manutenção do Hospital Bom Jesus
3.1.90.00.00.00.00.00.0247 Aplicações Diretas R\$ 93.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0258 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
T O T A L ..... R\$ 111.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de setembro de 2015

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### LEI 1859/15

Lei nº 1859/2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Hospital Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais), conforme discriminação seguinte:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
2.028– Manutenção do Hospital Bom Jesus
4.4.90.00.00.00.00.00.0258 Aplicações Diretas R\$ 111.000,00
T O T A L ..... R\$ 111.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
2.028– Manutenção do Hospital Bom Jesus
3.1.90.00.00.00.00.00.0247 Aplicações Diretas R\$ 93.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0258 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
T O T A L ..... R\$ 111.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### ADENDO 01 PL 051/2015, PP 033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2015

ADENDO 01

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que em razão da necessidade houve alteração do Edital do processo Licitatório nº 051/2015, Pregão Presencial nº 033/2015, para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários. Em consequência das alterações do Edital, as propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 20 de outubro de 2015 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital e o Adendo nº 01 encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 02 de outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

### ADENDO EDITAL INTERNO

ADENDO N. 001

EDITAL INTERNO N. 001/2015

Altera dispositivo do Edital Interno n. 001/2015 e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, SC, no uso de suas atribuições legais, altera dispositivo no Edital Interno n. 001/2015.

1. A Cláusula 3 - Das Vagas passa a vigorar com o acréscimo do inciso 3.5., com a seguinte redação:

"3.5. O servidor deverá efetuar a ampliação em sua área de efetivação, podendo ampliar carga horária nas áreas afins, quando não existir mais carga horária disponível para ampliação na sua área de efetivação."

2. Permanecem em vigor as demais disposições constantes do Edital Interno n. 001/2015.

3. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itá, SC, 02 de outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretaria Municipal de Educação

# Itapiranga

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e PATRICIA FERNANDA FALCADE DA ROSA

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 112/2015 onde altera a vigência de 30/09/2015 para 14/12/2015 do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 20 horas.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 30/09/2015 a 14/12/2015

Itapiranga – SC, 01 de outubro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

ITAPIRANGA (SC), 1º de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 186/2015

Portaria nº 186 de 1º de outubro de 2015.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Norma Jacinta E. Schenkel matrícula nº 10195/01, a partir de 1º/10/2015, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 1º de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e PATRICIA FERNANDA FALCADE DA ROSA

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 112/2015 onde altera a carga horária de 40 para 20 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 01/10/2015 a 14/12/2015

Itapiranga – SC, 01 de outubro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 187/2015

Portaria nº 187 de 1º de outubro de 2015.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, da servidora municipal Rosemeri Bourscheidt matrícula nº 14438/01, tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 1º de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 185/2015

Portaria nº 185 de 1º de outubro de 2015.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Luis Becker matrícula nº 14858/01, tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.



# Itapoá

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2552/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2552/2015

Data: 30 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal 559/2014 – LOA 2015, e considerando CI/DO/71/2015, de 30 de setembro de 2015,

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

#### Suplementação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.02 Departamento de Serviços Públicos

01504520009.2078 Manutenção do Departamento de Serviços Públicos

34490 Aplicações Diretas (500) FR 18900 ..... R\$ 74.011,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de setembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 51/2015 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 51/2015 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) que atuarão na Educação Especial, vagas remanescentes do Edital 51/2014 para complementação do quadro de professores da Educação Básica da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 08/10/2015 a 18/12/2015, ou até o preenchimento da vaga por meio de Concurso Público.

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental, por período determinado ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1.2- Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3- As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4- O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de

residência;

1.5 – O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6- A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7- Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

#### 2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1- As inscrições para entrega de currículo será dia 05 de outubro de 2015.

Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, n.º 430 - Centro, em Itapoá.

Horário: das 8h00min às 13h30min.

#### 3. QUADRO DE VAGAS:

Vaga	Área	CH
1	Professor auxiliar de Turma	40h

3.1- Os candidatos classificados no presente processo seletivo e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e/ou telefone.

#### 4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1- Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2- A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3- A classificação será publicada dia 06 de outubro de 2015 às 12hs.

4.4- Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente, num prazo de cinco dias.

#### 5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

- 13- Certidão de Regularização do CPF (internet)
- 14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)
- 15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)
- 16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)
- 17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)
- 18- Tipagem sanguínea
- 19- Laudo médico
- 20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

21- Comprovante de quitação militar.

#### 6- DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 6.1- A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;
- 6.2- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;
- 6.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 02 de outubro de 2015.  
Terezinha Fávaro da Silveira  
Secretaria de Educação

## **TOMADA DE PREÇO Nº 06/2015 – PROCESSO Nº 78/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 19/10/2015 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09:00h receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 06/2015 – Processo nº 78/2015, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a drenagem e pavimentação da Rua Madalena Hau, extensão de 233,05m², no Balneário Jardim Pérola do Atlântico, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "Tomada de Preço", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 01 de outubro de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
PREFEITO MUNICIPAL

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI**

### **PORTARIA 940/2015**

PORTARIA N.º 940/2015

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitação.

A Diretora Executiva do IPESI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 51 da lei 8.666/93, resolve:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, compondo-se dos seguintes membros:

- 1) Solamir Coelho – Presidente
- 2) Carlito Joaquim Custodio Junior – Vice Presidente
- 3) Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha – Membro
- 4) Sandra Regina Fernandes da Silva - Membro
- 5) Jackson Alves de Assunção – Membro
- 6) Leonice Marli Riskowski – Membro

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 25 de setembro de 2015.  
Iara Cristine de Oliveira Hoepfner  
Diretora Executiva  
Dec.Municipal nº 2352/2015

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 FORNECIMENTO DE MATERIAL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº52/2015

Processo: 80/2015

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 16 de outubro de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 16 de outubro de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 03 de outubro de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### PORTARIAS Nº. 416 A 440 DE 2015

PORTARIA Nº. 416 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Designar a servidora AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA, matrícula nº. 3449, para responder Interinamente pelo expediente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, enquanto durar as férias do Titular a serem gozadas no período 01/09/15 a 30/09/15.

PORTARIA Nº. 417 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora NAIR VIEIRA BRAVO, matrícula nº. 173, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 01/09/2015 à 30/09/2015, período aquisitivo 17/09/1999 à 16/09/2004.

PORTARIA Nº. 418 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Auxiliar de Ensino DAIANE DE MATTOS FERREIRA, portadora do CPF nº. 088.711.890-46, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 01/09/2015 à 11/12/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 419 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Séries Iniciais ZULMIRA FERREIRA RONZANI, portadora do CPF nº. 649.016.109-53, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Mario Gomes Colares, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 01/09/2015 à 30/11/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 420 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor LENELCIR PETERLE, do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº. 164, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

PORTARIA Nº. 421 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de exoneração do servidor LENELCIR PETERLE, do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº. 164, conforme Portaria nº. 420 de 01 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº. 422 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 203 de 02 de março de 2015, o período de contratação da servidora BRENDA JUST DE AGUIAR, matrícula nº 3916, até 18/12/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 423 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 202 de 02 de março de 2015, o período de contratação da servidora FABIELLE GUIMARÃES BORGES, matrícula nº 3915, até 18/12/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 424 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 399 de 03 de agosto de 2015, o período de contratação da servidora MARCIA SIMONI CARDOSO CLAUDINO MATEUS, matrícula nº 3996, até 05/10/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 425 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga por igual período a Portaria nº. 342 de 09 de setembro de 2013, em que concede Licença sem Vencimentos para tratar de Interesses Particulares, da servidora DIRMA PEDRO, matrícula nº. 195, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a serem gozadas no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 09/09/2015 à 07/09/2017.

PORTARIA Nº. 426 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora CLEUSA MARIA ELIAS PADILHA, matrícula nº. 156, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 10/09/2015 à 09/10/2015, período aquisitivo 01/06/2008 à 31/05/2013.

PORTARIA Nº. 427 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora DILCEIA PACHECO PAGANINI, matrícula nº. 157, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 10/09/2015 à 09/10/2015, período aquisitivo 01/03/2007 à 28/08/2012.

PORTARIA Nº. 428 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Geografia KATELYN LUZIA DOS SANTOS DABOIT, portadora do CPF nº. 093.384.799-86, nível MAG ST 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 10/09/2015 à 22/11/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 429 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de

Séries Iniciais FERNANDA DE SOUZA POSSAMAI DELLA, portadora do CPF nº. 045.436.639-69, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 10/09/2015 à 09/10/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 430 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 356 de 15 de junho de 2015, o período de contratação do servidor ARY DIAS CABELLEIRA NETO, matrícula nº 3976, até 18/09/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 431 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora ELETICIA DE NONI VEFAGO MONTOVANI, matrícula nº. 3603, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino - ACT, a serem gozadas no período de 16/09/2015 a 13/01/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 432 DE 19 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 356 de 15 de junho de 2015, o período de contratação do servidor ARY DIAS CABELLEIRA NETO, matrícula nº 3976, até 01/10/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 433 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora SUSANA MEZZARI, matrícula nº. 2719, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 21/09/2015 a 18/01/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 434 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Ciências FABIANA MANENTI TOMASI, portadora do CPF nº. 906.771.379-15, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 21/09/2015 à 18/12/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 435 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação, a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, que foi atingida pelo Art. 29, da Lei nº 470, de 01 de setembro de 2006, a saber:

Matr.	Nome	Cargo	Habilitada	Nova Habilitação
2512	LEANDRA LAURINDO RECCO	Professor	MAG LP E01	MAG LP A04

PORTARIA Nº. 436 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora KARINE MONDO, do cargo efetivo de Fisioterapeuta, matrícula nº. 979, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

PORTARIA Nº. 437 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de exoneração da servidora KARINE MONDO, do cargo efetivo de Fisioterapeuta, matrícula nº. 979, conforme Portaria nº. 436 de 22 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº. 438 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ALTEMIR BATISTA MATIAS	974	08/11/12 à 07/11/13	05/10/15 à 03/11/15
ARTUR EDUARDO DE AVILA ZINGANO	962	04/10/13 à 03/10/14	05/10/15 à 03/11/15
MÁRCIO LUIZ ABATTI	3497	06/05/13 à 05/05/14	05/10/15 à 03/11/15
ROSIMERI FERREIRA	183	30/05/13 à 29/05/14	05/10/15 à 03/11/15
VIVIA BORGES DA ROSA	2749	16/03/13 à 15/03/14	05/10/15 à 03/11/15

PORTARIA Nº. 439 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Designar a servidora AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA, matrícula nº. 3449, para responder Interinamente pelo expediente da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, enquanto durar as férias do Titular a serem gozadas no período 05/10/15 a 03/11/15.

PORTARIA Nº. 440 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Designar a Servidora AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA, matrícula nº. 3449, ocupante do cargo de Secretária de Desenvolvimento Social e da Família, para responder pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social, assinando em conjunto com o Prefeito Municipal os respectivos cheques e ordens de pagamentos, enquanto durar as férias do Titular a serem gozadas no período 05/10/15 a 03/11/15.

# Joaçaba

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 06/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO  
06/2015

Diante da tentativa infrutífera de notificação via correios e pessoalmente do lançamento tributário, cientificamos pelo presente edital de notificação os contribuintes a seguir relacionados, de que foi realizado o lançamento complementar da Taxa de Coleta de Lixo, em virtude de cobrança de valores inferiores, referente ao número de passadas cadastradas da Coleta de Lixo, exercício 2015.

Contribuinte	Valor	Imóvel
Ari José Schiehl, Elza Tonial Schiel, Scheila Marlen Schiel	R\$ 56,15	7784
Gilberto Bianchi	R\$ 63,75	27034
Jorge Alberto Vogt	R\$ 99,64	27943
Jorge Alberto Vogt	R\$ 106,40	27942
Jorge Alberto Vogt	R\$ 66,78	27944
Jorge Alberto Vogt	R\$ 195,24	6425
Lucimar Dal Medico	R\$ 134,77	4812
Marlei Elisabete Moslinger	R\$ 54,66	11247
Nelson e Nilson Baldissera	R\$ 111,24	7939

Matéria tributável: Art.19 e 108 da Lei Complementar 31/97.  
Lei Complementar nº 225 de 23/11/2012.

Os débitos não quitados no exercício corrente, serão transferidos para dívida ativa no primeiro dia útil de 2016.

Joaçaba/SC, 02 de outubro de 2015.  
Iria Flávia Rodriguez Torrico  
Secretária de Gestão Financeira

Eduardo Barbosa  
Chefe do Setor de Cadastro/IPTU

### PORTARIA N.º 4708

PORTARIA Nº 4.708 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 01 de abril de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) JESSICA APARECIDA BOFF das funções de Enfermeiro Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 12 (doze) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 001/2015/FMS, conforme memorando n.º 603/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de outubro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 4709**

PORTARIA Nº 4.708 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de abril de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) THIAGO BRAGAGNOLO das funções de Enfermeiro Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 001/2015/FMS, conforme memorando n.º 604/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4710**

PORTARIA Nº 4.710 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo, que apura possível infração disciplinar prevista na Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações por parte da Sra. Sidirlei dos Anjos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 30 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4711**

PORTARIA Nº 4.711 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo, que apura possível infração disciplinar prevista na Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações por parte da Sra. Neivete Antunes de Oliveira.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL Nº 01/2015/SME - PROCESSO DE REMOÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL Nº 01/2015/SME

PROCESSO DE REMOÇÃO DESTINADO AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

PREFEITO DE JOAÇABA, Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais, torna público o Resultado Preliminar do Processo de Remoção destinado aos professores da Rede Municipal de Ensino:

1 - Consta no ANEXO I a classificação preliminar do Processo de Remoção destinado aos Professores da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único – Nos termos do Item 2.10 do Edital n. 01/2015/SME, Processo de Remoção, podem os interessados interpor recurso, devidamente protocolado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação.

2 - Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município e no site www.joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 05 de outubro de 2015.

Rafael Laske

Prefeito Municipal

### ANEXO I

#### CENTRO EDUCACIONAL FREI BRUNO

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	40h	1º	Patrícia Terezinha Martinazzo dos Santos
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	20h	Não houve inscrições.	-
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	20h	Não houve inscrições.	-
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	20h	Não houve inscrições.	-
Língua Portuguesa	40h	Não houve inscrições.	-
Matemática	40h	1º	Cristiane Turra
Ciências	20h	Não houve inscrições.	-
Geografia	20h	Desclassificado	Waldemar Ronssem Junior
História	20h	1º	Marisete Machado Zagonel
Arte	30h	Não houve inscrições.	-
Informática	40h	Não houve inscrições.	-
Ensino Fundamental – Sala AEE	40h	1º 2º	Liane Orsatto Perosa Marivete Pires
Inglês	20h	Não houve inscrições.	-
Educação Infantil	40h	Não houve inscrições.	-

#### CENTRO EDUCACIONAL ROBERTO TROMPOWSKY

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Dança	20h	1º	Julio Cezar Alberguini

#### ESCOLA MUNICIPAL ANITA LOPES VIEIRA

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Física	20h	Não houve inscritos.	-
Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-

#### ESCOLA MUNICIPAL FRIDA REGENSBURG

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Física	20h	Não houve inscritos.	-
Arte	10h	Não houve inscritos.	-
Educação Infantil	40h	1º	Vera Lucia R. Wolff

#### ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE LOURDES

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Arte	20h	Não houve inscritos.	-

#### ESCOLA MUNICIPAL ROTARY FRITZ LUCHT

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Informática	40h	Não houve inscritos.	-
Geografia	40h	Não houve inscritos.	-
História	40h	Não houve inscritos.	-



Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-
-------------------	-----	----------------------	---

**NUPERAJO**

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Informática	40h	Não houve inscritos.	-
Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CLARA ZOMKOWSKI, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANZOLIN E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RITA COSTENARO PETRY**

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Física	40h	Não houve inscritos.	-

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO ENCANTADO**

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANZOLIN**

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	1º	Regina Alves P. Bernardini
		2º	Lea Gabriel Pires Dias

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO DEUS**

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	1º	Ruth Specht

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DE LOURDES**

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	1º	Debora Maria C. Tonet
		2º	Patricia Pelisser
		3º	Fatima A. Antunes Rodrigues

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RITA PETRY**

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	Desclassificado	Francieli Caricimo Lago

**CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TEMPO DE APRENDER**

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA ERRATA JHL 232/2015**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ERRATA

Na portaria JHL 232/2015, publicada em 30.09.2015, edição 1838 p. 577, fica retificado:

Onde lê-se Art. 1º- DISPENSAR, do exercício da Função de Gerente do Setor de Tratamento de Água e Tratamento de Esgoto o servidor Evald Hommerding Junior, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 660.614.159-15, residente e domiciliado em Joaçaba, ocupante do cargo de Operador de Eta, Padrão-6, Nível-3, Referência J-9, o qual exercia cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, conforme Portaria de designação SIMAE JHL Nº 099/2015 de 08.05.2015, retificar por "Art. 1º- DISPENSAR, do exercício da Função de Encarregado de Serviço de Recursos Humanos a servidora Francielli Wendland Guaragni Fiorin, brasileira, inscrita no CPF sob nº 040.353.859-99, residente e domiciliado em Joaçaba, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativa, Padrão-3, Nível-1, Referência E-1, o qual exercia cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, conforme Portaria de designação SIMAE JHL Nº 210/2012 de 21/12/2012".

Joaçaba-SC 02 de Outubro de 2015.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 262/2015**

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 262/2015 DE 02.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar: a servidora Fabiola Fritzen Pellizzaro, Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. D-1, para responder pela Função de Encarregado de Serviço da Tesouraria, no período de 05 à 24 de Outubro de 2015, por motivo de Férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de Outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 02 de Outubro de 2015.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

**RESUMO CONTRATO JHL 0082/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0082/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2012  
PROTOCOLO Nº 2326/2012

Data: 28/09/2015

Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratado: OI MÓVEL S.A.

Valor Contratado: R\$ 488,50 (Quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) mensais.

Programa: 14.01.2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.58.00.00.00

Prazo de vigência: 01/10/2015 a 30/09/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE

**HOMOLOGAÇÃO PR 0037/2015 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 37/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 49/2015 Processo de Licitação: 49/2015 Data do Processo: 12/08/2015
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, ALUIR FLEMMING, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 49/2015  
b ) Licitação Nr.: 37/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 02/10/2015  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DE BOMBA VERTICAL DA CAPTAÇÃO, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

-----  
Aluir Flemming - Diretor Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 37/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 49/2015 Processo de Licitação: 49/2015 Data do Processo: 12/08/2015
	Folha: 2/3

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **PV MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULI (8334)**

1 REFORMA DE BOMBA VERTICAL TIPO TURBINA COM DESCARGA ABERTA DADOS DA BOMBA: MARCA - WORTHINGTON; TIPO - 15 L 82 / 2 ESTÁGIOS; Nº SÉRIE - BX 33143.01.01; VAZÃO- 216 M3 / H; ALTURA MANOMÉTRICA- 61 MCA. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: CONFECCIONAR PEÇAS E DEMAIS COMPONENTES INTERNOS DO BOMBEADOR A FIM DE QUE O BOMBEADOR FIQUE EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E COM VAZÃO MÍNIMA DE 90 % DA VAZÃO DE PLACA 216M³/HORA O BOMBEADOR DEVERÁ VIR MONTADO E EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER RETIRADO NO SIMAE, NA RUA TIRADENTES, Nº 123, CENTRO DE JOAÇABA/SC. O EQUIPAMENTO COMPLETO, COM EXCEÇÃO MOTOR, SERÁ TODO REVISADO. O EQUIPAMENTO É COMPOSTO POR: 01 BOMBEADOR COMPLETO MONTADO, 01 EIXO DO CABEÇOTE DE DESCARGA, 03 EIXOS INTERMEDIÁRIOS, 03 MANCAIS DOS EIXOS INTERMEDIÁRIOS, 04 LUVAS DE UNIÃO DOS EIXOS, 03 COLUNAS FLANGEADAS DIÂMETRO 8"X120" E UMA COLUMNA DO TOPO (TUBO DE TOPO) DIÂMETRO 8" X 65 1/4". A REFORMA DO BOMBEADOR DEVERÁ COMPREENDER NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS: 1) LIMPEZA DO BOMBEADOR, MANCAIS DOS EIXOS INTERMEDIÁRIOS, CABEÇOTE DE DESCARGA, EIXOS, COLUNAS, COMPREENDENDO JATEAMENTO E/OU QUÍMICA; 2) ENSAIO NÃO DESTRUTIVO (LIQUIDO PENETRANTE) DAS PEÇAS COMO: ROTOR, EIXOS, MANCAIS, LUVAS DE UNIÃO DOS EIXOS E OUTROS, AFIM DE DETECTAR TRINCAS; 3) SUBSTITUIÇÃO DOS PARAFUSOS EXISTENTES NO BOMBEADOR POR PARAFUSOS DE AÇO INOX 316, Ø 5/8" X 1 1/2". QUANTIDADE = 36; 4) CONFECCIONAR EIXO PROPULSOR, (FIG-14 PEÇA-19) EM AÇO CROMO 4340 COM Ø1 1/4" X111 1/2" COM ROSCA NAS DUAS DAS PONTAS. REVESTIR COM CROMO DURO AISI 410 ONDE TEM CONTATO COM A GAXETAS E RETIFICAR (MEDIDAS DO PREENCHIMENTO 1,5 MM X 200 MM); 5) CONFECCIONAR EIXO DO BOMBEADOR (FIG-24 PEÇA-32) EM AÇO CROMO 4340 COM Ø 2 1/4" X60 3/8"; 6) VERIFICAR CONCENTRICIDADE DOS EIXOS INTERMEDIÁRIOS Ø 1 1/4" X 120" SE NECESSÁRIO ENDIREITAR. QUANTIDADE = 03; 7) PREENCHER OS EIXOS INTERMEDIÁRIOS COM CROMO DURO AISI 410 E RETIFICAR. CAMADA DE 1,5 MM X 200 MM, PREENCHIMENTO APENAS ONDE DESLIZA NAS BUCHAS DOS MANCAIS. MEDIDAS DO EIXO Ø 1 1/4" X 120". QUANTIDADE = 03; 8) CONFECCIONAR BUCHA CÔNICA EM AÇO INOX, BUCHA DE APERTO DO ROTOR (FIG-24, PEÇA 39). QUANTIDADE = 02; 9) CONFECCIONAR BUCHAS DESLIZANTES EM BRONZE DOS MANCAIS DO BOMBEADOR Ø INTERNO 2 1/4" COMPRIMENTO VARIADO CONFORME PROJETO. PEÇAS DESCRITAS ABAIXO: 9.1BUCHA DO CORPO DE SUÇÃO (FIG-24, PEÇA 41). 9.2COLAR PROTETOR - MATERIAL A CONFERIR PELO INSTALADO- (FIG-24, PEÇA 58). 9.3BUCHA DO CORPO INTERMEDIÁRIO DO ROTOR (FIG-24, PEÇA 35). 9.4BUCHA DO CORPO SUPERIOR DO ROTOR (FIG-24, PEÇA 34). 9.5MANCAL DO CORPO DE DESCARGA (FIG-24, PEÇA 403W); 10) EMBUCHAR E SE NECESSÁRIO USINAR OS CORPOS DO BOMBEADOR (FIG-24, PEÇAS- 40, 36, 55, 54W). QUANTIDADE = 04;	SV	1,00	0,0000	10.900,00	10.900,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

Aluir Flemming - Diretor Presidente

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b></p> <p>CNPJ: 84.591.890/0001-43  Rua Tiradentes, 123  C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 37/2015 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 49/2015  Processo de Licitação: 49/2015  Data do Processo: 12/08/2015</p>
	Folha: 3/3

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

11) PREENCHER COM SOLDA O DESGASTE DOS ROTORES COM BRONZE, POSTERIORMENTE USINAR E BALANCEAR. QUANTIDADE = 02;  
12) APLICAÇÃO DE CERÂMICA NA PARTE INTERNA DO BOMBEADOR A FIM DE MINIMIZAR TURBULÊNCIAS E AUMENTAR A EFICIÊNCIA. CERÂMICA PRÓPRIA PARA ESTE FIM;  
13) FAZER ANÉIS DE DESGASTE DOS ROTORES E DOS CORPOS DO BOMBEADOR. QUANTIDADE = 04;  
14) CONFECCÃO DA BUCHA DA CAIXA DE GAXETAS (FIG-14, PEÇAS 455);  
15) VERIFICAÇÃO DO PARALELISMO DOS FLANGES DAS COLUNAS, SE NECESSÁRIO USINAR O MÍNIMO POSSÍVEL APENAS PARA REGULARIZAR A FACE. QUANTIDADE = 07;  
16) EMBUCHAR MANCAIS INTERMEDIÁRIOS COM BUCHA DE AÇO INOX E SEU INTERIOR COM BUCHA DE NEOPRENE ENCAPSULADA Ø 1 ¼" X2 ½" X6", DUREZA 65-70 SHORE, OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEIXAR SOBRE METAL PARA USINAGEM FINAL. QUANTIDADE = 03;  
17) CONFERIR AS ROSCAS DOS EIXOS INTERMEDIÁRIOS, E SE NECESSÁRIO USINAR NOVAMENTE AS ROSCAS. MEDIDAS DO EIXO Ø 1 ¼" X 120". SE AS FACES DAS COLUNAS FOREM USINADAS, ITEM 15 DESTA TERMO DE REFERÊNCIA, OS EIXOS DEVERÃO SER USINADOS NA FACE A MESMA MEDIDA. QUANTIDADE = 06;  
18) CONFERIR A ROSCA DAS LUVAS DE UNIÃO DOS EIXOS E SE NECESSÁRIO CONFECCIONAR NOVAS LUVAS CONFORME A ROSCA DOS EIXOS. (FIG-14, PEÇA 22). QUANTIDADE = 04;  
19) PINTAR OS CORPOS DO BOMBEADOR, MANCAIS DOS EIXOS INTERMEDIÁRIOS, COLUNAS E CABEÇOTE DE DESCARGA, NA COR VERDE. A PINTURA INTERNA PODERÁ SER EXECUTADA COM FUNDO ZARCÃO OU EPOXI. DEVERÁ SER EXECUTADA A PINTURA INTERNA EM TODAS AS PEÇAS. INTERNAMENTE NOS CORPOS DO BOMBEADOR SERÁ APLICADO CERÂMICA CONFORME DESCRITO NO ITEM 12, NÃO SENDO NECESSÁRIO A PINTURA DESCRITA NESTE ITEM;  
20) RECUPERAR ASSENTO DO CRIVO NO BOMBEADOR Ø 200 MM;  
21) CONFECCIONAR CRIVO COM COLAR DE FIXAÇÃO EM AÇO 1020 E CESTO EM CHAPA DE INOX 3 MM Ø 300MM X COMPRIMENTO 400MM COM FUROS 18 MM EM TODA SUA SUPERFÍCIE. CONFERIR MEDIDAS CONFORME CRIVO EXISTENTE. - Marca: PVM

Total do Fornecedor: 10.900,00  
Total Geral: 10.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo: 37.939,63

Aluir Flemming - Diretor Presidente

# Lages

## PREFEITURA

**PP 118-2015 PML; TP 33-2015 PML****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 118-2015 PML

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 22/10/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 1.000.511,34

Modalidade: TP 33-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Reforma e Modernização do Ginásio Municipal Ivo Silveira

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 23/10/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 307.533,81

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.  
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 02 de outubro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**PP 41-2015 SMS****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 41-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Placa CPU CONSOLE/OPERATOR do aparelho de mamografia Marca Lorad M-IV IS/SN: 1801110212/857 da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 15/10/2015 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 21.594,62

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.  
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 02 de outubro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**RERRATIFICAÇÃO PP 116-2015 PML****RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2015 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA SECRETARIA DA FAZENDA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

No item, leia-se: Veículo 0 KM, de fabricação nacional, modelo 2016, de cor branca, versão 4 portas, total flex, (álcool e gasolina), motor 1.6 cilindrada, limpador traseiro, reservatório de combustível mínimo 47 litros, porta malas mínimo 250 Lts, ar condicionado, proteção de motor, rodas de aro 14 ou 15, Air bag, freios ABS, direção hidráulica ou elétrica.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 02 de outubro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

### **TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - Nº 04/15**

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº6070/14

TOMADA DE PREÇO Nº004/2015

O Secretário de Administração e Serviços Públicos do Município de Laguna/SC, no uso de suas atribuições legais e, considerando a existência de vício grave no certame licitatório acima indicado, cujo objeto é a contratação de empresa para revitalização da praça Moreira Neto (praça do Villa), RESOLVE:

ANULAR o processo licitatório, desde sua origem, com base no artigo 49 e §§, da lei nº 8.666/93, devidamente orientado pelo parecer jurídico firmado pelo Procurador de Licitações e Contratos. Laguna, 02 de outubro de 2.015. Luiz Paulo Rezende - Secretário de Administração e Serviços Públicos.

# Luzerna

## PREFEITURA

### CONTRATO PML Nº 136.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 136/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 079/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 051/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 079/2015, Pregão Presencial nº 051/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 – ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.238.271/0001-01 com endereço a Rua Dorival de Brito, nº 360, Herval d' Oeste/SC, CEP 89.610-000 representada por seu sócio administrador SIMAR JOSÉ ROSA, brasileiro, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.079.721e inscrito no CPF/MF sob nº 437.061.009-59, doravante denominado FORNECEDOR 1.

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo e conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço unitário R\$	Preço Total R\$
2	15,00	UN	Abraçadeira 16x19 (5/8x3/4)	0,90	13,50
5	15,00	UN	Abraçadeira rsf 13x16	0,70	10,50
7	10,00	UN	Adaptador int. Polietileno 3/4	0,69	6,90
11	10,00	UN	Adesivo 17 gr	1,80	18,00
12	10,00	UN	Adesivo 75gr	3,50	35,00
23	200,00	MT	Arame 16	6,90	1.380,00
27	30,00	KG	Arame recozido nº 18	6,50	195,00
29	20,00	SC	Argamassa c/ 20 kg	6,50	130,00
41	1,00	UN	Boia	6,85	6,85
46	1,00	UN	Broca ar 10,00mm din 338 revenida a1002.0	14,50	14,50
47	1,00	UN	Broca ar 12,00mm din 338 revenida a1002.0	22,50	22,50
48	2,00	UN	Broca ar 2,00mm din 338 revenida a1002.0	2,50	5,00
49	2,00	UN	Broca ar 3,00mm din 338 revenida a1002.0	2,90	5,80
50	2,00	UN	Broca ar 3,20mm din 338 revenida a1002.0	3,30	6,60
56	1,00	UN	Broca ar 8,00mm din 338 revenida a1002.0	8,20	8,20
59	200,00	UN	Bucha nº 10	0,03	6,00
60	200,00	UN	Bucha redução rosc. 3/4 x 1/2	0,09	18,00
76	35,00	UN	Caixas de passagem 4" x 2"	0,70	24,50
79	50,00	SC	Cal virgem 20 kg	11,90	595,00
84	1,00	UN	Cavadeira articulada com cabo de madeira de 150 cm	26,90	26,90
90	1,00	PC	Chave de fenda simples 1/8x6 cv 150	3,20	3,20
92	2,00	PC	Chave de fenda simples 5/16x6 cv 150	8,30	16,60
94	1,00	PC	Chave phillips 5/16/6 cv 160 ph3	8,50	8,50
101	20,00	UN.	Curva eletroduto 90° 1/2	0,60	12,00
119	50,00	BR	Ferro de construção 1/2 (12mm) - 12 metros	36,90	1.845,00
120	150,00	BR	Ferro de construção 1/4 (6mm) - 12 metros	9,90	1.485,00
123	100,00	BR	Ferro de construção 4.2 mm - 12 metros	4,90	490,00
124	100,00	BR	Ferro de construção 5/16 (8mm) - 12 metros	16,90	1.690,00
135	10,00	UN	Fita antiderrapante preta para segurança em escadas e pisos 20 mts	44,40	444,00
148	15,00	KG	Grampo fixa fio c/ prego	5,10	76,50
155	20,00	UN	Joelho esgoto 90° 50mm	1,10	22,00
156	30,00	UN	Joelho esgoto 90° 100mm	2,30	69,00
164	20,00	UN	Joelho soldável 45° 20 mm	0,40	8,00



169	1.000,00	UN	Lajota p/ passeio padrão 2 cores 45x45	19,90	19.900,00
185	600,00	M2	Lona preta	0,60	360,00
221	10,00	UN	Pino de porcelana 3 x 30	7,90	79,00
227	100,00	UN	Plugue roscável 3/4	0,35	35,00
233	4,00	PC	Prego 25 x 72	8,50	34,00
239	4,00	PC	Prego com cabeça dupla 18 x 30 - 1kg	8,40	33,60
241	20,00	KG	Prego p/ caibro	8,50	170,00
243	12,00	UN	Rastelo leve com cabo	10,50	126,00
255	10,00	UN	Rejunte c/ 1 kg	2,10	21,00
266	150,00	UN	Star fs4 - 40w	0,95	142,50
271	30,00	UN	Tee esgoto 200x200mm	40,00	1.200,00
282	3.000,00	UN	Tijolo 6 furos 14 x 9 x 24 cm	0,50	1.500,00
283	5.000,00	UN	Tijolo maciço 10x6x22cm	0,60	3.000,00
287	40,00	UN	Tinta para demarcação viária amarela c/ 18 lt	189,00	7.560,00
288	20,00	UN	Tinta para demarcação viária branca c/ 18 lt	189,00	3.780,00

O FORNECEDOR 1 - ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 46.639,65 (quarenta e seis mil seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos);

1.2.O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 24 (quatro) horas antes da realização dos eventos;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.7. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.8. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do município de Luzerna.

1.9.As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.10. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.11. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.12. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR .

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do FORNECEDOR documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º,6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

Atividade- 0201.04.122.0004.2002 –funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0601.04.122.0007.2006 –manutenção do Departamento de administração

Atividade- 0601.06.181.0010.2011 –manutenção do convênio do corpo de bombeiros

Atividade- 0601.06.181.0010.2012 –manutenção do convenio FUNPOM

Atividade- 0601.06.181.0010.2013 –manutenção do convenio FUNPOC

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 –manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 –manutenção da educação fundamental

Atividade- 0802.13.391.0046.2037 –resgate da memória cultural  
Atividade- 0802.13.392.0046.2038 –apoio para difusão cultural  
Atividade- 0803.27.812.0049.2040 –funcionamento e manutenção do setor de esportes  
Atividade- 0901.20.606.0052.2042 –manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente  
Atividade- 1101.15.452.0061.2055 –manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal  
Atividade- 1101.26.782.0067.2060 –manutenção e conservação das estradas vicinais do município  
Atividade- 1101.26.782.0061.2076 –manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal  
Atividade- 1001.22.661.0058.2051 –manutenção da incubadora tecnológica de luzerna  
Atividade- 1301.10.301.0016.2017 –manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde  
Atividade- 1301.10.304.0016.2018 –manutenção dos serviços de vigilância sanitária  
Atividade- 1201.08.244.0025.2024 –manutenção do centro de multiplouso.  
Atividade- 1201.08.244.0025.2026 –manutenção da assistência social geral  
Atividade- 1201.08.244.0025.2084 –manutenção do CRAS. CLÁUSULA NONA  
DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

SIMAR JOSÉ ROSA

ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### CONTRATO PML Nº 137.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 137/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 079/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 051/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 079/2015, Pregão Presencial nº 051/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:



2 - BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frei João, 06 sala, centro, na cidade de Luzerna/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.743.603/0001-08, neste ato representada por seu sócio administrador EDUARDO BELEGANTE, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.883.734 e inscrito no CPF/MF sob o nº 590.402.629-34, residente e domiciliado na Rua Guilherme Zamoner, LD 77, Centro, na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominado FORNECEDOR 2;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo e conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço unitário R\$	Preço Total R\$
1	4,00	UN	"T" de 1/2 polegada	0,87	3,48
15	50,00	UN	Adesivo para madeira extra 1 kg	12,90	645,00
16	1,00	UN	Alicate aneis 7 ext bico curvo	23,80	23,80
17	1,00	UN	Alicate aneis 7 externo bico reto	24,80	24,80
18	1,00	UN	Alicate aneis 7 int bico curvo	24,80	24,80
19	1,00	UN	Alicate aneis 7 int bico reto	23,80	23,80
20	1,00	UN	Alicate bico chato 6 44006/106	19,90	19,90
22	20,00	UN	Aquecedor de água elétrico, 220v, potência de 6000w, pressão de funcionamento: 2mca(água) min. 60mca (água) max., comando de temperaturas manual.	99,90	1.998,00
28	1,00	UN	Arco serra 12 ajustavel 43302/012	19,85	19,85
30	25,00	KG	Argamassa colante ac ii	14,50	362,50
31	25,00	KG	Argamassa colante ac iii	27,20	680,00
33	50,00	MT	Azulejo para parede 30 x 30 cm	12,00	600,00
37	30,00	UN	Blobo de concreto 9 x 19 x 29	2,39	71,70
38	30,00	UN	Bloco de concreto 14 x 19 x 29	2,55	76,50
39	120,00	UN	Bocal e-40	5,50	660,00
42	10,00	UN	Bracadeira de aperto	1,80	18,00
43	600,00	UN	Bracadeiras com buchas e parafusos	0,65	390,00
51	2,00	UN	Broca ar 4,00mm din 338 revenida a1002.0	3,30	6,60
53	1,00	UN	Broca ar 5,00mm din 338 revenida a1002.0	4,10	4,10
54	1,00	UN	Broca ar 5,50mm din 338 revenida a1002.0	4,30	4,30
55	1,00	UN	Broca ar 6,00mm din 338 revenida a1002.0	225,00	2.700,00
62	12,00	CX	Cabo de rede utp cat 5e (caixa 305 metros)	498,00	5.976,00
68	5,00	UN	Cachimbo para torneiras	1,09	5,45
70	15,00	UN	Cadeado 35mm	13,50	202,50
71	15,00	UN	Cadeado 40mm	15,90	238,50
72	15,00	UN	Cadeado 45 mm	17,80	267,00
73	15,00	UN	Cadeado 50mm	21,50	322,50
74	30,00	UN	Caixa de descarga controlada 9lt	19,50	585,00
75	10,00	UN	Caixa distribuição 1 disjuntor sobrepor	5,30	53,00
77	50,00	SC	Cal hidratado 20 kg	8,98	449,00
78	100,00	UN	Cal para pintura com 8kg	8,90	890,00
85	20,00	UN	Chapa de madeirite 10mm - 1,10x2,20 m	26,70	534,00
86	20,00	UN	Chapa de madeirite 12mm - 1,10x2,20 m	39,90	798,00
87	30,00	UN	Chapa de madeirite 14mm - 1,10x2,20 m	43,00	1.290,00
88	20,00	UN	Chapa de madeirite 15mm - 1,10x2,20 m	45,00	900,00
89	20,00	UN	Chapa de madeirite 5mm - 1,10x2,20 m	22,50	450,00
91	1,00	PC	Chave de fenda simples 3/8x6 cv 150	7,90	7,90
93	1,00	PC	Chave phillips 3/8x6 cv 160 ph4	9,50	9,50
95	315,00	SC	Cimento saco com 50kg	28,50	9.009,00
96	50,00	UN	Conexão sistema x	1,00	50,00
97	30,00	UN	Conjunto fechadura e fechadura p/ banheiro	17,90	537,00
98	30,00	UN	Conjunto/parafuso/bucha p/ telha fibrocim.	0,55	16,50
99	300,00	UN	Corante líquido várias cores	2,80	840,00
104	5,00	UN	Disjuntor trifásico 60w	70,00	350,00
106	50,00	UN	Disjuntores 30 a	8,90	445,00
109	100,00	UN	Engate flexível 50 cm	4,40	440,00
112	12,00	UN	Enxada leve com olho de 42x32mm, com cabo de madeira de 130cm.	19,90	238,80
115	20,00	UN	Esmalte sintético 3,6 litros	49,00	980,00
116	1,00	PC	Esmerilhadeira 4.1/2 gws 8-115 220v 850w	190,00	190,00
117	10,00	UN	Espátula de aço polido 12cm	5,90	59,00

118	2,00	UN	Facão de aço carbono 12"	15,80	31,60
121	80,00	BR	Ferro de construção 3/16 (5mm) - 12 metros	7,90	632,00
122	65,00	BR	Ferro de construção 3/8 (10mm) - 12 metros	26,40	1.716,00
125	20,00	BR	Ferro de construção 5/8 - 12 metros	58,00	1.160,00
132	6,00	RL	Fio paralelo 2 x 2,5 mm, 300 v, 100 m, branco	159,00	954,00
133	6,00	RL	Fio paralelo 2 x 4 mm, branco, 50 m	140,00	840,00
134	100,00	UN	Fita adesiva dupla face, fixa forte 12mm x 2 m	6,30	630,00
136	70,00	UN	Fita isolante 19 x 20 m - preta	4,10	287,00
137	20,00	UN	Fita isolante de 20 m - preta	4,10	82,00
140	50,00	UN	Fita veda rosca 18x50mt	4,80	240,00
141	30,00	UN	Fita zebrada s/ adesivo 70mm com 100m	9,00	270,00
142	50,00	UN	Fixador para pintura em cal	120,00	60,00
143	2,00	UN	Foice roçadeira com cabo 1,00m, olho de 35mm.	21,00	42,00
145	5,00	UN	Fundo zarcao antiferrugem p/ estrutura metalica	78,00	390,00
146	1,00	PC	Furadeira de bancada fbs16p monof 1/2cv 4p60hz220v c 912.0413-0.	769,00	769,00
150	1,00	PC	Inversora arc 160 igbt 220 v 1ph	1.590,00	1.590,00
152	1,00	PC	Jg chave allen 1,5 a 10 longa com suporte 9pc	19,85	19,85
153	1,00	JG	Jg chave combinada 6 a 22 12 pcs	48,90	48,90
154	20,00	UN	Joelho esgoto 90° 200mm x 8"	62,60	1.252,00
174	100,00	UN	Lâmpada econômica 25w	8,40	840,00
175	100,00	UN	Lâmpada econômica 25w	8,40	840,00
177	150,00	UN	Lâmpada fluorescente 20w / 220v	4,90	735,00
178	800,00	UN	Lâmpada fluorescente 40w / 220v	4,90	3.920,00
179	50,00	UN	Lâmpada mista 250w	19,90	995,00
183	20,00	UN	Lixa 60	2,49	49,80
199	1,00	JG	Macho manual m 4x0,7 din 352 (1/x/3)	41,90	41,90
200	1,00	JG	Macho manual m3, 00x0,50 2pc din 352	52,90	52,90
201	1,00	JG	Macho manual m5, 00x0,80 2pc din 352	60,90	60,90
202	1,00	JG	Macho manual m6, 00x1x00 2pc din 352	68,90	68,90
203	1,00	JG	Macho manual m8,00 x 1,25 2pc din 352	78,90	78,90
205	200,00	MT	Mangueira flex de 1/2 para jardim	1,60	320,00
209	1,00	PC	Martelo bola 200g 910-200	27,00	27,00
210	1,00	PC	Martelo pena 200g cabo fibra	23,90	23,90
211	20,00	UN	Miolo de porta/ cilindro	12,00	240,00
213	2,00	UN	Pa com cabo	19,90	39,80
214	2,00	UN	Pa de corte reto com cabo 70m	19,90	39,80
215	300,00	UN	Parafuso 3,2 x 30 madeira	0,10	30,00
217	600,00	UN	Parafusos pequenos	0,07	42,00
218	1,00	UN	Picareta com cabo de madeira de 90cm	42,90	42,90
219	10,00	UN	Pino 2 x 20	4,59	45,90
222	50,00	MT	Piso ceramica pei 3 30 x 30 cm	11,40	570,00
225	200,00	UN	Plug fêmea 2p 10a + t	3,50	700,00
226	130,00	UN	Plug macho 10a + t	3,20	416,00
228	50,00	UN	Porta lâmpada fluorescente	1,20	60,00
229	50,00	UN	Porta lâmpada fluorescente + porta start	1,20	60,00
242	20,00	UN	Prolongador p/ torneira 4mm	5,50	110,00
244	20,00	UN	Reator eletrônico 1x40w	14,90	298,00
246	100,00	UN	Reator eletrônico 2x40w	19,90	1.990,00
247	50,00	UN	Recptáculo p/ lâmpada fluorescente cjto ref.27	1,20	60,00
248	5,00	UN	Redução 50x40 mm	0,99	4,95
249	100,00	UN	Redução 100x75 mm	3,69	369,00
250	2,00	UN	Reducao de 3/4 para meia	0,49	0,98
253	5,00	UN	Regador plástico 10 litros	12,90	64,50
256	30,00	UN	Relê foto célula	19,90	597,00
257	50,00	UN	Rolo de lâ 23 cm	13,10	655,00
260	50,00	UN	Serra aço rápido	3,00	150,00
261	1,00	UN	Serrote com cabo de madeira 20"	19,90	19,90
263	50,00	UN	Silicone incolor 280gr	11,30	565,00
264	15,00	UN	Silicone incolor 50gr	3,99	59,85
268	150,00	UN	Tee adaptador	5,50	825,00
275	50,00	UN	Telha ondulada 2,13x1,10x 6mm	40,50	2.025,00
276	20,00	UN	Telha ondulada 2,13x1,10x 6mm	40,50	810,00
277	10,00	UN	Telha ondulada 2,44x0,50x4mm	11,80	118,00
285	50,00	UN	Tinta esmalte 3,6 lt - cores diversas - premium	45,50	2.275,00

289	300,00	UN	Tinta xadrez pó c/500 gr	11,00	3.300,00
290	200,00	UN	Tomada 2p + t sistema x dupla	8,20	1.640,00
291	50,00	UN	Tomada de embutir 2p + t	5,10	255,00
292	10,00	UN	Tomada de porcelana 2x20	7,50	75,00
295	15,00	UN	Tomada fone sobrepor	3,50	52,50
298	5,00	UN	Torneira com encaixe para mangueira	19,90	99,50
301	30,00	UN	Torneira p/ jardim	17,50	525,00
305	10,00	UN	Trincha 2 pincel	3,10	31,00
307	5,00	UN	Trincha 395 3 pincel	5,90	29,50
308	1,00	UN	Troques	15,50	15,50
309	300,00	MT	Tubo de esgoto 100 mm	5,80	1.740,00
310	300,00	MT	Tubo de esgoto 150 mm	16,10	4.830,00
312	300,00	MT	Tubo de esgoto 40 mm	1,80	540,00
319	20,00	UN	Válvula p/ lavatório	5,20	104,00
320	10,00	UN	Vassoura de rua e cabo	15,90	159,00
324	10,00	M2	Areia média	124,90	1.249,00

O FORNECEDOR 2 - BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA - EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 81.492,89 (oitenta e um mil quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos);

1.2.O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 24 (quatro) horas antes da realização dos eventos;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.7. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.8. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do município de Luzerna.

1.9.As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.10. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.11. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.12. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR .

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público

controlador;

2.8.O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do FORNECEDOR documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.



5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º,6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

Atividade- 0201.04.122.0004.2002 –funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0601.04.122.0007.2006 –manutenção do Departamento de administração

Atividade- 0601.06.181.0010.2011 –manutenção do convênio do corpo de bombeiros

Atividade- 0601.06.181.0010.2012 –manutenção do convenio FUNPOM

Atividade- 0601.06.181.0010.2013 –manutenção do convenio FUNPOC

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 –manutenção da educação básica infantil  
Atividade- 0801.12.361.0031.2030 –manutenção da educação fundamental  
Atividade- 0802.13.391.0046.2037 –resgate da memória cultural  
Atividade- 0802.13.392.0046.2038 –apoio para difusão cultural  
Atividade- 0803.27.812.0049.2040 –funcionamento e manutenção do setor de esportes  
Atividade- 0901.20.606.0052.2042 –manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente  
Atividade- 1101.15.452.0061.2055 –manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal  
Atividade- 1101.26.782.0067.2060 –manutenção e conservação das estradas vicinais do município  
Atividade- 1101.26.782.0061.2076 –manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal  
Atividade- 1001.22.661.0058.2051 –manutenção da incubadora tecnológica de luzerna  
Atividade- 1301.10.301.0016.2017 –manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde  
Atividade- 1301.10.304.0016.2018 –manutenção dos serviços de vigilância sanitária  
Atividade- 1201.08.244.0025.2024 –manutenção do centro de multiplouso.  
Atividade- 1201.08.244.0025.2026 –manutenção da assistência social geral  
Atividade- 1201.08.244.0025.2084 –manutenção do CRAS. CLÁUSULA NONA  
DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
CONTRATANTE

EDUARDO BELEGANTE  
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA – EPP  
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### **CONTRATO PML Nº 138.15**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 138/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 079/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 051/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 079/2015, Pregão Presencial nº 051/2015,

observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

3 – BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado situada a Avenida XV de Novembro, nº 318, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.102.402/0001-46, neste ato representada por seu procurador legal LEONARDO MARQUEZI, brasileiro, maior e capaz, auxiliar administrativo, portador da cédula de identidade nº 3563050 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 029.986.449-96, doravante denominado FORNECEDOR 3;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo e conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço unitário R\$	Preço Total R\$
3	10,00	UN	Abraçadeira 200 x 4,8	14,30	143,00
13	15,00	UN	Adesivo de contato 730 g	23,50	352,50
21	2,00	PC	Alicate universal 8 isol 1000v	23,20	46,40
44	10,00	UN	Bracadeiras de 1/2 polegada	0,20	2,00
45	15,00	UN	Broca aço rápido ref. 2510 - 4,50	3,58	53,70
52	2,00	UN	Broca ar 4,50mm din 338 revenida a1002.0	3,58	7,16
58	100,00	UN	Bucha nº 06	0,07	7,00
69	15,00	UN	Cadeado 30 mm	10,70	160,50
113	2,00	UN	Enxadão estreito com olho de 38mm e cabo de madeira de 130cm.	28,50	57,00
180	1,00	UN	Lima	8,00	8,00
206	300,00	MT	Mangueira flexível preta de 1/2 polegada	0,85	255,00
207	2,00	UN	Marreta de 05 kg com cabo de madeira	120,00	240,00
208	10,00	UN	Martelo 27mm	19,80	198,00
212	1,00	PC	Moto esmeril de bancada 375 w 220 v mq-6 01-008-3040.	140,00	140,00
220	10,00	UN	Pino adaptador 2p + t universal	4,90	49,00
223	50,00	MT	Piso cerâmica pei 3 40 x 40 cm	11,90	300,00
234	10,00	PC	Prego com cabeça 12 x 12 - 1kg	9,00	90,00
238	2,00	PC	Prego com cabeça 19 x 39 - 1kg	6,90	13,80
240	100,00	PC	Prego de aço 12x9 - pacote com 100 un.	3,85	385,00
278	10,00	UN	Telha plástica 2,44x0,50	28,00	280,00
279	10,00	UN	Telha plástica 2,44x1,10	66,00	660,00
300	10,00	UN	Torneira elétrica de parede	53,00	530,00
303	1,00	PC	Torno bancada fixo n6 ferro nodular	255,00	255,00
321	20,00	UN	Veda calha alumínio 285 gr	12,40	248,00
322	20,00	UN	Veda rosca	2,40	48,00

O FORNECEDOR 3 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 5.124,06 (cinco mil cento e vinte e quatro reais e seis centavos);

1.2.O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 24 (quatro) horas antes da realização dos eventos;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.7. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.8. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do município de Luzerna.

1.9.As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.10. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.11. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.12. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento

de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do FORNECEDOR documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.



5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º,6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

##### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

Atividade- 0201.04.122.0004.2002 –funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0601.04.122.0007.2006 –manutenção do Departamento de administração

Atividade- 0601.06.181.0010.2011 –manutenção do convênio do corpo de bombeiros

Atividade- 0601.06.181.0010.2012 –manutenção do convenio FUNPOM

Atividade- 0601.06.181.0010.2013 –manutenção do convenio FUNPOC

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 –manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 –manutenção da educação fundamental

Atividade- 0802.13.391.0046.2037 –resgate da memória cultural

Atividade- 0802.13.392.0046.2038 –apoio para difusão cultural

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 –funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade- 0901.20.606.0052.2042 –manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

Atividade- 1101.15.452.0061.2055 –manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal

Atividade- 1101.26.782.0067.2060 –manutenção e conservação das estradas vicinais do município

Atividade- 1101.26.782.0061.2076 –manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal

Atividade- 1001.22.661.0058.2051 –manutenção da incubadora tecnológica de luzerna

Atividade- 1301.10.301.0016.2017 –manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade- 1301.10.304.0016.2018 –manutenção dos serviços de vigilância sanitária

Atividade- 1201.08.244.0025.2024 –manutenção do centro de multiplouso.

Atividade- 1201.08.244.0025.2026 –manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 –manutenção do CRAS. CLÁUSULA NONA

#### DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

LEONARDO MARQUEZI  
BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### CONTRATO PML Nº 139.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 139/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 079/2015  
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 051/2015  
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 079/2015, Pregão Presencial nº 051/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

4 – LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Doze de Maio, 152, sala 020, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, CEP 89609-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu sócio administrador PAULO DELFINO PINTO, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 1.704.431 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 639.561.289-15, doravante denominado FORNECEDOR 4;

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo e conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço unitário R\$	Preço Total R\$
4	10,00	UN	Abraçadeira rosca sem fim 1.1/4 x 1.3/4	1,50	15,00
6	10,00	UN	Abraçadeira tipo "u" 3/4	0,20	2,00
8	20,00	UN	Adaptador soldável 20 x 1/2	0,17	3,40
9	20,00	UN	Adaptador soldável 25 x 3/4	0,23	4,60
10	70,00	UN	Adaptadores 1" 1/2	1,43	100,10
14	15,00	UN	Adesivo epoxi massa 100g	5,55	83,25
24	30,00	KG	Arame galvanizado nº 12	10,30	309,00
25	30,00	KG	Arame galvanizado nº 14	10,90	327,00
26	30,00	KG	Arame galvanizado nº 16	12,00	360,00
32	15,00	UN	Assento sanitário	16,00	240,00
34	50,00	MT	Azulejo para parede 30 x 60 cm	11,90	595,00
35	10,00	UN	Bandeja p/ pintura, 2,7 lt	3,95	39,50
36	6,00	UN	Barra apoio em alumínio 60 cm para idoso/cadeirantes	87,00	522,00
40	40,00	UN	Bocal pendent c/ rabicho	2,00	80,00
61	200,00	UN	Bucha redução soldável curta 25x20 mm	0,25	50,00
64	250,00	MT	Cabo pp 0,6/1kv 2x1,5 mm	1,75	437,50
65	250,00	MT	Cabo pp 0,6/1kv 2x2,5 mm	2,55	637,50
66	100,00	UN	Cabo pp 2x4	3,97	397,00
67	1.000,00	MT	Cabo pp v 4 x 6,0 mm	9,90	9.900,00
80	80,00	UN	Canaleta 20x1022200 c/ divisória	2,85	228,00
81	80,00	UN	Canaleta com divisória sistema x	2,85	228,00
82	80,00	UN	Canaleta sem divisória sistema x 20mm x 2,00mt	2,85	228,00
83	5,00	UN	Caps soldável 50mm	3,80	19,00
100	30,00	UN	Curva eletroduto 180 mm 1	1,50	45,00
102	100,00	UN	Curva soldável 20 mm 90°	0,71	71,00
103	5,00	UN	Disjuntor monofásico 30 x15	9,50	47,50
105	10,00	UN	Disjuntor umipolar 50ª	15,50	155,00
107	5,00	UN	Emendas 1/2 polegadas	0,45	2,25
108	100,00	UN	Engate flexível 30 cm	2,85	285,00

110	10,00	UN	Engate flexível 50mm	4,55	45,50
111	30,00	UN	Engate rápido 1/2	2,75	82,50
114	5,00	UN	Escada de alumínio com 05 degraus	90,00	450,00
126	250,00	MT	Fio flexível 10mm	3,57	892,50
127	600,00	MT	Fio flexível 2,5mm	0,78	468,00
129	250,00	MT	Fio flexível 4,0 mm	1,26	315,00
130	800,00	MT	Fio flexível 6 mm	1,79	1.432,00
131	300,00	MT	Fio fone par (um par)	0,38	114,00
138	100,00	UN	Fita multi-uso asfáltica auto adesiva 10cm x 10m	3,50	350,00
139	50,00	UN	Fita veda rosca 18x25mt	2,90	145,00
144	50,00	MT	Forro pvc frisado 20cm, 6 metros, branco.	11,85	592,50
147	30,00	UN	Garfo p/ rolo de lâ 23cm	5,00	150,00
149	30,00	UN	Interruptor simples com placa	3,90	117,00
151	15,00	UN	Isolamento roldana plástica com prego 30x30	0,23	3,45
157	20,00	UN	Joelho esgoto 90° 150mm	19,50	390,00
158	10,00	UN	Joelho esgoto 90° 40mm	0,50	5,00
159	20,00	UN	Joelho esgoto 90° 75mm	2,18	43,60
160	20,00	UN	Joelho lxr 2 25 x 1/2	0,75	15,00
161	20,00	UN	Joelho lxr 20 x 1/2	0,69	13,80
162	5,00	UN	Joelho lxr 25 x 3/4	1,02	5,10
163	10,00	UN	Joelho soldável 90° 32 mm	0,68	6,80
165	20,00	UN	Joelho soldável 90° 20 mm	0,27	5,40
166	40,00	UN	Junção simples esgoto 100x75cm	9,40	376,00
167	10,00	UN	Junção simples esgoto 50 x 50 mm	2,35	23,50
168	10,00	UN	Kit acionamento para válvula de descarga completo 1.1/2	25,50	255,00
173	100,00	UN	Lampada economica 15w	7,50	750,00
176	100,00	UN	Lâmpada econômica espiral 15w	7,65	765,00
181	20,00	UN	Lixa 100	2,40	48,00
182	20,00	UN	Lixa 120	2,40	48,00
184	300,00	UN	Lixa para ferro nº 60	2,00	600,00
186	50,00	UN	Luva de correr soldável 20mm	3,53	176,50
187	5,00	UN	Luva de correr soldável 50mm	12,75	63,75
188	10,00	UN	Luva lrx 25 x 1/2	0,75	7,50
189	10,00	UN	Luva lxr 20 x 1/2	0,45	4,50
190	10,00	UN	Luva simples esgoto 75mm	1,88	18,80
191	20,00	UN	Luva simples para esgoto 100mm	2,52	50,40
192	20,00	UN	Luva simples para esgoto 40 mm	0,45	9,00
193	10,00	UN	Luva simples para esgoto 50 mm	1,13	11,30
194	20,00	UN	Luva simpres para esgoto 150mm	9,30	186,00
195	100,00	UN	Luva soldável 20mm	0,18	18,00
196	10,00	UN	Luva soldável 25mm	0,26	2,60
197	5,00	UN	Luva soldável 32mm	0,60	3,00
198	30,00	UN	Luva soldável 50mm	1,20	36,00
204	250,00	MT	Mangueira corrugada 3/4	0,60	150,00
216	50,00	UN	Parafuso para vaso sanitário	2,15	107,50
230	4,00	PC	Prego 20x42.	7,00	28,00
231	4,00	PC	Prego 22x48.	7,40	29,60
232	4,00	PC	Prego 25 x 54	7,65	30,60
235	4,00	PC	Prego com cabeça 16 x 24 - 1kg	7,05	28,20
236	4,00	PC	Prego com cabeça 17 x 27 - 1kg	7,00	28,00
237	4,00	PC	Prego com cabeça 18x 30 - 1kg	7,00	28,00
245	20,00	UN	Reator eletrônico 2x20w	16,70	334,00
251	5,00	UN	Redução esgoto 150x100mm	9,75	48,75
252	5,00	UN	Redução esgoto 200 x 150mm	16,35	81,75
254	50,00	UN	Registro pressão 20mm pvc	10,65	532,50
262	5,00	UN	Sifão sanfonado	4,20	21,00
265	50,00	UN	Solvente 5 litros	45,00	2.250,00
269	150,00	UN	Tee esgoto 100x100mm	5,30	795,00
270	100,00	UN	Tee esgoto 150x100mm	20,60	2.060,00
272	100,00	UN	Tee lxr 25 x3/4	1,28	128,00
273	20,00	UN	Tee soldável 20mm	0,30	6,00
274	5,00	UN	Tee soldável 50mm	3,00	15,00
280	50,00	UN	Thinner 5 lt	48,50	2.425,00
281	50,00	UN	Thinner c/ 900 ml	8,90	445,00



284	50,00	UN	Tinta acrilica 3,600 litros - cores diversas - premium	40,00	2.000,00
286	50,00	UN	Tinta esmalte 900 ml - cores diversas - premium	16,50	825,00
293	30,00	UN	Tomada de soprepor 2p	3,15	94,50
294	50,00	UN	Tomada de telefone universal	4,80	240,00
296	70,00	UN	Tomada rede rj45 8v c/p	15,70	1.099,00
297	20,00	UN	Torneira abre fecha 1/4 de volta metálica	38,50	770,00
299	5,00	UN	Torneira elétrica de bancada	89,00	445,00
302	30,00	UN	Torneira plástica - preta	1,35	40,50
304	5,00	UN	Trincha 1 1/2 pincel	2,60	13,00
306	5,00	UN	Trincha 2.1/2" pincel	3,85	19,25
311	300,00	MT	Tubo de esgoto 200 mm contados por metros	29,50	8.850,00
313	300,00	MT	Tubo de esgoto 75 mm	5,70	1.710,00
314	800,00	MT	Tubo de soldável 20 mm	1,15	920,00
315	300,00	MT	Tubo esgoto 50 mm	3,67	1.101,00
316	300,00	MT	Tubo soldável 50 mm	580,00	1.740,00
317	10,00	UN	União 1/2 polietileno	0,45	4,50
318	50,00	UN	Luva eletroduto 1/2	0,23	11,50

O FORNECEDOR 4 - LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 53.961,75 (cinquenta e três mil novecentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos);

1.2.O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 24 (quatro) horas antes da realização dos eventos;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.7. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.8. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do município de Luzerna.

1.9.As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.10. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.11. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.12. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR .

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do FORNECEDOR documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30

(trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º,6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

Atividade- 0201.04.122.0004.2002 –funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0601.04.122.0007.2006 –manutenção do Departamento de administração

Atividade- 0601.06.181.0010.2011 –manutenção do convênio do corpo de bombeiros

Atividade- 0601.06.181.0010.2012 –manutenção do convenio FUNPOM

Atividade- 0601.06.181.0010.2013 –manutenção do convenio FUNPOC

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 –manutenção da educação básica infantil  
Atividade- 0801.12.361.0031.2030 –manutenção da educação fundamental  
Atividade- 0802.13.391.0046.2037 –resgate da memória cultural  
Atividade- 0802.13.392.0046.2038 –apoio para difusão cultural  
Atividade- 0803.27.812.0049.2040 –funcionamento e manutenção do setor de esportes  
Atividade- 0901.20.606.0052.2042 –manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente  
Atividade- 1101.15.452.0061.2055 –manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal  
Atividade- 1101.26.782.0067.2060 –manutenção e conservação das estradas vicinais do município  
Atividade- 1101.26.782.0061.2076 –manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal  
Atividade- 1001.22.661.0058.2051 –manutenção da incubadora tecnológica de luzerna  
Atividade- 1301.10.301.0016.2017 –manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde  
Atividade- 1301.10.304.0016.2018 –manutenção dos serviços de vigilância sanitária  
Atividade- 1201.08.244.0025.2024 –manutenção do centro de multiplouso.  
Atividade- 1201.08.244.0025.2026 –manutenção da assistência social geral  
Atividade- 1201.08.244.0025.2084 –manutenção do CRAS. CLÁUSULA NONA  
DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
CONTRATANTE

PAULO DELFINO PINTO  
LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME  
FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### DECRETO 2120

DECRETO Nº 2120 de 02 de outubro de 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado nas Fontes abaixo descritas, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2015, atribuídos à Atividade e Projeto:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 02.001.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 300 - S. F. Recurso Ordinários ..... R\$ 10.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de outubro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### PORTARIA 106/15

PORTARIA Nº 106/15 de 28 de setembro de 2015.

"PROMOVE SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores,

#### RESOLVE:

Art.1º- PROMOVER os servidores efetivos abaixo relacionados, para Classe superior do mesmo Nível e Grupo que ocupam, por terem cumprido os requisitos dos arts. nºs 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC):

Servidor	Emprego público	Classe atual	Classe nova	Períodos
Cristiane Lorenzet	Auxiliar de Sala	A	B	01/10/2012 a 30/09/2015
Elisiane Warken	Auxiliar de Sala	A	B	05/09/2012 a 04/09/2015
Iraci Warken	Auxiliar de Serviços Gerais	C	D	09/09/2013 a 08/09/2015
Mara Luiza Rech	Auxiliar de Serviços Gerais	D	E	01/05/2006 a 30/04/2008
Rosane Maria Geller Mattes	Auxiliar de Serviços Gerais	A	B	11/04/2008 a 17/08/2008 13/04/2010 a 09/05/2012 28/08/2012 a 10/11/2012 01/01/2015 a 21/05/2015

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2015.

Luzerna(SC), 28 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### PORTARIA 107/15

PORTARIA Nº 107/15 de 28 de setembro de 2015.

"ALTERA PORTARIA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a Portaria nº 080/15 de 08 de junho de 2015, que CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, JUNE BAHÚ ROVEA, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, quanto ao motivo da contratação de "em substituição a LICIANE DE FÁTIMA TELLES, em licença saúde e posterior licença maternidade" para em substituição a TATIANE LURDES BRUNETTO TESSARI, em licença maternidade, a partir de 28 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015, ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de setembro de 2015.

Luzerna(SC), 28 de setembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 73/2015

DECRETO Nº 73 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei municipal nº 1008 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar para a seguinte dotação orçamentária:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MARACAJÁ - FUMPREVI

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MARACAJÁ - FUMPREVI

2.041 – PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.00.00.00.00.0130 (01) – Aplicações Diretas .....R\$ 120.000,00

TOTAL ..... R\$ 120.000,00

Art. 2º A suplementação de que trata o artigo anterior, fica aberta por Excesso de Arrecadação no exercício financeiro do ano de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 11 de Setembro de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 11 de Setembro de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

### DECRETO 74/2015

DECRETO Nº 74 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO MUNICIPAL.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 96 da Lei Orgânica Municipal de Maracajá;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores Públicos Municipais constantes no anexo I deste decreto, para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis de Propriedade do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina, para a Alienação através de Leilão Público Municipal autorizado pelo art. 96 da Lei Orgânica do Município de Maracajá.

§ 1º Os membros da Comissão de Avaliação não serão remunerados ou gratificados.

§ 2º A Comissão de Avaliação de que trata o caput deste artigo, será presidida pelo membro, senhor Valmir Carradore, Secretário de Administração, portador do cpf nº 461.205.729-53.

Art. 2º A Comissão de Avaliação de Bens Móveis de propriedade do Município de Maracajá, terá validade de 30 dias, podendo ser prorrogada por solicitação de seus membros, para a entrega do Laudo de Avaliação dos bens móveis a serem alienados.

Art. 3º Os bens móveis a serem alienados estão especificados no anexo II deste decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 01 de Outubro de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 01 de outubro de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

## ANEXO I

NOME	MATRÍCULA	CARGO	CPF
Adenauer Espíndola Serafim	0266	Oficial Administrativo I	767.416.059-91
Alacide Luiz Rocha	1990	Diretor de Obras	619.811.849-53
Andriano Zélio Pereira	2030	Mecânico	812.054.309-20
Francisco Demétrio da Rocha	0345	Fiscal Geral	379.014.009-00
Lindomar Marques	1000	Diretor de Transportes	437.649.169-15
Valmir Carradore	1089	Secretário de Administração	461.205.729-53

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 01 de Outubro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

## ANEXO II

Bens Móveis de Propriedade do Município de Maracajá/SC a serem alienados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	ANO MOD/FAB	PLACAS
01	Automóvel corsa, modelo chevrolet classic LS, combustível gasolina, cor branca, capacidade para 5 passageiros, pot/cil 78CV, ano fabricação 2011, ano modelo 2011, chassi nº 9BGSU19F0BB299813, código renavam nº 324195141, placa MJE-4832.	1	2011/2011	MJE-4832
02	Veículo caminhonete ambulância, modelo fiat ducato TH amb., combustível diesel, cor branca, capacidade para 8 passageiros, pot/cil 127CV, ano fabricação 2006, ano modelo 2006, chassi nº 93W245H3362007185, código renavam nº 883436370, placa MAR-7943.	1	2006/2006	MAR-7943
03	Automóvel gol, modelo VW gol 1.0, combustível gasolina, cor branca, capacidade para 5 passageiros, pot/cil 67CV, ano fabricação 2004, ano modelo 2004, chassi nº 9BWCA05X54T130589, código renavam nº 828049769, placa MET-9272.	1	2004/2004	MET-9272
04	Automóvel fiat uno mille, modelo fiat uno mille fire flex, combustível gasolina, cor branca, capacidade para 5 passageiros, pot/cil 66CV, ano fabricação 2006, ano modelo 2006, chassi nº 9BD15822764816544, código renavam nº 878152830, placa MFS-1961.	1	2006/2006	MFS-1961
05	Veículo ônibus, modelo mercedes benz OH 1315, combustível diesel, cor branca, capacidade para 47 passageiros, pot/cil 136CV, ano fabricação 1992, ano modelo 1992, chassi nº 9BM-384098NB938084, código renavam nº 583596053, placa IDQ-3491.	01	1992	IDQ-3491

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 01 de Outubro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 107/2015

DECRETO Nº 107, DE 13 DE AGOSTO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

#### 05-00 -SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0010 – Saúde para Todos

10.302.0010.2.133 – MANUT.DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. - GESTÃO PLENA, CIS- AMERIOS, CAPS

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complex.

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

#### 05-00 -SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0010 – Saúde para Todos

10.302.0010.2.133 – MANUT.DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. -GESTÃO PLENA, CIS- AMERIOS, CAPS

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complex.

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 13 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 114/2015

DECRETO Nº 114, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 772.000,00 (setecentos e setenta e dois mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

#### 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manut. e Desenvolv. Do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a Cidadania

12.361.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para o Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

12.361.0007.2.015 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Destinação de Recursos: 0.1.58 – Transf. do Salário Educação

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04.04 – Departamento dos Esportes

27 – Desporto e Lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE

07.01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário

20 – Agricultura

20.606 – Extensão Rural

20.606.0013 – Agricultura Fortalecida

20.606.0013.2.037 – ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Socioeducativos



**08.244.0017.2.140 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 27 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 115/2015**

DECRETO Nº 115, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

06 – Segurança Pública

06.181 – Policiamento

06.181.0011 – Serviços Urbanos

06.181.0011.2.032 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – CONV. FUNREBOM

Destinação de Recursos: 0.1.07 – Recursos Funrebom

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos créditos de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

06 – Segurança Pública

06.181 – Policiamento

06.181.0011 – Serviços Urbanos

06.181.0011.2.032 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – CONV. FUNREBOM

Destinação de Recursos: 0.1.07 – Recursos Funrebom

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 27 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 172/2015**

DECRETO Nº 172, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015

Aprova unificação de imóveis urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Lote Urbano nº (8), com área de (476,00 m²) e Lote Urbano nº (9), com área de (384,57 m²), perfazendo a área total de (860,57 m²), ambos da Quadra nº (2), situados no Loteamento "Scapini", neste Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nº 21.071 e 21.072 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de Olávio Antonio Spohr, brasileiro, casado, aposentado, portador da C.I. RG nº 5.177.262-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 164.903.200-53, domiciliado e residente na Linha Riqueza, no Município de Pinhalzinho/SC, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinados pela Engenharia Civil Dirlani Gottens Fromming, CREA/SC 076510-5, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

**DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO**

LOTES URBANOS NºS (8 e 9), da Quadra nº (2), com as áreas respectivas de (476,00 m² e 384,57 m²), perfazendo a área total de (860,57 m²), situado no Loteamento "Scapini", sem benfeitorias; Confrontando em conjunto:- ao Norte, com a Avenida Alexandre Kasper, na extensão de 33,58 metros;- ao Sul, com os lotes urbanos nºs (1 e 2), de FSI/Lotisa Empreendimentos Imobiliários Ltda - M. 21.064 e M. 21.065, na extensão de 27,89 metros; ao Leste, com o lote urbano nº (1), da quadra nº (21), do "Bairro Universitário", de Vanderlei Tura - M. 17.797, na extensão de 28,57 metros; ao Oeste, com o lote urbano nº (7), de FSI/Lotisa Empreendimentos Imobiliários Ltda - M. 21.070, na extensão de 28,00 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 2 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 78/2015**

DECRETO Nº 78, DE 14 DE JULHO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
06.01 – Departamento de Urbanismo  
15 – Urbanismo  
15.452 – Serviços Urbanos  
15.452.0011 – Serviços Urbanos  
15.452.0011.2.033 – MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
Destinação de Recursos: 0.1.17 – Contrib. Custeio Iluminação Pública  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 185.000,00  
  
4.0.00.00 – Despesas de Capital  
4.4.00.00 – Investimentos  
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 115.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de julho de 2015.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 79/2015**

DECRETO Nº 79, DE 14 DE JULHO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
07.01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário  
20 – Agricultura

20.606 – Extensão Rural  
20.606.0013 – Agricultura Fortalecida  
20.606.0013.1.049 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO  
Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios - Outros  
4.0.00.00 – Despesas de Capital  
4.4.00.00 – Investimentos  
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 273.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 1.022.558-56/2014/MAPA/CAIXA, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 – Receitas de Capital  
2400.00.00 – Transferência de Capital  
2420.00.00 – Transferências Intergovernamentais  
2421.00.00 – Transferências da União  
2421.99.00 – Outras Transferências da União  
Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios - Outros R\$ 273.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de julho de 2015.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 84/2015**

DECRETO Nº 84, DE 16 DE JULHO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
07.01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário  
20 – Agricultura  
20.606 – Extensão Rural  
20.606.0013 – Agricultura Fortalecida  
20.606.0013.2.115 – MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
06.01 – Departamento de Urbanismo  
15 – Urbanismo  
15.451 – Infraestrutura Urbana

15.451.0011 – Serviços Urbanos  
15.451.0011.1.007 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
4.0.00.00 – Despesas de Capital  
4.4.00.00 – Investimentos  
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da Reserva de Contingência, nos termos do Decreto nº 80, de 15 de julho de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de julho de 2015.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 92/2015**

DECRETO Nº 92, DE 21 DE JULHO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
04.04 – Departamento dos Esportes  
27 – Desporto e Lazer  
27.812 – Desporto Comunitário  
27.812.0008 – Esporte e Lazer  
27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA  
03.05 – Encargos Gerais do Município  
28 – Encargos Especiais  
28.846 – Outros Encargos Especiais  
28.846.0000 – Encargos Especiais  
28.846.0000.0.004 – PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação

a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
04.04 – Departamento dos Esportes  
27 – Desporto e Lazer  
27.812 – Desporto Comunitário  
27.812.0008 – Esporte e Lazer  
27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.50.00 – Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 50.000,00

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA  
03.05 – Encargos Gerais do Município  
28 – Encargos Especiais  
28.846 – Outros Encargos Especiais  
28.846.0000 – Encargos Especiais  
28.846.0000.0.004 – PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de julho de 2015.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 96/2015**

DECRETO Nº 96, DE 31 DE JULHO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
04.01 – Departamento de Manut. e Desenvol. Do Ensino  
12 – Educação  
12.365 – Educação Infantil  
12.365.0007 – Educação para a Cidadania  
12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para o Ensino Básico  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde  
10 – Saúde  
10.301 – Atenção Básica  
10.301.0010 – Saúde para Todos  
10.301.0010.2.132 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA; ESF, SB, NASF, EMAD, PMAQ E ACS  
Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 31 de julho de 2015.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 97/2015**

DECRETO Nº 97, DE 31 DE JULHO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
04.01 – Departamento de Manut. e Desenvol. Do Ensino  
12 – Educação  
12.365 – Educação Infantil  
12.365.0007 – Educação para a Cidadania  
12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para o Ensino Básico  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 235.000,00

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE  
05.01 – Fundo Municipal de Saúde  
10 – Saúde  
10.301 – Atenção Básica  
10.301.0010 – Saúde para Todos  
10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO  
Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde  
3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE  
07.01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário  
20 – Agricultura  
20.606 – Extensão Rural  
20.606.0013 – Agricultura Fortalecida  
20.606.0013.2.037 – ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL  
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais  
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 125.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 31 de julho de 2015.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda



# Marema

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 130/2015

Decreto nº 130/2015

De 19/09/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Marema, CONSIDERANDO o Dia do servidor publico.

#### DECRETA

Art. 1º - Ponto facultativo aos Servidores Públicos Municipais, com exceção aos serviços emergenciais, no dia 28 de outubro de 2015 – em comemoração ao dia do funcionalismo publico.

Parágrafo Único – Os serviços emergenciais e urgentes serão atendidos em regime de plantão.

Art. 2ª - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Marema, 19 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

### DECRETO Nº 131/2015

Decreto nº 131/2015

De 19/09/2015

DECRETA A EFETIVAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EVERTON CERATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II.

#### DECRETA

Art. 1º - A efetivação do Servidor Público Municipal EVERTON CERATTO com carga horária de 40 horas semanais, na função de MOTORISTA em função do cumprimento do estágio probatório e em decorrência de concurso publico.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Marema, 19 de setembro de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

### LEI N. 1078/2015

Lei n. 1078/2015

De 23/09/2015.

“Dispõe sobre a revisão da Lei de nº1018/2013, do Plano Plurianual do Município de Marema e dá outras providências”

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão, exclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para o exercício de 2016, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamentos de recursos conforme anexo II, e programas especificados no anexo I;

Art. 2º - Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos;

Art. 3º -Foram atualizados valores para o exercício de 2016, de maneira a adequar novos programas, fontes de recursos e manter o equilíbrio entre receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente;

Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 23 de Setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### LEI N. 1079/2015

Lei n. 1079/2015

De 23/09/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR INCENTIVOS PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PASSEIOS PÚBLICOS COM ACES-SIBILIDADE NO PERIMETRO URBANO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que envia a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1. Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos para a construção, adequação/reforma de Passeios Públicos, nos

termos desta Lei, com objetivo de tornar o Município com total ACESSIBILIDADE em seus passeios públicos.

Art. 2. Como forma de contribuição ao programa e objetivando atingir o maior número possível de famílias e de estabelecimentos comerciais no Município, fica o Executivo autorizado a custear:

I- Através do Departamento de Infra Estrutura: maquinário para limpeza, remoção e nivelamento dos passeios, sem custo ao proprietário.

II- Através do Setor de Engenharia da AMAI: será disponibilizado Engenheiro Civil para orientar a construção ou reforma dos passeios já existentes para adequarem-se as normas da ABNT e demais legislações com relação à Acessibilidade.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 23 de Setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

## LEI N. 1080/2015

Lei n. 1080/2015

De 23/09/2015

AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A EMPRESA "CPNET COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA" E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que envia a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, firmar termo de cessão de uso, com a empresa CPNET COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA"- inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.349.207/0001-52, autorizando a instalação de antena de transmissão de sinal de internet com tecnologia fibra óptica e via radio, com área de 1,00m² no ponto geográfico (26º48'13.42"S e 52º37' 28.20"O) localizado atrás do Núcleo Municipal de Educação.

Paragrafo Primeiro: A CPNET COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA trará por intermédio do Governo Estadual de forma gratuita o transporte de dados, voz e vídeo a ser provido pela tecnologia VPN IP/ MPLS, objetivando a interligação de endereços de interesse dos diversos Órgãos da Administração Pública Estadual com fornecimento de equipamentos de roteamento. Sendo beneficiados em nosso Município os seguintes órgãos:

1- ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA PROFESSOR ZELINDO CARBONERA;

2- POLICIA CIVIL;

3- POLICIA MILITAR;

## 4- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA;

Parágrafo Segundo: - A cessão de uso será firmada a título gratuito e por prazo determinado de dez anos, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - O Município poderá a qualquer tempo, de forma unilateral, promover a rescisão da presente cessão de uso, independente de justificação prévia.

§ 1º - O Município poderá a qualquer tempo, de forma unilateral, promover a rescisão da presente cessão de uso, quando for constatado o mau uso dos equipamentos.

§ 2º - O Município e a entidade beneficiária poderão, a qualquer tempo, rescindir a presente cessão de uso, por mútuo acordo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 23 de Setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

## PORTARIA Nº 131/2015

Portaria nº 131/2015

De 29/09/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL NELCI LUIZ SOTILLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr. CRISTIANO DEVENCI VENDRAME CRM/SC 18.265 dando conta na necessidade do afastamento do referido servidor.

## D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período indefinido ao Servidor Público Municipal NELCI LUIZ SOTILLI, a contar a partir de 29 de setembro de 2015.

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº128/2015**

Portaria nº128/2015

De 15/09/2015

ADMITE DELIRES ZANCANARO EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR NÃO HABILITADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico; CONSIDERANDO o processo seletivo simplificado e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital de Homologação do resultado final do teste Seletivo nº041/2015. CONSIDERANDO Portaria nº 125/2015.

**D E C I D E**

Art. 1º - Admitir DELIRES ZANCANARO para o exercício da função – de PROFESSOR NÃO HABILITADO 20HS, para suprir o afastamento de Professora Titular Habilitada , com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 15/09/2015 a 20/12/2015.

Parágrafo Único – Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato e ou prorrogação de Contrato desde que ocorra interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de setembro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº129/2015**

Portaria nº129/2015

De 15/09/2015

DISPENSA A PEDIDO DE TÉRMINO DE CONTRATO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL LUIZA ANA FLECK BATISTA EXERCENDO O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO edital CMDCA n 001/2013. CONSIDERANDO pedido efetuado pela conselheira.

**D E C I D E**

Art. 1º - Dispensar por pedido a Servidora Pública Municipal LUIZA ANA FLECK BATISTA do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar e em consequência do Serviço Público Municipal.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 08 de setembro de 2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de setembro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº130/2015**

Portaria nº130/2015

De 23/09/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILETE MARIA RAMPAZZO MAROSTICA COD 160 E COD 237 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILETE MARIA RAMPAZZO MAROSTICA COD 160 E COD 237, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 24/09/2015 a 03/10/2015.

- Gozo de férias por um período de 20 dias para uma data futura a ser marcada em consenso com o departamento de recursos humanos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 03 de setembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

**PORTARIA Nº132/2015**

Portaria nº132/2015

De 30/09/2015

ADMITE SIRLEI INES GEWEHR TONETTI EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2013. CONSIDERANDO Portaria 129/2015 de 15/09/2015 dando conta da exoneração de Conselheira Titular.

**D E C I D E**

Art. 1º - Admitir SIRLEI INES GEWEHR TONETTI para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR, para o período de 01/10/2015 A 09/01/2016.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de setembro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Setor de Recursos Humanos

# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 363-2015

PORTARIA nº 363/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A Senhora CRISTIANE GRIGIO, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Educação, em virtude do retorno da Servidora Rosinha Alexandre, da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/10/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 364-2015

PORTARIA n.º 364/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora JANETE DAL MOLIN MICHELS MARTINS ocupante do cargo de motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 308/2015.

Meleiro, 02 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 365-2015

PORTARIA nº 365/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

#### PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 108/2011, do Senhor MANOEL RABELO JUSTINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/10/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº575/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 575/2015 – Modalidade Tomada de Preços n. 004/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Tomada de Preços n. 004/2015, para EXECUÇÃO DE PARTE DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DAS SEGUINTE RUAS: RUA PRESIDENTE VARGAS, RUA LEOPOLDO M. HERMES, RUA JORGE LACERDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, RUA DOM BOSCO, RUA JOSÉ BONIFÁCIO, RUA JOÃO PESSOA E RUA 25 DE JULHO DA CIDADE DE MODELO TOTALIZANDO 18.205,02 M². EMPREITADA POR LOTE DO TIPO MENOR PREÇO. DE CONFORMIDADE COM CONVÊNIO Nº2014TR002415 (FUNDAM), PROJETO, MEMORIAL, E ANEXOS DO EDITAL. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 20/10/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 02 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0243/2015

DECRETO Nº 0243/2015 DE 30.09.2015.

DISPÕE SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando em especial o Art. 40 da CF de 88, Art. 194 da Lei Municipal nº 1.513/2002 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Modelo),

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a partir de setembro de 2015, complementação de aposentadoria à servidora municipal aposentada LOVANI TEREZINHA BARON, ocupante do cargo de professora, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Modelo – Lei Municipal nº 1.513/2002 de 18.12.2002.

Art. 2º - O município de Modelo complementarará o benefício da aposentadoria concedida pelo INSS sob o nº 161.445.012-6.

Art. 3º - Fica o Departamento de Pessoal do Município autorizado a incluir os direitos da servidora de que trata o presente Decreto em folha de pagamento, até a integridade dos vencimentos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.09.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 30 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

### DECRETO Nº 0244/2015

DECRETO Nº 0244/2015 DE 02.10.2015.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ACT DA PROFESSORA GRAZIANE FRIGO HASLINGER – ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015 em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino,

Considerando o Decreto nº 0202/2015 e Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 032/2015,

Considerando o afastamento da servidora titular do cargo, Lori Helena Maldaner, por motivo de doença no período de 02.10.2015 a 16.10.2015 (15 dias), de acordo com atestado médico expedido, e conforme Portaria nº 0149/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 032/2015, constante no Decreto nº 0202/2015, na forma e nas condições abaixo relacionado e de acordo com o constante no Aditivo nº 01, anexo integrante deste Decreto:

SERVIDORA: GRAZIANE FRIGO HASLINGER CPF: 052.475.779-81 RG nº 4.970.129	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller
TURMA	3º ano
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA, ORIGEM DA VAGA E FUNDAMENTAÇÃO	Professora titular do cargo Lori Helena Maldaner afastada para tratamento de saúde no período de 02.10.2015 a 16.10.2015 conforme Portaria nº 0149/2015.
VIGÊNCIA PRORROGAÇÃO	02.10.2015 a 16.10.2015

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 02 de outubro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra: FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

ADITIVO Nº 01

AO CONTRATO DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 032/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: GRAZIANE FRIGO HASLINGER, brasileira, casada, portadora do CPF nº 052.475.779-81, RG nº 4.970.129, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, 609, Bairro Floresta – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

ESTE TERMO ADITIVO PRORROGA A VIGÊNCIA PARA: Início: 02 de outubro de 2015. Término: 16 de outubro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais disposições do contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 02 de outubro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

GRAZIANE FRIGO HASLINGER  
Contratada

Testemunhas: 1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_

## PORTARIA Nº 0149/2015

PORTARIA Nº 0149/2015 de 02.10.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LORI HELENA MALDANER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido nesta data atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde no período de 02.10.2015 a 16.10.2015 (15 dias),

### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal LORI HELENA MALDANER, matrícula nº 1789-2, ocupante do cargo efetivo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Educação, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 02.10.2015 a 16.10.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 02 de outubro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 102/2015

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 102/2015 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº50/2015  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 14:00 horas do dia 02/outubro/2015 até as 12:45 horas do dia 16/outubro/2015. Abertura da sessão no dia 16/outubro/2015 às 13:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - JULGAMENTO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

0.1 – Registro de preços para fornecimento por pessoa jurídica de forma parcelada de MATERIAL FARMACOLOGICO, MATERIAL SEGURANÇA, ELETROELETRONICOS, MATERIAL EDUCATIVOS E ESPORTIVOS, FISIOTERAPIA, MATERIAL BOMBEIROS, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2015/2016.

OBSERVAÇÃO: AS EMPRESAS QUE DESEJAREM PARTICIPAR DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÃO BAIXAR O ARQUIVO BETHA-AUTOCOTAÇÃO, BEM COMO DEVERÃO APRESENTAR A PROPOSTA NA FORMA SALVA EM PEN DRIVE, BEM COMO NA FORMA IMPRESSA E ASSINADA. OS PEN DRIVES SERÃO DEVOLVIDOS NO FINAL DA SESSÃO.

O ARQUIVO CONTENDO A PLANILHA DE ITENS DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇO ESTARA DISPONIVEL A TODOS NA PAGINA OFICIAL DO MUNICIPIO.

### 2 – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos licitados, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

1.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

1.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no item nº 6 do presente Edital.

2.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

2.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

2.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

2.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

2.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

2.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

2.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

#### **4 - DO CREDENCIAMENTO**

3.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data inferior a 30 (trinta) dias da apresentação ou Contrato Social na forma da lei.

3.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma

reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

3.3 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

3.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão manifestar esse interesse no momento do credenciamento, prerrogativa esta comprovada com a apresentação da Certidão Simplificada mencionada no item 4.1

3.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

3.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item “5 – Proposta de Preços”, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

3.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

4.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 REGISTRO DE PREÇOS  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)  
ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”

4.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários, inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

f) conter prazo de validade da ata por 12 meses;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos

créditos (conforme modelo no ANEXO III).

4.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

4.5 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

4.4.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

4.4.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

4.4.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

4.4.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.6 – Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

## 6 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 REGISTRO DE PREÇOS  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

5.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

5.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

5.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

5.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

6.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Realizar os serviços ou a entrega dos materiais, na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços, na parte que couber.

6.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

6.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

## 8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do



contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

8.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

8.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

8.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

8.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

8.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02 (dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

8.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo

menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

8.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

## **10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM – JULGAMENTO POR LOTE, desde que atendidas às exigências deste Edital.

10.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

10.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

10.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

10.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

10.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

## **12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será o da assinatura do contrato até o prazo de 12 (doze) meses.

11.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios, a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

11.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

11.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

11.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

11.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### **14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

13.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

13.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

13.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

13.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

13.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto

solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.



13.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 14.14, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

13.14 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	6	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	1	Por ocorrência
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	1	Por ocorrência
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado	2	Por ocorrência
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	2	Por ocorrência
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

13.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

13.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

15.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - tiver presentes razões de interesse público;
- V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

16.1 - As despesas decorrentes da entrega/realização do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

16.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

## **18 – DO PAGAMENTO**

17.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

17.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

17.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

18.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

18.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

18.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.10 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:30 horas, através dos telefones 49/3546.0194, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail [empenhos@montecarlo.sc.gov.br](mailto:empenhos@montecarlo.sc.gov.br)

18.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
- f) ANEXO VI – Modelo da Ata.
- g) ANEXO VII – Relação das quantidades aproximadas.
- h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.
- i) ANEXO IX - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.
- j) ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- l) ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.
- m) ANEXO XII – Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF. Monte Carlo - SC, xx de xx 2015.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
PREFEITO

## ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>  
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>\_  
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>  
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO> , outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

\_<Cidade/Estado> \_, <data>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

## REGISTRO DE PREÇOS

## PROPOSTA DE PREÇOS

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

## 2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias. Prazo de validade da Ata: até 12 (dozes) meses.

## 3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante Carimbo da empresa

Continua...

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

## REGISTRO DE PREÇOS PROPOSTA DE PREÇOS

## 4. – OBJETO DA PROPOSTA

RELAÇÃO DOS PRODUTOS, MATERIAIS e SERVIÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	R\$ UNID	R\$ TOTAL
1						

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

(representante legal)

## OBSERVAÇÃO IMPORTANTÍSSIMA

A proposta deverá ser apresentada impressa e obrigatoriamente através de mídia na forma eletrônica (cd ou pen-drive) para facilitar a leitura dando assim agilidade ao processo, através do programa "betta autocotação" disponível na página oficial do município para download.

**ANEXO III**

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

## REGISTRO DE PREÇOS

## 1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

## 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) \_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), &lt; DATA&gt;

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO V**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

REGISTRO DE PREÇOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

ÓRGÃO PARTICIPANTE	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNREBOM	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

ÓRGÃO PARTICIPANTE	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.923.185.0001.45	Anderson Rafael Sartor

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

REGISTRO DE PREÇOS

Aos ....dias do mês de ..... do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA

SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ..... , na cidade de ..... inscrita no C.N.P.J. sob o nº ....., neste ato representada pelo, Sr. ...., portador do cpf nº ..... doravante denominado FORNECEDOR para eventual entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 50/2015. Integram à presente Ata, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº xx/2015.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	R\$ UND	R\$ TOTAL

Fica de declarado que o preço registrado na presente Ata é válido por um ano, contado da data de assinatura sendo fixos e irrevogáveis.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo -SC,....de ..... de 2015.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO  
Marcos Nei Correa Siqueira

EMPRESA  
Representante Legal

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

Valderi da Silva:

## ANEXO - VII

RELAÇÃO DOS PRODUTOS				
LOTE – 01 EPI'S				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNI
01	RECARGA EXTINTOR ABC 02KG (142541)	UND	150	35,00
02	RECARGA EXTINTOR PQS 04 (141681)	UND	150	46,50
03	RECARGA EXTINTOR PQS 06(141682)	UND	150	55,00
04	EXTINTOR ABC 02 KG(36464)	UND	100	122,50
05	EXTINTOR PQS 04 KG(36632)	UND	100	125,00
06	EXTINTOR PQS 06 KG(36632)	UND	100	142,00
07	CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B COM ABA TOTAL, COR CINZA(142542)	UND	50	27,00
08	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA COM 3 ENGATES; TALABARTE DE POSICIONAMENTO REGULÁVEL; TALABARTE EM "Y" COM ABSORVEDOR DE ENERGIA ;(142543)	UND	30	630,00
10	LUVA PARA TRABALHOS EM ALTA TENSÃO 1000 VOLTS (142544)	PAR	20	170,00
09	AVENTAL DE PVC OU TREVIRA TAMANHOS P,M E G(142545)		60	25,00
11	BOTA DE BORRACHA IMPERMEAVEL CANO LONGO TAMANHOS 36,37,39,40,41 E 42 (142546)		70	45,00
12	CALÇADO TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO PRETO SOLADO DE POLIURETANO BI DENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA DE AÇO TAMANHOS 34,35,36,37,38,39,40,41,42(142547)		100	80,00
13	CALÇADO TIPO SAPATO CONFECCIONADO EM COURO BRANCO SOLADO DE POLIURETANO BI DENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA DE AÇO, CANO BAIXO TAMANHOS 34,35,36,37,38,39,40,41(142548)		60	80,00
14	CALÇADO TIPO SAPATO FEMININO CONFECCIONADO EM COURO PRETO SOLADO DE POLIURETANO BI DENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL SEM BIQUEIRA DE AÇO CANO BAIXO TAMANHOS 34,35,36,37,38,39,40,41,42 (142549)		80	67,50
15	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC COM MANGAS OU SEM MANGAS (TIPO MORCEGO), CAPUZ CONJUGADO FECHAMENTO FRONTAL ATRAVES DE BOTOES DE PRESSAO E COSTURAS ATRAVES DE SOLDA ELETRONICA TAMANHOS P,M,GE GG (142550)		50	33,50

16	COLETE AMARELO COM FAIXAS REFLETIVAS ( COR CINZA) TAMANHOS P,M,G (142551)		30	30,00
17	CONES DE SINALIZAÇÃO 75 CM REFLETIVO LARANJA E BRANCO APLICAÇÕES: SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ESTACIONAMENTOS, OBRAS E DE PRÁTICAS ESPORTIVAS. CARACTERÍSTICAS: POSSUI FENDAS PARA INSERÇÃO DE FITA ZEBRADA E ADAPTÁVEL A PLACA PRONTA, ELIMINANDO USO DO PORTA-TUDO EM SINALIZAÇÃO DE CARGAS PERIGOSAS. MATERIAL: COMPOSTO SINTÉTICO. PESO: 540 GRAMAS. CORES: LARANJA COM FAIXAS BRANCAS E PRETO COM FAIXAS AMARELAS. DIMENSÕES: ALTURA 500 MM, BASE 273 X 273 MM. (2527)		30	54,50
18	LUVA DE ALGODÃO PALMA PIGMENTADA EM BORRACHA TAMANHOS P,M E G (142553)		60	7,50
19	LUVA DE SEGRANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA TAMANHOS P, M E G(142554)		80	14,00
20	LUVAS IMPERMEAVEL DE LÁTEX DE PROCEDIMENTOS TAMANHOS P,M,G (142555)		140	6,00
21	LUVAS PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS E MECANICOS TAMANHOS P, M, E G(142556)		30	17,50
22	OCULOS DE SEGURANÇA COM ARMAÇÃO E VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR TAMANHO PADRÃO(142557)		30	15,00
23	PENEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO SINTETICO DE 15 MM ESPESSURA CONTENDO 3 (TRES) LAMINAS DE AÇO NA PARTE FRONTAL. (142558)		30	42,00
24	RESPIRADOR SEMI-FACIAL PROTETOR RESPIRATORIO SEMI FACIAL COM CARTUCHO QUIMICO PARA VAPORES ORGANICOS DIVERSOS TAMANHOS (142561)		30	49,50
25	PROTETOR AUDITIVO DO TIPO INSERÇÃO PRÉ-MOLDADO DE SILICONE COM CORDÃO EM POLIPROPILENO (142559)		60	5,50
26	RESPIRADOR SEMI FACIAL POEIRA/DESCARTÁVEL (142561)		30	10,50
TOTAL DO LOTE : 115.275,00				
LOTE – 02 ELETROELETRONICOS E ELETRODOMESTICOS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNI
27	POLTRONA EM CORINO COM PÉS DE MADEIRA ASSEBTO FIXO EM ESPUMA D-26 SOBRE PERCINTAS ELÁSTICAS; ENCOSTO FIO EM ESPUMA D-23 SOBRE PERCINTAS ELÁSTICAS ; BRAÇOS ESPUMA D-23 PÉS EM MADEIRA NA COR TABACO (TB) OU EM MADEIRA REVESTIDO DE ALUMINIO ESTRUTURA MADEIRA REFLORESTADA DE EUCALIPTO OU PINUS COMPENSADO OU MDF; ALTURA 0,80 LARGURA 0,76 PROFUNDIDADE 0,75 NAS CORES VERMELHO COM DETALHES EM PRETO E DOURADO AMARELO COM DETALHES EM MARROM LILÁS COM DETALHES EM PRETO LARANJA COM DETALHES EM MARROM. (142563)	UND	20	320,00
28	FORNO ELÉTRICO 44L - TIMER ATÉ 2 HORAS COM AVISO SONORO DOURADOR LUZ INTERNA COM PROTEÇÃO CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA TERMOSTATO DE 50°C A 320°C PORTA COM ABERTURA LATERAL FRONTAL EM TERMOPLÁSTICO GRADE CROMADA REMOVÍVEL (2 ALTURAS) BANDEJA ESMALTADA PARA RESÍDUOS CORPO INTERNO AUTOLIMPANTE CORPO EXTERNO EM AÇO INOX ESCOVADO PORTA COM VIDRO DUPLO ESPELHADO E SERIGRAFADO ISOLAMENTO TÉRMICO EM FIBRA CERÂMICA PÉS ANTIDERRAPANTES CONTROLE INDEPENDENTE DAS RESISTÊNCIAS PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO (PORTARIA 371) ALTURA27,00 CENTIMETROSLARGURA39,00 CENTIMETROS PROFUNDIDADE43,00 CENTIMETROS PESO14,80 QUILOS(142562)	UND	10	344,00
29	MICRO-ONDAS ELETRICO 30 L COR CINZA ESPELHADO LARGURA 53,9 CM ALTURA 30,0 CM PROFUNDIDADE 39,8 CM PESO 16,4 KG VOLTAGEM 220V GARANTIA DE 12 MESES CAPACIDADE 30 LITROS FUNÇÃO GRATINAR PAUSA/CANCELAR LIGAR + 30 SEGUNDOS TRAVA DE SEGURANÇA (142737)		5	426,50
30	LIQUIDIFICADOR 450W EXCLUSIVO SISTEMA ALL-METAL DRIVE: ACOPLAMENTO MOTOR-LÂMINAS 100% METAL PROPORCIONA MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE AO PRODUTO;CONJUNTO DE FACAS DESMONTÁVEL QUE FACILITA A LIMPEZA E GARANTE MELHOR HIGIENE;APARELHO EM POLIPROPILENO COM ACABAMENTO EM AÇO INOX ESCOVADO;ENROLADOR DE FIO NA BASE;12 VELOCIDADES E PULSAR;JARRA DE VIDRO DE 1,25 LITROS À PROVA DE CHOQUE TÉRMICO;TAMPA HERMÉTICA E INQUEBRÁVEL DE SILICONE COM SOBRETAMPA ACRÍLICA DESTACÁVEL. (37697)	UND	10	115,63
31	BATEDEIRA 1200 WATTS TIGELA COM CAPACIDADE4,0 L BATEDEIRA COM TIGELA DE 4L E SUPORTE PARA GUARDAR OSBATEDORES.2 EM 1 PARA MAIOR FACILIDADE DE USO, PODE SER USADA COMOBATEDEIRA DE MÃO OU MONTADA NA BASE.TIGELA COM GRANDE CAPACIDADE POSSUI 4L E FEITA COM MATERIALMUITO RESISTENTEPOSSUI TRÊS VELOCIDADES + PULSAR.BATE MASSAS LEVES E MEDIAS E FACILITA O PREPARO DE SUASRECEITAS. (142564)	UND	10	1119,83
32	FERRO DE PASSAR ROUPAS A VAPOR 220 VOLTS (38685)	UND	5	103,20
33	MAQUINA DE COSTURA COM PEDAL,COR BRANCA, COM LUZ DE LED E 18 TIPOS DE PONTO, CASEADOR 4 PASSOS, COM CARRETEL, PRENDEDOR DE RETRÓS, SAPATILHA PAEA USO ESPECIAL, SAPATILHA PARA CADA BOTÃO, SAPATILHA PARA PREGAR ZIPER, SAPATILHA PARA PREGAR BOTÕES PASSADOR DE LINHA, CARTELA DE AGULHA DUPLA, BOBINAS, FELTRO PARA PINO PORTA- RETRÓS, PINO PORTA RETRÓS, PINCEL PARA LIMPEZA , PLACA ISOLADORA DOS DENTES, VELOCIDADE 850 RPM. (36937)	UND	10	489,95



34	FOGÃO A GÁS 6 BOCAS 2 POTÊNCIAS DE QUEIMADORES: 2,0 E 1,7 KW - AGILIDADE NA COZINHA MAIS TEMPO PARA VOCÊ SE RENOVAR. GRADE MESA - FACILIDADE PARA MOVIMENTAR AS PANEIS ENQUANTO COZINHA. ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL - PRATICIDADE E SEGURANÇA NO USO DOS QUEIMADORES E DO FORNO. 1 PRATELEIRA FIXA - PRÁTICA E SEGURA PARA RENOVAR SEU JEITO DE COZINHAR. PUXADOR ROBUSTO - MAIS SEGURANÇA E PRATICIDADE NA HORA DE CONFERIR SUA RECEITA. VÁLVULA DE SEGURANÇA NO FORNO - MAIS SEGURANÇA PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA COM O DISPOSITIVO QUE CORTA O GÁS SE AS CHAMAS DOS QUEIMADORES SE APAGAREM. FORNO AUTOLIMPANTE - SEU FORNO MUITO MAIS FÁCIL DE LIMPAR. PORTA DO FORNO EM VIDRO TOTAL TAMPA EM VIDRO TOTAL - MAIS BONITO E MODERNO. E MAIS FÁCIL DE LIMPAR. VIDRO DUPLO NA PORTA DO FORNO - MAIS SEGURANÇA PARA TODA A SUA FAMÍLIA. CAPAS DOS QUEIMADORES ESMALTADAS - NÃO RETÉM A SUJEIRA E COM ISSO SEU PRODUTO FICA LIMPO POR MAIS TEMPO.(38755)	UND	10	651,00
35	TV LED 42" TELA LED DE 43" E IMAGEM FULL HD COM RESOLUÇÃO 1920X1080 PIXELS, OFERECENDO IMAGENS DE QUALIDADE, CENAS COM MAIOR PROFUNDIDADE E RIQUEZA DE DETALHES. INTELIGENTE, ALÉM DE FUNCIONAR COMO UMA TV CONVENCIONAL, ELA FOI DESENVOLVIDA PARA ACESSAR A INTERNET E APLICATIVOS ON DEMAND (COM WI-FI INTEGRADO), SENDO IDEAL PARA USUÁRIOS QUE DESEJAM CONTROLAR, CONFIGURAR E PERSONALIZAR SUA PROGRAMAÇÃO. ESTE MODELO CONTA COM RECURSOS EXCLUSIVOS QUE TORNAM A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO INTERATIVA E INTERESSANTE, ALÉM DE UM DESIGN DIFERENCIADO, ELEGANTE E MODERNO COM BORDAS FINAS E BASE ARROJADA.CONTENDO : 1 TV 431 CONTROLE REMOTO 2 PILHAS AAA 4 PARAFUSOS (M4XL14) • 2 BASES 1 CABO DE FORÇA 1 MANUAL DO USUÁRIO 1 ORGANIZADOR DE CABOS1 QUICK START GUIDE (WEBOS) DIMENSÕES DO PRODUTO:LARGURA: 97,00 CM ALTURA: 57,00 CM PROFUNDIDADE: 6,00 CM PESO: 10,20 KG (39695)	UND	10	1.150,00
36	MESA EM L MEDIDA 1,70 CM X 1,70 CM X 68 CM PROFUNDIDADE.TAMPO: MDF 25MM EM LAMINADO DECORATIVO DE ALTA PRESSÃO. BORDAS POST FORMADAS 180°, NO SENTIDO LONGITUDINAL, E FITA ABS NO SENTIDO TRANSVERSAL.PÉS: ESTRUTURA METÁLICA, CONFECCIONADA EM TUBO METÁLICO DE 30X30MM NA BASE SUPERIOR E OBLONGO DE 29X58MM NA BASE INFERIOR, CALHA PASSA FIOS NA VERTICAL DE 30X200MM. PONTEIRAS DE POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM REGULAGEM DE ALTURA, COR CINZA. PINTURA EPÓXI A PÓ, COM SECAGEM EM ESTUFA A 180°. SAIA: MDF 15MM EM LAMINADO DECORATIVO DE BAIXA PRESSÃO. BORDAS REVESTIDAS POR FITA MELAMÍNICA DA MESMA COR. ACABAMENTOS: SOBRE OS PARAFUSOS APARENTES DEVERÃO SER APLICADOS TAPA FUROS DE PVC, DA MESMA COR. DEVERÁ SER ENTREGUE MONTADA E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. OBS.: CADA SOLICITANTE ESCOLHERÁ A COR NO MOMENTO DA COMPRA.OPÇÕES DE CORES: CINZA, BEGE, PRETO E/OU AZUL.(39683)	UND	10	459,00
37	FRUTEIRA DE CHÃO 79CM ALTURA 29 CM LATERAL 41 CM PROFUNDIDADE 79CM PESO 4,680 KG MATERIAL EM MADEIRA DESCRÇÃO DO TAMANHO 29X41X79 . (142568)	UND	3	99,00
38	CAMA BOX 138X188 COM COLCHÃO D MOLAS ENSACADAS INDIVIDUALMENTE COM NÍVEL DE CONFORTO FIRME, COMPOSTO POR MATÉRIA-PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, REVESTIDO COM TECIDO COM TRATAMENTO ANTIÁCAROS, ANTIFUNGOS E ANTIALÉGICO. SÃO 700 MOLAS ENSACADAS, DENSIDADE D-23, BORDADO MATELASSE E RESPIROS NAS LATERAIS PARA GARANTIR O CONFORTO NECESSÁRIO PARA UMA BOA NOITE DE SONO DESENVOLVIDO PARA ATENDER ADEQUADAMENTE PESSOAS COM O PESO APROXIMADO DE ATÉ 120 KG . PROFUNDIDADE 188 CM(142569)	UND	3	886,89
39	ROUPEIRO 2 PORTAS DE CORRER VOLUME 1: 1 TRILHO INFERIOR 1 TRILHO GUIA SUPERIOR 4 ANTIEM-PENAMENTO 6 PERFIL 1 BASE 1 RODAPÉ FRONTAL 1 LATERAL DIREITA 1 APLIQUE 1 LATERAL ESQUERDA 4 FUNDOS 1 RODAPÉ CENTRAL 1 CHAPÉU 1 RODAPÉ TRASEIRO 4 FUNDO DE GAVETA VOLUME 2 4 CORREDIÇAS METAL 2 MANUAL DE MONTAGEM 1 KIT FERRAGEM 8 LATERIAS DE GAVETA 4 TRASEIRO GAVETA 2 CABIDEIROS 1040MM 1 CABIDEIRO 512 MM – 2 PUXADORES 1 DIVISÃO DIREITA 2 TAMPO GAVETA 1 PRATELEIRA 2 PRATELEIRAS 2 LATERAL GAVETA 4 FRENTE DE GAVETA 3 TRASEIRO GAVETA 6 LATERAL GAVETA 1 GAVETA TRASEIRA 2 COLUNAS 1 DIVISÃO ESQUERDA VOLUME 3: 8 PORTAS ALTURA 201 CM LARGURA 212 CM PROFUNDIDADE 50 CM PESO 52,4KG DIMENSÕES 68X610X2105CM; (142626)	UND	3	219,00
139	TABLET 5 POLEGADAS OU MAIS ANDROID 4.4 OU SUPERIOR CAMERA TRASEIRA GPS CONECTIVIDADE 3G E WI-FI ARMAZENAMENTO DE NO MINIMO 16 GB	UND	6	882,66
TOTAL DO LOTE : 51.256,33				
LOTE – 03-				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNI
40	TRENA A LASER- BARRA DE MEDIÇÃO R 60 PROFESSIONAL PARA A UTILIZAÇÃO COMO MEDIDOR DE INCLINAÇÕES DIGITAL.PRONTO A UTILIZAR DE IMEDIATO GRAÇAS À DETECÇÃO AUTOMÁTICA DA BARRA DE MEDIÇÃO. MOSTRADOR AUTOMÁTICO ILUMINADO PARA UMA EXCELENTE LEGIBILIDADE. A MAIS ELEVADA AUTONOMIA GRAÇAS À TECNOLOGIA DE LÍTIO – ATÉ 25.000 MEDIÇÕES POR CARGA. MEMORIZAÇÃO AUTOMÁTICA DOS ÚLTIMOS 20 VALORES DE MEDIÇÃO E UMA CONSTANTE.NOVAS FUNÇÕES DE MEDIÇÃO COMBINADAS ATRAVÉS DO SENSOR DE INCLINAÇÃO 360° INTEGRADO. BATERIA RECARREGÁVEL ATRAVÉS DE MICRO-USB PADRÃO. AJUDANTE DE CONFIANÇA EM QUALQUER ESTALEIRO DE OBRAS GRAÇAS AO FORMATO ROBUSTO CONTEÚDO DA EMBALAGEM - 1TRENA A LASER DIGITAL BOSCH GLM 80. 1 BARRA DE MEDIÇÃO R 60 PROFESSIONAL. 1BOLSA DE PROTEÇÃO. 1 CARREGADOR. GARANTIA 12 MESES. TRENA A LASER DIGITAL BOSCH GLM 80 (MEDIDOR DE DISTÂNCIA DIGITAL) COM RÉGUA R 60 PROFESSIONAL - ATÉ 80 METROSALTURA3,00 CENTIMETROS LARGURA5,00 CENTIMETROS PROFUNDIDADE11,00 CENTIMETROS PESO740,00 GRAMAS (141635)	UND	2	1.036.66
TOTAL DO LOTE : 2.073,32				



## LOTE – 04 TRANSPORTE DE MAQUINAS

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNI
41	VIAGEM DE TRANSPORTE DE MAQUINA PESADA COM PERCURSO INFERIOR A TRINTA QUILOMETRO (141699)	UND	100	290,00
42	VIAGEM DE TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA COM PERCUSO SUPERIOR A TRINTA QUILOMETROS (141700)	UND	3000	9,75
43	SERVIÇOS TRANSPORTE MAQUINA PESADA PERMANENCIA NO LOCAL DO TRANSPORTE (141702)	UND	300	61,50
TOTAL DO LOTE : 76.700,00				

## LOTE – 05 MATERIAIS EDUCATIVOS E ESPORTIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNI
44	KIT DE BADMINTON CONTENDO 2 RAQUETE DE ALUMINIO 1 TUBO COM 3 PETECAS (NYLON) 1 BOLSA DE TRANSPORTE PARA TODOS OS ITENS (142583)	KITS	100	120,99
45	CONJUNTO DE COZINHA, EM POLIETILENO CONTENDO 6 PANELINHAS COM TAMPAS, 1 FRIGIDEIRA, 1 FOGÃO, 4 PRATOS , 1 ESPÁTULA E 2 COLHERES- EMBALAGEM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 44X41X10 CM(142186)	CJT	100	31,14
46	BLOCO DE MONTAR TIPO "BRINCANDO DE ENGENHEIRO", CONFECCIONADO EM MADEIRA, CONTENDO 120 PEÇAS, EM DIFERENTES TAMANHOS, FORMATOS E CORES. EMBALAGEM: CAIXA CARTONADA (142584)	UND	100	34,90
47	BOLA DE TÊNIS DE MESA CONFECCIONADA EM CELULÓIDE, NA COR LARANJA FOSCA, DIAMETRO DE 40MM E PESO DE 2,74 GRAMAS, ACIONADAS EM EMBALAGEM COM 6 (SEIS) UNIDADES (142585)	UND	100	25,26
48	CORDA DE SISAL, COR NATURAL COM APROXIMADAMENTE ½ POLEGADA DE DIAMETRO, COMPRIMENTO DE 2,0M, COM EMPUNHADORA DE MADEIRA NAS DUAS EXTREMIDADES (MANETES)(142586)	UND	300	7,94
49	TRAVE DE MINI-SOCCER CONFECCIONADA EM TUDO DE AÇO DE 7,0 A 8,0 POLEGADAS, PINTURA ELETRO-TÁTICA, MEDINDO 80 CM DE COMPRIMENTO X 50 CM DE ALTURA, TOTALMENTE DESMONTÁVEL COM PINOS PARA TRAVAMENTO DOS ENCAIXES E GANCHOS PARA FIXAÇÃO DA REDE, CONFECCIONADA EM POLIETILENO (NYLON), QUE ACOMPANHA O PRODUTO .(142223)	UND	30	297,45
50	CAIXA ORGANIZADORA DE PLASTICO MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO (PP)CAPACIDADE7 LITROS COM TAMPA PESO 0,405 KG.CUBAGEM 0,008 M³ DIMENSÕES INTERNAS ALTURA 7 CM/ LARGURA 26 CM / COMPRIMENTO 36,5 CM DIMENSÕES EXTERNAS ALTURA 7,3 CM/ LARGURA 29 CM / COMPRIMENTO 41,5 CM NAS CORES PRETO / AZUL / BRANCO. (142587)	UND	100	550,30
51	MESA DE PING PONG OFICIAL A MESA PING PONG POSSUI PÉS DOBRAVEIS DE FACIL TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO NÃO ACOMPANHA RAQUETES E BOLINHAS COMPRIMENTO 2,74M X1,52MX ALTURA 0,76 M ESPESSURA DA CHAPA 12MM (39096)	UND	20	550,30
52	TAPETE AMARELINHA DE CORINO 2,72M X 76CM (142588)	UND	30	165,60
53	PLINTON PRODUTO CONFECCIONADO E MADEIRA PARA PRÁTICA DE GINÁSTICA COM ESTOFADO EM ESPUMA E COBERTURA EM CORINO, MEDINDO 1,25 DE ALTURA X 0,64 DE LARGURA X 1,60 DE COMPRIMENTO (142589)	UND	10	170,00
54	BAMBOLE DESMONTAVEL COLORIDO 88 CM DE DIAMETRO (142590)	UND	300	23,00
55	BOLA DE BASQUETE MIRIM, CONFECCIONADA EM BORRACHA, COM 72 CM A 74 CM DE CIRCUNFERENCIA PESANDO ENTRE 450 A 500 GRAMAS, CONTENDO EM SEU INTERIOR CAMARA EM BUTIL, MATRIZADA, MIOLO REMOVIVEL E LUBRIFICADO, AFERIDA (142592)	UND	30	69,90
134	DOMINO KIT MATEMATICA- mdf com 8 jogos sortidos, pvc enc. (142847)	UND	1	226,30
132	QUEBRA CABEÇA- kit com 10 MDF, PVC enc (141290)	UND	1	321,25
133	QUEBRA CABEÇA- elementos da natureza- kit com 8 jogos PVC enc. (37760)	UND	1	440,46
127	MEMORIA- kit MDF com 10 jogos PVC enc (14284)	UND	1	330,07
135	KIT IINCLUSAO com 15 itens caixa papelao	UND	1	2477,86
126	SEQUENCIA LOGICA kit MDF com 8 jogos PVC enc. (142840)	UND	2	308,40
118	QUEBRA CABEÇA historia, descobrimento do Brasil, MDF, 117 peças, caixa papel (142832)	UND	2	220,48
136	JOGO DO ONIBUS- MDF-427 peças, caixa de papel	UND	1	292,38
124	JOGO DE DAMAS E TRILHA 30x30- MDF 24 peças embalagem plastic (142838).	UND	5	42,45
137	JOGO ACERTE O ALVO-MDF bem. Com zipper (	UND	1	165,86
138	PAINEL cardapio da semana- MDF caixa de papel	Und	1	105,80
117	CANTINHO dois em um MDF cxa papelão (142831)	Cxa	1	580,54
119	DOMINO ADIÇÃO com figuras MDF 28 peças cxa mad. (142833)	Cxa	1	31,41
120	DOMINO ANIMAIS ZOO MDF 28 peças cxa mad. (142834)	Cxa	1	31,41
121	JOGO UM DIA CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE MDF 9 peças cxa (142835)	CXA	1	171,21
122	TABELA DE BASKETBALL MDF PVC ENC. ( 142836)	UND	1	310,60
123	PULA CORDA cabo emborrachado mad. E nylon emb. Plast. (142837)	UND	2	16,30
125	FUTEBOL DE PINOS MDF c/2pazinhas pvc enc. (142839)	UND	1	102,11
127	MEMORIA- kit MDF com 10 jogos PVC enc (14241)	UND	1	330,07
128	PRATELEIRA COLORIDA mad. 24 peças cx papelão (142842)	UND	1	375,37
129	TRANSRODEIO (142843)	UND	2	103,99
130	TRANSALFANUMERICO mad 36 peças pvc enc (142844)	UND	2	103,66
131	TAPETE BICHINHOS COM BORDA eva 38 peças emb c/ zipper (142845)	UND	1	104,94
TOTAL DO LOTE 122.348,81				

## LOTE – 06 FISIOTERAPIA

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNI
56	TCHOUKBALL RESSALTO DE BOLA (142593)	5	50,00	250,00
57	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 4 KG ( 142594)	PAR	10	54,90
58	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 3 KG (142595)	PAR	10	38,93
59	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 2 KG (142596)	PAR	10	33,60
60	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 1 KG(142597)	PAR	10	26,61
61	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 0,5 KG (142598)	PAR	10	25,00
62	HALTER EMBORRACHADO PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA UM 5 KG (142599)	UND	10	69,83
63	HALTER EMBORRACHADO PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA UN 4KG (142600)	UND	10	59,83
64	HALTER EMBORRACHADO PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA UN 3 KG(142601)	UND	10	44,87
65	BOLA SUIÇA (TIPO FEIJÃO) 90X45 CM (142657)	UND	10	83,23
66	BASTÕES (142602)	UND	20	
67	THERA-BAND CORES AMARELA E AZUL (142603)	UND	20	17,50
68	COLCHONETE FITNESS 90X40X2,5 CM COR PRETO/AZUL(142604)		15	23,14
93	CONES		12	72,63
69	EXTENSOR ELÁSTICO LEVE PARA BRAÇOS E PERNAS PARA DEFINIR OS MÚSCULOS (142605)	UND	15	42,03
70	STEPS AERÓBICO DE E.V.A 70 CM (142606)	UND	15	150,33
71	JUMP SEMI-PROFISSIONAL SHOPFISIO CAMA ELÁSTICA TRAPOLIM (AZUL (142607)	UND	10	249,93

TOTAL DO LOTE 12.737,80

## LOTE – 07 MATERIAL AMBULATORIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNI
72	ESPÉCULO DESCARTÁVEL NÃO LUBRIFICADO PEQUENO (P) (142608)	UND	2000	1,77
73	ESPÉCULO DESCARTÁVEL NÃO LUBRIFICADO MÉDIO (M) (142196)	UND	2000	2,89
74	ESPÉCULO DESCARTÁVEL NÃO LUBRIFICADO GRANDE (G) (142609)	UND	2000	2,26
75	LÂMINA DE PREVENTIVO CAIXA C/50 UND (142610)	CAIXA	200	6,37
76	SPRAY FIXADOR DE LAMINA DE PREVENTIVO 100 ML (142611)	FRAS-CO	200	25,15
77	PROTETOR SOLAR FATOR 50 120 ML UVA/UVB (142612)	FRAS-CO	200	20,49.

TOTAL DO LOTE 24.242,00

## LOTE – 08 BOMBEIROS

78	COLAR CERVICAL MULTI-TAMANHOS CARACTERÍSTICAS: Colar Cervical Resgate 4 em 1 regulável equipamentos para resgate Possui regulagem de altura com 4 níveis de ajuste (PP/P/M e G) Imobilização cervical, emergências médicas, resgate etc. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano.(142184)	UND	250	50,00
79	ESFIGMOMANOMETRO DE BRAÇO DIGITAL A PROVA DE CHOQUES. APROVADO EM TESTES DE RESISTÊNCIA A QUEDA, SEGUINDO OS PADRÕES AMERICANO (AAMI SP9 NORM) E EUROPEU (EURO NORM EN1060); - LATEX FREE (LIVRE DE LÁTEX); - ALTA QUALIDADE; - EXCLUSIVO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DA PRESSÃO DE TUBO ÚNICO; - CONTROLA O FLUXO DE AR PARA O MANÔMETRO DURANTE A INFLAÇÃO PARA PROPORCIONAR UMA TRANSIÇÃO SUAVE E AUMENTAR A PRECISÃO DA PRESSÃO E A DURABILIDADE; - MANÔMETRO COM SEGURANÇA DE SOBRE PRESSÃO. ASSEGURA DESEMPENHO E DURABILIDADE; - BRAÇADEIRA ADULTO COM 01 TUBO PARA BRAÇOS COM CIRCUNFERÊNCIA DE 20 À 29 CM (M-000.09.061); - MICRO FILTRO. PROTEGE A VÁLVULA E O MANÔMETRO; - MOSTRADOR GRANDE COM 57MM DE DIÂMETRO E MARCAÇÃO EM PRETO E BRANCO PROPORCIONANDO UMA LEITURA FÁCIL E PRECISA; - PONTEIRO DE ALTA QUALIDADE. CALIBRADO PRECISAMENTE, DURÁVEL E RESISTENTE A CHOQUES; - PÊRA INSUFLADORA GRANDE, PARA RÁPIDA INSUFLAÇÃO DO MANQUITO; - EXCLUSIVA VÁLVULA DE AR ROSQUEADA. AJUSTE FINO E PRECISO DE SAÍDA DE AR, ESVAZIAMENTO RÁPIDO E EXTREMA DURABILIDADE. BORRACHA LIMITADORA PREVINE O TRAVAMENTO DA VÁLVULA; - MANQUITO DE TUBO ÚNICO E BRAÇADEIRA COM FECHAMENTO EM VELCRO RESISTENTE LAVÁVEL; - DESENHO ERGONÔMICO. EQUILÍBRIO PERFEITO ENTRE CONFORTO, FACILIDADE DE USO E DESEMPENHO; - CARCAÇA MOLDADA COM LIGA TERMOPLÁSTICA (POLIAMIDA/ELASTÔMERO TP) PROPORCIONANDO DURABILIDADE, ABSORÇÃO DE IMPACTOS E SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE; - APOIO PALMAR AJUSTÁVEL PARA DESTROS E CANHOTOS. (142618)	UND	10	247,02
80	TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO MÍNIMO DE 45CM X 20CM (142619)	UND	200	1,50
81	TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO TAMANHO MÍNIMO DE 90CM X 20CM (142621)	UND	200	1,90

82	LANTERNA PUPILAR LANTERNA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED DE 2,2V; CONFECCIONADA EM METAL LEVE DE ALTA QUALIDADE; ILUMINAÇÃO BRILHANTE LED PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO; POSSUI CONVENIENTE CLIPE DE BOLSO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (PALITO) *INCLUSAS. MEDIDAS: 14CM DE COMPRIMENTO E 1,2 CM DE DIÂMETRO; GARANTIA DE 01 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (142622)	UND	50	1.55,80
83	ALMOTOLIA BICO RETO 125 ML (142627)	UND	15	2,95
84	APITO SEM BOLINHA, PROFISSIONAL, EM PVC DE ALTA QUALIDADE COM ORIFÍCIO PARA CODÃO, DISPONÍVEIS NAS CORES PRETO, AZUL E VERMELHO, IDEAL PARA SOCORRISTAS, RESGATISTAS, BOMBEIROS, POLICIAIS, E ARBITROS. (142628)	UND	20	35,80
85	BAQUETA SOSPENSO BAQUETA RÍGIDA COM LAMINA EM ALUMÍNIO, FITAS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, REVESTIMENTO RXTERNO EM PVC PARA MAIOR DURABILIDADE, REGULAGEM ATRAVÉS DE FIVELAS AUTO BLOCANTES DO TIPO FAST FIT PARA MAIOR SEGURANÇA E REGULAGEM RÁPIDA. LARGURA 155MM ALTURA 130MM COMPRIMENTO 500MM COR VERMELHA PESO 1453G CARGA DE TRABALHO 150KG PORTA EQUIPAMENTOS "RACKS" 5 KG FITAS POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE COSTURA ZIG-ZAG COSTURA CONTÍNUA QUE PROPORCIONA UMA GRANDE RESISTÊNCIA LOCALIZADA FIVELAS FAST FIT AÇO COM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE PARA PROTEGER CONTRA CORROSÃO EM AMBIENTES SALINOS. ACOLCHOADOS TECNOLOGIA DE CAMADAS DE DIFERENTES DENSIDADES PARA ASSOCIAR CONFORTO E RESPIRABILIDADE, TECNOLOGIA DE PONTA EM TECIDOS COM TRAMA POSSUI UMA CONSTRUÇÃO ENTRELAÇADA TIPO "BEEHIVE" (COLMEIA) QUE PROPORCIONA EXCELENTE TRANSPIRABILIDADE (MALHA ARPERMEAVEL) E TOQUE MACIO. (142629)	UND	10	394,57
86	BOLSA NURSE COMPLETA BOLSA CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO NAS CORES, VERMELHA, BRANCA E AZUL MARINHO COM FORRAÇÃO EM NYLON NA COR CINZA DIMENSÕES 28CMX21CMX11CM FECHAMENTO DA BOLSA ATRAVÉS DE ZIPER Nº 8 COM DOIS CURSORES COM ALÇA DE MÃO CONFECCIONADA EM PVC NA COR PRETA ALÇA A TIRACOLO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO NA COR PRETA CM 30 MM DE LARGURA, DESTACÁVEL, COM PRESENÇA DE 4 CRAVOS PARA DAR MAIOR ESTABILIDADE E PROTEÇÃO A BOLSA NO INTERIOR DA BOLSA PRESENÇA DE 3 BOLSAS INTERNAS DESTACÁVEIS PARA ACONDICIONAMENTO DE DIVERSOS MATERIAIS E UM BOLSO FIXO COM DOIS COMPARTILHAMENTOS CONFECCIONADO EM MATERIAL TRANSPARENTE. (142630)	UND	5	476,00
87	BOLSA PARA COLAR CERVICAL E TALA DE PAPELÃO 45X20 FABRICADA EM NYLON, À PROVA D'ÁGUA NA COR AZUL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 62CM DE COMPRIMENTO, 30 CM DE LARGURA POR 24 CM DE ALTURA. CONTÉM QUATRO PARES DE FITAS ELÁSTICAS NA PARTE INTERNA COM ENGATE RÁPIDO TIPO TRIDENTE SENDO DOIS EM CADA LATERAL. (142631)	UND	10	85,92
88	BOTA PARA COMBATE A INCÊNDIO GUARTELA CWL FIRE 10 PRETO DIVERSOS TAMANHOS (141580)	UND	30	850,00
89	CINTO TIPO ARRANHA CINTO DE FIXAÇÃO TIPO "ARANHA" PARA MACAS RÍGIDAS, PARA IMOBILIZAR UM BEBÊ, UM JOVEM OU ADULTO, CONFECCIONADO EM FITAS DE POLIAMIDA EM CORES E FIXADO POR FITAS EM VELCRO DE 50MM DE LARGURA, NAS CORES: PRETA, VERDE, VERMELHA, E AZUL COM 1,22 M DE COMPRIMENTO PERMITE IMOBILIZAR OS OMBROS, TÓRAX, PÉLVIS, BRAÇOS E PERNAS PESO 350 G. (141782)	UND	10	94,87
90	COLETE SOCORRISTA PADRÃO CBMSC TECIDO CORDURA 500 COR AMARELO FLUORESCENTE DIMENSÕES TAMANHO ÚNICO COM 70 CM DE ALTURA, 54 CM DE LARGURA NA EXTREMIDADE INFERIOR, 50 CM DE LARGURA NA ALTURA DO TÓRAX E 17 CM NOS OMBROS. BOLSOS FRONTAIS 02 BOLSOS NA PARTE INFERIOR DO COLETE, UM DE CADA LADO (CENTRALIZADOS) MEDINDO 30X23X3CM 01 BOLSO NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA DO COLETE MEDINDO 14,5X14,5CM. (141787)	UND	30	354,42
91	CORDA ESTATICA 12MM A TECNOLOGIA BRAID ON BRAID CONFERE AO CABO UM PERFIL MAIS REDONDO E COMPACTO, PROPORCIONANDO UMA EXCELENTE RESISTÊNCIA À ABRAÇAÇÃO E MANTENDO CONSTANTE A FLEXIBILIDADE DO CABO. - A CSL DISPONIBILIZA FICHA TÉCNICA DO PRODUTO PARA MELHOR CONHECIMENTO E ANÁLISE DO CLIENTE NO MOMENTO DA COMPRA. - O TRANÇADO DA CAPA DO CABO SAFETYLINE FOI ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA SUPORTAR O ATRITO DO TRAVA-QUEDAS. O PERFIL CIRCULAR DO CABO AUMENTA A SEGURANÇA NA FRENAGEM DO DISPOSITIVO DE TRAVAMENTO DO TRAVA-QUEDAS. - O cabo Safetyline é o único do mercado que possui uma trança intermediária "bem fechada", com reduzido passo de trança. Essa característica faz com que a trança funcione como um filtro, barrando as impurezas e sujeiras, assim não permitindo que cheguem até a alma central, elemento principal de resistência à tração do cabo. - O cabo Safetyline possui três versões de comprimento – 50, 100 e 200 metros (141799)			7,41

92	<p>CONJUNTO PARA CHUVA AMARELO PADRÃO CMBSC CONJUNTO COMPOSTO DE CALÇA E BLUSÃO CONFECCIONADOS EM TECIDO NYLON 100% POLIAMIDA IMPERMEAVEL O BLUSÃO DEVE SER CONFECCIONADO COM MANGA DO TIPO RAGLAN, COM ABERTURA FRONTAL TOTAL E FECHAMENTO COM ZIPER DE POLIACETAL DEVIDAMENTE PROTEGIDO POR UMA ABA DE SOBREPOSIÇÃO E ADICIONALMENTE A LAPELA COM FECHAMENTO EM VELCRO DE MODO A PROMOVER UMA PROTEÇÃO TOTAL CONTRA POSSIVEIS INFILTRAÇÕES DE ÁGUA FECHAMENTO NMO PUNHO COM LAPELA COM VELCRO E NA BARRA DA CALÇA FECHAMENTO COM ZIPER E ELASTICO O CAPUZ DEVE TER ABA TIPO BONÉ E SER AJUSTAVEL A CABEÇA POR MEIO DE CORDÃO E PRESILHAS DE REGULAGEM VARIÁVEL E PONTE IRAS. O BLUSAO DEVE APRESENTAR NA FRENTE E NAS COSTAS SISTEMA DE VENTILAÇÃO PARA EVITAR A CONDENSACÃO DE SUOR NO INTERIOR DA MESMA. A JAPONA E A CALÇA DEVERÃO TER FAIXA REFLETIVA CONFORME ESPECIFICAÇÃO NA COR PRATA E LARGURA DE 50 MM OBEDECENDO NORMA BRASILEIRA ABNT NBR 15292 VESTUARIO DE SEGURANÇA DE ALTA VISIBILIDADE DO PEITO E NOS BRAÇOS, UTILIZAR COSTURA PONTO CORRENTE E NA CALÇA EM AMBAS AS PERNAS 40 CM ACIMA DA BARRA..(142632)</p>	CJT	30	286,40
	<p>CIRCULANDO TODA A PERNA DEVENDO ENCONTRAR A EMENDA NA PARTE INTERNA DA PERNA DA CALÇA TAMBEM UTILIZAR PONTO CORRENTE E AMBAS AS COSTURAS DEVERÃO SER INTERNAMENTE SELADAS COM FITA TERMO PLASTICA PARA TODAS AS OPERAÇÕES DE COSTURAS SENDO DUPLAS OU SIMPLES DEVERAO SER VEDADAS/SELADAS INTERNAMENTE COM FITA TERMO PLASTICA COM ESPESSURA MAXIMA DE 0,2MM EVITANDO ASSIM QUALQUER INFILTRAÇÃO DE AGUA NO VESTUARIO A CALÇA DEVE APRESENTAR ELASTICO NA CINTURA SEM BRAGUILHA COM COSTURA TIPO FOLE NO GUANCHO PARA FACILITAR E PROPICIAR MAIOR CONFORTO E MOBILIDADE AO USUARIO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS :</p> <p>A) DO CONJUNTO:</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: CONJUNTO FORMADO POR BLUSÃO E CALÇA NA COR AMARELO COM APLICAÇÃO DA LOGOMARCA</p> <p>NORMAS TÉCNICAS:</p> <p>DEVERÁ SER APRESENTADO LAUDO TÉCNICO DE UM LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO CERTIFICANDO QUE A VESTIMENTA CUMPRE AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA NORMA NR6 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO E DE ACORDO COM EXIGÊNCIA ESTABELECIDADA PELA NORMA BS 3546:1977 - TECIDOS REVESTIDOS PARA VESTIMENTAS RESISTENTES À ÁGUA. ENSAIOS QUE DEVEM SER APROVADOS NO LAUDO TÉCNICO EM VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA. DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA AO RASGAMENTO, DETERMINAÇÃO DO COMPORTAMENTO À BAIXA TEMPERATURA, DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À BLOCAGEM (BS EN 25978:1993)- DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À PENETRAÇÃO DE LÍQUIDOS (BS 3424:1973).</p> <p>CONJUNTO DEVERÁ APRESENTAR O NÚMERO DO C.A E ETIQUETA DO FABRICANTE CONFORME ESTABELECIDO NA NR6.B) DO TECIDO :4.296,001. NYLON RIP-STOP 95G/M</p> <p>2. FIO 100% POLIAMIDA 6.63. GRAMATURA: 62 G/M2 COM +/- 5% DE TOLERÂNCIA4. ESPESSURA: 0,25 MM +/- 10%</p> <p>5. ACABAMENTO: TINGIMENTO A BASE DE ANILINAS ÁCIDAS</p> <p>6. IMPERMEABILIZAÇÃO: CAMADA DE RESINA POLIVINÍLICA INTERNAMENTE.C) DA COSTURA:</p> <p>1. AS BAINHAS E BARRAS DEVERÃO SER EM COSTURA DUPLA E DEVERÁ HAVER TOTAL RESISTÊNCIA MECÂNICA.</p> <p>2. AS LINHAS DE COSTURA DEVERÃO SER EM NYLON OU MISTA DE PRIMEIRA QUALIDADE.</p> <p>3. TODAS AS COSTURAS DEVERÃO TER O MESMO FATOR DE IMPERMEABILIDADE DO TECIDO, ATRAVÉS DE SELAGEM INTERNA COM FITA TERMO PLÁSTICA DE ESPESSURA MÁXIMA DE 0,2MM, DE MANEIRA QUE NÃO APRESENTE REBARBAS E NÃO MODIFIQUE A MALEABILIDADE DO CONJUNTOQUANDO DA UTILIZAÇÃO.</p> <p>D) DO ACABAMENTO. DEVERÁ APRESENTAR ACABAMENTO PERFEITO, COM INSPEÇÃO DE LIMPEZA FINAL, O CONJUNTO IMPERMEÁVEL DEVERÁ RECEBER LIMPEZ</p> <p>A DE FIOS E LINHAS EXCEDENTES, O PRODUTO NÃO DEVERÁ FICAR RETORCIDO APÓS USO SUCESSIVO.</p> <p>E) DO REFLETIVO</p> <p>O MATERIAL CONSISTE EM UMA FAIXA RETROREFLETIVA PRATA NA LARGURA DE 5CM (50 MILÍMETROS) CONSTITUÍDA POR MICROESFERAS EXPOSTAS, DE ALTA ANGULARIDADE, FIXADAS EM UM TECIDO DE FUNDO, 100%POLIÉSTER.</p> <p>O MATERIAL RETROREFLETIVO DEVE APRESENTAR COEFICIENTE DE RETROREFLETIVIDADE INICIAL MÍNIMO DE 500 CD/LUX M2 QUANDO MEDIDO A UM ÂN</p> <p>GULO DE ENTRADA DE -4° (MENOS, QUATRO GRAUS) E ÂNGULO DE OBSERVAÇÃO DE 0,2° (ZERO, VÍRGULA, DOIS, GRAUS). O COEFICIENTE DE RETRORE</p> <p>FLEXÃO DEVERÁ SER COMPROVADO POR LAUDO TÉCNICO (ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA), EMITIDO EM NOME DO FABRICANTE DO REFLETIVO, POR LA</p> <p>BORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO. ALÉM DO COEFICIENTE DE RETROREFLEXÃO DEVERÃO CONSTAR OBRIGATORIAMENTE DO LAUDO: A MARCA E</p> <p>O CÓDIGO DO REFLETIVO. O MATERIAL DEVERÁ SER RESISTENTE À LAVAGEM DOMÉSTICA (142632)</p>			

93	FREIO "8" COM ORELHAS FABRICADO A PARTIR DE PLACA DE 1/2-IN. (12,5 MM), O CLÁSSICO RESGATE 8 FOI REFINADO PARA UM DESEMPENHO AINDA MELHOR COM A SELEÇÃO DE HOJE DE CORDA DE SALVAMENTO. OS DESCENDENTES JÁ NÃO USAM ROTINEIRAMENTE 16-MM (5/8-IN). AS CORDAS ENTÃO COM MENORES DIMENSÕES POR ISSO O RESGATE 8 OFERECE MAIOR CONTROLE. O ACABAMENTO DE PROPRIEDADE SOBRE O MODELO DE ALUMÍNIO OFERECE EXCELENTE RESISTÊNCIA AO DESGASTE, ENQUANTO QUE AS DE NÍQUEL-CROMO-CHAPADOS DE AÇO MODELO SE DESTACA EM SITUAÇÕES DE ALTO DESGASTE, TAIS COMO AREIA, AMBIENTES ARENOSOS. O BURACO MOSQUETÃO ESTENDIDA ACOMODA MÚLTIPLOS MOSQUETÕES. * O INTERVALO DO CERTIFICADO DE DIÂMETROS DE CORDA E RECOMENDAÇÕES DA CMC PARA O MELHOR DESEMPENHO (366224)	UND	10	397,63
94	GERADOR DE ENERGIA A COMBUSTÃO GERADOR DE ENERGIA - DIESEL.MOTOR: 7,0CVPARTIDA: MANUAL POTÊNCIA MÁXIMA: 3,8KVAPOTÊNCIA NOMINAL: 3,3KVA TENSÃO DE SAÍDA: 110/220V CONTROLE DE TENSÃO: CAPACITOR / SEM ESCOVA CARREGADOR DE BATERIA: 12V - 8,3A CAPACIDADE DO TANQUE: 12,5 LITROSAUTONOMIA: 7,30H (50% DE CARGA)PESO: 70KG FASES: MONOFÁSICO (142634)	UND	2	4.334,84
95	IMOBILIZADOR DE CABEÇA UNIVERSAL AMARELO (142635)	UND	10	322,00
96	KED ADULTO DISPOSITIVO DE EXTRACÇÃO SPENCER DISPOSITIVO DE EXTRACÇÃO SPENCER É UM INSTRUMENTO PARA EXTRAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO DE COLUNA, IDEAL PARA TODAS AS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. PARTICULARMENTE SATISFATÓRIO PARA VÍTIMAS ENCARCERADAS VEÍCULOS, EDIFÍCIOS DESMORONADOS E LUGARES DE DIFÍCIL ACESSO. TAMBÉM PODE SER USADO COM MULHERES GRÁVIDAS, CRIANÇAS E BEBÊS. É IDEAL PARA O IMOBILIZAÇÃO DOS QUADRIS E FRATURAS DE PÉLVIS. A COBERTURA EM FIBRA SINTÉTICA ROBUSTA COBERTA EM VINIL LIMITA ABRASÕES E ASSEGURA INTEGRIDADE TOTAL. A RIGIDEZ VERTICAL E A FLEXIBILIDADE HORIZONTAL SÃO AS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAISDESTES DISPOSITIVO QUE PERMITE UMA IMOBILIZAÇÃO RÁPIDA DA COLUNA E UMA EXTRAÇÃO SEGURA. OS CINTOS E AS FIVELAS SÃO COLORIDAS PARA RECONHECIMENTO FÁCIL. SED É COMPLETAMENTE RÁDIO-COMPATÍVEL.É FORNECIDO COM O BOLSA DE TRANSPORTE CONFORTÁVEL E ROBUSTA O CORREIA DE NUCA E DE QUEIXO O ALMOFADA PARA SER USADA PARA A PARTE DE TRÁS DO PESCOÇO (142636)	UND	5	231,20
97	KIT ESPAÇO CONFINADO 15 METROS TRIPE E GANCHO KIT QUE POSSUI OS SEGUINTE PRODUTOS: TRIPÉ TODO EM ALUMÍNIO, COM PERNAS AUTOMATICAMENTE TRAVADAS NA POSIÇÃO ABERTA E O FECHAMENTO DAS PERNAS É FEITO EM FITA DE POLIÉSTER PARA MAIOR SEGURANÇA. POSSUI INDICADOR DE ALTURA MÁXIMA AJUDANDO O AJUSTE RÁPIDO E FÁCIL, IDENTIFICANDO A EXTENSÃO MÁXIMA DO TRIPE DE 2,4M. GUINCHO 16M PARA MOVIMENTAÇÃO VERTICAL DE CARGAS E PESSOAS EM CABO DE AÇO. POLIA E CONECTOR. EM QUALQUER UMA DAS PERNAS A FIXAÇÃO DOS ACESSÓRIOS É PERMITIDA. PERNAS NÃO MUDAM DE POSIÇÃO NUMA SITUAÇÃO DE TOMBAMENTO DO TRIPE. POSSUI 4 OLHAIS COM DISTORCEDOR PARA USO NO ACESSO E RESGATE DO ESPAÇO CONFINADO. SACOLA PARA ARMAZENAMENTO DO TRIPE E GUINCHO. CERTIFICAÇÕES E NORMAS: EN 795, ANSI E OSHA (142637)	UND	5	21.657,44
98	KIT PORTA INSTRUMENTOS HOLSTER KIT HOLSTER / PORTA INSTRUMENTOS COMPOSTO POR: 01 BOLSA, 01 PINÇA, 01 LANTERNA, 01 TERMÔMETRO, 01 TESOURA MULTI-USO (142638)	UND	20	189,00
99	LAÇO CAMBÃO PARA CAPTURA DE ANIMAIS 150 CM CONFECCIONADOS EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA COM CABOS EM AÇO PLASTIFICADO, APRESENTAM TODOS ELES UM DISPOSITIVO DE TRAVAMENTO E SOLTURA DE LAÇO DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.COMPRIMENTO DE 150 CM PESANDO 1125 GR (142639)	UND	5	405,22



82	<p>LANTERNA FRONTAL DE CABEÇA LANTERNA FRONTAL DE CABEÇA, COM DUPLO FOCO;  CONSTRUÇÃO DURÁVEL, À PROVA D'ÁGUA (5M): IP X8;  DUAS FONTES DE LUZ DE ALCANCE MÁXIMO DE 100M:  - UMA LÂMPADA HALÓGENA DE LONGO ALCANCE COM FOCO DE ILUMINAÇÃO AJUSTÁVEL POR MEIO DE BOTÃO LATERAL,  - FOCO DE CATORZE LEDS PARA UMA ILUMINAÇÃO DE PROXIMIDADE LARGA COM E POTÊNCIAS DE ILUMINAÇÃO (MÁXIMO, ÓTIMO E ECONÔMICO);  POSSUI UMA AUTONOMIA MÁXIMA DE 180 HORAS PARA O FOCO DE LED E DE 4 HORAS PARA O FOCO HALÓGENO;  ELÁSTICO AJUSTÁVEL AO REDOR DA CABEÇA E POR CIMA DA CABEÇA;  CORPO DE LUZ INCLINÁVEL PARA CIMA E PARA BAIXO;  BOTÃO LIGA/DESLIGA COM TRAVA EM COR VERMELHA QUE, ACIONADA, IMPEDE O LIGAMENTO ACIDENTAL DA LANTERNA;  FUNCIONA COM 4 PILHAS AA/LR6 (FORNECIDAS) OU COM O ACCU DUO (E65100 2);  POSSUI UM ESPAÇO INTERNO PARA ARMAZENAMENTO DE UMA LÂMPADA HALÓGENA DE RESERVA.  REFERÊNCIA: E72 P  PESO: 300 G (COM PILHAS).  GRAU DE PROTEÇÃO: IP X8 (À PROVA D'ÁGUA ATÉ -5 M).  COR: CINZA / PRETO / AMARELO.  CERTIFICAÇÃO: CE.  GARANTIA: 3 ANOS.  (142640)</p>	UND	30	1.555,80
100	<p>LUVA EM RASPA COM DORSO EM ARAMIDA CARBONO ALUMINAZADO DIVERSOS TAMANHOS (142641)</p>	PAR	30	188,36
101	<p>MACA MODELO ENVELOPE DE RECUPERAÇÃO TOTAL AMARELA A TOTAL É A MACA DE SALVAMENTO MAIS ROBUSTA, VERSÁTIL E COMPACTA DO MERCADO. É FABRICADA COM UM PLÁSTICO ESPECIAL ROBUSTO E DURÁVEL NO QUAL FOI UTILIZADO UM TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL QUE MELHORA A CARACTERÍSTICA DE MEMÓRIA ELÁSTICA. É REVOLUCIONÁRIA PORQUE É A ÚNICA MACA-CESTO QUE PODE SER ARMAZENADA NUMA MOCHILA QUANDO NÃO ESTÁ A SER UTILIZADA. GARANTE AO PACIENTE UM GRAU DE IMOBILIZAÇÃO, PROTEÇÃO E SEGURANÇA NOTÁVEL. SUBSTITUI AS MACAS TRADICIONAIS DE SALVAMENTO E AS MACAS CESTO E TEM A GARANTIA DE UM ÓTIMO DESEMPENHO. A MACA DE RECUPERAÇÃO É UTILIZADA EM TODO O MUNDO. A TOTAL FOI SUBMETIDA A TESTES RIGOROSOS DE MANEIRA A IR DE ENCONTRO COM AS NECESSIDADES MAIS EXTRAORDINÁRIAS. PARTICULARMENTE APROPRIADA PARA SITUAÇÕES DE SALVAMENTO EM AMBIENTES LIMITADOS OU EM CONDIÇÕES ADVERSAS.  CARGA MÁXIMA DE 350 KG.POSSUE CE.ACOMPANHA:  9 METROS DE CORDA DE 11 MM BRANCA  1 MOSQUETÃO EM ALUMÍNIO COM TRAVA AUTOMÁTICA E COM PINO PARA FIXAÇÃO DA CORDA COM 20 X 11 CM E ABERTURA DE 45 MM.01 FITA PLANA DE 4M PARA AMARRAÇÃO DO PACIENTE. 01 MOCHILA IMPERMEÁVEL COM ZIPER,2 BOLSOS,2 ALÇAS,BARRIGUEIRA E REFLETIVOS. (142642)</p>	UND	1	3.031,22
102	<p>MACA MODELO ENVELOPE PARA RESGATE A MACA É CONFECCIONADA COM MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL, ALTAMENTE RESISTENTE À ABRASÃO, AO CALOR E A AGENTES QUÍMICOS.  A MACA SURTIU PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CAÇADORES AMERICANOS QUE PRECISAVAM TRANSPORTAR A CAÇA DE GRANDE PORTE (VEADOS, ALCES, CARIBUS, ETC.) PELAS LADEIRAS GELADAS DO ESTADO AMERICANO DO OREGON.  ATUALMENTE É USADA PARA RESGATAR PESSOAS EM AMBIENTES AGRESTES, EM AMBIENTES INDUSTRIAIS (ESPECIALMENTE EM ESPAÇOS CONFINADOS) E PARA USO MILITAR.  MEDIDAS (FECHADA): 91,44 CM DE COMPRIMENTO X 22,86 CM DE DIÂMETRO  MEDIDAS (ABERTA): 2,42 M X 0,90 M  PESO: 8,17 KG  (142643)</p>	UND	1	6.017,51

103	<p>MACA ENVELOPE A MACA FOI DESENVOLVIDA A PARTIR DE CONCEITOS E PRINCIPALMENTE NECESSIDADES DE USUÁRIOS EM BUSCA DE PRATICIDADE E VERSATILIDADE. O PRODUTO É USADO NAS MAIS RENOMADAS ESCOLAS DE CAPACITAÇÃO INTERNACIONAL. A MACA TEM TECNOLOGIA DE PONTA.</p> <p>UTILIZAÇÃO: É A SOLUÇÃO IDEAL PARA RESGATES E TRANSPORTES DE VÍTIMAS EM LOCAIS DE DIFÍCIL ACESSO (AMBIENTES INDUSTRIAIS, URBANOS, LOCAIS CONFINADOS E ATIVIDADES DE AVENTURA). A MACA É PROVIDA DE UM SISTEMA DUPLO DE FIXAÇÃO DA VÍTIMA, COM FITAS INTERNAS PARA PRENDER O TÓRAX E OS PÉS. A PROTEÇÃO É REFORÇADA COM UM ENVELOPE QUE GARANTE TOTAL INTEGRIDADE À VÍTIMA.</p> <p>SISTEMAS DE MOVIMENTAÇÃO VERTICAL: AS TIRAS PARA MOVIMENTAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E TIROLESA JÁ ESTÃO ACOPLADAS À MACA, O QUE EVITA A PERDA DE TEMPO NA MONTAGEM DO EQUIPAMENTO. COMPONENTES: MACA, MOCHILA PARA TRANSPORTE, SEIS ALÇAS, FITA DE FECHAMENTO E DOIS MOSQUETÕES EM AÇO COM TRAVA. TAMANHO: FECHADA NA MOCHILA: 0,90M X 0,30M ABERTA: 2,00M X 0,90M PESO: 9,0 KG (APROXIMADAMENTE COM TODOS OS COMPONENTES).</p> <p>MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA COR LARANJA.* FITAS SINTÉTICAS PLANAS DE 50 MM PESO RECOMENDADO: ENTRE 50 KG E 120 KG. ALTURA RECOMENDADA: ENTRE 1,40M A 2,10M</p> <p>DADOS TÉCNICOS: PLACA BASE: POLIETILENO LARANJA, COMPRIMENTO 2.000 MM, LARGURA 900 MM, ESPESSURA 3MM.</p> <p>FITAS DE FECHAMENTO (FIXA NA MACA): POLIAMIDA CINZA, LARGURA 50MM, ESPESSURA 2 MM.</p> <p>FITAS DE SEGURANÇA DA VÍTIMA (FIXA NA MACA): POLIAMIDA CINZA, LARGURA 50MM, ESPESSURA 2 MM.</p> <p>FITAS DE IÇAMENTO VERTICAL (FIXA NA MACA): POLIAMIDA PRETA, LARGURA 50MM, ESPESSURA 2 MM.</p> <p>FITAS DE TRANSPORTE (REMOVÍVEIS): POLIAMIDA, LARGURA 25MM, ESPESSURA 2 MM.</p> <p>ALÇAS FIXAS: POLIAMIDA CINZA DOBRADA, LARGURA 25MM, ESPESSURA 4 MM.</p> <p>FIVELAS: ENGATE RÁPIDO EM AÇO CARBONO 1045.</p> <p>ILHOSES: LATÃO LATONADO.</p> <p>MOSQUETÕES (2): AÇO COM TRAVA (IMPORTADOS), RESISTÊNCIA 25 KN. (142644)</p>	UN	1	2.909,20
104	<p>MANEQUIM DE RCP CONJUNTO C/7 UNIDADES 05-ADULTO /02 INFANTIL KIT ECONÔMICO COM 7 MANEQUINS PROMPT + BOLSA DE NYLON SENDO 5 MANEQUINS ADULTOS (TORSO) E 2 MANEQUINS BEBÊ (TORSO) PARA PRÁTICA DE MEDIDAS DE REANIMAÇÃO NO ENSINO INDIVIDUAL OU EM GRUPO. GRAÇAS ÀS MÁSCARAS DESCARTÁVEIS PARA A BOCA/PULMÕES, ESTES MANEQUINS SÃO ABSOLUTAMENTE HIGIÊNICOS. DURANTE A VENTILAÇÃO ARTIFICIAL, O PEITO DO MANEQUIM EXPANDE VISIVELMENTE. O PROCESSO XIFÓIDE (ADULTO) OFERECE UM PONTO DE ORIENTAÇÃO ANATÔMICO PARA O POSICIONAMENTO DAS MÃOS E A COMPRESSÃO DO PEITO. CARACTERÍSTICAS: • SELETOR DE IDADE (DISPONÍVEL NO TORSO ADULTO) POSSIBILITA O AJUSTE DA PROFUNDIDADE DA COMPRESSÃO PERMITINDO TREINAMENTO</p> <p>ADULTO E/OU INFANTIL. ACOMPANHA: • 50 MÁSCARAS PARA O ROSTO/PULMÕES ADULTO; • 20 MÁSCARAS PARA ROSTO/PULMÃO INFANTIL; • 1 - BOLSA DE NYLON.</p> <p>(142645)</p>	CJT	3	6.086,00

105	<p>MOSQUETÃO ALUMÍNIO "D" 42KN ASSIMETRICO AUTOMATICO COM PINO TRAVA AS EQUIPES DE RESGATE QUE TRABALHAM NAS CIRCUNSTÂNCIAS MAIS EXIGENTES IRÃO APRECIAR NOSSOS MOSQUETÕES LADDER GANCHO PROSERIES XL DE ALUMÍNIO, OS PRIMEIROS MOSQUETÕES DE ALUMÍNIO PARA ATENDER A REQUISITOS DE RESISTÊNCIA DA NFPA PARA USO GERAL. COMBINANDO ALTA PERFORMANCE COM PESO MÍNIMO, ESTES MOSQUETÕES ESPECIAIS TAMANHO XL REDUZEM SIGNIFICATIVAMENTE O PESO DO EQUIPAMENTO DE UM SOCORRISTA, MANTENDO A MAIOR MARGEM DE SEGURANÇA POSSÍVEL. O PROJETO DE PATENTE AKEY-LOCK ELIMINA O ENGATE ACIDENTAL AO RETIRAR O MOSQUETÃO DE SUA CADEIRINHA OU CINTO DE ESCADA, E O TAMANHO XL OFERECE UMA ABERTURA DA PORTA DE 53MM PARA CONEXÕES DE AÇO RÁPIDA SEGURAS PARA ESCADAS OU ÂNCORAS. TRAVAS DA ABERTURA EM ROSCA OU TRAVA AUTOMÁTICA COM APENAS UMA DAS MÃOS. AMBOS OS MODELOS XL TEM UM PINO DETENTOR DE AÇO INOXIDÁVEL REMOVÍVEL. CADA MOSQUETÃO É TESTADO SEPARADAMENTE.</p> <p>ABERTURA DO GATILHO: 2.1 IN (53 MM)          COMPRIMENTO INTERIOR 6.62 IN (168 MM)          CARGA DE RUPTURA: 42KN (9,441 LBF)          GATILHO: TRIPLA TRAVA AUTOMATICA          COR: VERMELHO          NORMA: NFPA RATING GERAL USE          TESTE: 3 SIGMA MBS 43 KN (9,441 LBF)          NCM 7616.99.00          (142646)</p>	UND	10	386,02
106	<p>MOSQUETAO ALUMÍNIO "D" ASSIMETRICO 51 KN ROSCA NFPA G INCOLOR O MOSQUETÃO DE RESGATE MAIS AVANÇADA DE USO GERAL NO MERCADO AS EQUIPES DE RESGATE QUE TRABALHAM NAS CIRCUNSTÂNCIAS MAIS EXIGENTES VÃO APRECIAR NOSSOS MOSQUETÕES PROSERIES DE ALUMÍNIO, OS MOSQUETÕES DE ALUMÍNIO PRIMEIRO ATENDEM OS REQUISITOS DE RESISTÊNCIA DA NFPA PARA USO GERAL. COMBINANDO ALTO DESEMPENHO COM MÍNIMO PESO, ESTES MOSQUETÕES REDUZEM SIGNIFICATIVAMENTE O PESO DO EQUIPAMENTO DE UM SOCORRISTA ENQUANTO MANTÉM AMARGEM DE SEGURANÇA MAIS ALTA POSSÍVEL . A PATENTE DA TRAVA PROJETADO PARA ELIMINAR ENROSCO QUANDO SE RETIRA O MOSQUETÃO DE SUA CADEIRINHA, E UM PORTÃO REDESENHADO EM ÂNGULO DIAGONAL OFERECE UMA COMPLETA ABERTURA DE 28MM NA VERSÃO DE TAMANHO PADRÃO E UM 53 MM SOBRE A ABERTURA DE XL. AMBOS OS MOSQUETÕES XL TEM UM PINO GOLEIRO REMOVÍVEL. TODO MOSQUETÃO É TESTADO COM CARGA. PESO: 5 OZ (142 G)          ABERTURA DO GATILHO 1.1 IN (28 MM)          TAMANHO INTERNO: 4.05 IN (103 MM)          CARGA RUPTURA: 51 KN          GATILHO: ROSCA          COR: INCOLOR          (142647)</p>	UND	10	240,44
107	<p>ÓCULOS DE PROTEÇÃO ANTIEMBAÇANTE OCULOS COM DUAS LENTES LENTE INTERNA ADICIONAL DE ACETATO PARA PROTEÇÃO CONTRA CALOR RADIANTE. (142648)</p>	UND	20	100,78
108	<p>PLACA DE ANCORAGEM ALUMÍNIO 36KN 1/3 FUIROS PLACA DE ANCORAGEM L, MODELO PEQUENA, COM 3 FUIROS NA PARTE DE BAIXO E 1 FURO NA PARTE DE CIMA. UTILIZADO EM DIVERSAS ATIVIDADES DE RESGATE E LOCAIS CONFINADOS. EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DA COMUNIDADE EUROPÉIA E NFPA G          POSSUI ORIFÍCIOS DE 19MM, FABRICADO EM ALUMÍNIO          CARGA DE RUPTURA 36 KN          PESO: 55 G CERTIFICAÇÃO: CE, NFPA 1983 G          (142649)</p>	UND	5	267,34
109	<p>MASCARA DE RCP DE BOLSO EM SILICONE DOBRAVEL COM ENTRADA PARA O2 E ELASTICO PARA CABEÇA ACOMPANHA CAIXA PLASTICA PARA ACONDICIONAMENTO. (142650)</p>	UN	20	1.168,83



110	<p>POLIA DE RESGATE AUTOBLOCANTE É A ÚLTIMA INOVAÇÃO EM RESGATES, ESPAÇO CONFINADO E TRABALHO EM SUSPENSÃO. ELE POSSUI UMA TRAVA DE EXCESSO DE VELOCIDADE QUE É ACIONADA EM CASO DE UMA QUEDA.</p> <p>PROJETADO PARA SER USADO EM CONJUNTO COM POLIAS SIMPLES E DUPLAS PARA CRIAR SISTEMAS DE REDUÇÃO DE CARGA DE 3:1, 4:1 OU 5:1. O DESIGN INTERNO EXCLUSIVO DO R-ALF (PROTEGIDO POR PATENTE) NÃO REQUER FREIO ADICIONAL E, PORTANTO, É CAPAZ DE SER USADO POR DIVERSOS CICLOS E MUITAS QUEDAS.</p> <p>APROVAÇÃO: CE 0120 E ANSI Z359:4:2007</p> <p>CARGA DE TRABALHO SEGURA: 250KG</p> <p>CARGA DE TRABALHO MÁXIMA: 12KN</p> <p>DIÂMETRO DA CORDA: 11MM (EN 1891-A)</p> <p>PESO: 1200G</p> <p>NÚMERO DE PESSOAS: 2</p> <p>MATERIAL CONSTRUTIVO: ALUMÍNIO.</p> <p>ACABAMENTO: ANODIZADO.</p> <p>COR: VERMELHO OU PRETO</p> <p>DOWNLOAD DA FICHA TÉCNICA DO PRODUTO</p> <p>OPÇÕES DE COMPRA R-ALF:</p> <p>1. R-ALF 50</p> <p>CÓDIGO: RP-431A</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 RP-431 R-ALF</li> <li>• 50M TR-0008 CORDA STATIC 11MM SINGING ROCK</li> <li>• 1 TL-0003 MOCHILA 35L</li> </ul> <p>2. R-ALF 100</p> <p>CÓDIGO: RP-431B</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 RP-431 R-ALF</li> <li>• 100M TR-0008 CORDA STATIC 11MM SINGING ROCK</li> <li>• 1 TL-0002 MOCHILA 50L</li> </ul> <p>3. R-ALF 150</p> <p>CÓDIGO: RP-431C</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 RP-431 R-ALF</li> <li>• 150M TR-0008 CORDA STATIC 11MM SINGING ROCK</li> <li>• 1 TL-0002 MOCHILA 50L</li> </ul> <p>4. R-ALF 200</p> <p>CÓDIGO: RP-431D</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 RP-431 R-ALF</li> <li>• 200M TR-0008 CORDA STATIC 11MM SINGING ROCK</li> <li>• 1 TL-0002 MOCHILA 50L</li> </ul> <p>(142651)</p>	UND	2	4.245,16
111	<p>POLIA DUPLA EM ALUMÍNIO POSSUI PLACAS ESPECÍFICAS ADAPTADAS À UTILIZAÇÃO DE NÓ AUTOBLOCANTE PRUSIK NOS SISTEMAS ANTI-RETORNO; AS POLIAS SÃO MONTADAS SOBRE ROLAMENTO DE ESFERAS ESTANQUE QUE ASSEGURAM UM EXCELENTE RENDIMENTO;</p> <p>PODE RECEBER ATÉ 3 MOSQUETÕES PARA FACILITAR AS MANOBRAS.</p> <p>REFERÊNCIA: P65A</p> <p>PESO: 450 G.</p> <p>CARGA DE RUPTURA: 36 KN</p> <p>DIÂMETRO DA CORDA: 7 A 13 MM.</p> <p>DIÂMETRO DA POLIA: 51 MM.</p> <p>CARGA DE TRABALHO: <math>2 \times 3 \text{ KN} \times 2 = 12 \text{ KN}</math></p> <p>CERTIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CE EN 12278.</li> <li>- NFPA 1983, GENERAL USE.</li> </ul> <p>GARANTIA: 3 ANOS.</p> <p>(142652)</p>	UND	2	1.696,58

112	<p>PRANCHA LONGA EM POLIETILENO PRANCHA DE IMOBILIZAÇÃO EM POLIETILENO, INTERNAMENTE COM REFORÇOS ESTRUTURAIS RESISTENTES A IMPACTOS, LEVE, FÁCIL DE USAR E PODE TAMBÉM SER USADA NA ÁGUA E EM SALAS DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA.</p> <p>POSSUI ABERTURAS ESPECÍFICAS PARA UTILIZAÇÃO DO CINTO ARANHA E/OU IMOBILIZADOR DE CABEÇA.</p> <p>MEDIDAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COMPRIMENTO: 72" – 1,83M;</li> <li>- ESPESSURA: 2,5" – 6,5CM;</li> <li>- LARGURA: 17" – 44CM;</li> <li>- PESO LÍQUIDO: 14 LB – 6,5KG;</li> <li>- PESO BRUTO: 15 LB – 7,0KG;</li> <li>- CAPACIDADE DE CARGA – 180KG</li> </ul> <p>(141780)</p>	UND	5	399,00
113	<p>ROUPA ENCAPSULADA NÍVEL A MACACÃO TOTALMENTE ENCAPSULADO, COM CAPUZ COM VISOR DE TRIPLA CAMADA (PVC – TEFLON® – PVC) ACOPLADO À ROUPA COM VÁLVULA D</p> <p>E EXAUSTÃO, COM CILINDRO AUTÔNOMO DE AR OU COM AR MANDADO. LUVAS COM PROTEÇÃO INTERNA DE FILME "BARRIER" E CAMADA EXTERNA EM BUTIL OU VITON®, PERNAS COM TRIPLA PROTEÇÃO: MEIAS INTERNAS EM FORMA DE BOTA, ABA EXTERNA À BOTA E PROTEÇÃO PARA OS JOELHOS. PROTEÇÃO NÍVEL A. COSTURA TERMOSSELADA.</p> <p>TAM.: G.PROTEÇÃO EM OPERAÇÕES EM QUE EXISTE RISCO DE DERRAMAMENTO DE AGENTES QUÍMICOS DANOSOS NA FORMA LÍQUIDA OU RISCO DE CONTATO COM AGENTES QUÍMICOS</p> <p>DANOSOS, NAS FORMAS LÍQUIDA E GASOSA ALTA VISIBILIDADE</p> <p>A COR AMARELO-LIMÃO É ALTAMENTE VISÍVEL, TANTO NA CLARIDADE COMO NA PENUMBRA, OFERECENDO MAIOR SEGURANÇA AOS USUÁRIOS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. COMPOSIÇÃO DO MATERIAL</p> <p>O MATERIAL DE PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS DUPONT™ TYCHEM® TK É ÚNICO, SENDO 100% NÃO TECIDO, COM TRATAMENTO ANTIESTÁTICO INSERIDO CONSISTENTEMENTE ENTRE PELÍCULAS</p> <p>PATENTADAS NÃO-HALOGENADAS.</p> <p>(142653)</p>	UND	3	6.360,00
	<p>SERRA SABRE COM BATERIA SAPATA GIRATÓRIA COM ABERTURA SUPERIOR - MÁXIMO CONTROLE E VISIBILIDADE</p> <p>ALAVANCA PARA A TROCA DA SERRA SEM CHAVE EM METAL REFORÇADO - MÁXIMA EFICIÊNCIA NA TROCA RÁPIDA DE SERRA</p> <p>BATERIA XRP: TEMPO DE TRABALHO ESTENDIDO - MÁXIMO TEMPO DE VIDA E FUNCIONAMENTO DA BATERIA</p> <p>SERRA DE CORTE DE 25 MM (1") E 2.900 GPM - RAPIDEZ AO CORTAR</p> <p>EMPUNHADURA TEXTURIZADA - AUMENTA A COMODIDADE E O CONTROLE TROCA DE LÂMINAS SEM CHAVEFREIO ELÉTRICO</p> <p>100% ROLAMENTADA APLICAÇÕES:CORTE EM MADEIRAS E AGLOMERADOS CORTE DE GESSO EM GERALCORTE DE METAIS DE CALIBRES FINO A GROSSO CORTE DE MATERIAIS PLÁSTICOS E FIBRA DE VIDRO. GOLPES POR MINUTO 0 A 2900 GPM</p> <p>COMPRIMENTO DE GOLPE 25 MMPESO 3,2 KG</p> <p>ACOMPANHA CARREGADOR DE 1 HORA, 1 BATERIA E MALETA (142854)</p>	UND	1	1.969,00
	<p>CONJUNTO PARA ESTABILIZAÇÃO DE VEÍCULO</p> <p>SISTEMA PARA ESTABILIZAÇÃO DE VEÍCULOS COMPOSTO POR:</p> <p>3 SUPORTES DE ESTABILIZAÇÃO COM ALÇAS PARA IÇAMENTO :</p> <p>COMPRIMENTO RETRAÍDO: 1.070 MM;</p> <p>COMPRIMENTO ESTENDIDO: 1.720 MM;</p> <p>PESO POR APOIO 9,2 KG</p> <p>CARGA MÁXIMA NO SENTIDO LONGITUDINAL DOS SUPORTES: 1.500 KG;</p> <p>COMPRIMENTO DA FITA: 5.000 MM</p> <p>CARGA MÁXIMA DA FITA: 5000 KG</p> <p>CARGA MÁXIMA DO GANCHO: 2500 KG</p> <p>1 LÂMINA PARA CRIAR PONTOS DE ANCORAGEM</p> <p>1 CUNHA METÁLICA PARA APOIO</p> <p>2 BOLSAS PARA ACONDICIONAMENTO DO KIT MEDINDO 1.10 M X 30 CM X 12 CM</p> <p>PESO = 39,6 KG</p> <p>(142853)</p>	CJT	1	19.774,44

114	TALABARTE Y DUPLO COM ELASTICO COM ABSORVEDOR TALABARTE DE SEGURANÇA MODELO DUPLO, PROVIDO DE 03 CONECTORES E ABSORVEDOR DE ENERGIA. CONECTORES • 1 CONECTOR CLASSE T • 2 CONECTORES CLASSE A. MATÉRIA-PRIMA DOS CONECTORES • CLASSE T – AÇO • CLASSE A – AÇO. MATÉRIA-PRIMA DA FITA • PARA-ARAMIDA TUBULAR COM ELÁSTICO INTERNO. ABERTURA DOS CONECTORES • CLASSE T –18MM • CLASSE A - 53MM • TAMANHO - 1,30M • COR - PRETO • PESO - 1,70KG • FITA/LARGURA - 40MM • ABSORVEDOR DE ENERGIA – SIM (142654)	UND	5	384,12
115	TRIANGULO DE RESGATE TRIÂNGULO DE EVACUAÇÃO SEM ALÇAS. FÁCIL E RÁPIDO DE INSTALAR (MESMO NUMA PESSOA SENTADA); ADAPTA-SE SEM AJUSTE A DIFERENTES FORMAS DEVIDO AOS VÁRIOS POSICIONAMENTOS DOS PONTOS DE FIXAÇÃO. PESO: 795 G. CERTIFICAÇÃO: CE EN 1498. COR: VERMELHO/AMARELO. GARANTIA: 3 ANOS. (142655)	UND	3	1.207,53
116	VENTILADOR E PRESSAO MODELO MT-236, DE GRANDE RENDIMENTO CUJA HÉLICE É MOVIMENTADA POR UM MOTOR A GASOLINA DE 6 CV E QUATRO TEMPOS. PERMITE A MOVIMENTAÇÃO DE GRANDE VOLUME DE AR PARA OPERAÇÃO DE VENTILAÇÃO POR PRESSÃO POSITIVA, PROMOVENDO A VENTILAÇÃO DE GRANDES ÁREAS EXPULSANDO GASES E FUMAÇA E PERMITINDO COMBATE MAIS EFICIENTE E SEGURO EM AMBIENTES CONFINADOS. O SEU ACIONAMENTO É ATRAVÉS DE UM MOTOR A GASOLINA DE 6 CV E QUATRO TEMPOS (BRIGGS), COM DISPOSIÇÃO HORIZONTAL DE EIXO DE MANIVELA (VIRABREQUIM) COM ACOPLAMENTO DIRETO À HÉLICE. ESTA É CONSTRUÍDA EM MATERIAL SINTÉTICO (PLÁSTICO) COM 10 PÁS E ESTÁ PROTEGIDA POR UMA CARENAGEM EM FORMA CILÍNDRICA, CONSTRUÍDO DE TAL FORMA QUE SUA PARTE FRONTAL PROMOVE O DIRECIONAMENTO DO AR FORMANDO UM CONE DE ÂNGULO MAIS FECHADO. NA PARTE FRONTAL E TRASEIRA DA CARENAGEM TEM GRADES QUE IMPEDEM A ENTRADA ACIDENTAL DE OBJETOS COMUNS NA CENA DE COMBATE A INCÊNDIO. O SUPORTE DO CONJUNTO HÉLICE CARENAGEM/MOTOR É MONTADO SOBRE UM SUPORTE QUE PERMITE O DIRECIONAMENTO DO FLUXO DE AR, OU SEJA, PERMITE QUE O CONJUNTO TENHA SEU ÂNGULO DE INCLINAÇÃO AJUSTADO AUTOMATICAMENTE NO MOMENTO QUE FOR PREPARADO PARA UTILIZAÇÃO. ESSE SUPORTE É DOTADO DE DUAS RODAS NA PARTE TRASEIRA FACILITANDO DESSA FORMA O TRANSPORTE. NA PARTE DIANTEIRA TEM SAPATAS DE BORRACHA QUE IMPEDEM A MOVIMENTAÇÃO INVOLUNTÁRIA DO VENTILADOR QUANDO ESTE É ACIONADO. DIMENSÕES: 55 X 54 X 49 CM / PESO: 44.5 KG VENTILAÇÃO: 43.400 M³/H. AUTONOMIA: 90 MINUTOS NÍVEL DE RUÍDO: 92,9 DBA (142656)	UND	1	26.620,49
TOTAL DO LOTE : 237.972,46				
TOTAL DOS LOTES 642.605,72				

## ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL NºXX/2015

REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

PREGÃO PRESENCIAL NºXX/2015

REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) \_\_, declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), &lt; DATA&gt;

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO X**

PREGÃO PRESENCIAL NºXX/2015

REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

PREGÃO PRESENCIAL Nº50/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº102/2015 REGISTRO DE PREÇOS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº xx/xxxx, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

**ANEXO - XII**

PREGÃO PRESENCIAL Nº50/2015

REGISTRO DE PREÇOS

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º \_\_, na condição de preposto da empresa, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_, DECLARO, sob as penas da lei\*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

\*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### LEI Nº 1711/2015

LEI Nº 1711/2015

“DENOMINA RUA SINHORINHA SILVA ESPÍNDOLA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Senhorinha Silva Espíndola, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada A, localizada no Loteamento Tranquilo Pellegrin, Bairro Napolini, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Setembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

### LEI Nº 1712/2015

LEI Nº 1712/2015

“DENOMINA RUA AVELINO DE PELLEGRIN DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Avelino de Pellegrin, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada B, localizada no Loteamento Tranquilo Pellegrin, Bairro Napolini, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Setembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

### REGISTRO DE PREÇOS 087/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 087/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada com vistas ao fornecimento de telefonia móvel, conforme anexo. Data: 16/10/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira – Secretário de Finanças.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA CONCORRENCIA 10/2015 FME

ATA PREGÃO PRESENCIAL 10/2015 FME

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE DEOLINDA PEREIRA DA COSTA (PESSOA JURIDICA) APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE O LICITANTE NÃO ATENDEU COM AS EXIGENCIAS DO EDITAL (NÃO APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL, E TAMBEM APRESENTOU A CND DE FALENCIA E CONCORDATA EM NOME DE PESSOA FISICA QUANDO DEVERIA TER APRESENTADO NO NOME DE PESSOA JURIDICA "CNPJ") SENDO INABILITADA, EM RESPEITO A LEI 8666/93 ART 48 § 3º O PRESIDENTE E A COMISSÃO DISPONIBILIZOU O PRAZO DE 08 DIAS ÚTEIS PARA O LICITANTE APRESENTAR O CONTRATO SOCIAL E A FALENCIA E CONCORDATA PESSOA JURIDICA ( PARA ENTÃO VERIFICAR SE SERÁ HABILITADA) E ENTÃO APOS ABRIR O ENVELOPE DE PROPOSTA. ART48 § 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação . OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS EM ENVELOPE LACRADO ATÉ O DIA 15/10/15 , SENDO QUE O MESMO SERÁ ABERTO DIA 15/10/15 14:00 H.

DOUGLAS LEMOS – PRESIDENTE DA COMISSÃO  
NAVEGANTES 02 DE OUTUBRO DE 2015.

### ATA DE APROVAÇÃO DE AMOSTRA 45/2015 FMS

Navegantes, 28 de setembro de 2015.

Aprovação das amostras do pregão 45-2015 - PR  
Participante: Linear Industria e comercio Ltda.  
Item 04 – Pilha A23 Aprovado;  
Item 17 – Envelope pardo / branco 37 x 47 cm (...) Aprovado;

### ATA DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA 45/2015 FMS

Navegantes, 28 de Setembro de 2015.

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL 45 - 2015 F.M.S

A EQUIPE DE APOIO DE APOIO DE LICITAÇÃO, INFORMA AVALIAÇÃO DOS PROPONENTES HABILITADOS PARA FORNECIMENTO DE ITENS DESCRITIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015 – FMS.

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA. - EPP- ITEM 21-  
LINEAR IND. E COMÉRCIO LTDA EPP. - EPP- ITEM 1-7-14-18-24-26-30-33  
PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP- ITEM 2

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 121/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) PARA MANUTENÇÕES E REPAROS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 16/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 16/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 2 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 99/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PINTURA (TINTA ACRILICA E SELADOR) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 14/2015. Data da entrega dos envelopes: 16/10/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 16/10/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 2 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### DECISÃO- PEDIDO DE TROCA DEFERIMENTO REI DOS REIS COM ATAC E VAREJ DE EQUIP DE INFORMÁTICA LTDA

DECISÃO- PEDIDO DE TROCA DEFERIMENTO REI DOS REIS COM ATAC E VAREJ DE EQUIP DE INFORMÁTICA LTDA  
CNPJ: 13.729.372/0001-03

Aos 02 (dois) dias, do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscrive, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.058/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE DEFERIR o pedido de troca do ITEM 19 (PROCESSADOR PARA SOCKET FM2: PROCESSADOR PARA SOCKET FM2 POSSUINDO NO MÍNIMO DOIS NÚCLEOS, CACHE MÍNIMO DE 1 MB, E VELOCIDADE MÍNIMA DE 3200MHZ [...] ) do presente registro de preços, uma vez que o responsável pelo TI Sr. Ricardo Felisbino autorizou tal troca



mencionando que o mesmo é compatível com o anterior.  
 Sendo que tal troca não acarretará em prejuízos para o Município

Josezite dos Santos  
 Depto de Compras

Corroborando

Silvana Francisco  
 Secretária de Administração

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº200/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 200/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS ÀS AULAS PRÁTICAS DO CURSO PROFISSIONALIZANTE DE PANIFICAÇÃO OFERECIDO À COMUNIDADE, REALIZADO NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE CIDADANIA PROFª ESTER SEDREZ RÉGIS, DURANTE O ANO DE 2015, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRA-CASSADOS- PREGÃO PRESENCIAL Nº68/2015\*, conforme DL nº 131/2015.

Contratado: PJ SERVIÇOS COMERCIO EIRELI ME.

CNPJ: 13.060.647/0001-50.

Valor: R\$ 11.078,69.

Vigência: 17/09/2015 / 16/12/2015.

Recurso: 2.145 3.3.90.00.00.00.00.

Processo: DL 131/2015

Fundamento: Art. 24, inciso v, Lei 8.666/93.

\* processo publicado e republicado / deserto.

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº204/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 204/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: SC FUNERÁRIA LTDA ME.

CNPJ: 74.183.575/0006-38.

Vigência ..... : Início: 29/09/2015 Término:.27/11/2015.

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 064/2015.

Recursos ..... : Dotação:2.017 3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS EM CARÁTER EMERGENCIAL COM FORNECIMENTO DE PRODUTOS (URNAS MORTUÁRIAS, VELAS, FLORES, CASTIÇAS) E SERVIÇOS (PREPARAÇÃO DE CORPO E TRANSLADO) NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

\*Conforme Art. 24, inciso IV, Lei nº 8.666/93.

Navegantes, 28 de setembro de 2015.

### CÂMARA MUNICIPAL

#### PORTARIA Nº 30/2015

PORTARIA Nº30/2.015.

"INSTITUI HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ESPECIAL DE VERÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL."

A Presidente da Câmara Municipal de Navegantes de Santa Catari-na, vereadora Norma Espíndola, no uso de suas atribuições legais.

Resolve expedir a presente PORTARIA:

Art. 1º - Fica instituído em regime excepcional o horário especial de verão ininterrupto de seis horas diárias no Poder Legislativo Municipal, a partir de 19 de outubro de 2015 até 19 de fevereiro de 2016, inclusive.

§ 1º - No período previsto no caput deste artigo, o horário será das 13h às 19h, sem exceção.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes (SC), 1º de outubro de 2015.

Vereadora NORMA ESPÍDOLA

Presidente



# Nova Trento

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 (COMPILADO COM ALTERAÇÕES)



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



#### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

(Compilado com as alterações introduzidas pelo Primeiro Adendo ao Edital)

O **MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, SC**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa na Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CEP 88270-000, SC, neste ato representado por seu Prefeito, senhor GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização **Concurso Público de Provas Escritas, Práticas e de Títulos**, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal. Este Concurso Público reger-se-á pela Lei Municipal nº. 1.207/1992 e pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislação vigente e será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala A, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

#### 1. DOS CARGOS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com carga horária semanal, vencimento inicial e nível de escolaridade descritos nos mesmos.

1.2. As atribuições/condições dos cargos estão descritas no Anexo I deste Edital.

#### 2. DAS VAGAS PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência, 5% (cinco por cento) das vagas do cargo oferecido ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos ao disposto nos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de **5 de outubro a 3 de novembro de 2015 (nova data, após publicação do Adendo)**, somente via *internet*, pelo *site*



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



[www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br).

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via *internet*;

3.2.2. imprimir o boleto bancário;

3.2.3. efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia **4 de novembro de 2015**, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.2.4. O candidato portador de deficiência deverá descrever as condições especiais de que necessita para realizar a prova quando do preenchimento de sua inscrição, via *internet*.

3.2.4.1. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24 (vinte e quatro), sendo que a leitura e marcação de respostas no cartão-resposta será de sua responsabilidade.

3.3. O candidato portador de deficiência deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital e até **3 de novembro de 2015**, apresentar à Comissão Coordenadora do Concurso, através de requerimento protocolizado no Setor de Recursos Humanos do Município de Nova Trento, SC:

3.3.1. atestado médico, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital, que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID e a provável causa da mesma;

3.3.2. Anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém declaração de que a deficiência não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo e declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

3.4. O candidato portador de deficiência que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de deficiência, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a aplicação da prova objetiva deverá solicitar a condição especial no ato da inscrição, pelo [site www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local onde a prova estiver sendo realizada.

3.5.1. A amamentação se dará nos momentos que se fizerem necessários, sem a presença do acompanhante.

3.5.2. Não será concedido nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dedicado à amamentação.

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 2/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



3.5.3. A ausência do acompanhante para a guarda da criança impossibilitará a candidata de ausentar-se da prova escrita para amamentar.

3.6. O candidato doador de sangue que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de 1997, do Estado de Santa Catarina, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição das vagas disponíveis neste concurso público.

3.6.1. Equipara-se a doador de sangue a pessoa que integre associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

3.6.2. O candidato deverá preencher o Requerimento de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição para Doadores de Sangue, Anexo VII deste Edital, e entregá-lo pessoalmente ou por Procurador, impreterivelmente, **até 19 de outubro de 2015**, nas seguintes formas:

3.6.2.1 protocolizado no Setor de Protocolo Geral do Município; ou

3.6.2.2. enviado pelo correio, com Aviso de Recebimento – AR (cuja data de postagem seja anterior ou igual à **19 de outubro de 2015**), para a Prefeitura Municipal de Nova Trento, com sede administrativa na Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000.

**3.6.2.3. o Requerimento deverá estar acompanhado, obrigatoriamente:**

3.6.2.3.1. cópia do requerimento de inscrição;

3.6.2.3.2. comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 3 (três) doações no período de um ano;

3.6.2.3.3. se for o caso, documento específico que comprove que o candidato integre associação de doadores de sangue, legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

3.6.3. O requerimento deverá ser entregue em envelope lacrado e identificado da seguinte forma:

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – NOVA TRENTO, SC  
NOME COMPLETO DO CANDIDATO  
CPF DO CANDIDATO

3.7. O candidato hipossuficiente que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico ou for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e preencher os requisitos do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição das vagas disponíveis neste Edital de Concurso Público.

3.7.1. Somente fará jus à isenção do pagamento da taxa de inscrição o candidato que declarar e comprovar hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



taxa, nos termos do Decreto Federal nº 6.593/2008.

3.7.1.1. A isenção de que trata o subitem 3.6.1 deste Edital deverá ser solicitada através do preenchimento do Modelo de Requerimento de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, objeto do Anexo VI deste Edital.

3.7.2. O Requerimento deverá ser entregue pessoalmente ou por Procurador, impreterivelmente, até **19 de outubro de 2015**, nas seguintes formas:

3.7.2.1 protocolizado no Setor de Protocolo Geral do Município; ou

3.7.2.2. enviado pelo correio, com Aviso de Recebimento – AR (cuja data de postagem seja anterior ou igual à **19 de outubro de 2015**), para a Prefeitura Municipal de Nova Trento, com sede administrativa na Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000.

3.7.2.3. O requerimento deverá ser entregue em envelope lacrado e identificado da seguinte forma:

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – NOVA TRENTO, SC  
NOME COMPLETO DO CANDIDATO  
CPF DO CANDIDATO

**3.7.3. O Requerimento de que trata o subitem 3.7.2 deste Edital deverá estar acompanhado obrigatoriamente:**

3.7.3.1. pelo Número de Identificação Social – NIS do candidato, atribuído pelo CadÚnico; ou

3.7.3.2. por Declaração de que atende à condição de ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135/2007 e de Comprovação de Renda Familiar devidamente preenchida, incluindo a renda do candidato;

3.7.3.3. pelo Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, devidamente preenchido, nos moldes do Anexo VI deste Edital (o Modelo de Requerimento contém espaço destinado para fornecimento das informações solicitadas pelos subitens 3.7.3.1 e 3.7.3.2 deste item);

3.7.3.4. por documento(s) que comprove(m) a renda familiar de todos os membros da família indicados na Declaração de Comprovação de Renda Familiar, incluindo a renda do candidato. Esta comprovação deverá ser realizada por meio do envio/entrega dos seguintes documentos, nos casos de:

a) empregados de empresas privadas: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente em branco;

b) servidores públicos: cópia do último contracheque;

c) autônomos: declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia autenticada em cartório de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA) e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
**CNPJ 82.925.025/0001-60**  
**Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000**  
**Fone: 48 32673215**



anotação do último contrato e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

d) desempregados: declaração de próprio punho de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

e) servidores públicos, exonerados ou demitidos: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, além dos documentos constantes na alínea “b” deste item;

f) pensionistas: cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício, fornecida pela instituição pagadora, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

g) estagiários: cópia do Contrato de Estágio; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

3.7.3.5. cópia do Documento de Identidade do candidato;

3.7.3.6. cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;

3.7.3.7. cópia das últimas 3 (três) contas de energia elétrica com o mesmo endereço do candidato, conforme indicado no ato de inscrição no [site www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br), as quais não deverão ultrapassar o consumo mensal de 100 Kwh.

3.7.4. A Declaração de Comprovação de Renda Familiar deve ser preenchida com os dados de todos os membros da família, os quais também deverão ter suas respectivas rendas comprovadas pelos documentos listados no subitem 3.7.3.4 deste Edital.

3.7.5. O Município de Nova Trento, SC e a empresa ASSCON-PP verificarão a veracidade das informações prestadas pelo candidato no órgão gestor do CadÚnico e terá decisão terminativa sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de isenção.

3.8 As informações prestadas no requerimento de isenção de taxa de inscrição, bem como toda a documentação apresentada são de inteira responsabilidade do candidato.

3.8.1. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei.

3.9. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante ao candidato a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação por parte do Município de Nova Trento, SC e a empresa ASSCON-PP, conforme o caso.

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 5/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



- 3.10. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:
- 3.10.1. omitir informações;
  - 3.10.2. fraudar e/ou falsificar documentação;
  - 3.10.3. pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou
  - 3.10.4. entregar o pedido de isenção fora do prazo previsto neste Edital.
- 3.11. Não serão aceitos, após a entrega do requerimento, acréscimos ou alterações das informações prestadas.
- 3.12. A Comissão Coordenadora avaliará os pedidos de isenção e publicará sua decisão no mural da Prefeitura e no site [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br), no dia **21 de outubro de 2015**.
- 3.13. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar deste Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia **4 de novembro de 2015**, conforme subitem 3.2.3 do Edital.
- 3.14. Terá a inscrição cancelada, o candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite sua compensação.
- 3.14.1. O Município de Nova Trento não efetuará a devolução do valor de inscrição em nenhuma hipótese.
  - 3.14.2. As despesas relativas à participação neste Concurso Público são de inteira responsabilidade do candidato.
- 3.15. O Município de Nova Trento não se responsabilizará por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no subitem 3.2.2 deste Edital.
- 3.16. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.
- 3.17. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3.18. A inscrição só poderá ser efetuada para um cargo deste Concurso Público.
- 3.19. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia **13 de novembro de 2015**, o presidente da Comissão Coordenadora do Concurso publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 11.1 deste Edital.
- 3.19.1. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição,

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 6/50





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



conforme item 3.2.3 deste Edital. **O comprovante de pagamento confirma a inscrição do candidato.**

3.20. No dia **23 de novembro de 2015**, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal e publicada na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

#### 4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. Os valores para inscrição neste Concurso Público são os seguintes:

4.1.1. **R\$ 30,00 (trinta reais)** para os candidatos aos cargos que exijam ensino fundamental completo;

4.1.2. **R\$ 50,00 (cinquenta reais)** para os candidatos aos cargos que exijam ensino médio completo ou formação técnica;

4.1.3. **R\$ 80,00 (oitenta reais)** para os candidatos aos cargos que exijam licenciatura plena ou ensino superior completo.

#### 5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexos II, III e IV deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. A **1ª fase** compreende a prova escrita objetiva, de múltipla escolha, com **4 (quatro)** alternativas de resposta cada, com apenas 1 (uma) alternativa correta, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

5.2.1. Serão considerados classificados apenas os candidatos que obtiverem na Prova Escrita Objetiva, de **caráter eliminatório e classificatório**:

5.2.1.1. nota igual ou superior a **2,00 (dois)** para os candidatos aos cargos de **Motorista I, Motorista II e Motorista III**; (Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)

5.2.1.2. nota igual ou superior a **4,00 (quatro)** para os candidatos aos cargos de **Agente de Defesa Civil; Auditor Fiscal; Fiscal de Obras; Fiscal de Postura e Urbanismo; Fiscal de Tributos; Fonoaudiólogo; Médico; Professor III – Ciências; Professor III – Geografia; Professor III – Inglês; Supervisor Escolar; Técnico Administrativo; Técnico em Informática; Técnico em Radiologia, Turismólogo, Fiscal Sanitário e Auxiliar de Consultório Odontológico.** (Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)

5.3. A **2ª fase** compreende:

5.3.1. **Prova prática**, de caráter classificatório e eliminatório, com nota máxima de **4,00 (quatro)**, a ser aplicada para os cargos de **Motorista I, Motorista II e Motorista III**; (Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital).





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



5.3.1.1. O candidato que não obtiver nota igual ou superior a **2,00 (dois)** na **prova prática** estará **desclassificado**, ou seja, não terá sua prova prática avaliada.

5.3.1.2. A nota final dos os cargos de **Motorista I**, **Motorista II** e **Motorista III** será a soma das notas da prova escrita objetiva e da prova prática. **(Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)**

5.3.2. **Prova de títulos**, de caráter classificatório a ser aplicada aos candidatos dos cargos de **Auditor Fiscal; Fiscal de Tributos; Fonoaudiólogo; Médico; Professor III – Ciências; Professor III – Geografia; Professor III – Inglês e Supervisor Escolar**.

5.3.2.1. A nota final dos cargos de **Auditor Fiscal; Fiscal de Tributos; Fonoaudiólogo; Médico; Professor III – Ciências; Professor III – Geografia; Professor III – Inglês e Supervisor Escolar** será a soma das notas da prova escrita objetiva e da prova de títulos.

5.3.2.2. A prova de títulos terá pontuação máxima de **1,00 (um) ponto**.

5.3.2.3. O candidato que não obtiver, no mínimo, nota **4,00 (quatro)** na Prova Escrita Objetiva não terá sua prova de títulos avaliada.

5.4. As provas escritas terão pontuação a seguinte pontuação:

5.4.1. para os cargos de **Auditor Fiscal; Fiscal de Tributos; Fonoaudiólogo; Médico; Professor III – Ciências; Professor III – Geografia; Professor III – Inglês e Supervisor Escolar** de 0,00 a 9,00, utilizando-se 2 (duas) decimais após a vírgula;

5.4.2. para os cargos de **Motorista I**, **Motorista II** e **Motorista III** de 0,00 a 6,00, utilizando-se 2 (duas) decimais após a vírgula; **(Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)**

5.4.3. para os cargos de **Agente de Defesa Civil; Fiscal de Obras; Fiscal de Postura e Urbanismo; Técnico Administrativo; Técnico em Informática; Técnico em Radiologia, Turismólogo, Fiscal Sanitário e Auxiliar de Consultório Odontológico** de 0,00 a 10,00. **(Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)**

## **6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

6.1. As provas serão realizadas no dia **6 de dezembro de 2015** na forma abaixo:

6.1.1. **prova escrita:** com início às **8h30min** e término às **11h30min** (horário oficial de Brasília, DF), na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, Rua Francisco Dalsenter, nº 32, Trinta Réis, Nova Trento, SC;

6.1.2. **prova de títulos:** com início às **9h30min** e término previsto às **12h30min**, na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, Rua Francisco Dalsenter, nº 32, Trinta Réis, Nova Trento, SC, devendo o candidato comparecer no local, acompanhado dos originais e cópias dos títulos que possui;

6.1.3. **prova prática:** com início às **14h30min** e término previsto às **17h30min** (horário oficial de Brasília, DF), nas dependências da Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, Rua Francisco Dalsenter, nº 32, Trinta Réis, Nova Trento, SC.



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



6.1.3.1. Se houverem muitos candidatos inscritos para realizarem a prova prática ela será realizada em outra data, que será publicada com a devida antecedência, na forma do item 11.1 deste Edital.

6.2. A realização da prova escrita e a metodologia das provas práticas estão descritos nos Anexos II e III deste Edital.

6.3. O gabarito e o caderno de questões da prova escrita objetiva serão disponibilizados, no dia **6 de dezembro de 2015**, a partir das 19h, nos sites [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br).

6.4. No dia **14 de dezembro de 2015** será publicado o gabarito definitivo, observado o disposto no item 11.1 deste Edital, e a lista dos classificados.

6.5. O conteúdo programático da prova escritas objetiva está descrito no Anexo II deste Edital.

6.6. A forma de classificação dos títulos será procedida nos termos do Anexo IV deste Edital.

6.6.1. Os títulos poderão ser apresentados por procuração, com firma reconhecida em Cartório.

6.7. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.7.1. com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

6.7.2. que obtiver melhor nota na prova escrita;

6.7.3. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

6.7.4. que obtiver melhor nota nas questões de Língua Portuguesa;

6.7.5. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.7.6. que possuir maior número de dependentes.

6.8. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 11.1 deste Edital.

6.9. O não comparecimento do candidato na prova escrita objetiva, na forma disposta no subitem 6.1.1, implicará sua desclassificação do Concurso.

6.10. As notas finais das provas escritas objetivas, práticas e de títulos, com a respectiva classificação dos aprovados, serão publicadas nos locais indicados no item 11.1 deste Edital, no dia **14 de dezembro de 2015**.

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 9/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



6.11. A lista dos aprovados, homologada pelo Prefeito, será publicada no **21 de dezembro de 2015**, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

## 7. DO REGIME JURÍDICO

7.1. Os aprovados e habilitados e classificados neste Concurso Público serão admitidos sob o regime jurídico estatutário, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Nova Trento e serão filiados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Nova Trento – IPREVENT.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. do presente Edital;
- 8.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;
- 8.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. da classificação nas provas prática e de títulos;
- 8.1.5. da discordância da aplicação da prova prática;
- 8.1.6. da classificação final.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolizado no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Nova Trento, SC, cuja decisão será publicada na forma do item 11.1 deste Edital, no dia **13 de agosto de 2015**.

8.3. Os demais recursos deverão ser efetuados pelo *site* [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br), no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do ato que deu causa.

## 9. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir, mediante fornecimento de cópias legíveis dos seguintes documentos, acompanhados dos originais quando necessário, observando o disposto no subitem 10.4 deste Edital:

- 9.1.1. ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 9.1.2. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 9.1.3. atender, se o candidato for deficiente, às exigências da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto Federal nº 3.298/1999;
- 9.1.4. estar em gozo dos direitos civis e políticos;

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 10/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



9.1.5. estar quite com o Serviço Militar Obrigatório ou dele ter sido liberado, se do sexo masculino;

9.1.6. apresentar certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando situação regular;

9.1.7 comprovar a escolaridade mínima exigida no Anexo I deste Edital;

9.1.8 apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou Distrital do domicílio do candidato, expedida no máximo, há 6 (seis) meses, ou dentro do prazo da validade consignado no documento;

9.1.9 a admissão do candidato fica condicionada ainda à observância do art. 37, XVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, referentes a acúmulo de emprego, emprego ou funções públicas, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, sendo vedada também a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de emprego, emprego ou função pública, ressalvados os empregos acumuláveis na forma da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

9.1.10. ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e dos demais documentos.

9.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do item 9 deste Edital serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a nomeação.

9.3. Os documentos previstos no item 9 deste Edital deverão ser apresentados no prazo máximo de **10 (dez) dias** contados data da convocação, sob pena de exclusão do concurso público.

9.4. O não cumprimento dos requisitos necessários impossibilitará a nomeação do candidato.

9.5. Não será nomeado o candidato classificado que tenha sido demitido em razão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, no Município de Nova Trento, SC, nos últimos 5 (cinco) anos.

## 10. DA VALIDADE DO CONCURSO

10.1. O prazo de validade deste concurso será de 2 (dois) anos, contados a partir da data do Edital de Homologação, podendo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério do Município de Nova Trento, SC, devendo a prorrogação ser publicada em jornal de circulação local antes de expirado o prazo original.

10.2. A aprovação neste Concurso não caracterizará direito à nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade do Município de Nova Trento, SC, respeitada a classificação obtida.

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 11/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



10.3. Não poderão participar do Concurso Público os membros de quaisquer das comissões deste Concurso e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas escrita e prática, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

10.4. O candidato aprovado que não se apresentar no setor de Recursos Humanos do Município de Nova Trento, SC, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 9 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Concurso, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

10.4.1. A convocação dos candidatos será feita por contato telefônico, via postal ou *e-mail*, com base nos dados informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizados. É responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados atualizados.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. A lista de inscritos, os gabaritos e os cadernos de questões da prova escrita objetiva, a lista de classificados, suas respectivas homologações e demais atos provenientes deste Edital de Concurso, serão publicados no mural interno da Prefeitura de Nova Trento, SC, e nos sites [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br).

11.1.1. A homologação da lista dos aprovados, além dos locais anteriores, será publicada em jornal de circulação local, do Município de Nova Trento, SC, e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

11.1.2. O caderno de questões e o gabarito serão publicados apenas nos sites [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br).

11.2. A critério do Município de Nova Trento, SC, e mediante ato justificado, de interesse público, poderá ser chamado número maior de classificados do que a vaga contida neste Edital.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado, na forma do item 11.1 deste Edital.

11.4. É de responsabilidade dos candidatos acompanharem as publicações relativas à este Concurso Público pelos sites [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br).

11.5. Os casos não previstos, relativos à realização deste Concurso, serão resolvidos pela Comissão Coordenadora, designada pela Administração Municipal de Nova Trento, SC, pelo Decreto nº 023/2015, de 19 de fevereiro de 2015, juntamente com a Empresa ASSCON-PP.

11.6. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



este Edital é o da Comarca de São João Batista, SC.

11.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.7.1. Anexo I – Quadro de vagas a serem preenchidas e atribuições/condições de trabalho dos cargos;

11.7.2. Anexo II – Conteúdo programático da prova escrita;

11.7.3. Anexo III – Normas para realização das provas;

11.7.4. Anexo IV – Forma de classificação dos títulos;

11.7.5. Anexo V – Declaração para candidatos portadores de deficiência;

11.7.6. Anexo VI – Modelo de requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para hipossuficientes;

11.7.7. Anexo VII – Modelo de requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para doadores de sangue;

11.7.8. Anexo VIII – Cronograma.

Nova Trento, SC, 10 de agosto de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito de Nova Trento, SC



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
 CNPJ 82.925.025/0001-60  
 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
 Fone: 48 32673215



ANEXO I  
 (Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)  
 Título I

QUADRO DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade
Agente de Defesa Civil	1	40h	1.800,00	Ensino superior completo
Auditor Fiscal	1	40h	2.400,00	Ensino superior completo em Administração, Direito, Ciências Contábeis ou Ciências Econômicas
Fiscal de Obras	1	40h	1.400,00	Ensino médio completo
Fiscal de Posturas e Urbanismo	2	40h	1.400,00	Ensino médio completo
Fiscal de Tributos	2	40h	2.400,00	Ensino superior completo em Administração, Direito, Ciências Contábeis ou Ciências Econômicas
Fonoaudiólogo	2	40h	2.400,00	Curso superior específico e inscrição no conselho profissional competente
Médico	6	40h	8.400,00	Formação superior em Medicina e registro válido no CRM
Motorista I	4	40h	1.200,00	Ensino fundamental completo e CNH (categoria "B" ou superior)
Motorista II	4	40h	1.400,00	Ensino fundamental completo e CNH (categoria "C" ou superior)
Professor III – Ciências	1	15h	864,06	Licenciatura plena em Ciências
Professor III – Geografia	2	15h	864,06	Licenciatura plena em Geografia
Professor III – Inglês	1	20h	1.152,09	Licenciatura plena em língua estrangeira moderna - inglês
Supervisor Escolar	1	40h	2.304,18	Formação em Pedagogia com habilitação em supervisão escolar
Técnico Administrativo	5	40h	1.800,00	Ensino superior completo
Técnico em Radiologia	2	24 h	1.700,00	Técnico na área de atuação

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 14/50





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade
Técnico em Informática	1	40h	1.800,00	Formação técnica na área de Tecnologia da Informação
Turismólogo	1	40h	2.400,00	Formação superior em Turismo
Auxiliar de Consultório Odontológico	4	40h	1.014,00	Ensino fundamental completo
Fiscal Sanitário	1	40h	1.400,00	Ensino médio completo
Motorista III	4	40h	1.400,00	Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação – categoria “D” ou superior

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 15/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



## Título II

### ATRIBUIÇÕES/CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CARGOS

#### AGENTE DE DEFESA CIVIL

- Executar as ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas inerentes aos trabalhos operacionais da Defesa Civil, atender ao público interno e externo no setor e nas atividades operacionais em campo;
- Atender as chamadas telefônicas no centro de comunicações da Defesa Civil, registrar ocorrências verificados em seu horário de trabalho preenchendo formulário interno de acordo com o sinistro ocorrido;
- Zelar pela manutenção de máquinas, equipamentos e seus implementos, limpando-os e lubrificando-os de acordo com as instruções de manutenção do fabricante, comunicando ao chefe imediato qualquer irregularidade ou avaria;
- Dirigir viaturas da Defesa Civil, ou sob responsabilidade expressa desta, quando necessário;
- Operar rádios portáteis e/ou estações fixas e móveis, recebendo e transmitindo mensagens;
- Operar com motosserras, motobombas, guinchos manuais portáteis de cabo passante, geradores e outros equipamentos;
- Participar de escalas, plantões ou turnos de serviços, sobreaviso, quando solicitado;
- Participar de vistoria em imóveis, encostas, árvores, bem como outros que poderão colocar em risco a segurança da comunidade, redigindo formulário interno de acordo com cada sinistro;
- Utilizar adequadamente os equipamentos de proteção e segurança que lhe forem determinados pelos supervisores e chefes imediatos, a fim de garantir a própria proteção e a daqueles com quem trabalha;
- Identificar e cadastrar locais públicos ou privados para utilização de abrigo em caso de situação emergencial;
- Notificar, embargar e interditar obras e imóveis em risco, assim como solicitar demolição após vistoria quando se fizer necessário;
- Atuar em caso de emergência ou incidentes de pequeno, médio e grandes proporções, calamidade pública, incêndio, acidentes em instalações industriais, desabamentos, enchentes, deslizamentos, vendavais, acidentes químicos, nuclear e radiológico, acidentes em via pública, entre outros, apresentando-se prontamente, mesmo não havendo comunicação formal;
- Recepcionar e cadastrar famílias em abrigos organizando o espaço físico de acordo com o sexo e faixa etária, solicitando alimentação, atendimento médico, social e outras atribuições afins de acordo com atribuições descritas no Plano de Emergência Municipal;
- Obedecer a hierarquia do órgão de acordo com a sua estrutura organizacional;
- Executar serviços de resgate, busca e salvamento em terra e rios, inclusive animais, utilizando técnicas de segurança em altura e mergulho, quando se fizer necessário;
- Executar a retirada de vegetais em risco à segurança da comunidade ou determinado pela chefia;
- Executar levantamento de banco de dados de áreas e residências em risco em todo o município;
- Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 16/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado;

- Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- Apresentação de relatórios das atividades para análise, sempre que solicitado;
- Executar outras atividades afins e correlatas.

#### **AUDITOR FISCAL**

- Realizar as ações de tributação, arrecadação, constituição e cobrança administrativa das espécies tributárias de competência do Município;
- Realizar as atividades de lançamento, fiscalização e cobrança de tributos instituídos por outros entes federados, na forma da Lei ou Convênio;
- Constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo;
- Controlar, executar a aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à busca e à apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como de lacrar bens móveis e imóveis, no exercício de suas funções;
- Supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, mediante lei ou convênio;
- Avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação, com vista às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuição;
- Planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores;
- Desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária;
- Analisar, elaborar e proferir decisões, em processos administrativo-fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relatórios ao reconhecimento de direito creditório, à solicitação de retificação de declaração, à imunidade, a quaisquer formas de suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários previstos na Lei Federal nº 5.172, de 25 outubro de 1966, à restituição, ao ressarcimento e à redução de tributos e contribuições, bem como participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária;
- Estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta;
- Elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei referente à matéria tributária;
- Supervisionar as atividades de disseminação de informações ao sujeito passivo, visando à simplificação do cumprimento das obrigações tributárias e à formalização de processos;
- Elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por decisão administrativa ou judicial;

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 17/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



- Prestar assistência extrajudicial, salvo em ação que figure como parte, aos órgãos encarregados da representação judicial do Município;
- Informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, em processos analisados, antes do termo prescricional;
- Planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições;
- Realizar pesquisa e investigação relativa a inteligência fiscal;
- Examinar documentos, livros e registros de investigações financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passiva para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso;
- Examinar a contabilidade de sociedades empresariais, empresários, órgãos, entidades, fundos, OSS, OSCIPS e demais contribuintes, não se lhes aplicando as restrições previstas nos arts. 1.190 a 1.192 do Código Civil e observado o disposto no art. 1.193 do mesmo diploma legal;
- Verificar livros e documentos fiscais que serviram de base para apuração dos repasses constitucionais.
- Emitir parecer conclusivo sobre regularidades ou irregularidades fiscais de contribuintes, Pessoa Física e Jurídica de Direito Público e Privado, sujeitos à imposição tributária.
- Assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria Municipal de Fazenda ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento;
- Coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária;
- Apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos;
- Preparar os atos necessários à conversão de depósitos judiciais em renda do Município, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes;
- Proceder, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, ao acompanhamento gerencial, físico e financeiro da execução orçamentária;
- Orientar, coordenar e supervisionar tecnicamente os órgãos setoriais de orçamento;
- Planejar, coordenar, desenvolver, implantar e avaliar as atividades relativas à tecnologia de informações tributárias e sistemas operacionais e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;
- Avaliar e planejar, concursos de acesso, programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores Tributários e demais servidores relacionados à Administração Tributária;
- Acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município;
- Executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e disciplina funcionais dos Auditores Fiscais Tributário, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos;
- Informar processos e demais expedientes administrativos em matéria tributária;
- Realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativa às atividades de

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 18/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



competência tributária do Município;

- Desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária;
- Controlar os repasses decorrentes das transferências constitucionais;
- Exercer as atividades de orientação ao contribuinte quando à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais.
- Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado;
- Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- Apresentação de relatórios das atividades para análise, sempre que solicitado;
- Executar outras atividades afins e correlatas.

#### **FISCAL DE OBRAS**

Exercer atividades relacionadas com a fiscalização de obras públicas ou particulares, no que concerne ao cumprimento dos projetos e especificações e respeito às normas e posturas municipais, lançamento de autos de infração e registros de irregularidades encontradas para efeito de providências administrativas.

#### **FISCAL DE POSTURA E URBANISMO**

- Observar e fazer respeitar a correta aplicação da legislação urbanística e posturas vigente no Município;
- Executar as atividades operacionais de controle, regulação e fiscalização urbanística e posturas, podendo inclusive lavrar autos de infração contra os achados em violação à legislação urbanística e de posturas vigente;
- Prover as devidas informações nos processos administrativos relativos às atividades de controle, regulação e fiscalização nas áreas urbanísticas e ambientais;
- Apresentar sugestões de aprimoramento e modificação dos procedimentos processuais de controle, regulação e fiscalização, nas áreas urbanísticas e de posturas;
- Fiscalizar todas as obras em execução no Município;
- Proceder intimações, embargos e interdições administrativas para obras ou equipamentos não licenciados em cumprimento ao previsto na legislação vigente;
- Elaborar croqui de situação e locação de acordo com a vistoria realizada *in loco*;
- Apurar denúncias registradas;
- Proceder vistoria de obras/edificações para efeito de concessão de alvará de construções e funcionamento, certidões e consulta prévia;
- Emitir parecer sobre assuntos de sua área de competência;
- Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado;
- Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- Apresentação de relatórios das atividades para análise, sempre que solicitado;

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 19/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



- Executar outras atividades afins e correlatas.

#### **FISCAL DE TRIBUTOS**

Instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária. Coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa. Fazer cadastramento de contribuintes, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento dos tributos. Verificar, em estabelecimentos comerciais e industriais, a existência e a autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação específica. Verificar os registros de pagamento dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes. Investigar a evasão ou fraude no pagamento dos tributos. Fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas. Informar processos referentes à avaliação de imóveis. Lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame de escrita, fiança, responsabilidade, intimação e documentos correlatos. Propor a realização de inquéritos e sindicâncias que visem salvaguardar o interesse da Fazenda Municipal. Promover o lançamento e a cobrança de contribuições de melhoria, conforme diretrizes previamente estabelecidas. Propor medidas relativas a legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal, bem como ao aprimoramento das práticas do sistema arrecadador do Município. Orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas da classe. Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado. Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público. Apresentação de relatórios das atividades para análise, sempre que solicitado. Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

#### **FONOAUDIÓLOGO**

Prestar atendimento em geral junto as Unidades de Saúde do Município, desempenhando a função de fonoaudiólogo.

#### **MÉDICO**

Desenvolver atividades de execução qualificada, de grande complexidade, abrangendo serviços de defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, nas várias especialidades médicas, correlacionadas aos programas desenvolvidos ao Departamento Autônomo de Saúde Pública.

#### **MOTORISTA I**

Dirigir e conservar automóveis e camionetas, utilizados no transporte de passageiros, de acordo com itinerário e instruções específicas.

#### **MOTORISTA II**

Dirigir e conservar caminhões, utilizados no transporte de cargas em geral, de acordo com o itinerário e instruções específicas.

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 20/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



### **PROFESSOR III – CIÊNCIAS**

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

### **PROFESSOR III – GEOGRAFIA**

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 21/50





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

### **PROFESSOR III – INGLÊS**

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

### **SUPERVISOR ESCOLAR**

- Avaliar o desempenho da escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade;
- Apresentar propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;
- Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
- Assessorar a direção e as demais atividades e serviços da escola;
- Participar da elaboração do regimento escolar;
- Orientar e supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar;
- Assessorar o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de repetência, evasão e reprovação escolar;
- Assessorar o trabalho docente quanto à métodos e trabalhos de ensino;

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 22/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



- Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontros de estudos ou reuniões pedagógicas;
- Buscar atualizar-se permanentemente;
- Colaborar com todos os profissionais da escola, na busca de soluções para os problemas do corpo docente e de ensino;
- Estimular e assessorar a efetivação das mudanças no ensino;
- Executar outras atividades afins.

#### **TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

- Coordenar, acompanhar e controlar a execução das atividades da área, distribuindo os trabalhos, orientando quanto à forma de realizá-los, analisando os resultados e inserindo alterações, a fim de atender prazos e padrões de qualidade;
- Participar da elaboração do Orçamento Geral, realizando levantamento dos projetos a serem executados no período, materiais, instrumentos, equipamentos e mão-de-obra a ser empregada, projetando e calculando desembolso a cada mês, consolidando em planilhas e apresentando para aprovação da Diretoria, a fim de possibilitar a previsão de necessidades para o período;
- Elaborar e implantar normas, procedendo ao levantamento, verificando a viabilidade de implantação através da repercussão nas áreas, criando instrumentos de controle e prestando orientação, a fim de padronizar procedimentos;
- Elaborar estudos sobre atividades da área;
- Verificar fluxo de rotinas, praticidade e eficácia, alterando e acompanhando novos procedimentos, a fim de aumentar a qualidade dos serviços prestados;
- Prestar assessoramento técnico, organizando e coordenando trabalhos, instruindo empregados, acompanhando resultados e cumprimento de objetivos, a fim de otimizar procedimentos;
- Emitir pareceres em assuntos relacionados com seu campo de atividade, analisando problemas, verificando variáveis e implicações, consultando normas, bibliografia pertinente, a fim de possibilitar uma solução adequada a questão;
- Efetuar o controle e planejamento dos programas e sistemas, controle de dados, informações, relatórios, análises de interesse da unidade e atividades específicas a nível médio;
- Executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo;
- Classificar e arquivar correspondências, relatórios, planilhas, fichas e outros documentos, efetuando triagem, ordenando, grampeando e etiquetando, para fins de controle, facilitar sua localização;
- Receber, registrar e encaminhar correspondências, faturas, ordens de serviços, listagens e outros documentos, separando, conferindo e registrando dados de identificação, para fins de controle de documentação e prosseguimento do processo de trabalho;
- Protocolar e despachar documentos e volumes efetuando registros quanto à quantidade, especificações, destino, data e outras informações e acondicionando-os em embalagens apropriadas, a fim de evitar extravios e possibilitar o encaminhamento aos interessados, digitar correspondências, tabelas, relatórios, circulares;
- Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado;

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 23/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



- Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- Apresentação de relatórios das atividades para análise, sempre que solicitado;
- Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

#### **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**

- Elaborar o desenvolvimento de projetos de sistemas novos, alocando pessoal e definindo recursos técnicos (software e equipamentos), visando à total satisfação das necessidades dos usuários, dentro de padrões compatíveis de custo e tempo;
- Efetuar a manutenção dos programas e sistemas implantados, identificando problemas técnicos e operacionais, procedendo às modificações ou desenvolvendo novos sistemas quando necessário, visando o atendimento das necessidades das áreas usuárias;
- Definir critérios e normas de segurança (física e tecnológica) das instalações, equipamentos e dados processados, bem como normas gerais de acesso aos equipamentos e de proteção dos arquivos, discos e programas, visando garantir a segurança, continuidade e qualidade dos serviços prestados pela área, em sintonia com que estabelece o regimento vigente;
- Elaborar e acompanhar a confecção e controle dos manuais e de toda a documentação de sistemas e programas, conforme os padrões e metodologias usuais na área de informática, visando a segurança e eficiência na utilização dos sistemas implantados;
- Definir os equipamentos e softwares básicos e aplicativos a serem utilizados, visando o melhor atendimento das necessidades da instituição;
- Definir a configuração da comunicação de dados e a manutenção e administração das redes de comunicação de dados da instituição, de acordo com as deliberações do regimento;
- Elaborar programas de treinamento e assistência aos usuários de sistemas, propiciando aos mesmos o suporte necessário para o pleno funcionamento das áreas;
- Supervisionar, acompanhar e orientar estagiários quando necessário;
- Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado;
- Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- Apresentação de relatórios das atividades para análise, sempre que solicitado. Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

#### **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**

- Operar equipamento de radiografia atendendo todas as prescrições técnicas;
- Organizar fichários, arquivos e demais documentos relativos à área de atuação;
- Prover o estoque de materiais e utensílios necessários ao bom funcionamento dos serviços clínicos da área de atuação;
- Responder administrativamente pelo setor de radiologia da unidade;
- Desenvolver outras atividades inerentes ao cargo e que sejam relacionadas ao interesse

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 24/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



público.

### **TURISMÓLOGO**

- realizar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica;
- elaborar e atuar como responsável técnico em projetos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo primordial;
- diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo no Município;
- formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo no Município;
- criar e implantar roteiros e rotas turísticas;
- desenvolver novos produtos turísticos;
- analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo;
- pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística;
- orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico;
- identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes;
- formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas no Município;
- organizar eventos de âmbito público;
- planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico;
- Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado;
- Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- Apresentação de relatórios das atividades para análise, sempre que solicitado;
- Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

### **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO**

- Desenvolver as ações de auxiliar de consultório dentário nas unidades de saúde do Município;
- Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos e atenção à saúde;

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 25/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



- Proceder a desinfecção e a esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
- Preparar e organizar instrumental e materiais necessários;
- Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
- Instrumentalizar e auxiliar o cirurgião-dentista nos procedimentos clínicos;
- Organizar a agenda clínica;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes a saúde bucal com os demais membros das equipes de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento do Programa de Saúde Bucal – PSB
- Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.

### **FISCAL SANITÁRIO**

- Atua na área da saúde pública, no cumprimento dos regulamentos municipais, verifica o licenciamento de obras e posterior Habite-se nos imóveis construídos e reconstruídos, segundo o Código de Obras, observando o Plano Diretor do Município, verifica o cumprimento das normas urbanísticas aplicáveis as vias e logradouros e desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

### **MOTORISTA III**

- Conduzir veículos automotores, caminhões, ambulâncias, ônibus, micro ônibus, carreta articulada, destinados ao transporte de passageiros e cargas;
- Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente;
- manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;
- fazer reparos de emergência;
- zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;
- encarregar-se do transporte e da entrega de correspondência ou de pacotes, pequenas cargas que lhe forem confiadas;
- promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo;
- verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;
- providenciar a lubrificação quando indicada;
- verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como, a calibração dos pneus;
- auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio e macas;
- proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- executar outras tarefas afins.



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



## ANEXO II

(Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

#### **CONHECIMENTOS COMUM A TODOS OS CARGOS**

**LÍNGUA PORTUGUESA:** Leitura, análise e interpretação de texto, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras.

**MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO:** Conjuntos, noções de matemática financeira, juros simples e juros compostos, geometria, Trigonometria, progressão geométrica, progressão aritmética, análise combinatória, probabilidade, operações fundamentais (números inteiros e fracionários), potenciação e radiciação, sistema de medidas (decimais e não decimais), conversão de unidades de medida; regra de três, porcentagem, equações de primeiro e segundo grau.

**CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:** Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Organização político-administrativa do Brasil; Agronegócios e a economia brasileira; Política, Economia, Contexto internacional; Neoliberalismo e globalização, Mercosul; Questões ambientais; Atualidades relativas ao Mundo, ao País, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Nova Trento.

#### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**AGENTE DE DEFESA CIVIL:** Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Engenharia e Engenharia Civil: histórico, evolução, ética profissional. Ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento. Fundamentos da Administração: Conceito, Organização das Empresas. Administração Pessoal. Administração de Recursos. Administração Operacional. Administração Financeira. Administração Estratégica. Desenho técnico. Desenho de letras e símbolos. Dimensionamento. Cotação de desenhos. Esboço cotado. Projeções ortogonais. Vistas ortográficas principais. Vistas auxiliares. Perspectivas paralela e axométrica. Leitura e interpretação de desenhos. Elementos básicos de geometria descritiva. Sistema projetivo de Gaspard Monge. Estudo projetivo do ponto, da reta e do plano. Métodos descritivos. Noções gerais de Direito. O Sistema Constitucional Brasileiro. Noções de Direito Civil. Noções de Direito Comercial. A Propriedade Industrial. Sistemas de Patentes. Condições de privilegiabilidade. Transferência de Tecnologia. Noções de Direito do Trabalho. A regulamentação profissional. Números Reais, Funções Reais, Limites de Funções Reais e Continuidade, Derivação, Taxas Relacionadas, Teoremas de Rolle, do Valor Médio e L'Hôpital, Funções crescentes e decrescentes, convexidade, Máximos e Mínimos, Traçados

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 27/50





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
**CNPJ 82.925.025/0001-60**  
**Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000**  
**Fone: 48 32673215**



de Gráficos, Integrais, AntiDerivada, Soma de Riemman, Técnicas de Integração, Integrais Definidas, Integrais Impróprias, Aplicações de Integrais: áreas e volumes de sólidos de revolução. Álgebra de Vetores no Plano e no Espaço. Retas. Planos. Cônicas e Quádricas. Sistemas Lineares. Matrizes. Produtos Interno, vetorial, misto. Sistemas e Obras de Engenharia para Cidades. A Nação como um sistema político e territorial. Megacidades. Sistemas urbanos. Subsistemas de infraestrutura das Megacidades. Desenho Técnico Materiais de desenho; Normas técnicas; Escalas; Projeto de arquitetura; Situação; Planta baixa; Telhado ou cobertura; Cortes; Fachadas. Conceitos básicos de computação. Aplicações típicas de computadores digitais. Linguagens básicas e sistemas operacionais. Algoritmos, técnicas de programação. Noções Gerais de Ecologia. Energia nos Sistemas Ecológicos. Ciclos bioquímicos. Crescimento das Populações. Comunidades e Ecossistemas. Relação entre os Seres Vivos. Principais Biomas da Terra. Biociclos Dulcícola e Marinho. Fitogeografia do Brasil. Projeto arquitetônico: conceito, etapas de projeto e fatores de influência. Código de obras. Acessibilidade. Conforto térmico. Arquitetura ecológica. Orientação topográfica; formas da Terra; projeções cartográficas; sistemas de coordenadas; planimetria e altimetria. Projeto: Concepção Sistemática; Dinâmica do projeto. Cronogramas: Físico, Financeiro e Físico-Financeiro. Fluxo de Caixa. Conceituação de segurança na engenharia. Controle do Ambiente. Proteção coletiva e individual. Proteção contra incêndio. Riscos específicos na Engenharia Industrial. Controle de perdas e produtividade. Segurança no projeto. Análise e estatística de acidentes. Seleção, treinamento e motivação do pessoal. Normatização e legislação específica. Organização da segurança do trabalho na empresa. Segurança em atividade - extra empresa. Tempos geológicos. Estrutura e formação da terra. Minerais formadores das rochas. Ciclo das rochas na crosta terrestre. Movimento tectônico. Investigação do subsolo. Água Superficial e subterrânea. Noções sobre barragens. Noções sobre compactação de solos. Noções sobre túneis. Uso de rochas como materiais na construção civil. Noções sobre geossintéticos na Engenharia Civil. URBANIZAÇÃO: conceito, processo de urbanização nos países desenvolvidos, nos países subdesenvolvidos e no Brasil; problemas da urbanização. URBANISMO: atividades urbanas população, trabalho, vida social. PLANEJAMENTO URBANO: conceito, bases legais, estudos básicos, geografia, política e cultura da cidade. INFRAESTRUTURA URBANA: rede viária; sistemas de transporte, de abastecimento de água, de esgoto sanitário, de drenagem pluvial, de energia elétrica, de gás combustível, de coleta e tratamento de resíduos sólidos; composição e zoneamento urbanístico; revitalização de áreas degradadas; qualidade de vida. MEGACIDADES: problemas, planejamento, infraestrutura, mobilidade, acessibilidade e cidades sustentáveis. Principais Materiais de Construção. Aglomerantes. Cimento Portland. Outros tipos de cimento. Agregados. Concreto. Água de amassamento. Aditivos. Preparo, transporte, lançamento, adensamento e cura. Controle de resistência. Instalações de água: sistema de abastecimento de água; sistema de abastecimento predial de água fria; sistema de distribuição de água quente; instalações hidráulicas de prevenção contra incêndios. Instalações de esgotos sanitários: sistema de coleta; sistema de esgoto predial. Instalações de água pluviais: sistema de coleta. Instalações prediais de gás: tipos de abastecimento (gás canalizado e GLP); sistema predial de distribuição; dimensionamento das instalações; projeto: planta, esquemas verticais. O Concreto Armado. Critérios de dimensionamento. Condições normativas. O Método dos Estados Limites. Domínios de deformações resistentes. Estudo da flexão pura reta. Estudo do cisalhamento. Fissuração.

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 28/50





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



Ancoragem. Aderência. Projeto de Lajes e vigas. Armaduras de suspensão. Detalhamento. Fluxogramas. estudo das fundações. Capacidade de carga dos solos. Projeto, planejamento, dimensionamento, execução e manutenção de fundações rasas e profundas: capacidade de carga, reforço das fundações. Segurança em obras de fundações. Escolha do tipo de fundação. Capacidade de carga de fundações rasas e profundas. Recalques em fundações rasas e profundas. Dimensionamento geométrico de fundações rasas e tubulões. Cálculo de estaqueamentos. Análise e interpretação de provas de carga. Controle de execução e avaliação de desempenho de fundações. Fundações de pontes. Fundações de máquinas. Processos Gerais de Construção de Edificações e Instalações Urbanas, Alvenarias e Divisórias, Instalações prediais, Cobertura e Telhados, Revestimentos de Paredes, Tetos e Forros. Pisos, Esquadrias, Ferragens, Vidraçaria, Impermeabilização e Isolamento, Pintura, Limpeza final e entrega de obra, Urbanização e Patologias da construção civil.

**AUDITOR FISCAL:** Legislação municipal; Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. **DOCUMENTOS OFICIAIS:** relatório, ata, circular, portaria, apostila, informação, ordem de serviço, certidão e memorando. Emprego dos Pronomes de Tratamento. Fechos para Comunicações. Identificação do Signatário. Correio Eletrônico: Definição e finalidade, Forma e Estrutura, Valor documental. Noções de contabilidade. Patrimônio: estrutura, configurações do estado patrimonial. Plano de contas, as contas patrimoniais; as contas de resultado: receitas e despesas; métodos de escrituração. Regime de caixa e de competência. Balancete de verificação. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa. Orçamento Público: conceito, classificação, princípios e elaboração. Tributos municipais, estaduais e federais; Dívida ativa; Fiscalização tributária; Legislação tributária

**FISCAL DE OBRAS:** Legislação Federal, Estadual e Municipal referente a realização de obras Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Processos Gerais de Construção de Edificações e Instalações Urbanas, Alvenarias e Divisórias, Instalações prediais, Cobertura e Telhados, Revestimentos de Paredes, Tetos e Forros. Pisos, Esquadrias, Ferragens, Vidraçaria, Impermeabilização e Isolamento, Pintura, Limpeza final e entrega de obra, Urbanização e Patologias da construção civil. Nomenclatura técnica, acessibilidade predial e em vias urbanas.

**FISCAL DE POSTURA E URBANISMO:** Legislação Federal, Estadual e Municipal referente a realização de obras Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Processos Gerais de Construção de Edificações e Instalações Urbanas, Alvenarias e Divisórias, Instalações prediais, Cobertura e Telhados, Revestimentos de Paredes, Tetos e Forros. Pisos, Esquadrias, Ferragens, Vidraçaria, Impermeabilização e Isolamento, Pintura, Limpeza final e entrega de obra, Urbanização e Patologias da construção civil. Nomenclatura técnica, acessibilidade predial e em vias urbanas.

**FISCAL DE TRIBUTOS:** Legislação municipal; Noções de atendimento, comportamento,

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 29/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



qualidade e responsabilidade no serviço público. DOCUMENTOS OFICIAIS: relatório, ata, circular, portaria, apostila, informação, ordem de serviço, certidão e memorando. Emprego dos Pronomes de Tratamento. Fechos para Comunicações. Identificação do Signatário. Correio Eletrônico: Definição e finalidade, Forma e Estrutura, Valor documental. Noções de contabilidade. Patrimônio: estrutura, configurações do estado patrimonial. Plano de contas, as contas patrimoniais; as contas de resultado: receitas e despesas; métodos de escrituração. Regime de caixa e de competência. Balancete de verificação. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa. Orçamento Público: conceito, classificação, princípios e elaboração. Tributos municipais, estaduais e federais; Dívida ativa; Fiscalização tributária; Legislação tributária.

**FONOAUDIÓLOGO:** Anatomia, Sistema Tegumentar. Aparelho do movimento (Osteologia, Artrologia, Miologia). Neuroanatomia. Sistema circulatório. Sistema digestório. Aparelho urogenital. Sistema endócrino. Sistema respiratório. Biologia Celular, Bioquímica, Embriologia. Fisiologia, Histologia, Processos vocais, de audição e de fala presentes na comunicação humana. Músculos da expressão facial. Músculos da mastigação. Músculos supra e infra-hioideos. Nervos relacionados à Fonoaudiologia: Trigêmeo, Facial, Vestíbulo-coclear, Glossofaríngeo, Vago e Hipoglosso. Sistema respiratório (cavidade nasal, seios paranasais, faringe, laringe, traqueia, pulmões, musculatura envolvida na respiração). Cavidade bucal (dentes e dentições, língua, palato, glândulas salivares, demais estruturas). Sistema sensorial (audição, olfação, gustação e visão). Desenvolvimento do sistema respiratório e digestório superiores. Desenvolvimento do aparelho faríngeo e do órgão vestíbulo-coclear. Sistemas sensoriais especiais, controle neural do sistema digestório, mecânica ventilatória e regulação da respiração. Cavidades nasais, seios paranasais, laringe. Cavidade Bucal. Órgão vestíbulo-coclear. Acústica e Psicoacústica. Bases de Fonética Acústica. Transcrição fonética e fonológica. Teorias de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Relações da linguagem com a cognição. Desenvolvimento do sistema auditivo e das habilidades auditivas. Desenvolvimento neuropsicomotor. A Psicologia do Desenvolvimento e suas contribuições à Fonoaudiologia. Alterações da linguagem oral, audição, leitura e escrita. As alterações neurológicas e psicoafetivas e suas implicações para as alterações fonoaudiológicas. Bases teóricas do planejamento em saúde. Planejamento em saúde para o SUS. Programação e avaliação de saúde. Gestão pública no SUS. Noções básicas de epidemiologia e bioestatística. Avaliação audiológica. Achados audiológicos nas principais doenças que acometem o sistema auditivo. Alterações morfológicas, psíquicas e funcionais envolvidas nas doenças relacionadas aos transtornos da fala, do sistema estomatognático, da deglutição e da voz. Políticas públicas em saúde auditiva. Triagem Auditiva. Políticas públicas em saúde do trabalhador, no campo fonoaudiológico, e programas de prevenção de perdas auditivas e de saúde vocal. Abordagens terapêuticas no atendimento fonoaudiológico voltado às alterações da linguagem oral, escrita e da audição.

**MÉDICO:** Legislação municipal; Doenças Causadas por Bactérias; Doenças Causadas por Protozoários; Doenças Causadas por Vírus; Princípios Gerais do Uso dos Antimicrobianos; Micoses superficiais e profundas. Fisiologia renal. Hipertensão arterial; Insuficiência renal; Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 30/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



do humor (afetivos). Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Fraturas expostas. Lesões ortopédicas traumáticas em crianças e adolescentes. Dor lombar. Cálculos renais. Tumores renais. Doenças do ureter – obstrução e tumores. Nefrostomia. Doenças da bexiga, ovário, próstata, uretra, pênis; Patologia da gestação. Puerpério. Reprodução humana: planejamento familiar, sexualidade, infertilidade. Gestação de alto risco. Oncologia ginecológica. Puericultura: Conceitos, ações e perspectivas. Crescimento: fatores promovedores. Crescimento fetal. Crescimento pós natal. Desenvolvimento. Particularidades digestivas do lactente. Necessidades nutricionais. Amamentação materna. O leite humano. Amamentação artificial. O esquema de amamentação. Higiene anti-infecciosa. Higiene mental. Distúrbios do crescimento. Desidratação. Hidratação oral. Desnutrição. Diarréia aguda. Parasitose. Icterícia Neonatal. Obstrução aguda das vias aéreas. Bronquiolite. Alergia respiratória. Asma. Tuberculose. Mecanismos gerais de ação das drogas. Principais grupos farmacológicos. Fármacos naturais e sintéticos. Farmacodinâmica dos principais compostos de cada grupo farmacológico. Mecanismos de ação e efeitos farmacológicos dos principais compostos. Farmacocinética e as principais indicações terapêuticas, os efeitos tóxicos mais importantes e as principais interações farmacológicas. Avaliação pré-anestésica. Medicação pré – anestésica. Monitoração do paciente anestesiado. Manutenção de vias aéreas. Anestésicos locais. Anestésias espinhais. Anestesia geral. Instrumentos teóricos componentes do Sistema Único de Saúde e da formulação dos Modelos de Atenção à saúde. Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária.

**MOTORISTA I:** Legislação municipal; Legislação de Trânsito; cidadania e meio ambiente; noções básicas de mecânica, operação e manutenção preventiva; conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos; diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Primeiros socorros; Direção defensiva.

**MOTORISTA II:** Legislação municipal; Legislação de Trânsito; cidadania e meio ambiente; noções básicas de mecânica, operação e manutenção preventiva; conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos; diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Primeiros socorros; Direção defensiva.

**PROFESSOR III – CIÊNCIAS:** Legislação municipal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Terra e Universo. Dinâmica do movimento dos corpos. Matéria: organização

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 31/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



e transformações. Luz e ondas eletromagnéticas. Evolução das Ciências: natureza dos conhecimentos científico, filosófico e do senso comum. Atmosfera: composição e propriedades; ar e vida; perturbações e ação humana. Hidrosfera: Composição e propriedades; fonte de recursos; perturbações e ação humana; ciclos; modelos físicos. Geosfera: composição e propriedades. Ser vivo características gerais: biomoléculas e funções vitais. Diversidade dos organismos: grupos de animais e plantas. Ciclos da natureza; Fotossíntese e cadeia alimentar. A distribuição da vida no planeta; biomas; biodiversidade. Bioenergética: transformações de energia nos seres vivos. O Ser Humano e o Meio Ambiente. O Organismo Humano: grandes sistemas de integração e controle do meio interno: sistema nervoso, sistema endócrino e sistema imunitário. O Ser Humano e a Ontogênese: reprodução, desenvolvimento, crescimento, manutenção, envelhecimento e morte. Alimentação e nutrição. Ser Humano, Saúde e Sociedade. Distribuição de doenças e de seus condicionantes em populações humanas. Apropriação e transformação de recursos minerais, animais, vegetais pela sociedade, causas e consequências.

**PROFESSOR III – GEOGRAFIA:** Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Geografia e a Relação Sociedade e Natureza; Representação Cartográfica: escala, tipos de mapas e projeções cartográficas. Formação do mundo contemporâneo: Evolução do Capitalismo Divisão Internacional do Trabalho. A Guerra Fria; A dinâmica litosférica; Estrutura geológica e a formação do relevo. Recursos minerais e seu aproveitamento no Brasil e no mundo. A dinâmica atmosférica; Conceituação de tempo e clima; Elementos e fatores climáticos Classificação climática do Brasil e do mundo. As paisagens vegetais Ecossistemas do Brasil e do mundo Impactos ambientais que os biomas sofrem em decorrência dos agentes econômicos e sociais. Industrialização Mundial e Brasileira; A atividade industrial; Histórico da industrialização mundial; A estrutura industrial no mundo e no Brasil; A questão energética; O Brasil e o comércio internacional; A questão dos transportes.

**PROFESSOR III – INGLÊS:** Legislação municipal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Compreensão de textos; estruturas gramaticais; substantivo (gênero e

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 32/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



número), adjetivo (grau comparativo e superlativo), artigo definido e indefinido; pronome; frase verbal: verbo (modo, tempo, aspecto), o auxiliar, modal; advérbio e locução verbal, voz ativa e passiva; conjunção: coordenação, subordinação; discurso indireto; frase declarativa e frase interrogativa; preposição e locução prepositiva; formação de palavras: composição e derivação; numerais cardinais e ordinais. Aspectos históricos, políticos, funcionais e científicos da educação especial. A produção histórica e social da igualdade, da diferença e da deficiência. O trabalho pedagógico com a diversidade.

**SUPERVISOR ESCOLAR:** Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas.

**TÉCNICO ADMINISTRATIVO:** Legislação Municipal; Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Noções de limpeza e higiene; Lixo Orgânico e Reciclagem; Classificação dos Resíduos sólidos; Correspondências oficiais; relatório, ata, circular, portaria, apostila, informação, ordem de serviço, certidão e memorando. aspectos normativos da língua: pontuação, ocorrências de crase, acentuação gráfica, concordância verbo-nominal, regência verbo-nominal e emprego dos principais conectores; currículo pessoal; produção textual. Matemática Financeira: Razões e proporções; grandezas diretamente e inversamente proporcionais; porcentagem; taxas de inflação; capital, juro, taxa de juros e montante; sequência uniforme de pagamentos (Parcelamento); receita, custo; balancete de verificação; livro caixa. Informática Básica: Componentes operacionais; recursos do windows; internet; word (editor de texto); excel (tabelas, planilhas e gráficos); power point (criação e apresentação de slides). Relações interpessoais e intergrupais; trabalho em equipe e dinâmica de grupo; qualidade no atendimento e gerenciamento do tempo; comunicação e comportamento no ambiente organizacional; gestão de competências e gestão de desempenho; cultura e clima organizacional; autoavaliação. Logística: aspectos conceituais; planejamento logístico, administração do estoque, classificação ABC dos itens, estrutura física, centros e canais de Distribuição; gerenciamento da cadeia de suprimentos; administração do ciclo de vida do produto. Noções básicas de arquivo; técnicas de arquivamento; guarda de documentos; sistemas de arquivamento; preservação e conservação de documentos. Processos administrativos; Ferramentas Organizacionais, organograma, fluxograma; rotina administrativa e processos operacionais; práticas administrativas.

**TÉCNICO EM INFORMÁTICA:** Conceitos básicos de informática. Evolução e história dos computadores. Componentes de um Computador, Processador, Memória, Dispositivos de Entrada e Saída. Grandezas elétricas. Manutenção: Processadores. Memórias. Clock.

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 33/50





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



Discos Rígidos. Placas de Vídeo. Modems. Drives. Placas de Som. Placas USB. Placas de Rede. Monitores. Gabinetes. Fontes. Teclados. Adaptadores. Mouses. Periféricos. Coolers. Soquetes. Slots. Jumpers. Conexões. Interfaces. Etapas de Montagem do Computador: Gabinetes, Placas de CPU, Fixação de Drives e Placas, Conexão de Cabos, CMOS SETUP, Particionar e formatar discos. Instalação de Sistemas Operacionais, drives e programas aplicativos. Informação e a sua Representação. Sistemas de Numeração. Conversão de Bases. Operações Aritméticas. Estruturas de Processamento. Software e suas classificações. Tipos de Linguagens de Programação. Sistemas Operacionais modo gráfico e texto, Editores de Textos, Planilhas Eletrônicas, Editores de Apresentação de Slides. Histórico e evolução da Internet; Principais Ferramentas atuais e recursos da Internet; Navegação; Projeto e Geração de Websites; Comandos da Linguagem HTML; Design de interface na Web; Comandos da Linguagem JavaScript; Gerenciadores de Conteúdo. Tecnologias de Redes de Computadores; Conceitos de sistemas paralelos e distribuídos; Aplicação de pipeline; Compartilhamento de memória; Tipos de comunicação e sincronização; Algoritmos eletivos; Escalonamento de processos e balanceamento de carga; Modelo cliente-servidor; Sistemas de arquivos distribuídos.

**TÉCNICO EM RADIOLOGIA:** Anatomia humana: osteologia, miologia, articulações e endocrinologia, angiologia, neuroanatomia, estosiologia, esplancnologia. Física Radiológica: Aspectos Físicos e Químicos da matéria, Ondas eletromagnéticas, espectro eletromagnético (características, propagação e absorção), Radiação e suas características. Elementos da Radiologia (Mamografia, Ultrassonografia, densitometria, tomografia, ressonância magnética). Microbiologia, parasitologia e imunologia. Epidemiologia. Biofísica.

**TURISMOLOGO:** Turismo: conceitos. Evolução histórica do fenômeno socioespacial do turismo. Conceitos, definições e terminologia técnica do turismo. Formas e modalidades do turismo contemporâneo. Produto turístico: características e componentes. Oferta turística: conceitos, classificações e características. Demanda turística: conceitos, fatores determinantes e perfil psicográfico do consumidor do produto turístico. As práticas turísticas e os espaços turísticos ao longo da história. Estrutura e elementos do espaço turístico, ordenamento territorial e desenvolvimento. O reordenamento globalizado do espaço geográfico e o turismo: a importância das relações global/local. As escalas nacional e regional da atividade turística no espaço brasileiro. Regionalização do espaço turístico. Política nacional de turismo. A legislação do turismo no Brasil. O sistema oficial de turismo: a EMBRATUR, o Ministério do turismo. Conceitos básicos de Contabilidade. Contas patrimoniais. Contas de resultado. Balancete de verificação. Inventários periódico e permanente. Avaliação de estoques. Apuração de custos. Demonstrações contábeis. Fundamentos da História: mitos fundadores e caráter formador da sociedade brasileira; o processo de colonização e o contato civilizacional; sociedade e cultura no Brasil colonial, no Império e na República; atrativos turísticos de interesse histórico e cultural; história, ética e turismo; história do turismo no Brasil; o processo de construção da imagem turística do país. A relação turismo e cultura no Brasil: a indústria cultural brasileira e a economia da cultura; problemas sociais contemporâneos e suas relações com o turismo; turismo e instituições culturais; Relações entre arte, apreciação estética e turismo; ética, estética e turismo; expressões artísticas internacionais e nacionais, dos primórdios da humanidade até a atualidade e suas relações com o turismo. O estudo e o planejamento



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



do espaço turístico: características e composição. Planejamento turístico: técnicas e tendências atuais. Plano de Desenvolvimento Turístico: etapas e processos de elaboração.

**AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO:** Noções de Saúde Bucal, Níveis de Prevenção. Cariologia: etiologia, prevenção e tratamento da cárie dental. Dentística: semiologia, diagnóstico e tratamento das doenças do complexo dentinorradicular; materiais restauradores; técnicas de restauração. Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Atendimento telefônico. Pronomes de Tratamento. Noções de limpeza e higiene; Lixo Orgânico e Reciclagem; Classificação dos Resíduos sólidos; Informática Básica: Componentes operacionais; recursos do windows; internet; word (editor de texto); excel (tabelas, planilhas e gráficos); power point (criação e apresentação de slides). Noções básicas de arquivo; técnicas de arquivamento; guarda de documentos; sistemas de arquivamento; preservação e conservação de documentos. Processos administrativos; Ferramentas Organizacionais, organograma, fluxograma.

**FISCAL SANITÁRIO:** Legislação municipal (Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica Municipal). Noções de limpeza e higiene; Lixo Orgânico e Reciclagem; Classificação dos Resíduos sólidos; Equipamentos de Proteção Individual –EPIs. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social; Principais endemias e epidemias, principais doenças infectocontagiosas; Tipos de micro-organismos causadores de doenças: bactérias; fungos; protozoários; vírus; helmintos, entre outros. Controle e prevenção de doenças epidemiológicas; Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Cuidados com o meio ambiente e saneamento básico. Epidemiologia. Tecnologia da Produção e Controle de Medicamentos, Cosméticos e Saneantes. Vigilância Sanitária dos Alimentos. Tecnologia da Produção e Controle de Produtos Médicos Hospitalares. Tecnologia da Produção e Controle de Soros e Vacinas. ANVISA, criação e atuação. Procedimentos para licenciamento dos estabelecimentos. Aspecto ambiental e sustentabilidade refletindo na saúde pública. Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Meio Ambiente, Biodiversidade e Recursos Naturais. Resíduos sólidos: tipos, tratamento e destinação.

**MOTORISTA III:** Legislação municipal; Legislação de Trânsito; cidadania e meio ambiente; noções básicas de mecânica, operação e manutenção preventiva; conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos; diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Primeiros socorros; Direção defensiva.





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



### ANEXO III

### DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

#### Título I

#### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de ser desclassificado no certame:

1. A prova escrita será realizada no dia **6 de dezembro de 2015**, com início às **8h30min e término às 11h30min** (horário oficial de Brasília, DF), na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, Rua Francisco Dalsenter, nº 32, Trinta Réis, Nova Trento, SC.

1.1. A abertura dos portões acontecerá às 7h30min.

1.2. O fechamento dos portões acontecerá às 8h20min.

1.3. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas e mínima de 1 (uma) hora.

2. O candidato deverá comparecer no local da prova, convenientemente trajado, **portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta;**

2.1. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

2.2. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

3. A prova será composta por questões de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, sendo que apenas 1 (uma) alternativa estará correta, na forma abaixo:

3.1. para os candidatos aos cargos de **Auditor Fiscal; Fiscal de Tributos; Fonoaudiólogo; Médico; Professor III – Ciências; Professor III – Geografia; Professor III – Inglês e Supervisor Escolar:**

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Conhecimentos gerais e atualidades	10	0,22	2,20



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	10	0,22	2,20
Matemática e Raciocínio Lógico	10	0,22	2,20
Conhecimentos Específicos	10	0,24	2,40
<b>Total:</b>	40	-	9,00

3.2. para os candidatos aos cargos de **Motorista I**, **Motorista II** e **Motorista III**: (Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Conhecimentos gerais e atualidades	10	0,15	1,50
Língua Portuguesa	10	0,15	1,50
Matemática e Raciocínio Lógico	10	0,15	1,50
Conhecimentos Específicos	10	0,15	1,50
<b>Total:</b>	40	-	6,00

3.3. para os candidatos aos cargos de **Agente de Defesa Civil**; **Fiscal de Obras**; **Fiscal de Postura e Urbanismo**; **Técnico Administrativo**; **Técnico em Radiologia**; **Técnico em Informática**, **Turismólogo**, **Fiscal Sanitário** e **Auxiliar de Consultório Odontológico**: (Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Conhecimentos gerais e atualidade	10	0,25	2,50
Língua Portuguesa	10	0,25	2,50
Matemática e Raciocínio Lógico	10	0,25	2,50
Conhecimentos Específicos	10	0,25	2,50
<b>Total:</b>	40	-	10,00

4. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Concurso:

4.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso, bem como consultar livros ou apontamentos;

4.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

4.3. portar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação.

5. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

6. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 37/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



7. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta.
- 7.1. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
8. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.
9. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram.
10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido.
- 10.1. Caso o candidato não entregar o cartão-resposta ou o caderno de prova será eliminado automaticamente deste Concurso Público.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente, depois de haver rubricado envelope lacrado, contendo todas as provas e cartões-resposta daquela sala.
12. É terminantemente proibida a inserção e qualquer forma de sinal ou marca, sobre os cartões-resposta, que possa ser interpretada como identificação de determinado candidato.
- 12.1. Se for constatada qualquer inserção de sinal ou marca no cartão-resposta o candidato será automaticamente desclassificado do concurso público.

## Título II

### METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

#### 1. Prova prática

1.1. Na prova prática serão avaliados os conhecimentos específicos, as habilidades e aptidões que o candidato possui para desempenhar as atribuições do cargo, com ênfase na especialidade para o qual está sendo selecionado, conforme atribuições/responsabilidades que constam no Anexo I deste Edital.

#### 2. Metodologia de aplicação da prova prática

2.1. Os candidatos aos cargos de **Motorista I**, **Motorista II** e **Motorista III** deverão apresentar quando da realização da prova prática CNH, no mínimo, nas categorias "B", "C" e "**D**", obedecida à legislação de trânsito e categoria, conforme o tipo de veículo a ser conduzido, sob pena de eliminação do Concurso Público. **(Alterado pelo Primeiro Adendo ao Edital)**

2.2.1. O candidato que não estiver portando CNH, na categoria mínima necessária, não



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



poderá, sob qualquer hipótese, realizar a prova prática.

2.2. Os candidatos deverão comparecer aos locais designados para a prova prática, munidos de documento oficial de identificação com fotografia conforme itens 2.1 e 2.2 do Título I deste Anexo, sob pena de eliminação do Concurso Público.

2.3. Será utilizado o seguinte formulário para realização das provas práticas:

**Nome do Candidato:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**Equipamento:** \_\_\_\_\_

1. Caso o candidato ultrapasse o tempo máximo destinado para a realização do teste será desclassificado.

2. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

3. Para a prova prática será atribuída nota de 0,00 (zero) a 4,00 (quatro), e será avaliado de acordo com as normas, sendo que o candidato que não obtiver nota igual ou superior a 2,00 (dois) na prova prática estará desclassificado do certame.

4. Durante a realização da prova prática é proibido fumar, usar equipamento de som, ingerir medicamento ou qualquer tipo de alimento, exceto água.

5. Antes de iniciar cada um dos testes práticos o avaliador fará um teste, *in loco*, dos conhecimentos e do domínio prático operacional do candidato, relativamente ao veículo, máquina/equipamento que irá realizar a prova. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso Público.

6. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento da máquina/equipamento utilizado.

7. Fatores a serem avaliados:

I – verificação do equipamento/máquina/veículo (pneus, água, óleo, bateria);

II – habilidades ao operar o equipamento/máquina/veículo em segurança, sensibilidade aos comando fim de curso;

III – aproveitamento do Equipamento/máquina/veículo;

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 39/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
 CNPJ 82.925.025/0001-60  
 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
 Fone: 48 32673215



IV – produtividade;

V – técnica/Aptidão/Eficiência (Bloqueio de tração do equipamento)

8. Os candidatos serão avaliados no exame de direção/operação veicular/máquina em função da pontuação negativa por faltas, erros, ou procedimentos inadequados, cometidos durante todas as etapas do exame, sendo que a pontuação terá a escala negativa, atribuindo-se a seguinte pontuação:

I – uma falta eliminatória: reprovação;

II – uma falta grave: 2 (dois) pontos negativos;

III – uma falta média: 1 (um) ponto negativo;

IV – uma falta leve: 0,5 (zero vírgula cinco) ponto negativo;

9. A nota final da prova prática será obtida pela média aritmética das notas atribuídas ao candidato, (pontuadas pela aplicação dos quesitos descritos no item anterior, subtraídas as notas com escala negativa pelas faltas, erros ou procedimentos inadequados cometidos).

#### **Critério de pontuação/avaliação**

Na prova prática, o candidato será avaliado conforme itens abaixo, atribuindo-se a ele nota máxima de 2 (dois) pontos por cada item a ser avaliado:

1	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Verificação do equipamento /veículo (pneus, água, óleo, bateria)					
Tempo de prova: _____m _____s		Nota pontuada:				
Observações:						
APTO ( )				INAPTO ( )		
2	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Habilidades ao operar o equipamento/Máquina/Veículo/Painel de instruções/ Sensibilidade					



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
 CNPJ 82.925.025/0001-60  
 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
 Fone: 48 32673215



comandos fim de curso						
				Nota pontuada:		
Observações:						
APTO ( )			INAPTO ( )			
3	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Aproveitamento do Equipamento/Máquina/Veículo Nota Negativa					
				Nota pontuada:		
Observações:						
APTO ( )			INAPTO ( )			
4	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Produtividade/segurança para posicionamento do equipamento					
				Nota pontuada:		
Observações:						
APTO ( )			INAPTO ( )			



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
 CNPJ 82.925.025/0001-60  
 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
 Fone: 48 32673215



5	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Técnica/Aptidão/Eficiência/ bloqueio de tração do veículo					
Nota pontuada:						
Observações:						
APTO ( )				INAPTO ( )		

#### **2.1. Faltas Eliminatórias:**

Descrição	SIM	NÃO
a) Avançou o sinal vermelho		
b) Avançou a via preferencial		
c) Entrou na contramão		
d) Excedeu a velocidade indicada para a via		
e) Avançou sobre o meio-fio		
f) Provocou acidente durante a realização do exame		
g) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima		

#### **2.2. Faltas Graves:**

Descrição	SIM	NÃO
a) Desobedeceu à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito		
b) Não observou as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção		
c) Não deu preferência de passagem ao pedestre que estava atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não havia concluído a travessia, avançou com o veículo		
d) Não sinalizou com antecedência a manobra pretendida ou a sinalizou incorretamente		
e) Não usou devidamente o cinto de segurança e EPIs –		





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
 CNPJ 82.925.025/0001-60  
 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
 Fone: 48 32673215



	Equipamento de Proteção Individual		
f)	Perdeu o controle da direção do veículo/máquina em movimento		
g)	Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza grave		
<b>2.3. Faltas Médias:</b>			
	<b>Descrição</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
a)	Executou o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre		
b)	Trafegou em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima		
c)	Interrompeu o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova		
d)	Fez conversão incorretamente		
e)	Usou buzina sem necessidade ou em local proibido		
f)	Desengrenou o veículo nos declives		
g)	Colocou o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias		
h)	Usou o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens		
i)	Entrou nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro		
j)	Engrenou ou utilizou as marchas de maneira incorreta, durante o percurso		
k)	Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza média		
<b>2.4. Faltas Leves:</b>			
	<b>Descrição</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
a)	Provocou movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado		
b)	Ajustou incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor		
c)	Não ajustou devidamente os espelhos retrovisores		
d)	Apoiou o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento		
e)	Utilizou ou Interpretou incorretamente os instrumentos do painel do veículo		
f)	Deu partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada		
g)	Tentou movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro		
h)	Cometeu qualquer outra infração de natureza leve		

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 43/50



Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 44/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



#### ANEXO IV

#### FORMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

A apresentação de títulos tem como objetivo apurar a experiência e o aperfeiçoamento profissional do candidato, e servirá na ordem de classificação.

##### 1. Orientações para entrega dos títulos

- 1.1. O candidato deverá comparecer no local de entrega dos títulos, portando cópias dos títulos que possui, acompanhados dos originais ou cópias autenticadas em cartório.
- 1.2. O candidato que estiver portando cópias dos títulos, acompanhados dos documentos originais, terá seus títulos validados por representante da Empresa ASSCON-PP, no ato de entrega.
- 1.3. Os títulos que não antederem ao disposto neste item não serão contabilizados.
- 1.4. Os títulos serão juntados e relacionados em formulário próprio, colocados em envelope com a identificação externa do nome e número de inscrição do candidato, o qual será fechado e rubricado pelo candidato e representante da Empresa ASSCON-PP. A segunda via da relação dos títulos será entregue ao candidato, que servirá como comprovante de apresentação dos mesmos.
- 1.5. Comprovada, em qualquer tempo, a ocorrência de irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, será anulada a respectiva pontuação do candidato e, comprovada a culpabilidade do mesmo, será excluído do Concurso Público ou demitido do cargo que venha a ocupar em decorrência deste certame.
- 1.6. Só serão válidos os títulos apresentados no dia estabelecido no subitem 6.1.2 deste Edital.

##### 2. Requisitos para a classificação por títulos

- 2.1. A prova de títulos terá **pontuação máxima de 1,00 (um) ponto**.
- 2.2. Serão considerados como títulos os certificados de cursos, reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC, concluídos até a data da prova, **na área específica de atuação**, sendo que não serão consideradas declarações ou similares, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, na forma abaixo:
  - 2.2.1. **Será considerada apenas a pontuação do maior título apresentado pelo candidato (pós-graduação, mestrado ou doutorado).**

Título	Pontuação
Pós-graduação	0,25
Mestrado	0,50
Doutorado	1,00



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



## ANEXO V

## DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome do Candidato:	
Nº da Inscrição:	
Cédula de Identidade:	
Cargo pretendido:	

## DECLARAÇÃO

**Declaro**, para os devidos fins, conforme item 3.3 do Edital de Concurso Público nº 003/2015, do Município de Nova Trento, SC, e para que surta os efeitos legais que:

- a deficiência que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo de descrito acima;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Nova Trento, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do candidato



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



#### ANEXO VI

#### MODELO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA HIPOSSUFICIENTES

À  
Comissão Coordenadora do Concurso Público  
do Município Nova Trento, SC

Nos termos do Edital de Concurso Público nº 003/2015 e alterações do Município de Nova Trento, SC, venho requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição:

#### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

Nome:	
Cargo pretendido:	
CPF:	
Número de Identificação Social – NIS:	

#### OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não comprovem sua condição de hipossuficiente financeiramente.
2. Somente o preenchimento do requerimento de isenção não implica na efetivação da inscrição. O candidato requerente deverá apresentar todos os documentos que comprovem sua condição de hipossuficiente, bem como deverá executar todos os procedimentos exigidos no Edital de Concurso Público nº 003/2015.

#### DECLARAÇÃO

Para fins de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição do Edital de Concurso Público nº 003/2015 do Município de Nova Trento, SC, DECLARO:

I – que sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

II – estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do(s) Governo(s), com o nº \_\_\_\_\_;

III – que apresento condição de hipossuficiência financeira e que atendo ao estabelecido no Edital de Concurso Público nº 003/2015, em especial ao item que se refere à isenção da taxa de inscrição;

IV – declaro que residem no mesmo endereço que eu as pessoas abaixo relacionadas:

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 47/50



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



Nome	RG	Grau de parentesco	Renda mensal

V – estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão do Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do concurso Público, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

Nova Trento, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato



**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
CNPJ 82.925.025/0001-60  
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
Fone: 48 32673215



## ANEXO VII

MODELO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE  
INSCRIÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE

Eu, \_\_\_\_\_,  
inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, Cédula de Identidade nº  
\_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_,  
nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Município de  
\_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, telefones \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, venho **requerer isenção do pagamento da taxa de  
inscrição ao cargo de** \_\_\_\_\_,  
do Edital de Concurso Público nº 003/2015, de Nova Trento, SC, na condição de doador  
de sangue pois preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de  
1997, do Estado de Santa Catarina.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

ASSINATURA DO CANDIDATO

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 49/50





**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
 CNPJ 82.925.025/0001-60  
 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000  
 Fone: 48 32673215



## ANEXO VIII

## CRONOGRAMA (sujeito à alterações)

DATA	ATO
10.8.2015	Publicação do Edital do Concurso Público
11 e 12.8.2015	Prazo para impugnações ao Edital
13.8.2015	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital
<b>2.10.215</b>	<b>Publicação do Primeiro Adendo ao Edital</b>
<b>5.10 a 3.11.2015</b>	Período de Inscrições
<b>19.10.2015</b>	Data limite para solicitar isenção da taxa de inscrição
<b>21.10.2015</b>	Divulgação do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição
<b>4.11.2015</b>	Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário
<b>13.11.2015</b>	Publicação da lista dos inscritos
<b>16 e 17.11.2015</b>	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
<b>23.11.2015</b>	Homologação da lista de inscritos
<b>6.12.2015, com início às 8h30min e término às 11h30min</b>	<b>Realização das provas escritas</b>
<b>6.12.2015, com início às 9h30min e término previsto às 12h30min</b>	<b>Apresentação dos títulos</b>
<b>6.12.2015, com início às 14h30min e término previsto às 17h30min</b>	<b>Realização das provas práticas</b>
<b>6.12.2015, a partir das 19h</b>	Publicação dos gabaritos da prova escrita e dos cadernos de prova
<b>7 e 8.12.2015</b>	Prazo para recurso da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita objetiva
<b>14.12.2015</b>	Publicação dos gabaritos definitivos, nota final das provas escrita e prática e pontuação da prova de títulos e da lista de classificados
<b>15 e 16.12.2015</b>	Prazo de recurso lista de classificados, nota da prova prática e pontuação da prova de títulos
<b>21.12.2015</b>	Homologação do resultado final, com eventuais recursos julgados

Edital de Concurso Público nº 003/2015 • fls. 50/50

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 052/15 PR Nº 024-15 SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE RESULTADO DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 024/2015 – que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 02/10/2015 às 09:00 hs, que teve como única participante a empresa: VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP, sendo que foi vencedora com o valor global de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 024/2015.

Novo Horizonte/SC, em 02 de Outubro de 2015.  
ARNO GOLDSCHMIDT  
Pregoeiro

### EXTRATO TA Nº 001 A ARP Nº 010/2015

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015 – REGISTRO DE PREÇOS  
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
DETENTOR: FELIPE B. BOTTEGA ME  
OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (acréscimo) de Preço do valor do litro do combustível constante no item 01 – DO OBJETO – A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S10 E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC. – Ata de Registro de Preços Nº 010/2015 de 28/09/2015 – Processo Licitatório Nº 050/2015 – Pregão Presencial Nº 022/2015.  
VALOR DO ACRÉSCIMO: R\$ 1.927,51 (Um mil novecentos e vinte sete reais e cinquenta um centavos)  
FUNDAMENTO LEGAL: artigo 65, II, “d” da lei 8666/93 e item 7.4 da Ata de Registro de Preços nº 010/2015.

Novo Horizonte/SC, em 01 de Outubro de 2015  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal

### EXTRATO TA Nº 001 AO CA Nº 066-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 066/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.  
Vigência ..... : Início: 02/10/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2015  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração do Agricultor/Fornecedor constante na cláusula 4ª do Pagamento referente ao OBJETO - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Contrato Administrativo Nº 066 de 04 de Agosto de 2015, do Processo Licitatório Nº 044/2015 - Dispensa de Licitação Nº 011/2015.

Novo Horizonte/SC, em 02 de Outubro de 2015  
Eli Mariott  
Prefeito Municipal

### EXTRATO TA Nº 002 AO CA FMS Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 002 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 003/2015  
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME  
Valor ..... : 1.106,24 (um mil cento e seis reais e vinte e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 01/10/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (14)  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (acréscimo) de Preço do valor do litro dos combustíveis constante nos itens 01, 02 e 03 da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - para aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2015, do Contrato Administrativo Nº 003/2015.

Novo Horizonte/SC, em 02 de Outubro de 2015  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA Nº 003 AO CA Nº 008/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 003 ao Contrato Administrativo Nº: 008/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME

Valor ..... : 8.019,05 (oito mil e dezenove reais e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 01/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),  
2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00  
(39), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),  
2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00  
(117), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (acrécimo) de Preço do valor do litro dos combustíveis constante nos itens 01, 02 e 03 da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - para aquisição de combustíveis e prestação de serviço de lavagem, conserto e montagem de pneus e lubrificação, para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, para o exercício de 2015, do Contrato Administrativo Nº 008/2015.

Novo Horizonte/SC, em 01 de Outubro de 2015 – ELI MARIOTT –  
Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 01/10/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo de concreto simples, circular, classe PS1, com diâmetro de 40 cm por 1 metro de comprimento, do tipo macho e fêmea, confeccionados conforme Normas ABNT NBR mais recentes. (01-01-22507)	UN	VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2274)		0	35,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 01/10/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Tubo de concreto simples, circular, classe PS1, com diâmetro de 60 cm por 1 metro de comprimento, do tipo macho e fêmea, confeccionados conforme Normas ABNT NBR mais recentes. (01-01-22508)	UN	VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2274)		0	75,0000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 01/10/2016			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015  
PROCESSO Nº 52/2015  
(2274) - VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP

Novo Horizonte, 2 de Outubro de 2015.

# Palhoça

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º180/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 180/2015 do PREGÃO Nº 131/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BANDEIRAS OFICIAIS DO BRASIL, SANTA CATARINA E DIVERSOS MUNICÍPIOS. OBJETO: Aquisição de bandeiras confeccionadas em nylon paraquedas, com logo aplicado de diversos municípios, Brasil e Palhoça para uso no Centro Administrativo Municipal, Praça das Bandeiras, BR 101 e demais Secretaria. VALOR: R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) DATA: 24/09/2015 A 23/09/2016.

SULBANDEIRAS COMÉRCIO LTDA-ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Bandeiras Oficiais do Brasil, Santa Catarina e Município de Palhoça, confeccionadas em tecido nylon paraquedas (4 panos), com logos aplicadas, corte a laser, medindo 1,82 x 2,56m para uso externo na BR 101, lados esquerdo e direito.	UN	SULBAN-DEIRAS	150,00000	R\$180,0000	R\$27.000,0000
2	Bandeiras Oficiais do Brasil, Santa Catarina e diversos municípios, confeccionadas em tecido nylon paraquedas (4 panos), com logos aplicadas, corte a laser, medindo 1,82 x 2,26m para uso externo na Praça das Bandeiras.	UN	SULBAN-DEIRAS	150,00000	R\$180,0000	R\$27.000,0000
1	Bandeiras Oficiais do Brasil, Santa Catarina e Município de Palhoça, confeccionadas em tecido nylon paraquedas (3 panos), com logos aplicadas, corte a laser, medindo 1,35 x 1,93m para uso externo em frente à Prefeitura Municipal de Palhoça.	UN	SULBAN-DEIRAS	200,00000	R\$115,0000	R\$23.000,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 77.000,0000

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º181/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 181/2015 do PREGÃO Nº 136/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de bombonas e vasilhames de água mineral sem gás (20 litros) para atender as Unidades Escolares da região sul e alguns seguimentos da Secretaria de Educação. VALOR: R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais) DATA: 24/09/2015 A 23/09/2016.

ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Vasilhame Galão de Água Mineral Garrafão Plástico de 20 Litros vazio. PRODUTO NOVO, FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA DE 1ª QUALIDADE, SUPER RESISTENTE E COM 80% DE VIDA ÚTIL, NO MÍNIMO. Produto Fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral)	UN	SANTA RITA	200,00000	R\$18,5000	R\$3.700,0000
1	Água Mineral, sem gás, acondicionada em bombonas de 20 litros de policarbonato transparente, PH mínimo de 6.0 a 25º C na fonte. Água mineral é apenas para reposição, no momento da entrega será feita a troca do vasilhame. Produto com registro no Ministério da Saúde.	UN	SANTA RITA	3.000,00000	R\$6,0000	R\$18.000,0000
Total Geral dos Itens						R\$21.700,0000



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º182/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 182/2015 do PREGÃO Nº 132/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa KEVIN BUGS VAZ ME. OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de limpeza, desinfecção e desincrustação de reservatórios de água nas unidades escolares do município, com fornecimento de material e mão de obra. VALOR: R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) DATA: 24/09/2015 A 23/09/2016.

KEVIN BUGS VAZ ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Análise de Potabilidade, realizado de 4 a 8 dias após a realização da limpeza	SERV		65,00000	R\$320,9300	R\$20.860,4500
4	Limpeza e desinfecção de caixa d'água de 25.000 litros.	SERV		4,00000	R\$423,7600	R\$1.695,0400
5	Limpeza e desinfecção de caixa d'água de 10.000 litros.	SERV		7,00000	R\$318,7500	R\$2.231,2500
6	Limpeza de caixa'dagua 5000 litros.	SERV		10,00000	R\$239,9100	R\$2.399,1000
7	Limpeza e desinfecção de caixa d'água 3.000 L.	SERV		10,00000	R\$227,4500	R\$2.274,5000
8	Limpeza de caixa'dagua 2000 litros.	SERV		10,00000	R\$207,2000	R\$2.072,0000
9	Limpeza de caixa d'água 1000 litros.	SERV		55,00000	R\$193,1700	R\$10.624,3500
2	Serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água de 500 litros.	SERV		34,00000	R\$180,7100	R\$6.144,1400
1	Limpeza e desinfecção de caixa d'água 250 L.	SERV		10,00000	R\$169,8100	R\$1.698,1000
Total Geral dos Itens						R\$49.998,9300

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º183/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUT. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA

ATA Nº 183/2015 do PREGÃO Nº 128/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de toner para impressoras próprias do SAMAE, para suprir sua necessidade de fotocópias de documentos oficiais. OBS. Está fora de licitação anterior, haja vista que os equipamentos são patrimônios do SAMAE Palhoça, não fazendo parte da licitação de locação. VALOR: R\$ 4.570,00 (quatro mil e quinhentos e setenta reais) DATA: 25/09/2015 A 24/09/2016.

TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	TONER ORIGINAL CE 413A (305A) CART MAGENTA HP	UN	TECTONER	8,00000	R\$75,0000	R\$600,0000
7	TONER ORIGINAL CE 412A (305A) CART AMARELO HP	UN	TECTONER	8,00000	R\$75,0000	R\$600,0000
6	TONER ORIGINAL CE 411A (305A) CART CIANO HP	UN	TECTONER	8,00000	R\$75,0000	R\$600,0000
5	TONER ORIGINAL CE 410A (305A) CART PRETO HP	UN	TECTONER	8,00000	R\$75,0000	R\$600,0000
4	TONER ORIGINAL CB436AB CART BLACK HP	UN	TECTONER	6,00000	R\$50,0000	R\$300,0000
3	TONER ORIGINAL TN 650SBR CART BLACK 8000 PÁGINAS BROTHER	UN	TECTONER	8,00000	R\$70,0000	R\$560,0000
2	TONER ORIGINAL TN 580BR CART PRETO 7000 PÁGINAS BROTHER	UN	TECTONER	8,00000	R\$70,0000	R\$560,0000
1	TONER ORIGINAL TIPO CE 285AB (85A) PRETO HP	UN	TECTONER	15,00000	R\$50,0000	R\$750,0000
Total Geral dos Itens						R\$4.570,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º184/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 184/2015 do PREGÃO Nº 134/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de cartuchos e toner para demanda de toda Secretaria de Assistência Social de Palhoça e seus serviços. VALOR: R\$ 4.500,80 (quatro mil e quinhentos reais e oitenta centavos) DATA: 25/09/2015 A 24/09/2016.

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Cartucho para impressora HP office jet J3680, preto com 16ml	UN	HP	50,00000	R\$41,9800	R\$2.099,0000
13	Cartucho para impressora HP Deskjet Ink Advantage 3515, preto	UN	HP	60,00000	R\$23,9900	R\$1.439,4000
14	Cartucho para impressora HP Deskjet Ink Advantage 3515, colorido	UN	HP	40,00000	R\$24,0600	R\$962,4000
Total Geral dos Itens						R\$4.50,8000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º185/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 185/2015 do PREGÃO Nº 134/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de cartuchos e toner para demanda de toda Secretaria de Assistência Social de Palhoça e seus serviços. VALOR: R\$ 14.474,00 (quartoze mil quatrocentos e setenta e quatro reais) DATA: 25/09/2015 A 24/09/2016.

TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Toner para impressora HP laserjet M1132, preto	UN	TECTONER	120,00000	R\$25,0000	R\$3.000,0000
11	Toner para impressora HP laserjet P2035, preto	UN	TECTONER	60,00000	R\$71,9000	R\$4.314,0000
15	Toner para impressora HP Laserjet Pro MFP M476dw, preto	UN	TECTONER	20,00000	R\$179,0000	R\$3.580,0000
17	Toner para impressora HP Laserjet Pro MFP M476dw, ciano	UN	TECTONER	20,00000	R\$179,0000	R\$3.580,0000
Total Geral dos Itens						R\$14.474,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º186/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 186/2015 do PREGÃO Nº 134/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa A A DA SILVA CARTUCHOS. OBJETO: Aquisição de cartuchos e toner para demanda de toda Secretaria de Assistência Social de Palhoça e seus serviços. VALOR: R\$ 15.585,00 (quinze mil quinhentos e oitenta e cinco reais) DATA: 25/09/2015 A 24/09/2016.

A A DA SILVA CARTUCHOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Toner para impressora HP laserjet pro M1536 dnf, preto	UN		75,00000	R\$27,0000	R\$2.025,0000
9	Cartucho para impressora HP office jet J3680, colorido com 12ml	UN	WP DO BRASIL	50,00000	R\$58,0000	R\$2.900,0000
12	Toner para impressora HP laserjet 1020, preto	UN	WP DO BRASIL	50,00000	R\$70,0000	R\$3.500,0000
16	Toner para impressora HP Laserjet Pro MFP M476dw, amarelo	UN	WP DO BRASIL	20,00000	R\$179,0000	R\$3.580,0000
18	Toner para impressora HP Laserjet Pro MFP M476dw, magenta	UN	WP DO BRASIL	20,00000	R\$179,0000	R\$3.580,0000
Total Geral dos Itens						R\$15.585,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º187/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 187/2015 do PREGÃO Nº 134/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa INKJET21 SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de cartuchos e toner para demanda de toda Secretaria de Assistência Social de Palhoça e seus serviços. VALOR: R\$ 22.975,00 (vinte dois mil novecentos setenta e cinco reais) DATA: 25/09/2015 A 24/09/2016.

INKJET21 SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Cartucho para impressora HP office jet pro 8600, preto com 75ml	UN	MARCA SUPRI	120,00000	R\$53,9500	R\$6.474,0000
2	Cartucho para impressora HP office jet pro 8600, amarelo com 17ml	UN	MARCA SUPRI	60,00000	R\$53,9500	R\$3.237,0000
3	Cartucho para impressora HP office jet pro 8600, ciano com 17ml	UN	MARCA SUPRI	60,00000	R\$53,9000	R\$3.234,0000
4	Cartucho para impressora HP office jet pro 8600, magenta com 17ml	UN	MARCA SUPRI	60,00000	R\$53,9500	R\$3.237,0000
7	Toner para impressora Samsung ML 2165, preto	UN	BLUE SKY	60,00000	R\$89,9000	R\$5.394,0000
10	Toner para impressora HP laserjet P1505, preto	UN	BLUE SKY	20,00000	R\$69,9500	R\$1.399,0000
Total Geral dos Itens						R\$22.975,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º188/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 188/2015 do PREGÃO Nº 139/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEIXER – COMÉRCIO, SERVIÇOS E ALUGUEIS LTDA- ME. OBJETO: Aquisição de mármore ou granito para mobília deste Fundo (Abrigo Institucional, CREAS, CRAS, IGD Bolsa, Centro do Idoso, Conselho Tutelar, Centro POP). VALOR: R\$ 22.975,00 (vinte dois mil novecentos setenta e cinco reais) DATA: 29/09/2015 A 28/09/2016.

PEIXER – COMÉRCIO, SERVIÇOS E ALUGUEIS LTDA – ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Mármore ou granito nas seguintes cores Acqualux, Branco Ceará, Cinza Corumbá, Preto Indiano, branco polaris com espessura mínima de 3cm, devidamente tratada com impermeabilizante. Devidamente instalada em mesas e bancadas.	M2		100,00000	R\$330,0000	R\$33.000,0000
Total Geral dos Itens						R\$33.000,0000

**DECRETO Nº 1.916, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.916, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

SERVIDOR DESTAQUE. Altera o Parágrafo Único do Decreto nº 1.862, de 21 de julho de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições e regulamentando o art. 316 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos e o art. 337 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010 – Estatuto dos Servidores da Educação, resolve

DECRETAR:

Art. 1º A solenidade de premiação do Servidor Destaque 2015 será realizada no dia 29 de outubro de 2015, às 14:00 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Art. 2º O Parágrafo Único do art. 9º do Decreto nº 1.862, de 21 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º (...)

Parágrafo Único. A votação ocorrerá entre os dias 12 de outubro de 2015, encerrando-se a votação no dia 23 de outubro de 2015 às 19:00 horas.”

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 01 de outubro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº143/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

143/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de carga de gás e vasilhames para as cozinhas das unidades de ensino do Município, para a Secretaria de Educação, através do Sistema de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1: - FLAME COMÉRCIO DE GÁS LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 665.480,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais).

Palhoça, 02 de Outubro de 2015.

André José Silveira

Pregoeiro

**TERMO DE CESSÃO DE USO**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

**"TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL PÚBLICO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO."**

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, o MUNICÍPIO DE PALHOÇA (Secretaria de Serviços Públicos), doravante denominado CEDENTE, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, nº 280, CEP: 88132-900, Município de Palhoça, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.316/0001-08, neste ato representado por seu Secretário Municipal, Sr. Edson Ghisoni, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº3494109/SSPSC, inscrito no CPF sob o nº 027.388.319-40, residente e domiciliado na Rua das Frutas do Conde, nº 89, São Sebastião, Palhoça/SC, e o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.594.126/0001-58, situado na Rua Evaldo Carlos Baash, nº 145, Centro, Palhoça/SC, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Presidente Sérgio Matiola, portador da Carteira de Identidade nº 49961 e do CPF nº 245.354.199-49, residente e domiciliado na Rua Alice Constâncio Farias, nº 54, Centro, resolvem por mútuo acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL PÚBLICO, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O CEDENTE fornecerá à CESSIONÁRIA os bens móveis abaixo descritos, do Centro de Custo 05.001.001:

Cod.	Complemento	Valor Contábil
22044	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - MODELO: E215B. MARCA: NEW HOLLAND, PINTURA AMARELA, ÓLEO DIESEL, CHASSI: N9AA05611, NÚMERO DO MOTOR: 6032117. Informações úteis: Processo 258/2009. Contrato: 213/2009. Empenho: 343/2010	485.000,00
22043	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - MODELO: E215B. MARCA: NEW HOLLAND, PINTURA AMARELA, ÓLEO DIESEL, CHASSI: N9AA05610, NÚMERO DO MOTOR: 6032371. Informações úteis: Processo 258/2009. Contrato: 213/2009. Empenho: 343/2010	485.000,00
22047	RETROESCAVADEIRA. MODELO: LB110. 4X4 TOLDO. PINTURA AMARELA. DIESEL. MARCA: NEW HOLLAND. CHASSI: N9AH20983. NÚMERO DO MOTOR: 36154045. Informações úteis: Processo 258/2009. Contrato: 213/2009. Empenho: 343/2010	215.000,00
22046	RETROESCAVADEIRA. MODELO: LB110. 4X4 TOLDO. PINTURA AMARELA. DIESEL. MARCA: NEW HOLLAND. CHASSI: N9AH20981. NÚMERO DO MOTOR: 36154128. Informações úteis: Processo 258/2009. Contrato: 213/2009. Empenho: 343/2010	215.000,00
26381	FORD CARGO 2422 E. 2006/2006. BRANCA. DIESEL. CHASSI: 9BFYCEHV56BB69556. RENAVAL: 895455749. PLACA: MDW1996.	148.450,00
26386	FORD CARGO 2422 E. 2006/2006. BRANCA. DIESEL. CHASSI: 9BFYCEM076BB69705. RENAVAL: 895458454. PLACA: MDW2036	148.450,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO**

I - Os veículos objetos desta Cessão de Uso destinam-se exclusivamente à utilização pelo SAMAE Palhoça, para atividades previstas na Lei nº 3224, de 28 de Dezembro de 2009 e no Decreto nº 1284, de 21 de Junho de 2011.

II - A presente Cessão de Uso não pode, sob hipótese nenhuma, ter outra destinação, sob pena de revogação da presente cessão.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DA DENÚNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 12 meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, sendo que a denúncia poderá ser feita a qualquer tempo, se assim for do interesse de qualquer das partes contratantes, mediante comunicação prévia, expressa, de, no mínimo, 120 (cento vinte) dias.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS DESPESAS**

Durante o prazo de vigência da cessão, todas as despesas referente a manutenção, conservação, abastecimento, licenciamento, seguro obrigatório, bem como o seguro total do veículo, correrão por conta das dotações orçamentárias do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Palhoça.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E DA REVERSÃO**

A presente Cessão será rescindida de pleno direito, sem necessidade de comunicação prévia, acarretando a imediata reversão do veículo, ao Patrimônio Público Municipal, nos seguintes casos:

I - se o CESSIONÁRIO der outra destinação aos veículos cedidos;

II - nos demais casos previstos em lei específica.

**CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justes e acordes, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Centro Administrativo, Camilo Nazareno Pagani Martins, em Palhoça - SC, aos 30 dias do mês de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_  
Município de Palhoça  
Edson Ghisoni  
CEDENTE

\_\_\_\_\_  
Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Sérgio Matiola  
CESSIONÁRIO

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF Nº

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF Nº

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 115/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 115/2015. Modalidade: Leilão Nº 001/2015. Objeto VENDA DE ATIVOS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Data da abertura: 28/10/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no site: [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br) ou no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 02 de outubro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 25654, DE 29.09.2015 - APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ALCIDES FREDOLINO HACK**

Decreto nº 2565, de 29 de setembro de 2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ALCIDES FREDOLINO HACK.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

#### DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de ALCIDES FREDOLINO HACK, com a área total de 813,10 m<sup>2</sup> (oitocentos e treze metros com dez décimos quadrados), localizado na Rua Nereu Ramos à 19,27 metros da esquina com a Rua Antonio Borges Bueno, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 4.095, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do 'Lote A': com área de 398,27

FRENTE: com a Rua Nereu Ramos, com 10,18 metros, lado ÍMPAR, a 19,27 metros com o lado PAR da esquina com a Rua Antonio Borges Bueno

FUNDOS: com o lote numero 16, com 10,00 metros, com terras de Eliane Gruber

Lado DIREITO: com o lote 'B', com 40,65 metros, terras de Alcides FredolinoHack

Lado ESQUERDO: com o lote numero 18, com 38,71 metros, com terras de Marcelo Ferens.

Descrição do 'Lote B': com área de 414,83

FRENTE: com a Rua Nereu Ramos, com 10,19 metros, lado IMPAR, a 29,45 metros com o lado PAR da esquina com a Rua Antonio Borges Bueno

FUNDOS: com o lote numero 16, com 10,00 metros, com terras Eliane Gruber

Lado DIREITO: com o lote 02 terras de Salete de Mello 27,51 metros, com o lote 03 terras de Jadviga Szulczewski 15,09 metros

Lado ESQUERDO: com o lote 'A', com 40,65 metros, com terras de Alcides Fredolino Hack.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2558, de 14 de setembro de 2015.

Município de Papanduva, 29 de setembro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### PORTARIA 185/2015

PORTARIA Nº 185 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

"Dispõe sobre a autorização para condução de veículos oficiais por servidores da prefeitura municipal de Passo de Torres, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1º Os servidores da Prefeitura Municipal de Passo de Torres abaixo descritos, poderão, no interesse do serviço público e no exercício de suas próprias atribuições, em havendo insuficiência de Motoristas Oficiais, dirigir veículos oficiais, atendido o estabelecido nesta Portaria.

Alexandre Angelo Felipe – Secretário de Administração e Finanças ;Urbano Oliveira Cardoso – Assessor Administrativo; Lúcio Hespagnol de Souza – Secretário de Turismo; Tiago Zacca Acordi – Secretário do Meio Ambiente; Dani Nasser de Oliveira - Artífice; Namur dos Santos Silveira – Assessor Adjunto de Esporte;; Ilario dos Santos Gonçalves – Chefe de Departamento de Cadastro e Tributação; Angela Luiza Bertoldo Francisco Bauer – Assessor Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social – , Karini Lummertz Colares – Secretária Municipal de Educação, Jaime Luis da Silveira Batista – Chefe de Departamento de Cultura.

Art. 2º O uso indevido do veículo oficial implicará no imediato cancelamento desta e na sujeição do servidor às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo único: Ao servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ele praticados na condução de veículo oficial

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 139 de 24 de junho de 2015.

Passo de Torres, 29 de setembro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal de Passo de Torres

Esta portaria foi registrada e publicada nesta Secretaria de administração e Finanças em 29 de setembro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 186/2015

PORTARIA 186 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Luis Antonio Schineider da Costa, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Luis Antonio Schineider da Costa, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de outubro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.



# Passos Maia

## PREFEITURA

**EDITAL N. 0054/2015**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0054/2015

TOMA DE PREÇO N. 0003/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0003/2015 – Objeto – Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Passos Maia - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB. O procedimento licitatório e a contratação que dele resultar obedecerão, integralmente, às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas modificações, bem como a Lei Complementar n. 123/2006, e demais legislações aplicadas. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 14:00 hs do dia , 28 de outubro de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 02 de outubro de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL N. 0055/2015**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0055/2015

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0013/2015

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivandre Bocalon, justifica a Dispensa de Licitação para a contratação de empresa especializada em serviços de perfusão e detonação de rochas.  
Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).  
Amparo Legal: Art.24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 02 de outubro de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO ADITIVO 0001 AO CONTRATO N. 0082/2015**

TERMO ADITIVO 0001/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0082/2015

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0033/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS n. 0001/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Botero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, à empresa ARRUDA PRESTADORA

DE SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 15.610.542/0001-53, sediada na Rua Armando Marinho, n. 784, Bairro Frederico Ferronato, Cidade e Comarca de Xanxerê – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor JOÃO AUGUSTO ARRUDA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n. 609.495.549-87 e RG n. 207.137-6, residente e domiciliado na Cidade e Comarca de Xanxerê – SC, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 58, inciso I, da Lei n. 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a modificação do contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público.

Considerando a necessidade de manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro do Município de Passos Maia – SC, vez que a arrecadação está muito aquém do crescimento da inflação, aliado ao fato de que a arrecadação não está atingindo a meta inicialmente prevista na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2015, fatores que, indubitavelmente, vêm aumentando as despesas municipais, acarretando um déficit financeiro;  
Considerando que os serviços licitados são afetos à continuidade do Programa Municipal instituído pela Lei n. 748, de 10 de abril de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

A Cláusula Terceira do Contrato Originário, passará a vigorar da seguinte forma:

“Pelos serviços e materiais objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:

· Em relação ao item 01 – mão-de-obra para colocação de meio-fio, a quantia de R\$ 8,00 (oito reais) o metro linear, 1.500 (um mil e quinhentos) metros, condicionados aos serviços efetivamente executados;”

**CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro de Comarca de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste termo aditivo.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Passos Maia - SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

IVANDRE BOCALON

CONTRATANTE

ARRUDA PRESTADORA DE SERVIÇOS  
CONTRATADATESTEMUNHAS:  
EDSON SALVADEGO  
CPF n. 067.004.859-32DOUGLAS AIGNER  
CPF n. 009.844.399-27

# Paulo Lopes

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 16/2015**

PORTARIA Nº. 16/15

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE**

Autorizar a servidora comissionada, JULIANA SILVA BORGES, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 05 de Outubro de 2015 a 04 de Novembro de 2015.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 05 de outubro de 2015.

Oziel Evaldo Silva  
Presidente

Publicada a presente Portaria em 05 de outubro de 2015.

# Penha

## PREFEITURA

### 4º TERMO ADITIVO Nº 33/2015- FMAS

3º Termo Aditivo nº 33/2015 FMAS  
Ao contrato nº 20/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 –FMAS.

Objeto: contratação de empresa especializada em fornecer COFFE BREAK para os usuários da secretaria de assistência social nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos no CRAS.

Pelo presente instrumento de 4º Termo Aditivo nº 33/2015-FMAS ao Contrato Administrativo 20/2014-FMAS para prestação de serviço, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº11.680.072/0001-43, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRICIA LTDA ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras / SC, no bairro Santo Antônio, na Avenida Getulio Vargas, nº 588, CEP: 88380-000, telefone (47) 3345-0530, inscrita no CNPJ sob o nº 78.357.167/0001-00, neste ato representada Graziella Martins Teixeira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 20/2014-FMAS fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar de 30.09.2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Setembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRICIA LTDA ME  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

#### DE ACORDO:

\_\_\_\_\_  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### CONTRATO Nº 101/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
CONTRATO Nº 101/2015 – RH/FMS  
Contratado (A): DANIEL FERNANDES MOURA JUNIOR, na função de Médico Plantonista, início em 02/10/2015 e término em 01/10/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.  
Penha/SC, 02 de outubro de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 102/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
CONTRATO Nº 102/2015 – RH/FMS  
Contratado (A): NILZA TERESINHA MENDES DE CAMPOS, na função de Médico Plantonista, início em 02/10/2015 e término em 01/10/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.  
Penha/SC, 02 de outubro de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2403/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECRETO Nº 2403/2015  
NOMEIA: o Sr. VALDIR NESTOR MAFRA JUNIOR, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMNTO, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.  
Penha/SC, 02 de outubro de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 389/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 389/2015 AO CONTRATO Nº 371/2015  
Contratado (A) SIMONE PEREIRA DE LIMA, fica alterada a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, no período de 02/10/2015 a 11/12/2015.  
Penha/SC, 02 de outubro de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 23 DE NOVEMBRO DE 2015, licitação modalidade Concorrência Pública n. 001/2015, tendo como objeto a venda de dois lotes de terra urbanos de propriedade do município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, matrícula nº 7.559 e 7.560. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 23/11/2015, até às 14:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:30 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 02 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 325, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 325, DE 01 DE outubro DE 2015.

DESIGNA Silvana mugnol OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE tesouraria, PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA CONFORME DETERMINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e no disposto da Lei Complementar nº 224, de 29 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º.- DESIGNAR, Silvana mugnol, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 029.465.589-16, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Tesouraria, para exercer função gratificada de Responsável pela Vigilância Epidemiológica, nível FG-03.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 01 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 326, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 326, DE 01 DE Outubro DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA LORETI HACK RABUSKE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora LORETI HACK RABUSKE, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 12/03/2014 a 11/03/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de outubro de 2015 a 30 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 01 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº. 327, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 327, DE 01 DE outubro DE 2015.

EXONERA VIVIANE ANTUNES DE LIMA DO EXERCÍCIO Da FUNÇÃO de Professora de educação física com licenciatura.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando que o servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, Mauro Nei Osmarin, retornou a suas atividades na data de 01 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, VIVIANE ANTUNES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 082.905.319-07, da função temporário de "professora de educação física com licenciatura", lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada através da Portaria 216, de 16 de junho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 045 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 045 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 086 / 2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE 1ª LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA AS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL E PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 19/10/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 19/10/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 02 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 107 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 107 / 2015

Processo Administrativo n.º 081 / 2015.

Pregão Presencial n.º 040 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: MARQUES & ODORIZZI LTDA - ME.

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO EMBORRACHADO PASTILHADO PARA AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$100.000,00 (cem mil reais) – Item 01.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 24/09/2016.

Pomerode/SC, 24 de Setembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

# SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

## CONCURSO 01-2015

IBAM | POMERODE 2015- SAMAE- CONCURSO PÚBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 17/09/2015 - 11:02

Médio completo

001 - ESCRITURÁRIO

No. de vagas: 2

### LISTAGEM DEFICIENTES

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
01	JONATHAN FERNANDO DA SILVA	29807-7	0	04/05/1984	260.00	0.000	260.000

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MORGANA NICOLODELLI	11843-5	1	08/03/1975	390.00	0.000	390.000
2	ROBERTO CARDOSO STRUVE	30832-3	0	28/07/1978	390.00	0.000	390.000
3	SILVIA LA PORTA SOARES DE OLIVEIRA	29897-2	1	26/02/1979	390.00	0.000	390.000
4	MAURICIO SOARES PIRES	29542-6	0	06/12/1989	380.00	0.000	380.000
5	EDUARDO MORSCH	11738-2	0	14/03/1991	380.00	0.000	380.000
6	MAYARA DETTONI MODZINSKI	29605-8	0	20/02/1993	370.00	0.000	370.000
7	ELISABETH DE ANDRADE GERMER	32986-0	0	05/08/1977	370.00	0.000	370.000
8	GEOVANA VENDRUSCOLO	32321-7	0	12/11/1988	370.00	0.000	370.000
9	ROMULO FISCHER	33911-3	0	09/02/1979	360.00	0.000	360.000
10	CRISTIAN VANZUITA	12311-0	2	05/04/1985	360.00	0.000	360.000
11	LARISSA MENDES SOARES	29431-4	0	12/07/1987	360.00	0.000	360.000
12	EDUARDO AUGUSTO LEMOS	11520-7	1	11/09/1991	360.00	0.000	360.000
13	ORLI FLAVIO PATERNO	34844-9	3	16/02/1974	360.00	0.000	360.000
14	LUCIANA TASSI	13117-2	0	17/10/1978	360.00	0.000	360.000
15	TEREZINHA ALVES RENGEL	35446-5	0	11/01/1979	360.00	0.000	360.000
16	GUSTAVO CELANT ROEDEL	29476-4	0	18/06/1985	360.00	0.000	360.000
17	CLEBER BARBOSA	13155-5	0	25/05/1990	360.00	0.000	360.000
18	RENAN BARBOSA PINTO	29696-1	0	17/01/1997	360.00	0.000	360.000
19	CAMILA GARCIA	32444-2	0	16/06/1989	360.00	0.000	360.000
20	JOSE PAULO WEIDE	33530-4	0	06/01/1982	350.00	0.000	350.000
21	TAIGUARA ZUKOSKI	34742-6	0	07/03/1984	350.00	0.000	350.000
22	RAFAEL DEZORZI	29569-8	0	09/09/1987	350.00	0.000	350.000
23	DIONE FERREIRA DE AVILA	29433-0	0	10/09/1988	350.00	0.000	350.000
24	PRICILA MARTINS	29705-4	0	10/11/1981	350.00	0.000	350.000
25	MILENA MAIMONE CASTILHO	35207-1	0	22/05/1984	350.00	0.000	350.000
26	MARCELO VOIGT	34023-5	0	29/06/1983	350.00	0.000	350.000
27	BARBARA WEISER MARTINS	29423-3	0	02/07/1985	350.00	0.000	350.000
28	SUSANA BUTZKE ANGELI	29852-2	1	24/07/1967	350.00	0.000	350.000
29	JOAO LUCAS DE SIQUEIRA ROSA	29834-4	0	15/01/1990	350.00	0.000	350.000
30	AMANDA CRISTHIE TRUMMER DA SILVA	34327-7	0	10/06/1991	350.00	0.000	350.000
31	PAMELA RAISSA PEREIRA	35036-2	0	15/11/1992	350.00	0.000	350.000
32	LIONETE APARECIDA PRATES DIAS	11681-5	1	16/01/1969	340.00	0.000	340.000
33	VALQUIRIA DIAN VIEIRA	29546-9	0	28/12/1982	340.00	0.000	340.000
34	FABIO JONATAS FINGER BERTOLDI	31813-2	0	07/07/1981	340.00	0.000	340.000

35	RODRIGO DOLZAN	29946-4	0	20/03/1986	340.00	0.000	340.000
36	GIOVANI GIACOMELLI	29722-4	1	21/03/1989	340.00	0.000	340.000
37	ANDREA PAULA FIORAVANTI RAMALHO MAIA	29387-3	0	01/12/1974	340.00	0.000	340.000
38	SANDRA REGINA ANDRZEJEWSKI CORREA	13221-7	1	19/10/1981	340.00	0.000	340.000
39	MARCIA LAURETH PHILIPPI	32570-8	2	15/03/1979	340.00	0.000	340.000
40	ROSANE DE OLIVEIRA PAIM	29659-7	2	26/11/1981	340.00	0.000	340.000



IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | 17/09/2015 - 11:02  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	ERNANI CRISTIANO SIEBERT	12116-9	0	06/08/1986	340.00	0.000	340.000
42	GABRIELA BOEMER AMARAL	11724-2	0	14/12/1988	340.00	0.000	340.000
43	VILMAR VOLKMAN	33733-1	2	26/08/1956	340.00	0.000	340.000
44	SERGIO AUGUSTO BORGES DA SILVA	29497-7	5	06/03/1960	340.00	0.000	340.000
45	SARA LISSIA HORNBERG REINICKE	29848-4	2	25/06/1968	340.00	0.000	340.000
46	MICHELE KAROLINE BENVENUTI GOUVEIA	29942-1	2	23/09/1984	340.00	0.000	340.000
47	NICOLE GANZENMULLER	34641-1	0	23/11/1986	340.00	0.000	340.000
48	JONAS KLAUMANN	11688-2	0	07/03/1990	340.00	0.000	340.000
49	ROBSON MENDES FARIAS DA SILVA	34537-7	0	25/06/1989	340.00	0.000	340.000
50	IZAIR CENSI	34198-3	1	27/07/1970	340.00	0.000	340.000
51	FABIO CESAR FARIAS	12755-8	0	24/03/1988	340.00	0.000	340.000
52	MARCIO FISCHER	29635-0	2	27/03/1972	340.00	0.000	340.000
53	THIAGO PEGORETTI MOSER	31689-0	0	12/09/1984	340.00	0.000	340.000
54	JOSIANI VITTORIA	13255-1	0	30/06/1987	340.00	0.000	340.000
55	CELIO GIOVANI DA SILVA	11684-0	0	10/01/1974	340.00	0.000	340.000
56	KARINE LOPES	35306-0	0	17/06/1980	340.00	0.000	340.000
57	DOUGLAS JULIANO SCHLUTER	29783-6	0	28/01/1992	330.00	0.000	330.000
58	JOAO JOSE MARCAL JUNIOR	33985-7	1	26/03/1975	330.00	0.000	330.000
59	OSNI LUTKE	33272-0	2	24/08/1966	330.00	0.000	330.000
60	ANDRE FABIANO KLUG	13195-4	0	06/10/1982	330.00	0.000	330.000
61	SAMANTA TELES DE PADUA	33492-8	0	08/04/1985	330.00	0.000	330.000
62	WILLIAN KREUTZFELD	11640-8	0	21/11/1991	330.00	0.000	330.000
63	CARLOS RICARDO WOELTJE	29999-5	1	12/10/1964	330.00	0.000	330.000
64	ANA CLAUDIA KONOPKA PETERS	31639-3	0	05/01/1988	330.00	0.000	330.000
65	HENRIQUE GUSTAVO FUCHS MARTINS	32927-4	0	18/04/1981	330.00	0.000	330.000
66	ADRIANA HORBACH	33052-3	0	06/02/1991	330.00	0.000	330.000
67	LUCIANE BERNARDINO	12245-9	1	09/12/1979	330.00	0.000	330.000
68	VANESSA LUCIA BAHR LAURIOLA	35370-1	1	06/07/1981	330.00	0.000	330.000
69	CAROLINA KLEIN	12428-1	0	17/02/1989	330.00	0.000	330.000
70	LETICIA MANKE	35174-1	0	05/05/1991	330.00	0.000	330.000
71	FERNANDO GUENTHER	35394-9	0	08/08/1982	330.00	0.000	330.000
72	POLYANA CAROLINA DE SOUZA	11514-2	0	14/03/1986	330.00	0.000	330.000
73	ANDREA GUSTMANN GOMES	30069-1	0	17/06/1972	330.00	0.000	330.000
74	CASSIA JUNG DESCHAMPS	29969-3	2	17/05/1974	330.00	0.000	330.000
75	JENIFER OLIVEIRA CRUZ DA SILVA	29927-8	0	06/04/1989	330.00	0.000	330.000
76	GIOVANI KULPA	30203-1	0	16/12/1990	330.00	0.000	330.000
77	KEOMA FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS	12149-5	0	26/07/1995	330.00	0.000	330.000
78	DENIS JOSE ALVES	12317-0	0	24/07/1982	330.00	0.000	330.000
79	ROSELI LOOCK DOS SANTOS	29538-8	0	09/10/1989	330.00	0.000	330.000
80	BRUNA LUIZA DREHER	33712-9	0	07/04/1992	330.00	0.000	330.000
81	LUCAS RAMON BEIRO	12478-8	0	23/04/1992	330.00	0.000	330.000

IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | PAG: 3  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 17/09/2015 - 11:02

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	LOURILDO ALVES DE ALMEIDA E SILVA	293394-6	2	26/04/1954	320.00	0.000	320.000
83	LUIS VALERIO FRANCA	29643-0	2	07/05/1965	320.00	0.000	320.000
84	JEAN CARLOS CZIESIELSKI	35338-8	0	30/01/1996	320.00	0.000	320.000
85	NORMELIO EIDT	29601-5	2	06/03/1967	320.00	0.000	320.000
86	BARBARA ALEXANDRE RODRIGUES CAMPOS LORENZI	11596-7	3	26/08/1974	320.00	0.000	320.000
87	ANA LYGIA PANOCH	35260-8	0	15/05/1984	320.00	0.000	320.000
88	DANIEL PEREIRA MONTEIRO	33398-0	0	07/03/1974	320.00	0.000	320.000
89	CIDINHA SALETE GIOVANELLA DALLABRIDA	12341-2	1	14/07/1976	320.00	0.000	320.000
90	JURACIR DERETTI	34925-9	0	23/09/1980	320.00	0.000	320.000
91	ROSANE HOEPPERS GOMES	30444-1	1	27/11/1964	320.00	0.000	320.000
92	ADILSON QUINTINO	31976-7	1	03/05/1975	320.00	0.000	320.000
93	SERGIO MEDINA LOURENTI	29343-1	2	02/07/1971	320.00	0.000	320.000
94	MARCELLA DE OLIVEIRA SOARES	29654-6	0	15/04/1987	320.00	0.000	320.000
95	GUSTAVO FRANCISCO REIS	29468-3	0	06/06/1988	320.00	0.000	320.000
96	FRANCIANE ALINE FROEHLICH	31777-2	0	26/08/1984	320.00	0.000	320.000
97	ELISIANE KLEINSCHMIDT	29688-0	0	09/05/1988	320.00	0.000	320.000
98	LAIRA FABIANE COIMBRA	33507-0	0	08/01/1991	320.00	0.000	320.000
99	CAROLINE MICHEL	35467-8	0	31/07/1995	320.00	0.000	320.000
100	CAROLINE LOUISE FLORIANI	12157-6	0	20/05/1991	320.00	0.000	320.000
101	IOHANA LAIS FRUTUOSO	29756-9	0	06/06/1992	310.00	0.000	310.000
102	MAGDA KNABEN NIVEIROS	13288-8	1	04/01/1979	310.00	0.000	310.000
103	MATEUS ERAT DE JESUS	29704-6	2	05/03/1976	310.00	0.000	310.000
104	SABRINA LUSTOSA GOMIDE	12194-0	0	06/06/1981	310.00	0.000	310.000
105	MANUELLA STORTZ	31566-4	0	05/07/1989	310.00	0.000	310.000
106	SUZIMERI GIELAND FERREIRA DA COSTA	29991-0	2	09/06/1972	310.00	0.000	310.000
107	GILMAR LANG	29988-0	2	21/09/1973	310.00	0.000	310.000
108	FERNANDO MACCARINI ROSSA	11901-6	0	09/08/1986	310.00	0.000	310.000
109	VANESSA BACHMANN	12998-4	0	28/02/1989	310.00	0.000	310.000
110	PAULO RODRIGO HOLZER	12313-7	1	10/08/1989	310.00	0.000	310.000
111	ANDREZA FRUHAUF	11975-0	0	16/01/1995	310.00	0.000	310.000
112	PATRICIA KOERICH	29941-3	0	09/08/1992	310.00	0.000	310.000
113	LUCILENE MANERICH	33690-4	0	14/04/1984	310.00	0.000	310.000
114	MARJORIE MAESTRI BROGNOLI	13055-9	0	28/02/1990	310.00	0.000	310.000
115	DANIEL KLEIN	33069-8	0	08/07/1992	310.00	0.000	310.000
116	ANE CRISTINE KILPP ROCHA	12721-3	0	26/05/1978	310.00	0.000	310.000
117	LEANDRO VIEIRA	33509-6	0	29/06/1985	310.00	0.000	310.000
118	CECILIA AGEITOS MENDES	34255-6	0	22/04/1986	310.00	0.000	310.000
119	FELIPE ANDRES SANDRIN ABARZUA	11440-5	0	20/03/1987	310.00	0.000	310.000
120	SAMIRA DAROS	11659-9	0	12/09/1987	310.00	0.000	310.000
121	STEFFANIE CARVALHO DE ANDRADE	32464-7	1	24/01/1989	310.00	0.000	310.000
122	FELIPE CESAR SCOZ DA SILVA	33466-9	0	27/12/1996	310.00	0.000	310.000

IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | 17/09/2015 - 11:02  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
123	PAULA RIBEIRO LEITAO	12707-8	2	26/12/1978	310.00	0.000	310.000
124	RODRIGO RAFAEL DE SOUZA	11972-5	0	09/11/1982	300.00	0.000	300.000
125	ISMAEL RADUENZ	13119-9	0	15/01/1988	300.00	0.000	300.000
126	GIANE GIELOW MORESCO	29973-1	0	21/12/1993	300.00	0.000	300.000
127	PAULA WACKERNAGEL	29901-4	0	13/06/1988	300.00	0.000	300.000
128	KELLY FERNANDA VIEIRA	34450-8	0	02/03/1985	300.00	0.000	300.000
129	RENATO LUIZ KISTNER	29714-3	0	31/12/1967	300.00	0.000	300.000
130	ELZA CERQUEIRA SANTOS	12907-0	0	14/06/1969	300.00	0.000	300.000
131	KLEBER JOSE ALEXANDRE	32397-7	1	18/03/1984	300.00	0.000	300.000
132	KAUE WILLIAM DE SOUZA	31139-1	0	22/05/1989	300.00	0.000	300.000
133	CAROLINA RIEMER	13047-8	0	25/03/1996	300.00	0.000	300.000
134	DANIEL RODRIGUES DE SOUZA	29550-7	0	18/06/1974	300.00	0.000	300.000
135	HELOISA MAYARA ZAVADNIK	29836-0	0	23/03/1994	300.00	0.000	300.000
136	RAFAEL ROPELATO	29615-5	0	15/05/1985	300.00	0.000	300.000
137	RHUAN FELIPE JERANOSKI	11728-5	0	20/07/1991	300.00	0.000	300.000
138	EUGENIO FELIPE CAPRISTANO	13270-5	0	14/07/1990	300.00	0.000	300.000
139	BRENDA TALITA LARGURA	31087-5	0	13/11/1992	300.00	0.000	300.000
140	EVERTON WESLEY DA SILVA	30064-0	0	31/03/1983	300.00	0.000	300.000
141	NATHALIE LIVIA HERMES	29435-7	0	09/10/1984	300.00	0.000	300.000
142	DANIELA VICENZI	29675-9	0	03/11/1985	300.00	0.000	300.000
143	GRACIELA SCHUBERT	33599-1	0	06/10/1986	300.00	0.000	300.000
144	DARIELEM RODRIGUES FIGUEIREDO	29890-5	1	03/02/1988	300.00	0.000	300.000
145	SILVIO ROMARIZ DOS SANTOS	31693-8	0	06/12/1983	300.00	0.000	300.000
146	LEANDRO MACIEL	29456-0	1	12/04/1986	300.00	0.000	300.000
147	LUCAS SCHLOSSER MEYER	33514-2	0	01/07/1988	300.00	0.000	300.000
148	FERNANDO JAIR DEBACKER	30011-0	0	03/11/1989	300.00	0.000	300.000
149	DIOGO FERNANDO CARVALHO	12380-3	0	23/12/1990	300.00	0.000	300.000
150	ALINE NATANA BUBLITZ	29660-0	0	08/03/1991	300.00	0.000	300.000
151	ISRAEL WEINGARTNER	29679-1	0	20/07/1997	300.00	0.000	300.000
152	rita de cassia FRANCISCA GUIMARAES	29818-2	2	22/12/1964	300.00	0.000	300.000
153	PAULO AFONSO NICOLETTO	29967-7	0	21/12/1983	300.00	0.000	300.000
154	JULIANNA RIBEIRO DE BARROS PACONDES DA SILVA	11807-9	1	07/05/1990	300.00	0.000	300.000
155	MONIQUE LENY RODERS	29451-9	0	19/09/1994	300.00	0.000	300.000
156	PAULO HENRIQUE VERNILLO	33058-2	0	24/12/1996	300.00	0.000	300.000
157	FRNCISCO DE ASSIS JOAQUIM DA SILVA	32900-2	1	24/07/1982	300.00	0.000	300.000
158	TAYNAH DE OLIVEIRA BORCHARDT	29619-8	0	26/12/1995	300.00	0.000	300.000
159	ANGELA APARECIDA CEMIN DA SILVA	29713-5	3	10/06/1979	300.00	0.000	300.000
160	LARISSA TAIAMARA NUNC-NFOONRO DE FARIAS	33880-0	2	27/02/1982	300.00	0.000	300.000
161	ALANA PAGNONCELLI GUENZE	13063-0	1	05/02/1984	290.00	0.000	290.000
162	LARISSA FERNANDA BAYERL	29681-3	0	10/07/1991	290.00	0.000	290.000
163	RESIETE IVONE BONATTI BITELBRUN	11971-7	2	25/09/1985	290.00	0.000	290.000

IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | 17/09/2015 - 11:02  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
164	REGINA CELIA FERNANDES ZANELLA	29702-0	0	04/10/1969	290,00	0,000	290,000
165	GRAZIELA LARGURA	11502-9	2	03/11/1977	290,00	0,000	290,000
166	JEAN MICHAEL MUELLER	12225-4	0	01/12/1989	290,00	0,000	290,000
167	ROZANE ALVES PEREIRA	30065-9	0	17/11/1991	290,00	0,000	290,000
168	ANDRE VIEIRA	29925-1	1	09/03/1982	290,00	0,000	290,000
169	DERLEI ALVARO MATHIAS	30017-9	1	18/12/1977	290,00	0,000	290,000
170	ANTONIO CARLOS NICOLDI	12192-4	1	19/04/1963	290,00	0,000	290,000
171	LUCIANO CHRISTIAN NARDES	12976-3	1	14/01/1988	290,00	0,000	290,000
172	FELIPE WIPPEL EGER	31241-0	0	31/03/1995	290,00	0,000	290,000
173	FRANCIELE LAIS MARQUARDT	12952-6	0	15/06/1995	290,00	0,000	290,000
174	IRIOM MUNDT	31908-2	1	24/08/1966	290,00	0,000	290,000
175	GILBERTO ALEXANDRE BAUER	29589-2	2	19/10/1981	290,00	0,000	290,000
176	ARTUR FERNANDES HEIDEMANN	29804-2	0	29/05/1991	290,00	0,000	290,000
177	JANICE NUSS TRAPP	12233-5	2	05/08/1974	290,00	0,000	290,000
178	ROGER LENON CANDEO	29797-6	0	21/02/1990	290,00	0,000	290,000
179	MAIARA FRANCINI DE ARAUJO	11621-1	0	03/07/1990	290,00	0,000	290,000
180	ROGERIO DOS SANTOS DO ROSARIO	29811-5	0	11/07/1983	290,00	0,000	290,000
181	ANDERSON SANTOS SILVA	35073-7	0	17/03/1985	290,00	0,000	290,000
182	JOHANN GAEDKE	29872-7	0	06/06/1994	290,00	0,000	290,000
183	HELOISA HELENA ALCANTARA VIANNA	32104-4	0	05/04/1987	290,00	0,000	290,000
184	HEIDE MARIE VON DER HAYDE	33810-9	0	11/05/1990	290,00	0,000	290,000
185	THAMILY DANIELY TRIBESS	33475-8	0	24/10/1996	290,00	0,000	290,000
186	JULIANA HELENA PEREIRA	12468-0	0	09/11/1992	290,00	0,000	290,000
187	MAURILIO FEIX	29419-5	0	21/03/1976	290,00	0,000	290,000
188	LEANDRO DE OLIVEIRA	30073-0	0	25/10/1982	290,00	0,000	290,000
189	JOSSEMIR CHELES	29368-7	0	21/04/1983	290,00	0,000	290,000
190	THIAGO ANTONIO MENGARDA	30473-5	0	12/05/1984	290,00	0,000	290,000
191	TATIANA APARECIDA ALEGRE	30263-5	0	28/10/1986	290,00	0,000	290,000
192	CLAUDIA DALLMANN	33967-9	0	28/10/1988	290,00	0,000	290,000
193	KATRYM DE MEDEIROS BERTOTTI	33940-7	0	07/03/1986	290,00	0,000	290,000
194	LUCAS PAOLO PELLIN	29785-2	0	08/03/1994	290,00	0,000	290,000
195	ALINE LEONEL DOS SANTOS ROMIG	29667-8	1	30/07/1983	290,00	0,000	290,000
196	CARLOS EMILIO NEERMANN	33259-3	2	24/02/1954	290,00	0,000	290,000
197	RONALDO KLOWASKY	32745-0	2	24/10/1978	280,00	0,000	280,000
198	SHEYLA HENNICH MENDONCA	12284-0	3	12/07/1979	280,00	0,000	280,000
199	KELLY CRISTINA DE ALMEIDA E SILVA	29410-1	2	15/09/1976	280,00	0,000	280,000
200	MARCIANA PINHEIRO	29895-6	0	20/03/1980	280,00	0,000	280,000
201	ANTONIO CASTANO MORAES	29609-0	1	17/02/1981	280,00	0,000	280,000
202	CHARLES HENRIQUE SCHUSTER	32970-3	0	09/06/1986	280,00	0,000	280,000
203	TATIANE MENGARDA	29830-1	0	04/11/1996	280,00	0,000	280,000
204	DAVI AUGUSTO BERRI	29484-5	0	09/09/1997	280,00	0,000	280,000

IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | 17/09/2015 - 11:02  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
205	ADRIANA TRIBESS RAHN	29837-9	1	21/07/1972	280.00	0.000	280.000
206	SILVIA PREDIGER DO AMARAL	33798-6	0	07/01/1982	280.00	0.000	280.000
207	SHEILA BIRKNER BADIA EGER	29452-7	0	27/11/1987	280.00	0.000	280.000
208	LUCAS POSANSKE	29627-9	0	25/02/1992	280.00	0.000	280.000
209	ELKE MARIA KELLERMANN	30339-9	1	29/02/1960	280.00	0.000	280.000
210	ROSIMAR DOS SANTOS LUNARDI	11517-7	2	14/04/1984	280.00	0.000	280.000
211	MIRIAM ROSSANA BIASI STASKOWIAN	35455-4	0	30/05/1984	280.00	0.000	280.000
212	ARCIRIO CAPISTRANO	29883-2	0	13/03/1972	280.00	0.000	280.000
213	VANIA REGINA AFONSO	29697-0	0	27/03/1990	280.00	0.000	280.000
214	ANA PAULA DE OLIVEIRA SANTIAGO	29717-8	0	01/10/1991	280.00	0.000	280.000
215	SANDRO ALEXANDRE TILLMANN	34819-8	2	03/05/1970	280.00	0.000	280.000
216	FABIO BAPTISTA RODRIGUES LEITE	29747-0	2	01/07/1976	280.00	0.000	280.000
217	LAURI ADRIANO KIRSCHNER	34600-4	2	06/12/1981	280.00	0.000	280.000
218	RODRIGO HENRIQUE FRISCHKNECHT	34649-7	0	24/12/1993	280.00	0.000	280.000
219	NATHALIA SANTOS DE SOUZA	35319-1	0	02/09/1995	280.00	0.000	280.000
220	ELISA DALAGNELLO	35130-0	0	10/06/1987	280.00	0.000	280.000
221	OSMAR SELKE	32209-1	0	23/10/1985	280.00	0.000	280.000
222	MARCIO NICOLODELLI	12396-0	1	09/10/1988	280.00	0.000	280.000
223	JAMES MARCEL ZATELLI	29908-1	0	11/08/1980	280.00	0.000	280.000
224	THAIS GOMES DE LUNA	31067-0	0	10/06/1985	280.00	0.000	280.000
225	EZEQUIELA ADALA DE AMORIM	29386-5	0	02/04/1988	280.00	0.000	280.000
226	DAIANE KAMKE STACHESKI	13087-7	0	02/03/1990	280.00	0.000	280.000
227	DEBORA CRISTINA DA SILVA	29922-7	1	27/01/1992	280.00	0.000	280.000
228	SABRINA RHODE THEIS	33042-6	1	14/09/1992	280.00	0.000	280.000
229	MICHEL NIOCOLETTI	32680-1	0	11/07/1995	280.00	0.000	280.000
230	JEFERSON WILLIAM MUELLER	30005-5	0	04/06/1978	280.00	0.000	280.000
231	VANESSA SCHRUPP	29789-5	0	04/02/1994	280.00	0.000	280.000
232	PAMELA AMARAL DE FREITAS REGINATO	29482-9	0	11/12/1986	280.00	0.000	280.000
233	TIAGO HEIDENREICH BOPPRE	32802-2	0	24/03/1984	280.00	0.000	280.000
234	JEAN CARLOS MULLER	12435-4	1	29/05/1986	280.00	0.000	280.000
235	ROBSON WILLIAM STEINHEUSER	34892-9	0	01/11/1990	280.00	0.000	280.000
236	MARCELO HENRIQUE BERNARDI	33044-2	1	30/12/1990	280.00	0.000	280.000
237	JULIANA BATISTA	29832-8	0	27/06/1987	280.00	0.000	280.000
238	JULIA WEBER	35216-0	0	11/11/1991	280.00	0.000	280.000
239	ALLANA THAISA BACH SCHROER	12237-8	0	15/05/1994	280.00	0.000	280.000
240	SARA CARMELISE ZANELATO	29432-2	0	01/02/1997	280.00	0.000	280.000
241	ALCEU DE ALMEIDA TORRES JUNIOR	11708-0	2	02/04/1963	270.00	0.000	270.000
242	LUCIO ANTONIO RODRIGUES	29850-6	2	19/10/1962	270.00	0.000	270.000
243	SILMARA CRISTIANE CAMARGO	29953-7	0	01/05/1992	270.00	0.000	270.000
244	WANDERSON DA SILVA CASTRO	29809-3	1	31/05/1979	270.00	0.000	270.000
245	JAISON KIRCHNER	13088-5	0	05/05/1994	270.00	0.000	270.000

IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | 17/09/2015 - 11:02  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
246	MARINA BAUKE	12603-9	0	27/07/1991	270.00	0.000	270.000
247	BRUNO MOREIRA	29553-1	0	29/06/1992	270.00	0.000	270.000
248	NEOMAR CARLOS BORCHARDT	29552-3	0	16/05/1989	270.00	0.000	270.000
249	MIRELA LOTERO GIRARDI	32862-6	0	11/05/1984	270.00	0.000	270.000
250	ELLEN VIVIANE EHMKE	29732-1	1	18/06/1979	270.00	0.000	270.000
251	PATRICIA CARDOSO GALLOTTI	11518-5	1	27/08/1973	270.00	0.000	270.000
252	ELAYNE GISELE NASCIMENTO RACKOFF	12675-6	0	19/02/1977	270.00	0.000	270.000
253	PAULO ROBERTO BUSS	30693-2	0	19/09/1966	270.00	0.000	270.000
254	SULLIVAN PEREIRA ARAUJO	32004-8	2	30/05/1984	270.00	0.000	270.000
255	LEOMAR CAMANDAROA DE ARAUJO	29521-3	0	28/06/1984	270.00	0.000	270.000
256	THAIS CAROLINA DA CUNHA	29616-3	0	08/11/1997	270.00	0.000	270.000
257	SIMONE INES PASA	11859-1	1	26/06/1981	270.00	0.000	270.000
258	DOUGLAS FABRICIO OTT	13294-2	1	21/07/1983	270.00	0.000	270.000
259	JOSE GUILHERME ULRICH WAMSER	29412-8	0	02/12/1992	270.00	0.000	270.000
260	DAVI CESAR LORENZI	12051-0	1	30/05/1971	270.00	0.000	270.000
261	LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	31019-0	2	02/07/1981	270.00	0.000	270.000
262	GILSON DO NASCIMENTO CAVALCANTE	11907-5	2	30/05/1986	270.00	0.000	270.000
263	ELIZEU FERREIRA DE OLIVEIRA	30684-3	0	25/09/1987	270.00	0.000	270.000
264	BRUNO WILLIAN DE SENA	12356-0	0	10/09/1997	270.00	0.000	270.000
265	JESSICA RODRIGUES RIBEIRO BATISTA	35014-1	2	28/06/1991	270.00	0.000	270.000
266	SARA ERN MEGLIN	29846-8	0	25/01/1998	270.00	0.000	270.000
267	ANDRE KUOSKI	29943-0	1	05/03/1986	270.00	0.000	270.000
268	CINTIA APARECIDA NEUBURGER ZANQUETA	12138-0	2	27/04/1975	270.00	0.000	270.000
269	RODRIGO SCHLINGMANN	12241-6	0	06/07/1995	270.00	0.000	270.000
270	MARCIA MARA BRAATZ	12657-8	0	03/10/1981	270.00	0.000	270.000
271	CAMILA BAHR	12821-0	0	23/07/1983	270.00	0.000	270.000
272	LUISA ARVANI MARQUES	34868-6	0	06/11/1993	270.00	0.000	270.000
273	JOE ESTEVAN BERNARDINO	12276-9	0	20/12/1993	270.00	0.000	270.000
274	LETIANE DA CRUZ	35161-0	0	03/05/1990	270.00	0.000	270.000
275	KARINA KNOPF	29480-2	0	20/06/1996	270.00	0.000	270.000
276	ANA CLAUDIA ROPELATO SLOMP	34341-2	0	23/06/1989	270.00	0.000	270.000
277	NATAN CAUS DA SILVA	32387-0	0	22/04/1992	270.00	0.000	270.000
278	HELIO BARBOSA FONTES	29651-1	3	10/03/1970	260.00	0.000	260.000
279	ALESSANDRO BRAATZ	12658-6	0	21/02/1980	260.00	0.000	260.000
280	ANTONIO JEFFERSON MIRANDA SANTOS	29351-2	0	13/06/1984	260.00	0.000	260.000
281	ANDERSON DRAEGER	31970-8	0	08/10/1980	260.00	0.000	260.000
282	ANTONIO MARCOS ALVES	12501-6	1	05/01/1976	260.00	0.000	260.000
283	JOSIANE SUELEN DE MORAES	33299-2	0	14/07/1988	260.00	0.000	260.000
284	CLAUS ELTON MAASS	11760-9	0	11/02/1969	260.00	0.000	260.000
285	LUCIANA DE OLIVEIRA SANTANA	29735-6	0	16/01/1974	260.00	0.000	260.000
286	EDENILSON ALVES DA SILVA	12780-9	0	17/05/1983	260.00	0.000	260.000

IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | 17/09/2015 - 11:02  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
287	SANI CRISTINA MEDEIROS STEIN	34014-6	1	01/03/1978	260.00	0.000	260.000
288	PAULO HENRIQUE PIAZERA	13264-0	0	24/08/1990	260.00	0.000	260.000
289	JOHN ZIBELL	29515-9	1	25/07/1970	260.00	0.000	260.000
290	LISANDRA SCHWAEEMMLE	29490-0	2	10/09/1975	260.00	0.000	260.000
291	DANIEL ARMELINI	29657-0	1	07/02/1986	260.00	0.000	260.000
292	WILLIAM JOSE DA SILVA	30013-6	0	08/03/1992	260.00	0.000	260.000
293	GRACIANA JANAINÉ NOVELO	32788-3	0	17/08/1974	260.00	0.000	260.000
294	LIGIA SCHRUBBE ZIESE	29917-0	1	20/01/1977	260.00	0.000	260.000
295	ANA PAULA DOS SANTOS MAASS	11506-1	2	04/02/1978	260.00	0.000	260.000
296	YOHANA ONEDA	30042-0	0	20/01/1995	260.00	0.000	260.000
297	LUBIA SAIONARA KINDEL COSTA	30036-5	2	04/12/1970	260.00	0.000	260.000
298	TANIA CRISTINA KREITLOW SCHWANZ	29507-8	1	28/09/1978	260.00	0.000	260.000
299	JACQUELINE PATRICIA KANNENBERG ERMONGE	34357-9	0	17/09/1991	260.00	0.000	260.000
300	JESSICA FROTSCHER	29683-0	0	24/05/1993	260.00	0.000	260.000
301	VALDOMIRO ROGERIO GRAMM	30010-1	0	07/02/1989	260.00	0.000	260.000
302	PEDRO CONCEICAO DOS SANTOS	32368-3	1	27/04/1973	260.00	0.000	260.000
303	KATIA ANGIOLETTI	13277-2	0	08/02/1989	260.00	0.000	260.000
304	SANDRA DUEMES	13236-5	0	08/01/1990	260.00	0.000	260.000
305	ELAINE FERREIRA PINHEIRO	12847-3	0	10/07/1988	260.00	0.000	260.000
306	JONATHAN FERNANDO DA SILVA	29807-7	0	04/05/1984	260.00	0.000	260.000
307	JECI JAMES AMORIM	30071-3	2	24/05/1976	260.00	0.000	260.000
308	BARBARA KIRSTEN SIEGLE	13172-5	0	21/08/1987	260.00	0.000	260.000
309	BRUNA KAROLINE HANSEN	31123-5	0	19/07/1990	260.00	0.000	260.000
310	PEDRO FELIPE PEREIRA	35498-8	0	20/01/1996	260.00	0.000	260.000
311	RODRIGO ANDREAS MERTIN	12917-8	0	31/08/1985	260.00	0.000	260.000
312	MONIQUE BROETO STUPP	13025-7	0	16/02/1988	260.00	0.000	260.000
313	HELLEN CARLA GOMES FERRANTE	12048-0	0	26/02/1992	260.00	0.000	260.000
314	EVERTON TRAJANO MENDES	33283-6	1	07/09/1977	260.00	0.000	260.000
315	GILMARA REGINA TAMBOSI	29819-0	0	22/04/1982	260.00	0.000	260.000
316	LEANDRO WERLING	29554-0	2	18/05/1974	250.00	0.000	250.000
317	FABIANA LUZIA STOLF	34517-2	0	06/01/1978	250.00	0.000	250.000
318	MARCELO ALVES DA SILVA	35529-1	4	16/09/1981	250.00	0.000	250.000
319	IVANA LORENZ DALLMANN	30035-7	0	25/05/1987	250.00	0.000	250.000
320	GILMAR CORREA	29453-5	1	25/07/1983	250.00	0.000	250.000
321	SANDRA REGINA GIOVANELLA MABA	34275-0	2	14/08/1965	250.00	0.000	250.000
322	JANIEL RODRIGUES DO NASCIMENTO	29803-4	0	08/12/1981	250.00	0.000	250.000
323	CATHARINE POSTAI CHENTA	12660-8	0	18/12/1991	250.00	0.000	250.000
324	LUCIANO SCHUBERT	32520-1	0	04/11/1982	250.00	0.000	250.000
325	ERIKA TEIXEIRA DE MELO	11449-9	0	24/09/1985	250.00	0.000	250.000
326	DANIELLE KRICINSKI CORREA CUGIK	33934-2	1	03/12/1987	250.00	0.000	250.000
327	SCHIRLEY GOMES DA SILVA	13306-0	0	08/03/1989	250.00	0.000	250.000



IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | 17/09/2015 - 11:02  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
328	DEIVED AIRES FACHINI	30177-9	0	25/06/1991	250.00	0.000	250.000
329	LUCIANA OTT MICHELIS	33910-5	2	21/07/1974	250.00	0.000	250.000
330	ALEXANDRE CARVALHO	12740-0	0	07/09/1977	250.00	0.000	250.000
331	FABRICIO ORSINI DE ALMEIDA LINO	29718-6	0	20/12/1985	250.00	0.000	250.000
332	CLEIVSON ANTONIO DE NAZARE NUNES	34035-9	0	06/01/1988	250.00	0.000	250.000
333	OTONIEL FERNANDO DA SILVA	32438-8	1	27/10/1989	250.00	0.000	250.000
334	DOUGLAS PIETRO FAGGIANI MAFRA	12254-8	0	07/08/1990	250.00	0.000	250.000
335	MARIZA DOS SANTOS SARDO	33888-5	1	25/02/1974	250.00	0.000	250.000
336	PAULA DO VALE OLIVEIRA	29958-8	0	16/05/1985	250.00	0.000	250.000
337	LEONARDO GANDIN	12583-0	0	04/02/1997	250.00	0.000	250.000
338	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	34052-9	1	12/06/1962	250.00	0.000	250.000
339	ROGERIO CESAR DA SILVA	33836-2	1	24/03/1966	250.00	0.000	250.000
340	MAICON CRISTIANO HERLICH	29662-7	0	21/11/1989	250.00	0.000	250.000
341	DAIANE SIMONI INGLEZ DE ALMEIDA DA SILVA	29959-6	0	16/02/1994	250.00	0.000	250.000
342	LAURA MACIEL CRUZ	35143-1	0	24/04/1995	250.00	0.000	250.000
343	HUGO CESAR DE LIMA SALES	12762-0	0	27/01/1996	250.00	0.000	250.000
344	SIDARCIO LEITHOLDT	11909-1	0	19/11/1987	250.00	0.000	250.000
345	RICARDO THOMAS	32598-8	0	18/12/1980	250.00	0.000	250.000
346	DIMAIA SCOZ	29685-6	0	31/05/1985	250.00	0.000	250.000
347	ANDRE ROBSON GOMES	35459-7	1	22/06/1986	250.00	0.000	250.000
348	DIEGO RAFAEL REICHERT	34766-3	0	08/05/1987	250.00	0.000	250.000
349	VANESSA JANAINA BARBIERI DOS SANTOS	29573-6	0	06/03/1989	250.00	0.000	250.000
350	GUSTAVO BUZZI	35249-7	0	01/07/1992	250.00	0.000	250.000
351	FERNANDO NARCISO FELIZARDO	35156-3	0	20/11/1983	250.00	0.000	250.000
352	DALVANA BIANEK CHAGAS	12094-4	0	23/09/1986	250.00	0.000	250.000
353	RAFAELA BERKENBROCK FISCHER	29899-9	0	14/12/1988	240.00	0.000	240.000
354	CRISTINA MACHADO	29645-7	0	08/09/1984	240.00	0.000	240.000
355	CLEITON ARNHOLD	12166-5	2	11/06/1987	240.00	0.000	240.000
356	HELENA SUEMI HAGUIHARA BUCALON	12900-3	1	26/08/1961	240.00	0.000	240.000
357	EMERSON DONIZETTE PEREIRA	12539-3	2	22/12/1969	240.00	0.000	240.000
358	FRANCIS MAYCON CARVALHO	29633-3	0	25/09/1982	240.00	0.000	240.000
359	CARLA DENISE LADEWIG	13162-8	0	17/04/1989	240.00	0.000	240.000
360	ELISABETE CRISTINA DE SOUZA DA SILVA	29821-2	0	22/05/1991	240.00	0.000	240.000
361	SADI PAULO SCHULZ	34129-0	2	06/09/1958	240.00	0.000	240.000
362	VALDECIR DA SILVA	11772-2	2	10/12/1963	240.00	0.000	240.000
363	SERGIO LUIZ FIDELIX	12695-0	2	27/08/1965	240.00	0.000	240.000
364	CRISTIANE DE BRITO HILARIO SANTANA	29857-3	1	05/05/1978	240.00	0.000	240.000
365	ROSINEIDE TATIANA FRAHM	29923-5	1	18/10/1981	240.00	0.000	240.000
366	MARLON ORLANDO TROMBELL	33964-4	0	28/02/1987	240.00	0.000	240.000
367	WELTON COSTA DA MOTA	11660-2	1	10/06/1983	240.00	0.000	240.000
368	LAURITA DE OLIVEIRA	29402-0	0	05/10/1987	240.00	0.000	240.000

IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | PAG: 10  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 17/09/2015 - 11:02

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
369	FRANCINE APARECIDA NUNES DOLBERTH	12390-0	1	16/10/1987	240.00	0.000	240.000
370	DENISE STEINERT KNOPF	33008-6	0	18/12/1988	240.00	0.000	240.000
371	KATIA SUELEN PERINI	11816-8	0	10/05/1989	240.00	0.000	240.000
372	ANGELICA CAROLINA MOTTA SANTANA	29730-5	1	13/09/1989	240.00	0.000	240.000
373	ENOQUE LOPES DOS SANTOS	29377-6	0	14/02/1975	240.00	0.000	240.000
374	MARILEI RICKMANN TRIBESS	29993-6	2	25/09/1975	240.00	0.000	240.000
375	IVETE MAAS CARVALHO	13254-3	2	13/01/1988	240.00	0.000	240.000
376	VIVIANE ALVES	29646-5	0	17/03/1993	240.00	0.000	240.000
377	ELAINE CRISTINA DE RAMOS	30076-4	0	20/04/1997	240.00	0.000	240.000
378	SABRINA NINOW	35129-6	1	26/02/1981	240.00	0.000	240.000
379	MARCELO ANGIOLETTI	12715-9	0	25/06/1982	240.00	0.000	240.000
380	RAFAEL ZILZ	34262-9	0	02/10/1997	240.00	0.000	240.000
381	JOICE FABINA SCHOENFELDER KRUGER	30002-0	1	30/05/1986	240.00	0.000	240.000
382	SUZANA SIEWERT	30033-0	0	31/07/1986	240.00	0.000	240.000
383	KELVIN SCHWANKE	30019-5	0	15/07/1992	240.00	0.000	240.000
384	FABIO RICHARD OECHSLER	34352-8	0	23/05/1997	240.00	0.000	240.000
385	AINA VITAL	33858-3	0	27/04/1983	240.00	0.000	240.000
386	RICARDO DEHLANO JUNIOR	35502-0	0	22/05/1989	240.00	0.000	240.000
387	DERIKE BRAIAN DE PAULA	34383-8	0	03/11/1990	240.00	0.000	240.000
388	RAFAELA BUBLITZ DOS SANTOS	29748-8	0	02/10/1995	240.00	0.000	240.000
389	REGIS ELEY MUELLER	29826-3	0	17/01/1990	230.00	0.000	230.000
390	JOHANNA HERZOG	13168-7	0	11/01/1991	230.00	0.000	230.000
391	JOSE WALEF GOMES DA SILVA	29436-5	0	01/01/1995	230.00	0.000	230.000
392	JULIANA APARECIDA BIZO	12668-3	0	05/05/1978	230.00	0.000	230.000
393	HELOISA SCHWANKE RAMOS	11627-0	1	13/11/1980	230.00	0.000	230.000
394	PABLO ROBERT VAZ	30006-3	0	06/12/1986	230.00	0.000	230.000
395	DENIS GONCALVES	29712-7	0	01/08/1983	230.00	0.000	230.000
396	JOAO RAFAEL BALKOSKI	34106-1	0	29/07/1988	230.00	0.000	230.000
397	MARCIA GLATZ VOLKMANN	11657-2	2	05/02/1969	230.00	0.000	230.000
398	MARIELE AGOSTINHO SCHUTZ	29919-7	1	11/03/1972	230.00	0.000	230.000
399	JUCELE SOUZA MEBS	29588-4	1	07/06/1984	230.00	0.000	230.000
400	EDIANE PEREIRA DA PAIXAO	29686-4	1	09/12/1987	230.00	0.000	230.000
401	JESSICA LEMOS GASPERIN	30246-5	0	15/04/1987	230.00	0.000	230.000
402	DAIANE ELISA DE FREITAS	31854-0	0	25/12/1980	230.00	0.000	230.000
403	JOYCE ADRIANE DIAS CARDOSO	11826-5	0	26/05/1984	230.00	0.000	230.000
404	WILIAN JOSE RAMOS	12503-2	0	31/08/1984	230.00	0.000	230.000
405	ANDRESSA JUNG	33555-0	0	06/06/1996	230.00	0.000	230.000
406	VILSON RODRIGUES DE FREITAS	29703-8	2	18/09/1966	230.00	0.000	230.000
407	VANIA RIZZOTTO TILLMANN	33597-5	2	07/03/1976	230.00	0.000	230.000
408	LUCIANE CRISTINA BRUSKE LACH	13050-8	0	27/11/1989	230.00	0.000	230.000
409	HEVERTON DE OLIVEIRA	35163-6	0	18/06/1991	230.00	0.000	230.000

IBAM | POMERODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | 17/09/2015 - 11:02  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Médio completo  
 001 - ESCRITURARIO  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
410	DANIEL AUGUSTO OLIANI SIEBERT	30009-8	0	07/10/1994	230.00	0.000	230.000
411	FRANCIELE NAAITZ	31245-2	0	16/12/1989	220.00	0.000	220.000
412	LEANDRO CORREIA	34965-8	2	11/12/1988	220.00	0.000	220.000
413	LUIZ FELIPE HENNING WUST	35030-3	0	18/01/1994	220.00	0.000	220.000
414	THIAGO KRUGER	34135-5	0	18/02/1988	220.00	0.000	220.000
415	ADILSON DE SOUZA	32355-1	0	15/09/1979	220.00	0.000	220.000
416	DAVID ROMEU ARNDT	29640-6	1	03/03/1983	220.00	0.000	220.000
417	RUBIANI A L HUTTER NUNES	32081-1	1	30/07/1990	220.00	0.000	220.000
418	TATIANA MAASS	30021-7	1	22/06/1991	220.00	0.000	220.000
419	TATIANA CRISTINA BUSARELLO KISNER	12132-0	1	20/02/1976	220.00	0.000	220.000
420	ANA KARLA DOS REIS CARDOSO	29761-5	0	25/01/1996	220.00	0.000	220.000
421	NORA GOEDE BLANK	13164-4	1	15/04/1974	210.00	0.000	210.000
422	OSNI DALLMANN	32313-6	1	08/11/1976	210.00	0.000	210.000
423	SEDINEI OLIVEIRA	29594-9	0	29/04/1983	210.00	0.000	210.000
424	FERNANDA NEUMANN PASOLD	33401-4	2	23/06/1986	210.00	0.000	210.000
425	NATANI MOSSNER	12332-3	0	14/09/1993	210.00	0.000	210.000
426	CINARA M RODRIGUES DE ALMEIDA	29474-8	0	21/11/1968	200.00	0.000	200.000
427	SONIA REBELATTO	12013-8	1	20/04/1985	200.00	0.000	200.000

IBAM | POMEROE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 17/09/2015 - 11:04

Médio completo  
 002 - LEITURISTA  
 No. de vagas: 2

## LISTAGEM DEFICIENTES

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
01	ANTONIO JOSE ADAO	33205-4	4	12/05/1964	240.00	0.000	240.000

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	CARLOS DE ANDRADE VIEIRA	34049-9	0	04/09/1991	370.00	0.000	370.000
2	EWERTON PEREIRA LOPES DE LIMA	29758-5	0	11/11/1990	360.00	0.000	360.000
3	FERNANDO ISRAEL	29992-8	1	05/06/1983	320.00	0.000	320.000
4	FERNANDO GLAU	29624-4	0	02/07/1986	290.00	0.000	290.000
5	DANIELA DE SOUZA MACHADO	35110-5	0	06/01/1997	280.00	0.000	280.000
6	ADRIANO COLTRO	12878-3	0	23/12/1984	260.00	0.000	260.000
7	CLEICIEL APARECIDA ERMONGE	35061-3	0	15/11/1992	250.00	0.000	250.000
8	SERGIO FERREIRA DE CARVALHO NETO	11937-7	0	25/01/1987	250.00	0.000	250.000
9	EDUARDO KLEGIN	33333-6	2	30/07/1983	240.00	0.000	240.000
10	ANTONIO JOSE ADAO	33205-4	4	12/05/1964	240.00	0.000	240.000
11	JONAS ERVINO BUBLITZ	29858-1	0	08/05/1972	240.00	0.000	240.000
12	SERGIO LUIZ DE OLIVEIRA	12923-2	1	08/07/1967	240.00	0.000	240.000
13	HELIONAI ROBSON DE BRITO AMADOR	34221-1	0	27/12/1989	240.00	0.000	240.000
14	SILVIO ILARIO JACOBSEN	29964-2	0	17/08/1960	240.00	0.000	240.000
15	EVANDRO CESAR MORASKI	29822-0	1	06/01/1985	230.00	0.000	230.000
16	LEANDRO VANDINEI VIEBRANTZ	29427-6	0	03/12/1990	230.00	0.000	230.000
17	MANOEL GILMAR GOMES TRINDADE	12809-0	3	18/05/1974	220.00	0.000	220.000

IBAM | PÓLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA | 29/09/2015 - 10:47 | PAG: 1

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Fundamental completo  
003 - ENCANADOR  
No. de vagas: 3

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	VAGNER DA COSTA MARTINS	30026-8	1	02/11/1978	290.00	0.000	290.000
2	FERNANDO HERTEL	29583-3	1	08/02/1980	290.00	0.000	290.000
3	VILMAR WALLOW	33127-9	1	09/03/1977	280.00	0.000	280.000
4	LAERCIO TENFEN	33600-9	2	07/12/1970	270.00	0.000	270.000
5	FABIO JUNIOR SASSE	33032-9	0	12/12/1988	260.00	0.000	260.000
6	ARILDO PROCKNOW	31268-1	2	14/04/1977	260.00	0.000	260.000
7	SERGIO ANDREAZZA	29610-4	3	11/03/1965	250.00	0.000	250.000
8	LAERTES SCHUSTER	11945-8	0	20/10/1986	250.00	0.000	250.000

IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 29/09/2015 - 10:48

Fundamental completo  
 004 - MOTORISTA  
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MARCOS MOREIRA DE SOUZA	12438-9	1	21/02/1977	290.00	0.000	290.000
2	JOCEMAR DOS REIS CANTERLE	29820-4	0	10/02/1982	290.00	0.000	290.000
3	MARCELO HENRIQUE EICHSTAEDT	12475-3	1	19/06/1975	280.00	0.000	280.000
4	JOEL DOS SANTOS	29403-9	1	20/03/1982	280.00	0.000	280.000
5	CLEYTON JOSE EISING	12054-5	0	28/10/1986	270.00	0.000	270.000

IBAM | POMEODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | PAG: 1  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação | 29/09/2015 - 10:49

Fundamental incompleto  
 005 - AUXILIAR DE OPERAÇÕES II  
 No. de vagas: 15

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	CLEOMAR DE MELLO FAGUNDES	29437-3	3	16/04/1962	300.00	0.000	300.000
2	MAICON SOUZA PEREIRA	29655-4	0	04/12/1991	300.00	0.000	300.000
3	LINDAMIR UBERNA	29602-3	1	10/05/1973	290.00	0.000	290.000
4	AMILSON J PEREIRA	29711-9	0	18/01/1982	290.00	0.000	290.000
5	JHONATAN DE OLIVEIRA OSS EMER	11737-4	0	11/01/1991	290.00	0.000	290.000
6	JOAO CARLOS DA SILVA	11938-5	2	04/04/1960	290.00	0.000	290.000
7	MAQUIELE PAULA PINHEIRO MATUCHESKI	34534-2	0	04/01/1993	290.00	0.000	290.000
8	MARIANGELA ALVES MESSERSCHMIDT	29975-8	0	10/09/1962	280.00	0.000	280.000
9	FABIANO DIAS BORGES DOS SANTOS	30062-4	2	05/01/1979	280.00	0.000	280.000
10	MARCOS ANTONIO MARINHO	32401-9	0	17/05/1983	280.00	0.000	280.000
11	SARA CRISTINA DAZCHEN	33847-8	1	30/09/1988	280.00	0.000	280.000
12	GILNEI SCHUSTER	11944-0	0	16/08/1990	280.00	0.000	280.000
13	JUDY ISABEL WEINGARTNER VOIGT	29841-7	0	19/11/1997	280.00	0.000	280.000
14	KRISLEI SUSAN GLATZ	11933-4	2	15/04/1976	280.00	0.000	280.000
15	JOCELIA ALVES	29440-3	1	22/03/1984	280.00	0.000	280.000
16	FABIANO CORDEIRO DE OLIVEIRA	29637-6	5	26/09/1987	270.00	0.000	270.000
17	DOUGLAS LEANDRO FRANHER	33527-4	0	19/10/1989	270.00	0.000	270.000
18	ROVERSON HABITZREUTER	29810-7	0	22/04/1980	270.00	0.000	270.000
19	JOSNEI JOSE VAZ DE OLIVEIRA	29596-5	1	24/03/1984	270.00	0.000	270.000
20	LIVINO VANIN	30048-9	3	08/11/1975	260.00	0.000	260.000
21	MARCIO ANDRE KRUEGER	35268-3	1	07/06/1985	260.00	0.000	260.000
22	JOSELINO ANJOS DA SILVA	35090-7	2	13/05/1965	260.00	0.000	260.000
23	CARLOS KIILL LEFFLER	12082-0	1	01/11/1984	260.00	0.000	260.000
24	ELMAR JUNG	33552-5	2	14/04/1970	260.00	0.000	260.000
25	NILZA VAZ DE OLIVEIRA	33779-0	2	24/09/1981	260.00	0.000	260.000
26	JOSE MARIA GOMES	34539-3	0	19/06/1988	260.00	0.000	260.000
27	VANDERLEI ALVES	11687-4	1	06/04/1972	260.00	0.000	260.000
28	DANIELLE DE MELLO FAGUNDES	32872-3	2	23/07/1990	250.00	0.000	250.000
29	ALCIDES KNOFF	11932-6	0	09/05/1984	250.00	0.000	250.000
30	GEOVANI GESSNER	11733-1	1	02/10/1991	240.00	0.000	240.000



IBAM | POMERODE 2015- SAMAE- CONCURSO PUBLICO | 17/09/2015 - 11:05  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Fundamental incompleto

006 - SERVENTE

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JANAINA ANTONINHA PINHEIRO	34587-3	3	24/07/1990	260.00	0.000	260.000
2	ADRIANA PRESTES	29416-0	2	12/05/1992	260.00	0.000	260.000
3	JULIANA ALEXANDRINA PINHEIRO	34512-1	2	29/07/1987	230.00	0.000	230.000



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL 01/2015**



**Escolaridade: Nível Médio**

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido em cada Disciplina
Escrivário e Leiturista.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação Municipal e Informática	10	10	50
	Português	10	10	50

**Escolaridade: Nível Fundamental Completo e Incompleto (Alfabetizado)**

Função	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Todos os cargos.	Conhecimentos Técnico Profissionais	10	10	50
	Conhecimentos Gerais	10	10	50
	Matemática	10	10	50



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC**  
**CONCURSO PÚBLICO**  
**EDITAL 01/2015**



CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
<b>NÍVEL MÉDIO</b>					
01	ESCRITURÁRIO	Certificado de Conclusão do Ensino Médio	02	40h	2.345,77
02	LEITURISTA	Certificado de Conclusão do Ensino Médio e CNH "AB"	02	40h	1.580,76
<b>NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO (8º ANO/SÉRIE)</b>					
03	ENCANADOR	Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e CNH "AB"	03	40h	1.916,33
04	MOTORISTA	Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e CNH "C"	02	40h	1.916,33
<b>NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO (ALFABETIZADO)</b>					
05	AUXILIAR DE OPERAÇÕES II	Alfabetizado	15	40h	1.215,42
06	SERVEENTE	Alfabetizado	01	40h	983,49

Obs: Os servidores recebem a título de Vale Alimentação o valor de R\$ 170,00 mensais e a título de Vale Transporte o valor de R\$ 90, 00 para todos os servidores.

**DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES**

**NÍVEL MÉDIO**

**ESCRITURÁRIO-** Executar os diversos serviços necessários ao bom funcionamento de todos os setores administrativos da Autarquia, cumprindo os procedimentos e normas, especificamente as do setor onde o servidor estiver lotado, estipuladas pelas legislações que definem as atividades da Autarquia, sendo de sua inteira responsabilidade a aplicação e observação das mesmas, bem como atendimento à legislação, as normas do Tribunal de Contas do Estado, Controle Interno e outros órgãos, prestando contas e/ou informações aos mesmos quando solicitado. Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. Fazer controle e guarda de arquivo desativado. Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços. Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade da Autarquia. Participar de comissões, sempre que designado. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC**  
**CONCURSO PÚBLICO**  
**EDITAL 01/2015**



**LEITURISTA-** Ler e registrar o consumo de água verificado nos hidrômetros prediais, observando a rota diária de leitura. Anotar anomalias constatadas, tais como: alteração de cadastro, hidrômetros parados ou danificados, e outros fatos considerados relevantes. Registrar e comunicar a chefia do setor ou à pessoa responsável, quaisquer anomalias constatadas em campo, nos ramais prediais, bem como em todo o sistema de distribuição de água e coleta de esgoto sanitário. Servir de agente de comunicação entre a Autarquia e os seus usuários/consumidores, orientando-os corretamente, sempre que por eles solicitado, no que estiver ao seu alcance, encaminhando os mesmos para o escritório da Autarquia, nos casos em que as dúvidas não possam ser sanadas. Entregar contas de serviços, avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse da autarquia, aos respectivos usuários. Comunicar ao setor competente os vazamentos de rede e ligações, faltas d'água e as ligações clandestinas, tão logo sejam constatadas. Relatar as atividades desenvolvidas e preencher ordens de serviço de acordo com os critérios da Autarquia. Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços. Executar trabalhos auxiliares internos e externos junto a todos os setores da Autarquia. Executar serviços relacionados ao setor como: interrupção de fornecimento de água, religação, releitura, substituição de hidrômetros e outras atividades afins. Participar de comissões, sempre que designado. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

**NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**

**ENCANADOR-** Efetuar operações nas de diversas áreas, efetuando escavações e aterramento de solo, removendo Completo. lentinhos, limpeza em geral, carga e descarga de materiais e utensílios, transporte de materiais diversos e equipamentos utilizando-se de força braçal, a fim de agilizar as tarefas em suas áreas de atuação, efetuar serviços de armazenagem de materiais, jardinagem, limpeza, oficinas, e áreas administrativas. Executar atividades relativas à implantação e manutenção de redes, adutoras e ramais e macro medidores, instalação e substituição de hidrômetros, vistoria hidráulica, bem como outras atividades de natureza operacional similar de mesmo grau de complexidade. Reparar conjuntos hidráulicos, localizando defeitos e vazamentos, e procedendo ao conserto necessário: soldagem, desentupimento, substituição de peças, etc. Relacionar e especificar tipos e quantidades de materiais necessários ao serviço e providenciar a retirada do almoxarifado. Relatar as atividades desenvolvidas e preenchimento de ordens de serviço de acordo com os critérios da Autarquia. Fazer e reparar poços de visitas, poços de limpeza, caixas de proteção e registros. Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos. Utilizar diversas ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxograma mas de serviços. Participar de comissões, sempre que designado. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

**MOTORISTA-** Dirigir veículos para condução de pessoal da Autarquia aos locais de trabalho externo e transportar máquinas e equipamentos; zelando pela segurança dos mesmos. Verificar e controlar o nível do óleo de Carter, comparar a ficha de óleo com a quilometragem rodada e providenciar o reabastecimento ou troca, conforme o caso, e controlar o nível da água da bateria e radiador. Fazer verificações rotineiras dos freios, faróis, pneus, bateria e radiador, encaminhar os veículos às oficinas ou providenciar os reparos que não exigem especialização. Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pela sua conservação. Anotar no relatório diário de uso do veículo, a hora da partida, percurso, os passageiros, a hora de retorno a sede e demais ocorrências, exigidas em norma da Autarquia. Executar pequenos reparos de emergência nos veículos e solicitar a manutenção periódica ao ser atingida a quilometragem estabelecida. Relatar as atividades desenvolvidas e preenchimento de ordens de serviço de acordo com os critérios da Autarquia. Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. Operar equipamentos acoplados nos veículos. Participar de comissões,



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC**  
**CONCURSO PÚBLICO**  
**EDITAL 01/2015**



sempre que designado. Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

**NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO (ALFABETIZADO)**

**AUXILIAR DE OPERAÇÕES II** - Efetuar operações nas tarefas de diversas áreas, efetuando escavações e aterramento de solo, removendo entulhos, limpeza em geral, carga e descarga de materiais e utensílios, transporte de materiais diversos e equipamentos de força braçal, a fim de agilizar as tarefas em suas áreas de atuação, auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais, jardinagem, limpeza, oficinas, e áreas administrativas. Auxiliar e (ou) executar atividades sob supervisão, relativas à manutenção, de redes e ramais e macromedidores, instalação e substituição de hidrômetros, vistoria hidráulica, bem como outras atividades de natureza operacional similar. Utilizar ferramentas e equipamentos diversos, necessários na execução dos serviços. Fazer limpeza em caixas de proteção e registros e pisos de cimento. Serviços gerais de coleta, descarga e triagem de resíduos sólidos no Município de Pomerode (SC). Serviços gerais de manutenção das redes adutoras e de distribuição de água e das redes de esgoto, com abertura e fechamento de valas e remoção de pavimentos. Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação dos bens públicos e do patrimônio do SAMAE. Serviços gerais de higienização de ambientes, limpeza de sanitários, coleta de lixos; Serviços de lavação e manutenção de veículos em geral. Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos. Participar de comissões, sempre que designado. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

**SERVENTE**- Executar serviços de limpeza e manutenção de elevatórios de água e esgoto, dependências, mobílias, equipamentos, valas, jardins, reservatórios de água, estradas, passagens de acesso a reservatórios, elevatórias e adutoras. Efetuar serviços de ajardinamento, capinagem, roçada nas propriedades da autarquia. Carregar e/ou descarregar materiais, promovendo o transporte e armazenagem. Comunicar à chefia imediata a falta de material necessário ao bom andamento dos serviços, providenciando sua reposição. Auxiliar nos levantamentos, nivelamentos e medições. Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade. Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços. Participar de comissões, sempre que designado. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL 01/2015**

**ALTERADO PELA ERRATA 01**

- **NÍVEL MÉDIO**
- **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM**

**Português para todos os cargos**

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

**Legislação Municipal e Informática para os cargos de Escriturário e Leiturista**

Estatuto dos Servidores Públicos de Pomerode. Lei Orgânica do Município. Plano de Carreira, Cargos e Salários do SAMAE-Pomerode – LC 18/1994 e suas alterações. **Informática Básica:** Sistema Operacional **Windows 7/8/8.1**, **Pacote Microsoft Office 2010/2013 (Word, Excel, PowerPoint) – Funções e teclas de atalho.** Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico. Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática, **dispositivos e siglas utilizadas na informática.**

- **NÍVEL MÉDIO**
- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

**ESCRITURÁRIO**

**1. Administração Pública Municipal:** Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. **2. Administração e ambiente de trabalho:** Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. **3. Comunicação oficial:** atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. **4. Matemática:** Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Noções de Matemática Financeira: porcentagem, juros simples e compostos. **5. Matemática:** proporção, regra de três simples; porcentagem, juros simples **Contabilidade Geral:** objetivo e finalidade. **6.1. Estrutura conceitual básica da contabilidade.** Princípios fundamentais da contabilidade. Depreciação. Amortização. Apuração de resultados. Demonstrações contábeis.

**LEITURISTA**

Sistema de unidades de medidas: Utilização das Unidades de Medida; vazão; volume; pressão; comprimento. **2.** Materiais e conexões hidráulicas: tubulação hidráulica predial e saneamento. **3.** Principais tipos de micromedidores. **4.** Formas de Leitura e Registro de Dados. **5.** Leitura de instrumentos analógicos e digitais e interpretação de mapas: Orientação e localização. Segurança no trabalho e utilização de EPIs.



➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**  
**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM**

**Conhecimentos Gerais**

Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais e econômicos do Município de Pomerode. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea. Desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade brasileira: artes, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão, música e teatro.

**Matemática para todos os cargos**

1. Números e operações: interpretação e resolução de situações-problema, envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais e decimais. Interpretação e cálculos com ideia de porcentagem e fração. 2. Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas. 3. Tratamento de informações: Leitura e interpretação de gráficos e tabelas. 4. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade. Relação entre as medidas.

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**  
**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

**ENCANADOR**

Sistemas de água e esgoto: princípios básicos; Identificação e uso de ferramentas para hidráulica;; Redes Hidráulicas, componentes, inspeção, manutenção e reparos; bombas hidráulicas; Tipos de tubulação; Tipos de conexão; Materiais utilizados; Ligações de água; Ligações de esgoto; Válvulas; Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência corretadas operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas e equipamentos; Noções básicas de proteção, segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho.

**MOTORISTA**

1. Legislação brasileira de trânsito. 2. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. 3. Direção defensiva. 4. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. 5. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrico de veículos pesados para transporte de passageiros.

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO - ALFABETIZADO**  
**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM**

**Conhecimentos Gerais para todos os cargos**

Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais e econômicos do Município de Pomerode. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea. Cultura e sociedade brasileira: jornais, política, revistas, televisão, música.

**Matemática para todos os cargos**

1. Números e operações: interpretação e resolução de situações-problema, envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais. 2. Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas. 4. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade.



**➤ NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO - ALFABETIZADO****CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL****AUXILIAR DE OPERAÇÕES II**

Sistemas de água e esgoto: princípios básicos; Identificação e uso de ferramentas para hidráulica. Redes Hidráulicas, componentes, inspeção, manutenção e reparos hidráulicos. Tipos de tubulação; Tipos de conexão; Materiais utilizados; Ligações de água; Ligações de esgoto; Válvulas; Noções básicas de conservação e manutenção. Utilização de materiais e equipamentos de limpeza. Organização do local de trabalho. Serviços de capina em geral. Limpeza de vias públicas e praças municipais. Tarefas de construção. Instrumentos agrícolas. Aplicação de inseticidas e fungicidas. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Triagem e conhecimento dos tipos de materiais recicláveis. Jardinagem. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Conhecimentos gerais em ferramentaria. Materiais de construção. Limpeza de ambientes e equipamentos. Uso adequado de EPIs. Saúde e Segurança no Trabalho.

**SERVENTE**

Organização do local de trabalho. Serviços de capina em geral. Limpeza de vias públicas e praças municipais. Tarefas de construção. Instrumentos agrícolas. Aplicação de inseticidas e fungicidas. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Jardinagem. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Conhecimentos gerais em ferramentaria. Materiais de construção. Limpeza de ambientes e equipamentos. Uso adequado de EPIs. Saúde e Segurança no Trabalho.

instituto brasileiro de  
administração municipal

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL 01/2015**

**NOME DO CANDIDATO:****MOTIVO DO  
RECURSO:**☐**1 - GABARITO  
2 – PONTUAÇÃO****Nº DE INSCRIÇÃO:****CARGO:****Nº DA QUESTÃO:****DATA:****FUNDAMENTAÇÃO:**

Pomerode,     /     / 2015

Assinatura do  
Candidato \_\_\_\_\_



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL 01/2015**

**ANEXO V**

**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador  
(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Concurso Público  
n. 001/2015 para o cargo de \_\_\_\_\_, do  
Quadro Permanente de Pessoal da SAMAE de Pomerode, amparado pelas Leis  
Municipais 1.999/2007, 2.708/2015 e 1.821/2005, vem REQUERER isenção do  
pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 4.6 do respectivo Edital.

**( ) Candidato doador de sangue e ou doador medula óssea/cadastrado como  
potencial doador de medula óssea**

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no concurso público;
- declaração da entidade em que foram realizadas as doações certificando as  
datas em que elas ocorreram;
- declaração da entidade coletora de que está cadastrado como potencial doador  
de medula óssea ou já ter efetuado doação de medula óssea.

**( ) Candidato desempregado**

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no concurso público;
- cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (página de  
identificação e do registro do último emprego);
- declaração firmada de que não é detentor de cargo público;
- declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- declaração firmada de que não está contemplado com o seguro-desemprego.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DECLARADOS DEFICIENTES,  
INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2015**

A Comissão de Concurso Público no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna pública a convocação destinada a realização da avaliação prevista no item 3.5 do edital de concurso público 01/2015, em atendimento ao decreto federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

**1. CONVOCAÇÃO**

Estão convocados os candidatos abaixo relacionados inscritos na condição de deficientes, para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorrem, conforme item 3 do edital e anexo 1 do edital nº 01/2015.

INSCRICAO	CARGO	NOME
11537	ESCRITURARIO	SANDRO RIBAS
12757	ESCRITURARIO	ANDRE COSTA DE MOURA
13125	ESCRITURARIO	JOSÉ ORLANDO DA COSTA
29383	ESCRITURARIO	WILLIAN MOLLER
29561	LEITURISTA	AGNALDO ALVES GARCIA JUNIOR
29662	ESCRITURARIO	MAICON CRISTIANO HERLICH
29807	ESCRITURARIO	JONATHAN FERNANDO DA SILVA
29904	ESCRITURARIO	MARCELO DE SOUZA
29968	ESCRITURARIO	BÁRBARA ANDRESSA HEIN
30040	ESCRITURARIO	VALDECIR METT
33205	LEITURISTA	ANTONIO JOSE ADAO
33339	MOTORISTA	EVALDO ROGERIO PEREIRA
34052	ESCRITURARIO	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
35249	ESCRITURARIO	GUSTAVO BUZZI
35260	ESCRITURARIO	ANA LYGIA PANOCH

**2. DATA:**

1.1. As avaliações serão realizadas no dia **06 de agosto de 2015, no horário das 14:00 às 17:00.**

**3. LOCAL:**

2.1 Os candidatos deverão dirigir-se ao SAMAE Pomerode, situado na Rua 21 de Janeiro, 2233 - Centro, no dia e horário definido no item 1.1, munidos de **documento original de identidade e laudo médico com data inferior a 1 (um) ano**, contados da data do Edital de abertura do concurso (22/05/2015), atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, conforme item 3º do Edital nº 01/2015.

**4. ATENDIMENTO:**

O atendimento será realizado por ordem de chegada, conforme horário previsto no item 1.1, até que todos sejam atendidos.

Pomerode, 23 de julho de 2015.

**Comissão de Concurso Público do SAMAE Pomerode**



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL 01/2015**

A Comissão do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 022 de 16/04/2015, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal do SAMAE do Município de Pomerode, que se regerá pelas leis municipais e normas estabelecidas neste edital. A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** Os cargos objeto deste Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas, a jornada de trabalho e a descrição das funções são os constantes do ANEXO I deste Edital.

**1.1.1.** O SAMAE de Pomerode reserva-se o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Concurso.

**1.2.** As condições de habilitação e definição de conteúdos programáticos, o processo de classificação e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos ANEXOS I, II, e III, partes integrantes do presente Edital.

**1.3.** Os candidatos aprovados no Concurso Público 001/2015 poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, com horários estabelecidos de acordo com as necessidades do SAMAE de Pomerode.

**2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO**

O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no cargo e até a data da posse, aos seguintes requisitos:

**2.1.** Ter nacionalidade brasileira, ou equiparada na forma da lei;

**2.2.** Estar no gozo de direitos políticos;

**2.3.** Estar em dia com as obrigações eleitorais;

**2.4.** Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

**2.5.** Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ANEXO I do presente Edital;

**2.6.** Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos;

**2.7.** Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

**2.8.** Fornecer declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

**2.9.** Fornecer declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;

**2.10.** Fornecer declaração se participa de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;

**2.11.** Fornecer declaração se percebe provento de aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;

**2.12.** Fornecer certidão negativa de antecedentes criminais para fins empregatícios.

**3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

**3.1.** É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º. do Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

**3.2.** Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de pessoa com deficiência, **desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.**

**3.3.** O candidato com deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

**3.4.** Conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 39, o candidato deverá apresentar, no momento da avaliação perante uma junta de especialistas, conforme item 3.5, laudo médico com data inferior a 01 (um) ano, contados da data do presente Edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

**3.5.** O candidato que tenha declarado sua deficiência será convocado, em Edital próprio, após o encerramento das inscrições, para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Comissão do Concurso Público programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

**3.6.** A junta de especialistas será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

**3.7.** Compete à junta de especialistas, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto.

**3.8.** A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 6 deste Edital.

**3.9.** Os candidatos com deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

**3.10.** Caso a deficiência do candidato seja avaliada pela junta oficial como incompatível com o cargo para o qual se inscreveu, o candidato poderá receber de volta o valor pago a título de inscrição.

**3.11.** Os candidatos com deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

**3.12.** O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

**3.13.** A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.12, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

**3.14.** A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

**3.15.** O candidato que, no ato de inscrição, se declarar deficiente, se aprovado no Concurso, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

**3.16.** Considerando que a legislação reserva para os deficientes 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 20ª vaga e assim, sucessivamente a cada 20 vagas.

#### **4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO**

**4.1. As inscrições acontecerão no período de 08 de junho de 2015 a 08 de julho de 2015, pela Internet, através do site ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)).**

**4.1.1** Os candidatos que não possuem acesso a internet poderão realizar sua inscrição presencial na sede do SAMAE de Pomerode, sito à Av. 21 de Janeiro, 2233- Centro, no horário compreendido entre 08:00 horas as 16:00 horas.



**4.1.2. Valores de inscrição:**

<b>CARGO / ESCOLARIDADE</b>	<b>VALOR</b>
Nível Médio	R\$ 50,00
Nível Fundamental/ Alfabetizado	R\$ 30,00

**4.2.** O candidato deverá acessar o **site ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br))** onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre **0 (zero) hora do dia 08 de junho de 2015 e 19:00 (dezenove) horas do dia 08 de julho de 2015.**

**4.3.** As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) através da opção *Área do Candidato*.

**4.4.** O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de *Internet Banking*, **não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento bancário.**

**4.5.** O pagamento da inscrição deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições, até o horário definido no item 4.2, caso contrário não será considerado.

**4.6.** Ficam isentos do pagamento do valor de inscrição os candidatos doadores de sangue, os candidatos cadastrados como potencial doador de medula óssea ou que comprove já ter efetuado doação de medula óssea e os desempregados, de acordo com as Leis Municipais 1.999/2007, 2.708/2015 e 1.821/2005.

**4.6.1.** Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato doador de sangue deverá estar devidamente cadastrado no “cadastro específico de doadores” comprovar, através de declaração da entidade coletora, ter realizado, no mínimo, uma doação nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste edital.

**4.6.2.** Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato cadastrado como potencial doador de medula óssea ou que comprove já ter efetuado doação de medula óssea deverá comprovar através de declaração da entidade coletora.

**4.6.3.** Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato deverá apresentar cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social- CTPS, e declaração firmada pelo próprio candidato, sob as penas da lei, de que não é profissional liberal, que não trabalha na informalidade, de que não detentor de cargo público e que não está contemplado com o seguro-desemprego.

**4.6.4.** O candidato poderá requerer isenção do pagamento da inscrição mediante requerimento protocolizado no SAMAE de Pomerode, sito à Av. 21 de Janeiro, 2233- Centro, no horário compreendido entre 08:00 horas as 16:00 horas, no período de **08 a 22 de junho de 2015**, acompanhado da documentação prevista na respectiva legislação.

**4.6.5.** O candidato poderá optar por enviar o requerimento, juntamente com os demais documentos comprobatórios pelo correio, através de SEDEX, para: SAMAE, aos cuidados da Comissão do Concurso Público, Av. 21 de Janeiro, 2233- Centro CEP 89107-000, Pomerode/SC, com postagem no período de **08 a 22 de junho de 2015.**

**4.7.** A Comissão Especial de Concurso Público deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico do IBAM ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) a relação dos pedidos deferidos e indeferidos a partir do dia **30 de junho de 2015.**

**4.7.1.** Caberá recurso quanto ao resultado do pedido de isenção da inscrição à Comissão Especial do Concurso Público, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data da publicação da deliberação.

**4.7.2.** O recurso relativo à deliberação da isenção das inscrições deverá ser protocolizado na sede do SAMAE de Pomerode, de acordo com item 6 deste Edital.

**4.7.3.** O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o recolhimento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.2.

**4.8.** É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

**4.9.** As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site (**[www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)**) nos últimos dias de inscrição.

**4.10.** O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e o SAMAE de Pomerode não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

**4.11.** Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

**4.12.** O valor pago a título de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese.

## **5. DAS PROVAS**

**5.1.1.** As provas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos ANEXOS II e III deste Edital.

**5.1.2.** Nas provas, serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no ANEXO II deste Edital.

**5.1.3.** O conteúdo das questões variará de acordo com o grau de escolaridade exigido para o cargo ao qual o candidato concorrer.

**5.1.4.** Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

**5.2.** As provas serão realizadas, no Município de Pomerode, no dia **16 de agosto de 2015 no período matutino e terão a duração de 03 (três) horas.**

**5.2.1.** Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para o período, o IBAM e o SAMAE de Pomerode, reservam-se o direito de remarcar o horário de prova de determinados cargos para o período vespertino.

**5.2.2.** Os candidatos poderão acessar e imprimir o cartão de confirmação, com data, horário e local da prova. O cartão estará disponível, a partir de **22 de julho de 2015, no site do IBAM ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br))**, no link *Área do Candidato*.

**5.2.3.** Só será permitido o ingresso do candidato nos locais de prova até o horário estabelecido no cartão de confirmação.

**5.2.4.** O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

**5.2.5.** Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para a o início das provas.

**5.2.6.** O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, oficial e com fotografia e caneta esferográfica azul ou preta.

**5.2.7.** Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRM e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista e Passaporte com foto.

**5.2.8.** Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.7, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso, o candidato deverá registrar sua impressão digital, em formulário especial de identificação.

**5.2.9.** O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, **deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico** que esteja sob sua posse, **incluindo as campainhas de**

**celular e os sinais de alarme.** O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na **exclusão** do candidato do certame, podendo a organização do concurso vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

**5.2.10.** Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

**5.2.11.** Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

**5.2.12.** Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local de provas juntos.

**5.2.13.** O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá informar na ficha de inscrição as condições necessárias para que lhe seja providenciado local apropriado para realização da mesma, desde que não implique em quebra de sigilo ou favorecimento.

**5.2.14.** A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

**5.2.15.** Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

**5.2.16.** A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

**5.2.17.** A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

**5.2.18.** Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

**5.2.19.** Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

**5.2.20.** Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

**5.2.21.** Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

**5.2.22.** Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão Especial de Concurso Público, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

**5.2.23.** A Comissão Especial de Concurso Público poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso.

**5.2.24.** As provas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

### **5.3. Da Prova Prática**

**5.3.1.** Os candidatos inscritos nos cargos de **Auxiliar de Operações II**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 60 na prova objetiva, os candidatos inscritos para o cargo de **Encanador**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 12 na prova objetiva e os candidatos inscritos no cargo de **Motorista**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 08 na prova objetiva conforme estabelecido no ANEXO II deste edital, serão convocados para a prova prática, que terá caráter eliminatório e será realizada em **data e local a ser divulgado em edital próprio**.

**5.3.2.** A prova prática será realizada em um domingo.

**5.3.3.** Estas provas serão avaliadas através do conceito "Aprovado" e "Não Aprovado", e os critérios de avaliação que irão compor a prova terão como base os Conhecimentos Técnico-Profissionais do cargo e serão detalhados em edital de convocação que será publicado após a publicação da classificação parcial com, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

**5.3.4.** A prova prática será avaliada por uma junta de profissionais da área e o resultado divulgado no site do [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br), num prazo de até 48h após o encerramento da prova prática.

#### **5.4. Contagem de Pontos**

**5.4.1.** O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada um dos núcleos da prova objetiva.

### **6. RECURSOS E REVISÕES**

**6.1.** Aos candidatos serão assegurados recursos em cada etapa do Concurso Público 001/2015.

**6.2.** O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

**a)** seja dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Concurso Público e protocolizado no SAMAE de Pomerode, sito à Av. 21 de Janeiro, 2233- Centro CEP 89107-000, Pomerode/SC, no horário compreendido entre 08:00 horas as 16:00 horas, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação ou através de Sedex, postado, exclusivamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação.

**b)** constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente assinado pelo candidato em todas as folhas;

**c)** seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do ANEXO IV.

**6.3.** Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender os requisitos do item 6.2.

**6.4.** Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pela entidade organizadora do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

**6.5.** Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

**6.6.** Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

**6.7.** Será dada publicidade às decisões dos recursos, no site do IBAM ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)).

### **7. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DA CLASSIFICAÇÃO**

**7.1.** Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Concurso Público 001/2015, conforme descrito no item 5 e no ANEXO II do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

**7.2.** Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

#### **a) para todos os cargos de nível médio**

**1º)** maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

**2º)** maior nº de pontos na prova de Legislação Municipal e Informática;

**3º)** maior nº de pontos na prova de Português;

**4º)** maior idade.

#### **b) para todos os cargos de nível fundamental completo/incompleto(alfabetizado)**

**1º)** maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

**2º)** maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;

**3º)** maior nº de pontos na prova de Matemática;

**4º)** maior idade.

**7.2.1.** Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme artigo 29, parágrafo único do Decreto nº 8.601/2008 e a Lei nº 10.741/2003.

**7.3.** Os gabaritos serão divulgados no **dia 17 de agosto de 2015**, no *site* ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)).

**7.4.** O resultado preliminar do Concurso Público 001/2015 contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, por cargo, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)), através da opção *Documentação do Concurso* e ([www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br)) através da opção Concurso.

## **8. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO**

**8.2.** Após decididos todos os recursos, será também publicada nos sites ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) e ([www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br)) através das opções, uma relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.

**8.3.** O resultado final do Concurso Público 001/2015 será homologado pelo Presidente do SAMAE de Pomerode, publicado no Mural e no site do SAMAE de Pomerode ([www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br)) opção Concurso e terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

## **9. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE**

**9.1.** Após a homologação os candidatos poderão ser nomeados a qualquer tempo, durante a vigência deste Concurso, através de portaria publicada no Mural de Atos da sede do SAMAE- Pomerode.

**9.2.** Os candidatos aprovados e classificados no Concurso, inclusive os deficientes, serão convocados para a comprovação dos requisitos exigidos nos itens 2 do presente Edital, através de Edital de Convocação, publicado em mural de Atos na sede do SAMAE e no site do SAMAE de Pomerode ([www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br)).

**9.2.1.** Após a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital, o candidato classificado será encaminhado para Exame Admissional, devendo naquela oportunidade apresentar, obrigatoriamente, os laudos dos seguintes exames:

- Relação de exames para **todos** os cargos:
- Hemograma Completo;
- Glicemia de jejum;
- Eletrocardiograma para candidatos acima de 40 (quarenta) anos;
- RX do Tórax – A.P e perfil (com laudo).

Para os convocados aos cargos de **Auxiliar de Operações II**, acrescentam-se os exames de:

- Audiometria;
- RX de Coluna Lombo Sacra.

Para os convocados aos cargos de **Encanador**, acrescentam-se os exames de:

- Acuidade Visual;
- Audiometria;
- RX de Coluna Lombo Sacra.

Para os convocados aos cargos de **Leiturista**, acrescentam-se os exames de:

- Acuidade Visual;
- RX de Coluna Lombo Sacra.

Para os convocados aos cargos de **Motorista**, acrescentam-se os exames de:



- Acuidade Visual;

Para os convocados aos cargos de **Servente**, acrescentam-se os exames de:

- Acuidade Visual;
- Audiometria;
- RX de Coluna Lombo Sacra.

**9.2.2.** É obrigatório que conste no carimbo de identificação do emitente do laudo a especialidade do profissional.

**9.2.3.** Todos os exames deverão ter data de realização inferior a 60 (sessenta) dias.

**9.3.** Os exames médicos a que se refere o item 9.2.1 e a conclusão pericial são eliminatórios, sendo excluídos do Concurso os candidatos que não apresentarem aptidão física e mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram, podendo a Administração Municipal solicitar outros exames específicos além dos previstos neste edital para melhor avaliar as condições de saúde do candidato.

**9.4.** O candidato deverá manter atualizado seu endereço, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Concurso Público, e junto ao Setor de Recursos Humanos do SAMAE-Pomerode, após a homologação do resultado do Concurso Público.

## **10. DA CONVOCAÇÃO**

**10.1.** Os candidatos aprovados serão nomeados de acordo com a ordem de classificação final.

**10.2.** O candidato aprovado será convocado, por meio de correspondência, enviada ao endereço constante da sua ficha de inscrição.

**10.3.** É de exclusiva responsabilidade do candidato a manutenção de seus dados pessoais atualizados no SAMAE de Pomerode, sito à Av. 21 de Janeiro, 2233- Centro CEP 89107-000, Pomerode/SC.

## **11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso Público 001/2015 em qualquer de suas fases.

**11.2.** Será excluído do certame o candidato que:

- a) faltar a qualquer uma das fases do Concurso;
- b) não atingir a pontuação mínima na prova objetiva, conforme Anexo II;
- c) desrespeitar membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes ou outro candidato;
- d) se recusar a entregar a folha de respostas ao término do tempo fixado para realiza-lo;
- e) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- f) se ausentar da sala, a qualquer tempo, sem autorização, desacompanhado do fiscal ou portando a folha de resposta;
- g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou na folha de respostas;
- h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos durante a realização das provas;
- i) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso;
- j) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
- k) deixar de assinar a folha de respostas.

**11.3.** O presente Concurso Público 001/2015 objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Pomerode, Lei Complementar Nº 269/2014 e Lei Complementar nº 270.

**11.4.** A aprovação em Concurso não gera direito à contratação, a qual se dará, dentro do prazo de validade do certame e em conformidade com a necessidade atual e futura do SAMAE de Pomerode.

**11.5.** O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público 001/2015 é de responsabilidade exclusiva do candidato.

**11.6.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Concurso Público, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

**11.7.** O presente Edital estará disponibilizado no site do IBAM, ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)), no site ([www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br)) opção Concurso e no mural do **SAMAE de Pomerode**.

**11.8.** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Concurso, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

**11.9.** Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Pomerode 22/05/2015.

**Comissão do Concurso Público SAMAE-Pomerode**





**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC**  
**CONCURSO PÚBLICO**  
**EDITAL 01/2015**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA**

A Comissão do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 022 de 16/04/2015, torna pública a convocação destinada a realização de prova prática para os candidatos aprovados na prova objetiva dos cargos de **Auxiliar de Operações II, Encanador e Motorista**, em atendimento ao item 5.3 do edital de abertura do Concurso:

**5.3. Da Prova Prática**

**5.3.1.** Os candidatos inscritos nos cargos de **Auxiliar de Operações II**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 60ª na prova objetiva, os candidatos inscritos para o cargo de **Encanador**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 12ª na prova objetiva e os candidatos inscritos no cargo de **Motorista**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 08 na prova objetiva conforme estabelecido no ANEXO II deste edital, serão convocados para a prova prática, que terá caráter eliminatório e será realizada em **data e local a ser divulgado em edital próprio**.

**5.3.2.** A prova prática será realizada em um domingo.

**5.3.3.** Estas provas serão avaliadas através do conceito "Aprovado" e "Não Aprovado", e os critérios de avaliação que irão compor a prova terão como base os Conhecimentos Técnico-Profissionais do cargo e serão detalhados em edital de convocação que será publicado após a publicação da classificação parcial com, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

**5.3.4.** A prova prática será avaliada por uma junta de profissionais da área e o resultado divulgado no site do [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br), num prazo de até 48h após o encerramento da prova prática.

**1. DOS CONVOCADOS**

**CARGO05- AUXILIAR DE OPERAÇÕES II - GRUPO A (matutino – 08:00 horas)**

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.
1	CLEOMAR DE MELLO FAGUNDES	29437-3
2	MAICON SOUZA PEREIRA	29655-4
3	LINDAMIR UBERNA	29602-3
4	AMILSON J PEREIRA	29711-9
5	JHONATAN DE OLIVEIRA OSS EMER	11737-4
6	JOAO CARLOS DA SILVA	11938-5
7	MAIQUELE PAULA PINHEIRO MATUCHESKI	34534-2
8	MARIANGELA ALVES MESSERSCHMIDT	29975-8
9	FABIANO DIAS BORGES DOS SANTOS	30062-4
10	MARCOS ANTONIO MARINHO	32401-9
11	SARA CRISTINA DAZCHEN	33847-8
12	LUIZ RICARDO NERES DOS SANTOS	29888-3
13	GILNEI SCHUSTER	11944-0
14	JUDY ISABEL WEINGARTNER VOIGT	29841-7
15	KRISLEI SUSAN GLATZ	11933-4
16	JOCELIA ALVES	29440-3
17	HAROLDO MANOEL DUQUE	29873-5
18	EDEMARCIO SCHORK	29979-0
19	LUCIANO PSCHIEDT	30024-1
20	FABIANO CORDEIRO DE OLIVEIRA	29637-6
21	LAURO ROGERIO SCHUBERT	29475-6
22	DOUGLAS LEANDRO FRANHER	33527-4
23	ROVERSON HABITZREUTER	29810-7
24	ROBERTO BORGES COLEGNAC	29859-0
25	JOSNEI JOSE VAZ DE OLIVEIRA	29596-5
26	LIVINO VANIN	30048-9

**CARGO 05 - AUXILIAR DE OPERAÇÕES II - GRUPO B (vespertino – 13:30 horas)**

27	MARCIO ANDRE KRUEGER	35268-3
28	JOSELINO ANJOS DA SILVA	35090-7
29	CARLOS KIILL LEFFLER	12082-0
30	ELMAR JUNG	33552-5
31	NILZA VAZ DE OLIVEIRA	33779-0
32	JOSE MARIA GOMES	34539-3
33	VANDERLEI ALVES	11687-4
34	VAGNER PALOSCHI	30067-5
35	GIANNI CARLO STAPPAZZOLI	11645-9
36	ALAN KLEIN CORREA	29354-7
37	DANIELLE DE MELLO FAGUNDES	32872-3
38	EMERSON MOTA	29593-0
39	GILBERTO CASAGRANDE	30047-0
40	ALCIDES KNOPF	11932-6
41	IVONE RIBEIRO ROCHA	12963-1
42	COSME FERREIRA SANTOS	35089-3
43	VALDIR DA SILVA	29414-4
44	MAICO PECHURA	29653-8
45	GERCIANE SCHORK	32547-3
46	ANDREIA CRISTINA DE BRITO ARRUDA	29487-0
47	OLIVIO ALVES	33068-0
48	GEOVANI GESSNER	11733-1
49	CARLA ROEDER LACERDA	30060-8
50	BENJAMIN BELCHIOR LEAO	11988-1
51	RAFAEL ALEXANDRE MULLER	30051-9

**CARGO 03 - ENCANADOR- (matutino – 08:00 horas)**

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.
1	VAGNER DA COSTA MARTINS	30026-8
2	FERNANDO HERTEL	29583-3
3	VILMAR WALLOW	33127-9
4	ANDRE HIDIBERTTE PEREIRA	29587-6
5	NIVALDO ALVES	29782-8
6	EVENILDO ZILSE	29512-4
7	LAERCIO TENFEN	33600-9
8	FABIO JUNIOR SASSE	33032-9
9	ARILDO PROCKNOW	31268-1
10	DAVI DE SOUZA THIBES	13185-7
11	SERGIO ANDREAZZA	29610-4
12	LAERTES SCHUSTER	11945-8

**CARGO 04- MOTORISTA - (vespertino – 13:30 horas)**

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.
1	MARCOS MOREIRA DE SOUZA	12438-9
2	JOCEMAR DOS REIS CANTERLE	29820-4
3	ADENILSON CORREA	29608-2
4	DIRCEU VANDERLEI MAYER	29479-9
5	MARCELO HENRIQUE EICHSTAEDT	12475-3
6	JOEL DOS SANTOS	29403-9
7	CLEYTON JOSE EISING	12054-5
8	JEFFERSON LEMOS	11741-2

**2. DO LOCAL E DATA**

**2.1.** Os convocados para a prova prática deverão se apresentar no dia **20/09/2015**.

**MANHÃ – 8:00 HORAS**

**CARGO 05 - AUXILIAR DE OPERAÇÕES II - GRUPO A**

**CARGO 03 - ENCANADOR**

**TARDE – 13H: 30MIN**

**CARGO 05 - AUXILIAR DE OPERAÇÕES II - GRUPO B**

**CARGO 04 - MOTORISTA**

**LOCAL:**Pátio da Usina de Triagem

Rua JulioWollick, 880 - Ribeirão Clara - Pomerode - SC

**3. PROCEDIMENTOS**

**3.1.** Todos os candidatos deverão estar no local e horário de prova determinados.

**3.2.** Recomenda-se que os candidatos cheguem com antecedência, pois não será tolerado atraso.

**3.3.** As provas serão de caráter eliminatório, através do critério de “**aprovado**” ou “**não aprovado**”.

**3.4.** A prova será avaliada por dois professores examinadores.

**3.5.** A sequência de realização da prova prática respeitará a ordem de classificação, obtida pelos candidatos na prova escrita.

**3.6.** Os candidatos faltosos serão considerados “não aprovados”.

**3.7.** Será permitido acesso aos locais de prova somente para os candidatos que forem efetuar a prova, ficando expressamente proibido o ingresso de familiares, pessoas estranhas e ou curiosos.

**3.8.** A prova deverá ser realizada completamente. A não execução de uma ou mais etapas da prova implicará na eliminação do candidato.

**3.9.** Não serão concedidas novas tentativas ou novas “chances”.

**3.10.** Somente farão a prova prática os candidatos relacionados no edital de convocação.

**4. DAS CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DAS PROVAS PRÁTICAS****4.1.AUXILIAR DE OPERAÇÕES II**

**4.1.1.**A prova prática de Auxiliar de Operações II consistirá no cumprimento de um circuito, acompanhando o caminhão de coleta e recolhendo lixo depositado ao longo deste circuito.

**4.1.2.**A prova terá até 10 (dez) minutos de duração, e serão avaliados 02 candidatos por vez.

**4.1.3.** A Banca examinadora será composta por dois avaliadores da área de instrução e construção civil.

**4.1.4.** O equipamento e materiais necessários para a prova prática serão fornecidos pela coordenação da prova.

**4.1.5.** O candidato deverá estar vestindo calçado fechado, bermuda ou calça comprida e camiseta para o desenvolvimento dos trabalhos.

**4.1.6.** Os critérios para avaliação serão:

**4.1.6.1.** Agilidade (30 pontos)

**4.1.6.2.**Uso de EPI - Equipamento de Proteção Individual (10 pontos)

**4.1.6.3.**Trabalho em equipe (10 pontos)

**4.1.6.4.** Cumprimento da tarefa no tempo estipulado (20 pontos)

**4.1.6.5.** Qualidade final do serviço (30 pontos)

**4.1.7.**Serão considerados aprovados os candidatos que finalizarem a prova com, no mínimo, **50 pontos**.

## 4.2. ENCANADOR

**4.2.1.** A prova prática de **Encanador** consistirá em montar uma tubulação de ramal de água fria, conforme as especificações de medidas apresentado em croqui aos candidatos no momento da prova.

**4.2.2.** A prova terá 20 (vinte) minutos de duração, onde serão avaliados dois candidatos por vez.

**4.2.3.** A Banca examinadora será composta por dois avaliadores da área de instrução e construção civil.

**4.2.4.** O ferramental, equipamentos e utensílios necessários para a prova prática serão fornecidos pela coordenação da prova.

**4.2.5.** Os critérios para avaliação serão:

**4.2.5.1.** Uso do EPI (Equipamento de Proteção Individual) (10 pontos)

**4.2.5.2.** Agilidade (10 pontos)

**4.2.5.3.** Zelo pelo ferramental (10 pontos)

**4.2.5.4.** Conhecimento no uso e manuseio dos equipamentos (30 pontos)

**4.2.5.5.** Qualidade final do serviço (40 pontos)

**4.2.6.** Serão considerados aprovados os candidatos que finalizarem a prova com, no mínimo, 50 pontos.

## 4.3. MOTORISTA

**4.3.1.** A prova prática para os cargos de **Motorista** consistirá no cumprimento de um circuito que será apresentado para os candidatos no momento da prova.

**4.3.2.** A prova terá até 20 (vinte) minutos de duração, onde serão avaliados dois candidatos por etapa.

**4.3.3.** A Banca Examinadora será composta por dois avaliadores da área de instrução e fiscalização de trânsito.

**4.3.4.** Os veículos necessários para as provas práticas serão fornecidos pela coordenação da prova.

**4.3.5.** Os critérios para avaliação serão:

- Técnicas / habilidades na condução do veículo;
- Finalização da tarefa e estacionamento do veículo;
- Conhecimento e aplicação das normas básicas de trânsito, segurança e sociabilidade.

**4.3.6.** Será **reprovado** na avaliação dos cargos de **Motorista** o candidato que cometer:

01 falta gravíssima, ou 02 graves ou, 01 grave e 02 médias, ou, 03 médias, ou 01 grave e 02 leves, ou ainda, 01 média e 03 leves conforme relação de faltas descritas.

### 4.3.7. Classificação das Faltas

#### Faltas Gravíssimas:

- Desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória;
- Avançar sobre o meio fio;
- Não colocar o veículo na área balizada, em no máximo três tentativas, no tempo estabelecido;
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando do estacionamento do veículo na vaga;
- Transitar em contramão de direção;
- Não completar a realização de todas as etapas do exame;
- Avançar a via preferencial;
- Provocar acidente durante a realização do exame;
- Exceder a velocidade regulamentada para a via;
- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

#### Faltas Graves:

- Desobedecer à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito;

- Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;
- Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;
- Manter a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte dele;
- Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;
- Não usar devidamente o cinto de segurança;
- Perder o controle da direção do veículo em movimento;
- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

**Faltas Médias:**

- Executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima;
- Interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova;
- Fazer conversão incorretamente;
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- Desengrenar o veículo nos declives;
- Colocar o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias;
- Usar o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens;
- Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;
- Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso;
- Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

**Faltas Leves:**

- Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado;
- Ajustar incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor;
- Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;
- Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- Utilizar ou Interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;
- Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;
- Tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro;
- Cometer qualquer outra infração de natureza leve.

5. Aplica-se, no que couber, o Edital 01/2015.

Pomerode, 10/09/2015.

**Comissão do Concurso Público de Pomerode/SC**



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL 01/2015**

A Comissão do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 022 de 16/04/2015, torna pública a ERRATA 01.

ANEXO III - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

**ONDE SE LÊ:**

- NÍVEL MÉDIO
- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

<b>Legislação Municipal e Informática para os cargos de Escrivário e Leiturista</b>
---

(...) **Informática Básica:** Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2007, Microsoft Excel 2007, Microsoft PowerPoint 2007, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, Internet Explorer 7 e Outlook Express 6, Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática.

**LEIA-SE:**

- NÍVEL MÉDIO
- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

<b>Legislação Municipal e Informática para os cargos de Escrivário e Leiturista</b>
---

(...) **Informática Básica:** Sistema Operacional Windows 7/8/8.1, Pacote Microsoft Office 2010/2013 (Word, Excel, PowerPoint) – Funções e teclas de atalho. Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico. Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática, dispositivos e siglas utilizadas na informática.

Permanecem inalterados os demais itens.

Pomerode, 10/07/2015.

COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO

**RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS DECLARADOS DEFICIENTES,  
INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2015**

A Comissão de Concurso Público no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o resultado da avaliação prevista no item 3.5 do edital de concurso público 01/2015, em atendimento ao decreto federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

Foram convocados os candidatos abaixo relacionados inscritos na condição de deficientes, para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorrem, conforme item 3 do edital e anexo 1 do edital nº 01/2015.

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	RESULTADO
11537	ESCRITURARIO	SANDRO RIBAS	AUSENTE/INDEFERIDO
12757	ESCRITURARIO	ANDRE COSTA DE MOURA	AUSENTE/INDEFERIDO
13125	ESCRITURARIO	JOSÉ ORLANDO DA COSTA	<b>DEFERIDO</b>
29383	ESCRITURARIO	WILLIAN MOLLER	AUSENTE/INDEFERIDO
29561	LEITURISTA	AGNALDO ALVES GARCIA JUNIOR	AUSENTE/INDEFERIDO
29662	ESCRITURARIO	MAICON CRISTIANO HERLICH	AUSENTE/INDEFERIDO
29807	ESCRITURARIO	JONATHAN FERNANDO DA SILVA	<b>DEFERIDO</b>
29904	ESCRITURARIO	MARCELO DE SOUZA	AUSENTE/INDEFERIDO
29968	ESCRITURARIO	BÁRBARA ANDRESSA HEIN	AUSENTE/INDEFERIDO
30040	ESCRITURARIO	VALDECIR METT	<b>DEFERIDO</b>
33205	LEITURISTA	ANTONIO JOSE ADAO	<b>DEFERIDO</b>
33339	MOTORISTA	EVALDO ROGERIO PEREIRA	AUSENTE/INDEFERIDO
34052	ESCRITURARIO	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	AUSENTE/INDEFERIDO
35249	ESCRITURARIO	GUSTAVO BUZZI	AUSENTE/INDEFERIDO
35260	ESCRITURARIO	ANA LYGIA PANOCH	AUSENTE/INDEFERIDO

As avaliações foram realizadas no dia **06 de agosto de 2015**, no horário das **14:00 às 17:00**.

Pomerode, 07 de agosto de 2015.

**Comissão de Concurso Público do SAMAE Pomerode**





**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC**  
**CONCURSO PÚBLICO**  
**EDITAL 01/2015**

**RESULTADO DA PROVA PRÁTICA**

A Comissão do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 022 de 16/04/2015, torna público o resultado da prova prática para os candidatos aprovados na prova objetiva dos cargos de **Auxiliar de Operações II, Encanador e Motorista**, em atendimento ao item 5.3 do edital de abertura do Concurso:

**1. DOS CONVOCADOS**

**CARGO05- AUXILIAR DE OPERAÇÕES II- GRUPO A (matutino – 08:00 horas)**

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Resultado
1	CLEOMAR DE MELLO FAGUNDES	29437-3	APROVADO
2	MAICON SOUZA PEREIRA	29655-4	APROVADO
3	LINDAMIR UBERNA	29602-3	APROVADO
4	AMILSON J PEREIRA	29711-9	APROVADO
5	JHONATAN DE OLIVEIRA OSS EMER	11737-4	APROVADO
6	JOAO CARLOS DA SILVA	11938-5	APROVADO
7	MAQUIELE PAULA PINHEIRO MATUCHESKI	34534-2	APROVADO
8	MARIANGELA ALVES MESSERSCHMIDT	29975-8	APROVADO
9	FABIANO DIAS BORGES DOS SANTOS	30062-4	APROVADO
10	MARCOS ANTONIO MARINHO	32401-9	APROVADO
11	SARA CRISTINA DAZCHEN	33847-8	APROVADO
12	LUIZ RICARDO NERES DOS SANTOS	29888-3	NÃO APROVADO/AUSENTE
13	GILNEI SCHUSTER	11944-0	APROVADO
14	JUDY ISABEL WEINGARTNER VOIGT	29841-7	APROVADO
15	KRISLEI SUSAN GLATZ	11933-4	APROVADO
16	JOCELIA ALVES	29440-3	APROVADO
17	HAROLDO MANOEL DUQUE	29873-5	NÃO APROVADO/AUSENTE
18	EDEMARCIO SCHORK	29979-0	NÃO APROVADO/AUSENTE
19	LUCIANO PSCHIEDT	30024-1	NÃO APROVADO/AUSENTE
20	FABIANO CORDEIRO DE OLIVEIRA	29637-6	APROVADO
21	LAURO ROGERIO SCHUBERT	29475-6	NÃO APROVADO/AUSENTE
22	DOUGLAS LEANDRO FRANHER	33527-4	APROVADO
23	ROVERSON HABITZREUTER	29810-7	APROVADO
24	ROBERTO BORGES COLEGNAC	29859-0	NÃO APROVADO/AUSENTE
25	JOSNEI JOSE VAZ DE OLIVEIRA	29596-5	APROVADO
26	LIVINO VANIN	30048-9	APROVADO

**CARGO 05 - AUXILIAR DE OPERAÇÕES II - GRUPO B (vespertino – 13:30 horas)**

27	MARCIO ANDRE KRUEGER	35268-3	APROVADO
28	JOSELINO ANJOS DA SILVA	35090-7	APROVADO
29	CARLOS KIILL LEFFLER	12082-0	APROVADO
30	ELMAR JUNG	33552-5	APROVADO
31	NILZA VAZ DE OLIVEIRA	33779-0	APROVADO
32	JOSE MARIA GOMES	34539-3	APROVADO
33	VANDERLEI ALVES	11687-4	APROVADO
34	VAGNER PALOSCHI	30067-5	NÃO APROVADO/AUSENTE
35	GIANNI CARLO STAPPAZZOLI	11645-9	NÃO APROVADO/AUSENTE
36	ALAN KLEIN CORREA	29354-7	NÃO APROVADO/AUSENTE
37	DANIELLE DE MELLO FAGUNDES	32872-3	APROVADO
38	EMERSON MOTA	29593-0	NÃO APROVADO/AUSENTE
39	GILBERTO CASAGRANDE	30047-0	NÃO APROVADO/AUSENTE

40	ALCIDES KNOPF	11932-6	APROVADO
41	IVONE RIBEIRO ROCHA	12963-1	NÃO APROVADO/AUSENTE
42	COSME FERREIRA SANTOS	35089-3	NÃO APROVADO/AUSENTE
43	VALDIR DA SILVA	29414-4	NÃO APROVADO/AUSENTE
44	MAICO PECHURA	29653-8	NÃO APROVADO/AUSENTE
45	GERCIANE SCHORK	32547-3	NÃO APROVADO/AUSENTE
46	ANDREIA CRISTINA DE BRITO ARRUDA	29487-0	NÃO APROVADO/AUSENTE
47	OLIVIO ALVES	33068-0	NÃO APROVADO/AUSENTE
48	GEOVANI GESSNER	11733-1	APROVADO
49	CARLA ROEDER LACERDA	30060-8	NÃO APROVADO/AUSENTE
50	BENJAMIN BELCHIOR LEAO	11988-1	NÃO APROVADO/AUSENTE
51	RAFAEL ALEXANDRE MULLER	30051-9	NÃO APROVADO/AUSENTE

**CARGO 03 - ENCANADOR- (matutino – 08:00 horas)**

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Resultado
1	VAGNER DA COSTA MARTINS	30026-8	APROVADO
2	FERNANDO HERTEL	29583-3	APROVADO
3	VILMAR WALLOW	33127-9	APROVADO
4	ANDRE HIDIBERTTE PEREIRA	29587-6	NÃO APROVADO/AUSENTE
5	NIVALDO ALVES	29782-8	NÃO APROVADO/AUSENTE
6	EVENILDO ZILSE	29512-4	NÃO APROVADO
7	LAERCIO TENFEN	33600-9	APROVADO
8	FABIO JUNIOR SASSE	33032-9	APROVADO
9	ARILDO PROCKNOW	31268-1	APROVADO
10	DAVI DE SOUZA THIBES	13185-7	NÃO APROVADO
11	SERGIO ANDREAZZA	29610-4	APROVADO
12	LAERTES SCHUSTER	11945-8	APROVADO

**CARGO04- MOTORISTA - (vespertino – 13:30 horas)**

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Resultado
1	MARCOS MOREIRA DE SOUZA	12438-9	APROVADO
2	JOCEMAR DOS REIS CANTERLE	29820-4	APROVADO
3	ADENILSON CORREA	29608-2	NÃO APROVADO
4	DIRCEU VANDERLEI MAYER	29479-9	NÃO APROVADO
5	MARCELO HENRIQUE EICHSTAEDT	12475-3	APROVADO
6	JOEL DOS SANTOS	29403-9	APROVADO
7	CLEYTON JOSE EISING	12054-5	APROVADO
8	JEFFERSON LEMOS	11741-2	NÃO APROVADO/AUSENTE

Pomerode, 21/09/2015.

**Comissão do Concurso Público de Pomerode/SC**



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015**



**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO**

<b>QUESTÕES ANULADAS</b>
QUESTÃO 05- CARGO DE MOTORISTA
QUESTÃO 25 – NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO DO NÍVEL MÉDIO
QUESTÃO 15 – CARGO DE ESCRITURÁRIO

<b>Candidatos Requerentes</b>	<b>Nº. da Questão</b>	<b>Status dos Recursos</b>
<b>ENCANADOR</b>		
GILBERTO GELLERT	08	INDEFERIDO PELA FORMA
LAERCIO TENFEN	05	INDEFERIDO
VALDECIR BOEHR	08	INDEFERIDO PELA FORMA
VOLMIRO GONÇALVES	21	INDEFERIDO
<b>ESCRITURARIO</b>		
CELIO G. DA SILVA	11	INDEFERIDO
	20	INDEFERIDO
CIDINHA S. G. DALLABRIDA	04	INDEFERIDO
FERNANDO GUENTHER	15	DEFERIDO
LARISSA F. BAYERL	15	INDEFERIDO PELA FORMA
LARISSA M. SOARES	25	DEFERIDO
GABRIELA B. AMARAL	06	INDEFERIDO
	18	INDEFERIDO
GEOVANA VENDRUSCOLO	15	DEFERIDO
MARCELO A. DA SILVA	06	INDEFERIDO
	07	INDEFERIDO
MICHELE K. B. GOUVEIA	15	DEFERIDO



Instituto brasileiro de  
administração municipal



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015**

MILENA M. CASTILHO	15	DEFERIDO
NATHALIE L HERMES	25	DEFERIDO
ORLI F. PATERNO	18	INDEFERIDO
PAMELA R. PEREIRA	15	DEFERIDO
ROBSON W. STEINHEUSER	18	INDEFERIDO
	19	INDEFERIDO
<b>MOTORISTA</b>		
AGNELO S. FUCK	20	INDEFERIDO
MARCO AURELIO VIANA	01	INDEFERIDO
	05	DEFERIDO
ROBERTO VOIGT	01	INDEFERIDO
	02	INDEFERIDO

As respostas individuais aos recursos estarão disponíveis para leitura e cópia a partir de 08/09/2015, no SAMAE do Município de Pomerode/SC.

Questão anulada pontua para todos os candidatos do cargo.

Pomerode, 01/09/2015



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015**



**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS CONTRA PONTUAÇÃO**

Candidatos Requerentes	Status dos Recursos
<b>ENCANADOR</b>	
VALDECIR BAEHR	INDEFERIDO PELA FORMA

Pomerode, 17/09/2015



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE – SC  
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015**



**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS CONTRA PROVA PRÁTICA**

Candidatos Requerentes	Status dos Recursos
<b>MOTORISTA</b>	
ADENILSON CORREA	INDEFERIDO

Pomerode, 30/09/2015

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 687/2015

DECRETO Nº 687/2015, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE RISCO GEOLÓGICO ELABORADO POR PROFISSIONAL HABILITADO - GEÓLOGO - PARA A REALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL, DESCRITAS NO DECRETO Nº 475/2014 ."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO as fortes chuvas que ocorreram no Município no dia 25 de junho de 2014, agravando-se nos dias 26, 27 e 28 de junho/2014, causando alagamentos em bairros e no centro da cidade, invadindo residências e causando desalojamentos;

CONSIDERANDO os deslizamentos de solo nos Loteamentos Monte Alegre e Santo Antonio, que resultou na destruição e interdição de várias residências;

CONSIDERANDO o Laudo elaborado pela empresa INGEO Estudos Geológicos, Geotécnicos e Ambientais, o qual avaliou a estabilidade da encosta dos locais citados acima e apresentou diretrizes a serem tomadas, de modo a garantir a tranquilidade e segurança da comunidade envolvida, demonstrando igualmente os prejuízos e danos causados pelo evento meteorológico.

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública agir frente a construções irregulares que porventura possam comprometer a integridade física de qualquer pessoa da comunidade.

CONSIDERANDO que é dever do ente público municipal o planejamento da distribuição populacional e a ordenação escoreta do uso do solo urbano, de modo a evitar que sua utilização se volte a fins incompatíveis ou excessivos, sempre tendo em vista o norte ambiental.

CONSIDERANDO o Ofício 621, datado de 21 de Setembro de 2015, enviado pela empresa INGEO Estudos Geológicos, Geotécnicos e Ambientais à Administração Municipal, informando "que o produto deste trabalho, que foi o Laudo de Avaliação das Encostas, teve como objetivo principal a avaliação da estabilidade da encosta para auxiliar as melhores atitudes a serem tomadas na época do acontecimento", bem como complementa afirmando que "a situação da região no morro é peculiar, sendo que para a liberação do alvará de construção de novas edificações do seu entorno, deve ser necessário a realização de uma inspeção geológica por um profissional habilitado, com a apresentação de um Laudo de Avaliação do Risco Geológico, para cada lote."

CONSIDERANDO os pedidos que estão sendo realizados ao Setor de Engenharia e Arquitetura Municipal, de alvará de construção no local atingido pelos deslizamentos e que a Administração Municipal não pode permanecer inerte aos casos apresentados.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado que para a liberação de alvará de construção para novas edificações, no Loteamento Monte Alegre e Santo Antônio, é indispensável à apresentação, acostado junto com a documentação necessária já exigida, de Laudo de Avaliação de risco geológico para cada lote, elaborado por profissional habilitado – Geólogo – acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao órgão competente, atestando que o mesmo não apresenta risco.

Art. 2º. A análise do Laudo de Avaliação de Risco Geológico bem como de toda documentação para a emissão do alvará de construção será realizada pelo Setor de Engenharia e Arquitetura Municipal, sendo que este pode solicitar ao requerente novos documentos quer porventura necessitem.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



# Porto Belo

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA – REGISTRO DE PREÇO – 001/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública – Registro de Preço – 001/2015 FMS

Tipo de licitação: Menor valor por item;

Objeto: Aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I (termo de referência) do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 04/11/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 12:31 horas do dia 04/11/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 30 de setembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 784/2015

DECRETO Nº 784, de 1º de outubro de 2015.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 32 da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, e o disposto no Artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005,

#### DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. NEUSA JARENTCHUK MARANGONI, portadora do RG nº 1.331.689 SSP/SC e CPF nº 516.591.079/20, no Cargo de Professora, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

### EDITAL Nº 05/2015 - ELEIÇÕES IMPRESS

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO, VISANDO A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IMPRESS E DA AMASPU, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 033, DE 07 DE JULHO DE 2015. Edital nº 005/2015

A Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 033, de 07 de julho de 2015, no uso das suas atribuições legais, resolve RETIFICAR A LISTA NOMINAL contendo o nome e o local onde cada servidor deverá votar, mediante os requerimentos para transferência do local de votação, apresentados junto à Chefia de Recursos Humanos, conforme especifica:

NOME SERVIDOR	SEÇÃO E URNA PARA VOTAÇÃO ATUALIZADA
Ilza Terezinha Reinbold de Andrade	SEÇÃO VI – Urna itinerante – São Miguel da Serra
Lindalva Monteiro	SEÇÃO V – Urna itinerante – Santa Cruz do Timbó
Marli Ferrarez Glaner	SEÇÃO IV – Urna Educação
Claudete Schelbauer	SEÇÃO IV – Urna Educação

Porto União (SC), em 28 de setembro de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão

### EDITAL Nº 06/2015 - ELEIÇÕES IMPRESS

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO, VISANDO A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IMPRESS E DA AMASPU, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 033, DE 07 DE JULHO DE 2015. Edital nº 006/2015

A Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 033, de 07 de julho de 2015, no uso das suas atribuições legais, resolve ALTERAR A DATA PARA O LACRE DAS URNAS, do dia 07/10/2015 para o dia 06/10/2015, às 16h30min, tendo em vista o Decreto nº 775, de 22 de setembro de 2015, que dispõe sobre o expediente na Prefeitura Municipal de Porto União – SC, donde resta decretado que não haverá expediente no edifício sede da Prefeitura Municipal, Secretarias e Autarquias, no dia 07 de outubro do ano corrente, alusivo ao dia da Padroeira do Município “Nossa Senhora das Vitórias” (decretado Ponto Facultativo através do Decreto nº 688, de 01 de abril de 2015). Retifica-se a convocação para que se façam presentes, pelo menos, um representante de cada chapa do Conselho Diretor, e aberto a todos que tiverem interesse em acompanhar o processo.

Porto União (SC), em 02 de outubro de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 045/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 072/2015- Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Edital de Pregão Presencial 045/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de oxigênio medicinal para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até as 16h00min do dia 19 de outubro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 715/2015 - RH

PORTARIA Nº 715, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Setembro/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, da servidora GICELI APARECIDA GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 710/2015 - RH**

PORTARIA Nº 710, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ANGELICA SABRINA FERREIRA, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término da estabilidade por ocasião da Licença Maternidade.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 711/2015 - RH**

PORTARIA Nº 711, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2015 de divulgação dos servidores

que protocolaram requerimento até dia 30/04/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Setembro/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, do servidor ADEMIR LUDKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 712/2015 - RH**

PORTARIA Nº 712, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/04/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Setembro/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, do servidor AMILTON GOMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 713/2015 - RH**

PORTARIA Nº 713, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/04/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, da servidora ADELINA DE OLIVEIRA GREIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 714/2015 - RH**

PORTARIA Nº 714, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/04/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2015, referente ao período aquisitivo de abril de 2010 a abril de 2015, da servidora ALIANDRE JUKOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**RREO 2º BIMESTRE - ANEXOS 1, 2 E 8**

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RRR - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	85.164.600,00	85.164.600,00	10.321.437,96	12,12	44.860.622,63	52,68
RECEITA TRIBUTÁRIA	71.151.377,24	71.151.377,24	10.086.986,58	14,18	43.129.423,84	60,62
IMPOSTOS	9.658.000,00	9.658.000,00	1.550.861,67	16,06	7.610.030,40	78,80
TAXAS	7.194.000,00	7.194.000,00	1.090.591,14	15,16	5.968.906,01	82,97
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.420.000,00	2.420.000,00	460.270,53	19,02	1.641.124,39	67,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.070.000,00	4.070.000,00	622.956,55	15,31	2.647.355,35	65,05
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.080.000,00	3.080.000,00	575.758,19	18,69	2.295.767,93	74,54
RECEITA PATRIMONIAL	990.000,00	990.000,00	47.198,36	4,77	351.587,42	35,51
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	9.020.921,24	9.020.921,24	1.467.719,09	16,27	4.566.423,35	50,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	33.000,00	33.000,00	1.029,50	3,12	4.118,00	12,48
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.272.921,24	8.272.921,24	1.466.689,59	17,73	4.562.305,35	55,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	715.000,00	715.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.872.456,00	45.872.456,00	6.167.803,66	13,45	27.180.415,50	59,25
TRANSF. DE CONV.	45.833.956,00	45.833.956,00	6.167.803,66	13,46	27.099.402,68	59,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.500,00	38.500,00	0,00	0,00	81.012,82	210,42
MULTAS E JUROS DE MORA	2.530.000,00	2.530.000,00	277.645,61	10,97	1.125.199,24	44,47
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	858.000,00	858.000,00	106.717,55	12,44	361.464,24	42,13
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	297.000,00	297.000,00	15.087,93	5,08	133.975,03	45,11
RECEITAS DIVERSAS	770.000,00	770.000,00	81.810,95	10,62	341.469,02	44,35
RECEITAS DE CAPITAL	605.000,00	605.000,00	74.029,18	12,24	288.290,95	47,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	14.013.222,76	14.013.222,76	234.451,38	1,67	1.731.198,79	12,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	272.810,57	272.810,57	28.387,54	10,41	258.150,16	94,63
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	110.010,57	110.010,57	300,00	0,27	145.800,00	132,53
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	162.800,00	162.800,00	28.087,54	17,25	112.350,16	69,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.740.412,19	10.740.412,19	206.063,84	1,92	1.473.048,63	13,72
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.896.400,00	1.896.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	8.844.012,19	8.844.012,19	206.063,84	2,33	1.473.048,63	16,66
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.640.000,00	2.640.000,00	463.260,43	17,55	1.905.585,60	72,18
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	87.804.600,00	87.804.600,00	10.784.698,39	12,28	46.766.208,23	53,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>87.804.600,00</b>	<b>87.804.600,00</b>	<b>10.784.698,39</b>	<b>12,28</b>	<b>46.766.208,23</b>	<b>41.038.391,77</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	87.804.600,00	87.804.600,00	10.784.698,39	12,28	46.766.208,23	41.038.391,77
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.016.883,75	—	—	650.070,08	—
Superávit Financeiro	—	1.016.883,75	—	—	650.070,08	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>83.007.599,56</b>	<b>86.799.189,93</b>	<b>10.098.273,75</b>	<b>38.842.066,66</b>	<b>47.957.123,27</b>	<b>10.422.346,08</b>	<b>38.131.475,58</b>	<b>48.667.714,35</b>	<b>35.916.693,35</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>58.454.264,49</b>	<b>60.799.703,20</b>	<b>9.561.673,66</b>	<b>35.304.263,40</b>	<b>25.495.439,80</b>	<b>9.852.198,80</b>	<b>34.693.463,15</b>	<b>26.106.240,05</b>	<b>32.856.531,17</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.344.000,00	37.308.183,63	5.987.143,24	22.301.585,02	15.006.598,61	5.980.878,62	22.279.777,08	15.028.406,55	21.935.054,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	358.600,00	358.600,00	0,00	170,00	358.430,00	0,00	170,00	358.430,00	170,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.751.664,49	23.132.919,57	3.574.530,42	13.002.508,38	10.130.411,19	3.871.320,18	12.413.516,07	10.719.403,50	10.921.306,37
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>20.958.535,07</b>	<b>22.404.686,73</b>	<b>536.600,09</b>	<b>3.537.803,26</b>	<b>18.966.883,47</b>	<b>570.147,28</b>	<b>3.438.012,43</b>	<b>18.966.674,30</b>	<b>3.060.162,18</b>
INVESTIMENTOS	19.627.535,07	21.093.686,73	508.512,55	3.388.582,91	17.705.103,82	542.059,74	3.288.792,08	17.804.894,65	2.924.985,60
INVERSOES FINANCEIRAS	572.000,00	552.000,00	0,00	0,00	552.000,00	0,00	0,00	552.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	759.000,00	759.000,00	28.087,54	149.220,35	609.779,65	28.087,54	149.220,35	609.779,65	135.176,58
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>3.594.800,00</b>	<b>3.594.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.594.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.594.800,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.594.800,00	3.594.800,00	0,00	0,00	3.594.800,00	0,00	0,00	3.594.800,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>4.797.000,44</b>	<b>4.797.000,44</b>	<b>414.662,20</b>	<b>1.849.174,32</b>	<b>2.947.826,12</b>	<b>414.662,20</b>	<b>1.847.996,52</b>	<b>2.949.003,92</b>	<b>1.671.788,23</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>87.804.600,00</b>	<b>91.596.190,37</b>	<b>10.512.935,95</b>	<b>40.691.240,98</b>	<b>50.904.949,39</b>	<b>10.837.008,28</b>	<b>39.979.472,10</b>	<b>51.616.718,27</b>	<b>37.588.481,58</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>87.804.600,00</b>	<b>91.596.190,37</b>	<b>10.512.935,95</b>	<b>40.691.240,98</b>	<b>50.904.949,39</b>	<b>10.837.008,28</b>	<b>39.979.472,10</b>	<b>51.616.718,27</b>	<b>37.588.481,58</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>6.074.967,25</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>6.786.736,13</b>	<b>—</b>	<b>46.766.208,23</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>87.804.600,00</b>	<b>91.596.190,37</b>	<b>10.512.935,95</b>	<b>46.766.208,23</b>	<b>—</b>	<b>10.837.008,28</b>	<b>46.766.208,23</b>	<b>—</b>	<b>84.354.689,81</b>

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(a - c)
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>2.640.000,00</b>	<b>2.640.000,00</b>	<b>463.260,43</b>	<b>17,55</b>	<b>1.905.585,60</b>	<b>734.414,40</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.640.000,00</b>	<b>2.640.000,00</b>	<b>463.260,43</b>	<b>17,55</b>	<b>1.905.585,60</b>	<b>734.414,40</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.640.000,00	2.640.000,00	463.260,43	17,55	1.905.585,60	734.414,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.640.000,00	2.640.000,00	463.260,43	17,55	1.905.585,60	734.414,40

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>4.797.000,44</b>	<b>4.797.000,44</b>	<b>414.662,20</b>	<b>1.849.174,32</b>	<b>2.947.826,12</b>	<b>414.662,20</b>	<b>1.847.996,52</b>	<b>2.949.003,92</b>	<b>1.671.788,23</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.797.000,44	4.797.000,44	414.662,20	1.849.174,32	2.947.826,12	414.662,20	1.847.996,52	2.949.003,92	1.671.788,23

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.151.809,19

PORTO UNIAO, 02/10/2015

ANIZIO DE SOUZA PREFEITO MUNICIPAL	RICARDO DRAGONI SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	SOFIA SYDOL CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8
---------------------------------------	---	---

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO  
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933



Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	83.007.599,56	86.795.189,93	10.098.273,75	38.842.066,66	95,46	10.422.345,08	38.131.475,58	95,38
Ação Legislativa	2.530.000,00	2.530.000,00	110.699,58	981.260,69	2,41	109.709,60	994.907,51	2,34
Administração	5.293.200,00	5.313.200,00	110.699,58	981.260,69	2,41	109.709,60	994.907,51	2,34
Planejamento e Orçamento	341.000,00	341.000,00	762.454,17	2.851.363,62	7,01	763.709,37	2.837.419,78	7,10
Administração Geral	4.164.600,00	4.184.600,00	68.756,14	253.899,40	0,62	68.387,14	253.530,40	0,63
Administração Financeira	787.600,00	787.600,00	555.271,50	2.055.160,05	5,05	556.895,70	2.041.585,21	5,11
Defesa Nacional	2.200,00	2.200,00	138.426,53	542.304,17	1,33	138.426,53	542.304,17	1,36
Defesa Terrestre	2.200,00	2.200,00	202,00	1.313,80	0,00	202,00	1.313,80	0,00
Segurança Pública	664.400,00	674.400,00	89.187,66	274.793,94	0,68	81.192,02	219.131,52	0,55
Policimento	169.400,00	179.400,00	7.310,82	33.405,46	0,08	10.922,50	30.165,98	0,08
Defesa Civil	495.000,00	495.000,00	81.876,84	241.388,48	0,59	70.269,52	188.965,54	0,47
Assistência Social	2.425.500,00	2.750.303,84	404.124,69	1.377.270,20	3,38	437.663,51	1.365.415,80	3,42
Assistência à Criança e ao Adolescente	205.700,00	205.700,00	29.176,56	101.468,70	0,25	29.176,56	101.468,70	0,25
Assistência Comunitária	2.219.800,00	2.544.603,84	374.948,13	1.275.801,50	3,14	408.486,95	1.263.947,10	3,16
Previdência Social	11.074.800,00	11.074.800,00	478.761,93	1.814.046,56	4,46	478.914,57	1.813.360,13	4,54
Previdência do Regime Estatutário	11.074.800,00	11.074.800,00	478.761,93	1.814.046,56	4,46	478.914,57	1.813.360,13	4,54
Saúde	15.775.200,00	16.647.200,00	2.885.972,65	10.656.210,47	26,19	3.000.207,10	10.421.166,31	26,07
Assistência à Criança e ao Adolescente	6.600,00	6.600,00	0,00	0,75	0,00	0,00	0,75	0,00
Assistência Comunitária	13.255,00	13.255,00	0,00	665,00	0,00	0,00	665,00	0,00
Atenção Básica	11.918.145,00	12.708.145,00	2.257.164,53	8.443.384,22	20,75	2.336.608,17	8.297.815,30	20,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.655.700,00	3.657.700,00	527.815,41	2.042.735,55	5,02	562.450,72	1.960.057,61	4,90
Vigilância Sanitária	181.500,00	261.500,00	100.992,71	169.424,95	0,42	101.148,21	162.627,65	0,41
Educação	14.985.399,56	15.771.387,36	2.765.744,00	9.957.350,22	24,47	2.878.709,40	9.770.230,76	24,44
Ensino Fundamental	8.983.001,98	9.655.554,04	1.892.922,11	6.552.030,60	16,10	1.967.500,81	6.370.971,84	15,94
Educação Infantil	4.337.900,00	4.451.335,74	829.237,33	3.238.393,91	7,96	868.956,13	3.234.105,31	8,09
Educação de Jovens e Adultos	1.664.497,58	1.664.497,58	43.584,56	166.925,71	0,41	42.252,46	165.213,61	0,41
Cultura	682.000,00	815.000,00	88.373,40	350.902,81	0,86	78.171,30	340.146,81	0,85
Difusão Cultural	682.000,00	815.000,00	88.373,40	350.902,81	0,86	78.171,30	340.146,81	0,85
Urbanismo	11.544.800,00	11.904.800,00	791.554,23	3.722.171,41	9,15	843.416,12	3.676.596,46	9,20
Infra-Estrutura Urbana	8.574.800,00	8.634.800,00	250.240,59	1.668.152,67	4,10	237.310,41	1.629.199,25	4,08
Serviços Urbanos	2.750.000,00	3.050.000,00	541.313,64	2.054.018,74	5,05	606.105,71	2.047.397,21	5,12
Lazer	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	2.081.200,00	2.123.200,00	47.454,82	207.148,77	0,51	47.454,82	207.148,77	0,52
Habituação Urbana	2.081.200,00	2.123.200,00	47.454,82	207.148,77	0,51	47.454,82	207.148,77	0,52
Saneamento	1.320.000,00	1.320.000,00	9.233,75	57.976,08	0,14	12.481,70	55.992,23	0,14
Saneamento Básico Urbano	1.320.000,00	1.320.000,00	9.233,75	57.976,08	0,14	12.481,70	55.992,23	0,14
Gestão Ambiental	534.600,00	685.590,70	31.482,97	257.763,09	0,63	28.669,47	254.755,59	0,64
Preservação e Conservação Ambiental	468.600,00	619.590,70	31.482,97	257.763,09	0,63	28.669,47	254.755,59	0,64
Recursos Hídricos	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	891.000,00	1.488.000,00	173.726,45	857.852,72	2,11	161.779,55	845.787,42	2,12
Abastecimento	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	880.000,00	1.477.000,00	173.726,45	857.852,72	2,11	161.779,55	845.787,42	2,12

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	83.007.599,56	86.795.189,93	10.098.273,75	38.842.066,66	95,46	10.422.345,08	38.131.475,58	95,38
Indústria	431.200,00	441.200,00	9.049,70	41.982,35	0,10	10.489,70	41.982,35	0,11
Promoção Industrial	321.200,00	331.200,00	9.049,70	41.982,35	0,10	10.489,70	41.982,35	0,11
Produção Industrial	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	162.800,00	307.800,00	16.000,00	80.908,66	0,20	8.000,00	64.908,66	0,16
Turismo	162.800,00	307.800,00	16.000,00	80.908,66	0,20	8.000,00	64.908,66	0,16
Comunicações	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	6.506.500,00	6.677.308,03	831.762,98	3.371.468,13	8,29	883.667,68	3.362.423,21	8,41
Infra-Estrutura Urbana	33.000,00	133.000,00	0,00	38.540,00	0,09	38.540,00	38.540,00	0,10
Transporte Rodoviário	6.418.500,00	6.489.308,03	831.762,98	3.332.928,13	8,19	845.127,68	3.323.883,21	8,31
Transporte Hidroviário	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	1.590.600,00	1.590.600,00	179.515,37	550.364,89	1,35	160.649,67	527.782,09	1,32
Desporto Comunitário	1.590.600,00	1.590.600,00	179.515,37	550.364,89	1,35	160.649,67	527.782,09	1,32
Encargos Especiais	4.171.200,00	4.341.200,00	422.973,40	1.429.918,25	3,51	437.258,50	1.391.006,38	3,48
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	440.000,00	440.000,00	63.038,22	292.398,00	0,72	63.038,22	292.398,00	0,73
Refinanciamento da Dívida Interna	1.067.000,00	1.067.000,00	28.087,54	149.390,35	0,37	28.087,54	149.390,35	0,37
Outros Encargos Especiais	2.664.200,00	2.834.200,00	331.847,64	988.129,90	2,43	346.132,74	949.218,03	2,37
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	4.797.000,44	4.797.000,44	414.662,20	1.849.174,32	4,54	414.662,20	1.847.996,52	4,62
Legislativa	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	165.000,00	165.000,00	2.355,60	9.369,79	0,02	2.355,60	8.191,99	0,02
Previdência do Regime Estatutário	165.000,00	165.000,00	2.355,60	9.369,79	0,02	2.355,60	8.191,99	0,02
Saúde	1.255.000,00	1.255.000,00	54.683,40	439.586,27	1,08	54.683,40	439.586,27	1,10
Atenção Básica	1.200.000,00	1.200.000,00	52.435,84	430.692,63	1,06	52.435,84	430.692,63	1,08
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	55.000,00	55.000,00	2.247,56	8.893,64	0,02	2.247,56	8.893,64	0,02
Educação	2.453.000,44	2.453.000,44	227.459,98	879.535,49	2,16	227.459,98	879.535,49	2,20
Ensino Fundamental	1.273.000,00	1.273.000,00	139.058,49	539.028,79	1,32	139.058,49	539.028,79	1,35
Educação Infantil	846.000,00	846.000,00	88.401,49	340.506,70	0,84	88.401,49	340.506,70	0,85
Educação de Jovens e Adultos	334.000,44	334.000,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (NTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.797.000,44	4.797.000,44	414.662,20	1.849.174,32	4,54	2.947.826,12	414.662,20	1.847.996,52	4,62	2.949.003,92
Encargos Especiais	814.000,00	814.000,00	130.163,22	520.682,77	1,28	293.317,23	130.163,22	520.682,77	1,30	293.317,23
Outros Encargos Especiais	814.000,00	814.000,00	130.163,22	520.682,77	1,28	293.317,23	130.163,22	520.682,77	1,30	293.317,23
TOTAL (III) = (I + II)	87.804.600,00	91.596.190,37	10.512.935,95	40.691.240,98	100,00	50.904.949,39	10.837.008,28	39.979.472,10	100,00	51.616.718,27

FONTE:

PORTO UNIAO, 02/10/2015

ANIZIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL

CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO

ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>7.760.500,00</b>	<b>7.760.500,00</b>	<b>6.195.577,52</b>	<b>79,83</b>
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.235.000,00	4.235.000,00	3.090.536,79	72,98
1.1.1- IPTU	4.235.000,00	4.235.000,00	3.090.536,79	72,98
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	737.000,00	737.000,00	520.222,77	70,59
1.2.1- ITBI	737.000,00	737.000,00	520.222,77	70,59
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.996.500,00	1.996.500,00	2.189.863,78	109,69
1.3.1- ISS	1.996.500,00	1.996.500,00	2.189.863,78	109,69
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	792.000,00	792.000,00	394.954,18	49,87
1.4.1- IRRF	792.000,00	792.000,00	394.954,18	49,87
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>30.382.000,00</b>	<b>30.382.000,00</b>	<b>19.862.967,09</b>	<b>65,38</b>
2.1- Cota-Parte FPM	18.700.000,00	18.700.000,00	11.040.254,14	59,04
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.700.000,00	18.700.000,00	10.854.318,51	58,04
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	185.935,63	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.800.000,00	8.800.000,00	6.630.675,58	75,35
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	44.000,00	44.000,00	27.647,99	62,84
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	165.000,00	165.000,00	101.960,62	61,79
2.5- Cota-Parte ITR	33.000,00	33.000,00	2.691,69	8,16
2.6- Cota-Parte IPVA	2.640.000,00	2.640.000,00	2.059.737,07	78,02
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>38.142.500,00</b>	<b>38.142.500,00</b>	<b>26.058.544,61</b>	<b>68,32</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>1.916.200,00</b>	<b>1.916.200,00</b>	<b>1.638.213,90</b>	<b>85,49</b>
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.916.200,00</b>	<b>1.916.200,00</b>	<b>1.638.213,90</b>	<b>85,49</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>6.076.400,00</b>	<b>6.076.400,00</b>	<b>3.935.404,56</b>	<b>64,77</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.740.000,00	3.740.000,00	2.170.863,52	58,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.760.000,00	1.760.000,00	1.326.134,38	75,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.800,00	8.800,00	5.529,59	62,84
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	33.000,00	33.000,00	20.392,05	61,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.600,00	6.600,00	538,24	8,16
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	528.000,00	528.000,00	411.946,78	78,02
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>11.997.956,00</b>	<b>11.997.956,00</b>	<b>6.412.812,32</b>	<b>53,45</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.997.956,00	11.997.956,00	6.412.812,32	53,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>5.921.556,00</b>	<b>5.921.556,00</b>	<b>2.477.407,76</b>	<b>41,84</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.612.000,00	9.626.183,63	5.581.110,29	57,98	5.581.110,29	57,98
13.1- Com Educação Infantil	3.360.000,00	3.360.000,00	2.325.476,78	69,21	2.325.476,78	69,21
13.2- Com Ensino Fundamental	6.252.000,00	6.266.183,63	3.255.633,51	51,96	3.255.633,51	51,96
14- OUTRAS DESPESAS	2.410.000,00	2.410.000,00	1.025.121,77	42,54	1.025.121,77	42,54
14.1- Com Educação Infantil	670.000,00	670.000,00	426.934,36	63,72	426.934,36	63,72
14.2- Com Ensino Fundamental	1.740.000,00	1.740.000,00	598.187,41	34,38	598.187,41	34,38
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.022.000,00	12.036.183,63	6.606.232,06	54,89	6.606.232,06	54,89
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						6.606.232,06
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						87,03
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						15,99
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-3,02
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015²						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	9.535.625,00	9.535.625,00	6.514.636,15	68,32		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.030.000,00	4.030.000,00	2.752.411,14	68,30	2.752.411,14	68,30
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.632.997,58	11.854.877,16	6.503.811,15	54,86	6.438.564,50	54,31
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.992.000,00	8.006.183,63	3.853.820,92	48,14	3.853.820,92	48,14
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.640.997,58	3.848.693,53	2.649.990,23	68,85	2.584.743,58	67,16
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	15.662.997,58	15.884.877,16	9.256.222,29	58,27	9.190.975,64	57,86
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						2.477.407,76
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						39,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						2.477.446,76
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						6.713.528,88
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						25,76

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	885.500,44	1.127.432,62	739.532,75	65,59	655.419,94	58,13
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	797.501,98	1.015.727,04	727.149,32	71,59	689.389,32	67,87
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.683.002,42	2.143.159,66	1.466.682,07	68,44	1.344.809,26	62,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	17.346.000,00	18.028.036,82	10.722.904,36	59,48	10.535.784,90	58,44

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015	
		()	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	27.283,87		39,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	27.283,87		39,00
	0,00		0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS			
		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.412.812,32	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		6.412.812,32	0,00

PORTO UNIAO, 02/10/2015

ANIZIO DE SOUZA	RICARDO DRAGONI	SOFIA SYDOL
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO

ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### 2 TERMO DE RETIFICAÇÃO SEMEN

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

2º TERMO RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº.45/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica retificado o processo de objeto: Registro de preços para Contratação de empresa do ramo para fornecimento parcelado de Sêmen de touros, Aberdeen Angus, Gir leiteiro, Holandês, Jersey, Boinha para inseminação e Luva especial para inseminação, fica retificado a descrição dos itens 1,2,3,4. Devido a estas alterações prorroga-se a data de abertura e julgamento das propostas e habilitação para dia 16/10/2015 as 09:00horas.

Maiores informações e Retificação completa serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 02 de Outubro de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

### DECRETO 95 A 110

DECRETO Nº 095/2015 de 28/08/2015.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade do Sr. VALMOR PETERS, CPF nº 131.679.959-04, situado à Rodovia SC 114, Sítio Peters, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 15.216.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

#### DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

MAT. 15.216 - ÁREA ESCRITURADA – 49.598,94 m2

#### DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS:

1 – ÁREA TOTAL: Escriturada

0.1. – Área = 49.598,94 m2. – MAT. 15.216

FRENTE em 294,04 com a rodovia SC 114;

FUNDOS em 360,00 com terras de Celio Peters e Tiago Pedroso;  
LADO DIREITO em tres linhas a 1 em 95,00 a 2 em 143,48 com terras de Com. E Benef. De areia Wegas e a 3 em 73,21 com Celio Peters;

LADO ESQUERDO em 183,60 com terras de Dorvalino Gonzaga.

0.2. – Área n.º 01 = 10.488,24 m2. – A DESMEMBRAR

Unificar na Mat. N. 12.264

FRENTE: em 143,48 m com terras de Com. e Benef. de Areia Wega,

FUNDOS: em 180,50 m com terras de Celio Peters;

LADO DIREITO: em 73,21 m com terras de Celio Peters;

LADO ESQUERDO: em 67,78 m com a area Remanescente..

1.3. – Área = 25.959,20 m2. – REMANESCENTE

FRENTE: em 168,90 m com a Rodovia SC 114,

FUNDOS: em 147,70 m com terras de Tiago Pedroso;

LADO DIREITO: em 162,78 m sendo 95,00 com terras de e Benef. de Areia Wega e 67,78 m com terras da area 01;

LADO ESQUERDO: em 166,40 m com terras da area 02.

1.4. – Área n.º 02 = 5.195,95 m2. – A DESMEMBRAR

FRENTE: em 38,45 m com a Rodovia SC 114.

FUNDOS: em 24,40 m com terras de Tiago Pedroso;

LADO DIREITO: em 166,40 m com a área Remanescente;

LADO ESQUERDO: em 169,10 m com a area 03.

1.5. – Área n.º 03 = 4.145,90 m2. – A DESMEMBRAR

FRENTE: em 25,00 m com a Rodovia SC 114.

FUNDOS: em 25,00 m com terras de Tiago Pedroso;

LADO DIREITO: em 169,10 m com a área 02;

LADO ESQUERDO: em 169,55 m com a area 04.

1.5. – Área n.º 04 = 3.09,65 m2. – A DESMEMBRAR

FRENTE: em 61,69 m com a Rodovia SC 114.

FUNDOS: em 3,55 m com terras de Tiago Pedroso;

LADO DIREITO: em 169,55 m com a área 03;

LADO ESQUERDO: em 183,60 m com terras de Dorvalino Gonzaga hoje Estrada Municipal.

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 15.216, com uma área total de 49.598,94m² (quarenta e nove mil quinhentos e noventa e oito metros e noventa e quatro decímetros quadrados), de propriedade do Sr. VALMOR PETERS, inscrito no CPF 131.679.959-04, residente e domiciliado no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 28 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 096/2015 de 28/08/2015.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade de Herdeiros de Helena Bini, representados neste ato por Vera Ponticelli, inscrita no CPF nº 032.551.219-14, situado à Rua Gotlieb Reif, Progresso, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 9.906.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:



**DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS**

0.3. – Área Total = 7.656,66 m2. – MAT. 9.906

FRENTE com 64,80 metros com a Avenida 1º de Maio;  
FUNDOS com 64,10 metros com terras do Clube do Idoso de Pouso Redondo;

LADO DIREITO com 118,80 metros com a Rua Gotlieb Reif;  
LADO ESQUERDO com 118,80 metros com terras de Valdir Feldmann, Odair da Silva, Ivo Nichelatti e Sergio Fachini.

0.4. – Área n.º 01 a Desmembrar = 495,00 m2.

FRENTE com 15,00 metros com a Avenida 1º de Maio;  
FUNDOS com 15,00 metros com terras da Área Remanescente;  
LADO DIREITO com 33,00 metros com a Rua Gotlieb Reif;  
LADO ESQUERDO com 33,00 metros com a Área 02.

0.5. – Área n.º 02 a Desmembrar = 410,85 m2.

FRENTE com 12,45 metros com a Avenida 1º de Maio;  
FUNDOS com 12,45 metros com terras da Área Remanescente;  
LADO DIREITO com 33,00 metros com a Área 01;  
LADO ESQUERDO com 33,00 metros com a Área 03.

0.6. – Área n.º 03 a Desmembrar = 410,85 m2.

FRENTE com 12,45 metros com a Avenida 1º de Maio;  
FUNDOS com 12,45 metros com terras da Área Remanescente;  
LADO DIREITO com 33,00 metros com a Área 02;  
LADO ESQUERDO com 33,00 metros com a Área 04.

0.7. – Área n.º 04 a Desmembrar = 410,85 m2.

FRENTE com 12,45 metros com a Avenida 1º de Maio;  
FUNDOS com 12,45 metros com terras da Área Remanescente;  
LADO DIREITO com 33,00 metros com a Área 03;  
LADO ESQUERDO com 33,00 metros com a Área 05.

0.8. – Área n.º 05 a Desmembrar = 407,65 m2.

FRENTE com 12,45 metros com a Avenida 1º de Maio;  
FUNDOS com 12,25 metros com terras da Área Remanescente;  
LADO DIREITO com 33,00 metros com a Área 04;  
LADO ESQUERDO com 33,00 metros com terras de Valdir Feldmann.

0.9. – Área n.º remanescente = 3.287,30 m2.

FRENTE com 51,00 metros com a Rua Gotlieb Reif;  
FUNDOS com 51,00 metros com terras de Valdir Feldmann e Odair da Silva;  
LADO DIREITO com 64,30 metros com a Área 06;  
LADO ESQUERDO com 64,60 metros com as Áreas 01,02,03,04 e 05.

0.10. - Área n.º 06 a Desmembrar = 1.873,71 m2.

FRENTE com 21,30 metros com a Rua Gotlieb Reif;  
FUNDOS com 34,80 metros com terras de Ivo Nichelatti e Sergio Fachini;  
LADO DIREITO em 03 linhas a 1 com 26,70 metros a 2 em 13,50 metros ambas com a Área 08 e a 3 em 37,40 com terras do Clube do Idoso de Pouso Redondo;  
LADO ESQUERDO com 64,30 metros com a Área Remanescente.

0.11. - Área n.º 07 a Desmembrar = 360,45 m2.

FRENTE com 13,50 metros com a Rua Gotlieb Reif;  
FUNDOS com 13,50 metros com a Área 06;  
LADO DIREITO com 26,70 metros com terras do Clube do Idoso de Pouso Redondo;  
LADO ESQUERDO com 26,70 metros com a Área 06.

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 9.906, com uma área total de 7.656,66m² (sete mil seiscentos e cinquenta e seis metros e sessenta e seis décimos quadrados), de propriedade dos HERDEIROS DE HELENA BINI, representados por Vera Ponticelli, portador do CPF nº 032.551.219-14, residente

e domiciliada no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 28 de agosto de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 097/2015 de 28/08/2015.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade da Cerâmica Fachini Ltda., C.N.P.J nº 83.007.874/0001-45, situado à Rua Abilino Voltolini, Progresso, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 17.007.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

**DESCRIÇÃO DO IMÓVEL**

ÁREA ESCRITURADA – 3.746,60 m2

**LIMITES E CONFRONTAÇÕES:**

ÁREA = 3.746,60 m2 – MAT. Nº. 17.007

FRENTE: Em 24,58 m. com a Rua Itajai;  
FUNDOS: Em 24,58 m. com terras de Herdeiros Schneider;  
LADO DIREITO: Em 152,50 com a Rua Abilino Voltolini;  
LADO ESQUERDO: Em 152,50 m. com terras de Ceramica Fachini.  
DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS:

1 – AREAS SUBDIVIDIDAS:

1.1. – Área n.º 1 = 798,85 m2. – A Desmembrar

FRENTE: em 24,58 m com a Rua Itajai;  
FUNDOS: em 24,58 m com terras da área 2;  
LADO DIREITO: em 32,50 m com a Rua Abilino Voltolini;  
LADO ESQUERDO: em 32,50 m com terras da Ceramica Fachini.

1.2. – Área n.º 2 = 368,70 m2. – A Desmembrar

FRENTE: em 15,00 m com a Rua Abilino Voltolini;  
FUNDOS: em 15,00 m com terras da Ceramica Fachini;  
LADO DIREITO: em 24,58 com terras da Área 3;  
LADO ESQUERDO: em 24,58 m com terras da Área 1.

1.3. – Área n.º 3 = 368,70 m2. – A Desmembrar

FRENTE: em 15,00 m com a Rua Abilino Voltolini;  
FUNDOS: em 15,00 m com terras da Ceramica Fachini;  
LADO DIREITO: em 24,58 com terras da Área 4;  
LADO ESQUERDO: em 24,58 m com terras da Área 2.

1.4. – Área n.º 4 = 368,70 m2. – A Desmembrar

FRENTE: em 15,00 m com a Rua Abilino Voltolini;  
FUNDOS: em 15,00 m com terras da Ceramica Fachini;  
LADO DIREITO: em 24,58 com terras da Área remanescente;  
LADO ESQUERDO: em 24,58 m com terras da Área 3.

1.5. – Área Remanescente = 1.841,65 m2.

FRENTE: em 75,00 m com a Rua Abilino Voltolini;  
FUNDOS: em 75,00 m com terras da Ceramica Fachini;  
LADO DIREITO: em 24,58 com terras de Herdeiros Schneider;

LADO ESQUERDO: em 24,58 m com terras da Área 4.

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 15.216, com uma área total de 3.746,60m² (três mil setecentos e quarenta e seis metros e sessenta décimos quadrados), de propriedade da CERAMICA FACHINI, inscrita no CNPJ 83.007.874/0001-45, com sede no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 28 de agosto de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 098/2015 de 28/08/2015.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 16/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 15 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
Unidade: 01 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
Funcional: 06.182.0031.2.040 Manutenção do Fundo de Reequipamento do Bombeiro

(150) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00

Órgão: 17 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Funcional: 17.511.0049.2.047 Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico - Rural

(165) 3.3.90.00.00.00.00.00.0137 - Aplicações Diretas .. R\$ 5.000,00

TOTAL ..... R\$ 91.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de agosto de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 099/2015 de 31/08/2015

Cancela Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 006/2015, e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO: que a licitação na modalidade de Concorrência Pública nº 006/2015, foi deserta.

DECRETA:

Art. 1º — Fica CANCELADA a Licitação na modalidade de

Concorrência nº 006/2015, do processo nº 036/2015, para contratação de empresa do ramo, com fornecimento de mão de obra e materiais, para execução de piso de quadra padrão FNDE, com área de 523,33M², localizada na Localidade de Pombinhas.

Art. 2º — As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta de Dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 31 de agosto de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 100/2015 de 31/08/2015

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 16/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 05 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Unidade: 02 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA
Funcional: 04.122.0009.2.006 Manutenção do Depto de Tributação, Fiscalização e Topografia

(21) 3..90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 05 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Unidade: 02 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA
Funcional: 04.122.0009.2.006 Manutenção do Depto de Tributação, Fiscalização e Topografia

(137) 3.1.90.00.00.00.00.00 0130 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 31 de agosto de 2015.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 101/2015 de 01/09/2015

Cancela Licitação na modalidade Pregão nº 029/2015 PMPR e 018/2015 FMS, e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO: que as licitações na modalidade de Pregão de nº

029/2015 PMPR e 018/2015 FMS, foram desertas.

**DECRETA:**

Art. 1º — Ficam CANCELADAS as Licitações na modalidade Pregão de acordo com o que segue:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO**

**PROCESSO 38/2015 (REGISTRO DE PREÇOS) - PREGÃO 29/2015**

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação de empresa do ramo, para Mão de Obra na manutenção de automóveis, vans e outros veículos da Secretaria de Obras, agricultura, administração, e educação do Município, incluindo manutenção motor, caixa de cambio, diferencial, injeção eletrônica, Freio, Direção Hidráulica, Elétrica e Manutenção em geral.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PROCESSO 19/2015 FMS (REGISTRO DE PREÇOS) - PREGÃO 18/2015 FMS**

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação de empresa do ramo, para Mão de Obra na manutenção de automóveis, vans e outros veículos da Secretaria de Saúde do Município, incluindo manutenção motor, caixa de cambio, diferencial, injeção eletrônica, Freio, Direção Hidráulica, Elétrica e Manutenção em geral.

Art. 2º — As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta de Dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 31 de agosto de 2015.

**NAIR GOULART**

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 102/2015 de 01/09/2015.**

Declara de utilidade pública e recebe em doação área de terras para fins de utilização de via pública e dá outras providências.

**NAIR GOULART**, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública e recebe em doação para fins de utilização como via pública:

1. Uma área de terras, medindo, 1.554,36m<sup>2</sup> (um mil e quinhentos e cinquenta e quatro metros e trinta e seis décimos quadrados), com as seguintes confrontações: Frente em 12,00 metros com a Rua João Custodio da Luz; Fundos em 12,40 metros com a Rua Bubi Reif; Lado Direito em 128,13 metros com terras de Claudir Herbs e Imóveis Maximiano; Lado Esquerdo em 130,93 metros com terras de Valdemar Borgueson, Adair Ricardo, Volnei Debacher, Vilmar Esser, Fernando Censi, Adriano Barcelos, Zila C. da Silva, Valdemir Goulart, Mario Israel e Edimilson Makoski.

1.1 – A área de terras faz parte de um todo registrado no CRI de Trombudo Central, sob a matrícula nº 16.966 e destina-se a Rua SILVESTRE KRAMEL, conforme termo de doação anexo.

2. Uma área de terras, medindo 1.301,34m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e um metros e trinta e quatro décimos quadrados) com as seguintes confrontações: Frente em 12,00 metros com a Rua João Custodio da Luz; Fundos em 12,40 metros com a Rua Bubi Reif; Lado Direito em 106,94 metros com terras do Lote 16 e Imóveis Maximiano; Lado Esquerdo em 109,95 metros com terras de Artur Bodemuller e Imóveis Maximiano.

2.2 – A área de terras faz parte de um todo registrado no CRI de Trombudo Central, sob a matrícula nº 16.967 e destina-se a Rua LEOPOLDO KNOBLAUCH, conforme termo de doação anexo.

3. Uma área de terras, medindo 943,80m<sup>2</sup> (novecentos e quarenta e três metros e oitenta décimos quadrados) com as seguintes confrontações: Frente em 6,08 metros com a Rua Ralf Hebeda; Fundos em 6,00 metros com a área de A.P.P; Lado Direito em 158,50 metros com a Rua Vitorio Piseta; Lado Esquerdo em 156,10 metros com terras de Imóveis Maximiano.

3.3 - A área de terras faz parte de um todo registrado no CRI de Trombudo Central, sob a matrícula nº 10.270 e destina-se a Rua VITORIO PISETA, conforme termo de doação anexo.

Parágrafo único - As áreas de terras de que trata este artigo, encontram-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, sob as matrículas nº 16.966, nº 16.967 e nº 10.270, de propriedade de Imóveis Maximiano, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 18.616.575/0001-07, com sede a Rua Ralf Hebeda, 607, Bairro Leopoldo Mees, Município de Pouso Redondo/SC e destinam-se a utilização para vias públicas.

Art. 2 - Fica declarada de utilidade pública e recebe em doação para fins de utilização como via pública uma área medindo 957,90m<sup>2</sup>, (novecentos e cinquenta e sete metros e noventa décimos quadrados) com as seguintes confrontações: Frente em 6,08 metros com a Rua Ralf Hebeda; Fundos em 6,00 metros com área de A.P.P; Lado Direito em 158,50 metros com a Rua Vitorio Piseta; Lado Esquerdo em 160,80 metros com terras de Valdemiro de Oliveira.

Parágrafo único – A área de terra de que trata este artigo, encontra-se devidamente registrada no CRI de Trombudo Central, sob a Matrícula nº 10.271, de propriedade de Valdemiro de Oliveira, pessoa física de direito privado, inscrita no CPF sob o nº 574.280.939-53, residente e domiciliado na cidade de Pouso Redondo/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2015.

**NAIR GOULART**

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 103/2015 de 08/09/2015**

Nomeia comissão para avaliação de bens móveis e dá outras providências.

**NAIR GOULART**, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica nomeada a Comissão de Avaliação, que tem por objetivo proceder à avaliação de bens móveis pelo valor mínimo de venda, conforme segue:

**LOTE 01:** 01 Automóvel FIAT/SIENA 1.4 TETRAFUEL, ano 2008, modelo 2009, Placas MEU 0985, RENAVAL 978302982, cor branca, Álcool/Gasolina/GNV.

**LOTE 02:** 01 Automóvel FIAT/PALIO YOUNG, ano 2000, modelo 2001, Placas IJT 7838, RENAVAL 748451005, cor verde, Gasolina.

**LOTE 03:** 01 Automóvel FIAT/UNO MILLE FIRE, ano 2001, modelo 2002, Placas AAY 7131, RENAVAL 769211801, cor branca, Gasolina.

**LOTE 04:** 01 Automóvel FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX, ano 2006,

modelo 2007, Placas MER 4838, RENAVAL 902377051, cor branca, Álcool/Gasolina.

LOTE 05: 01 Automóvel VW/QUANTUM, ano/modelo 2001, Placas MBE 0853, RENAVAL 759017166, cor branca, Gasolina.

LOTE 06: 01 CAMIONETE GM/S10 2.4 S, ano/modelo 2002, Placas HPO 6377, RENAVAL 797462279, cor cinza, Gasolina/GNV.

LOTE 07: 01 CAMINHÃO BASCULANTE M.BENZ/LK 1113, ano 1979, modelo 1980, Placas LWR 9086, RENAVAL 551387866, cor vermelha, Diesel.

LOTE 08: 01 CAMINHÃO BASCULANTE M.BENZ/L 1113, ano/modelo 1981, Placas MAZ 2077, RENAVAL550513604, cor vermelha, Diesel.

LOTE 09: 01 CAMINHÃO BASCULANTE M.BENZ/L 708 E, ano/modelo 1987, Placas MEA 0580, RENAVAL 52585007, cor vermelha, Diesel.

LOTE 10: 01 TRATOR FORD 4610, ano 1989, cor azul.

LOTE 11: 01 PÁ CARREGADEIRA CLARK/MIGHIGAN, ano 1980, cor amarela.

LOTE 12: 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO, ano 2002.

LOTE 13: 01 MOTONIVELADORA HWB, ano 1982.

LOTE 14: LOTE de PORTAS e JANELAS de Madeira e Ferro.

LOTE 15: 800 LITROS DE ÓLEO QUEIMADO.

LOTE 16: SUCATAS DE FERRO VELHO.

LOTE 17: SUCATA de INFORMÁTICA, contendo computadores, mouses, Gabinetes e outros.

LOTE 18: SUCATAS DE PNEUS.

Art. 2º - Todos os veículos e demais itens do leilão serão entregues aos arrematares do bem, no estado em que se encontram no momento da venda.

Art. 3º - A comissão será composta pelos membros abaixo indicados, sendo que a Presidência ficará a cargo do primeiro, e terá o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar avaliação ao Executivo Municipal:

TEOTÔNIO RENAN BONESSI  
MAIKEL VERDE  
EMERSON DOBRANTZ  
ADEMIR MAXIMIANO  
OLÍMPIO SCHMITT

Art. 4º — Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de setembro de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 104/2015 de 16/09/2014.  
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do

Município conforme Lei nº 2.584/14 de 06/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.035— Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
(4) 3.1.90.00.00.00.00.0101. — Aplicações Diretas  
..... R\$ 350.000,00

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.036— Manutenção das Transferências do SUS- Atenção Básica  
(13) 3.1.90.00.00.00.00.0134. — Aplicações Diretas  
..... R\$ 400.000,00

TOTAL ..... R\$ 750.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 16 de Setembro de 2015  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 105/2015 de 11/09/2015

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 16/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social
(140) 4.4.90.00.00.00.00.00 0187 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social
(137) 3.3.90.00.00.00.00.00 0187 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de setembro de 2015.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 106/2015 de 11/09/2015.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/15 de 06/11/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS
Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
Funcional: 26.782.0039.2.026 - Manutenção do depto de Serviços urbanos
(101) 3.3.90.00.00.00.00.00.0185 - Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS
Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
Funcional: 16.482.0028.1.010 Construção de Casas Populares - Habitação Urbana
(157) 4.4.90.00.00.00.00.00.0137 - Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

TOTAL ..... R\$ 210.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal



# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

**CONTRATO NR. 146/2015**EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 146/2015

CONTRATAN- TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CAS- TELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BASE MED COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICA- MENTOS LTDA EPP
OBJETO:	Aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.
VALOR:	R\$ 566,30 (quinhentos e sessenta e seis reais, com trinta centavos).
DATA:	02/10/2015.

**CONTRATO NR. 147/2015**EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 147/2015

CONTRATAN- TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CAS- TELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SEGANFREDO & SEGANFREDO LTDA EPP
OBJETO:	Aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.
VALOR:	R\$ 4.795,68 (quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais, com sessenta e oito centavos).
DATA:	02/10/2015.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015**EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015  
E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:00 (nove horas), do dia 20 (vinte) de outubro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de brita graduada, faixa A, a fim de atender as atividades da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos do Município de Presidente Castello Branco (SC), conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br).

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 02 DE OUTUBRO DE 2015.  
Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0761/RH

PORTARIA Nº. 0761/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 28/08/2015 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2015, designada pela Portaria n. 0348/RH de 26 de maio de 2015 (publicada em 29/05/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 006/P.A. 002/2015, de 21 de setembro de 2015, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

### PORTARIA Nº 0762/RH

PORTARIA Nº 0762/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório dos servidores municipais abaixo relacionados, por terem completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
ALEX SANDRO OLIVEIRA DA SILVA	107506-2	ENFERMEIRO	03/09/2012 A 02/09/2015
ALEXANDRA BERRI SCHULTZ	95478-12	PROFESSOR	01/08/2012 A 30/09/2015
ALINE MAURICIO	200743-3	AUX. SERV. GERAIS F	03/09/2012 A 02/09/2015
ANDIARA MARCHIORO	122041-9	PROFESSOR	27/08/2012 A 12/09/2015
ANDRE LUIS XAVIER	100480-2	OP. EQUIPAMENTOS	04/09/2012 A 03/09/2015
CRISTIANE DIAS DE ALMEIDA	267120-1	TEC. ENFERMAGEM	03/09/2012 A 04/09/2015
DENISE ADRIANA DA SILVA LAURINDO	94633-5	PROFESSOR	01/08/2012 A 23/09/2015
EDEMAR GERMANO DREHER	260894-1	PEDREIRO	10/09/2012 A 09/09/2015
EVANIR CUNHA	217603-2	AUX. SERV. GERAIS F	20/09/2012 A 26/09/2015
FABIANA BORBA	170267-4	AUX. SERV. GERAIS F	13/09/2012 A 14/09/2015
FLORISVALDO KNEIDL	222534-1	TEC. ENFERMAGEM	03/09/2012 A 04/09/2015
GABRIEL EMERIM ALMEIDA	255130-1	EDUCADOR SOCIAL	10/09/2012 A 15/09/2015
GILMARA DA ROSA	173738-3	AUX. SERV. GERAIS F	03/09/2012 A 03/09/2015
IANDRA SUZANA SIMON	214574-3	AUX. SERV. GERAIS F	03/09/2012 A 06/09/2015
INEZ BIZ	253944-1	AUX. SERV. GERAIS F	03/09/2012 A 02/09/2015
JANIR SCOTTINI	196207-2	ASSISTENTE SOCIAL	03/09/2012 A 06/09/2015
JOAO DA ROCHA	106496-3	PEDREIRO	10/09/2012 A 25/09/2015
JOSIANE TRISTAO CAMARGO	164410-2	PROFESSOR	13/08/2012 A 27/09/2015
JOSIAS JOCHEM	231010-1	PROFESSOR	01/08/2012 A 20/09/2015
JULICLEIDE DA SILVA FELETI	106224-4	TEC. ENFERMAGEM	05/09/2012 A 07/09/2015



KISIANE CORDOVA GARBIN	148202-2	PROFESSOR	10/09/2012 A 09/09/2015
LAURITA PAUL	230863-1	PROFESSOR	01/08/2012 A 27/09/2015
LUIZ CARLOS JUNG	190934-3	AUX. SERV. GERAIS F	10/09/2012 A 12/09/2015
MAIARA TAMIRES TIEDEMANN FEIJO	253642-1	AUX. SAUDE BUCAL	03/09/2012 A 08/09/2015
MARCELO FRANCISCO SCHMITT	104000-3	PROFESSOR	01/08/2012 A 12/09/2015
MARIA DE FATIMA R. DE OLIV. ANDRADE	185256-3	AUX. SERV. GERAIS F	03/09/2012 A 19/09/2015
MARIA NADIR DE MOURA	221180-1	AUX. SERV. GERAIS F	03/09/2012 A 07/09/2015
NEUSA TERESINHA FRANCO SCHNEIDER	75310-5	PSICOLOGO	03/09/2012 A 05/09/2015
PAULO BRIZOLA	182109-2	PEDREIRO	10/09/2012 A 21/09/2015
ROSI ERHARDT BOIMER	188522-3	AUX. SERV. GERAIS F	10/09/2012 A 09/09/2015
RUBIA TAMIRES CAMPESTRINI	188689-7	PROFESSOR	01/08/2012 A 01/09/2015
SHIRLEY SOARES PETERS	255424-1	ENFERMEIRO	03/09/2012 A 03/09/2015
TEREZINHA HELENA DE MORAES	212350-3	AUX. SERV. GERAIS F	10/09/2012 A 25/09/2015
VENERIANA BARDT DE SOUZA	150266-3	ASSISTENTE SOCIAL	03/09/2012 A 02/09/2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - EDITAL Nº 01/2015- CT

EDITAL Nº 01/2015

A COMISSÃO ORGANIZADORA constituída na forma do Decreto Nº 64 de 07 de agosto de 2015:

I - Convoca os conselheiros de direitos relacionados abaixo para atuarem como Presidentes de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar de Salto Veloso, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas.

II - Torna pública a convocação dos servidores abaixo relacionados, para atuarem como Presidentes de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar de Salto Veloso, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas.

III - No dia da eleição, os conselheiros e servidores deverão estar nos respectivos locais de votação com antecedência mínima de 01 (uma) hora.

IV - Ficam desde já convocados os conselheiros e servidores para participar de reunião que se realizará no dia 28 de setembro de 2015, às 9:00, no endereço Rua Travessa das Flores, nº 58, nesta cidade, cujos objetivos são definir a seção em que cada um atuará e orientar quanto aos procedimentos a serem adotados durante a votação e a apuração.

#### RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESA E MESÁRIOS

Nome	Função
Orlando Abati	Presidente Sala 1
Marisa dos Santos	Mesário Sala 1
Débora Baronchello	Mesário Sala 1
Andreza Bertoto	Presidente Sala 2
Ediana Castanheiro	Mesário Sala 2
Samara de Bastiani	Mesário Sala 2

Salto Veloso, 18 de setembro de 2015.

Andréia Leite Godoy Vitti  
Presidente do CMDCA

### DECRETO MUNICIPAL N. 089/2015

DECRETO Nº 089/2015 - DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 44.335,75 (Quarenta e Quatro Mil Trezentos e Trinta e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.010 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 44.335,75

Fonte: 1134.00000

RED: 96

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 25 de Setembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL N. 090/2015

DECRETO Nº 090, DE 25 de SETEMBRO de 2015.

Homologa resolução 03/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a resolução nº 03/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que dispõe sobre "As condutas vedadas aos candidatos ao cargo de conselheiro tutelar durante o processo de escolha unificado no município de Salto Veloso."

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 25 de setembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

#### RESOLUÇÃO Nº 03/2015

DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO NO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela Lei Municipal nº XX/XX, e,

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente não descreve o que caracteriza a idoneidade moral, inclusive no período do pleito eleitoral, gerando interpretações subjetivas que causam insegurança jurídica ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal, terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local, a ser realizada pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha.

RESOLVE:

Capítulo I

DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 1º Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º A incidência em alguma das condutas apontadas no art. 1º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo II

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Capítulo III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois)

dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 18 de setembro de 2015.

ANDRÉIA LEITE GODOY VITTI

Presidente de CMDCA

### **LEI N. 1548, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI N. 1548, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO A EFETUAR PAGAMENTO DE DESPESA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Salto Veloso a pagar despesa, no importe de R\$ 5.439,00 (cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais), consubstanciada pelas NFe's nº 5 e 7, emitidas em nome de Vitoria dos Santos, CPF nº 915.433.989-87 em favor da emitente Funerária São João Batista Ltda, inscrita no CNPJ nº 76.836.071/0005-14.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 02 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1.546, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 1.546, DE 02 de outubro de 2015.

Altera a Lei Municipal nº 1.353/2010, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS e instituiu o Conselho Gestor do FHIS dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Nos artigos 1º e 2º da Lei Municipal 1.353/2010, onde se lê a denominação Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social – FHIS, leia-se acrescido da seguinte redação: Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Salto Veloso – FHIS.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 02 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1.547, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 1.547, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, o Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD se integrará na ação conjunta e articulada a todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.

Art. 2º. O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD do Município de Salto Veloso é órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo nas questões referentes ao uso e abuso de drogas, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal e, administrativamente, à Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal Antidrogas – COMAD:

I – participar da formulação, aprovar e controlar a política local antidrogas e a articulação das ações governamentais e não governamentais no âmbito do Município;

II – promover, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo do uso abusivo de drogas e na repressão e prevenção do tráfico;

III – cadastrar, fiscalizar, orientar e apoiar as entidades que, no âmbito do Município, desempenham atividades de recuperação e reinserção social das pessoas usuárias ou dependentes de substâncias que determinem dependência física ou psíquica;

IV – zelar pelo fiel cumprimento das disposições contidas nas Constituições Federal e Estadual, nas normativas internacionais ratificadas pelo Congresso Nacional e nas leis voltadas à prevenção, fiscalização, recuperação e repressão ao uso de drogas;

V – colaborar com os Poderes Executivo e Legislativo Municipal no estabelecimento das dotações orçamentárias necessárias à realização das políticas públicas destinadas à prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social e ao combate ao tráfico de drogas ilícitas;

VI – definir a política de captação, a administração, o controle e a aplicação de recursos financeiros que venham a constituir o Fundo Especial Antidrogas, acompanhando e fiscalizando sua execução;

VII – deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Especial Antidrogas, destinados a entidades públicas e privadas, que deverão ser empregados exclusivamente em programas, projetos e atividades de prevenção, tratamento, recuperação, reinserção social e ao combate ao tráfico de entorpecentes.

VIII – manter intercâmbio com conselhos similares das diversas esferas do poder e com conselhos e organismos nacionais e internacionais que tenham atuação na prevenção, tratamento, recuperação, reinserção social e combate ao tráfico de drogas;

IX – exercitar outras funções em consonância com os objetivos da Política Nacional Antidrogas;

X – Aprovar e alterar seu Regimento Interno, com quorum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo e publicado na imprensa oficial do Município;



XI – estimular, incentivar e promover a atualização permanente de servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas no combate, prevenção, tratamento, recuperação e controle de consumo e oferta de drogas;

XII – participar da elaboração de planos, supervisionar e fiscalizar atividade relacionadas à prevenção ao uso e abuso de drogas;

XIII – orientar sobre locais de tratamento e reinserção social das pessoas usuárias ou dependentes de drogas.

Parágrafo Único – A competência do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD será exercida através de resoluções, que deverão ser cumpridas pelos órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 4º. O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD será composto de 10 (dez) membros, com igual número de suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:

I – 05 (cinco) membros representando os órgãos governamentais, sendo:

a) 01 (um) representante da Secretaria de Educação;

b) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social, vinculado à área da saúde;

c) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social, vinculado à área da assistência social;

d) 01 (um) representante da Polícia Militar;

e) 01 (um) representante da Polícia Civil.

II – 05 (cinco) membros representando os órgãos não governamentais, sendo:

a) 01 (um) representante das entidades prestadoras de serviço;

b) 01 (um) representante das Instituições de Recuperação de Dependentes;

c) 01 (um) representante de serviços e organizações de Assistência Social;

d) 01 (um) representante da Associação de Pais e Professores da Rede Municipal ou Estadual de Ensino;

e) 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Videira, atuante em Salto Veloso-SC.

Art. 5º. Nomeados os membros, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, imediatamente reunir-se-ão sob a presidência do conselheiro mais idoso, com a finalidade de eleger a Diretoria, dentre seus membros titulares, que será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Vice-Secretário para dirigir os trabalhos do Conselho.

Parágrafo Único. A representação do Conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes ao seu exercício.

Art. 6º. São atribuições do Presidente:

I – convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II – encaminhar as proposições e colocá-las em votação, respeitada a ordem de encaminhamento à mesa;

III – distribuir os processos e as consultas equitativamente, entre os membros, para estudo e relatório;

IV – assinar, com o relator, as decisões e resoluções do Conselho;

V – solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos necessários à instrução dos processos em andamento no Conselho;

VI – representar o Conselho ou delegar sua representação;

VII – convidar pessoas não integrantes do Conselho para participarem de reuniões, quando julgar necessário;

VIII – designar relatores, constituir comissões e câmaras setoriais

IX – assinar atas e sumários tratados nas reuniões, em conjunto com os membros do Plenário;

X – superintender os serviços administrativos do Conselho, praticando os atos de gestão a ele inerentes;

XI – Estabelecer a data e o horário das reuniões ordinárias e extraordinárias;

XII – convocar, em casos extraordinários, qualquer membro do Conselho para secretariar as reuniões;

XIII – exercer, em caso de empate, o voto de qualidade;

XIV – exercer outras atribuições definidas em lei ou regulamento;

XV – aprovar o regimento interno para as comissões e câmaras

setoriais;

XVI – cumprir e fazer cumprir este Decreto.

Art. 7º. São atribuições do Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos; e

II – exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Presidente.

Art. 8º. São atribuições dos demais membros do Conselho:

I – comparecer às reuniões plenárias, justificando as faltas quando ocorrerem;

II – relatar, dentro de 15 (quinze) dias, os processos que lhes foram distribuídos;

III – solicitar, justificadamente, prorrogação do prazo regimental para relatar os processos por tempo não superior a 15 (quinze) dias;

IV – discutir e votar assuntos debatidos no Plenário;

V – proferir declaração de voto, quando assim o desejar;

VI – assinar o livro de presença da reunião que comparecer;

VII – pedir vistas dos processos em discussão, apresentando parecer e devolvendo-os ao relator da reunião subsequente;

VIII – requerer a inclusão na pauta dos trabalhos de assuntos que deseja discutir;

IX – integrar comissões e grupos de assuntos que deseja discutir;

X – representar o conselho, quando especialmente designado;

XI – devolver à Secretaria Executiva os processos que não estiverem suficientemente instruídos para relatar, solicitando diligência;

XII – solicitar ao Presidente convocação de reunião extraordinária para apreciação de assunto relevante;

XIII – votar e ser votado para a Diretoria do Conselho; e

XIV – exercer outras atribuições no âmbito de sua competência.

Art. 9º. As reuniões plenárias ordinárias serão realizadas com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) de seus conselheiros, decorridos 15 (quinze) minutos da convocação, reunir-se-á com qualquer número de presentes, formando a maioria simples, que estabelece quórum para as deliberações.

Parágrafo Único. O quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) de seus conselheiros será exigido para:

II – exclusão de entidades ou membros do conselho, nos termos do art. 10;

III – eleição da Diretoria.

Art. 10. Para o desempenho de suas atividades, o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD funcionará em:

I – Plenárias Ordinárias e Extraordinárias;

II – Comissões Permanentes e Temporárias;

III – Conselho Gestor do Fundo Especial Antidrogas;

IV – Câmaras Setoriais;

V – Secretaria Executiva.

Art. 11. Poderão ser designadas comissões permanentes e temporárias, constituídas no mínimo por 03 (três) membros, aprovados pelos conselheiros em plenária.

Parágrafo Único – Às Comissões caberá a escolha dos respectivos presidentes.

Art. 12. Às comissões permanentes e temporárias compete:

I – realizar estudos;

II – emitir parecer;

III – responder consultas;

IV – desempenhar qualquer outra tarefa relacionada com a competência do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, nas áreas administrativa e técnica.

Art. 13. Poderá o Presidente do Conselho Municipal Antidrogas ouvidos os demais membros, propor a instalação de Câmaras Setoriais.

§ 1º As Câmaras Setoriais serão formadas por técnicos especialistas

em drogas, bem como por membros do COMAD, titulares ou suplentes, representantes das instituições participantes do Conselho, sugeridos pela Presidência ou pelos Conselheiros e aprovados pelo Plenário.

§ 2º As Câmaras Setoriais se constituem como uma instância do COMAD com a finalidade de promover e propor consensos, estratégias e metodologias relativas a Política Municipal sobre Drogas.

§ 3º Na composição das Câmaras Setoriais poderão participar os órgãos públicos e as entidades civis privadas e não governamentais com relevante e comprovado conhecimento sobre drogas.

Art. 14. As Câmaras Setoriais terão a responsabilidade de examinar e relatar ao Plenário, assuntos de sua competência quando solicitados.

Art. 15. As Câmaras Setoriais poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 16. A Secretaria Executiva incumbir:

I – planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da Secretaria Executiva;

II – elaborar e submeter ao Presidente a pauta das reuniões;

III – assessorar administrativamente o Presidente;

IV – organizar e manter o arquivo da documentação relativa às atividades do Conselho;

V – acompanhar os prazos relativos aos processos, comunicando-os ao Presidente;

VI – preparar relatórios mensais e anuais das atividades do Conselho;

VII – promover os procedimentos necessários à aquisição, uso e controle dos bens do Conselho;

VIII – registrar as distribuições dos processos;

IX – comunicar a convocação das reuniões do Conselho aos membros efetivos, por determinação do Presidente;

X – secretariar as reuniões do Conselho, lavrar as respectivas atas e promover as súmulas e resumos ou extratos das decisões e resoluções;

XI – promover o preparo e expedição da correspondência do Conselho;

XII – assinar documentos oriundos da Presidência do Conselho, quando autorizado; e

XIII – desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 17. Perderá a representação ou mandato o conselheiro que no exercício da titularidade faltar 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas, salvo se representado por suplente ou mediante justificativa por escrito aprovada pelo plenário do Conselho. Parágrafo Único. Nas ausências ou impedimentos assumirão os seus suplentes com as mesmas prerrogativas dos titulares.

Art. 18. A indicação dos membros do Conselho, representantes da Sociedade Civil, será feita em fóruns próprios pelas organizações ou entidades a que pertencem.

Parágrafo Único. A nomeação dos membros indicados pelas entidades constantes no artigo 4º, inciso II, alíneas "a", "b", "c" e "d", será efetuada em fórum próprio organizado pelo COMAD.

Art. 19. A função de Conselheiro do COMAD é considerada de interesse público relevante, não sendo remunerada e não gerando vínculo empregatício.

§ 1º. Consideram-se justificadas as ausências ao serviço determinadas pelo comparecimento do conselheiro a reuniões do Conselho e participação em diligências.

§ 2º. Aos membros do Conselho será fornecido documento de identificação expedido pela Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Art. 20. Os recursos para manutenção do COMAD serão oriundos

do Fundo Especial Antidrogas de Salto Veloso e de verbas próprias do orçamento municipal.

Art. 21. Os Conselheiros do COMAD serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 22. O COMAD terá sua competência e suas condições de funcionamento determinado em Regimento Interno, que será criado ou adaptado às disposições desta lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a conta da nomeação dos membros do COMAD, devendo ser homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 23. Fica criado o Fundo Especial Antidrogas de Salto Veloso, que será uma unidade orçamentária, vinculado administrativamente à Secretaria de Saúde e Assistência Social, com o objetivo de concentrar recursos e propiciar apoio ou suporte financeiro para custeio das ações que visem a preparação, implantação, desenvolvimento e ampliação de projetos no âmbito dos objetivos da presente Lei.

Art. 24. Constituem receitas do Fundo Especial Antidrogas de Salto Veloso:

I – contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado e do Município, de sua Administração Direta e Indireta, destinadas ao Fundo Especial Antidrogas;

II – as destinações autorizadas em lei municipal das arrecadações resultantes de consórcios, associações, convênios, programas de cooperação, contratos e acordos específicos, celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III – as contribuições resultantes de doações específicas ao Fundo Especial Antidrogas;

IV – transferências autorizadas de recursos de outros fundos;

V – transferências intergovernamentais;

VI – dotações orçamentárias repassadas pelo Município e créditos adicionais suplementares que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

VII – rendimento e juros provenientes de aplicações financeiras;

VIII – legados;

IX – outras receitas autorizadas por Lei.

Parágrafo Único. Os recursos de que trata este artigo serão depositados em instituição financeira oficial e em conta especial sob a denominação Fundo Especial Antidrogas de Salto Veloso.

Art. 25. O Fundo Especial Antidrogas de Salto Veloso será gerido por um Conselho Gestor, responsável pelos recursos, sob orientação e fiscalização do COMAD.

Art. 26 A composição do Conselho Gestor do Fundo Especial Antidrogas de Salto Veloso se dará na seguinte conformidade:

I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal;

II – 02 (dois) representantes do COMAD escolhidos entre os representantes da sociedade civil.

Art. 27. A implementação do Fundo Especial Antidrogas dar-se-á através de sua previsão na Lei Orçamentária Anual do Município de Salto Veloso.

Art. 28. Ficam revogadas as Leis Municipais 1059/2002 e 1.217/2006.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso/SC, 02 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE CONTRATOS NºS 152 À 164/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATOS

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: RENAN LADISLAU RAUPP

OBJETO: Este contrato tem como objetivo à prestação de serviços de aulas de treinamento de atletas de futsal e futebol de campo para crianças e adolescentes de 09 a 15 anos para setor de esportes.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Vigência: 01/09/2015 a 31/12/2015.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2015

Processo de Licitação nº 077/2015-DL 077/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMESC

OBJETO: Fornecimento de Medicamento, para atendimento nas Unidades de Saúde do Município, para o segundo semestre de 2015, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC, que tem por finalidade exclusivo atendimento aos Municípios da AMESC.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso VIII.

Valor: R\$ 346,50 (trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos).

Vigência: 28/08/2015 a 31/12/2015.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 154/2015

Processo de Licitação nº 073/2015-PR 073/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: GETULIO DE COSTA FILHO

OBJETO: Aquisição de Gás GLP de Petróleo para serem adquiridos parceladamente até o final do exercício, para uso nas Escolas Municipais e demais Repartições Públicas.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 4.180,00(Quatro mil, cento e oitenta reais).

Vigência: 02/09/2015 a 31/12/2015.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2015

Processo de Licitação nº 068/2015-PR 068/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: L. B. DE CAMPOS CONFECÇÕES - ME

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de uniformes escolares para os alunos deste município.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 39.490,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e noventa reais).

Vigência: 08/09/2015 a 31/12/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2015

Processo de Licitação nº 074/2015-PR 074/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: COMERCIAL AUTOMOTIVA S/A

OBJETO: Fornecimento de pneus, câmaras, protetor e serviços de recapagens para manutenção dos veículos e máquinas da frota Municipal, durante exercício de 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal

nº 8.666/93.

Valor: R\$ 3.260,00(Trés mil, duzentos e sessenta reais).

Vigência: 11/09/2015 a 31/12/2015.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2015

Processo de Licitação nº 074/2015-PR 074/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MODELO PNEUS LTDA

OBJETO: Fornecimento de pneus, câmaras, protetor e serviços de recapagens para manutenção dos veículos e máquinas da frota Municipal, durante exercício de 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 43.024,00(Quarenta e três mil e vinte e quatro reais).

Vigência: 11/09/2015 a 31/12/2015.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2015

Processo de Licitação nº 074/2015-PR 074/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: JM PNEUS E RECAPAGENS LTDA

OBJETO: Fornecimento de pneus, câmaras, protetor e serviços de recapagens para manutenção dos veículos e máquinas da frota Municipal, durante exercício de 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 34.756,00(Trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais)

Vigência: 11/09/2015 a 31/12/2015.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 159/2015

Processo de Licitação nº 075/2015-PR 075/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ALTERMED MAT. HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, para as unidades de saúde do município, durante o exercício 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 252,35(Duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos)

Vigência: 11/09/2015 a 31/12/2015.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 160/2015

Processo de Licitação nº 075/2015-PR 075/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, para as unidades de saúde do município, durante o exercício 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 160,00(Cento e sessenta reais).

Vigência: 11/09/2015 a 31/12/2015.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 161/2015

Processo de Licitação nº 075/2015-PR 075/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, para as unidades de saúde do município, durante o exercício 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 390,00(Trezentos e noventa reais).

Vigência: 11/09/2015 a 31/12/2015.



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 162/2015**

Processo de Licitação nº 075/2015-PR 075/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, para as unidades de saúde do município, durante o exercício 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 16.540,00(Dezesseis mil, quinhentos e quarenta reais).

Vigência: 11/09/2015 a 31/12/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2015**

Processo de Licitação nº 078/2015-Carta Convite

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LITORAL SUL CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGª EIRELI

OBJETO: Elaboração de projetos de engenharia, projetos básicos, projetos executivos e serviços complementares para edificações e pavimentações de vias públicas, conforme fixado em termo de referência.

Base Legal: Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$ 64.350,00(Sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta reais).

Vigência: 18/08/2015 a 31/12/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 164/2015**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: Prorrogação de vigência e execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude da indefinição na execução de recuperação do piso da quadra, impossibilitando o término dos serviços, ocorrendo atraso na obra. Fica prorrogado a execução dos serviços por mais 90 (noventa) dias, em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Nona, parágrafo único, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Vigência: 30/09/2015 por mais 90 dias.

**RESCISÃO DE CONTRATO Nº 146/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO SUL

RESCISÃO CONTRATUAL

Licitação nº 068/2015 - PR

Contrato Nº 146/2015

Contratado: HEBROM DISTRIBUIDORA E CONFECÇÕES LTDA, HEBROM DISTRIBUIDORA E CONFECÇÕES LTDA, com sede na Via do Trabalhador, nº 1105 - Galpão 01, Parque Industrial Augusto Terezelli Filho, CEP: 87.306-620 Campo Mourão - PR, inscrita no CNPJ sob nº 15.050.681/0001-70.

Objeto: Aquisição de uniformes escolares para os alunos deste município.

Conforme solicitação da Empresa, o município decide rescindir, a partir de 18 de agosto de 2015, o contrato nº 146/2015, assinado em 13/08/2015, Processo Licitatório nº. 068/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 068/2015, homologada em 13/08/2015.

Pela rescisão do presente termo de contrato, declaram as partes nada haver a reclamar ou a receber uma da outra, desistindo inclusive de qualquer reivindicação de indenização.

Justifica-se a presente rescisão o falecimento do Sr. Thiago Victor Sequinel, sócio proprietário, da empresa HEBROM DISTRIBUIDORA E CONFECÇÕES LTDA, a viúva alega não ter condições psicológicas para efetuar o contrato e gerir a empresa neste momento difícil. Decide-se pela rescisão do contrato.

Santa Rosa do Sul, 18 de Agosto de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 93/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015 FMS  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 9:00 horas do dia 20 de outubro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE INSULINAS E DETERGENTE CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.  
DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS  
Pregoeiro

### DECRETO Nº 1089/2015

DECRETO Nº 1089, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO  
Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano  
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo  
(76) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO  
Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano  
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo  
(88) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1090/2015

DECRETO Nº 1090, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.  
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Nilso Agostinho Cabral, Jocemari Telma Teixeira, Wagner Grossl, Sílvia Cristiane Homechen da Silva e Marcelo Levandowski para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 92/2015, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 08 de outubro de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1091/2015

DECRETO Nº 1091, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.  
ALTERA O DECRETO Nº 0508 DE 03 DE ABRIL DE 2014 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMAD

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3082/2012,

#### DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 0508, de 03 de abril de 2014, passa a ter a seguinte redação:

“XII - Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:  
Kátia Regiane Wolff – Suplente”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1092/2015**

DECRETO Nº 1092, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015  
Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,5466 a partir de 01 de outubro de 2015, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1093/2015**

DECRETO Nº 1093, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 790.900,00 (setecentos e noventa mil e novecentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(57) 3.3.90.39.00.00.00 017 - Outros Serv. Terc. PJ.... .R\$ 780.900,00

(588) 3.3.90.39.00.00.00 317 - Outros Serv. Terc. PJ.... .R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 017 - Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública – COSIP, no valor de 742.000,00 (setecentos e quarenta e dois mil reais) e as anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(55) 3.3.90.30.00.00.00 017 - Material de Consumo.... .R\$ 3.000,00

(56) 3.3.90.36.00.00.00 017 - Outros Serv. Terc. PF.... .R\$ 800,00

(59) 3.3.90.47.00.00.00 017 - Obrig. Tribut. e Contributivas.... .R\$ 7.000,00

(61) 4.4.90.52.00.00.00 017 - Equip. Material Permanente.... .R\$ 28.100,00

(587) 3.3.90.30.00.00.00 317 - Material de Consumo.... .R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2015 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2015

DA ESPÉCIE: Contrato de fornecimento de passes, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento de passes para funcionários da Fundação Cultural de São Bento do Sul para o período de outubro a dezembro de 2015, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 11/2015 de 24 de setembro de 2015.

DO VALOR: R\$ 6.336,00 (seis mil, trezentos e trinta e seis reais).

DA VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 28 de setembro de 2015.

Ass: MARILIA CRISPI DE MORAES, pela Fundação Cultural.

NIVALDO STOEBERL, pela empresa Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2015 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 06/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS DE Nº 26/2014 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA CEK INFORMÁTICA EIRELI ME, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014. Considerando o Contrato nº 026/2014 que consiste no fornecimento de instrumentos musicais e artísticos e materiais para manutenção de instrumentos musicais para a Fundação Cultural de São Bento do Sul – Escola de Música Donaldo Ritzmann, conforme termo de referência – Anexo I e Convênio nº 2014 TR 001212 da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul como Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra, tendo a Fundação Cultural como interveniente do Recurso; Considerando que o recurso para o pagamento dos objetos licitados, provenientes do Estado DE Santa Catarina ainda não foram repassados à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul; considerando a cláusula quinta

do contrato – DA VIGÊNCIA do referido contrato; e o término da vigência do Contrato nº 026/2014 no dia 30 de maio de 2015, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, § 1º, inciso II da Lei 8.666/93, onde prevê-se a prorrogação em prazo para superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato, nos seguintes termos: Parágrafo 1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 31 de maio de 2015 e com término em 26 de novembro de 2015. Parágrafo 2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de dezembro de 2014, e no Primeiro Termo Aditivo, de 12 de dezembro de 2014, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2015.  
Ass: BRAULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural.  
Carlos Eduardo Kellner, Contratada.

#### **PORTARIA Nº 10140/2015**

PORTARIA Nº 10140, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal DJANDIRA PADILHA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00007/13-5, de 09 anos, 09 meses e 04 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6396, de 29 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 10141/2015**

PORTARIA Nº 10141, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015  
Conclusão de Estágio Probatório

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal CILO BARBOSA CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 12/06/2012 a 20/09/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 10142/2015**

PORTARIA Nº 10142, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015  
Conclusão de Estágio Probatório

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal EDUARDO ROCHA SBRISIA, ocupante do cargo efetivo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 24/09/2012 a 26/09/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 10143/2015**

PORTARIA Nº 10143, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015  
Conclusão de Estágio Probatório

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal JOCIMARA APARECIDA DALCANARI DUTRA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 24/09/2012 a 28/09/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:



**PORTARIA Nº 10144/2015**

PORTARIA Nº 10144, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 34, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de outubro de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada LIANE LUZIA SESTREN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saúde Bucal, Grupo Ocupacional IV, Nível I, Classe D, matrícula nº 33490, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5718/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10145/2015**

PORTARIA Nº 10145, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de outubro de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada JUCELI KOLENEZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Anos Iniciais – Magistério – em extinção, Nível I, Classe H, matrícula nº 4942, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5188/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIAS/SEMED Nº 1849 A 1861/2015**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1849, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Cleusenir Cordeiro Machado. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1850, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Dorilda da Silva Correa. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1851, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Josi Maria Neidert. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1852, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Edna Vanessa Zaczski Rosa. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1853, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Leni Streit Morgenroth. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1854, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Maíse Maria Schreiner Pokriwieski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1855, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Maria Terezinha Muller Borges. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1856, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Elisangela Maria da Silveira. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1857, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Liliane Grein. Nutricionista.

Portaria/SEMED nº 1858, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Cristiani Stoeberl Machado. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1859, de 30 de setembro de 2015. Concede Licença Prêmio. Patrícia Regina Santos Lima Rank. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1860, de 01 de outubro de 2015. Concede Redução de Carga Horária. Oclair Carlos Silveira Sobrinho. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1861, de 02 de outubro de 2015. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Luciana Tavares Monteiro Randig. Auxiliar de Serviços.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 193, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 193, de 11 de setembro de 2015.

“CONCEDE CONCLUSÃO  
ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao servidor MARCOS LUÍS PEREIRA DUARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, Grupo Ocupacional 03, Classe A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a conclusão do Estágio Probatório na forma do art. 32 da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001.

Art. 2º - A conclusão a que se refere o artigo 1º, compreende o período de 09/02/2012 a 08/02/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 09 de fevereiro de 2015.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

## São Carlos

## PREFEITURA

## RELATORIO DE COMPRAS ADM

Folha: 1/10

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOSCNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SCRELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Setembro/2015**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PLACA INDICADORA LIXEIRAS	LORIZ JOSÉ BLANGER ME	18.662.518/0001-56	7,00	un	20,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PLACA INDICADORA C/ CAVALETE	LORIZ JOSÉ BLANGER ME	18.662.518/0001-56	6,00	un	245,00	1.470,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PLACAS DE TRANSITO	LORIZ JOSÉ BLANGER ME	18.662.518/0001-56	10,00	un	215,00	2.150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO DE PROJETOS	ANA PAULA WERLANG	081.417.879-00	1,00	un	610,00	610,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MELADO DE CANA - EMBALADO, COM RÓTULO	ERNI JACOB ELY	220.131.489-68	25,50	kg	4,67	119,09
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TEMPERO VERDE LIMPO S/ SUJEIRA	EDIVAN ANDRÉ STEIN	054.667.829-71	72,00	un	1,51	108,72
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ALFACE PRIMEIRA QUALIDADE	EDIVAN ANDRÉ STEIN	054.667.829-71	94,00	un	1,56	146,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PEPINO TAM MÉDIO - PRIMEIRA QUALIDADE	EDIVAN ANDRÉ STEIN	054.667.829-71	145,50	kg	0,99	144,05
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CENOURA MÉDIA RÍGIDA - PRIMEIRA QUALIDADE	EDIVAN ANDRÉ STEIN	054.667.829-71	95,00	kg	1,79	170,05
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	COUVE - FLOR TAM MÉDIO - PRIMEIRA QUALIDADE	EDIVAN ANDRÉ STEIN	054.667.829-71	67,00	un	1,98	132,66
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	REPOLHO MÉDIO PRIMEIRA QUALIDADE	EDIVAN ANDRÉ STEIN	054.667.829-71	20,00	un	2,66	53,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BETERRABA MÉDIA RÍGIDA PRIMEIRA QUALIDADE	INACIO MAXIMILIANO FROHLICH	430.871.329-34	50,00	un	2,66	133,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ALFACE PRIMEIRA QUALIDADE	INACIO MAXIMILIANO FROHLICH	430.871.329-34	126,00	kg	1,61	202,86
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CHUCHU TAM MÉDIO - PRIMEIRA QUALIDADE	INACIO MAXIMILIANO FROHLICH	430.871.329-34	50,00	un	1,56	78,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	OVO DE GALINHA - DZ	NICOLAU JOSE GRAF	385.028.609-68	61,25	kg	2,41	147,61
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE INTEGRAL 01 LT - EMBALADO C/ ROTULO	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMIL	10.384.722/0001-40	460,00	dz	3,55	1.633,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MEL DE ABELHA - 01 KG C/ ROTULO	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMIL	10.384.722/0001-40	282,00	un	2,06	580,92
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAXA DE ART REFER A EXECUÇÃO DE OBRA	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AORT	82.511.643/0001-64	27,00	kg	9,00	243,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FRALDA GERIÁTRICA TAM P - PCT COM 10 UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1,00	un	67,68	67,68
				12,00	pt	10,95	131,40



Folha: 2/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	FRALDA GERIÁTRICA - TAM M COM 08 UND	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	40,00	pt	10,99	439,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE BOMBEAMENTO CONCRETO	CONCRETOS E PROJETOS LTDA	07.239.625/0001-50	1,00	un	180,00	180,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	IMPRESA NACIONAL	04.196.645/0001-00	1,00	un	151,85	151,85
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	TAXA DE ART REF AO PROJETO PREVENTIVO	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AORT	82.511.643/0001-64	1,00	un	67,68	67,68
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BALANCEAMENTO DAS RODAS	JK PNEUS LTDA	78.653.946/0001-44	4,00	un	7,50	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ALINHAMENTO DAS RODAS	JK PNEUS LTDA	78.653.946/0001-44	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	l	4,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUORTE ALAVANCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	3,00	un	83,30	249,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRENAGEM SUPERIOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	485,30	485,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FIXO ENGRENAGEM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	335,00	335,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	36,00	36,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO ALAVANCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	3,00	un	8,40	25,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	680,00	680,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO 8MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	3,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	215,00	215,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVETAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	6,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA VERMELHA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RETENTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO 10 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	4,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO CAMBIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	158,40	158,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE JUNTAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	lg	6,50	6,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	pc	6,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL ORIGINAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	4,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL TRAVA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	3,50	3,50

Folha: 3/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 10 X 140 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	3,00	un	54,80	164,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL VEDAÇÃO CAIXA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	25,80	25,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MECANICA NO RADIADOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA PRETA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	26,00	26,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO HW	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	57,30	57,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO 16 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	4,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO PONTA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	42,00	42,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA MIG	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	175,00	175,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO 6002	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	48,10	48,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRENAGEM BOMBA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	718,80	718,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL DE VEDAÇÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	8,00	un	3,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TORNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	110,00	110,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ALAVANCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	3,00	un	114,30	342,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAXA DE ART REFER SERVIÇOS DIVERSOS FISCALIZAÇÃO	CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, AGRT	82.511.643/0001-64	1,00	un	250,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA ELÉTRICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	220,00	220,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA MIG	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	230,00	230,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	215,00	215,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAMPA RESERVATÓRIO DE ÓLEO HIDRÁULICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JUNTA VALVULA TERMOSTÁTICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO REPARO PISTÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	150,00	150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	5,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO DE AÇO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	8,00	un	2,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VALVULA DO COMBUSTIVEL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAMPA DO RADIADOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	10,00	20,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
 Rua Demétrio Lorenz, 747  
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 4/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	112,00	112,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	405,00	405,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAMPA DO RESERVATORIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	22,00	22,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA DE OXIGÊNIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DIESEL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	59,30	59,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TORNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FERRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	kg	68,00	68,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAMPA DO TANQUE COMBUSTÍVEL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	43,00	43,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA DE RODA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	5,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA DE SILICONE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	8,00	pc	0,50	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO PSC 75	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	45,90	45,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	4,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	2,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT EMBREAGEM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	1.178,40	1.178,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TORNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS NO FREIO E PISTÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	28,00	28,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	48,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONCERTO NA EMBREAGEM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	160,00	160,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CINTAS PLÁSTICAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	1,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA FECHADURA MB	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	4,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ELETRODO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	pc	22,00	88,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MAÇANETA DO VIDRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	12,00	12,00

Folha: 5/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CARIMBO AUTOMÁTICO C/ DATADOR	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	1,00	un	50,00	50,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	NITROGENIO LIQUIDO	CAYO VINICIUS CUCATO SILVA - ME	14.539.182/0001-88	725,00	l	4,00	2.900,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS	HEBER MAJOLO ZART ME	15.303.655/0001-06	1,00	un	1.000,00	1.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA C/ PINTURARENY LUIZ LOCATELLI ESCOLA DE SÃO JOÃO	HEBER MAJOLO ZART ME	17.884.063/0001-50	1,00	un	2.190,00	2.190,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	TOUCAS DESCARTÁVEIS - TAM ÚNICO - PCT COM 100 UND	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	1,00	pt	8,00	8,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	LUVAS DE LÁTEX DESCARTÁVEIS TAM M - CX C/ 100 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	1,00	cx	19,25	19,25
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PÃO FRANCÊS - 50 GR CADA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	50,00	kg	8,40	420,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PALITO DE DENTE CX C/ 100 UND	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	20,00	cx	0,65	13,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	PRATOS DESCARTÁVEIS PCT C/ 10 UND	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	120,00	pt	3,45	414,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	OVO DE GALINHA FRESCO A GRANEL - CX COM 01 DZ	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	100,00	dz	4,00	400,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CHUCHU TAM MÉDIO - PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	70,00	kg	2,45	171,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CUCA RECHEADA DIVERSOS SABORES - 500 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	140,00	un	5,40	756,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ARROZ PARBOILIZADO - PCT 05 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	20,00	pt	10,05	201,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CENOURA MÉDIA RÍGIDA - PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	50,00	kg	2,75	137,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CARNE SUINA NÃO TEMPERADA	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	350,00	kg	9,70	3.395,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	BE TERRABA MÉDIA RÍGIDA PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	70,00	kg	2,90	203,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CARNE BOVINA NÃO TEMPERADA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	550,00	kg	12,30	6.765,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	REPOLHO MÉDIO PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	60,00	un	3,20	192,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	ALFACE PRIMEIRA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	100,00	un	2,15	215,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CARGA DE GAS COM 13 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	un	48,00	240,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	AÇÚCAR CRISTAL 05 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	4,00	pt	8,73	34,92
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORTA FILTRO DE CAFÉ DE PLÁSTICO	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	1,00	un	3,80	3,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARGA DE GAS COM 13 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	4,00	un	48,00	192,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VASSOURA DE PALHA - RESISTENTE - APROX. 600 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	un	17,30	86,50

Folha: 6/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SACO DE LIXO 50 LT - ROLO COM 50 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	4,00	rl	10,15	40,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DESINFETANTE LÍQUIDO 2 LT - CX COM 06 UND	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	4,00	cx	27,13	108,52
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SACO DE LIXO 100 LT - ROLO COM 25 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	8,00	rl	10,20	81,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CERA LÍQUIDA AUTO BRILHO 750 ML	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	8,00	fr	8,79	70,32
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GARRAFA TÉRMICA - 1,80 LT	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	1,00	un	99,90	99,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANTI - MOFO CONCENTRADO 01 LT	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	4,00	fr	8,88	35,52
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE CAFÉ MÉDIO 102 - CX C/ 30	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	2,00	cx	2,69	5,38
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PANO DE FRALDA - TAM 80 X 30 CM	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	5,00	un	5,85	29,25
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PAPEL HIGIENICO BRANCO PICOTADO 60AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	05.919.156/0001-94	2,00	fd	54,90	109,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SACO DE LIXO 30 LT - ROLO COM 50 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	4,00	rl	10,30	41,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PANO DE CHÃO ALVEADO 50 X 80 CM - PRIMEIRA QUALIDADE	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	4,00	un	5,30	21,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SABÃO EM PÓ 1 KG - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	10,00	un	5,40	54,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAFÉ GRANULADO 200 GR - CX C/ 12	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	3,00	cx	131,70	395,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ÁGUA SANITÁRIA (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	4,00	cx	20,79	83,16
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PAPEL TOALHA 2 DOBRAS FRD	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	pt	8,70	87,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SAPONÁCEO CREMOSO LÍQUIDO PERFUMADO - 300 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	un	3,60	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8 % - FR COM 01 LT	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	8,00	fr	5,15	41,20
	VASSOURA DE PLÁSTICO - RESISTENTE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	7,00	un	8,70	60,90
	SABÃO EM PÓ 1 KG - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	10,00	un	5,40	54,00
	LIMPA VIDROS - 500 ml	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	10,00	un	5,19	51,90
	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE - TAM 110 X 75 X 20 MM	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	20,00	un	1,49	29,80
	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	20,00	un	1,41	28,20
	DESINFETANTE LÍQUIDO 2 LT - CX COM 06 UND	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	20,00	cx	27,13	542,60
	AMACIANTE P/ LAVANDERIA - CX C/ 06 UND	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	4,00	cx	26,72	106,88

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 7/10

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
 Rua Demétrio Lorenz, 747  
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
	AGUA SANITARIA (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	20,00	CX	20,79	415,80
	VASSOURA DE PALHA - RESISTENTE - APROX. 600 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	10,00	UN	17,30	173,00
	SACO DE LIXO 50 LT - ROLO COM 50 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	RL	10,15	50,75
	SACO DE LIXO 100 LT - ROLO COM 25 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	RL	10,20	51,00
	PANO DE PRATO C/ COSTURA 80 X 50	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	7,00	M	5,60	39,20
	CAFÉ GRANULADO 200 GR - CX C/ 12	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	1,00	CX	131,70	131,70
	CARGA DE GAS COM 13 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	7,00	UN	48,00	336,00
	PAPEL TOALHA 2 DOBRAS FRD	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	PT	8,70	87,00
	PAPEL HIGIENICO BRANCO PICOTADO 60AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	3,00	FD	54,90	164,70
	SACO DE LIXO 30 LT - ROLO COM 50 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	RL	10,30	51,50
	AÇÚCAR CRISTAL 05 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	PT	8,73	43,65
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARNE BOVINA	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	89,00	UN	11,47	1.020,83
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SAL REFINADO IODADO - PCT COM 01 KG	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	8,00	PT	1,25	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LINGUICINHA COLONIAL	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	KG	8,90	267,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARVÃO VEGETAL	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	20,00	UN	9,98	199,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARNE SUINA C/ CERTIFICADO DA VIGILANCIA SANITÁRIA	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	40,00	KG	8,95	358,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRECOXA	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	60,00	KG	4,98	298,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PÃO SOVADO 80 GRS	CARMEN NELITA RIGOTTI COMERCIO E ALIMENTOS EIRELI	19.126.483/0001-01	30,00	KG	8,14	244,20
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CAMERA DIGITAL 16 MEGA C/ CABO USB	FOTO ESTUDIO VIGNATTI LTDA - ME - c	02.840.206/0004-06	2,00	UN	439,00	878,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MAQUINA DE ALGODÃO DOCE	RCM COMERCIO E CONSERVATORES DE BALANÇAS E EQUIPAMENTO	03.201.633/0001-56	1,00	UN	990,00	990,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	ELE TRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	185,00	185,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	KIT DA CORREIA DENTADA	ELE TRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	UN	379,00	379,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE LIMPEZA	RTC PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	02.876.858/0001-40	1,00	S	85,00	85,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MOLDURA FRONTAL	RTC PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	02.876.858/0001-40	1,00	UN	120,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	125,00	125,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	300,00	300,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	220,00	220,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	270,00	270,00

Folha: 8/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRAXADEIRA 1/8	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	3,00	un	2,50	7,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUORTE DO DENTE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUORTE DENTE DA CONCHA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	95,00	95,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA HIDRÁULICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	m	195,00	195,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRAXADEIRA 1/4	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	5,00	un	2,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRAXADEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	2,25	13,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA PRETA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	0,50	un	29,00	14,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL DE VEDAÇÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	5,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO SEPARADOR DE COMBUSTÍVEL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DIESEL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	158,30	158,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	79,00	79,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VALVULA CUBO TRASEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	115,00	115,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RETENTOR RODA TRASEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA CUBO TRASEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	11,00	22,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TRAVA CUBO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REPARO VALVULA DE AR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	110,00	110,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO COMPLETO 14MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	3,00	un	4,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO COLUNA DA DIREÇÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	51,10	51,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SETOR DE DIREÇÃO COMPLETA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	991,70	991,70
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	345,00	345,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	220,00	220,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	225,00	225,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	105,00	105,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VOLANTE MOTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	598,90	598,90



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 9/10

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAPA CREMALHEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	147,20	147,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA VOLANTE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	44,90	44,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRUZETA CARDÁ	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	159,60	159,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO VOLANTE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	16,00	un	4,50	72,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CREMALHEIRA VOLANTE MOTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	232,40	232,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA DA DESCARGA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	9,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO ESTRANGULADOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	39,40	39,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA MANGA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	4,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGA HIDRÁULICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	124,30	124,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA PRETA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	0,70	un	29,00	20,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PRISIONEIRO DO CUBO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	13,00	52,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO COMPLETO 14MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	3,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PIVO DIREÇÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	139,80	559,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO REVERSÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	125,40	125,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO 16 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	8,00	32,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TRAVA ROSCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA DUPLA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA DE PRESSÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	2,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	1,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL DE VEDAÇÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	7,00	un	2,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 12 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	5,00	20,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TAXA DE MULTA DE TRÂNSITO	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	68,10	68,10
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	FERRO 4.2 - BR COM 12 MT	LEONIR SESTRON SCHERER - ME c	04.655.418/0001-98	20,00	br	5,80	116,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PREGO CABEÇA DUPLA - 17X27	LEONIR SESTRON SCHERER - ME c	04.655.418/0001-98	2,00	kg	8,95	17,90

ESTADO DE SANTA CATARINA							Folha: 10/10
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS							
CNPJ: 82.945.718/0001-15							
Rua Demétrio Lorenz, 747							
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC							
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	CASINHA DE BONECA EM MADEIRA	MULTIARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	08.389.121/0001-89	2,00	un	2.170,00	4.340,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	S	200,00	200,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATERIA 60 AH	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	un	310,00	310,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	un	68,00	68,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SENSOR	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	pc	120,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SONDA LAMBDA	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	un	280,00	280,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VELA DE IGNIÇÃO	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	4,00	pc	24,25	97,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAXA DE MULTA DE TRÂNSITO	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	2,00	un	68,10	136,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAXA ESPECIAL AMARELA P/ ROLAMENTO - BL COM 20 KG	ORIGINAL OIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	12.997.210/0001-85	1,00	bl	212,00	212,00
Total Geral ---->							58.438,34

## RELATORIO DE COMPRAS FMS

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS**

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
 RUA CONCORDIA N:100  
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/4

**RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS**

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Setembro/2015**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	pc	70,00	70,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	POLIA DA CORREIA	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	un	170,00	170,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	79.013.686/0001-05	1,00	S	140,00	140,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONCERTO DE PNEU/AMB/MICRO ONIBUS DA SAÚDE	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	5,00	un	29,50	147,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MONTAGEM DE PNEU DE MICRO ONIBUS DA SAÚDE	NELZIRO WATTE 02148320904	19.085.692/0001-46	6,00	un	16,00	96,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAIBRO DE MADEIRA P/ TELHADO 5 X 6 - PINHEIRO	REGIS CLAUDINO MALLMANN KNORST - ME	04.494.196/0001-79	16,00	un	4,60	73,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MERCADORIA	BOQUINHAS APRENDIZAGEM E ASSESSORIA LTDA	09.508.047/0001-35	1,00	un	25,30	25,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LIVRO ALFABETIZAÇÃO C/ MANUAL E CD	BOQUINHAS APRENDIZAGEM E ASSESSORIA LTDA	09.508.047/0001-35	1,00	un	60,00	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT LIVRO ALFABETIZAÇÃO	BOQUINHAS APRENDIZAGEM E ASSESSORIA LTDA	09.508.047/0001-35	1,00	un	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE RIMAS	BOQUINHAS APRENDIZAGEM E ASSESSORIA LTDA	09.508.047/0001-35	1,00	kg	82,00	82,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇOS DE CONserto DA AUTOCLAVE	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1,00	un	150,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SUSTRATO P/ HORTALIÇAS - SC C/ 25 KG	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	10,00	sc	15,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CANETINHAS HIDROGRAFICAS 12 CORES - 82 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	2,00	un	5,90	11,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERROTE 22" - PROFISSIONAL	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	2,00	un	29,00	58,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TELA GALVANIZADA MALHA 4 - FIO 16	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	45,00	m2	25,00	1.125,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CHAPEU DE PALHA - TAM G	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	11,00	un	12,00	132,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACOLA PLASTICA BRANCA - 30 X 45 CM	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	4,00	cx	36,80	147,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BALDE DE PLASTICO 18 LT	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	2,00	un	10,00	20,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TESOURA EM INOX MULTIUSO COM PONTA - 21 CM	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	3,00	un	8,30	24,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TELA SOMBRITE -50 % - LARG 3,00 M	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	10,00	m	9,00	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOBRADIÇA FERRO 3. 1/2 "	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	4,00	un	1,45	5,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEMENTE DE HORTALIÇAS E FRUTAS	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	env	1,50	15,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TELA SOMBRITE -50 % - LARG 1,5 M	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	19,00	m	4,50	85,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAUDE DE SAO CARLOS**

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
 RUA CONCORDIA N.100  
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/4

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CADEADO 60 MM	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	4,00	un	38,00	152,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BANDEJA P/ MUDAS C/ 200 CELULAS	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	4,00	un	12,00	48,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BANDEJA DE FERRO P/ TRANSPORTE DE TUBETES	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	2,00	un	310,00	620,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALICATE UNIVERSAL 8"	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	2,00	un	16,00	32,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TINTA GUACHE 250 ML - VARIAS CORES	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	6,00	un	4,70	28,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PINCEL P/ PINTURA CHATO N°18	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	3,00	un	6,80	20,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PINCEL P/ PINTURA CHATO N°12	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	3,00	un	3,40	10,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL HIGIENICO BRANCO PICOTADO 60x60 CM	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	3,00	fd	56,00	168,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MUDAS DE HORTALIÇAS/TEMPEROS DIVERSOS - BDJA	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	7,00	un	20,00	140,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUVAS DE LATEX DESCARTÁVEIS TAM P - CX C/ 100 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	cx	19,95	99,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO DE LIXO 50 LT - ROLO COM 50 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	10,00	rl	10,30	103,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	15,00	un	1,44	21,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BARBANTE CRÚ - ROLO COM 01 KG	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	2,00	un	16,80	33,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANCINHO EM AÇO JARDINAGEM 14 DENTES	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	2,00	un	27,00	54,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PÁ CORTADEIRA REDONDA C/ CABO	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	3,00	un	23,50	70,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LONA TRANSPARENTE 4 M	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	16,00	m	6,50	104,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEMENTES DE HORTALIÇAS DIVERSAS	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	130,00	env	1,49	193,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUVAS DE LATEX DESCARTÁVEIS TAM G	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	6,00	cx	24,80	148,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TRENA C/ TRAVA 5 M X 19 MM	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	2,00	un	15,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LONA TRANSPARENTE 2,4 M	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	20,00	m	2,50	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PINCEL P/ PINTURA CHATO N°16	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	3,00	un	5,40	16,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA ADESIVA 48 MM X 40 METROS	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	4,00	rl	1,50	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	REGADOR PLÁSTICO 10 LT	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	2,00	un	12,00	24,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COSTANEIRA DE EUCALIPTO - 3 M X 0,20 X 0,025	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	40,00	m2	25,00	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PINCEL ATOMICO COM TINTA A BASE DE ALCOOL	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	5,00	un	3,90	19,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FOLHA DE OFÍCIO A4 ALCALINO 75 MG - PCT COM 500 FL	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	2,00	cx	142,00	284,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA PARA MADEIRA 48 X 50 MT	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	5,00	un	13,50	67,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENXADA ESCARIFICADORA C/ CABO	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	2,00	un	39,00	78,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA ADESIVA 12 X 40 MT TRANSPARENTE	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	4,00	rl	1,50	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VASSOURA DE PALHA - RESISTENTE - APROX. 600 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	un	17,70	88,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COLA BRANCA A BASE ÁGUA - 01 LT	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	1,00	un	13,00	13,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO CARLOS**

Folha: 3/4

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
 RUA CONCORDIA N.100  
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO DE LIXO 100 LT - ROLO COM 25 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	10,00	rl	10,30	103,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL TOALHA 2 DOBRAS FRD	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	20,00	pt	8,75	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CHAPEU DE PALHA - TAM GG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	9,00	un	12,00	108,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PANO DE CHÃO ALVEJADO 50 X 80 CM - PRIMEIRA QUALIDADE	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	un	5,50	27,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARTOLINA ESCOLAR 50 X 70 - 240 MG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	25,00	fl	0,75	18,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BOTA BORRACHA LONGO Nº36 A 43	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	36,00	un	37,30	1.342,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL Nº07 - CX COM 50 UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	1,00	cx	38,80	38,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUVAS DE LÁTEX DESCARTAVEIS TAM M - CX C/ 100 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	10,00	cx	23,90	239,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESTILETE GRANDE COM LAMINA DE 10 CM	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	1,00	pc	4,10	4,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PORTA CADEADO ZINCADO 63 MM	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	2,00	un	5,00	10,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA CREPE 18MM X 50M	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	5,00	rl	3,70	18,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BALDE DE PLÁSTICO 10 LT	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	2,00	un	6,05	12,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TESOURA P/ PODA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	2,00	un	14,90	29,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FOLHA DE EVA - TAM 45 X 60 X 2 MM - DIVERSAS CORES	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	25,00	fl	1,29	32,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	APONTADOR C/ DEPOSITO TRANSPARENTE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	3,00	un	1,50	4,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PA DE PLÁSTICO PARA LIXO	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	2,00	pc	3,00	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL TN 3382	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	2,00	un	93,00	186,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PALANQUE TIPO ESTEIO - 0,10 X 0,12 X 1	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	32,00	un	24,00	768,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PULVERIZADOR MANUAL 1,25 LT	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	3,00	un	35,00	105,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CESTO PLASTICO LIXEIRA 60 LT	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	6,00	un	29,90	179,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE - TAM 110 X 75 X 20 MM	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	10,00	un	1,63	16,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAPIS PRETO - PRIMEIRA QUALIDADE	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	10,00	un	0,65	6,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SABÃO EM BARRA DE COCO - PCT COM 05 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	1,00	pt	7,30	7,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARTOLINA ESCOLAR 50 X 70 - 240 MG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	1,00	fl	0,75	0,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL 280 A	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.358.048/0001-86	2,00	un	60,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARGA DE GAS COM 13 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	7,00	un	48,00	336,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL TOALHA 2 DOBRAS FRD	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	10,00	pt	8,70	87,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL HIGIENICO BRANCO PICOTADO 60AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	3,00	fd	54,90	164,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VASSOURA DE PALHA - RESISTENTE - APROX. 600 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	10,00	un	17,30	173,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO DE LIXO 50 LT - ROLO COM 50 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	rl	10,15	50,75

Folha: 4/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS**

CNPJ: 11.553.540/0001-19  
RUA CONCORDIA N.100  
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO DE LIXO 30 LT - ROLO COM 50 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	rl	10,30	51,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO DE LIXO 100 LT - ROLO COM 25 UND	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	rl	10,20	51,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PANO DE PRATO C/ COSTURA 80 X 50	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	7,00	m	5,60	39,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAFÉ GRANULADO 200 GR - CX C/ 12	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	1,00	cx	131,70	131,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AÇÚCAR CRISTAL 05 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	pt	8,73	43,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VASSOURA DE PLÁSTICO - RESISTENTE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	7,00	un	8,70	60,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SABÃO EM PÓ 1 KG - PRIMEIRA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	10,00	un	5,40	54,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LIMPA VIDROS - 500 ml	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	10,00	un	5,19	51,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE - TAM 110 X 75 X 20 MM	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	10,00	un	1,49	14,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	20,00	un	1,41	28,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DESINFETANTE LÍQUIDO 2 LT - CX COM 06 UND	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	20,00	cx	27,13	542,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMACIANTE P/ LAVANDERIA - CX C/ 06 UND	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	4,00	cx	26,72	106,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁGUA SANITÁRIA (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	20,00	cx	20,79	415,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CHIP P/ LINHA TELEFONICA	GILMAR G GEHRKE & CIA LTDA - ME	78.269.222/0001-00	1,00	un	20,00	20,00
						<b>Total Geral ----&gt;</b>	<b>12.743,08</b>

# São Domingos

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 26 ARAUCÁRIA

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 094/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 032/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA. Fornecedor Registrado: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ARAUCARIA LTDA- ME., CNPJ n. 07.860.569/0001-76

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
06	AQUISIÇÕES DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA	R\$ 232.900,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 02/10/2015 a 02/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 26 JGF

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 094/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 032/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA. Fornecedor Registrado: JGF INSTALADORA LTDA ME., CNPJ n. 15.640.462/0001-40

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
07	AQUISIÇÕES DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA	R\$50.959,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 02/10/2015 a 02/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

### DEC 2072 DE 02 10 15 SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO Nº 2072, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14, e Lei Municipal nº 1770, de 18/09/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na entidade Prefeitura, na seguinte programação de despesa:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO				
04.122.1003.2003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	11	0.1.0000	80.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
17.512.1009.1003 – Saneamento Básico Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	67	0.1.0000	70.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
16.482.1008.2017 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	136	0.1.0000	10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 02 de outubro de 2015.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal



Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

### **DEC 2073 DE 02 10 2015 SUPERÁVIT**

DECRETO Nº 2073, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional pelo superávit financeiro, criando a modalidade de aplicação e adicionando o valor de R\$ 97.668,83 (noventa e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos), na seguinte programação de despesa:

04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.361.1005.2051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	188	03.0058	97.668,83

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 97.668,83 (noventa e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos), da Fonte de Recursos 03.0058 – Salário Educação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de Outubro de 2015.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

### **PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 091/2015**

No dia 02 de outubro de 2015, às 14:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 091/2015, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 008/2015 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS: ITÁLIA, SETE DE SETEMBRO, BARÃO DO RIO BRANCO, CRISTÓVÃO COLOMBO E DUQUE DE CAXIAS, objeto do Convênio n. 684/2014 firmado entre o Município de São Domingos e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. A participante foi comunicada, porém, não se fez presente. Passou-se à abertura do envelope n. 02 – Proposta de Preços da licitante Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28. A licitante habilitada apresentou o valor global de R\$ 510.996,19 (quinhentos e dez mil, novecentos e noventa e seis reais e dezenove centavos), sendo esta declarada válida por cumprir com todos os requisitos do edital, bem como com o contido no artigo 3º do Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, e artigo 102, § 7º, da Lei 12.708, de 17/08/2012. Desta feita, restou VENCEDORA do presente certame a licitante Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28. A participante receberá, via e-mail, cópia da presente ata, ficando ciente de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### CONVÊNIO 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE – EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Termo de Convênio nº. 016/2015. CONVENIENTES: O Município de São João do Oeste e a Associação de Patinação Rosas do Sul. OBJETO: O presente convênio tem por objetivo a manutenção e desenvolvimento de atividades inerentes à cultura nos termos do Estatuto da Entidade. VALOR: até R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), em parcelas conforme solicitação. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do exercício de 2015, conforme segue: Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. Unidade Orçamentária: 05.05 – Setor de Cultura. Projeto Atividade: 2.030 – Manutenção das Atividades Culturais. Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, conforme lei Municipal nº. 1.648/2015 de 14 de julho de 2015. PRAZO DE VIGÊNCIA: A contar da assinatura do presente termo até 31 de dezembro de 2015. DATA: São João do Oeste, 24 de Setembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal de São João do Oeste e Érico Paulino Klunk – Associação.

Visto Jurídico: Moacir Biasi – 17.930-B – Município

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2015 E CONTRATO Nº 68/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2015 e Contrato nº 68/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Cooperativa de Agricultura Familiar- COOPAFASJO

ORIGEM: Inexigibilidade nº 11/2015

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE com Recursos Federais".

VALOR TOTAL: R\$ 8.642,50

VIGÊNCIA: 30.09.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 30 de Setembro de 2015

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2015 E CONTRATO Nº 67/2015.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2015 e Contrato nº 67/2015.

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção- Ltda

ORIGEM: Tomada de Preços nº 06/2015

OBJETO: "Contratação de empresa para edificação de banheiros com 9,30 m³ e piso para colocação de aparelhos de ginástica com 84m², a ser edificada na Rua da Matriz, Linha Cristo Rei, Município de São João do Oeste".

VALOR TOTAL: R\$ 36.721,98

VIGÊNCIA: 24.09.2015 até 30.11.2015

São João do Oeste – 24 de Setembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

**CONTRATO/CT: Nº 131/2015 – DL 243/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 131/2015 – DL 243/2015 – Processo 397/2015 - Contratado: KS CONSTRUÇÕES LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM E DE DANOS OCORRIDOS NA RESIDÊNCIA Nº 209 DA RUA ALFREDO JOSÉ DE AMORIM, BAIRRO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O presente instrumento tem vigência pelo período de 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura e o prazo de execução pelo período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$ 172.758,83 (cento e setenta e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais, oitenta e três centavos). Data da Assinatura do Contrato: 21 de setembro de 2015.

**EDITAL DE CITAÇÃO**  
EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciada em local incerto e não sabido, o Presidente da Comissão designada para apurar a Instrução Preliminar nº 004/2015, instaurado pela Secretaria de Saúde do Município de São José/SC, conforme memorando eletrônico nº 6.397/2014, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, a servidora ELIZABETH RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula 15.440, ocupante do cargo de "TÉCNICO DE ENFERMAGEM", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria-Geral do Município de São José, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, até o dia 18 de outubro, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar de abandono de emprego (configura abandono de cargo a ausência intencional e injustificada do servidor ao serviço, por mais de por mais de trinta dias consecutivos) prevista no artigo 163 da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 02 de outubro de 2015.  
RODRIGO JOÃO MACHADO  
Comissão de Processos Disciplinares  
Membro

**PORTARIA Nº 011/2015/PGM**

PORTARIA Nº 011/2015/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009 e na Lei Complementar nº 032/2009,

**RESOLVE:**

I. Determinar, ex vi do que consta do Processo Administrativo nº 26.338/2014, com fulcro no artigo 200 da Lei Municipal nº 2.761/1995, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora F. d. S.F., matrícula nº 21.644, lotada na Secretaria Municipal de Educação, porque teria, em tese, praticado as condutas abaixo relacionadas, fatos que imputam as penas de advertência, suspensão e/ou demissão, previstas em lei:

Conduta	Fls.	Tipo Infracional
Dispondo de auxiliar de limpeza terceirizada Sra. Anair para faxina em sua casa durante horário de trabalho (04/08/2014 a 08/08/2014)	41	Art. 186, XIII, da Lei nº 2.761/1995 Art. 2º, da Lei nº 5.102/2011
Desvio de função de auxiliar limpeza terceirizada para a função de "coordenadora/secretária"	41, 80/81 e 82	Arts. 185, V, ou 186, VII, da Lei nº 2.761/1995 Art. 2º, da Lei nº 5.102/2011
Desvio de função de auxiliar limpeza terceirizada para a função de "coordenadora/secretária"	42	Arts. 185, V, ou 186, VII, da Lei nº 2.761/1995 Art. 2º, da Lei nº 5.102/2011
Desrespeito verbal em face dos servidores do Setor de Educação Especial da SME, em especial a Sra. Eni	52	Arts. 184, II, da Lei nº 2.761/1995 Art. 2º, da Lei nº 5.102/2011
Não cumprimento da carga horária de 8h diária pela servidora Anair, com autorização da Diretora-Geral	80/82	Arts. 185, V, da Lei nº 2.761/1995 Art. 2º, da Lei nº 5.102/2011

II. Designar os servidores Ilson Elias, Rodrigo João Machado e William Ramos Moreira, sob a Presidência do primeiro, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 (sessenta) dias, permitida a prorrogação

por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José/SC, 28 de setembro de 2015.

Clóvis Renato Squio

Procurador Geral do Município

**PREGÃO PRESENCIAL 119/2015 – PROCESSO Nº 386/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 119/2015 – Processo nº 386/2015 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AVALIAÇÃO PSICO-LÓGICA OBJETIVANDO HABILITAÇÃO EM PORTE DE ARMA DE FOGO, PARA A GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 19/10/2015 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/10/2015 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

**RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 252/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 01/10/2015 Processo: 410/2015
--	--

Resultado Dispensa por Justificativa nº 252/2015 REFERÊNCIA: Processo nº 410/2015 - Dispensa por Justificativa nº 252/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS NO QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 4964/2015 de 13 de agosto de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após análise dos documentos e da proposta fica classificada a empresa abaixo:

Lote	Item	Fornecedor	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	1	FEPES - FUND DE EST E PESQUISAS SOCIO ECONOMICAS	1,0	R\$ 228.587,00	R\$ 228.587,00

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 228.587,00	duzentos e vinte e oito mil quinhentos e oitenta e sete reais

São José, 01 de outubro de 2015.

LEONARDO WIETHORN RODRIGUES Presidente		PAULO DUTRA Membro
KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro	REJANE MAGALI S. MEDEIROS Membro

**TERMO ADITIVO/TA Nº 010/2012-09 – CC 013/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 010/2012-09 – CC 013/2011 - Processo 273/2011 – Contratado: CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA. Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VISTA ALEGRE, LOCALIZADO NO BAIRRO FORQUILHAS, SÃO JOSÉ/SC. Readequação Qualitativa: fica o Contrato nº 010/2012 readequado em 1,33%, o que representa R\$ 21.955,17 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais, dezessete centavos). Readequação Quantitativa – Acréscimo: fica o Contrato nº 010/2012 readequado em 0,05% do valor inicialmente contratado, o que corresponde a R\$ 771,16 (setecentos e setenta e um reais, dezesseis centavos). Prorrogação de Prazo: ficam prorrogados os prazos de execução e de vigência do Contrato nº 010/2012, sendo por mais 02 (dois) meses a execução e mais 03 (três) meses o prazo de vigência e inicia-se a contagem do prazo de execução a partir de 25/08/2015 e o prazo de vigência a partir de 23/09/2015. Valor do Termo Aditivo e do Valor do Contrato: O valor total deste termo aditivo é de R\$ 22.726,33 (vinte e dois mil, setecentos e vinte e seis reais, trinta e três centavos); O valor inicial do Contrato nº 010/2012 era de R\$ 1.655.942,87 (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos), e sofreu as seguintes alterações:

- a) Termo Aditivo nº 010/2012-02: readequação quantitativa no valor de R\$ 203.942,51 (duzentos e três mil, novecentos e quarenta e dois reais, cinquenta e um centavos);
- b) Termo Aditivo nº 010/2012-04: reajuste no valor de R\$ 36.108,82 (trinta e seis mil, cento e oito reais, oitenta e dois centavos);
- c) Termo Aditivo nº 010/2012-06: readequação no valor de R\$ 12.661,81 (doze mil, seiscentos e sessenta e um reais, oitenta e um centavos);
- d) Termo Aditivo nº 010/2012-08: supressão de R\$ 30.468,10 (trinta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, dez centavos); acréscimo quantitativo de R\$ 14.728,81 (quatorze mil, setecentos e vinte e oito reais, oitenta e um centavos); e alteração qualitativa de R\$ 90.093,68 (noventa mil, noventa e três reais, sessenta e oito centavos);

Somando-se o valor deste termo aditivo ao valor inicial acrescido de valores de aditamentos anteriores temos que o valor total do contrato

passa a ser de R\$ 2.005.736,73 (dois milhões, cinco mil, setecentos e trinta e seis reais, setenta e três centavos). Data da assinatura: 11 de setembro de 2015.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 519/2012-09 – CC 005/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 519/2012-09 – CC 005/2012 - Processo 186/2012 – Contratado: WOKYS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA – PEC 3000. Alteração Qualitativa: o Contrato original fica readequado qualitativamente com o acréscimo de 5,52% do valor inicialmente contratado (conforme itens 22.1 ao 26.2.44 da planilha de fls. 07/30), somando a importância de R\$ 93.392,74 (noventa e três mil, trezentos e noventa e dois reais, setenta e quatro centavos). Prorrogação: Pelo presente termo aditivo ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 519/2012, sendo por mais 05 (cinco) meses o prazo de vigência, e por mais 04 (quatro) meses o prazo de execução, iniciando-se a contagem a partir do término da vigência e execução do Termo Aditivo nº 519/2012-05, considerando-se as paralisações efetuadas. Valor do Contrato: O Contrato original era de R\$ 1.692.637,65 (um milhão, seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), e a partir deste termo, considerando as alterações ocorridas por meio do Termo Aditivo nº 519/2012-03, Termo Aditivo nº 519/2012-06, Termo Aditivo nº 519/2012-07, e Termo Aditivo nº 519/2012-08, vigorará o valor total de R\$ 1.937.019,56 (um milhão, novecentos e trinta e sete mil, dezenove reais, cinquenta e seis centavos). Data da assinatura: 22 de setembro de 2015.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.656, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5.656, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E NOMEIA SEUS MEMBROS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica criada uma Comissão Especial de Inquérito Administrativo, integrada pelos Senhores LUIZ PERONDI, LORINDA SILVESTRE DE VARGAS E SIDINEI LUIZ ONGARATTO, para fins de apuração de responsabilidade nos acidentes de trânsito abaixo qualificados:

- Acidente de trânsito envolvendo veículo da municipalidade, ocorrido no dia 22/05/2015, envolvendo trator agrícola John Deere, conduzido pelo servidor público municipal efetivo, Oseias Paulo Johner e fiat Uno Mille Economy, Placa MLK9485, conduzido pela Sra Elisabete Noro Bernardi, nas proximidades da BR 163, no Município de São José do Cedro, SC, conforme boletim de acidente de trânsito, Ocorrência 83357943, cópia anexa.

- Acidente de trânsito envolvendo veículo da municipalidade ocorrido no dia 23/06/2015, envolvendo caminhão Mercedes Benz 2726, Placa MKI 2553 conduzido pelo servidor público municipal efetivo, Daniel Augusto Dilli e veículo camioneta Nissan Frontier, Placa MJE 0998, conduzida por Joel Ribeiro da Silveira, na BR 163, sentido Guaraciaba/São José do Cedro, SC, conforme boletim de acidente de trânsito, Ocorrência 83370464, cópia anexa.

Parágrafo único – A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, após o protocolo do pedido junto ao Setor de Protocolo do Município, para apresentar relatório.

Art. 2º Fica a comissão autorizada a dispor de todos os meios e formas legais para averiguar a responsabilidade nos fatos noticiados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de setembro de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 5.657, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5.657, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, e o disposto na Lei Municipal nº 4.046/2012;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam os abaixo relacionados, convocados para trabalharem no Pleito Eleitoral Unificado para Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de São José do Cedro, no dia 04 de outubro de 2015, a partir das 7 horas, nos locais abaixo designados:

#### 1ª URNA - CEMEG

Ana Paula da Luz Bianchini  
Sandra Claudete kunzler  
Francely Casagrande  
Fábio Machado

#### 2ª URNA - CEMEG

Neiva Krewer Nós  
Ivanete Klein  
Mauro Weber  
Letícia Priori

#### 3ª URNA - CEMEG

Diego Isoton  
Cristiane Luvizon  
Maria Backes  
Marisa Ongaratto Boniatti

#### 4ª URNA - CEMEG

Roseli Scholl  
Adelar Antonio Brescovi  
Jania Nielson  
Marlizete Aparecida Rauber

#### 5ª URNA - CEMEG

Maicon Conte  
Fernando Júlio Will

#### Idene Pauli

Márcia Helena Demossi

#### 6ª URNA - CEMEG

Eliane Ana Spironello Foppa  
Gabriela Toigo  
Matilde Maziero  
Alexandre Bolsi

#### 7ª URNA - LINHA SÃO VENDELINO

Isoldi Will  
Alexandre Vogt  
Douglas Cesar Patel  
Joana Anzolin



**8ª URNA DISTRITO DE PADRE RÉUS**

Jean Colle  
Volnei Luiz Dallo  
Maikeli Maximi Muhl  
Auriane dos Santos Rubin

**9ª URNA DISTRITO DE MARIFLOR**

Aline Wartha  
Daniela Seffrin Oliveira  
Maria Gorete de Abreu Kerkhoven  
Solani Damo Salvi

**EQUIPE DE APOIO**

Gessi Boller

Art. 2º. Aos servidores públicos municipais designados para trabalhar no dia da eleição serão concedidos 02 (dois) dias de folga para gozo conforme a disponibilidade e a critério da Administração Municipal.

Art. 3º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 29 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 5.658, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5.658, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015  
“LIBERA CAUÇÃO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica liberada a caução, garantida pelos Lotes urbanos nº 01, Matrícula nº 13.225, Lote Urbano nº 02, Matrícula nº 13.226, Lote Urbano nº 05, Matrícula nº 13.229, Lote Urbano nº 06, Matrícula nº 13.230 e Lote Urbano nº 07, Matrícula nº 13.231, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, todos do Loteamento Habitacional Santa Rita 1, Município de São José do Cedro/SC, de propriedade do Senhor Paulo Rogério Linck, CPF nº 271.054.310-91 e outros, tendo em vista o cumprimento das exigências constantes na Lei Complementar nº 029, de 08 de novembro de 2011 e suas alterações.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 30 de setembro de 2015.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 5.659, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5.659, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015  
FIXA DATA DE VENCIMENTO DA TAXA DOS ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Art.69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Municipal nº. 2.364/1995, Artigo 28, de 13 de dezembro de 1995, dos Atos da Vigilância Sanitária,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fixa a data de vencimento do pagamento da Taxa dos Atos da Vigilância Sanitária para o dia 30 de novembro de 2015, conforme dispõe o Artigo 28 da Lei Municipal nº. 2.364/1995, de 13 de dezembro de 1995, dos Atos da Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 30 de setembro de 2015.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 211/2015 - SF**

DECRETO Nº. 211/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$135.192,50 (cento e trinta e cinco mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS

“451”4.4.90.51.00.00.1.0089 Obras e Instalações .....  
..... R\$135.192,50

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos da Alienação de Ativos, Fonte Nº 1.0089, no valor de R\$135.192,50 (cento e trinta e cinco mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº. 212/2015 - SF**

DECRETO Nº. 212/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.082 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAEP – PRÉ-ESCOLA

“159”3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº. 213/2015 - SF**

DECRETO Nº. 213/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.023 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL

“157”3.3.90.30.00.00.1.0037 Material de Consumo .....  
..... R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo

anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos do PNAE, Fonte Nº 1.0037, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº. 214/2015 - SF**

DECRETO Nº. 214/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.414, de 29 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR

“449”3.3.90.14.00.00.1.0065 Diárias – Civil .....  
..... R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) das dotações a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR

“351”3.3.90.30.00.00.1.0065 Material de Consumo .....  
..... R\$1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 215/2015 - SF**

DECRETO Nº. 215/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 8º, Inciso I, da Lei Municipal 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$12.272,00 (doze mil duzentos e setenta e dois reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.059 MANUTENÇÃO DA SAÚDE AMBULATORIAL

"70"3.3.90.39.00.00.1.0067 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$12.272,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos de Auxílio Exames, Fonte Nº 1.0067, no valor de R\$12.272,00 (doze mil duzentos e setenta e dois reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 216/2015 - SF**

DECRETO Nº. 216/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"65"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"64"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 217/2015 - SF**

DECRETO Nº. 217/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$8.000,00 (oito mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO. DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"172"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$8.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, no valor de R\$8.000,00 (oito mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº. 218/2015 - SF**

DECRETO Nº. 218/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 8º, Inciso I, da Lei Municipal 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"35"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo

anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos de Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde, Fonte Nº 1.0002, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 065/2015

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 065/2015

O Município de São José do Cedro faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que os mesmos ficam NOTIFICADOS, da Cobrança de Dívida Ativa do IPTU, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, TX DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO, Referente aos exercícios de 2013, 2014, conforme Art. 116 a 335, E 292 a 309 da Lei Complementar nº 009/2005.

CADASTRO	NOME
1054-0	ALBINA FABRIS TREVISAN
1056-0	ALBINA FABRIS TREVISAN
1140-0	ALDAIR DE OLIVEIRA
1496-0	ALDEMAR PEDRO CARLET
1497-0	ALDEMAR PEDRO CARLET
3512-0	ANDREIA LEMES DE ABREU
568-0	ANESTOR JOSE BERTOLLO
902-0	ANGELO SEVERINO VON DENTZ
2515-0	ARNALDO DE PINHO ANTUNES
3032-0	ARNALDO DE PINHO ANTUNES
151-0	ARNILDO REICHERT
152-0	ARNILDO REICHERT
3724-0	ARTEMIO REICHERT
3331-0	CAREN E. CASPER
1125-0	CARMELITA LOURDES REBELATTO
2209-0	CELESTINO LUDWIG
2210-0	CELESTINO LUDWIG
3047-0	CELESTINO LUDWIG
3048-0	CELESTINO LUDWIG
1061-0	CESAR WEBER
2624-0	CLADIS FATIMA FANTON
1015-0	CLAIRTON NOLL
1378-0	CLARICE TEREZINHA JAGNON
3255-0	CLAUDIA REGINA LONDERO
729-0	CLAUDIO STROHER
3241-0	CLECI BREMM
3148-0	CLECI TEREZINHA MAZIEIRO
897-0	CLOVIS ROBERTO NEUMANN
2467-0	COOP.REG.HAB.SJCEDRO ACESMO
3275-0	COOPERATIVA HAB. DE S.J.CEDRO
4134-0	COOPERATIVA HAB. DE S.J.CEDRO
1673-0	DANILO BALDISSARELLI
1930-0	DANILO BALDISSARELLI
3797-0	DANILO BALDISSARELLI
1172-0	DEOGINES JOSE BERTOLO
3850-0	ELCIR ANTONIO LUNKES
3539-0	ELIANE LASSING
3136-0	ELZA A. GONCALVES E IVANIR DE
3494-0	FABIO GHELLER

3488-0	GIOVANI ANZOLIN
791-0	GUIDO ROQUE AMES
826-0	GUIDO ROQUE AMES
2275-0	GUIDO ROQUE AMES
2277-0	GUIDO ROQUE AMES
829-0	HERMES PEDERSINI
3612-0	IGREJA EVANGELICA ASS. DE DEUS
1046-0	IRIA T./LAURI ANTONIO JUNGES
1195-0	ITACIR CHRISTANI
2934-0	IVANICE INES SCAPIN E DELCI SC
3521-0	IVETE AMANN
3482-0	IVO JOAO BORTOLI
3138-0	IVONE PEDROSO
3239-0	JACSON EBERHARDT
1410-0	JOAO CARLOS CARDOSO
2560-0	JOAO MARIA CORDEIRO
547-0	JOLMAR ZANCHETT
425-0	JOSE DEBRAIR DE MORAIS PEREIRA
145-0	JOSE MARCELINO SCHAEFFER
3792-0	JOSELI ANTONIO CORA
2585-0	JUARES LORENZON
3159-0	JULIANO SCHIEFERDECKER
3682-0	JUSTINA I. TENROLLER E EVANDRO
956-0	KATIA SIRLENE KUHN
2497-0	LEIDIMAR GARCIAS
2831-0	MACIR J. BACKES E MARIA M. BIN
2832-0	MACIR J. BACKES E MARIA M. BIN
968-0	MACIR J.BACKES/MARIA M.BINSFEL
3100-0	MAICON ERIGELMANN
668-0	MARIA ACELIA SEHN
670-0	MARIA RAMOS RODRIGUES
3009-0	MILTON M. DUARTE
638-0	MILTON MIGUEL DUARTE
772-0	NELSON WEIAND
2195-0	NORMELIO ANTONIO PICOLOTTO
3128-0	ODETE ZANATA
827-0	OLMAR BESUTTI
2262-0	OSAIR DA SILVA CAVALHEIRO
3158-0	PAULO CESAR BANDEIRA
4135-0	PEDRO ASCOLI
3536-0	PEDRO PAULO CHAVES
3328-0	PERCI LUIZ ZAMBONI
2874-0	REJANE T. MERGEN
2254-0	RENANI ZANINI KLAIN E OUTRA
1614-0	ROBERVAL ANTONIO WINTER
824-0	ROMANO JOAO SBARDELLOTT
825-0	ROMANO JOAO SBARDELLOTT
4034-0	ROQUE BELE
3543-0	ROSALENE MARIA SASSO
3242-0	ROSANGELA VETTORAZZI
2255-0	ROSELI M.B. E ELISEU A. WAGNER
602-0	UNIVERSINDA DUARTE E OUTRO
3514-0	VALDECI MIERES
2081-0	VANDERLEIA DA SILVA
674-0	VARDELINO FERREIRA DA SILVA
2806-0	VARDELINO FERREIRA DA SILVA
2807-0	VARDELINO FERREIRA DA SILVA
673-0	VITORINO PINHEIRO
3302-0	ZANARDI E ZANARDI LTDA

O não pagamento dos valores acima mencionados, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste edital, implicará em emissão de certidão de dívida ativa e posterior cobrança judicial.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de outubro de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 066/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 066/2015

O Município de São José do Cedro faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que os mesmos ficam NOTIFICADOS, da Cobrança de Dívida Ativa de MUTAS, Referente aos exercícios de 2013, 2014, conforme Art. 230 a 335, da Lei Complementar nº 009/2005.

CADASTRO	NOME
14-0	ELISEO A. ETGES E SULEIDE F. S.
17-0	INACIR FRANCISCO SANTIN
19-0	LUIZ VOLGOI
15-0	WALDEMO JOÃO BOTH

O não pagamento dos valores acima mencionados, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste edital, implicará em emissão de certidão de dívida ativa e posterior cobrança judicial.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de outubro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 067/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 067/2015

O Município de São José do Cedro faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que os mesmos ficam NOTIFICADOS, da Cobrança da Dívida Ativa da T.L.L./T.V./I.S.S./T.V.S., Referente aos exercícios de 2013, 2014, conforme Art. 236 a 248, tabela XII, e Art. 164 a 229, da Lei Complementar nº 009/2005.

CADASTRO	NOME
2653-0	ADRIANA FERNANDES DA CRUZ ME
2490-0	AGENOR ANTONIO CARDOSO DA SILVA
2802-0	ALESSANDRA PERPETUA LEANDRO -
2822-0	AMAURI KUHN
2624-0	ANDRE MUSACCHIO VARGAS MEI
2642-0	ANDRESSA AMANN - ME
63-0	ARI BERTE
1810-0	ARI DARCI WILLENBRING
2759-0	ARNOLDO MUHL
2476-0	AUGUSTO THEISEN
1402-0	BARETTA DALPIAS E CIA LTDA
1526-0	BOLGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA
2714-0	CARLA CRISTINA KOINASKI
1961-0	CBL-COMPANHIA BRASILEIRA DE LA
2506-0	CC VOGT PANIFICADORA LTDA ME
1458-0	CERAMICA BESUTTI LTDA ME
2818-0	CLAUDECIR OBERGER
1514-0	CLAUDIOMIRO ANTONIO DE FREITAS
102-0	CLEONICE ROSA
2600-0	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS
2136-0	CRISTIAN SEARA
2772-0	DAIANA BARP MEI
2604-0	DARCI LAGNI
2215-0	DEBORA VOLKWEIS
2719-0	DECIO HENICKA
2878-0	DELICIO DA COSTA
2691-0	DIONATAN ADAO PIMENTA - ME
2148-0	E.G.D. INFORMATICA LTDA - ME
1927-0	EDER JOAO BERTOLLO E CIA LTDA
1819-0	EVALDO HART
2262-0	F F L TRANSPORTES RODOVIARIOS
2509-0	FATIMA PRISKA EBERHARDT MEI
2472-0	FELIPE SUCOLOTTI
2650-0	FERNANDA KELI MAYER
2636-0	FLAVIA CASSIANY BOTTEGA
2462-0	FLAVIO LUIZ CADORE

2371-0	FRANSEVI TRANSPORTES LTDA
1992-0	GILMAR & JAISON REPRESENTACOES
2638-0	GRACIELI MARIA MANTOVANI
2133-0	GUIDO KLAUCH
2633-0	HELENO PETROLI MEI
1711-0	IMPACTTO INFORMATICA LTDA - ME
1727-0	IVO JOSE BACKES
2063-0	JADIR SIQUEIRA
10033-0	JANAINA EUFRASIA DE OLIVEIRA
2762-0	JANETE MACHADO MEI
2800-0	JANETE TERESINHA LAUFER STRECK
1990-0	JOCELIA DAL 'PIAZ FAVERO
2690-0	JOCEMERI DA SILVA CAVALHEIRO
295-0	JORGE ROSA
2553-0	LEANDRO MARIO MEI
1071-0	LENOIR POLI
2716-0	LICITARE ASSESSORIA E CONSULTO
2776-0	LISOMAR TRANSPORTE RODOVIARIO
2552-0	LORECI CATANI DA LUZ
2443-0	LORENA CAMPOS MEI
2256-0	LUCIANO ANDRE RIGO
2387-0	LUIS GERONI DOS SANTOS
2645-0	MAICON ALEXANDRE RODRIGUES - ME
2825-0	MARCIA ADRIANE HOHENSEE - ME
2662-0	MARCKUS TRANSPORTE ROD. DE CAR
2477-0	MARIA LORENA WILK
842-0	MARIA RAMOS
2613-0	MARINA RAMOS CORDEIRO
2356-0	MARINHO ROBERTO LUFT
2557-0	MERCADO THALI LTDA ME
2440-0	N G TRANSPORTES RODOVIARIOS LT
2816-0	NELCIR MARQUES MEI
2547-0	NILO JOSE SCHWAB
1592-0	OLANDIR FERREIRA BRASIL ME.
2053-0	OSCAR BASSANI - ME
2732-0	OSVALDO DE OLIVEIRA MEI
2287-0	PAULO CESAR BOLLER - EIRELI -
2235-0	PEDRO PAULO CHAVES
2592-0	RAILSON ROBERTO RITTER MEI
2254-0	ROBERVAL URBANSKI
2838-0	RODRIGO BANFI
2526-0	ROQUE JOHNER
2871-0	ROSEMAR DE MELLO
1903-0	SEBASTIAO APARECIDO DE PAULA -
2785-0	SERGIO SAGAZ MEI
2678-0	SILVANO STOCO
2534-0	SILVIO APIO
2896-0	SILVIO CESAR BLOSS
2340-0	SOELI DE VARGAS
2817-0	TALITA DIVANIR DA ROSA AMES M
2750-0	TANIA PAULA FERNANDES
2396-0	THIAGO DELAVECHIA
2737-0	TRANS. RODRIGUES E COBALCHINI
2322-0	VALDIR WOLFART ME
2734-0	VALDUIR LASSIG
2495-0	VALMIR LUIZ BACHMANN
2622-0	VILSON BERNARDO SCHAFFER
22205-0	ZAMBONI STOCO & VIVAN LTDA ME
2824-0	ZENEIDE APARECIDA DA SILVA ME
2088-0	ZILTO PEDRINHO PALOSCHI

O não pagamento dos valores acima mencionados, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste edital, implicará em emissão de certidão de dívida ativa e posterior cobrança judicial.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de outubro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.



**LEI COMPLEMENTAR Nº 045, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 045, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

"CRIA A TAXA DE LICENÇA PARA EVENTO DE COMERCIO EVENTUAL, REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE COMERCIO EVENTUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A realização de evento do comércio eventual, de caráter temporário, somente poderá funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida apenas à pessoas jurídicas legalmente constituídas, mediante requerimento, observado o disposto na legislação municipal correlata.

§ 1º Considera-se comércio eventual, para efeito desta lei, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço único ou dividido em stands individuais, com a participação de um ou mais interessados, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado.

§2º Ficam excluídas desta Lei:

I - feiras anexas ou realizadas em função de eventos estimulados, promovidos ou apoiados pelo Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento;

II - feiras de artesanato organizadas por associações sem fins lucrativos;

III - feiras de produtos hortifrutigranjeiros, realizadas ou incentivadas pelo Poder Público Municipal, conforme regulamentação específica;

IV - feiras e exposições que não efetuem venda a varejo.

§3º As feiras previstas no §2º deste artigo não eximem seus organizadores, feirantes e expositores das obrigações decorrentes das legislações tributárias, consumeristas, de segurança e de vigilância sanitária pertinente.

§ 4º As feiras ou eventos previstas nesta legislação, poderão ocorrer pelo prazo máximo de 03 (três dias), consecutivos ou não, sendo vedado a sua realização nos 30 (trinta) dias que antecedem as datas comemorativas da páscoa, dias das mães, dia dos pais, dia das crianças e natal.

Art.2º Os eventos de que trata esta lei podem ser realizados nos seguintes espaços:

I – PÚBLICOS – assim entendidos todos aqueles que, de qualquer natureza e a qualquer título, pertençam às pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federativas, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sejam da Administração descentralizada, nestas incluindo-se as fundações de direito público e as associações públicas.

II – PRIVADOS – todos os bens não pertencentes às pessoas jurídicas de direito público, compatíveis com este tipo de atividade, devendo oferecer condições de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta Lei e demais normas pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

Paragrafo único – Quando exercido em espaço público, seu uso dependerá de autorização expressa do Poder Público, mediante retribuição, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Art. 3º O Estudo de Viabilidade de Utilização de Espaço Público ou Privado abrangerá o meio ambiente, à saúde, à segurança, à localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e a tranquilidade da vizinhança.

§ 1º O Estudo de Viabilidade deverá ser protocolada pela empresa promotora do evento, mediante requerimento escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) e máxima 60 (sessenta) dias da data prevista para a sua realização, acompanhado da seguinte documentação:

I – cópia do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial do Estado de origem e dos documentos de seu representante legal;

II – sendo a empresa constituída sob modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III- cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV – certidão da Junta Comercial do Estado de origem para comprovar o funcionamento regular da empresa;

V – certidão de regularidade fiscal federal, estadual e municipal, expedida pelo Município e Estado sede da pessoa jurídica, inclusive a de débitos trabalhistas;

VI – cópia do alvará de funcionamento expedida pelo Município e Estado de origem, dentro da validade;

VII – decreto de autorização de funcionamento no País, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir;

VIII – declaração firmada nos termos do decreto federal Nº 4.358/2002, de 05 de setembro de 2002 de atendimento às normas de proteção da criança e do adolescente no que diz respeito às normas trabalhistas (nos moldes da instrução normativa Nº 27, da Secretaria de Inspeção do Trabalho).

§2º No caso de requerimentos incompletos e/ou incorretos, será comunicado ao interessado, pessoalmente ou por via postal, mencionando as falhas a serem sanadas.

§3º Os documentos e as informações solicitados por este artigo poderão ser prestadas por intermédio de procurador devidamente constituído, mediante apresentação de procuração com poderes especiais e firma reconhecida.

§4º As autenticações dos documentos elencados nos incisos deste artigo podem ser realizadas no ato do protocolo do requerimento,

mediante conferência com as originais ou devidamente autenticadas em cartório.

§5º Quando for autorizada a realização do evento em espaço público ou privado, o órgão fazendário expedirá em favor do interessado Termo de Autorização de Uso de Espaço Público ou Privado.

Art. 4º Para obter o Alvará de Licença para Comércio Eventual, o promotor do evento deverá protocolar requerimento dirigido ao órgão fazendário municipal, instruído com os seguintes documentos:

I – Cópia do Termo de Autorização de Uso de Espaço Público ou Privado;

II – Relatório firmado pela empresa promotora do evento constando rol dos comerciantes eventuais que participarão do evento, contendo nome, CNPJ e nome do responsável pelo estabelecimento;

III – comprovante de apoio da Polícia Militar ou contrato com empresa de segurança privada devidamente registrada, quando houver no local dez ou mais “stands individuais” e/ou comerciantes para o evento.

IV – Alvará de Bombeiros do local onde será realizado o comércio eventual;

V – Certidão ou documento equivalente fornecida pela Receita Federal e Receita Estadual, autorizando a realização do evento, ou informando à sua dispensa;

VI – documentos previstos nos incisos I a VIII, do artigo 3º, de todos os comerciantes eventuais que participarão do evento.

VII – Quando realizado em espaço público, cópia com firma reconhecida, da empresa que fará a limpeza do local após a realização do evento.

VIII – Termo de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, para fins de eventual indenização aos consumidores, com apólice de seguro vigente e quitada, no valor mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões).

Art. 5º O deferimento da licença está condicionado à aprovação dos seguintes órgão e entidades:

I – Secretaria Municipal da Fazenda: Parecer quanto à situação fiscal e cadastral da empresa organizadora do evento e dos empresários participantes. Parecer do Fiscal de Tributos, indicando os tributos que deverão ser pagos para a realização do evento e outras orientações para cumprimento da legislação tributária municipal;

II – Secretaria Municipal de Planejamento: parecer quanto às adequações do Código de Postura, Trânsito, Zoneamento Urbano e normas do Plano Diretor Municipal (se for o caso);

III – Secretaria Municipal de Saúde: sempre que o contribuinte manipular alimentos, seja industrialização, comercialização ou transporte, ou quando a atividade envolva a saúde humana, será necessário parecer quanto a adequação do local e contribuintes às normas de vigilância à saúde e vigilância sanitária;

IV – Polícia Civil: quando se tratar de festas e eventos, ou de atividades controladas pela Polícia Civil, como estabelecimentos onde seja permitido o consumo de bebidas alcoólicas ou exista o armazenamento e/ou venda de produtos inflamáveis, será necessário parecer da Polícia Civil, atestando a aptidão do contribuinte para o desempenho das atividades;

V – Corpo de Bombeiros de São José do Cedro: Alvará de Licença do corpo de bombeiros, com adequação às normas de segurança;

§ 1º A competência decisória dos pedidos de licença será do Secretário Municipal da Fazenda, após a liberação dos órgãos municipais envolvidos.

§ 2º A decisão da autoridade administrativa competente será comunicada ao interessado que, no caso de indeferimento, poderá recorrer uma única vez, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º O Alvará de Licença para Evento de Comércio Eventual será emitido pela Secretaria Municipal da Fazenda com as seguintes informações:

I – denominação do Alvará de Licença para Evento de Comércio Eventual;

II – nome da pessoa jurídica a quem foi concedido;

III – local onde será realizado o Evento de Comercio Eventual;

IV – ramo de negócios ou atividades desenvolvidos no evento;

V – horário de funcionamento;

VI – dias da realização do evento;

VII – data de emissão do alvará; e

VIII – prazo de validade.

Art. 7º A realização do evento sem a devida autorização do Poder Público implica na interdição do evento e/ou do estabelecimento irregular, conforme o caso, e na aplicação de pena de multa equivalente ao triplo do valor previsto e na forma do anexo I.

Art. 8º A realização do evento sem a devida autorização do Poder Público implica na interdição do evento e/ou do estabelecimento irregular, conforme o caso, e na aplicação de pena de multa equivalente ao dobro do valor previsto e na forma do anexo I.

Art. 8º A empresa promotora do evento, bem como todos os comerciantes eventuais participantes ficam obrigados ao recolhimento da “Taxa de Licença para Evento de Comercio Eventual”, nos valores previstos no anexo I.

Paragrafo único. Quando ocorrer descumprimento de quaisquer das exigências previstas na presente Lei, o pedido de licença será indeferido pelo Poder Executivo Municipal, bem como será cassada a licença a qualquer tempo em caso de posterior descumprimento ou apresentação incorreta de qualquer exigência contida nesta lei.

Art. 9º As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável, no ato da licença, não implicam na sua aceitação pelo fisco, que poderá revê-las a qualquer tempo, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Paragrafo único. A alteração ou retificação prévia do Alvará de Licença para Comércio Eventual não eximem o infrator das multas e outras

penalidades que lhes couberem.

Art. 10 Durante o processo de concessão do Alvará de Licença para Comércio Eventual, a equipe de fiscalização do Município poderá solicitar outras informações que considerar necessárias para os lançamentos fiscais.

Art. 11 Na comercialização de produtos no comércio eventual é obrigatória a adequação às normas previstas na Lei Federal Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sinalizando o local com placa indicativa de que este comércio respeita referidas normas.

Art. 12 As infrações relativas às atividades de comércio eventual serão punidas conforme as disposições do Código Tributário Municipal, ressalvado as disposições do artigo sétimo.

Art. 13. Ficam isentas do cumprimento dos requisitos previstos nesta lei os comerciantes locais, com estabelecimento fixo que, realizem comércio considerado eventual, queiram realizar evento de comercio eventual ou o explorem por ocasião de festejos ou comemorações.

Art. 14 Esta lei fica fazendo parte integrante do Código Tributário Municipal Lei Complementar nº 009 de 27 de setembro de 2005, entrando em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
30 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
PODER EXECUTIVO

#### Anexo I LICENÇA PARA EVENTO DE COMERCIO EVENTUAL

ESPECIFICAÇÃO POR RAMO ATIVIDADE COMERCIALIZADO	Dia URM	Mês URM	Ano URM
1. Produtos e gêneros alimentícios	2	6	12
2. Tecidos, roupas, confecções de roupas, lingerie e similares	2	6	12
3. Jóias, bijuterias, outros artigos de luxo e similares	2	6	12
4. Utensílios e uso doméstico	2	6	12
5. Brinquedos e armarinhos, miudezas e outros artigos	2	6	12
6. Bebidas - bebidas alcoólicas, refrigerantes, sucos, refrescos e similares	2	6	12
7. Enxovais, cobertores e similares	2	6	12
8. Perfumes, cosméticos e similares	2	6	12
9. Redes, tapetes, esteiras, quadros, CD, fitas, chapéus, capas de assentos e similares	2	6	12
10. Circos, shows, parques de diversões e jogos	2	6	12
11. Carnês, rifas, bingos, etc .....	2	6	12
12. Produtos de couro	2	6	12



13. Produtos de limpeza (na embalagens deve conter um rótulos com de identificação do produto) .....	2	6	12
14. Outros, que por sua natureza não se enquadrem nos itens acima	2	6	12
15 EMPRESA PROMOTORA DO EVENTO POR COMERCIANTE PARTICIPANTE	2	6	12

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
30 de setembro de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

### **LEI Nº 4.414, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015**

LEI Nº 4.414, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR

“449”3.3.90.14.00.00.1.0065 Diárias – Civil ..... R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) das dotações a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR

“351”3.3.90.30.00.00.1.0065 Material de Consumo ..... R\$1.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de setembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 137/2015 - SRP - PR Nº 088/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/10/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2015. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS, PARA A 5ª EFAISLO – EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CONFORME DESCRITO EM ANEXO, E NO CONVÊNIO Nº 2015TR1140 DA SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA E PESCA, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, REFERENTE À REALIZAÇÃO DA 5ª EFAISLO E, PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 14716/2015 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL, JUNTO AO FUNTURISMO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saoulourenco.sc.gov.br](http://www.saoulourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 02 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL PARA O ANO LETIVO DE 2016, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 38, caput da Lei Complementar nº 90 de 2007 e a Lei nº 1.779 de 2008 e suas alterações e da Lei nº 1.742 de 2008 e suas alterações, Decreto Municipal nº 4.357, de 23 de janeiro de 2012 e suas alterações, o art. 24, inciso V, alínea b, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394 de 1996, demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE TÍTULOS, destinado a admissão de professores em caráter temporário e excepcional e formação de CADASTRO DE RESERVA para o ano letivo de 2016, da Rede Municipal de Ensino, regendo-se pelas seguintes regras:

#### **1. DAS INSCRIÇÕES**

##### **1.1 DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO**

1.1.1 - O professor não poderá se inscrever neste processo seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 03 (três) anos, resultante de processo

disciplinar.

1.2 - As inscrições serão realizadas gratuitamente, on line, pelo próprio candidato, no endereço eletrônico: [www.saoulourenco.sc.gov.br](http://www.saoulourenco.sc.gov.br), da rede mundial de computadores - Internet, no período de 03 a 20 de novembro de 2015, finalizando-se às 16 horas do dia 20/11/2015.

1.3 - O candidato, ao realizar a sua inscrição on-line, deverá imprimir o protocolo de pré-inscrição, analisar o protocolo (comprovante) e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se responsável pelas mesmas.

1.4 - Após a inscrição on-line, o candidato deverá dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Brasil, nº 1097, piso superior, Centro Comercial Janczeski, Centro, Município de São Lourenço do Oeste, para efetuar a validação de sua inscrição no processo seletivo, entregando seus documentos no período de 17 a 20 de novembro de 2015, no horário das 08 às 11 horas e das 14 às 17 horas, finalizando-se às 17 horas do dia 20/11/2015.

1.5 - Cada candidato poderá optar por duas áreas de atuação, dentre as relacionadas: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Especial, Reforço Escolar, Correção de Fluxo, ou 02 (duas) disciplinas específicas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, devendo efetuar 01 (uma) inscrição para cada área.

1.6 - A validação da inscrição será realizada pela Comissão responsável pelo processo seletivo, após analisados os documentos.

1.7 - Em hipótese alguma admitir-se-á a validação da inscrição condicional ou por correspondência, aceitando-se, no entanto, por procuração, onde conste obrigatoriamente a menção a este Edital, que deverá ser apresentada juntamente com a documentação.

#### **2. DA DOCUMENTAÇÃO**

2.1. Quanto à validação da inscrição, o candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação o recibo da Pré-Inscrição (inscrição on-line) juntamente com cópia e originais dos seguintes documentos:

##### **2.1.1 Obrigatoriamente:**

- a) Carteira de Identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor e quitação eleitoral (cópia);
- d) Comprovante de quitação militar (quando for o caso) (cópia);
- e) Declaração atualizada de tempo de serviço, expedida por órgão competente, expressa em anos, meses e dias, com respectivos períodos, rede de ensino (Municipal, Estadual e Particular) com data de início e fim, conforme modelo anexo (se não estiver de acordo com estes critérios não será aceita);
- f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos (se for o caso) (cópia);
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3) (cópia);
- h) Comprovante de conclusão de cursos de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado (cópia);

##### **2.1.2. Necessários à comprovação da qualificação do candidato:**

- a) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da educação

realizados nos anos de 2013, 2014 e 2015, até a quantidade máxima de 400 horas;

b) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da Educação Especial para os inscritos para a Educação Especial.

### 3. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

3.1 - Para atuar na educação infantil:

a) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Pedagogia – habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais;

b) Histórico Escolar; ou

c) Comprovante de ter concluído a primeira fase (ou semestre) do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; ou

d) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio);

3.2 - Para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

a) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Anos Iniciais ou Educação Infantil;

b) Histórico Escolar; ou

c) Comprovante de ter concluído a primeira fase (semestre) do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; ou

d) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio);

3.3 - Para atuar nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

a) Diploma, declaração, certificado ou certidão e histórico de conclusão do curso superior e licenciatura plena, em conformidade com a disciplina e área de atuação; ou

b) Comprovação de conclusão da primeira fase (semestre) do curso superior na área em que pretende atuar; ou

c) Diploma e histórico em outro curso superior que tenha, no mínimo, 180 horas na disciplina específica;

d) Para as disciplinas de Inglês e Espanhol poderá se inscrever o candidato que apresentar comprovante de conclusão em Escola de Línguas.

e) O professor habilitado em Educação Física deverá apresentar a carteira de registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF.

f) Para a disciplina de Informática o candidato deverá apresentar o respectivo comprovante de conclusão de curso, conforme constante nas letras "a", "b" e "c";

3.4 - Para atuar na Educação Especial:

Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia.

3.5 - Para atuar na Correção de Fluxo:

Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3.6 - Para atuar no Reforço Escolar:

Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Licenciatura em Letras-Português.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 - A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos os seguintes critérios:

I - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Educação Infantil:

a) Especialização na Área da Educação Infantil;

b) Pedagogia ou Normal Superior – habilitação mínima em

Educação Infantil;

c) Conclusão da 5ª fase (semestre) de Pedagogia – habilitação mínima em Educação Infantil;

d) Habilitação em Pedagogia de Anos Iniciais;

e) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Educação Infantil;

f) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

g) Diploma ou certificado de conclusão do Magistério (Ensino Médio);

II - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b) Pedagogia ou Normal Superior - habilitação mínima em Anos Iniciais;

c) Conclusão da 5ª fase (semestre) de Pedagogia em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

d) Habilitação em Pedagogia de Educação Infantil;

e) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

f) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Educação Infantil;

g) Diploma ou certificado de conclusão do Magistério (Ensino Médio);

III - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

a) Especialização na Área Específica de cada disciplina;

b) Licenciatura Plena na disciplina específica (Diploma, declaração e/ou Certificado e Histórico de Conclusão de Curso);

c) Concluída a 1ª fase (semestre) do curso de licenciatura na disciplina específica;

d) Concluído o Curso de Inglês e Espanhol, de acordo com o previsto na letra "d" do item 3.3;

e) Licenciatura plena em outra área, desde que conste na matriz curricular 180 (cento e oitenta) horas/aula na disciplina específica.

IV - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Educação Especial:

a) Especialização na Área da Educação Especial;

b) Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia;

c) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena, desde que tenha Curso de Aperfeiçoamento em Libras ou Braille;

d) Tempo de serviço;

e) Cursos de Aperfeiçoamento.

V - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Correção de Fluxo:

a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b) Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

c) Tempo de serviço na classe de Correção de Fluxo, com comprovação por meio de portaria;

d) Tempo de serviço;

e) Cursos de Aperfeiçoamento.

VI - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem no Reforço Escolar:

a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b) Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou Licenciatura em Letras-Português;

c) Tempo de serviço;

d) Cursos de Aperfeiçoamento.

## 5. DO DESEMPATE

5.1 - Verificada a ocorrência de empate após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 4, deste Edital, o desempate será feito a partir da verificação da soma dos pontos das letras "a" e "b":

- Tempo de serviço no magistério;
- Número de pontos por horas de aperfeiçoamento.

5.2 - A atribuição de pontos para cada um dos quesitos deverá observar as regras do item 6 deste Edital.

5.3 - No cálculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como um mês.

5.4 - Para a contagem de tempo de serviço será considerada como data limite o dia 30 de outubro de 2015.

5.5 - Persistindo o empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:

- candidato com maior idade;
- candidato com maior número de filhos;
- sorteio público.

## 6. DA PONTUAÇÃO PARA DESEMPATE

6.1 - Os pontos a serem atribuídos aos candidatos deverão observar as seguintes regras:

6.1.1 - 1,0 (um) ponto para cada mês de tempo de serviço no magistério.

6.1.2 - 1,0 (um) ponto para cada 20 horas em cursos na área da educação até o limite máximo de 400 horas.

## 7. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Duque de Caxias, 789, a partir do dia 09 de dezembro de 2015, no site oficial do Município: [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

## 8. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

8.1 - O candidato terá os dias 10 e 11 de dezembro de 2015, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento.

8.2 - Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 16 de dezembro de 2015, por meio de Edital, a ser publicado no mural do Centro Administrativo, no Diário Oficial dos Municípios - DOM (site: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), e no site oficial do Município: [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

## 9. DAS VAGAS

9.1 - A escolha de vagas será feita de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Processo Seletivo, e conforme consta do quadro abaixo:

Nº Vagas	Área	Cargo
10 + CR*	Educação Infantil	Habilitado
CR*	Educação Infantil	Não Habilitado
10 + CR*	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Habilitado
CR*	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
05 + CR*	Anos Finais do Ensino Fundamental	Habilitado

CR*	Anos Finais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
01 + CR*	Correção de Fluxo	Habilitado
02 + CR*	Reforço Escolar	Habilitado
CR*	Educação Especial	Habilitado

\*Cadastro de reserva.

9.2 - Os candidatos classificados para as vagas acima anunciadas serão obrigatoriamente convocados, conforme a ordem de classificação.

9.3 - Os candidatos classificados para o cadastro de reserva serão, eventualmente, convocados para contratação, na estrita ordem de classificação e, de acordo com a necessidade e com local de atuação definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

9.4 - Os professores poderão ter carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, desde que haja compatibilidade de horários.

9.5 - Poderão ser contratados professores pedagogos ou habilitados no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, para atuarem nas horas atividades da Educação Infantil, de acordo com a necessidade.

9.6 - A partir do dia 22 de janeiro de 2016, o quadro de vagas será afixado no mural da Secretaria Municipal de Educação e no local da escolha.

9.7 - As vagas serão preenchidas pelo número de candidatos necessários, sendo estes responsáveis pelo deslocamento até as Unidades Escolares nas quais prestarão serviço.

9.8 - A escolha de vagas realizar-se-á no dia 25 de janeiro de 2016, no período matutino, a partir das 9 horas, na Secretaria Municipal de Educação, para os professores de Educação Infantil e a partir das 14 horas para os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

9.8.1 - A escolha de aulas para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º Ano, nas disciplinas, dar-se-á no dia 26 de janeiro de 2016, no período matutino, a partir das 9 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Educação;

9.8.2 - A escolha das aulas de Arte, Educação Física, Informática, Inglês, Espanhol, acontecerá no mesmo período do item 9.8.1, para todos os níveis;

9.8.3 - A escolha de aulas para a Correção de Fluxo, Reforço Escolar e Educação Especial, dar-se-á no dia 26 de janeiro de 2016, no período vespertino, a partir das 14 horas.

9.9 - Se o candidato não aceitar a vaga a que tem direito será chamado o próximo da lista, permanecendo a sua classificação.

9.10 - O candidato poderá fazer a escolha de vaga pessoalmente ou por procuração.

9.11 - O candidato que não comparecer no dia da escolha, ou seu procurador legal, perderá o direito de optar pelas vagas existentes.

9.12 - No decorrer do ano letivo, o professor convocado para preenchimento de vaga deverá manifestar sua aceitação pessoalmente ou por telefone, no prazo de 08 horas, sendo que a ausência de manifestação neste período implicará desistência da vaga.

9.13 - O professor que escolher aula e desistir da vaga, não será mais chamado no decorrer do ano letivo.



**10. DA ADMISSÃO:**

10.1 - A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Rede Municipal de Ensino.

10.2 - Para fins de admissão, o professor quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de 02 (dois) dias, apresentar ao setor competente desta Municipalidade (Gerência de Recursos Humanos e Capacitação), os documentos descritos no subitem abaixo, sob pena de perder a vaga.

**10.2.1 - Cópias e originais:**

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- c) Comprovante de quitação militar (para masculino);
- d) Certidão de filhos menores de 14 anos;
- e) CPF em situação regular perante a Receita Federal;
- f) Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3);
- h) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- i) Número de Telefone para contato;
- j) Nº do PIS ou PASEP;
- k) Nº da Conta Bancária na Caixa Econômica Federal (operação 37);
- l) Tipagem sanguínea;
- m) Registro no CREF (para os habilitados em Educação Física).

**10.2.2 - Originais:**

- a) Atestado de Saúde Física e Mental (agendado pelo RH);
- b) Declaração de Bens;
- c) Declaração de Aptidão ao Serviço Público;
- d) Declaração de não Acumulação de Cargo/Função;
- e) Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
- f) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
- g) 01 Foto 3 x 4 recente.

10.3 - O professor será admitido em caráter excepcional e temporário, para fins de suprir a ausência temporária do funcionalismo público e substituição, por um período máximo de um ano letivo; podendo ser demitido a qualquer tempo, a critério da Municipalidade e a bem do interesse público.

10.4 - O professor admitido mediante o presente processo seletivo será submetido ao regime jurídico especial, estabelecido pela Lei n.º 1.742 de 2008 (contratação de pessoal do magistério em caráter temporário).

10.5 - Os professores admitidos por meio do presente processo seletivo receberão o vencimento constante da tabela abaixo:

Professor habilitado (ensino superior) com carga horária de 40 horas semanais	R\$ 2.305,89
Professor não habilitado com carga horária de 40 horas semanais	R\$ 1.649,80

10.6 - O professor contratado com carga horária de 10, 20 ou 30 horas semanais, receberá o equivalente a 25%, 50% e 75%, respectivamente, de acordo com o vencimento correspondente a sua habilitação.

10.7 - Será acrescido ao valor do vencimento, as seguintes vantagens financeiras:

- a) percentual de acordo com a Lei nº 1.742/2008, com redação

determinada pela Lei Complementar nº 138/2011; e

b) Vale Alimentação, no valor de R\$ 298,65 (duzentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com a Lei nº 172/2015.

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1 - Este processo seletivo terá validade para o ano letivo de 2016.

11.2 - No que tange ao Cadastro de Reserva este constitui somente e tão somente, como uma expectativa de direito do candidato selecionado, portanto, não obrigando o Município à convocação deste último.

11.3 - O professor contratado e que solicitar sua exoneração deverá aguardar o deferimento em exercício, cujo pedido será analisado e decidido no prazo de 07(sete) dias.

11.3.1 - O não cumprimento do disposto no item 11.3 deste edital, implica no pagamento de multa equivalente a 07 (sete) dias de trabalho, cujo valor será descontado no saldo rescisório.

11.4 - O professor será dispensado a qualquer tempo, quando não atender às exigências pedagógicas.

11.5 - Ao assumir as turmas o professor deverá ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional, de acordo com o Art. 13, inciso V da LDB nº 9394/96 e Art. 14, inciso V da Lei do Sistema Municipal de Ensino nº 1.779/08, devendo assinar "Termo de Compromisso", no ato da escolha de vagas.

11.6 - Ao assumir as turmas de 1º ao 3º Ano do Ensino Fundamental, os professores deverão frequentar o curso do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, devendo assinar "Termo de Compromisso", no ato da escolha de vagas.

11.7 - O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva no direito de anular o Processo Seletivo.

11.8 - Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos deste edital.

11.9 - Eventuais alterações na legislação municipal relativa a normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente edital, serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

11.10 - Eventuais vagas que surgirem durante o ano letivo de 2016, poderão ser supridas pela admissão dos classificados para o cadastro de reserva neste processo seletivo, respeitando-se a ordem de classificação dos aprovados.

11.11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo processo seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos docentes, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de outubro de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

## ANEXO ÚNICO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
INSTITUIÇÃO (PREFEITURA, GERED, ESCOLA)

## DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Declaramos para os devidos fins e efeitos legais que o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, conta o tempo de serviço como professor(a) abaixo especificado:

Escola	Período (data de início e término)	Total geral (anos, meses e dias)

De acordo com o acima descrito, o interessado conta de efetivo exercício líquido com: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses e \_\_\_\_\_ dias.

São Lourenço do Oeste - SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura e Carimbo do Responsável pela Emissão da Declaração

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015 - FMS.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Samuel Correa Clinica Médica Ltda, CNPJ nº 07.872.878/0001-66.

Objeto: Reajustar o valor dos itens 1, 2, 3 do Contrato nº 018/2013, de 1º/04/2013, para que seja acrescido o percentual de 8,17% (oito vírgula dezessete por cento), sobre o valor do contrato, a título de reajuste, com efeitos retroativos, desde a data de 1º de maio de 2015, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual, considerando o período compreendido entre os meses de abril 2014 a abril de 2015.

Valor: O valor mensal de R\$ 136.899,33 (cento e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos) passa a ser de R\$ 143.151,09 (cento e quarenta e três mil, cento e cinquenta e um reais e nove centavos), com efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2015.

Dotação Orçamentária: 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00 (011/2015).

Data de Assinatura: 02/10/2015.

Vigência do Reajuste: de 1º/05/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Samuel Correa - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 105/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 070/2015 e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. EPP, CNPJ nº 05.919.156/0001-94.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS BÁSICAS A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2015.

Valor: R\$ 1.950,01 (um mil, novecentos e cinquenta reais e um centavo).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária: 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (D 145/2015) - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 01/10/2015.

Vigência: de 01/10/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renata Raquel Ahlf dos Santos - pela Contratada.

**EXTRATO DO TERMO DE ACORDO Nº 003/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO Nº 003/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Expropriante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08.

Expropriada: Associação Luiza de Marillac, CNPJ/MF nº 77.585.800/0001-46.

Objeto: Desapropriação da parte da quadra nº 02, série "C", com área superficial de 3.622 m² (três mil, seiscentos e vinte e dois metros quadrados), com uma construção em alvenaria de 258,45 m² (duzentos e cinquenta e oito vírgula quarenta e cinco metros quadrados), situado na rua Rui Barbosa, nesta cidade de São Lourenço do Oeste/SC, de propriedade da Associação Luiza de Marillac, conforme confrontações descritas na matrícula de nº 7.757, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste/SC.

Valor e Forma de Pagamento: O Expropriante pagará à Expropriada, a título de indenização, a quantia de R\$ 2.290.000,00 (dois milhões, duzentos e noventa mil reais), parcelados da seguinte forma: a) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a ser pago durante este exercício financeiro, na data de assinatura da Escritura Pública; b) R\$ 1.290.000,00 (um milhão, duzentos e noventa mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas iguais, no valor de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) mensais, no período de janeiro a outubro de 2016, com vencimento até o dia 30 (trinta) de cada mês; mediante depósito na conta bancária de titularidade da Expropriada.

Recursos Financeiros: Serão utilizados recursos constantes do orçamento municipal em execução, exercício financeiro de 2015 e do exercício financeiro de 2016.

Dotações orçamentárias:

a) 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.00 (037/2015);

b) 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.00 (038/2015);

c) 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.00 (200/2015).

Data da assinatura: 30 de setembro de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo Expropriante e Leonides Selhorst - pela Expropriada.

**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 008, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 008, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.244, de 30 de setembro de 2015.

Doador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Donatária: Clube de Mães Unidas por Santana, CNPJ nº 07.137.208/0001-04.

Objeto: Doação de 01 (uma) mesa de jogos de bolãozinho, em madeira envernizada, medindo 160x80x80cm, com pinos, bola e taco, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, registrada no patrimônio sobre o nº 19783, avaliada em R\$ 1.490,00 (um mil, quatrocentos e noventa reais).

Data da assinatura: 02 de outubro de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo Doador e Salete Longo Baggio - pela Donatária.



# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 60/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 60/2015.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24 inciso XVII, da Lei n. 8.666/93, relativo revisão com fornecimento de peças originais para o Rolo Compactador HAMM, da Secretaria Municipal de Estradas de Rodagem, com um custo total de R\$ 3.508,20 para as peças originais e os serviços. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n. º 8.666/93, e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 05 de outubro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.430/2015 - REGULAMENTA O PRAZO PARA A ADEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS DE USO COLETIVO ANTIGOS ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NO ÂMBITO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.430/2015

REGULAMENTA O PRAZO PARA A ADEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS DE USO COLETIVO ANTIGOS ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NO ÂMBITO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe conferem os incisos VII do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

Considerando que o Município de São Miguel do Oeste, firmou perante o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil n. 1.33.012.000321/2012-11, onde em Cláusula Segunda, alínea 'c' concedeu o prazo de 05 anos, para que os prédios antigos (edificados antes da edição do Decreto n. 5.296/2004), para executar as adequações dos prédios às normas de acessibilidade.

Considerando no referido Termo de Ajustamento de Conduta, em sua Cláusula Segunda, alínea 'f', o Município quando da expedição do Alvará de Funcionamento exigir as adequações às normas de Acessibilidade;

Considerando que há necessidade de estabelecer um cronograma de trabalho, uma vez que o proprietário tem direito ao prazo de cinco anos para executar as obras necessárias para deixar o prédio de acordo com as normas.

Considerando o Poder Público tem o dever de regulamentar as leis no âmbito de competência.

DECRETA :

Art. 1º Ficam regulamentadas pelo presente ato a concessão de Alvará de Funcionamento dos estabelecimentos, industriais, comerciais, prestadores de serviços, que estejam em funcionamento em prédios que não estão de acordo com as normas de acessibilidade.

Art. 2º Para o ano de 2015 serão concedidos e renovados Alvarás de funcionamento sem a necessidade de efetivar as adequações às normas de acessibilidade.

Art. 3º Para os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, a concessão ou renovação de Alvará de funcionamento deverão os proprietários ou locadores dos imóveis, que necessitam de adaptação, fica condicionada ao cumprimento de prazos para a regularização do prédio, a saber:

I – para a concessão ou renovação do alvará de funcionamento para o ano de 2016, o proprietário ou locador firmará termo de compromisso de no prazo de um ano formalizar o projeto de adaptação às normas de acessibilidade devidamente aprovado pela Municipalidade;

II - para a concessão ou renovação do alvará de funcionamento para o ano de 2017, o proprietário ou locador deverá ter cumprido o disposto no inciso I e apresentar cronograma de obras com prazo

máximo de término de 03 anos;

III - para a concessão ou renovação do alvará de funcionamento para o ano de 2018, o proprietário ou locador deverá apresentar certidão firmada por profissional habilitado que está cumprindo o cronograma de obras.

IV - para a concessão ou renovação do alvará de funcionamento para o ano de 2019, o proprietário ou locador deverá apresentar certidão firmada por profissional habilitado que está cumprindo o cronograma de obras.

V - para a concessão ou renovação do alvará de funcionamento para o ano de 2020, o proprietário ou locador deverá apresentar certidão firmada por profissional habilitado que está cumprindo o cronograma de obras.

Art. 4º Caso a edificação não possuía condições de adequação às normas de acessibilidade, mediante laudo de profissional habilitado, atestando a impossibilidade de adequação, serão concedidos os alvarás de funcionamento independentemente de cumprimento do presente ato.

Art. 5º Os prédios que não se adequarem, na forma do presente ato, ressalvada o disposto no art. 3º, não serão concedidas renovações, ficando autorizado a Secretaria Municipal de Fazenda proceder o cancelamento do Alvará de ofício.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC

Em 24 de setembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.432/2015 - ALTERA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

DECRETO Nº 8.432/2015

ALTERA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e Lei Municipal Complementar n. 002/2011, RESOLVE:

CONSIDERANDO, o memorando interno nº69/2015, da Secretaria Municipal de Planejamento, datado de 30 de setembro de 2015, que solicitou a substituição de representante para compor o Conselho de Planejamento Municipal, de acordo com a seguinte nomeação de alteração:

Art. 1º Fica nomeado como representantes do Poder Público, em substituição ao representante Suplente ANDREA VERGARA BORGES, substituindo pelo Arquiteto LUCAS GABRIEL WINTER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,  
Em, 30 de setembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.433/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.433/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e, CONSIDERANDO, que o processo licitatório nº36/2015, Edital de Pregão Presencial nº 26/2015, tem como objeto a aquisição de Notebook, destinado aos desenvolvimentos dos serviços do Programa de Vigilância Sanitária, Programa de Urgência e Emergência – SAMU; e Programa de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, que não houve participantes;  
CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento, quando constar ilegalidade, nulidade ou até mesmo quando constatar a desnecessidade dos serviços.

DECRETA:

Art. 1º REVOGAR o Processo Licitatório nº 36/2015, modalidade Pregão Presencial nº 26 de 15/09/2015, do Fundo Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.  
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,  
Em 01 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 84.2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 84/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Contratação de Serviço de Impressão do Mapa Turístico, Histórico e Cultural do Município de São Pedro de Alcântara, conforme a arte disponibilizada em CD, anexo ao Edital.

DATA DE ABERTURA: 20/10/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: [camilli@pmspa.sc.gov.br](mailto:camilli@pmspa.sc.gov.br) ou [licitações@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitações@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 02/10/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.441/2015 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.441/2015 de 30 de setembro de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.128/2015 de 29 de setembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil - "Creches"  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 165.000,00  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigações Patronais R\$ 15.000,00

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 35.000,00  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigações Patronais R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO  
03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 30.000,00  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 6.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 94.000,00  
07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - UNID DE AGRICULTURA  
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 100.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de setembro de 2015.  
OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS  
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 3.442/2015 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.442/2015 de 30 de setembro de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 26.985,20 (vinte e seis mil novecentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER  
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 12.335,00  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 14.040,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 610,20

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER  
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 14.040,00  
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 12.335,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 610,20

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de setembro de 2015.  
OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS  
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 3.443/2015 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 3.443/2015 de 30 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 127,00 (cento e vinte e sete reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL****04.01 - UNID. DE SAÚDE**

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0216 - Auxílio-Alimentação R\$ 127,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL****04.01 - UNID. DE SAÚDE**

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0218 - Material de Consumo R\$ 127,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 104/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 104/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 64/2015-FMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 29/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RUBENS WALMORBIDA NETO, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.419.122/0001-10, estabelecida Rua Duque de Caxias nº 914, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.600-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, incluindo manutenção e troca de peças para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	MANGUEIRA SILICONADA DUPLA PARA PEDAL	15	Metro	14,00	210,00
2	MANGUEIRA SILICONADA TRIPLA PARA PONTAS	15	Metro	12,00	180,00
3	MANGUEIRA SILICONADA PARA SUGADOR	15	Metro	7,00	105,00
4	FILTRO DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	6	Peça	15,00	90,00
5	FILTRO DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	4	Peça	25,00	100,00
6	PLACA ELETRÔNICA CENTRAL - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	1	Peça	490,00	490,00
7	PLACA ELETRÔNICA CENTRAL - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	1	Peça	545,00	545,00
8	INJETOR DO SUGADOR	4	Peça	35,00	140,00



9	CONECTOR DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	6	Peça	28,00	168,00
10	CONECTOR DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	4	Peça	28,00	112,00
11	SUORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	6	Peça	16,00	96,00
12	SPRAY LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200ML	10	Peça	45,00	450,00
13	SUORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	4	Peça	85,00	340,00
14	PALHETAS DO SUORTE - COMPATÍVEL COM O APARELHO GANTUS	6	Peça	12,00	72,00
15	PALHETAS DO SUORTE - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	4	Peça	12,00	48,00
16	LÂMPADA 12V/55W PARA REFLETOR	6	Peça	30,00	180,00
17	LÂMPADA 12V/ 75W PARA FOTOPOLIMERIZADOR	6	Peça	79,00	474,00
18	VÁLVULA DO SUORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	6	Peça	64,00	384,00
19	VALVULA DO SUORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	4	Peça	64,00	256,00
20	DIAFRAGMA	12	Peça	15,00	180,00
21	ANEL ORING	50	Peça	3,50	175,00
22	TERMINAL ALTA ROTAÇÃO COM REGISTRO - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	6	Peça	78,00	468,00
23	TERMINAL ALTA ROTAÇÃO COM REGISTRO - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	4	Peça	78,00	312,00
24	BICO DA SERINGA - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	4	Peça	45,00	180,00
25	BICO DA SERINGA - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	2	Peça	78,00	156,00
26	FILTRO DE AR ODONTOLÓGICO	4	Peça	230,00	920,00
27	PURGADOR PARA COMPRESSOR	4	Peça	58,00	232,00
28	PEDAL DE PROPULSÃO PNEUMÁTICO	3	Peça	130,00	390,00
29	MICRO CHAVE	6	Peça	32,00	192,00
30	MANGUEIRA PU 3,9MM	30	Metro	3,50	105,00
31	MANGUEIRA ESPAGUETE	20	Metro	3,80	76,00
32	REGISTRO DE ÁGUA DA CUBA - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	6	Peça	35,00	210,00
33	REGISTRO DE ÁGUA DA CUBA - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	4	Peça	48,00	192,00
34	MANGUEIRA CRISTAL 5/16 PARA SUGADOR	10	Metro	4,50	45,00
35	KIT ANÉIS COMPRESSOR	4	Peça	75,00	300,00
36	KIT PLACA VÁLVULA COMPRESSOR	4	Peça	65,00	260,00
37	KIT JUNTAS COMPRESSOR	4	Peça	42,00	168,00
38	KIT ROLAMENTOS COMPRESSOR	4	Peça	110,00	440,00
39	ESPELHO DO REFLETOR MULTIFACETADO	2	Peça	150,00	300,00
40	CONEXÃO DE LATÃO 3,9 MM AR COMPRIMIDO/ÁGUA	10	Peça	16,00	160,00
41	RESERVATÓRIO PET 1 LITRO	6	Peça	12,50	75,00
42	SERINGA TRIPLICE COMPLETA - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	1	Peça	168,00	168,00
43	SERINGA TRIPLICE COMPLETA - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	1	Peça	165,00	165,00
44	TAMPA BOCAL PARA RESERVATORIO PET	2	Peça	35,00	70,00
45	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4	20	Metro	34,00	680,00
46	MANGUEIRA CORRUGADA 5/8	20	Metro	36,00	720,00
47	CABO PP PARA REFLETOR	15	Metro	4,50	67,50
48	MANGUEIRA CORRUGADA 1.3/4	3	Metro	36,00	108,00
49	RODÍZIO MOCHO ODONTOLÓGICO	20	Peça	12,00	240,00
50	VALVULA DE SPRAY - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	4	Peça	78,00	312,00
51	VALVULA DE SPRAY - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	2	Peça	89,50	179,00
52	VALVULA DE REDUÇÃO - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	4	Peça	84,50	338,00
53	VALVULA DE REDUÇÃO - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	2	Peça	89,00	178,00
54	PROTETOR DO REFLETOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	4	Peça	68,00	272,00
55	PROTETOR DO REFLETOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	2	Peça	32,00	64,00
56	INSERTO PARA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO	6	Peça	98,00	588,00
57	TRANSDUTOR (CANETA DO ULTRASSOM) - COMPATÍVEL COM O APARELHO SCHUSTER	2	Peça	830,00	1.660,00
58	PONTEIRA DO JATO DE BICARBONATO - COMPATÍVEL COM O APARELHO SCHUSTER	1	Peça	245,00	245,00
59	CHAVE DUAS INTENSIDADES	4	Peça	25,00	100,00
60	CIRCUITO ELETRÔNICO AUTOCLAVE	4	Peça	425,00	1.700,00
61	RESISTÊNCIA 21L AUTOCLAVE	6	Peça	195,00	1.170,00
62	SENSOR DE TEMPERATURA AUTOCLAVE	4	Peça	106,00	424,00
63	MANÔMETRO AUTOCLAVE	6	Peça	86,00	516,00
64	ANEL DE SILICONE AUTOCLAVE	8	Peça	85,00	680,00
65	BOBINA SOLENOIDE AUTOCLAVE	4	Peça	44,00	176,00
66	VÁLVULA SOLENÓIDE COMPLETA AUTOCLAVE	6	Peça	108,00	648,00
67	TECLADO DE MEMBRANA AUTOCLAVE	4	Peça	83,00	332,00
68	VÁLVULA CONTROLE DE PRESSÃO	4	Peça	83,00	332,00
69	SELO DE SEGURANÇA AUTOCLAVE	20	Peça	14,50	290,00
70	PINO DE SEGURANÇA AUTOCLAVE	10	Peça	9,00	90,00
71	PINO ANTI VACUO AUTOCLAVE	10	Peça	12,00	120,00
72	TERMOSTATO AUTOCLAVE	6	Peça	92,00	552,00



73	CABO SILICONADO DE ALTA TEMPERATURA AUTOCLAVE	15	Metro	5,30	79,50
74	SUORTE ESTRUDADO AUTOCLAVE	2	Peça	56,00	112,00
75	MANGUEIRA SILICONADA AUTOCLAVE	10	Metro	30,00	300,00
76	CUBA DE ALUMÍNIO 12 LITROS - COMPATÍVEL COM O APARELHO CRISTOFOLI	2	Peça	675,00	1.350,00
77	CUBA DE INOX 12 LITROS - COMPATÍVEL COM O APARELHO STERMAX	2	Peça	480,00	960,00
78	MANIPLO DA PORTA	4	Peça	85,00	340,00
79	ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO	4	Peça	78,00	312,00
80	ROLAMENTO PARA TURBINA	16	Peça	55,00	880,00
81	MOLA FIXADORA PARA CONTRA ÂNGULO	8	Peça	10,50	84,00
82	KIT C/05 MOLA/PALHETA PARA MICRO MOTOR	8	Peça	125,00	1.000,00
83	ACOPLAMENTO PARA MICRO MOTOR	4	Peça	54,00	216,00
84	ROLAMENTO PARA MICRO MOTOR	4	Peça	25,00	100,00
85	JUNTA DE SPRAY	15	Peça	3,50	52,50
86	JUNTA DO ENGATE	15	Peça	4,50	67,50
87	CABEÇA COMPLETA P/CONTRA ÂNGULO	4	Peça	325,00	1.300,00
88	CABEÇA COMPLETA P/CONTRA ÂNGULO	4	Peça	285,00	1.140,00
89	CABEÇA COM TUBOS PARA TURBINA	6	Peça	68,00	408,00
90	INTERMEDIÁRIA COMPLETA PARA CONTRA ÂNGULO	4	Peça	89,00	356,00
91	PINHÃO PARA CONTRA ÂNGULO	4	Peça	20,00	80,00
92	TAMPA CONTRA ÂNGULO	4	Peça	55,00	220,00
93	ENGRENAGEM MONTADA CONTRA ÂNGULO	4	Peça	120,00	480,00
94	COOLER PARA FOTO	4	Peça	54,00	216,00
95	PONTEIRA PARA FOTOPOLIMERIZADOR	3	Peça	195,00	585,00
96	FILTRO TERMICO	2	Peça	86,00	172,00
97	FILTRO AZUL	2	Peça	76,00	152,00
98	KIT BIELA/PISTÃO/ANEL COMPRESSOR SCHUSTER	3	Peça	545,00	1.635,00
99	KIT BIELA/PISTÃO/ANEL COMPRESSOR SCHLTZ	2	Peça	425,00	850,00
100	KIT BOBINAS PARA REPARO CABEÇOTE RAI0-X	1	Peça	1.400,00	1.400,00
101	CANETA DO JATO DE BICARBONATO	2	Peça	180,00	360,00
102	CABO PARA FOTO ASPIRAL	2	Peça	85,00	170,00
103	ÂNGULO COM MOLA PARA ESTETOSCÓPIO BIC	30	Peça	22,00	660,00
104	PAR KIT OLÍVAS BIC	30	Peça	18,00	540,00
105	TUBO PVC PARA ESTETOSCÓPIO SIMPLES BIC	30	Peça	12,00	360,00
106	TUBO PVC PARA ESTETOSCÓPIO DUPLO RAPPAPORT BIC	30	Peça	18,00	540,00
107	AUSCUTADOR SIMPLES PARA ESTETOSCÓPIO	30	Peça	16,00	480,00
108	AUSCUTADOR DUPLO PARA ESTETOSCÓPIO RAPPAPORT	30	Peça	22,00	660,00
109	TRASNDUTOR (SONAR) PARA DETECTOR FETAL PORTÁTIL	3	Peça	295,00	885,00
110	TRASNDUTOR (SONAR) PARA DETECTOR FETAL DE MESA	3	Peça	295,00	885,00
111	PLACA CENTRAL DETECTOR FETAL PORTÁTIL	3	Peça	365,00	1.095,00
112	PLACA CENTRAL DETECTOR FETAL DE MESA	3	Peça	365,00	1.095,00
113	BATERIA 9V TIPO 6F22 ALCALINA	15	Peça	18,00	270,00
114	POTENCIÔMETRO DE AJUSTE DE VOLUME/INTENSIDADE PARA DETECTOR FETAL	4	Peça	42,00	168,00
115	BATERIA DO TIPO "PILHA" C ALCALINA	20	Peça	7,00	140,00
116	LÂMPADA PARA OTOSCÓPIO	20	Peça	75,00	1.500,00
117	TRANSDUTOR ULTRASÔNICO COMPLETO PARA NEBULIZADOR	10	Peça	195,00	1.950,00
118	COMPRESSOR PARA NEBULIZADOR	10	Peça	112,00	1.120,00
119	PLACA CENTRAL PARA NEBULIZADOR	5	Peça	145,00	725,00
120	TRANSFORMADOR PARA NEBULIZADOR	5	Peça	85,00	425,00
121	KIT ROLAMENTO/DIAFRAGMA/FILTRO PARA NEBULIZADOR	5	Peça	225,00	1.125,00
122	CIRCUITO TERMÔMETRO MÁXIMA/MÍNIMA	10	Peça	65,00	650,00
123	SENSOR TERMÔMETRO MÁXIMA/MÍNIMA	10	Peça	35,00	350,00
124	DISPLAY TERMÔMETRO MÁXIMA/MÍNIMA	10	Peça	35,00	350,00
125	DISPLAY PARA OXÍMETRO	3	Peça	220,00	660,00
126	CIRCUITO PARA OXÍMETRO	3	Peça	450,00	1.350,00
127	SENSOR PARA OXÍMETRO	3	Peça	280,00	840,00
128	FUSÍVEL PARA NEBULIZADOR 3A 250V	15	Unidade	2,50	37,50
129	AFIAÇÃO DE TESOURA IRIS RETA	40	Unidade	11,00	440,00
130	AFIAÇÃO DE TESOURA IRIS CURVA	40	Unidade	11,00	440,00
131	AFIAÇÃO DE TESOURA MAYO LONGA 14 CM	40	Unidade	11,00	440,00
132	AFIAÇÃO DE TESOURA	60	Unidade	11,00	660,00
133	AFIAÇÃO DE TESOURA CURVA	40	Unidade	11,00	440,00
134	AFIAÇÃO DE CURETA DE RASPAGEM ODONTOLÓGICA	80	Unidade	11,00	880,00

135	Indicador Biológico utilizados para monitorar ciclos de esterilização a vapor. Composição do frasco plástico contendo ampola de vidro com caldo nutriente e tira de papel impregnada com suspensão de esporos secos de <i>Geobacillus stearothermophilus</i> 10 <sup>5</sup> . Indicador biológico utilizado para monitoramento de ciclos de esterilização a vapor, contendo uma população mínima de 105 ou 106 esporos de <i>Geobacillus stearothermophilus</i> 10 <sup>5</sup> . A população está incubada em uma tira de papel, que é colocada em um frasco termoplástico, que servirá de frasco cultura. Também está contida no frasco uma ampola de vidro quebrável, contendo meio de cultura que, corretamente incubado, muda de cor na presença de esporos viáveis. Caixa com 10 ampolas. Fabricado conforme ISO 11138-1. São testes que vêm em tubos plásticos com tampa permeável ao vapor, com uma fita impregnada com uma população conhecida de esporos, separada do meio nutriente (líquido roxo), por uma ampola de vidro. Os esporos utilizados são de <i>Geobacillus stearothermophilus</i> , altamente resistentes ao calor úmido e não são patogênicos. São utilizados como desafio, pois uma vez tendo sido eliminados, todos os outros esporos e formas vegetativas também serão.	100	Unidade	125,00	12.500,00
136	Indicador Químico Integrador Classe 5 desenvolvido para a monitorização e avaliação dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor. Classificação: Classe 5 (ISO 11140-1) / Classe D (EN 867-1); Parâmetros: Classe 5 - 135°C por 1,5 minutos / 121°C por 21 minutos; Dimensões da tira: entre 98 e 105 x entre 15 e 22 mm (L x C); Apresentação: Embalagem com 100 unidades; Validade: 2 anos a partir da data de fabricação; Composição: Produto livre de chumbo, mercúrio, bário e látex. Resíduo comum; Quando Utilizar: Em todos os pacotes cirúrgicos, em todas as cargas em pacotes desafio para monitorar cargas em autoclaves de acordo com a RDC 15. Para serviços não sujeitos à RDC 15 (Odontologia e Veterinária, por exemplo) sugere-se pelo menos o uso de um integrador por dia em todos os pacotes cirúrgicos ou de acordo com a padronização da instituição, em esterilização por autoclaves a vapor; Leitura do Resultado: Permite leitura imediata do resultado através da migração da tinta para a área identificada em cor; O indicador químico integrador classe 5 designado para reagir a todos os parâmetros críticos do processo de esterilização a vapor (tempo, temperatura e vapor). O indicador químico deve ser de precisão e facilidade na leitura e pode ser utilizado em todos os processos a vapor (gravidade, pré-vácuo e flash). Integrador, confeccionado em tira de papel laminado com película plástica reativa impresso com tinta composta de substância química que muda de cor após o processo de esterilização a vapor e que não seja transferida aos materiais e / ou embalagens durante o processo de esterilização, conforme norma ANSI/AAMI/ISO 11140-1. Leitura de resultado por interpretação de cores comparativa com padrão apresentado. O produto deverá conter informações sobre procedência, lote, data de fabricação e prazo de validade, tanto na embalagem primária quanto na secundária. Deve possuir espaço para identificação do equipamento ciclo, operador, data e resultado.	42	Unidade	122,00	5.124,00
137	Mini-incubadora desenvolvida para incubação de indicadores biológicos auto-contidos destinados à monitorização dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor no ciclo de 24 ou 48 horas. Capacidade para incubar 04 indicadores biológicos. Características Produzida dentro dos padrões da ISO 9001:2000 - Sistema de Gestão de Qualidade, ISO 14001 ; Gestão Ambiental, ISO 13485 – Aparelhos Médicos e Certificado de Boas Práticas de Fabricação; Espaço livre total: 15 cm para cada lado; espaço livre para a abertura da tampa: entre 10 e 14 cm, tampa inclusa, temperatura Máxima: 60 °C; Temperatura de trabalho adequada: 15 °C a 40 °C ; voltagem 220 volts. Contém: - Dispositivos de segurança que evitam danos ao equipamento e conferem segurança ao profissional - Área de incubação, possui capacidade para 04 indicadores biológicos - Led que indica quando a mini-incubadora está ligada e serve também para a iluminação da área de incubação, possibilitando a visualização do resultado. Aparelho na cor Branca.	6	Unidade	268,00	1.608,00
138	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, AUTOCLAVES, DESTILADORES DE ÁGUA E MINI-INCUBADORAS E ECG, com aplicação das peças acima descritas, sendo uma visita a cada dois meses em todas as unidades de saúde e até duas chamadas de emergência mensais nos locais definidos pela Secretaria de Saúde.	6	Mês	1.250,00	7.500,00
TOTAL R\$					87.430,50

Valor do contrato: R\$ 87.430,50 (oitenta e sete mil quatrocentos e trinta reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 02/10/2015 – Vigência: 02/10/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 301/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 301/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 94/2015-PMS

Processo nº. 226/2015-PMS

Permitente: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Permissionária: BRIMADEC COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.018.547/0001-02, estabelecida na Rua Walter Marquart, nº 1650, Barra do Rio Molha, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.259-700.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de materiais elétricos para reparo e ampliação da rede de internet e telefone para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina que presta serviços ao Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	canaleta 20X10X2000 c/ divisão	6	Unid.	3,30	19,80
02	canaleta 40X25X2000 c/ divisão	10	Unid.	20,90	209,00
03	fita adesiva dupla face	60	Metro	1,90	114,00
04	cabo telefone CCI 2 pares	60	Metro	0,46	27,60
05	conector RJ 45	30	Unid.	0,47	14,10
06	filtro de linha com 05 tomadas	5	Unid.	25,30	126,50
07	conector RJ 11 4 vias	16	Unid.	0,22	3,52
08	alicate para crimpar RJ 45 / RJ 11 / RJ 12	1	Unid.	48,80	48,80
09	Plugue 3 saídas 10A pino T	8	Unid.	4,09	32,72
10	emenda para conector RJ 11	6	Unid.	1,04	6,24
11	emenda para conector RJ 45	8	Unid.	2,27	18,16
12	fita isolante 20 mt	1	Unid.	3,75	3,75
13	lâmpada espiral 25W branca	5	Unid.	10,50	52,50
14	lâmpada fluorescente 20W	2	Unid.	4,95	9,90
15	lâmpada fluorescente 40W	2	Unid.	5,35	10,70
16	modulo suporte 4X2	6	Unid.	0,98	5,88
17	Modulo placa 4X2	6	Unid.	1,70	10,20
18	Modulo tomada padrão 2p+T 10A	18	Unid.	4,15	74,70
TOTAL R\$					788,07

Valor do contrato: R\$ 788,07 (setecentos e oitenta e oito reais e sete centavos).

Data da Assinatura: 02/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 302/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 302/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 95/2015-PMS

Processo nº. 227/2015-PMS

Permitente: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Permissionária: ETIPLASTI COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PLASTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.220.783/0001-60, estabelecida na Rua Prefeito José Bauer, nº 1300, sala 01, Bairro Três Rio do Sul, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-100

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de materiais em acrílico para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina que presta serviços ao Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Logo do CBMSC em acrílico com 50 cm de diâmetro (acrílico frente e verso com fita dupla face para fixação)	1	Unidade	163,57	163,57
02	Quadro de Displays em acrílico 4 mm com 12 bolsas tamanho A4 e 06 bolsas tamanho aprox A5 com 08 parafusos com acabamento.	1	Unidade	609,20	609,20
03	Quadro Galeria dos Ex Comandantes em acrílico branco 4 mm com suporte para 08 fotos 20x25 = espaço para data na parte inferior da foto. Molduras com 30 mm de largura (preto), letras e duas logo em acrílico 3mm com 04 parafusos com acabamento	1	Unidade	585,70	585,70
TOTAL R\$					1.358,47

Valor do contrato: R\$ 1.358,47 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

Data da Assinatura: 02/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6.211/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.211/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Giselia Aparecida Pereira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 29/2015-FMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 29/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.:</b> 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 64/2015 <b>Data do Processo:</b> 09/09/2015
	Folha: 1/6

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, incluindo manutenção e troca de peças para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 51/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 2 de Outubro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6154/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 64/2015, Licitação nº 29/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Os documentos e envelopes da empresa RUBENS WALMORBIDA NETO - ME foram encaminhados pelo correio. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa RUBENS WALMORBIDA NETO - ME está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa RUBENS WALMORBIDA NETO - ME não está presente na sessão. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa RUBENS WALMORBIDA NETO - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

**LOTE: 1**

**Participante:** 12618 - RUBENS WALMORBIDA NETO ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	MANGUEIRA SILICONADA DUPLA PARA PEDAL	M	15,00		0,0000	14,00	210,00
2	MANGUEIRA SILICONADA TRIPLA PARA PONTAS	M	15,00		0,0000	12,00	180,00
3	MANGUEIRA SILICONADA PARA SUGADOR	M	15,00		0,0000	7,00	105,00
4	FILTRO DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	6,00		0,0000	15,00	90,00
5	FILTRO DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	4,00		0,0000	25,00	100,00
6	PLACA ELETRÔNICA CENTRAL - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	1,00		0,0000	490,00	490,00
7	PLACA ELETRÔNICA CENTRAL - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	1,00		0,0000	545,00	545,00
8	INJETOR DO SUGADOR	PÇS	4,00		0,0000	35,00	140,00
9	CONECTOR DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	6,00		0,0000	28,00	168,00
10	CONECTOR DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	4,00		0,0000	28,00	112,00
11	SUPORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	6,00		0,0000	16,00	96,00
12	SPRAY LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200ML	PÇS	10,00		0,0000	45,00	450,00
13	SUPORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	4,00		0,0000	85,00	340,00
14	PALHETAS DO SUPORTE - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	6,00		0,0000	12,00	72,00
15	PALHETAS DO SUPORTE - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	4,00		0,0000	12,00	48,00
16	LÂMPADA 12V/55W PARA REFLETOR	PÇS	6,00		0,0000	30,00	180,00
17	LÂMPADA 12V/ 75W PARA FOTOPOLIMERIZADOR	PÇS	6,00		0,0000	79,00	474,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  <b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 29/2015 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 64/2015</b> <b>Data do Processo: 09/09/2015</b>

Folha: 2/6

**LOTE: 1****Participante: 12618 - RUBENS WALMORBIDA NETO ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	VÁLVULA DO SUPORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	6,00		0,0000	64,00	384,00
19	VALVULA DO SUPORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	4,00		0,0000	64,00	256,00
20	DIAFRAGMA	PÇS	12,00		0,0000	15,00	180,00
21	ANEL ORING	PÇS	50,00		0,0000	3,50	175,00
22	TERMINAL ALTA ROTAÇÃO COM REGISTRO - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	6,00		0,0000	78,00	468,00
23	TERMINAL ALTA ROTAÇÃO COM REGISTRO - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	4,00		0,0000	78,00	312,00
24	BICO DA SERINGA - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	4,00		0,0000	45,00	180,00
25	BICO DA SERINGA - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	2,00		0,0000	78,00	156,00
26	FILTRO DE AR ODONTOLÓGICO	PÇS	4,00		0,0000	230,00	920,00
27	PURGADOR PARA COMPRESSOR.	PÇS	4,00		0,0000	58,00	232,00
28	PEDAL DE PROPULSÃO PNEUMÁTICO	PÇS	3,00		0,0000	130,00	390,00
29	MICRO CHAVE .	PÇS	6,00		0,0000	32,00	192,00
30	MANGUEIRA PU 3,9MM	M	30,00		0,0000	3,50	105,00
31	MANGUEIRA ESPAGUETE	M	20,00		0,0000	3,80	76,00
32	REGISTRO DE ÁGUA DA CUBA - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	6,00		0,0000	35,00	210,00
33	REGISTRO DE ÁGUA DA CUBA - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	4,00		0,0000	48,00	192,00
34	MANGUEIRA CRISTAL 5/16 PARA SUGADOR.	M	10,00		0,0000	4,50	45,00
35	KIT ANÉIS COMPRESSOR.	PÇS	4,00		0,0000	75,00	300,00
36	KIT PLACA VÁLVULA COMPRESSOR.	PÇS	4,00		0,0000	65,00	260,00
37	KIT JUNTAS COMPRESSOR.	PÇS	4,00		0,0000	42,00	168,00
38	KIT ROLAMENTOS COMPRESSOR	PÇS	4,00		0,0000	110,00	440,00
39	ESPELHO DO REFLETOR MULTIFACETADO.	PÇS	2,00		0,0000	150,00	300,00
40	CONEXÃO DE LATÃO 3,9 MM AR COMPRIMIDO/ÁGUA	PÇS	10,00		0,0000	16,00	160,00
41	RESERVATÓRIO PET 1 LITRO.	PÇS	6,00		0,0000	12,50	75,00
42	SERINGA TRIPLICE COMPLETA - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	1,00		0,0000	168,00	168,00
43	SERINGA TRIPLICE COMPLETA - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	1,00		0,0000	165,00	165,00
44	TAMPA BOCAL PARA RESERVATORIO PET	PÇS	2,00		0,0000	35,00	70,00
45	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4	M	20,00		0,0000	34,00	680,00
46	MANGUEIRA CORRUGADA 5/8.	M	20,00		0,0000	36,00	720,00
47	CABO PP PARA REFLETOR.	M	15,00		0,0000	4,50	67,50
48	MANGUEIRA CORRUGADA 1.3/4.	M	3,00		0,0000	36,00	108,00
49	RODÍZIO MOCHO ODONTOLÓGICO.	PÇS	20,00		0,0000	12,00	240,00
50	VALVULA DE SPRAY - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	4,00		0,0000	78,00	312,00
51	VALVULA DE SPRAY - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	2,00		0,0000	89,50	179,00
52	VALVULA DE REDUÇÃO - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	4,00		0,0000	84,50	338,00
53	VALVULA DE REDUÇÃO - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	2,00		0,0000	89,00	178,00
54	PROTETOR DO REFLETOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	4,00		0,0000	68,00	272,00
55	PROTETOR DO REFLETOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	2,00		0,0000	32,00	64,00
56	INSERTO PARA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO	PÇS	6,00		0,0000	98,00	588,00
57	TRANSDUTOR (CANETA DO ULTRASSOM) - COMPATÍVEL COM O APARELHO SCHUSTER	PÇS	2,00		0,0000	830,00	1.660,00
58	PONTEIRA DO JATO DE BICARBONATO - COMPATÍVEL COM O APARELHO SCHUSTER	PÇS	1,00		0,0000	245,00	245,00
59	CHAVE DUAS INTENSIDADES.	PÇS	4,00		0,0000	25,00	100,00
60	CIRCUITO ELETRÔNICO AUTOCLAVE.	PÇS	4,00		0,0000	425,00	1.700,00
61	RESISTÊNCIA 21L AUTOCLAVE.	PÇS	6,00		0,0000	195,00	1.170,00
62	SENSOR DE TEMPERATURA AUTOCLAVE.	PÇS	4,00		0,0000	106,00	424,00
63	MANÔMETRO AUTOCLAVE.	PÇS	6,00		0,0000	86,00	516,00
64	ANEL DE SILICONE AUTOCLAVE.	PÇS	8,00		0,0000	85,00	680,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 29/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 64/2015  
 Data do Processo: 09/09/2015

Folha: 3/6

**LOTE: 1**

**Participante: 12618 - RUBENS WALMORBIDA NETO ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
65	BOBINA SOLENOIDE AUTOCLAVE.	PÇS	4,00		0,0000	44,00	176,00
66	VÁLVULA SOLENOIDE COMPLETA AUTOCLAVE.	PÇS	6,00		0,0000	108,00	648,00
67	TECLADO DE MEMBRANA AUTOCLAVE.	PÇS	4,00		0,0000	83,00	332,00
68	VÁLVULA CONTROLE DE PRESSÃO.	PÇS	4,00		0,0000	83,00	332,00
69	SELO DE SEGURANÇA AUTOCLAVE	PÇS	20,00		0,0000	14,50	290,00
70	PINO DE SEGURANÇA AUTOCLAVE	PÇS	10,00		0,0000	9,00	90,00
71	PINO ANTI VACUO AUTOCLAVE.	PÇS	10,00		0,0000	12,00	120,00
72	TERMOSTATO AUTOCLAVE.	PÇS	6,00		0,0000	92,00	552,00
73	CABO SILICONADO DE ALTA TEMPERATURA AUTOCLAVE.	M	15,00		0,0000	5,30	79,50
74	SUORTE ESTRUDADO AUTOCLAVE.	PÇS	2,00		0,0000	56,00	112,00
75	MANGUEIRA SILICONADA AUTOCLAVE.	M	10,00		0,0000	30,00	300,00
76	CUBA DE ALUMÍNIO 12 LITROS - COMPATÍVEL COM O APARELHO CRISTOFOLI	PÇS	2,00		0,0000	675,00	1.350,00
77	CUBA DE INOX 12 LITROS - COMPATÍVEL COM O APARELHO STERMAX	PÇS	2,00		0,0000	480,00	960,00
78	MANIPLO DA PORTA.	PÇS	4,00		0,0000	85,00	340,00
79	ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO.	PÇS	4,00		0,0000	78,00	312,00
80	ROLAMENTO PARA TURBINA.	PÇS	16,00		0,0000	55,00	880,00
81	MOLA FIXADORA PARA CONTRA ÂNGULO.	PÇS	8,00		0,0000	10,50	84,00
82	KIT C/05 MOLA/PALHETA PARA MICRO MOTOR	PÇS	8,00		0,0000	125,00	1.000,00
83	ACOPLAMENTO PARA MICRO MOTOR.	PÇS	4,00		0,0000	54,00	216,00
84	ROLAMENTO PARA MICRO MOTOR.	PÇS	4,00		0,0000	25,00	100,00
85	JUNTA DE SPRAY.	PÇS	15,00		0,0000	3,50	52,50
86	JUNTA DO ENGATE.	PÇS	15,00		0,0000	4,50	67,50
87	CABEÇA COMPLETA P/CONTRA ÂNGULO	PÇS	4,00		0,0000	325,00	1.300,00
88	CABEÇA COMPLETA P/CONTRA ÂNGULO.	PÇS	4,00		0,0000	285,00	1.140,00
89	CABEÇA COM TUBOS PARA TURBINA.	PÇS	6,00		0,0000	68,00	408,00
90	INTERMEDIARIA COMPLETA P/ CONTRA ÂNGULO.	PÇS	4,00		0,0000	89,00	356,00
91	PINHAO P/ CONTRA ÂNGULO.	PÇS	4,00		0,0000	20,00	80,00
92	TAMPA CONTRA ÂNGULO ,	PÇS	4,00		0,0000	55,00	220,00
93	ENGRENAGEM MONTADA CONTRA ÂNGULO.	PÇS	4,00		0,0000	120,00	480,00
94	COOLER PARA FOTO.	PÇS	4,00		0,0000	54,00	216,00
95	PONTEIRA PARA FOTOPOLIMERIZADOR.	PÇS	3,00		0,0000	195,00	585,00
96	FILTRO TERMICO.	PÇS	2,00		0,0000	86,00	172,00
97	FILTRO AZUL	PÇS	2,00		0,0000	76,00	152,00
98	KIT BIELA/PISTÃO/ANEL COMPRESSOR SCHUSTER	PÇS	3,00		0,0000	545,00	1.635,00
99	KIT BIELA/PISTÃO/ANEL COMPRESSOR SCHLTZ	PÇS	2,00		0,0000	425,00	850,00
100	KIT BOBINAS PARA REPARO CABEÇOTE RAO-X.	PÇS	1,00		0,0000	1.400,00	1.400,00
101	CANETA DO JATO DE BICARBONATO	PÇS	2,00		0,0000	180,00	360,00
102	CABO P/ FOTO ASPIRAL.	PÇS	2,00		0,0000	85,00	170,00
103	ÂNGULO COM MOLA PARA ESTETOSCÓPIO BIC	PÇS	30,00		0,0000	22,00	660,00
104	PAR KIT OLÍVAS BIC	PÇS	30,00		0,0000	18,00	540,00
105	TUBO PVC PARA ESTETOSCÓPIO SIMPLES BIC	PÇS	30,00		0,0000	12,00	360,00
106	TUBO PVC PARA ESTETOSCÓPIO DUPLO RAPPAPORT BIC	PÇS	30,00		0,0000	18,00	540,00
107	AUSCUTADOR SIMPLES PARA ESTETOSCÓPIO	PÇS	30,00		0,0000	16,00	480,00
108	AUSCUTADOR DUPLO PARA ESTETOSCÓPIO RAPPAPORT	PÇS	30,00		0,0000	22,00	660,00
109	TRASNDUTOR (SONAR) PARA DETECTOR FETAL PORTÁTIL	PÇS	3,00		0,0000	295,00	885,00
110	TRASNDUTOR (SONAR) PARA DETECTOR FETAL DE MESA	PÇS	3,00		0,0000	295,00	885,00
111	PLACA CENTRAL DETECTOR FETAL PORTÁTIL	PÇS	3,00		0,0000	365,00	1.095,00
112	PLACA CENTRAL DETECTOR FETAL DE MESA	PÇS	3,00		0,0000	365,00	1.095,00
113	BATERIA 9V TIPO 6F22 ALCALINA	PÇS	15,00		0,0000	18,00	270,00
114	POTENCIÓMETRO DE AJUSTE DE VOLUME/INTENSIDADE PARA DETECTOR FETAL	PÇS	4,00		0,0000	42,00	168,00
115	BATERIA DO TIPO "PILHA" C ALCALINA	PÇS	20,00		0,0000	7,00	140,00
116	LÂMPADA PARA OTOSCÓPIO	PÇS	20,00		0,0000	75,00	1.500,00
117	TRANSDUTOR ULTRASÔNICO COMPLETO PARA NEBULIZADOR	PÇS	10,00		0,0000	195,00	1.950,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 29/2015 - PR**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 64/2015  
 Data do Processo: 09/09/2015

Folha: 4/6

**LOTE: 1**

**Participante: 12618 - RUBENS WALMORBIDA NETO ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
118	COMPRESSOR PARA NEBULIZADOR	PÇS	10,00		0,0000	112,00	1.120,00
119	PLACA CENTRAL PARA NEBULIZADOR	PÇS	5,00		0,0000	145,00	725,00
120	TRANSFORMADOR PARA NEBULIZADOR	PÇS	5,00		0,0000	85,00	425,00
121	KIT ROLAMENTO/DIAFRAGMA/FILTRO PARA NEBULIZADOR	PÇS	5,00		0,0000	225,00	1.125,00
122	CIRCUITO TERMÔMETRO MÁXIMA/MÍNIMA	PÇS	10,00		0,0000	65,00	650,00
123	SENSOR TERMÔMETRO MÁXIMA/MÍNIMA	PÇS	10,00		0,0000	35,00	350,00
124	DISPLAY TERMÔMETRO MÁXIMA/MÍNIMA	PÇS	10,00		0,0000	35,00	350,00
125	DISPLAY PARA OXÍMETRO	PÇS	3,00		0,0000	220,00	660,00
126	CIRCUITO PARA OXÍMETRO	PÇS	3,00		0,0000	450,00	1.350,00
127	SENSOR PARA OXÍMETRO	PÇS	3,00		0,0000	280,00	840,00
128	FUSÍVEL PARA NEBULIZADOR 3A 250V	UN	15,00		0,0000	2,50	37,50
129	AFIAÇÃO DE TESOURA IRIS RETA	UN	40,00		0,0000	11,00	440,00
130	AFIAÇÃO DE TESOURA IRIS CURVA	UN	40,00		0,0000	11,00	440,00
131	AFIAÇÃO DE TESOURA MAYO LONGA 14 CM	UN	40,00		0,0000	11,00	440,00
132	AFIAÇÃO DE TESOURA	UN	60,00		0,0000	11,00	660,00
133	AFIAÇÃO DE TESOURA CURVA	UN	40,00		0,0000	11,00	440,00
134	AFIAÇÃO DE CURETA DE RASPAGEM ODONTOLÓGICA	UN	80,00		0,0000	11,00	880,00
135	Indicador Biológico utilizados para monitorar ciclos de esterilização a vapor. Composição do frasco plástico contendo ampola de vidro com caldo nutriente e tira de papel impregnada com suspensão de esporos secos de <i>Geobacillus stearothermophilus</i> 10 <sup>5</sup> . Indicador biológico utilizado para monitoramento de ciclos de esterilização a vapor, contendo uma população mínima de 10 <sup>5</sup> ou 10 <sup>6</sup> esporos de <i>Geobacillus stearothermophilus</i> 10 <sup>5</sup> . A população está incubada em uma tira de papel, que é colocada em um frasco termoplástico, que servirá de frasco cultura. Também está contida no frasco uma ampola de vidro quebrável, contendo meio de cultura que, corretamente incubado, muda de cor na presença de esporos viáveis. Caixa com 10 ampolas. Fabricado conforme ISO 11138-1. São testes que vêm em tubos plásticos com tampa permeável ao vapor, com uma fita impregnada com uma população conhecida de esporos, separada do meio nutriente (líquido roxo), por uma ampola de vidro. Os esporos utilizados são de <i>Geobacillus stearothermophilus</i> , altamente resistentes ao calor úmido e não são patogênicos. São utilizados como desafio, pois uma vez tendo sido eliminados, todos os outros esporos e formas vegetativas também serão.	UN	100,00		0,0000	125,00	12.500,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 29/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2015 Data do Processo: 09/09/2015
	Folha: 5/6

**LOTE: 1****Participante: 12618 - RUBENS WALMORBIDA NETO ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
136	Indicador Químico Integrador Classe 5 desenvolvido para a monitorização e avaliação dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor. Classificação: Classe 5 (ISO 11140-1) / Classe D (EN 867-1); Parâmetros: Classe 5 - 135°C por 1,5 minutos / 121°C por 21 minutos; Dimensões da tira: entre 98 e 105 x entre 15 e 22 mm (L x C); Apresentação: Embalagem com 100 unidades; Validade: 2 anos a partir da data de fabricação; Composição: Produto livre de chumbo, mercúrio, bário e látex. Resíduo comum; Quando Utilizar: Em todos os pacotes cirúrgicos, em todas as cargas em pacotes desafio para monitorar cargas em autoclaves de acordo com a RDC 15. Para serviços não sujeitos à RDC 15 (Odontologia e Veterinária, por exemplo) sugere-se pelo menos o uso de um integrador por dia em todos os pacotes cirúrgicos ou de acordo com a padronização da instituição, em esterilização por autoclaves a vapor; Leitura do Resultado: Permite leitura imediata do resultado através da migração da tinta para a área identificada em cor; O indicador químico integrador classe 5 designado para reagir a todos os parâmetros críticos do processo de esterilização a vapor (tempo, temperatura e vapor). O indicador químico deve ser de precisão e facilidade na leitura e pode ser utilizado em todos os processos a vapor (gravidade, pré-vácuo e flash). Integrador, confeccionado em tira de papel laminado com película plástica reativa impresso com tinta composta de substância química que muda de cor após o processo de esterilização a vapor e que não seja transferida aos materiais e / ou embalagens durante o processo de esterilização, conforme norma ANSI/AAMI/ISO 11140-1. Leitura de resultado por interpretação de cores comparativa com padrão apresentado. O produto deverá conter informações sobre procedência, lote, data de fabricação e prazo de validade, tanto na embalagem primária quanto na secundária. Deve possuir espaço para identificação do equipamento ciclo, operador, data e resultado.	UN	42,00		0,0000	122,00	5.124,00
137	Mini-incubadora desenvolvida para incubação de indicadores biológicos auto-contidos destinados à monitorização dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor no ciclo de 24 ou 48 horas. Capacidade para incubar 04 indicadores biológicos. Características Produzida dentro dos padrões da ISO 9001:2000 - Sistema de Gestão de Qualidade, ISO 14001 ; Gestão Ambiental, ISO 13485 - Aparelhos Médicos e Certificado de Boas Práticas de Fabricação; Espaço livre total: 15 cm para cada lado; espaço livre para a abertura da tampa: entre 10 e 14 cm, tampa inclusa, temperatura Máxima: 60 °C; Temperatura de trabalho adequada: 15 °C a 40 °C ; voltagem 220 volts. Contém:  - Dispositivos de segurança que evitam danos ao equipamento e conferem segurança ao profissional - Área de incubação, possui capacidade para 04 indicadores biológicos - Led que indica quando a mini-incubadora está ligada e serve também para a iluminação da área de incubação, possibilitando a visualização do resultado. Aparelho na cor Branca.	UN	6,00		0,0000	268,00	1.608,00
138	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, AUTOCLAVES, DESTILADORES DE ÁGUA E MINI-INCUBADORAS E ECG, com aplicação das peças acima descritas, sendo uma visita a cada dois meses em todas as unidades de saúde e até duas chamadas de emergência mensais nos locais definidos pela Secretaria de Saúde.	MÊS	6,00		0,0000	1.250,00	7.500,00

Total do Participante —→ 87.430,50

Total Geral —→ 87.430,50

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 29/2015 - PR</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 64/2015 Processo de Licitação: 09/09/2015 Data do Processo:
		Folha: 6/6

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 2 de Outubro de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Natália kersten Brumuller	- ..... - Equipe de Apoio

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 29/2015-FMS

Página: 1/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

**Número do Registro de Preços:** 20/2015      **Data do Registro:** 02/10/2015      **Válido até:** 02/10/2016  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	MANGUEIRA SILICONADA DUPLA PARA PEDAL	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	14,0000	1
2	MANGUEIRA SILICONADA TRIPLA PARA PONTAS	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,0000	1
3	MANGUEIRA SILICONADA PARA SUGADOR	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	7,0000	1
4	FILTRO DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	15,0000	1
5	FILTRO DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	25,0000	1
6	PLACA ELETRÔNICA CENTRAL - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	490,0000	1
7	PLACA ELETRÔNICA CENTRAL - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	545,0000	1
8	INJETOR DO SUGADOR	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	35,0000	1
9	CONECTOR DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	28,0000	1
10	CONECTOR DO SUGADOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	28,0000	1
11	SUPORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	16,0000	1
12	SPRAY LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200ML.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	45,0000	1

Página: 2/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	SUPORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	85,0000	1
14	PALHETAS DO SUPORTE - COMPATÍVEL COM O APARELHO GANTUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,0000	1
15	PALHETAS DO SUPORTE - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,0000	1
16	LÂMPADA 12V/55W PARA REFLETOR,.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,0000	1
17	LÂMPADA 12V/ 75W PARA FOTOPOLIMERIZADOR	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	79,0000	1
18	VÁLVULA DO SUPORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,0000	1
19	VALVULA DO SUPORTE DE PONTAS - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,0000	1
20	DIAFRAGMA,	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	15,0000	1
21	ANEL ORING.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	3,5000	1
22	TERMINAL ALTA ROTAÇÃO COM REGISTRO - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	78,0000	1
23	TERMINAL ALTA ROTAÇÃO COM REGISTRO - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	78,0000	1
24	BICO DA SERINGA - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	45,0000	1

Página: 3/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

25	BICO DA SERINGA - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
26	FILTRO DE AR ODONTOLÓGICO.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
27	PURGADOR PARA COMPRESSOR.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
28	PEDAL DE PROPULSÃO PNEUMÁTICO.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
29	MICRO CHAVE. .	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
30	MANGUEIRA PU 3,9MM.	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
31	MANGUEIRA ESPAGUETE	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
32	REGISTRO DE ÁGUA DA CUBA - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
33	REGISTRO DE ÁGUA DA CUBA - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
34	MANGUEIRA CRISTAL 5/16 PARA SUGADOR.	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
35	KIT ANÉIS COMPRESSOR.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
36	KIT PLACA VÁLVULA COMPRESSOR.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1

Página: 4/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

37	KIT JUNTAS COMPRESSOR.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
38	KIT ROLAMENTOS COMPRESSOR.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
39	ESPELHO DO REFLETOR MULTIFACETADO.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
40	CONEXÃO DE LATÃO 3,9 MM AR COMPRIMIDO/ÁGUA.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
41	RESERVATÓRIO PET 1 LITRO.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
42	SERINGA TRIPLICE COMPLETA - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
43	SERINGA TRIPLICE COMPLETA - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
44	TAMPA BOCAL PARA RESERVATÓRIO PET.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
45	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4.	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
46	MANGUEIRA CORRUGADA 5/8.	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
47	CABO PP PARA REFLETOR.	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
48	MANGUEIRA CORRUGADA 1.3/4.	M	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1



Página: 5/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	RODÍZIO MOCHO ODONTOLÓGICO.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,0000	1
50	VALVULA DE SPRAY - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	78,0000	1
51	VALVULA DE SPRAY - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	89,5000	1
52	VALVULA DE REDUÇÃO - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	84,5000	1
53	VALVULA DE REDUÇÃO - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	89,0000	1
54	PROTETOR DO REFLETOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO GNATUS	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	68,0000	1
55	PROTETOR DO REFLETOR - COMPATÍVEL COM O APARELHO OLSEN	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	32,0000	1
56	INSERTO PARA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	98,0000	1
57	TRANSDUTOR (CANETA DO ULTRASSOM) - COMPATÍVEL COM O APARELHO SCHUSTER	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	830,0000	1
58	PONTEIRA DO JATO DE BICARBONATO - COMPATÍVEL COM O APARELHO SCHUSTER	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	245,0000	1
59	CHAVE DUAS INTENSIDADES.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	25,0000	1
60	CIRCUITO ELETRÔNICO AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	425,0000	1

Página: 6/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

61	RESISTÊNCIA 21L AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	195,0000	1
62	SENSOR DE TEMPERATURA AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	106,0000	1
63	MANÔMETRO AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	86,0000	1
64	ANEL DE SILICONE AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	85,0000	1
65	BOBINA SOLENOIDE AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	44,0000	1
66	VÁLVULA SOLENOIDE COMPLETA AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	108,0000	1
67	TECLADO DE MEMBRANA AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	83,0000	1
68	VÁLVULA CONTROLE DE PRESSÃO.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	83,0000	1
69	SELO DE SEGURANÇA AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	14,5000	1
70	PINO DE SEGURANÇA AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	9,0000	1
71	PINO ANTI VACUO AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,0000	1
72	TERMOSTATO AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	92,0000	1

Página: 7/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

73	CABO SILICONADO DE ALTA TEMPERATURA AUTOCLAVE.	M	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
74	SUPORTE ESTRUDADO AUTOCLAVE.	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
75	MANGUEIRA SILICONADA AUTOCLAVE.	M	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
76	CUBA DE ALUMINIO 12 LITROS - COMPATIVEL COM O APARELHO CRISTOFOLI	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
77	CUBA DE INOX 12 LITROS - COMPATIVEL COMO O APARELHO STERIMAX	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
78	MANIPLO DA PORTA.	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
79	ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO.	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
80	ROLAMENTO PARA TURBINA.	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
81	MOLA FIXADORA PARA CONTRA ÂNGULO.	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
82	KIT C/05 MOLA/PALHETA PARA MICRO MOTOR	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
83	ACOPLAMENTO PARA MICRO MOTOR.	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1
84	ROLAMENTO PARA MICRO MOTOR.	PÇS	RUBENS WALMOREBIDA NETO ME (12618)		1

Página: 8/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

85	JUNTA DE SPRAY.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
86	JUNTA DO ENGATE.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
87	CABEÇA COMPLETA P/CONTRA ÂNGULO	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
88	CABEÇA COMPLETA P/CONTRA ÂNGULO.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
89	CABEÇA COM TUBOS PARA TURBINA.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
90	INTERMEDIARIA COMPLETA P/ CONTRA ÂNGULO.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
91	PINHAO P/ CONTRA ÂNGULO.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
92	TAMPA CONTRA ÂNGULO ,	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
93	ENGRENAGEM MONTADA CONTRA ÂNGULO.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
94	COOLER PARA FOTO.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
95	PONTEIRA PARA FOTOPOLIMERIZADOR.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1
96	FILTRO TERMICO.	PÇS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		1

Página: 9/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

97	FILTRO AZUL	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	76.0000	1
98	KIT BIELA/PISTÃO/ANEL COMPRESSOR SCHUSTER	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	545.0000	1
99	KIT BIELA/PISTÃO/ANEL COMPRESSOR SCHLTZ	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	425.0000	1
100	KIT BOBINAS PARA REPARO CABEÇOTE RAI0-X.	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	1.400.0000	1
101	CANETA DO JATO DE BICARBONATO	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	180.0000	1
102	CABO P/ FOTO ASPIRAL	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	85.0000	1
103	ÂNGULO COM MOLA PARA ESTETOSCÓPIO BIC	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	22.0000	1
104	PAR KIT OLÍVAS BIC	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	18.0000	1
105	TUBO PVC PARA ESTETOSCÓPIO SIMPLES BIC	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12.0000	1
106	TUBO PVC PARA ESTETOSCÓPIO DUPLO RAPPAPORT BIC	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	18.0000	1
107	AUSCULTADOR SIMPLES PARA ESTETOSCÓPIO	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	16.0000	1
108	AUSCULTADOR DUPLO PARA ESTETOSCÓPIO RAPPAPORT	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	22.0000	1

Página: 10/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015      Data do Registro: 02/10/2015      Válido até: 02/10/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
109	TRANSDUTOR (SONAR) PARA DETECTOR FETAL PORTÁTIL	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	295.0000
110	TRANSDUTOR (SONAR) PARA DETECTOR FETAL DE MESA	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	295.0000
111	PLACA CENTRAL DETECTOR FETAL PORTÁTIL	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	385.0000
112	PLACA CENTRAL DETECTOR FETAL DE MESA	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	365.0000
113	BATERIA 9V TIPO 6F22 ALCALINA	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	18.0000
114	POTENCIÓMETRO DE AJUSTE DE VOLUME/INTENSIDADE PARA DETECTOR FETAL	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	42.0000
115	BATERIA DO TIPO "PILHA" C ALCALINA	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	7.0000
116	LÂMPADA PARA OTOSCÓPIO	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	75.0000
117	TRANSDUTOR ULTRASSÔNICO COMPLETO PARA NEBULIZADOR	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	195.0000
118	COMPRESSOR PARA NEBULIZADOR	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	112.0000
119	PLACA CENTRAL PARA NEBULIZADOR	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	145.0000
120	TRANSFORMADOR PARA NEBULIZADOR	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	85.0000

Página: 11/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

121	KIT ROLAMENTO DIAFRAGMA FILTRO PARA NEBULIZADOR	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
122	CIRCUITO TERMÔMETRO MÁXIMA/MÍNIMA	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
123	SENSOR TERMÔMETRO MÁXIMA/MÍNIMA	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
124	DISPLAY TERMÔMETRO MÁXIMA/MÍNIMA	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
125	DISPLAY PARA OXÍMETRO	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
126	CIRCUITO PARA OXÍMETRO	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
127	SENSOR PARA OXÍMETRO	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
128	FUSÍVEL PARA NEBULIZADOR 3A 250V	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
129	AFIAÇÃO DE TESOURA IRIS RETA	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
130	AFIAÇÃO DE TESOURA IRIS CURVA	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
131	AFIAÇÃO DE TESOURA MAYO LONGA 14 CM	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1
132	AFIAÇÃO DE TESOURA	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		1



Página: 12/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015**

Número do Registro de Preços: 20/2015				Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	AFIAÇÃO DE TESOURA CURVA	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	11,0000	1
134	AFIAÇÃO DE CURETA DE RASPAGEM ODONTOLÓGICA	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	11,0000	1
135	Indicador Biológico utilizados para monitorar ciclos de esterilização a vapor. Composição do frasco plástico contendo ampola de vidro com caldo nutritivo e tira de papel impregnada com suspensão de esporos secos de Geobacillus stearothermophilus 10 <sup>6</sup> . Indicador biológico utilizado para monitoramento de ciclos de esterilização a vapor, contendo uma população mínima de 105 ou 106 esporos de Geobacillus stearothermophilus 10 <sup>6</sup> . A população está incubada em uma tira de papel, que é colocada em um frasco termoplástico, que servirá de frasco cultura. Também está contida no frasco uma ampola de vidro quebrável, contendo meio de cultura que, correntemente incubado, muda de cor na presença de esporos viáveis. Caixa com 10 ampolas. Fabricado conforme ISO 11138-1. São testes que vêm em tubos plásticos com tampa permeável ao vapor, com uma tira impregnada com uma população conhecida de esporos, separada do meio nutritivo (líquido roxo), por uma ampola de vidro. Os esporos utilizados são de Geobacillus stearothermophilus, altamente resistentes ao calor úmido e não são patogênicos. São utilizados como desafio, pois uma vez tendo sido eliminados, todos os outros esporos e formas vegetativas também serão.	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	125,0000	1
136	Indicador Químico Integrador Classe 5 desenvolvido para a monitorização e avaliação dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor. Classificação: Classe 5 (ISO 11140-1) / Classe D (EN 867-1); Parâmetros: Classe 5 - 135°C por 1,5 minutos / 121°C por 21 minutos; Dimensões da tira: entre 98 e 105 x entre 15 e 22 mm (L x C); Apresentação: Embalagem com 100 unidades; Validade: 2 anos a partir da data de fabricação; Composição: Produto livre de chumbo, mercúrio, bário e látex. Resíduo comum; Quando Utilizar: Em todos os pacotes cirúrgicos, em todas as cargas em pacotes desafio para monitorar cargas em autoclaves de acordo com a RDC 15. Para serviços não sujeitos à RDC 15 (Odontologia e Veterinária, por exemplo) sugere-se pelo menos o uso de um integrador por dia em todos os pacotes cirúrgicos ou de acordo com a padronização da instituição, em esterilização por autoclaves a vapor; Letura do Resultado: Permite leitura imediata do resultado através da migração da tira para a área identificada em cor; O indicador químico integrador classe 5 designado para reagir a todos os parâmetros críticos do processo de esterilização a vapor (tempo, temperatura e vapor). O indicador químico deve ser de precisão e facilidade na leitura e pode ser utilizado em todos os processos a vapor (gravidade, pré-vácuo e flash). Integrador, confeccionado em tira de papel laminado com película plástica reativa impresso com tinta composta de substância química que muda de cor após o processo de esterilização a vapor e que não seja transferida aos materiais e / ou embalagens durante o processo de esterilização, conforme norma ANSI/AAMI/ISO 11140-1. Letura do resultado por interpretação de cores comparativa com padrão apresentado. O produto deverá conter informações sobre procedência, lote, data de fabricação e prazo de validade, tanto na embalagem primária quanto na secundária. Deve possuir espaço para identificação do equipamento ciclo, operador, data e resultado.	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	122,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
137	Mini-incubadora desenvolvida para incubação de indicadores biológicos auto-contidos destinados à monitorização dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor no ciclo de 24 ou 48 horas. Capacidade para incubar 04 indicadores biológicos. Características Produzida dentro dos padrões da ISO 9001:2000 - Sistema de Gestão de Qualidade, ISO 14001 ; Gestão Ambiental, ISO 13485 - Aparelhos Médicos e Certificado de Boas Práticas de Fabricação; Espaço livre total: 15 cm para cada lado; espaço livre para a abertura da tampa: entre 10 e 14 cm; tampa inclusa, temperatura Máxima: 60 °C; Temperatura de trabalho adequada: 15 °C a 40 °C ; voltagem 220 volts. Contém: <ul style="list-style-type: none"><li>- Dispositivos de segurança que evitam danos ao equipamento e conferem segurança ao profissional</li><li>- Área de incubação, possui capacidade para 04 indicadores biológicos</li><li>- Led que indica quando a mini-incubadora está ligada e serve também para a iluminação da área de incubação, possibilitando a visualização do resultado. Aparelho na cor Branca.</li></ul>	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	268.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 20/2015

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
138	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, AUTOCLAVES, DESTILADORES DE ÁGUA E MINI-INCUBADORAS E ECG, com aplicação das peças acima descritas, sendo uma visita a cada dois meses em todas as unidades de saúde e até duas chamadas de emergência mensais nos locais definidos pela Secretaria de Saúde.	MÊS	RUBENS WALMOREIDA NETO ME (12618)		0	1.250,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015

Página: 15/15

Número do Registro de Preços: 20/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para equipamentos odontológicos, autoclaves destiladores de água e equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras e ECG, inclui							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015  
PROCESSO Nº 64/2015  
(12618) - RUBENS WALMORBIDA NETO ME

Schroeder, 2 de Outubro de 2015.

**DISPENSA 96/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 96/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 228/2015  
Data: 02/10/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: ADRIANA L. K. WILPERT - ME

Código: 13224

Endereço: R DOM PEDRO,969 -

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 15.312.387/0001-99

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de escritório e refeitório, para ampliação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, localizada a Rua Marechal Castelo Branco - Fundos da Prefeitura, Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma área a construir 137,75 m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste processo e do Edital de Tomada d

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de escritório e refeitório, para ampliação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, localizada a Rua Marechal Castelo Branco - Fundos da Prefeitura, Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma área a construir 137,75 m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste processo e do Edital de Tomada de Preços 03/2015-PMS.	UN	180.675,91	180.675,91

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando, a necessidade da execução do Projeto e a ausência de participantes em duas licitações, declarado ambas desertas. Solicitamos a Dispensa de Licitação no mesmos moldes do item da Licitação modalidade Tomada de Preço Nr 3/2015. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 2 de Outubro de 2015

---

**OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 96/2015 - DL**Processo Nr.:** 228/2015  
**Data:** 02/10/2015

Folha: 2/2

09/09/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Setembro de 2015

**Valor da Despesa:**

180.675,91 (cento e oitenta mil seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e um centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**DISPENSA Nº 94/2015-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 94/2015 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.: 226/2015</b> <b>Data: 01/10/2015</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> BRIMADEC COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EP <b>Endereço:</b> R WALTER MARQUARDT, 1650 <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC <b>CNPJ:</b> 03.018.547/0001-02	<b>Código:</b> 9345 <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de materiais elétricos para reparo e ampliação da rede de internet e telefone para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina que presta serviços ao Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6,00	canaleta 20X10X2000 c/ divisão	UN	3,30	19,80
2	10,00	canaleta 40X25X2000 c/ divisão	UN	20,90	209,00
3	60,00	fita adesiva dupla face	M	1,90	114,00
4	60,00	cabo telefone CCI 2 pares	M	0,46	27,60
5	30,00	conector RJ 45	UN	0,47	14,10
6	5,00	filtro de linha com 05 tomadas	UN	25,30	126,50
7	16,00	conector RJ 11 4 vias	UN	0,22	3,52
8	1,00	alicate para crimpar RJ 45 / RJ 11 / RJ 12	UN	48,80	48,80
9	8,00	Plugue 3 saídas 10A pino T	UN	4,09	32,72
10	6,00	emenda para conector RJ 11	UN	1,04	6,24
11	8,00	FÔRMA PARA PÃO ANTIADERENTE - em alumínio com revestimento antiaderente. Dimensões: (ComprimentoxLarguraxAltura) 33,5x13,1x7,5cm.	UN	2,27	18,16
12	1,00	Fita isolante 20 mt	UN	3,75	3,75
13	5,00	lampada espiral 25W branca	UN	10,50	52,50
14	2,00	lampara fluorescente 20W	UN	4,95	9,90
15	2,00	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W	UN	5,35	10,70
16	6,00	modulo suporte 4X2	UN	0,98	5,88
17	6,00	modulo placa 4X2	UN	1,70	10,20
18	18,00	modulo tomada padrão 2p+T 10A	UN	4,15	74,70

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS SUPRACITADOS IRÃO FAZER PARTE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA QUE PRESTA SERVIÇOS A ESTE MUNICÍPIO, E SÃO DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA O BOM ANDAMENTO DO SERVIÇO NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO. OS VALORES INVESTIDOS COM ESTA AQUISIÇÃO SAIRÃO DA CONTA CONVÊNIO PREFEITURA MUNICIPAL SCHROEDER X CBMSC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 94/2015 - DL**Processo Nr.:** 226/2015  
**Data:** 01/10/2015

Folha: 2/2

Schroeder, 1 de Outubro de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

28/9/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 28 de Setembro de 2015

**Valor da Despesa:**

788,07 (setecentos e oitenta e oito reais e sete centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**DISPENSA Nº 95/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 95/2015 - DL**Processo Nr.: 227/2015  
Data: 02/10/2015

Folha: 1/2

**Fornecedor:** ETIPLASTI COMERCIO E SERVICOS EM PLASTICOS LTDA -

Código: 13223

Endereço: R PREFEITO JOSE BAUER, 1300, SALA 01

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 13.220.783/0001-60

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de Materiais em acrílico para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina que presta serviços ao Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Logo do CBMSC em acrílico com 50 cm de diâmetro (acrílico frente e verso com fita dupla face para fixação)	UN	163,57	163,57
2	1,00	Quadro de Displays em acrílico 4 mm com 12 bolsas tamanho A4 e 06 bolsas tamanho aprox A5 com 08 parafusos com acabamento.	UN	609,20	609,20
3	1,00	Quadro Galeria dos Ex Comandantes em acrílico branco 4 mm com suporte para 08 fotos 20x25 = espaço para data na parte inferior da foto. Molduras com 30 mm de largura (preto), letras e duas logo em acrílico 3mm com 04 parafusos com acabamento	UN	585,70	585,70

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS SUPRACITADOS IRÃO FAZER PARTE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA QUE PRESTA SERVIÇOS A ESTE MUNICÍPIO, SERVIRÃO PARA IDENTIFICAÇÃO/AVISOS/INSTRUÇÃO, OS VALORES INVESTIDOS COM ESTA AQUISIÇÃO SAIRÃO DA CONTA CONVÊNIO PREFEITURA MUNICIPAL SCHROEDER X CBMSC.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 2 de Outubro de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 95/2015 - DL****Processo Nr.: 227/2015  
Data: 02/10/2015**

Folha: 2/2

2/9/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 2 de Setembro de 2015

**Valor da Despesa:**

1.358,47 (um mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**CÂMARA MUNICIPAL****ERRATA DE EDITAL - TOMADA DE PREÇO 002/2015**

ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015

O Presidente da Câmara Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados que foi realizada correção no edital de licitação, tomada de preço n. 002/2015, assim como segue:

1. No item III, artigo 4º,  
Onde se lê:

Art. 4º - Caso a empresa vencedora do certame se recuse a assinar o Contrato, no prazo e nas condições licitadas (o que implicará descumprimento total da obrigação), decairá o seu direito à contratação, e a sujeitará ainda às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, mais à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Leia-se:

Art. 4º - Caso a empresa vencedora do certame se recuse a assinar o Contrato, no prazo e nas condições licitadas (o que implicará descumprimento total da obrigação), decairá o seu direito à contratação, e a sujeitará ainda às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, mais à multa no valor de 10% (dez por cento) do valor global contratual.

2. No item XII, artigo 41,

Onde se lê:

Art. 41. Os serviços de conversão, implantação e treinamento inicial de implantação não poderão ser cobrados, fazendo parte do preço global ofertado pela proponente.

Leia-se:

Art. 41. Os serviços de conversão, implantação e treinamento inicial de implantação não poderão ser cobrados, caso a licitante vencedora, já preste os serviços objeto da licitação para a Câmara Municipal.

3. Exclui-se o subitem 4.7, do item 4 – Sistema de Patrimônio Público constante no Anexo I – Termo de Referência, em razão do novo plano de contas o referido subitem não se faz necessário.

4. Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

Schroeder, 01 de outubro de 2015.

Adriano Kath

Presidente

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 152/2015

DECRETO Nº 152/2015 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1010/2014 DE 02/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1010/2014 de 02/12/2014.

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0067 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Despesa: 23 ..... R\$ 9.664,49

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 9.664,49 (nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), serão extraídos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0067 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Despesa: 22 ..... R\$ 9.664,49

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 25 de setembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

### LEI 2235/2015

LEI Nº 2235, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

“REDUZ TEMPORARIAMENTE VALORES REMUNERATÓRIOS DOS CARGOS COMISSIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhor Valmir Daminelli, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Autoriza o chefe do Executivo a reduzir em 40% (quarenta por cento) os valores dos proventos, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2015, janeiro, fevereiro e março de 2016, do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal.

Art. 2º – Autoriza o chefe do Executivo a reduzir em 20% (vinte por cento) os valores dos proventos, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2015, janeiro, fevereiro e março de 2016, do Prefeito Municipal, Vice Prefeito Municipal e dos cargos comissionados denominados Secretários e Procurador Jurídico (Nível DAS – 02); Chefe de Gabinete (Nível DAS – 04); Assessores Especial e Assessor Jurídico (Nível DAS – 01); Supervisores (Nível DAS – 04); Gerentes (Nível DAS – 03); Diretores (Nível DAÍ – 02) Chefes (Nível DAÍ – 01), inclusive dos servidores efetivos ocupantes de cargos em comissão, sobre os proventos provenientes do cargo em comissão.

§ 1º - Dos cargos em comissão cuja remuneração é inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na data-base 30 de setembro, não haverá redução.

§ 2º - Nos casos em que houver a redução salarial esta preservará a remuneração mínima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 3º - Dos servidores efetivos ocupantes de cargos em comissão, a redução salarial preservará os proventos do cargo efetivo, limitando-se a redução à diferença entre a remuneração do cargo em comissão e os proventos do cargo efetivo.

§ 4º - Nos Cargos em Comissão de Diretores de Escola (Nível DASMA – 03), Diretores Adjunto (Nível DASMA – 02) e coordenadores de Creche (Nível DASMA – 01) a redução será de 20% (vinte por cento) sobre o valor percebido de gratificação/representação.

§ 5º - Todo funcionário de carreira (Professor) de Disciplina isolada que esteja designado para ocupar Cargo de Provimento em Comissão de Diretor ou Diretor Adjunto de Escolas, ficam excluídos da presente Lei.

Art. 3º – A redução salarial poderá ser interrompida em 31 de dezembro de 2015, caso o comprometimento da Receita Corrente Líquida com a folha de pagamento, não ultrapasse o percentual consolidado de 51,30%, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - A contribuição previdenciária incidirá sobre os salários originais, bem como qualquer outro benefício previsto em lei.

Art. 5º – Os valores resultantes das reduções de que trata esta lei serão restituídos aos cofres do Município, classificando-se a receita na forma da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º – Aplicam-se os dispositivos da presente Lei aos órgãos públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Município de Sombrio - SC, 30 de setembro de 2015.

Valmir Daminelli  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### CARTA CONVITE 009/2015

#### CARTA CONVITE

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE KOMBI PLACA MJX 7581 E MICRO ONIBUS VOLARE PLACA MHJ 1526

Processo Administrativo Nº.: 054/2015

Convite Nº.: 009/2015

DOTAÇÃO: 63/2015 - 04.01.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 - TRANSPORTE ESCOLAR

Complemento: 3.3.90.30.01.00.00.00

3.3.90.30.39.00.00.00

3.3.90.30.19.00.00.00

#### 1. DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina - CEP 89855-000, através do Prefeito Municipal Sr. Eder Ivan Marmitt, TORNA PÚBLICO e CONVIDA as empresas a apresentar cotação para o objeto desta LICITAÇÃO CONVITE Nº.009/2015, do tipo Menor Preço, referente ao processo administrativo nº.054/2015, de conformidade com a Lei nº.8.666 de 21 de Junho de 1993 e as condições deste, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes, contendo os documentos para habilitação e proposta no(a) no Centro Administrativo Municipal, para o dia 14/10/2015 (quarta-feira), para o início do certame e a abertura do invólucro da documentação de habilitação a realizar-se no dia 14/10/2015 (quarta-feira), às 10:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, situado à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil/SC.

Modalidade: CONVITE

Esta Licitação reger-se-á pelo Tipo de: Menor Preço/Global.

Forma/Regime de Execução: Direta.

#### 2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE KOMBI PLACA MJX 7581 E MICRO ONIBUS VOLARE PLACA MHJ 1526, conforme especificado no Anexo I, deste Convite.

#### 3. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº1)

3.1 A empresa CONVIDADA a participar da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União conjunta com o INSS;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "B";
Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com última alteração, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores, juntamente com a Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da Comarca ou sede da pessoa jurídica;
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011.

3.2 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Setor de Compras

PROCESSO Nº: 054/2015 - LICITAÇÃO Nº: 009/2015

ABERTURA: às 10:00 Horas DO DIA 14/10/2015

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

3.3 Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.



3.4 Os documentos sem validade expressa considerar-se-á como sendo 60 (sessenta dias) da data de sua emissão.

#### 4. DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº02)

4.1 A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados (sistema Betha), datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em uma (1) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 02

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Setor de Compras

PROCESSO Nº: 054/2015 - LICITAÇÃO Nº: 009/2015

ABERTURA: às 10:00 DO DIA 14/10/2015

ENVELOPE "PROPOSTA"

4.2 A proposta deverá ser feita por item, indicando valor unitário e total conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Convite.

#### 5. DA VALIDADE

5.1 O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo até 30 dias, contados do dia da entrega do envelope. O contrato terá a vigência até 10/11/2015, podendo ser renovado caso houver acordo entre as partes.

5.2 Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

#### 6. DO PREÇO

6.1 Deverá ser cotado em moeda nacional.

6.2 O preço ofertado será líquido, já incluso todos os impostos fretes, embalagens e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

6.3 Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros. Ocorrendo discordância entre valores numéricos e por extenso prevalecerão estes últimos.

6.4 Transcorrido a fase de habilitação, a proposta entregue é irretratável e irrenunciável.

6.5 Após conhecido o Resultado da Licitação, o MUNICÍPIO DE SUL BRASIL emitirá, à(s) proponente(s) vencedora(s), o resultado, que será enviada via Fac-Símile ou retirada pela empresa ou pessoa física em até 3 (três) dias úteis após sua convocação, permitindo a prorrogação por igual período na forma do §1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

#### 7. DO PAGAMENTO

7.1 O MUNICÍPIO DE SUL BRASIL se compromete a efetuar o pagamento até 10º dia após o fornecimento do Objeto Licitado pelo Proponente, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo MUNICÍPIO DE SUL BRASIL. Sendo que os pagamentos obedecerão à ordem cronológica do departamento financeiro.

#### 8. DO REAJUSTE

Será adotado o seguinte critério de reajuste: SEM REAJUSTE.

#### 9. DO JULGAMENTO

9.1 A presente licitação, para efeito de julgamento, será do tipo Menor Preço/Global.

9.2 Serão consideradas vencedoras aquelas empresas ou pessoas físicas que tendo cumprido as exigências deste Convite, conforme prescreve o art. 45, § 1º da Lei 8.666/93 e apresentar o Menor Preço/ Global.

9.3 A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das Propostas, caso a Proponente não atender com clareza o solicitado em Convite, conforme determina o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

9.4 Serão desconsideradas os itens/proposta que contiverem emendas, rasuras ou borrões, salvo quando a empresa fizer acompanhar uma errata, preferencialmente em 02 (duas) vias, em papel timbrado e devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal.

9.5 Serão desclassificadas:

9.5.1 As propostas que não atenderem as exigências do ato convocatório.

9.5.2 As propostas ou itens com preço excessivo ou manifestante inexequível e preço global.

9.6 No caso de empate de duas ou mais propostas, far-se-á sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, observados o disposto no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

## 10. DOS RECURSOS

10.1 Caberá junto ao MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, recurso, com efeito suspensivo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

10.1.1 Habilitação ou Inabilitação do Licitante;

10.1.2 Do Julgamento das Propostas.

## 11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

11.1 O Prefeito Municipal, à vista do resultado do julgamento da licitação, decorridos 2 (dois) dias úteis da data que o mesmo foi proferido, não havendo interposição de recursos, homologará o resultado do presente certame licitatório.

11.2 Será adjudicada à licitante classificada em primeiro lugar.

11.3 Logo após a homologação da licitação, o proponente vencedor será notificado, para assinatura do contrato.

11.4 Ocorrendo desatenção à notificação, a que se refere o item supramencionado, no prazo estipulado, o Prefeito Municipal convocará os licitantes remanescentes, segundo a ordem de classificação, para que o façam nas mesmas condições e prazo do licitante vencedor, nos termos do art. 64 § 2º, se não preferir a outra licitação.

11.5 Na hipótese da convocação dos licitantes remanescentes, restando infrutífera a negociação, revogar-se-á a licitação.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1 A recusa da encomenda dentro do prazo de validade das propostas, a não entrega do objeto licitado, a entrega fora das especificações predeterminadas, implicam nas sanções prevista no item 12.4, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes da devolução dos materiais.

12.2 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, o MUNICÍPIO DE SUL BRASIL poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

12.3 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso na entrega do objeto da presente licitação, poderá o MUNICÍPIO DE SUL BRASIL cancelar a Nota de Compra - NC, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista no item 12.4.1., deste Convite, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

12.4 Ressalvados os casos de forma maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério do MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

12.4.1 Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

12.4.2 Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, o MUNICÍPIO DE SUL BRASIL poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 12.4.1.

12.4.3 Advertência

12.4.4 Suspensão do direito de licitar, junto ao MUNICÍPIO DE SUL BRASIL.

12.4.5 Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal Sr. EDER IVAN MARMITT, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

12.5 O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 12.4.1. e 12.4.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

12.6 Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 13. RESCISÃO DO CONTRATO

13.1 Após a celebração do contrato com a empresa contratada, poderá tanto o CONTRATANTE quanto o CONTRATADO, rescindir o contrato, bastando para isso comunicar a outra parte sua intenção com antecedência mínima de trinta (30) dias.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 MUNICÍPIO DE SUL BRASIL reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões

de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

14.2 No caso de não haver expediente para a data fixada a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á as 16:10 horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

14.3 Faz parte integrante deste Convite:

14.3.1 Lista de Itens do Objeto desta Licitação;

14.3.2 Minuta do contrato;

14.3.3 Lista dos valores máximos dos objetos desta licitação.

14.4 A presente licitação é regida pelas disposições da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

14.5 Maiores informações poderão ser obtidas no MUNICÍPIO DE SUL BRASIL situado a sede à Avenida Doutor José Leal Filho, 589 de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo telefone (49) 367 0030.

Sul Brasil/SC, 01 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

ANEXO I

CONVITE P/COMPRAS E SERVICOS Nº.009/2015

O MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, com sede administrativa situada à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil/SC, torna público o CONVITE P/COMPRAS E SERVICOS, tipo Menor Preço / Global, autorizado no Processo Administrativo Nº 054/2015, regido pela Lei Federal nº.8.666/93, e legislação pertinente. Receberá os envelopes contendo a documentação e a proposta até às 10:00 do dia 09/10/2015, no(a) no Centro Administrativo Municipal e abrirá os envelopes às 10:00 do dia 09/10/2015 no(a) no Centro Administrativo Municipal em ato público, quando será dado início ao processo licitatório.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE KOMBI PLACA MJX 7581 E MICRO ONIBUS VOLARE PLACA MHJ 1526

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTID	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	SENSOR TEMPERATURA AGUA MTE-4014 - TEM - KOMBI	un	1		
2	VELA IGNICAO NGK - ZFR7R-G - KOMBI	un	4		
3	BRACADEIRA PLASTICA 28 CM - KOMBI	un	3		
4	FILTRO COMB INJ GI-08/1 - GOL/ PAR - MI - 97/ - KOMBI	un	1		
5	PEDAL ACELERADOR COM MODULO ELET 6Q1721503M - KOMBI	un	1		
6	CABO VELA KOMBI 1.6 MI - 97 - KOMBI	un	1		
7	VELA IGNICAO BOSCH - SP5 / BUR5ETB-10 - KOMBI	un	4		
8	BRACADEIRA PLASTICA 28 CM - KOMBI	un	3		
9	BICO INJETOR ELETRONICO - KOMBI	un	1		
10	AVALIAÇÃO SCANNER - KOMBI	h	1		
11	MAO DE OBRA MECANICA L.MEDIA - KOMBI	h	4		
12	REPARO BOMBA INJETORA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
13	BOMBA D'AGUA MWM SERIE X-10 UB-579 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
14	VALVULA TERMOSTATICA MOTOR MWM X-10 4.10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
15	ARROELA VEDACAO 6 MM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	9		
16	FILTRO OLEO LUBRIFICANTE PSL-962 / LB-3801 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
17	OLEO MOTOR 15 W 40 - DIESEL EXTRA TURBO - LT - MICRO ONIBUS VOLARE	un	10		
18	PARAFUSO 8 MM X 25 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	13		
19	TAMPA RES AGUA RADIADOR CARGO/ VW - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
20	BRACADEIRA INTERCOOLER 74X83 VWC FORD CARGO - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		

21	INTERRUPTOR TEMPERATURA MTE-3028 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
22	ADITIVO RADIADOR VISCONDE ROSA - P/VEIC DIESE - MICRO ONIBUS VOLARE	un	6		
23	BRACADEIRA PLASTICA 10CM / 15CM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	15		
24	TINNER P/ LIMPEZA ECOLOGICO - 50LT - MICRO ONIBUS VOLARE	un	14		
25	VALVULA ADM MWMW D 225/226/229 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
26	VALVULA ESCAPE MWM D225/226/229 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
27	COLA JUNTAS ALTA TEMPERATURA - PRETA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	2		
28	PLAINAR CABECOTE INDIVIDUAL - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
29	BOMBA OLEO MWM 4.10 6.10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
30	BRONZINA BIELA MWM X-10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
31	BRONZINA MANCAL MWM X-10 4C - MICRO ONIBUS VOLARE	un	5		
32	BUCHA BIELA MWM X-10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
33	CALÇO CAMISA MWM-X10 0.15 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
34	COLMEIA RADIADOR - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
35	GUIA VALV MWM X-10 ADM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
36	GUIA VALV MWM X-10 ESC - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
37	JOGO JUNTA MWM 4.10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
38	KIT CILINDRO MOTOR MWM X10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
39	VEDADOR VALV MWM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
40	SEDE VALV ADM MWM X10 STD - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
41	SEDE VALV ESC MWM X10 STD - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
42	PARAFUSO CABECOTE MWM 961203500024 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	14		
43	PRISIONEIRO CABECOTE MWM 961203500034 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	2		
44	FILTRO AR EXT AGRAL/VOLARE ARS-3003 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
45	FILTRO AR INTERNO AGRAL ASR-203 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
46	FILTRO SEPARADOR AGUA PSD450/1 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
47	MAO DE OBRA GERAL MOTOR - MICRO ONIBUS VOLARE	H	15		
48	CONCERTO BOMBA INJETORA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
49	TROCAR COLMEIA RADIADOR - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
50	ESMERILHAR SEDES/VALVULAS - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
51	MONTAGEM CABEÇOTE - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
52	RETIFICAR SEDES VALVULA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		

53	TROCAR GUIAS DE VALVULA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
54	TROCAR SEDES DE VALVULA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
55	RETIFICAR BUCHAS DE BIELA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
56	ALINHAR BIELAS - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
57	LIMPEZA MOTOR PARCIAL - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
58	RETIFICAR VALVULAS - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
59	TESTE VIRABREQUIM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
60	AVALIAÇÃO SCANNER - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		

Fornecemos os materiais e/ou serviços solicitados nos preços acima especificados e concordamos com as condições do Convite. A Proposta vigorará pelo prazo mínimo de 30 dias.

\_\_\_\_\_ (Local e Data)

Assinatura e Carimbo do Proponente

## ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. ....

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SUL BRASIL E A FIRMA NomeContratado NOS TERMOS DA LEI Nº.8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE DIRETA.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Dr. José Leal Filho, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.107/0001-30, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor EDER IVAN MARMITT, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa NomeContratado, com sede na(o) EnderecoContratado, inscrita no CGC/MF sob o nº. CNPJContratado neste ato representada por seu representante legal Senhor \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº.054/2015, Convite nº.009/2015, homologado em \_\_\_\_\_, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE KOMBI PLACA MJX 7581 E MICRO ONIBUS VOLARE PLACA MHJ 1526.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTID	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	SENSOR TEMPERATURA AGUA MTE-4014 - TEM - KOMBI	un	1		
2	VELA IGNICAO NGK - ZFR7R-G - KOMBI	un	4		
3	BRACADEIRA PLASTICA 28 CM - KOMBI	un	3		
4	FILTRO COMB INJ GI-08/1 - GOL/ PAR - MI - 97/ - KOMBI	un	1		
5	PEDAL ACELERADOR COM MODULO ELET 6Q1721503M - KOMBI	un	1		
6	CABO VELA KOMBI 1.6 MI - 97 - KOMBI	un	1		
7	VELA IGNICAO BOSCH - SP5 / BUR5ETB-10 - KOMBI	un	4		
8	BRACADEIRA PLASTICA 28 CM - KOMBI	un	3		
9	BICO INJETOR ELETRONICO - KOMBI	un	1		
10	AVALIAÇÃO SCANNER - KOMBI	h	1		
11	MAO DE OBRA MECANICA L.MEDIA - KOMBI	h	4		
12	REPARO BOMBA INJETORA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
13	BOMBA DAGUA MWM SERIE X-10 UB-579 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
14	VALVULA TERMOSTATICA MOTOR MWM X-10 4.10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
15	ARROELA VEDACAO 6 MM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	9		

16	FILTRO OLEO LUBRIFICANTE PSL-962 / LB-3801 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
17	OLEO MOTOR 15 W 40 - DIESEL EXTRA TURBO - LT - MICRO ONIBUS VOLARE	un	10		
18	PARAFUSO 8 MM X 25 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	13		
19	TAMPA RES AGUA RADIADOR CARGO/ VW - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
20	BRACADEIRA INTERCOOLER 74X83 VWC FORD CARGO - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
21	INTERRUPTOR TEMPERATURA MTE-3028 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
22	ADITIVO RADIADOR VISCONDE ROSA - P/VEIC DIESE - MICRO ONIBUS VOLARE	un	6		
23	BRACADEIRA PLASTICA 10CM / 15CM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	15		
24	TINNER P/ LIMPEZA ECOLOGICO - 50LT - MICRO ONIBUS VOLARE	un	14		
25	VALVULA ADM MWMW D 225/226/229 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
26	VALVULA ESCAPE MWM D225/226/229 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
27	COLA JUNTAS ALTA TEMPERATURA - PRETA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	2		
28	PLAINAR CABECOTE INDIVIDUAL - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
29	BOMBA OLEO MWM 4.10 6.10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
30	BRONZINA BIELA MWM X-10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
31	BRONZINA MANCAL MWM X-10 4C - MICRO ONIBUS VOLARE	un	5		
32	BUCHA BIELA MWM X-10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
33	CALÇO CAMISA MWM-X10 0.15 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
34	COLMEIA RADIADOR - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
35	GUIA VALV MWM X-10 ADM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
36	GUIA VALV MWM X-10 ESC - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
37	JOGO JUNTA MWM 4.10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
38	KIT CILINDRO MOTOR MWM X10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
39	VEDADOR VALV MWM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
40	SEDE VALV ADM MWM X10 STD - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
41	SEDE VALV ESC MWM X10 STD - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
42	PARAFUSO CABECOTE MWM 961203500024 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	14		
43	PRISIONEIRO CABECOTE MWM 961203500034 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	2		
44	FILTRO AR EXT AGRAL/VOLARE ARS-3003 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
45	FILTRO AR INTERNO AGRAL ASR-203 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
46	FILTRO SEPARADOR AGUA PSD450/1 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
47	MAO DE OBRA GERAL MOTOR - MICRO ONIBUS VOLARE	H	15		

48	CONCERTO BOMBA INJETORA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
49	TROCAR COLMEIA RADIADOR - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
50	ESMERILHAR SEDES/VALVULAS - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
51	MONTAGEM CABEÇOTE - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
52	RETIFICAR SEDES VALVULA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
53	TROCAR GUIAS DE VALVULA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
54	TROCAR SEDES DE VALVULA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
55	RETIFICAR BUCHAS DE BIELA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
56	ALINHAR BIELAS - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4		
57	LIMPEZA MOTOR PARCIAL - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
58	RETIFICAR VALVULAS - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8		
59	TESTE VIRABREQUIM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		
60	AVALIAÇÃO SCANNER - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1		

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes CONTRATANTES: Proposta da CONTRATADA, CONVITE, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Direta.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela prestação do serviço, o preço proposto que é .....

4.2 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 A medição contendo o quantitativo dos serviços realizados e seus respectivos preços será emitida pelo CONTRATANTE, que encaminhará a CONTRATADA.

4.4 O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças do CONTRATANTE ou Ordem Bancária, no seguinte prazo: 10 dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação de nota fiscal e aceite fornecido pelo funcionário responsável pelo recebimento.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5.1 O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a execução dos serviços e aquisição de materiais ou fornecimento será reajustado de acordo com o seguinte critério: Sem reajuste.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 O prazo de entrega do objeto licitado será de 30 dias, e o contrato terá vigência de xxxxxxxx à 30/09/2015, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 15 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93, art. 65º e 8.883/94.

6.2 O início deve se dar de imediato a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.



## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) dotação(ões) orçamentária(s) tem a seguinte classificação:

DOTAÇÃO: 63/2015 - 04.01.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 - TRANSPORTE ESCOLAR

Complemento: 3.3.90.30.01.00.00.00

3.3.90.30.39.00.00.00

3.3.90.30.19.00.00.00

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1 Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 A execução deste Contrato será acompanhado e fiscalizado por um representante do CONTRATANTE especialmente designado.

8.3 A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, no local do serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

8.4 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

## 9. CLÁUSULA NONA - DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

9.1 Os serviços e os materiais somente serão considerados devidamente aceitos após analisado e aprovado pelo Órgão competente do CONTRATANTE.

9.2 No caso de não aceitação dos serviços e dos materiais pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para o CONTRATANTE, a reexecução dos serviços bem como a substituição dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação recebida.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.1.1 Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

10.1.2 Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço.

10.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS MULTAS

11.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

11.1.1 Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

11.1.2 Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, ao MUNICÍPIO DE SUL BRASIL poderá aplicar a multa em dobro da, forma do item 11.1.1.

### 11.1.3 Advertência

### 11.1.4 Suspensão do direito de licitar, junto ao MUNICIPIO DE SUL BRASIL.

11.1.5 Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal Sr. EDER IVAN MARMITT, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

11.2 O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 11.1.1. e 11.1.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

11.3 Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

### 12.1 Rescisão deste Contrato por ato unilateral do CONTRATANTE:

12.1.1 O CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público.

12.1.2 O CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços e entrega do material;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços e fornecimento de materiais da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços e fornecimento de materiais sem justa causa e prévia comunicação O CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução e no seu fornecimento de materiais;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

12.1.3 No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo O CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados bem como pelos materiais já fornecidos, desde que aprovado pelo CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados O CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, O CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços e à aquisição de materiais através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso O CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços e o fornecimento de materiais referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.2 Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

12.2.1 O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte do CONTRATANTE, dos serviços ou fornecimentos, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados e materiais já fornecidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços e entrega dos materiais, nos prazos contratuais.

12.2.2 Nestes casos, o CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados e os materiais já fornecidos, de acordo com os termos deste Contrato.

12.3 Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

12.3.1 Tanto o CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços e/ou fornecimento de materiais por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

Obs.: Neste caso, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços já prestados bem como os materiais já fornecidos, de acordo com os termos deste Contrato.

12.3.2 Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1 Concluídos os serviços objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação do CONTRATANTE ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização do CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

13.1.1 O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para O CONTRATANTE, observando o disposto no art. 69, da Lei Nº. 8.666/93.

13.1.2 Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, e verificada a correção dos serviços executados, proceder-se-á ao recebimento definitivo, lavrando-se o termo respectivo, que consignará quitação geral, plena e recíproca entre as partes.

13.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança dos serviços nem a ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

14.1 Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

14.1.1 Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica O CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

14.2 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e O CONTRATANTE.

14.3 A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre O CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

14.3.1 Caso haja condenação do CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NOVAÇÃO

A não utilização por parte do CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição do CONTRATANTE, neste Contrato, serão

considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO

A CONTRATADA é responsável pelos seguros no transporte do material até o local de destino definido pelo CONTRATANTE, bem como pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO - SC com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes CONTRATANTES, juntamente com as testemunhas abaixo.

SUL BRASIL, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

#### ANEXO III

#### LISTA DE ITENS COM O VALOR MÁXIMO

Objeto...: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONSERTO DE KOMBI PLACA MJX 7581 E MICRO ONIBUS VOLARE PLACA MHJ 1526

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTID	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	SENSOR TEMPERATURA AGUA MTE-4014 - TEM - KOMBI	un	1	R\$ 79,30	R\$ 79,30
2	VELA IGNICAO NGK - ZFR7R-G - KOMBI	un	4	R\$ 35,50	R\$ 142,00
3	BRACADEIRA PLASTICA 28 CM - KOMBI	un	3	R\$ 0,51	R\$ 1,53
4	FILTRO COMB INJ GI-08/1 - GOL/ PAR - MI - 97/ - KOMBI	un	1	R\$ 24,30	R\$ 24,30
5	PEDAL ACELERADOR COM MODULO ELET 6Q1721503M - KOMBI	un	1	R\$ 964,53	R\$ 964,53
6	CABO VELA KOMBI 1.6 MI - 97 - KOMBI	un	1	R\$101,30	R\$ 101,30
7	VELA IGNICAO BOSCH - SP5 / BUR5ETB-10 - KOMBI	un	4	R\$ 28,50	R\$ 114,00
8	BRACADEIRA PLASTICA 28 CM - KOMBI	un	3	R\$ 0,45	R\$ 1,35
9	BICO INJETOR ELETRONICO - KOMBI	un	1	R\$ 247,50	R\$ 247,50
10	AVALIAÇÃO SCANNER - KOMBI	h	1	R\$ 55,00	R\$ 55,00
11	MAO DE OBRA MECANICA L.MEDIA - KOMBI	h	4	R\$ 90,00	R\$ 360,00
12	REPARO BOMBA INJETORA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 142,40	R\$ 142,40
13	BOMBA D'AGUA MWM SERIE X-10 UB-579 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 265,10	R\$ 265,10
14	VALVULA TERMOSTATICA MOTOR MWM X-10 4.10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 138,40	R\$ 138,40
15	ARROELA VEDACAO 6 MM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	9	R\$ 3,50	R\$ 31,50
16	FILTRO OLEO LUBRIFICANTE PSL-962 / LB-3801 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 37,10	R\$ 37,10
17	OLEO MOTOR 15 W 40 - DIESEL EXTRA TURBO - LT - MICRO ONIBUS VOLARE	un	10	R\$ 16,50	R\$ 165,00
18	PARAFUSO 8 MM X 25 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	13	R\$ 0,65	R\$ 8,45
19	TAMPA RES AGUA RADIADOR CARGO/ VW - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 14,80	R\$ 14,80
20	BRACADEIRA INTERCOOLER 74X83 VWC FORD CARGO - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 41,32	R\$ 41,32
21	INTERRUPTOR TEMPERATURA MTE-3028 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 136,42	R\$ 136,42
22	ADITIVO RADIADOR VISCONDE ROSA - P/VEIC DIESE - MICRO ONIBUS VOLARE	un	6	R\$ 12,30	R\$ 73,80
23	BRACADEIRA PLASTICA 10CM / 15CM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	15	R\$ 0,37	R\$ 5,55
24	TINNER P/ LIMPEZA ECOLOGICO - 50LT - MICRO ONIBUS VOLARE	un	14	R\$ 8,10	R\$ 113,40
25	VALVULA ADM MWMW D 225/226/229 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 31,25	R\$ 125,00
26	VALVULA ESCAPE MWM D225/226/229 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 24,75	R\$ 99,00
27	COLA JUNTAS ALTA TEMPERATURA - PRETA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	2	R\$13,25	R\$ 26,50
28	PLAINAR CABECOTE INDIVIDUAL - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 79,10	R\$ 316,40
29	BOMBA OLEO MWM 4.10 6.10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 451,20	R\$ 451,20
30	BRONZINA BIELA MWM X-10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 68,50	R\$ 274,00
31	BRONZINA MANCAL MWM X-10 4C - MICRO ONIBUS VOLARE	un	5	R\$ 105,15	R\$ 525,75

32	BUCHA BIELA MWM X-10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 48,00	R\$ 192,00
33	CALÇO CAMISA MWM-X10 0.15 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 24,15	R\$ 96,60
34	COLMEIA RADIADOR - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 1.325,00	R\$ 1.325,00
35	GUIA VALV MWM X-10 ADM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 16,50	R\$ 66,00
36	GUIA VALV MWM X-10 ESC - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 18,00	R\$ 72,00
37	JOGO JUNTA MWM 4.10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 885,00	R\$ 885,00
38	KIT CILINDRO MOTOR MWM X10 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 345,00	R\$ 1.380,00
39	VEDADOR VALV MWM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8	R\$ 11,25	R\$ 90,00
40	SEDE VALV ADM MWM X10 STD - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 15,80	R\$ 63,20
41	SEDE VALV ESC MWM X10 STD - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 14,85	R\$ 59,40
42	PARAFUSO CABECOTE MWM 961203500024 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	14	R\$ 30,00	R\$ 420,00
43	PRISIONEIRO CABECOTE MWM 961203500034 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	2	R\$ 38,60	R\$ 77,20
44	FILTRO AR EXT AGRAL/VOLARE ARS-3003 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 77,65	R\$ 77,65
45	FILTRO AR INTERNO AGRAL ASR-203 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 59,80	R\$ 59,80
46	FILTRO SEPARADOR AGUA PSD450/1 - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 69,45	R\$ 69,45
47	MAO DE OBRA GERAL MOTOR - MICRO ONIBUS VOLARE	H	15	R\$ 147,67	R\$ 2.215,05
48	CONCERTO BOMBA INJETORA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 895,00	R\$ 895,00
49	TROCAR COLMEIA RADIADOR - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00
50	ESMERILHAR SEDES/VALVULAS - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8	R\$ 12,10	R\$ 96,80
51	MONTAGEM CABEÇOTE - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8	R\$ 14,25	R\$ 114,00
52	RETIFICAR SEDES VALVULA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8	R\$ 12,00	R\$ 96,00
53	TROCAR GUIAS DE VALVULA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8	R\$ 13,15	R\$ 105,20
54	TROCAR SEDES DE VALVULA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8	R\$ 21,75	R\$ 174,00
55	RETIFICAR BUCHAS DE BIELA - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 48,25	R\$ 193,00
56	ALINHAR BIELAS - MICRO ONIBUS VOLARE	un	4	R\$ 14,80	R\$ 59,20
57	LIMPEZA MOTOR PARCIAL - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 83,00	R\$ 83,00
58	RETIFICAR VALVULAS - MICRO ONIBUS VOLARE	un	8	R\$ 15,00	R\$ 120,00
59	TESTE VIRABREQUIM - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 165,00	R\$ 165,00
60	AVALIAÇÃO SCANNER - MICRO ONIBUS VOLARE	un	1	R\$ 55,00	R\$ 55,00
					R\$ 14.476,45

## PARECER JURÍDICO

Este edital, minuta de contrato e anexos se encontra examinado e aprovado por esta Procuradoria Jurídica.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA  
OAB/SC 18532  
Assessor Jurídico do Município

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 094/2015

DECRETO Nº. 094/2015, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para REFORÇO das dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO

PROJ./ATIV.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

MODALIDADE: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (2) R\$ 10.000,00

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROJ./ATIV.: 28.061.1019.0.004 – Sentenças Judiciais

MODALIDADE: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (14) R\$ 3.000,00

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 13.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, fica utilizado parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação apurado durante o exercício financeiro de 2015 na fonte 0000 – Recursos Ordinários Livres.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE OUTUBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.773/2015

LEI Nº 1.773, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.701/2013, QUE AUTORIZA ADESÃO AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS, A CONCEDER AUXÍLIO MORADIA E ALIMENTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei;

Art. 1º .....

Art. 2º A "Bolsa Auxílio Moradia" compreenderá o valor mensal de até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), por profissional, e deverá ser empregado na locação ou na obtenção de outro meio de moradia pelo beneficiário.

§ 1º A "Bolsa Auxílio Moradia" será pago ao profissional vinculado ao Programa Mais Médicos enquanto este atuar no Município de Timbé do Sul.

§ 2º O pagamento da bolsa auxílio referida pelo parágrafo anterior fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentário-financeira por parte da municipalidade.

Art. 3º .....

Art. 4º .....

Art. 5º .....

Art. 6º O valor estipulado nos Artigos 2º e 3º serão reajustados, anualmente, no mesmo período e índice de reajuste dos salários dos servidores públicos municipais.

Art. 7º Caberá ao titular da Secretaria Municipal de Saúde deliberar sobre a concessão ou revogação das Bolsas-Auxílios de que trata esta Lei.

Art. 8º As despesas geradas em face da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde e classificadas de acordo com as normas contábeis vigentes.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de outubro de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### RESOLUÇÃO 07/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E

DO ADOLESCENTE DE TIMBÉ DO SUL/ SC

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

Fixa prazo para eventual interposição de recursos contra a apuração dos votos na Eleição Conselho Tutelar Edital 01/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições;

RESOLVE:

Art.: 1º – Aos candidatos fica fixado o prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da apuração de votos, para eventual interposição de recurso.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de outubro de 2015.

Comissão organizadora

Josélia Scot Pezente



# Timbó

## PREFEITURA

### ATA INEXIGIBILIDADE Nº 28 2015 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2015 - FCT

Às nove horas, do segundo dia, do mês de outubro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 792/2014, (alterada pela Portaria 1479/2015 e Portaria nº 1707/2015), sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 28/2015 - FCT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de inexigibilidade de fls. 0008/0112 (abaixo relacionados) apresentados pela ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO E ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS E CULTURAIS DE TIMBÓ:

Orçamento detalhado/proposta de preços e documentos que comprovem.	Lei 8.666/93 Art. 38, IV
Declaração de exclusividade expedida das seguintes Bandas: Banda Irmãos Radoll, Musical Free Chopp, Banda Trio Pomerano, Musical Novo Som, Banda Dorf Musikanten, Banda Safira, Banda Chopão, Orquestra La Montanara, Banda Die Brandt's und Jeferson, Banda Horizonte Azul, Musical Master Die Jungs, Banda Quarteto Timboense, Banda Os Fantásticos, juntamente com documentos/acervo.	Lei 8666/93 art. 25 I
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Ato Constitutivo (Estatuto Social e Ata da Assembleia Geral de eleição e posse da diretoria)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 29, III Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Declaração de que a Associação dos Clubes de caça e Tiro e Entidades Esportivas e Culturais de Timbó, não possui em seu quadro menores empregados e não se encontra declarada inidônea com o município de Timbó	CF art.7º, XXXIII
Declaração de Compatibilidade de Valor de Mercado	

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER  
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

PRISCILA MACEDO  
Membro

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 99 2015 PMT - SERVIÇOS DE GUINCHO E MUNCK

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL SRP Nº 99/2015 - PMT

OBJETO: registro de preços destinado à contratação de empresa (s) para prestação de serviços de guinchos hidráulicos, munck, plataforma para caminhões e veículos leves, reboque e transporte de máquinas pesadas, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 19 de outubro de 2015. ABERTURA: dia 19 de outubro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 02/10/2015  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 100 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 100/2015 - PMT

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha para atender as necessidades da administração direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 21 de outubro de 2015. ABERTURA: dia 21 de outubro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 02/10/2015  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 96 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE, COPA E COZINHA**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 96/2015 - PMT

Objeto: aquisição de materiais de limpeza/higiene e copa/cozinha destinada ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do Município de Timbó. Repetição de itens pregão 87/2015 com alterações. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 19 de outubro de 2015. ABERTURA: dia 19 de outubro de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da central de licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 02/10/2015  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da fazenda e Administração

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.47 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/47

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

AUTORIZADO: Paviplan Pavimentação Ltda.

OBJETO: Supressão de R\$ 20.238,75 (vinte mil duzentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos) e acréscimo de R\$ 18.502,36 (dezoito mil quinhentos e dois reais e trinta e seis centavos) ao valor total da obra estabelecido na cláusula terceira do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 17/09/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**EXTRATO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 2015.45 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/45

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

AUTORIZADO: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda.

OBJETO: Supressão do valor de R\$ 104.573,16 (cento e quatro mil quinhentos e setenta e três reais e dezesseis centavos) e acréscimo do valor de R\$ 94.533,94 (noventa e quatro mil quinhentos e trinta e três reais e noventa e quatro centavos) ao valor constante na cláusula terceira do contrato administrativo, bem como Prorrogação do prazo de execução até 06/10/2015.

DATA DA ASSINATURA: 18/09/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

# Três Barras

## PREFEITURA

### DECRETO N. 4.535 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO N. 4.535 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

ALTERA A NOMINATA DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.608/93;

#### DECRETA:

Art. 1º. Alterar a nominata dos Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, designados pelo decreto 4.234/2013, dos seguintes departamentos:

I – representante DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS;

a) Secretaria Municipal de Educação:

Titular – Marilze R. Jancmionka Beckett

Suplente – Eloá Steklain

b) Secretaria Municipal de Administração

Titular – Tania Aparecida Karpen Guebert

Suplente – Jacy Abuda

II – Órgãos e entidades não governamentais:

a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras - APAE

Titular – Lilian Leite C. Celestino

Suplente – Simone Mireski Pinto da Silva

b) Grupo de Apoio à Adoção de Canoinhas – GEAAC – Laços de Amor

Titular – Clailson Trapp

Suplente – Marcela Tremel

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras – SC, em 22 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras/SC em exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta prefeitura, na data supra

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

### DECRETO Nº 4.518 DE 17 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 4.518 DE 17 DE JULHO DE 2015

CRIA O COMITÊ DE MORTALIDADE, FETAL MATERNO E INFANTIL

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da

Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer-se uma rede municipal de vigilância aos óbitos materno, fetal e infantil, incentivando a identificação de todos os óbitos ocorridos, o conhecimento de suas causas e fatores determinantes;

#### DECRETA :

Art. 1º. Fica criado o Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Fetal e Infantil com objetivo de estabelecer-se no Município de Três Barras uma rede de vigilância aos óbitos, incentivando a identificação de todos os óbitos de crianças menores de um ano, assim como o conhecimento de suas causas e fatores determinantes e, de propiciar a sua utilização visando a detecção de falhas que tornaram o óbito materno, fetal e infantil possível, propiciando sua correção de modo a garantir o funcionamento adequado do sistema de saúde no Município de Três Barras/SC.

Art. 2º. São atribuições do Comitê:

I – Organizar um sistema de investigação epidemiológica dos óbitos materno, fetal e infantis a nível municipal;

II – Incentivar o aperfeiçoamento do conhecimento sobre as causas de mortalidade materno, fetal e infantil e os fatores de risco associados, determinando inclusive a relação entre as condições de vida e o risco de mortalidade;

III – Garantir a comparabilidade de estatísticas de mortalidade com níveis nacional, regional e local, fortalecendo e/ou adequando os sistemas disponíveis, com a finalidade de examinar as tendências da mortalidade e identificar os subgrupos de população de maior risco;

IV – Conscientizar os formuladores de políticas, os responsáveis pela sua execução, profissionais de saúde e comunidade sobre a situação da mortalidade infantil;

V – Recomendar aos gestores ações de intervenção para a melhoria da qualidade da assistência à saúde materno-infantil e outras ações de prevenção, estimulando parcerias entre as diversas instituições e organizações envolvidas, governamentais ou não;

VI – Estabelecer critérios para avaliação do impacto das intervenções sobre a morbidade e mortalidade materna infantil e a qualidade da atenção à saúde;

Art. 3º. O Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil sob a coordenação da Secretaria de Saúde do Município, terá a seguinte forma e composição:

§ 1º. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

I - Um representante da Coordenação da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde;

II - Um representante da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde;

III - Um representante do Sistema SIM – Sistema de Informação de Mortalidade Secretaria Municipal de Saúde;

IV - Um representante do NASF – Núcleo de atenção a Saúde da Família Secretaria Municipal de Saúde;

§ 2º. Representante da Fundação Hospitalar: Um representante da Enfermagem.

§ 3º. Representante da Rede Cegonha: Um representante do SIS-PRENATAL da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. A coordenação/presidência do Comitê serão preenchidas por membros eleitos entre seus pares, com mandato de dois anos.

Art. 5º. O Comitê Municipal de Mortalidade, Fetal e Infantil receberá apoio administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Vigilância Epidemiológica e da Coordenação de Programas.

Art. 6º. O Comitê Municipal de Mortalidade, Fetal e Infantil reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente quantas vezes for necessário, por convocação de seu Presidente/Coordenador.

Art. 7º. As decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao presidente/coordenador o voto do desempate.

Art. 8º. Ao presidente/coordenador compete:

I – coordenar e presidir os trabalhos, convocar reuniões, dirigindo as discussões e definindo atividades pertinentes;

II – convidar outros membros para participar na discussão de temas relevantes, sem direito a voto;

III – representar o Comitê Municipal de Mortalidade, Fetal e Infantil, junto aos órgãos competentes;

IV – criar mecanismos para por em prática as deliberações emanadas das reuniões.

Art. 9º. Ao Secretário compete:

I – elaborar a pauta de cada reunião;

II – redigir a ata de cada reunião;

III – auxiliar o presidente durante as sessões ordinárias e extraordinárias;

IV – organizar a documentação e o banco de dados do Comitê de Mortalidade, Fetal e Infantil;

Art. 10. Ao representante da Fundação Hospitalar Três Barras compete investigar o óbito referente à parte hospitalar (internação, prontuário, parto, etc).

Art. 11. Ao representante da Vigilância Epidemiológica compete realizar a investigação do óbito em um prazo máximo de 40 dias (entrevista domiciliar).

Art. 12. Aos membros do comitê compete:

I – discussão e análise dos dados;

II – elaborar propostas para redução da mortalidade fetal e infantil;

III – acompanhar a execução das medidas propostas.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras, 17 de julho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

## **DECRETO Nº. 4.536 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 4.536 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL

DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, em exercício

no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da

Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam designados nos termos da Lei Municipal nº. 2.840 de, 13 de Julho de 2009, os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como de acordo com o disposto no § 1º. Do artigo 5º. Do mesmo disposto legal.

Presidente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

- DANIEL DA CRUZ – Secretário de Habitação.

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1 – Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Titular : Alan José Alves Lisboa

Suplente: Rodrigo Suitck Zaleuski

2 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Titular : Mauricio de Souza Dobrochinski

Suplente: Cléia da Silveira Xavier

3 – Secretaria de Viação e Obras

Titular : Charles Kautcz

Suplente: Luis Roberto Corrêa

4 - Secretaria da Saúde

Titular : Siomara Mühlmann Corrêa

Suplente: Marcio Adélio Eble

5 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Titular : Marcos Aurélio Budant

- fls 02 - Decreto nº. 4.536/2015 –

Suplente: Paulo Roberto Scherer

II – REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

1 – Conselho Comunitário São Cristóvão.

Titular : João Maria Moreira  
Suplente: Jacson Hatsbach

2 – Associação de Moradores Bairro Bom Jesus.

Titular : Ari Soares de Lima  
Suplente: Daniel Sander de Lara

3 – Clube dos Diretores Lojistas – CDL.

Titular : Marilda Aparecida da Silveira Denk  
Suplente: Eric Roberto Sudoski

4 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular : Simone Damazo de Sant'Ana  
Suplente: Patrícia Maciel Guebert

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de Setembro de 2015  
ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº 401 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 401 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor da Comunicação Interna nº 191/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária da servidora AMABILE CAROLINE KRULL CALADO, matrícula 652318-1, ocupante do cargo de Professor, de 30 (trinta) para 20 (vinte) horas semanais, a contar de 01.09.2015;

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade para o ano de 2015, cessando em caso de necessidade do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 31 de setembro de 2015.  
ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **PORTARIA Nº 402 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 402 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº 581/2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento ao servidor EMERSON HENRIQUE ROSCAMP, matrícula 146706-1, ocupante do cargo de condutor, que, em função da conclusão de curso de graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de setembro de 2015;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 21 de setembro de 2015.  
ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **PORTARIA Nº 403 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 403 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº 515/2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora MARINA TOGAMI SELEME, matrícula 160296-1, ocupante do cargo de médico clínico, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 21 de setembro de 2015.  
ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor



**PORTARIA Nº 404 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 404 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 4.518 de 17 de julho de 2015 que criou o Comitê de Mortalidade Materno, Fetal e Infantil, para atender a rede municipal de vigilância aos óbitos materno, fetal e infantil;

RESOLVE :

Art. 1º. Nomear os seguintes membros do Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Fetal e Infantil sob a coordenação da Secretaria de Saúde do Município:

§ 1º. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

I - Representante da Coordenação da Atenção Básica – Enfermeira: Marina Nunes Guimarães Dubiel;

II - Representante da Vigilância Epidemiológica – Enfermeira: Lilian Daniele Adur Wogeinaki;

III - Representante do Sistema SIM – Sistema de Informação de Mortalidade – Renilce Corrêa Palhano Adriano de Oliveira;

IV - Representante do NASF – Núcleo de atenção a Saúde da Família – Dra. Fernanda Monique Rosa – Pediatra.

§ 2º. Representante da Fundação Hospitalar de Três Barras: Representante de Enfermagem – Enfermeira: Luciane Tizzato Weinfurter.

§ 3º Representante da Rede Cegonha: Representante do SISPRE-NATAL: Daiane Sobczack da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., 21 de setembro de 2015.  
ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal de Três Barras em exercício.

**PORTARIA Nº. 394 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 394 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a senhora SAMIA EL-KOUBA VEIGA JAREMTCHUK, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, concursada através do Concurso Público de 2004, nomeada em 05 de abril de 2004 conforme portaria 146 de 05/04/2004, cargo de ASSISTENTE SOCIAL carga horária 200:00 horas mês, lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 395 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 395 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º.- Conceder o retorno da licença sem vencimento a pedido da Sra NILCELIA CRISTINA TRISNOSKI TODT – Matrícula Nº 142123-1, para tratar de assuntos particulares, conforme art. 73, § VI e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009, concedida através da portaria nº. 23/2012 ocupante do cargo de ASSISTENTE PEDAGOGICO, a contar do dia 14/09/2015.

Art. 2º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 396 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 396 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a senhora NILCELIA CRISTINA TRISNOSKI TODT, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, concursada através do Concurso Público 001/2008, Cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprido-as nas dependências do CMEI MEU CANTINHO - ACT, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 397 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 397 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR [a pedido] o senhor JUCIMAR MILESKI BUENO, do

quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de AUX SERVICOS GERAIS carga horária de 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Intendência Distrital. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 398 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 398 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora KELIN ROSIANE CORNELSEN IMIANO-VSKI, cargo PROFESSOR, do quadro de funcionários temporários desta Prefeitura Municipal, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, mais 60 (sessenta) dias para amamentação, totalizando 180 (cento e oitenta) dias. A contar de 17/09/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 399 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 399 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora ELOA VEIGA, cargo TECNICO EM ENFERMAGEM, 200:00 mês, do quadro de funcionário EFETIVO desta Prefeitura Municipal, 92 (noventa e dois) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 03/09/2015, e encaminhado ao INSS no dia 17/09/2015. Observação:

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 405 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA Nº. 405 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Considerando o alerta emitido quando da geração do 2º Bimestre/2015 dos dados referente ao Sistema E-Esfing do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de realização de ato administrativo para a contratação da servidora;

Considerando a necessidade de inserção deste ato, mesmo com data retroativa, junto ao Cadastro dos Servidores no Sistema IPM (Recursos Humanos);

CONTRATAR, a Senhorita BRUNA APARECIDA CARLOS DE MARIA, para exercer suas funções no cargo de PROFESSORA – 150:00 horas mensais – aprovada em 8º lugar do Processo Seletivo caráter temporário 005/2014, conforme o decreto 4.466 de 05/02/2015, cumprindo as nas dependências do CMEI VERA LUCIA KARVAT DUMAS. Lotada na Secretaria de Educação Cultura e Esportes deste município. A contar de 20 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 406 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA Nº. 406 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Considerando o alerta emitido quando da geração do 2º Bimestre/2015 dos dados referente ao Sistema E-Esfing do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de realização de ato administrativo para a nomeação do servidor;

Considerando a necessidade de inserção deste ato, mesmo com data retroativa, junto ao Cadastro dos Servidores no Sistema IPM (Recursos Humanos);

NOMEAR, o Senhor GERSON DA SILVA OLCHA, para exercer suas funções no cargo de DIRETOR – PC 06, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura. Lotada na Secretaria de Administração e Planejamento deste município. A contar de 06 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor



**PORTARIA Nº. 407 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 407 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONCEDER, a servidora JACIANE APARECIDA DOS SANTOS PACHECO, cargo PROFESSOR, do quadro de funcionários temporários desta Prefeitura Municipal, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, mais 60 (sessenta) dias para amamentação, totalizando 180 (cento e oitenta) dias. A contar de 21/09/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 408 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 408 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONCEDER, a Servidora EDLEUDA DE ALMEIDA BARBOSA DA SILVA, cargo AUX. SERVIÇOS GERAIS, 200:00 mês, do quadro de funcionário EFETIVO desta Prefeitura Municipal, 42 (quarenta e dois) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 04/09/2015, e encaminhado ao INSS no dia 19/09/2015. Observação: atestado apresentado no dia de 23/09/2015 no setor de RH.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 409 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 409 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, [a pedido], a senhorita AMABILE CAROLINE KRULL CALADO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, aprovada através do Processo Seletivo caráter temporário, segundo decreto 4.466 de 05 de fevereiro de 2015, no cargo de PROFESSORA carga horária 100:00 horas mês, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos

a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 410 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 410 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, [a pedido], a senhora AMARILDA DE JESUS LOPES BLANCK, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, aprovada através do Processo Seletivo caráter temporário, segundo decreto 4.466 de 05 de fevereiro de 2015, no cargo de PROFESSORA carga horária 100:00 horas mês, classificada em 72º lugar. lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 411 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 411 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

EXONERAR, [a pedido], o senhor ALISSON COSTA WALKOFF, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 413 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 413 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhorita ANA CAROLINA NAYZER, para exercer suas funções no cargo de SUB DIRETOR – PC 07, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 415 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 415 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º.- Conceder o retorno ao servidor ENEAS DIAS LEITE – Matrícula Nº 123536-1 da licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, conforme art. 73, § VI e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009, concedida através da portaria nº. 393/2014, ocupante do cargo de CONDUTOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, a contar do dia 01/10/2015.

Art. 2º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 416 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA Nº. 416 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias da Servidora WANDA CASEMIRA BECKERT, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO do quadro de pessoal Efetivo desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 22/02/2014 a 21/02/2015, cujo gozo teve início 08/09/2015.

O saldo de férias devido a Servidora totaliza em 08 (oito) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de setembro de 2015.

Observação: a C.I. solicitando a suspensão só chegou ao Setor de RH no dia 01 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 417 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 417 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º.- Conceder o retorno a servidora CARLA ROBERTA LUDKA MOTA – Matrícula Nº 154962-0 da licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, conforme art. 73, § VI e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009, concedida através da portaria nº. 012/2015, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, a contar do dia 01/10/2015.

Art. 2º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 418 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 418 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor ALISSON COSTA WALKOFF, para exercer suas funções no cargo de SUB DIRETOR – PC 07, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**RESOLUÇÃO Nº 010/2015****RESOLUÇÃO Nº 010/2015**

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar durante o processo de escolha unificado no Município de Três Barras/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela Lei Municipal nº 1.608/93 e,

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente não descreve o que caracteriza a idoneidade moral, inclusive no período do pleito eleitoral, gerando interpretações subjetivas que causam insegurança jurídica ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal, terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local, a ser realizada pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha.

RESOLVE:

Capítulo I

DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 1º Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno

valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º A incidência em alguma das condutas apontadas no art. 1º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo II

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

### Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os municípios e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras/SC, 25 de setembro de 2015.  
Marly Veiga  
Presidente do CMDCA

## RESOLUÇÃO Nº 011/2015

RESOLUÇÃO Nº 011/2015

ELENCA OS TRABALHADORES QUE AUXILIARÃO NA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR NO DIA 04/10.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a deliberação da reunião extraordinária do dia 25 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO as orientações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina CEDCA/SC;

RESOLVE:

Art. 1º. Divulgar a lista dos mesários e demais pessoas que auxiliarão como suporte na Eleição Unificada do Conselho Tutelar no dia 04/10/2015, conforme lista a seguir:

I – Escola de Educação Básica Guita Federmann:

- a) Lilian L. C. Celestino (Presidente);
- b) Wanda Casemira Beckert (Mesária);
- c) Marcia Regina V. Gauloski; (Mesária);
- d) Marilze J. Beckert (Fiscal);

II – Escola Básica João Pacheco de Miranda Lima;

- a) Joelma Veiga (Presidente);
- b) Silvano Silvero da Silva (Mesário);
- c) Elaine C. M. Scheuer (Mesário);
- d) Vicente Celestino Bica (Fiscal);

III – Escola de Educação Básica Francisco Rocha:

- a) Fernanda Biar (Presidente);
- b) Andriezi Jaworski (Mesário);
- c) Eliane Hack Basílio (Mesária);
- d) Hercilio Figueiredo (Fiscal);

IV – Delegados da Comissão Eleitoral:

- a) Antonio Augusto Martins Weinfurter;
  - b) Sumaia El-Louba Miguel;
- V – Suporte aos Delegados:

- a) Marly Veiga;
- b) Ana Claudia da Silveira Quege;
- c) Rodrigo Suitck Zaleuski;
- d) Lucimara A. R. P. Cortellini
- e) Diego Marques Florindo
- f) Aristides Kaczorowski
- g) William de Lima

V – Câmara de Vereadores (Local da Apuração);

- a) Clailson Trapp; (Urna Guita)
- b) Lilian L. C. Celestino (Urna Guita)
- c) Mona Uba Denk (Urna CAIC)
- d) Joelma Veiga (Urna Caic)
- e) Fernanda Biar (Urna Rocha)
- f) Marly Veiga (Urna Rocha);

VI - Comissão Eleitoral Especial:

- a) Sumaia El-Kouba Miguel;
- b) Anatonio Augusto Martins Weinfurter
- c) Vicente Celestino Bica
- d) Mona Uba Dequêch Denk

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras, 25 de setembro de 2015.  
Marly Veiga  
Presidente do CMDCA

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO LOA/2016** EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVOCA a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, objetivando colher sugestões para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2016, a ser realizada no dia 09 de outubro de 2015, às 16:00 horas, tendo como local a Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Rua da Matriz, centro, na sede do município de Tunápolis – SC. Tunápolis – SC, 05 de outubro de 2015.

Enói Scherer

Prefeito Municipal



# Videira

## PREFEITURA

### 3º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2015 – CMDCA

3º Termo de retificação do Edital nº 02/2015 – CMDCA para escolha dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução Conanda nº 170/2014, e pela Lei Municipal nº 1524/14, parecer da comissão eleitoral do CMDCA, torna público a retificação do edital conforme segue:

1 – Fica alterado o item 11 que passa a ter a seguinte redação

#### 11. Da Apuração

11.1 A apuração dar-se-á no Ginásio de Esportes da Escola Paulo Fioravante Penso, bairro II Pinheiros, com a presença do representante do Ministério Público, da Comissão Eleitoral e dos Candidatos.

Alvair Lirio Barzotto  
Presidente CMDCA

### ADITIVO Nº 105/2015 - PMV

Aditivo nº 105/2015

Contrato/Ata nº: CT 233/2013

Licitação: PR 54/2013- FMS

Contratada: CLÍNICA CATARINENSE DE SAÚDE INTEGRADA SS LTDA – ME

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, com efeitos a partir de 16 de outubro de 2015 até 15 de maio de 2016 e reajustar o valor mensal conforme o índice do IGP-M (FGV) acumulado do período setembro/2014 a agosto/2015 em 7,55379%.

Valor mensal: R\$ 3.563,61

Valor Total: R\$ 24.945,27

Data: 02/10/2015.

**ATA Nº 203**01  
02  
03  
04  
05  
06  
07  
08  
09  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41

ATA – 203–Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller 288 (duzentos e oitenta e oito), bairro Alvorada, cidade de Videira, Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em reunião ordinária para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta. 1) Pagamento de férias dos Conselheiros Tutelares, 2) Resposta do Jurídico – Pagamento Lairton Bólico 3) Convocação dos membros do CMDCA- Eleições Unificadas, 4) Apresentação da Resposta do Conselheiro – Eduardo, 5) Divulgação da Campanha Eleitoral, 6) Assuntos Gerais. O Presidente do CMDCA, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Alvaír Lirio Barzotto deu início aos trabalhos da tarde cumprimentando todos os membros do Conselho, e prosseguiu falando sobre o convite enviado ao CMDCA direcionado aos conselheiros de direitos e ao conselho tutelar convidando-os para o evento que se realizará no próximo mês em Chapecó, no referido encontro será discutido o tema “Construindo Democraticamente o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente” após explanação ficou acordado que será verificada a possibilidade dos membros do conselho participar do evento. O Presidente do CMDCA Sr. Alvaír explicou aos membros do conselho que conforme solicitado em reunião anterior os conselheiros tutelares apresentaram a escala de férias, porém o pagamento das mesmas já foi realizado no início do ano, restando aos conselheiros tutelares o direito ao gozo das férias. O Sr. Alvaír informou aos conselheiros que diante do exposto, o CMDCA fica impossibilitado de seguir com o procedimento do edital de convocação da Sra. Juliana Rostiro classificada em 04º lugar no processo eleitoral suplementar, para assumir o cargo de conselheira tutelar no período das férias dos conselheiros tutelares, sendo assim necessário a revogação do edital de convocação já publicado, os membros do CMDCA deferiram favorável a revogação do edital de convocação. Relatou também que os conselheiros tutelares enviaram ofício ao CMDCA informando o horário de trabalho na Expo Videira, os membros do conselho de direitos foram unânimes em aprovar a compensação de horas trabalhadas pelos conselheiros tutelares na Expo Videira, ficando acertado que os conselheiros tutelares apresentarão a escala de folgas ao CMDCA. Quanto ao segundo item de pauta o Sr. Alvaír fez a leitura do parecer jurídico enviado ao CMDCA, o qual conclui que a decisão fica a critério do presidente do CMDCA, e esclareceu que a decisão, por ser importante, devia ser colocada em votação na reunião plenária. O presidente do CMDCA esclareceu aos presentes que a lei municipal 3.215/2015 prevê que os membros do conselho tutelar não podem se ausentar da sede do conselho salvo em diligências e ainda tem a obrigação de ser assíduos e pontuais, fez menção o regimento interno do conselho tutelar que diz que as folgas não podem ser acumuladas, portanto o Sr. Lairton Bólico Joaquim não poderia ter se ausentado do conselho tutelar, mesmo com a aprovação do colegiado do conselho tutelar e que o CMDCA deveria ter sido comunicado oficialmente. Os membros do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente após ouvir relato do interessado, (no caso o conselheiro tutelar Sr. Lairton José Bólico Joaquim), e apreciar o parecer jurídico, resolveram que a explicação apresentada foi suficiente. Colocado em votação, foi aprovado por maioria de votos o pagamento dos dias que foram descontados anteriormente do Sr. Lairton José Bólico Joaquim. O Sr. Fernando Farias explicou sua posição contrária ao pagamento, a Sra. Rosenir Corso votou contra e o presidente do CMDCA Sr. Alvaír foi contrário ao pagamento e solicitou para sua decisão constar em ata por ferir a lei municipal 3215/15 e o Regimento Interno do próprio Conselho Tutelar. Em seguida o Presidente Sr. Alvaír fez a leitura do ofício encaminhado pelo conselheiro tutelar Sr. Eduardo Sporr como resposta a denúncia do disque 100 apresentada na reunião anterior, após apreciação dos documentos e da justificativa apresentada aos membros do conselho de direitos optou-se pelo arquivamento do processo, segundo relato do conselheiro tutelar, Sr. Eduardo, o menor envolvido nas denúncias está sendo acompanhado pelo CREAS. Foi realizada a leitura da ata 202, onde o Sr. Eduardo solicitou a secretaria executiva deste conselho para que realize a alteração na ata no item que descreve a denúncia do disque 100, onde se refere que a denúncia foi encaminhada ao conselho tutelar e não ao conselheiro tutelar, sugeriu também que a partir do recebimento de denúncias, o CMDCA comunique ao conselho tutelar imediatamente para manter a integridade física dos conselheiros tutelares. O Sr. Alvaír fez a convocação dos membros do conselho de direitos para fiscalizar o pleito eleitoral no próximo dia 04 de outubro de 2015, solicitou também auxílio aos conselheiros de direitos para divulgação e fiscalização da campanha eleitoral dos candidatos ao cargo de conselheiro tutelar, ficou definido que o Presidente do CMDCA juntamente com o Sr. Fernando Farias irá no rádio para promover a eleição, bem como os locais de votação e demais esclarecimentos referentes ao processo eleitoral. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Senhor Alvaír Lirio Barzotto, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes, conforme o livro de assinaturas.

**DECRETO Nº 12.395/15**

DECRETO Nº 12.395/15, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia Médico Ginecologista Obstetra

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ELIZABETH VIECELI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista Obstetra, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração



**DECRETO Nº 12.397/15**

DECRETO Nº 12.397/15, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.281/15, de 1º de outubro de 2015,

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.520.160,00 (um milhão, quinhentos e vinte mil e cento e sessenta reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
2.053 – Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	220.160,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0026 – Aplicações Diretas	1.300.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>1.520.160,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.398/15**

DECRETO Nº 12.398/15, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

01 – Gabinete do Prefeito	
02 – Assessoria de Imprensa	
2.004 – Manutenção da Assessoria de Imprensa	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	85.000,00
03 – Secretaria Municipal de Administração	
03 – Segurança Pública	
2.023 – Convênio Polícia Militar	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0154 – Aplicações Diretas	30.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>115.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.399/15**

DECRETO Nº 12.399/15, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Anula o Decreto nº 12.098/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16408/2015;

Considerando o disposto no Parecer Jurídico nº 391/2015, bem como na Decisão contida no Processo Administrativo nº 16408/2015,

**RESOLVE**

Art. 1º Anular o Decreto nº 12.098/15, que nomeia SANDRA URBANO DOS SANTOS, para o emprego público de Enfermeiro - ESF.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

AlvairLirioBarzotto, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3215/15, leva ao conhecimento de todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem;

CONSIDERANDO que a Sr.Lairton José BólicoJoaquim aprovado em 3º lugar no processo eleitoral suplementar do Conselho Tutelar renunciou seu cargo, no dia 24 de setembro de 2015, vem convocar Sra. Juliana Rostirola, tendo em vista sua aprovação em 4º lugar, no processo eleitoral suplementar para o cargo de Conselheiro Tutelar, para assumir como Conselheira Tutelar, comprometendo-se a desempenhar suas funções com zelo e responsabilidade.

CONSIDERANDO, que o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente em reunião ordinária no dia vinte e três de setembro de dois mil e quinze, reuniram-se e deliberou seuparecer favorável

à revogação do edital de convocação já publicado, conforme Ata 203 do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, haja vista que a Sra. Juliana Rostirola havia sido convocada para assumir como Conselheira no período de férias dos Conselheiros Tutelares, sendo assim revoga-se o Edital de convocação anterior. O presente será publicado no Diário Oficial do Município de Videira.

Videira, 23 de setembro de 2015.

Alvair Lirio Barzotto  
Presidente do CMDCA

KATIANII GUARACI DE MORAIS  
Presidente do CMDCA

### LEI Nº 3.281/15

LEI Nº 3.281/15, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.520.160,00 (um milhão, quinhentos e vinte mil e cento e sessenta reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
2.053 – Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	220.160,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0026 – Aplicações Diretas	1.300.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	1.520.160,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### PORTARIA Nº 0699/15

PORTARIA nº 0699/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

### RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, Analista de Nível Superior, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 22 de março de 2014 até 22 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 22 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### PORTARIA Nº 0709/15

PORTARIA nº 0709/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

### RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MARCELO CAPPARELLI ANDRADE, Auxiliar de Enfermagem, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2014 até 1º de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### PORTARIA Nº 0716/15

PORTARIA nº 0716/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Mem 114/15, do Departamento Pessoal;

### RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora FRANCIELI APARECIDA VIZZOLI, Assistente Social, a partir do

dia 23 de setembro de 2015 até 20 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2015.

Videira, 29 de setembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0719/15**

PORTARIA nº 0719/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.536/2015;

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, por Carboni Veículos LTDA, nos dias 23 e 24 de outubro de 2015, a fim de realizar o evento LOVE DRIVE PREMIADO, afim de demonstração de produtos da linha Fiat.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- f. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- g. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 0598/15.

Videira, 1º de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0720/15**

PORTARIA nº 0720/15

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, bem como no Processo Administrativo nº 16.712/2015,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar a disponibilização e empréstimo a Paróquia Imaculada Conceição de Videira, de 06 (seis) módulos de Passarela dentro do Ginásio do Colégio Imaculada Conceição no dia 04 de outubro de 2015 para realização da 2ª Caminhada Vocacional pela Paz.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a) É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b) A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c) Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d) Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, visitar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0721/15**

PORTARIA nº 0721/15

Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.839/2015,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Parque da Uva, no dia 03 de outubro de 2015, no período das 13:00hs às 18:00hs, pelo FIESC, neste ato representado pela sua Coordenadora de Núcleo Regional, Marcia Aparecida Koehler dos Santos, para a estruturação de uma tenda e realização de caminhada com os colaboradores do Sistema FIESC.

§1º Em caso de ocorrência de intempéries do tempo na data supracitada, fica autorizada a disponibilidade do espaço para realização do evento no dia 17 de outubro de 2015.

§2º Em caso de ocorrência de intempéries do tempo na data de 17 de outubro do corrente ano, fica autorizada a disponibilidade do espaço para realização do evento no dia 24 de outubro de 2015.

§3º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§4º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 - FME**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 – FME

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 04/2015 - FME. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL ESPORTIVO PARA OS TREINAMENTOS DAS MODALIDADES E ESCOLHINHAS MANTIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 22/10/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/ 9034.

Videira/SC, 02 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2015

#### RESULTADO FINAL PARA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classificação	Nota	Nº Inscrição	Nome
1º	4,0	001	Vania Schmoeller

Obs.: Vania Marise dos Santos Tavares - FALTOU

#### RESULTADO FINAL PARA FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Classificação	Nota	Nº Inscrição	Nome
1º	6,0	003	José da Cruz
2º	5,5	002	Mario Domingos de Souza Almeida

Vitor Meireles, 02 de Outubro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 0939****LEI Nº 0939, de 30 de setembro de 2015.**

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.



## CAPÍTULO II

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2016 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2014-2017.

Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2016, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da lei orçamentária anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## CAPÍTULO III

### A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta



em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006 e 245/2007 e seus anexos e demais alterações.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

consórcios públicos, será programada a fim de atender as despesas com saúde realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMAVI e outros que por ventura o município venha a ingressar.

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 – Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 – Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Texto da Lei

II – Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

III – anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e

a sua natureza financeira (F) ou Primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e

b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Parágrafo único. O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações, admitido o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido nesta Lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

V - quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2012, 2013 e 2014;

VI – Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e

montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações Autarquias e seus Fundos.

Art. 10. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da unidade gestora, e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no artigo 7º desta Lei (QDD).

§1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a Servidor.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos

montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de Obras e Serviços Públicos e Agricultura;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de a reserva de contingência, não superiores a 0,20% (zero virgula vinte por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício, e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação “00” - ordinários do orçamento fiscal.

Parágrafo Único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 22. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário – financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida orçada para o Exercício.

Art. 23. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 24. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino.



Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de

Art. 25. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 26. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 27. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta Lei.

Art. 28. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único: Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o “caput” do presente artigo.

Art. 29. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação,

excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 31. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 32. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 34. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de no mínimo 50% dos servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

Art. 37. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 39. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexequíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 40. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 45. Os vínculos de recursos da receita e despesas poderão ser readequados na elaboração da Lei Orçamentária Anual, para a compatibilização com as tabelas divulgadas pelos órgãos de normatização, controle e fiscalização, desde que mantido os valores previstos para cada ação.

Art. 46. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 30 de setembro de 2015.

**LOURIVAL LUNELLI**  
***Prefeito Municipal***

**ORGÃO:** 1 - CAMARA DE VEREADORES  
**UNIDADE:** 1 - CAMARA DE VEREADORES  
**FUNÇÃO:** 1 - LEGISLATIVA  
**SUBFUNÇÃO:** 31 - ACAO LEGISLATIVA  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0001 - PROCESSO LEGISLATIVO**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**DIAGNÓSTICO:**  
O Legislativo Municipal, composto de nove vereadores, funciona em sede própria, com autonomia financeira, com apoio de quatro servidores  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
Dar cumprimento às funções do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2001	MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO.	MANUTENCAO	Ano	1,0000	606.000,00	10000 Recursos Ordinários
		TOTAL DO PROGRAMA		0001	606.000,00	

**ORGÃO:** 2 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
**UNIDADE:** 1 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
**FUNÇÃO:** 4 - ADMINISTRACAO  
**SUBFUNÇÃO:** 122 - ADMINISTRACAO GERAL  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**


**DIAGNÓSTICO:**  
O Gabinete do Prefeito Municipal é o órgão responsável pela coordenação do Poder Executivo. Tem como assessoria direta um chefe de gabinete. O gabinete do Prefeito possui um veículo próprio para deslocamento de pessoal  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	MANUTENCAO	Ano	1,0000	385.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA					385.000,00	



**ORGÃO:** 2 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
**UNIDADE:** 1 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
**FUNÇÃO:** 6 - SEGURANÇA PÚBLICA  
**SUBFUNÇÃO:** 182 - DEFESA CIVIL  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0019 - DEFESA CIVIL MUNICIPAL**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**DIAGNÓSTICO:**  
O Município criou a COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
Coordenar a nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1002	OBRAS DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	OBRA	UN	1,0000	5.000,00	10000 Recursos Ordinários
2031	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	MANUTENCAO	Ano	1,0000	1.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA 0019					6.000,00	



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 4 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 2 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
**UNIDADE:** 1 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
**FUNÇÃO:** 8 - ASSISTENCIA SOCIAL  
**SUBFUNÇÃO:** 243 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0008 - MENOR ASSISTIDO**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**

**DIAGNÓSTICO:**  
O Município possui Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, sobre a gestão do Chefe do Executivo, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar.  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
Elaboração de Plano de Assistência aos menores de forma a mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrindo suas potencialidades, envolvendo o Município, os Conselhos e as Famílias.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2012	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MANUTENCAO	UN	1,0000	90.000,00	10000 Recursos Ordinários
		TOTAL DO PROGRAMA		0008	90.000,00	

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 5 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**FUNÇÃO:** 4 - ADMINISTRACAO**SUBFUNÇÃO:** 122 - ADMINISTRACAO GERAL**PROGRAMA DE GOVERNO:****0004 - ENCARGOS ESPECIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo corrente, como amortização do principal e encargos da dívida, pagamento de inativos e contribuição ao PASEP

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
4	SENTENÇAS JUDICIAIS	CONTRATO	UN	1,0000	84.700,00	10005 Recursos Ordinários - Precatório
		TOTAL DO PROGRAMA		0004	84.700,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

Página 6 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**  
**Programas Detalhados**  
**Ano LDO: 2016 Versão: 1**



**ORGÃO:** 3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

**FUNÇÃO:** 4 - ADMINISTRACAO

**SUBFUNÇÃO:** 122 - ADMINISTRACAO GERAL

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0005 - FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO**

**GERENTE DO PROGRAMA:**

**DIAGNÓSTICO:**

O Município é associado à Associação Microrregional de Município - AMAVI, à Federação Catarinense dos Municípios - FECAM, e à Confederação Nacional dos Municípios - CNM, entidades municipalistas que prestam assessoria técnica ao município e defendem os interesses do Município

**CANCELAMENTO:**

**OBJETIVOS:**


Dispor de assessoria técnica e fortalecer o movimento municipalista regional, estadual e nacional

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
	CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTA					
2005		MANUTENCAO	Ano	1,0000	126.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA				0005	126.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 7 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

ORGÃO: 3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

FUNÇÃO: 4 - ADMINISTRACAO

SUBFUNÇÃO: 123 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA

PROGRAMA DE GOVERNO:

0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Este programa é executado pela estrutura do setor de recursos humanos, setor de contabilidade, pelo setor do patrimônio público municipal, setor de tributação, setor de controle interno.

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Manter os registros contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais, controle dos atos de pessoal, licitações e compras diretas, tributação e serviços gerais de administração, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2003	MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS	MANUTENCAO	Ano	1,0000	917.500,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA					917.500,00	


**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

 Página 8 de 35  
 Impresso em: 02/out/2015  
 As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

**FUNÇÃO:** 4 - ADMINISTRACAO

**SUBFUNÇÃO:** 123 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA

**PROGRAMA DE GOVERNO:**
**0004 - ENCARGOS ESPECIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

**DIAGNÓSTICO:**

Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo corrente, como amortização do principal e encargos da dívida, pagamento de inativos e contribuição ao PASEP

**CANCELAMENTO:**
**OBJETIVOS:**

Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
3	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	MANUTENCAO	Ano	1,0000	202.000,00	10000 Recursos Ordinários
		<b>TOTAL DO PROGRAMA</b>		<b>0004</b>	<b>202.000,00</b>	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 9 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**FUNÇÃO:** 6 - SEGURANCA PUBLICA**SUBFUNÇÃO:** 181 - POLICIAMENTO**PROGRAMA DE GOVERNO:****0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

Este programa é executado pela estrutura do setor de recursos humanos, setor de contabilidade, pelo setor do patrimônio público municipal, setor de tributação, setor de controle interno.

**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**

Manter os registros contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais, controle dos atos de pessoal, licitações e compras diretas, tributação e serviços gerais de administração, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões


AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2004	MANUTENCAO DA SEGURANCA PUBLICA	MANUTENCAO	Ano	1,0000	26.000,00 20.000,00 10.075,00 10.075,00 10.850,00	10000 Recursos Ordinários 10002 Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros 11000 Convênio de Trânsito - Militar 11100 Convênio de Trânsito - Civil 11200 Convênio de Trânsito Prefeitura
		TOTAL DO PROGRAMA		0003	77.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento





MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 10 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
**FUNÇÃO:** 24 - COMUNICACOES  
**SUBFUNÇÃO:** 722 - TELECOMUNICACOES  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0012 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**DIAGNÓSTICO:**  
Os Sinais de TV da Programação de Santa Catarina só chega aos lares através de repetidoras de sinais instaladas em pontos estratégicos do Município  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
Permitir que a população de Vitor Meireles tenha acesso às informações Regionais através dos telejornais e difusão de sinais de celular

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2030	MANUT. E AMPLIAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	MANUTENCAO	Ano	1,0000	20.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA					20.000,00	
0012						

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 11 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**FUNÇÃO:** 28 - ENCARGOS ESPECIAIS**SUBFUNÇÃO:** 843 - SERVICO DA DIVIDA INTERNA**PROGRAMA DE GOVERNO:****0004 - ENCARGOS ESPECIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo corrente, como amortização do principal e encargos da dívida, pagamento de inativos e contribuição ao PASEP

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1	AMORTIZACAO DO PRINCIPAL E ENCARGOS DA DIVIDA	MANUTENCAO	Ano	1,0000	253.214,50 53.785,50	10000 Recursos Ordinários 10100 Receitas de Impostos - Educação
TOTAL DO PROGRAMA				0004	307.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 12 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**FUNÇÃO:** 28 - ENCARGOS ESPECIAIS**SUBFUNÇÃO:** 845 - TRANSFERENCIAS**PROGRAMA DE GOVERNO:****0004 - ENCARGOS ESPECIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

**DIAGNÓSTICO:**

Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo corrente, como amortização do principal e encargos da dívida, pagamento de inativos e contribuição ao PASEP

**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**


Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2	CONTRIBUICAO AO PASEP	MANUTENCAO	Ano	1,0000	120.000,00	10000 Recursos Ordinários
		TOTAL DO PROGRAMA	0004		120.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 13 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

ORGÃO: 4 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE

UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE

FUNÇÃO: 18 - GESTAO AMBIENTAL

SUBFUNÇÃO: 541 - PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL

PROGRAMA DE GOVERNO:

0006 - PRODUTOR RURAL ASSISTIDO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município possui cerca de 1.100 pequenas propriedades rurais, com a atividade baseada na agricultura familiar

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:


Assistência técnica e com equipamentos aos pequenos produtores rurais, aquisição de novos equipamentos, realização de eventos, construção de agroindústrias e apoio ao Associativismo e Diversificação de Culturas

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2009	RECUPERACAO E CONCIENTIZACAO AMBIENTAL	MANUTENCAO	Ano	1,0000	10.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA					0006	10.000,00

Planejamento

Atende.Net

IPM Informática Pública Municipal



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 14 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

ORGÃO: 4 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE

UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE

FUNÇÃO: 20 - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: 606 - EXTENSÃO RURAL

PROGRAMA DE GOVERNO:

0006 - PRODUTOR RURAL ASSISTIDO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:


O Município possui cerca de 1.100 pequenas propriedades rurais, com a atividade baseada na agricultura familiar

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Assistência técnica e com equipamentos aos pequenos produtores rurais, aquisição de novos equipamentos, realização de eventos, construção de agroindústrias e apoio ao Associativismo e Diversificação de Culturas

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1001	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR	BEM	UN	2,0000	5.000,00	10000 Recursos Ordinários
2006	MANUTENCAO DA SEC. DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIENTE	MANUTENCAO	Ano	1,0000	100.000,00	13454 Transf. de Convênios da União Outros
2007	APOIO AO ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E DIV. DE	MANUTENCAO	Ano	1,0000	545.000,00	10000 Recursos Ordinários
2008	RECUPERACAO DO SOLO	MANUTENCAO	Ano	1,0000	20.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA 0006					705.000,00	10006 Recursos Ordinários - Agricultura



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 15 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

ORGÃO: 5 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO

UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO

FUNÇÃO: 4 - ADMINISTRACAO

SUBFUNÇÃO: 121 - PLANEJAMENTO E ORCAMENTO

PROGRAMA DE GOVERNO:

0018 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:


O Município possui um Plano Diretor, está em fase de elaboração o Plano de Saneamento Básico, não possui Fiscal de Obras e Tributos

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Planejar as ações de Governo, elaborar projetos e acompanhar sua execução, Plano Diretor e Políticas de Saneamento Básico, incentivar a Indústria e Comércio para Geração de Emprego e Renda,

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2029	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE	MANUTENCAO	Ano	1,0000	210.000,00	10000 Recursos Ordinários
		TOTAL DO PROGRAMA		0018	210.000,00	



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 16 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

ORGÃO: 5 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO

UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO

FUNÇÃO: 17 - SANEAMENTO

SUBFUNÇÃO: 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO

PROGRAMA DE GOVERNO:

0017 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município possui uma área de 12 km2, 360 construções no perímetro urbano e 15 km de vias urbanas


CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Oferecer segurança aos usuários noturnos das vias urbanas e das áreas de lazer, prevenir doenças, manter a cidade limpa e melhorar as áreas de lazer

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2039	SANEAMENTO BASICO	MANUTENCAO	Ano	1,0000	5.000,00	10000 Recursos Ordinários
		TOTAL DO PROGRAMA		0017	5.000,00	





MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 17 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

ORGÃO: 6 - SECRETARIA DE EDUCACAO

UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE EDUCACAO

FUNÇÃO: 12 - EDUCACAO

SUBFUNÇÃO: 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO

PROGRAMA DE GOVERNO:

0010 - EDUCACAO DE QUALIDADE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município possui 05 Unidades Escolares na Rede Municipal que atende Ensino Fundamental (Educação Infantil e Anos Iniciais) e 01 Unidade (Creche) atendendo um total de 638 alunos, estão envolvidos 41 professores, 17 serventes e 09 auxiliares de serviços gerais. O transporte escolar atende 1.191 alunos do Ensino Fundamental, Médio e EJA. A frota municipal possui 07 ônibus que percorrem 850 km diários, e 07 ônibus terceirizados

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:


Melhoria e Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental e Infantil, aquisição de equipamentos para as Escolas, melhoria das condições do Transporte Escolar, Diversificação da Merenda Escolar, Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento especializado para alunos com Dificuldade de Aprendizagem, bem como incentivar o ensino médio, técnico profissionalizante e superior

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2024	MERENDA ESCOLAR	ALUNO	UN	638,0000	60.000,00	10000 Recursos Ordinários
					15.000,00	10003 Recursos Ordinários - Convênio Empresas
					60.500,00	13701 Programa Nacional de Alimentação Escolar
TOTAL DO PROGRAMA					0010	135.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



# MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 18 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 6 - SECRETARIA DE EDUCACAO

**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE EDUCACAO

**FUNÇÃO:** 12 - EDUCACAO

**SUBFUNÇÃO:** 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0010 - EDUCACAO DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município possui 05 Unidades Escolares na Rede Municipal que atende Ensino Fundamental (Educação Infantil e Anos Iniciais) e 01 Unidade (Creche) atendendo um total de 638 alunos, estão envolvidos 41 professores, 17 serventes e 09 auxiliares de serviços gerais. O transporte escolar atende 1.191 alunos do Ensino Fundamental, Médio e EJA. A frota municipal possui 07 ônibus que percorrem 850 km diários, e 07 ônibus terceirizados

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Melhoria e Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental e Infantil, aquisição de equipamentos para as Escolas, melhoria das condições do Transporte Escolar, Diversificação da Merenda Escolar, Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento especializado para alunos com Dificuldade de Aprendizagem, bem como incentivar o ensino médio, técnico profissionalizante e superior

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1007	AMPLIACAO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENSINO FUNDAMENTAL	BEM	UN	2,0000	30.000,00	10100 Receitas de Impostos - Educação
					30.000,00	11900 Transf.FUNDEF/FUNDEF(Out.Desp. Ensino)
					150.000,00	13254 Transf. Convênios-União/Educação
					100.000,00	16255 Transf. Convênio - Estado/Educação
					15.000,00	18700 Alienação Bens Desf. Educação Básica
2022	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	MANUTENCAO	UN	410,0000	291.859,50	10100 Receitas de Impostos - Educação
					1.231.300,00	11800 Transf.FUNDEF/FUNDEF(Remu.Magistério)
					327.700,00	11900 Transf.FUNDEF/FUNDEF(Out.Desp. Ensino)
					251.200,00	13600 TSalário Educação
					10.000,00	16255 Transf. Convênio - Estado/Educação
2023	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	ALUNO	UN	1.191,0000	280.000,00	10100 Receitas de Impostos - Educação
					170.000,00	11900 Transf.FUNDEF/FUNDEF(Out.Desp. Ensino)
					50.000,00	13600 TSalário Educação
					120.500,00	13702 Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar
					290.800,00	16255 Transf. Convênio - Estado/Educação
					<b>3.348.359,50</b>	
				<b>0010</b>	<b>TOTAL DO PROGRAMA</b>	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 19 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 6 - SECRETARIA DE EDUCACAO**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE EDUCACAO**FUNÇÃO:** 12 - EDUCACAO**SUBFUNÇÃO:** 362 - ENSINO MEDIO**PROGRAMA DE GOVERNO:****0016 - APOIO AO ESTUDANTE****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

O Município possui 2 unidades escolares da rede de Ensino Médio, não possui instituições de Ensino Superior, nem cursos técnicos regulares, mas auxilia no transporte destes alunos.

**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**

Colaborar com a Profissionalização dos municípios através de cursos de Nível Médio e/ou profissionalizantes, e Superior.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2026	APOIO AO ENSINO MEDIO E CURSOS PROFISSIONALIZANTE	ALUNO	UN	262.000,00	20.000,00 80.000,00	10000 Recursos Ordinários 16255 Transf. Convênio - Estado/Educação
		TOTAL DO PROGRAMA		0016	100.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 20 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 6 - SECRETARIA DE EDUCACAO**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE EDUCACAO**FUNÇÃO:** 12 - EDUCACAO**SUBFUNÇÃO:** 364 - ENSINO SUPERIOR**PROGRAMA DE GOVERNO:****0016 - APOIO AO ESTUDANTE****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

O Município possui 2 unidades escolares da rede de Ensino Médio, não possui instituições de Ensino Superior, nem cursos técnicos regulares, mas auxilia no transporte destes alunos.

**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**

Colaborar com a Profissionalização dos municípios através de cursos de Nível Médio e/ou profissionalizantes, e Superior.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2027	APOIO AO ENSINO SUPERIOR E ESPECIALIZACOES	ALUNO	UN	60,0000	50.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA					50.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 21 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 6 - SECRETARIA DE EDUCACAO**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE EDUCACAO**FUNÇÃO:** 12 - EDUCACAO**SUBFUNÇÃO:** 365 - EDUCACAO INFANTIL**PROGRAMA DE GOVERNO:****0010 - EDUCACAO DE QUALIDADE****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

O Município possui 05 Unidades Escolares na Rede Municipal que atende Ensino Fundamental (Educação Infantil e Anos Iniciais) e 01 Unidade (Creche) atendendo um total de 638 alunos, estão envolvidos 41 professores, 17 serventes e 09 auxiliares de serviços gerais. O transporte escolar atende 1.191 alunos do Ensino Fundamental, Médio e EJA. A frota municipal possui 07 ônibus que percorrem 850 km diários, e 07 ônibus terceirizados

**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**

Melhoria e Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental e Infantil, aquisição de equipamentos para as Escolas, melhoria das condições do Transporte Escolar, Diversificação da Merenda Escolar, Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento especializado para alunos com Dificuldade de Aprendizagem, bem como incentivar o ensino médio, técnico profissionalizante e superior

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2020	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHES)	ALUNO	UN	64,0000	15.000,00 290.000,00 300.000,00 50.000,00 14.000,00	10003 Recursos Ordinários - Convênio Empresas 10100 Receitas de Impostos - Educação 11800 Transf.FUNDEF/FUNDEF(Remu.Magistério) 11900 Transf.FUNDEF/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) 13254 Transf.Convênios-União/Educação
2025	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)	ALUNO	UN	164,0000	85.000,00 200.000,00	10100 Receitas de Impostos - Educação 11800 Transf.FUNDEF/FUNDEF(Remu.Magistério)
TOTAL DO PROGRAMA 0010					<b>954.000,00</b>	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 22 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 7 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**FUNÇÃO:** 15 - URBANISMO**SUBFUNÇÃO:** 452 - SERVIÇOS URBANOS**PROGRAMA DE GOVERNO:****0017 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**O Município possui uma área de 12 km<sup>2</sup>, 360 construções no perímetro urbano e 15 km de vias urbanas**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**

Oferecer segurança aos usuários noturnos das vias urbanas e das áreas de lazer, prevenir doenças, manter a cidade limpa e melhorar as áreas de lazer

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2035	MANUTENCAO E MELHORIA DA ILUMINACAO PUBLICA	MANUTENCAO	Ano	1,0000	201.000,00	10800 Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP
2036	MANUTENCAO DA LIMPEZA PUBLICA	MANUTENCAO	Ano	1,0000	260.000,00	10000 Recursos Ordinários
2037	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	MANUTENCAO	Ano	1,0000	60.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA 0017					<b>521.000,00</b>	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 23 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 7 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**FUNÇÃO:** 26 - TRANSPORTE**SUBFUNÇÃO:** 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO**PROGRAMA DE GOVERNO:****0014 - ESTRADAS VICINAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

**DIAGNÓSTICO:**

O Município possui 5 caçambas, 2 carregadeiras, 3 retroescavadeiras, 1 trator de esteiras, 2 motoniveladoras, 2 escavadeiras hidráulicas, 1 caminhão plataforma, 1 caminhão pipa, 1 britador para atender os mais de 600 km de estradas vicinais

**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**

Permitir a escoação da produção, o transporte escolar e o acesso as propriedades a qualquer tempo.


AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	BEM	UN	1,0000	10.000,00 200.000,00 200.000,00 56.000,00	10000 Recursos Ordinários 13454 Transf. de Convênios da União Outros 16455 Transf. Convênio-Estado/Outros 18900 Alienação Bens Dest. Outros Programas
2033	MANUTENÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANUTENCAO	Ano	1,0000	1.594.140,50 10.000,00 51.000,00 30.000,00	10000 Recursos Ordinários 10700 Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE 13900 Fundo Especial de Petróleo 16455 Transf. Convênio-Estado/Outros
TOTAL DO PROGRAMA				0014	<b>2.151.140,50</b>	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento





MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 24 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 7 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
**FUNÇÃO:** 26 - TRANSPORTE  
**SUBFUNÇÃO:** 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0015 - URBANIZAÇÃO DE VIAS**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**DIAGNÓSTICO:**  
O Município possui 13,0 km de vias urbanas ainda não pavimentadas e 6,3 km de vias urbanas pavimentadas  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
Melhorar as condições de habitabilidade nas vias de maior movimento de veículos e oferecer mais segurança aos pedestres que caminham nas principais vias urbanas da cidade

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1016	PAVIMENTACAO DE RUAS	OBRA	M²	2.500,0000	5.000,00 185.000,00 20.000,00	10000 Recursos Ordinários 13454 Transf. de Convênios da União Outros 13900 Fundo Especial de Petróleo
TOTAL DO PROGRAMA			0015		210.000,00	



# MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 25 de 35  
Impresso em: 02/04/2015  
As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**UNIDADE:** 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**FUNÇÃO:** 10 - SAUDE

**SUBFUNÇÃO:** 301 - ATENCAO BASICA

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0007 - SAUDE PARA TODOS**

**GERENTE DO PROGRAMA:**

**DIAGNÓSTICO:**

O município possui um centro de saúde, dois dentistas, uma auxiliar de dentista, três médicos, três enfermeiros, um auxiliar em enfermagem, uma psicóloga, um fisioterapeuta, um farmacêutico, um fiscal em vigilância epidemiológica, um fiscal em vigilância sanitária e treze agentes comunitários de saúde

**CANCELAMENTO:**

**OBJETIVOS:**

Melhoria da unidade de saúde, implantação de mais unidades de saúde, aquisição de veículos e equipamentos, contratação de profissionais e manutenção da estrutura. Realização de medicina preventiva e melhoria nas condições de saúde da população

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1004	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM SAÚDE	BEM	UN	2,0000	10.000,00 100.000,00 140.000,00 11.600,00	10200 Receitas de Impostos - Saúde 13354 Transf. de Convênios da União Saúde 16355 Transf. de Convênios do Estado Saúde 18800 Alienação Bens Dest. Programas Saúde
2011	MANUTENCAO DO DEPTO DE SAUDE E ASSISTENCIA MEDICA-	MANUTENCAO	Ano	1,0000	1.594.500,00 200.000,00 164.000,00 291.500,00 50.000,00 200.000,00 10.000,00 120.000,00 40.400,00 22.000,00 12.000,00 40.000,00 40.000,00 30.300,00	10200 Receitas de Impostos - Saúde 13800 Transf - SUS/União 13801 Atenção Básica 13802 Gestão do SUS - ESF 13803 Gestão do SUS - SAUDE BUCAL 13804 Gestão do SUS - PACS 13806 Atenção Básica - Espec. Regionais 13807 NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal 13808 Assistência Farmacêutica Básica Federal 13809 Transf - SUS BLMAC 16700 Assistência Sist. Único - SUS/Estado 16701 Atenção Básica - Cofinanciamento Estado 16702 NASF Estadual 16708 Assistência Farmacêutica Básica - Estado
2013	AUXILIO PARA ASSOCIACAO HOSPITALAR	MANUTENCAO	Ano	1,0000	720.000,00 230.000,00	10200 Receitas de Impostos - Saúde 13809 Transf - SUS BLMAC
		<b>TOTAL DO PROGRAMA</b>		<b>0007</b>	<b>4.026.300,00</b>	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 26 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**UNIDADE:** 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**FUNÇÃO:** 10 - SAUDE**SUBFUNÇÃO:** 304 - VIGILANCIA SANITARIA**PROGRAMA DE GOVERNO:****0007 - SAUDE PARA TODOS****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

O município possui um centro de saúde, dois dentistas, uma auxiliar de dentista, três médicos, três enfermeiros, um auxiliar em enfermagem, uma psicóloga, um fisioterapeuta, um farmacêutico, um fiscal em vigilância sanitária e treze agentes comunitários de saúde

**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**


Melhoria da unidade de saúde, implantação de mais unidades de saúde, aquisição de veículos e equipamentos, contratação de profissionais e manutenção da estrutura. Realização de medicina preventiva e melhoria nas condições de saúde da população

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2014	ACOES DE VIGILANCIA EM SAUDE	MANUTENCAO	Ano	1,0000	11.800,00 3.000,00 15.600,00 30.600,00	10004 Recursos Ordinários - Alvará Sanitário 10200 Receitas de Impostos - Saúde 13815 Viglância em Saúde - Sanitaria 13816 Viglância em Saúde - Epidemiologia
TOTAL DO PROGRAMA					0007	61.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 27 de 35


Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 9 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA  
**UNIDADE:** 1 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA  
**FUNÇÃO:** 8 - ASSISTENCIA SOCIAL  
**SUBFUNÇÃO:** 243 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0008 - MENOR ASSISTIDO**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**

**DIAGNÓSTICO:**  
O Município possui Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, sobre a gestão do Chefe do Executivo, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar.  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
Elaboração de Plano de Assistência aos menores de forma a mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrindo suas potencialidades, envolvendo o Município, os Conselhos e as Famílias.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED. Ano	META	VALOR	RECURSOS
2015	PROGRAMA DE PROTECAO SOCIO-EDUCATIVO					
TOTAL DO PROGRAMA		MANUTENCAO	0008	1,0000	100.000,00	10000 Recursos Ordinários
					100.000,00	



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 28 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

ORGÃO: 10- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 8 - ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: 241 - ASSISTENCIA AO IDOSO

PROGRAMA DE GOVERNO:

0009 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município possui a Secretaria de Assistência Social, que funciona na Casa da Cidadania, prédio cedido pelo Tribunal de Justiça. No mesmo local funciona ainda o Conselho Tutelar e o CRAS - Centro de Referências da Assistência Social. Conta com 2 Assistente Social, 1 Psicólogo, além de pessoal administrativo e de apoio.

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:


Apolar as famílias e indivíduos na garantia de seus direitos de cidadania com ênfase no direito à convivência familiar e comunitária; oferecer serviços continuados de acompanhamento social às famílias; proporcionar proteção pró-ativa, visitando as famílias que estejam em condição de risco; Criar Alternativas de renda para as famílias carentes, integração da terceira idade à sociedade e melhoria de sua qualidade de vida, troca de experiências entre grupos da terceira idade e clubes de mães, para que descubram suas potencialidades

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2017	INTEGRACAO DA TERCEIRA IDADE	MANUTENCAO	Ano	1,0000	52.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA					52.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 29 de 35  
Impresso em: 02/04/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**UNIDADE:** 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**FUNÇÃO:** 8 - ASSISTENCIA SOCIAL**SUBFUNÇÃO:** 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA**PROGRAMA DE GOVERNO:****0009 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

**DIAGNÓSTICO:**

O Município possui a Secretaria de Assistência Social, que funciona na Casa da Cidadania, prédio cedido pelo Tribunal de Justiça. No mesmo local funciona ainda o Conselho Tutelar e o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social. Conta com 2 Assistente Social, 1 Psicólogo, além de pessoal administrativo e de apoio.

**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**


Apolar as famílias e indivíduos na garantia de seus direitos de cidadania com ênfase no direito à convivência familiar e comunitária; oferecer serviços continuados de acompanhamento social às famílias; proporcionar proteção pré-ativa, visitando as famílias que estejam em condição de risco; Criar Alternativas de renda para as famílias carentes, integração da terceira idade à sociedade e melhoria de sua qualidade de vida, troca de experiências entre grupos da terceira idade e clubes de mães, para que descubram suas potencialidades

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2016	ATENCAO AS FAMILIA CARENTES	PESSOAS	UN	500,0000	392.000,00	10000 Recursos Ordinários
					5.500,00	13500 Transf. Sist. Único A. Social-SUAS/União
					12.000,00	13502 IGD - SUAS
					15.000,00	13503 IGD - Bolsa Família
					101.500,00	13504 Fortalecimento Vínculos de Convivência
					25.000,00	16500 Transf. Sistema único - SUAS/Estado
2018	APOIO AOS CLUBES DE MAES	MANUTENCAO	Ano	1,0000	8.000,00	10000 Recursos Ordinários
2038	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS	MANUTENCAO	Ano	1,0000	125.000,00	10000 Recursos Ordinários
					81.000,00	13501 CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social
		TOTAL DO PROGRAMA		0009	765.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 30 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 11 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO  
**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO  
**FUNÇÃO:** 13 - CULTURA  
**SUBFUNÇÃO:** 392 - DIFUSAO CULTURAL  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0013 - DESENVOLVIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**DIAGNÓSTICO:**  
O Município em razão de suas belezas naturais, possui um excelente potencial turístico, se cosntituindo numa excelente opção de geração de emprego e renda  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
Promover atividades culturais e turísticas

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2021	FESTIVIDADES E EVENTOS OFICIAIS	MANUTENCAO	Ano	1,0000	40.000,00	10000 Recursos Ordinários
2032	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURISTICAS	ASSOCIACAO	Ano	1,0000	87.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA 0013					127.000,00	



**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 31 de 35  
Impresso em: 02/out/2015  
As 08:42:00 Horas**ORGÃO:** 11 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**FUNÇÃO:** 23 - COMERCIO E SERVICOS**SUBFUNÇÃO:** 695 - TURISMO**PROGRAMA DE GOVERNO:****0013 - DESENVOLVIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

O Município em razão de suas belezas naturais, possui um excelente potencial turístico, se cosntituindo numa excelente opção de geração de emprego e renda

**CANCELAMENTO:****OBJETIVOS:**


Promover atividades culturais e turísticas

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2010	INCENTIVO AO TURISMO	MANUTENCAO	Ano	1,0000	12.000,00	10000 Recursos Ordinários
		TOTAL DO PROGRAMA	0013		12.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 32 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 11 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

**UNIDADE:** 1 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

**FUNÇÃO:** 27 - DESPORTO E LAZER

**SUBFUNÇÃO:** 812 - DESPORTO COMUNITARIO


**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0011 - ESPORTE E VIDA**  
GERENTE DO PROGRAMA:

**DIAGNÓSTICO:**  
O Município não possui Ginásio Municipal, apenas um que é da escola estadual. No município possui locais em várias comunidades (campos, canchas, bares) de propriedade de associações ou particulares, para atender a população

**CANCELAMENTO:**

**OBJETIVOS:**  
Estimular a prática esportiva para todos, e desta forma descobrir novos talentos e dar direito à população de participar das competições independente de idade ou sexo

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1009	CONSTRUCAO DE GINASIO DE ESPORTE	OBRA	UN	0,4000	5.000,00	10000 Recursos Ordinários
2028	APOIO AO ESPORTE AMADOR	ASSOCIACAO	Ano	1,0000	750.000,00	16401 Transf. Convênio -Estado/FUNDAM
TOTAL DO PROGRAMA 0011					100.000,00	10000 Recursos Ordinários
					855.000,00	



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1


Página 33 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

**ORGÃO:** 12- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
**UNIDADE:** 1 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
**FUNÇÃO:** 16 - HABITACAO  
**SUBFUNÇÃO:** 482 - HABITACAO URBANA  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0020 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**DIAGNÓSTICO:**  
O Município possui um déficit habitacional tanto na área rural como urbana, e grande número de habitações em situação precária  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
Implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2019	FUNDO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	MANUTENCAO	Ano	1,0000	38.500,00	10001 Recursos Ordinários - FHS
		TOTAL DO PROGRAMA	0020		38.500,00	



MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

Ano LDO: 2016    Versão: 1

Página 34 de 35

Impresso em: 02/out/2015

As 08:42:00 Horas

ORGÃO: 13 - SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA

UNIDADE: 1 - SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA

FUNÇÃO: 4 - ADMINISTRACAO

SUBFUNÇÃO: 123 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA

PROGRAMA DE GOVERNO:

0003 - ADMINISTRACÃO GERAL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Este programa é executado pela estrutura do setor de recursos humanos, setor de contabilidade, pelo setor do patrimônio público municipal, setor de tributação, setor de controle interno.

CANCELAMENTO:

OBJETIVOS:

Manter os registros contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais, controle dos atos de pessoal, licitações e compras diretas, tributação e serviços gerais de administração, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2034	DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA	MANUTENCAO	Ano	1,0000	102.000,00	10000 Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA					102.000,00	
0003						

**ORGÃO:** 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
**UNIDADE:** 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
**FUNÇÃO:** 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
**SUBFUNÇÃO:** 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA**  
**GERENTE DO PROGRAMA:**  
**DIAGNÓSTICO:**  
  
**CANCELAMENTO:**  
**OBJETIVOS:**  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	MANUTENCAO	Ano	1,0000	20.000,00	10000 Recursos Ordinários
		TOTAL DO PROGRAMA		0099	20.000,00	
		Total Geral			17.500.000,00	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

## Planilhas Planejamento

## Programas

Ano LDO: 2016 Versão: t  
ConsolidadoPágina 1 de 2  
Impresso em: 02/09/2015  
Às 08:43:00 Horas

Seq	Descrição	Objetivo	Valor
	PROCESSO LEGISLATIVO	O cumprimento das leis do Poder Legislativo de Videira e fiscalizar	606.000,00
2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais: proteger o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e a controle dos atos da administração.	385.000,00
3	ADMINISTRAÇÃO GERAL	Manter os registros contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais e controlar os atos de pessoal, licitações e compras diretas, tributação e serviços gerais da administração. O produtor de informações para	1.096.500,00
4	ENCARGOS ESPECIAIS	Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente	713.700,00
5	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	Oferecer assessoria técnica e fortalecer o movimento político partidário regional, estadual e nacional.	126.000,00
6	PRODUTOR RURAL ASSISTIDO	Assistência técnica e com equipamentos aos pequenos produtores rurais, aquisição de novos equipamentos, realização de eventos, construção de agroindústrias e apoio ao associativismo e diversificação de culturas.	715.000,00
8	MENOR ASSISTIDO	Elaboração de Plano de Assistência aos menores de forma a manter os ocupados com as ações de estudos, atividades e portivas, descobrindo suas potencialidades,	190.000,00
10	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	envolvendo o Município, os Conselhos e as Famílias. Melhorar e ampliar a rede física do Ensino Fundamental e Infantil. Aquisição de equipamentos para as Escolas, melhoria das condições do Transporte Escolar, Diversificação da Merenda Escolar, Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento especializado para alunos com dificuldade de aprendizagem, bem como incentivar o ensino médio.	4.437.859,50
11	ESPORTE E Lazer	Estimular a prática esportiva para todos, e desta forma descobrir novos talentos e dar direito à população de participar das competições independente de idade ou sexo.	855.000,00
12	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	Permitir que a população de Videira tenha acesso às informações regionais através dos telejornais e difusão de canais de celular.	20.000,00
13	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO	Promover atividades culturais e turísticas.	139.000,00
14	ESTRUTURAS VIÁRIAS	Permitir a escoamento da produção e o transporte escolar e o acesso às propriedades a qualquer tempo.	2.151.140,50
15	URBANIZAÇÃO DE VIAS	Melhorar as condições de habitabilidade nas vias de maior movimento de veículos e oferecer mais segurança aos pedestres que caminham nas principais vias urbanas da	210.000,00
16	APOIO AO ESTUDANTE	Colaborar com a profissionalização dos ITUPs através de cursos de nível médio e de profissionalizantes e superior.	150.000,00
17	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	Oferecer segurança aos usuários noturnos das vias urbanas e das áreas de lazer, prevenir crimes, manter a	526.000,00
18	PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE	Planejar as ações de Governo, elaborar projetos e acompanhar a execução. Plano Diretor e Políticas de Saneamento Básico, incentivar a Indústria e Comércio para Geração de Emprego e Renda,	210.000,00
19	DEFESA CIVIL MUNICIPAL	Convocar a nível municipal todas as ações de proteção e defesa civis nos períodos de normalidade e	6.000,00
20	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	Implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda	38.500,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
9	ASSISTÊNCIA SOCIAL		817.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Alameda Net

Planejamento



PRB'EITURA MUNICIPAL DE IJITOR MEIRELES  
Planilhas Planejamento  
Programas  
Ano LDO: 2016 Versil: 1  
Consolidado

Página 2 de 2  
Impressa em: 02/10/2015  
às 08:43:00 Horas

ao	Descrição	Objetivo	Valor
		Apoiar as famílias e indivíduos na garantia de seus direitos de cidadania com ênfase no direito à convivência familiar e comunitária, oferecer serviços continuados de acompanhamento social às famílias, proporcionar proteção à população, visitando as famílias que estejam em condições de risco; Criar Alternativas de renda para as famílias carentes, integração da terceira idade à sociedade e melhoria de sua qualidade de vida, troca de experiências entre grupos da terceira idade e clubes de	
7	SAUDE PARA TODOS	Melhoria da unidade de saúde, implantação de mais unidades de saúde, aquisição de veículos e equipamentos, contratação de profissionais e manutenção da estrutura. Realização de medicina preventiva e melhoria nas condições de saúde da população	4.0\$7.300,00
	Ttal		17.500.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

## Planilhas Planejamento

## Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 1 de 7  
 Impresso em: 02/out/ 2015  
 As 08:45:22 Horas

10000000000000	RECEITAS CORRENTES	17.695.000,00
11000000000000	RECEITA TRIBUTARIA	788.000,00
11100000000000	IMPOSTOS	628.000,00
11120000000000	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	378.000,00
11120200000000	IMP. S/ PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA	120.000,00
10000	Recursos Ordinários	63.600,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	32.400,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	24.000,00
11120400000000	IMP.S/ A RENDA E PROV. QUALQUER NATUREZA	148.000,00
11120431000000	I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	145.000,00
10000	Recursos Ordinários	76.850,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	39.150,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	29.000,00
11120434000000	I.R.RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENT	3.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.590,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	810,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	600,00
11120800000000	IMP. S/TRANS.INTER VIVOS DE BENS IMOVEIS	110.000,00
10000	Recursos Ordinários	58.300,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	29.700,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	22.000,00
11130000000000	IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A CIRCULACAO	250.000,00
11130500000000	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	250.000,00
11130501000000	IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQUER NAT.	250.000,00
10000	Recursos Ordinários	132.500,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	67.500,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	50.000,00
11200000000000	TAXAS	155.000,00
11210000000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	99.000,00
11211700000000	TAXA FISCALIZACAO VIGILANCIA SANITARIA	10.800,00
10004	Recursos Ordinários - Alvará Sanitário	10.800,00
11212500000000	TX.LIC.FUNC.ESTAB.COM.IND.PREST.SERVICOS	65.000,00
10000	Recursos Ordinários	65.000,00
11212900000000	TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	200,00
10000	Recursos Ordinários	200,00
11213200000000	TAXA APROV. PROJETO DE CONSTR. CIVIL	2.000,00
10000	Recursos Ordinários	2.000,00
11219900000000	OUTRAS TAXAS PELO EXERC. DE PODER POLICI	21.000,00
11219900010000	OUTRAS TAXAS PELO EXERC. DE PODER POLICI	1.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.000,00
11219900020000	TAXA DE VISTORIADE BOMBEIROS	20.000,00
10002	Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros	20.000,00
11220000000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	56.000,00
11222800000000	TAXA DE CEMITERIOS	3.000,00
10000	Recursos Ordinários	3.000,00
11229000000000	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	50.000,00
10000	Recursos Ordinários	50.000,00
11229900000000	OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	3.000,00
10000	Recursos Ordinários	3.000,00
11300000000000	CONTRIBUICOES DE MELHORIAS	5.000,00
11309900000000	OUTRAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	5.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.000,00
12000000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	200.000,00
12300000000000	CONTRIB. P/ CUSTEIO SERV. ILLUM. PUBL	200.000,00
10800	Contrib Custeio Serv.Illum.Públ.-COSIP	200.000,00
13000000000000	RECEITA PATRIMONIAL	172.000,00
13200000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	122.000,00
13250000000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	122.000,00
13250100000000	REMUN.DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	37.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

## Planilhas Planejamento

## Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 2 de 7  
 Impresso em: 02/out/ 2015  
 As 08:45:22 Horas

13250102000000		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-FUNDEB	9.000,00
	11800	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	6.300,00
	11900	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	2.700,00
13250103000000		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	13.000,00
	10200	Receitas de Impostos - Saúde	2.000,00
	13801	Atenção Básica	4.000,00
	13802	Gestão do SUS - ESF	1.500,00
	13808	Assistência Farmacêutica Básica Federal	400,00
	13809	Transf - SUS BLMAC	2.000,00
	13815	Vigilância em Saúde - Sanitaria	600,00
	13816	Vigilância em Saúde - Epidemiologia	600,00
	16708	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	300,00
	18800	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	1.600,00
13250105000000		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-MDE	3.000,00
	13600	TSalário Educação	1.200,00
	13701	Programa Nacional de Alimentação Escolar	500,00
	13702	Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar	500,00
	16255	Transf.Convênio -Estado/Educação	800,00
13250110000000		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-FNAS	3.000,00
	13500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União	500,00
	13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	1.000,00
	13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência	1.500,00
13250199000000		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-OUTROS	9.000,00
	10800	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	1.000,00
	11000	Convênio de Trânsito - Militar	325,00
	11100	Convênio de Trânsito - Civil	325,00
	11200	Convênio de Trânsito Prefeitura	350,00
	13900	Fundo Especial de Petróleo	1.000,00
	18900	Alienação Bens Dest.Outros Programas	6.000,00
13250200000000		REMUN.DEPOSITO DE RECUR. NAO VINCULADOS	85.000,00
13250201000000		RECEITA REMUN. DE DEPOSITO DE POUPANCA	5.000,00
	10000	Recursos Ordinários	5.000,00
13250299000000		REMUN. DEP. RECUR. NAO VINCULADO-OUTROS	80.000,00
	10000	Recursos Ordinários	80.000,00
13300000000000		RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	50.000,00
13330000000000		REC CONESS. PERMI-DIR USO BENS PUBLICOS	50.000,00
13330100000000		REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO	50.000,00
13330100010000		REC. DE CONTRATO DE PERMISSAO DE USO	50.000,00
	10000	Recursos Ordinários	50.000,00
16000000000000		RECEITA DE SERVICOS	72.000,00
16000300000000		SERVICOS DE TRANSPORTE	50.000,00
16000301000000		SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	50.000,00
	10000	Recursos Ordinários	15.000,00
	10006	Recursos Ordinários - Agricultura	35.000,00
16001300000000		SERVICOS ADMINISTRATIVOS	22.000,00
16001301000000		SERVICOS DE INSCRICAO CONCURSOS PUBLICOS	2.000,00
	10000	Recursos Ordinários	2.000,00
16001399000000		OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	20.000,00
	10000	Recursos Ordinários	20.000,00
17000000000000		TRANSFERENCIAS CORRENTES	16.378.000,00
17200000000000		TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.938.000,00
17210000000000		TRANSFERENCIAS DA UNIAO	9.236.000,00
17210100000000		PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	7.032.000,00
17210102000000		COTA-PARTE FUNDO PARTIC MUNICIPIOS-FPM	6.700.000,00
	10000	Recursos Ordinários	3.551.000,00
	10100	Receitas de Impostos - Educação	1.809.000,00
	10200	Receitas de Impostos - Saúde	1.340.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

## Planilhas Planejamento

## Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 3 de 7  
 Impresso em: 02/out/ 2015  
 As 08:45:22 Horas

17210103000000		COTA-PARTE FUNDO PART. DO MUNICÍPIO 1% C	320.000,00
	10000	Recursos Ordinários	233.600,00
	10100	Receitas de Impostos - Educação	86.400,00
17210105000000		COTA-PARTE DO IMP S/ PROP TERRIT RURAL	12.000,00
	10000	Recursos Ordinários	6.360,00
	10100	Receitas de Impostos - Educação	3.240,00
	10200	Receitas de Impostos - Saúde	2.400,00
17212200000000		TRANSFER. DA COMP. FINANC. EXPL.REC. NAT.	70.000,00
17212270000000		COTA-PARTE DO FUNDO ESP. DO PETROLEO FEP	70.000,00
	13900	Fundo Especial de Petróleo	70.000,00
17213300000000		TRANSF. RECURSOS SISTEMA UNICO DE SAUDE	1.365.000,00
17213300110100		PISO DE ATENÇÃO BASICA FIXO (PAB FIXO))	160.000,00
	13801	Atenção Básica	160.000,00
17213300113001		Programa Estratégia Saúde da Família	290.000,00
	13802	Gestão do SUS - ESF	290.000,00
17213300113002		AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE	200.000,00
	13804	Gestão do SUS - PACS	200.000,00
17213300113003		SAÚDE BUCAL	50.000,00
	13803	Gestão do SUS - SAUDE BUCAL	50.000,00
17213300113004		COMPENSAÇÃO ESPECIFICIDADES REGIONAIS	10.000,00
	13806	Atenção Básica - Espec. Regionais	10.000,00
17213300113005		PMAQ - PROGR DE MELH DO ACESSO E DA QUAL	200.000,00
	13800	Transf - SUS/União	200.000,00
17213300113006		NASF - Nucleo de Apoio a Família	120.000,00
	13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	120.000,00
17213300121100		BLMAC- Teto Financeiro	250.000,00
	13809	Transf - SUS BLMAC	250.000,00
17213300130100		VIGILANCIA EPID E AMBIENTAL EM SAUDE	30.000,00
	13816	Vigilância em Saúde - Epidemiologia	30.000,00
17213300130200		VIGILANCIA SANITARIA	15.000,00
	13815	Vigilância em Saúde - Sanitaria	15.000,00
17213300140100		FARMACIA BASICA	40.000,00
	13808	Assistência Farmacêutica Básica Federal	40.000,00
17213400000000		TRANSF.REC.F.N.ASSIST.SOCIAL-FNAS	212.000,00
17213400010000		FNAS/CV - Fortalecimento de Vínculos	100.000,00
	13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência	100.000,00
17213400020000		CRAS - CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL	80.000,00
	13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	80.000,00
17213400030000		IGDF - Gestão Bolsa Família	15.000,00
	13503	IGDF - Bolsa Família	15.000,00
17213400040000		Transf. IGD-SUAS	12.000,00
	13502	IGD - SUAS	12.000,00
17213400050000		Outras Transferências do FNAS	5.000,00
	13500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União	5.000,00
17213500000000		TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE	494.000,00
17213501000000		TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	300.000,00
	13600	TSalário Educação	300.000,00
17213503000000		TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNAE	60.000,00
	13701	Programa Nacional de Alimentação Escolar	60.000,00
17213504000000		TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNATE	120.000,00
	13702	Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar	120.000,00
17213599000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE	14.000,00
	13254	Transf.Convênios-União/Educação	14.000,00
17213600000000		TRANSF FINANC ICMS-DESONERACAO LC 87/96	18.000,00
	10000	Recursos Ordinários	9.720,00
	10100	Receitas de Impostos - Educação	4.680,00
	10200	Receitas de Impostos - Saúde	3.600,00
17219900000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	45.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

## Planilhas Planejamento

## Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 4 de 7  
 Impresso em: 02/out/ 2015  
 As 08:45:22 Horas

17219900010000		DEMAIS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	45.000,00
	10000	Recursos Ordinários	45.000,00
17220000000000		TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	4.402.000,00
17220100000000		PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	4.255.000,00
17220101000000		COTA-PARTE DO ICMS	3.850.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.917.300,00
	10001	Recursos Ordinários - FHS	38.500,00
	10005	Recursos Ordinários - Precatório	84.700,00
	10100	Receitas de Impostos - Educação	1.039.500,00
	10200	Receitas de Impostos - Saúde	770.000,00
17220102000000		COTA-PARTE DO IPVA	335.000,00
	10000	Recursos Ordinários	177.550,00
	10100	Receitas de Impostos - Educação	90.450,00
	10200	Receitas de Impostos - Saúde	67.000,00
17220104000000		COTA-PARTE DO IPI S/ EXPORTACAO	60.000,00
	10000	Recursos Ordinários	31.800,00
	10100	Receitas de Impostos - Educação	16.200,00
	10200	Receitas de Impostos - Saúde	12.000,00
17220113000000		COTA-PARTE DA CONTRIB. INTERV. DOM.ECON.	10.000,00
	10700	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	10.000,00
17223300000000		TRANSF. DE REC. DO ESTADO P/ PROG.SAUDE	122.000,00
17223300010000		Assistência Farmaceutica Básica	30.000,00
	16708	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	30.000,00
17223300020000		NASF - NUCLEO DE APOIO A FAMILIA	40.000,00
	16702	NASF Estadual	40.000,00
17223300030000		COFINANCIAMENTO ATENCAO BASICA	40.000,00
	16701	Atenção Básica - Cofinanciamento Estado	40.000,00
17223300990000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO/SUS	12.000,00
	16700	Assistência Sist.Único - SUS/Estado	12.000,00
17229900000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	25.000,00
17229900010000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	25.000,00
	16500	Transf.Sistema único - SUAS/Estado	25.000,00
17240000000000		TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.300.000,00
17240100000000		TRANSFERENCIAS RECURSOS DO FUNDEB	2.300.000,00
	11800	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	1.725.000,00
	11900	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	575.000,00
17600000000000		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	440.000,00
17620000000000		TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDA	410.000,00
17620200000000		TRANSF. DE CONVENIO DOS EST. PROG. EDU.	380.000,00
17620200010000		CONVENIO DO ESTADO PARA A EDUCACAO	10.000,00
	16255	Transf.Convênio -Estado/Educação	10.000,00
17620200020000		CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR	370.000,00
	16255	Transf.Convênio -Estado/Educação	370.000,00
17629900000000		OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DOS ESTADOS	30.000,00
17629900010000		OUTROS CONVENIOS COM O ESTADO	30.000,00
	16455	Transf.Convênio -Estado/Outros	30.000,00
17640000000000		TRANSF. DE CONVENIO DE INSTIT. PRIVADAS	30.000,00
17640000010000		TRANSF. DE CONVENIO DE INSTIT. PRIVADAS	30.000,00
	10003	Recursos Ordinários - Convênio Empresas	30.000,00
19000000000000		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.000,00
19100000000000		MULTAS E JUROS DE MORA	52.200,00
19110000000000		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	4.700,00
19113500000000		MUL.JUR.MORA TX FISC.VIGILANCIA SANIT	200,00
	10004	Recursos Ordinários - Alvará Sanitário	200,00
19113800000000		MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/ IPTU	500,00
	10000	Recursos Ordinários	265,00
	10100	Receitas de Impostos - Educação	135,00
	10200	Receitas de Impostos - Saúde	100,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

## Planilhas Planejamento

## Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 5 de 7  
 Impresso em: 02/out/ 2015  
 As 08:45:22 Horas

19114000000000	MULTA E JUROS DE MORA - ISS	1.500,00
10000	Recursos Ordinários	795,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	405,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	300,00
19119800000000	MULTAS E JUROS MORA CONTRIB. DE MELHORIA	500,00
10000	Recursos Ordinários	500,00
19119900000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	2.000,00
19119901000000	MULTAS E JUROS MORA DE OUTROS TRIBUTOS	2.000,00
10000	Recursos Ordinários	2.000,00
19130000000000	MULT JUROS MORA DIV ATIVA DOS TRIBUTOS	17.500,00
19131100000000	MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	10.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.300,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	2.700,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	2.000,00
19131300000000	MULTAS E JUROS DE MORA - ISS	1.500,00
10000	Recursos Ordinários	795,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	405,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	300,00
19139800000000	MULT JUR MORA DIV ATIVA - CONTR MELHORIA	3.000,00
10000	Recursos Ordinários	3.000,00
19139900000000	MULT JUR MORA DIV ATIVA - OUTR. TRIBUTOS	3.000,00
19139901000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA D	3.000,00
10000	Recursos Ordinários	3.000,00
19190000000000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	30.000,00
19191500000000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. DE TRANSITO	30.000,00
11000	Convênio de Trânsito - Militar	9.750,00
11100	Convênio de Trânsito - Civil	9.750,00
11200	Convênio de Trânsito Prefeitura	10.500,00
19300000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	20.200,00
19310000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTARIA	20.200,00
19311100000000	RECEITA DA DA A PROP. PRED. E TER. IPTU	10.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.300,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	2.700,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	2.000,00
19311300000000	RECEITA DA DIVIA ATIVA - ISS	1.000,00
10000	Recursos Ordinários	530,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	270,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	200,00
19313500000000	RECEITA DA D. A. TX VIGILANCIA SANITARIA	800,00
10004	Recursos Ordinários - Alvará Sanitário	800,00
19319800000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUICAO	3.000,00
10000	Recursos Ordinários	3.000,00
19319900000000	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	5.400,00
19319901000000	REC DIV ATIV OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	5.400,00
10000	Recursos Ordinários	5.400,00
19900000000000	RECEITAS DIVERSAS	12.600,00
19900200000000	REC. DE ONUS SUCUMBENCIA DE ACOES	400,00
19900201000000	RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	400,00
10000	Recursos Ordinários	400,00
19909900000000	OUTRAS RECEITAS	12.200,00
19909900010000	OUTRAS RECEITAS	12.200,00
10000	Recursos Ordinários	12.200,00
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	2.000.000,00
22000000000000	ALIENACAO DE BENS	75.000,00
22100000000000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	75.000,00
22190000000000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	75.000,00
22190000010000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS NÃO VINCULADOS	50.000,00
18900	Alienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

## Planilhas Planejamento

## Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 1

Página 6 de 7  
 Impresso em: 02/out/ 2015  
 As 08:45:22 Horas

22190000030000		ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS VINC. SAUDE	10.000,00
18800		Alienação Bens Dest. Programas Saúde	10.000,00
22190000040000		ALIENACAO DE BENS VINCULADOS A EDUCACAO	15.000,00
18700		Alienação Bens Dest. Educação Básica	15.000,00
24000000000000		TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.925.000,00
24700000000000		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.925.000,00
24710000000000		TRANSF. CONV. UNIAO E SUAS ENTIDADES	735.000,00
24710100000000		TRANSFERENCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS	100.000,00
13354		Transf. de Convênios da União Saúde	100.000,00
24710200000000		TRANS.CONVENIOS UNIAO DEST.PROG.EDUCACAO	150.000,00
24710200010000		TRANSF. CONVENIOS DESTINADOS A EDUCACAO	150.000,00
13254		Transf.Convênios-União/Educação	150.000,00
24719900000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIAO	485.000,00
13454		Transf. de Convênios da União Outros	485.000,00
24720000000000		TRANSF. CONV. ESTADOS E DIST.FEDERAL	1.190.000,00
24720100000000		TRANSFERENCIAS DE CONV. DO EST.SUS	140.000,00
24720100010000		TRANSFERENCIAS DE CONV. DO EST.SUS	140.000,00
16355		Transf. de Convênios do Estado Saúde	140.000,00
24720200000000		TRANS.CONVENIO ESTADO DEST.PROG.EDUCACAO	100.000,00
24720200010000		TRANSF. CONVENIOS DESTINADO A EDUCACAO	100.000,00
16255		Transf.Convênio -Estado/Educação	100.000,00
24729900000000		OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DOS ESTADOS	950.000,00
16401		Transf.Convênio -Estado/FUNDAM	750.000,00
16455		Transf.Convênio -Estado/Outros	200.000,00
10000000000000		(R)DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-2.195.000,00
17000000000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF.CORRENTE	-2.195.000,00
17200000000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF.INTERGOV	-2.195.000,00
17210000000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF.DA UNIAO	-1.346.000,00
17210100000000		(R)DEDUCAO DA REC.DE PART. REC.DA UNIAO	-1.342.400,00
17210102000000		(R)DED. DA REC.DO F.DE PART.DOS MUN-FPM	-1.340.000,00
10100		Receitas de Impostos - Educação	-1.340.000,00
17210105000000		(R)DED. DA REC.DO IMP.S.A PROP.TER.R.ITR	-2.400,00
10100		Receitas de Impostos - Educação	-2.400,00
17213600000000		(R)DEDUCAO DA REC. DO ICMS DES.-LC87/96	-3.600,00
10100		Receitas de Impostos - Educação	-3.600,00
17220000000000		(R)DED RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTAD	-849.000,00
17220100000000		(R)DED REC DE TRANSFERENCIA DOS ESTADOS	-849.000,00
17220101000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DO ICMS	-770.000,00
10100		Receitas de Impostos - Educação	-770.000,00
17220102000000		(R)DEDUCAO DA REC. DA COTA-PARTE DO IPVA	-67.000,00
10100		Receitas de Impostos - Educação	-67.000,00
17220104000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DO IPI/EXPORTACAO	-12.000,00
10100		Receitas de Impostos - Educação	-12.000,00
<b>Total</b>			<b>17.500.000,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

## Planilhas Planejamento

## Receitas (LDO)

Página 7 de 7  
 Impresso em: 02/out/ 2015  
 As 08:45:22 Horas

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES **Ano LDO: 2016 Versão: 1**

## Resumo por Vínculo

10000	Recursos Ordinários	6.648.855,00
10001	Recursos Ordinários - FHIS	38.500,00
10002	Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros	20.000,00
10003	Recursos Ordinários - Convênio Empresas	30.000,00
10004	Recursos Ordinários - Alvará Sanitário	11.800,00
10005	Recursos Ordinários - Precatório	84.700,00
10006	Recursos Ordinários - Agricultura	35.000,00
10100	Receitas de Impostos - Educação	1.030.645,00
10200	Receitas de Impostos - Saúde	2.327.500,00
10700	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	10.000,00
10800	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	201.000,00
11000	Convênio de Trânsito - Militar	10.075,00
11100	Convênio de Trânsito - Civil	10.075,00
11200	Convênio de Trânsito Prefeitura	10.850,00
11800	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	1.731.300,00
11900	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	577.700,00
13254	Transf.Convênios-União/Educação	164.000,00
13354	Transf. de Convênios da União Saude	100.000,00
13454	Transf. de Convênios da União Outros	485.000,00
13500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União	5.500,00
13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	81.000,00
13502	IGD - SUAS	12.000,00
13503	IGDF - Bolsa Família	15.000,00
13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência	101.500,00
13600	TSalário Educação	301.200,00
13701	Programa Nacional de Alimentação Escolar	60.500,00
13702	Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar	120.500,00
13800	Transf - SUS/União	200.000,00
13801	Atenção Básica	164.000,00
13802	Gestão do SUS - ESF	291.500,00
13803	Gestão do SUS - SAUDE BUCAL	50.000,00
13804	Gestão do SUS - PACS	200.000,00
13806	Atenção Básica - Espec. Regionais	10.000,00
13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	120.000,00
13808	Assistência Farmacêutica Básica Federal	40.400,00
13809	Transf - SUS BLMAC	252.000,00
13815	Vigilância em Saúde - Sanitaria	15.600,00
13816	Vigilância em Saúde - Epidemiologia	30.600,00
13900	Fundo Especial de Petróleo	71.000,00
16255	Transf.Convênio -Estado/Educação	480.800,00
16355	Transf. de Convênios do Estado Saude	140.000,00
16401	Transf.Convênio -Estado/FUNDAM	750.000,00
16455	Transf.Convênio -Estado/Outros	230.000,00
16500	Transf.Sistema único - SUAS/Estado	25.000,00
16700	Assistência Sist.Único - SUS/Estado	12.000,00
16701	Atenção Básica - Cofinanciamento Estado	40.000,00
16702	NASF Estadual	40.000,00
16708	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	30.300,00
18700	Alienação Bens Dest. Educação Básica	15.000,00
18800	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	11.600,00
18900	Alienação Bens Dest.Outros Programas	56.000,00
<b>Total</b>		<b>17.500.000,00</b>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Evolução do Patrimônio Líquido**  
**Ano LDO: 2016 Versão:1**

AMF - Demonstrativo IV (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso III)

Valores - R\$

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	5.512.380,57	87,73 %	4.010.401,80	64,39 %	2.623.636,42	54,19 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	770.820,12	12,27 %	2.217.498,42	35,61 %	2.217.498,42	45,81 %
<b>Total</b>	<b>6.283.200,69</b>	<b>100,00 %</b>	<b>6.227.900,22</b>	<b>100,00 %</b>	<b>4.841.134,84</b>	<b>100,00 %</b>

<b>Regime Previdenciário</b>						
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00 %</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00 %</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00 %</b>

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

LOURIVAL LUNELLI  
 PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Riscos Fiscais**  
**Demonstrativo de Riscos Fiscais**  
**Ano LDO:2016 Versão: 1**

LRF, Art 4º, § 3º

Riscos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
DANOS CAUSADOS POR FATORES CLIMATICOS	10.000,00	COBRIR DESPESAS CAUSADAS POR SITUAÇÕES CLIMÁTICAS ANORMAIS	10.000,00
DECISÕES JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS AO MUNICIPIO	10.000,00	PAGAR POSSÍVEIS INDENIZAÇÕES DE PEQUENO VALOR CAUSADOS POR DECISÕES JUDICIAIS	10.000,00
<b>Total</b>	<b>20.000,00</b>	<b>Total</b>	<b>20.000,00</b>

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

LOURIVAL LUNELLI  
PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado**  
**Ano LDO: 2016 Versão:1**

AMF - Tabela 9 (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso V)

Valores - R\$

Evento	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	100.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências do FUNDEB	20.000,00
Saldo Aumento Permanente (I)	80.000,00
Redução Permanente da Despesa (II)	50.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	130.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	30.000,00
Novas DOCC	30.000,00
Novas DOCC Geradas por PPP	0,00
Margem Líq. Expansão de DOCC (III-IV)	100.000,00
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES	
Nota: Na apuração da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado - DOCC, é prevista a redução permanente de despesas por meio da racionalização dos recursos humanos.	

LOURIVAL LUNELLI  
PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**  
**Ano LDO: 2016 Versão: 1**

AMF - Tabela 8 (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setor/Programa/Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista - R\$			Compensação
			2016	2017	2018	
Imposto Predial	DESCONTO PARA PAGAMENTO IP A VISTA	DESCONTO PARA PAGAMENTO DE IPTU A VISTA	0,00	0,00	0,00	DESPESA ORÇADA A MENOR;
<b>Total</b>			0,00	0,00	0,00	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

LOURIVAL LUNELLI  
PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias**

**Anexo das Metas Fiscais**

**Metas Anuais**

Ano LDO: 2016 Versão: 1

AMF - Demonstrativo I (LRF, ART. 4º, § 1º)

Valores - R\$

Especificação	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A / PIB * 100)	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B / PIB * 100)	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C / PIB * 100)
Receita Total Receita	17.500.000,00	16.666.666,67	0,0071 %	18.650.000,00	17.761.904,76	0,0070 %	19.000.000,00	18.095.238,10	0,0066 %
Primária I Despesa	17.303.000,00	16.479.047,62	0,0070 %	18.441.180,00	17.563.028,57	0,0069 %	18.777.390,00	17.883.228,57	0,0066 %
Total Despesa	17.500.000,00	16.666.666,67	0,0071 %	18.650.000,00	17.761.904,76	0,0070 %	19.000.000,00	18.095.238,10	0,0066 %
Primária II	17.193.000,00	16.374.285,71	0,0070 %	18.324.580,00	17.451.980,95	0,0069 %	18.653.089,99	17.764.847,61	0,0065 %
Resultado Primário(-II)	110.000,00	104.761,90	0,0000 %	116.600,00	111.047,62	0,0000 %	124.300,01	118.380,96	0,0000 %
Resultado Nominal	(10.288,17)	(9.798,26)	0,0000 %	(28.802,59)	(27.431,03)	0,0000 %	(31.142,71)	(29.659,72)	0,0000 %
Dívida Pública Consolidada	754.148,49	718.236,66	0,0003 %	791.855,91	754.148,49	0,0003 %	831.448,70	791.855,90	0,0003 %
Dívida Consolidada Líquida	(316.251,51)	(301.191,91)	(0,0001 %)	(341.064,09)	(324.822,94)	(0,0001 %)	(368.017,30)	(350.492,67)	(0,0001 %)
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES									
Nota: O PIB utilizado corresponde ao valor projetado do PIB do estado de Santa Catarina									

LOURIVAL LUNELLI  
PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Três Exercícios Anteriores**  
**Ano LDO: 2016 Versão:1**

AMF - Demonstrativo III (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso II)

Especificação	Valores a Preços Correntes - R\$									
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018
Receita Total Receita	13.442.770,25	15.723.006,18	16,96 %	17.000.000,00	8,12 %	17.500.000,00	2,94 %	18.650.000,00	6,57 %	19.000.000,00
Primária I Despesa	13.312.938,96	14.740.418,99	10,72 %	16.854.000,00	14,34 %	17.303.000,00	2,66 %	18.441.180,00	6,58 %	18.777.390,00
Total Despesa	13.032.592,00	16.048.687,86	23,14 %	18.518.713,38	15,39 %	17.500.000,00	-5,50 %	18.650.000,00	6,57 %	19.000.000,00
Primária II	12.654.293,49	15.696.058,38	24,04 %	18.106.713,38	15,36 %	17.193.000,00	-5,05 %	18.324.580,00	6,58 %	18.653.089,99
Resultado Primário (I - II)	658.645,47	(955.639,39)	-245,09 %	(1.252.713,38)	31,09 %	110.000,00	-108,78 %	116.600,00	6,00 %	124.300,01
Resultado Nominal	0,00	232.896,78	0,00 %	(400.118,32)	-271,80 %	(10.288,17)	-97,43 %	(28.802,58)	179,96 %	(31.142,71)
Dívida Pública Consolidada	800.878,66	1.009.271,91	26,02 %	718.236,66	-28,84 %	754.148,49	5,00 %	791.855,91	5,00 %	831.448,70
Dívida Consolidada Líquida	(218.541,80)	14.354,98	-106,57 %	(309.763,34)	-2257,88 %	(316.251,51)	2,09 %	(341.064,09)	7,85 %	(368.017,30)

Especificação	Valores a Preços Constantes - R\$									
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018
Receita Total Receita	14.820.654,20	16.509.156,49	11,39 %	17.000.000,00	2,97 %	16.666.666,67	-1,96 %	17.761.904,76	6,57 %	18.096.238,10
Primária I Despesa	14.677.515,20	15.477.439,94	5,45 %	16.854.000,00	8,89 %	16.479.047,62	-2,22 %	17.563.028,57	6,58 %	17.883.228,57
Total Despesa	14.368.432,68	16.851.122,25	17,28 %	18.518.713,38	9,90 %	16.666.666,67	-10,00 %	17.761.904,76	6,57 %	18.096.238,10
Primária II	13.951.358,57	16.480.861,30	18,13 %	18.106.713,38	9,87 %	16.374.285,71	-9,57 %	17.451.980,95	6,58 %	17.764.847,61
Resultado Primário (I - II)	726.156,63	(1.003.421,36)	-238,18 %	(1.252.713,38)	24,84 %	104.761,90	-108,36 %	111.047,62	6,00 %	118.380,96
Resultado Nominal	0,00	244.541,62	0,00 %	(400.118,32)	-263,62 %	(9.798,26)	-97,55 %	(27.431,03)	179,96 %	(29.659,72)
Dívida Pública Consolidada	882.968,72	1.059.735,51	20,02 %	718.236,66	-32,22 %	718.236,66	0,00 %	754.148,49	5,00 %	791.855,90
Dívida Consolidada Líquida	(240.942,33)	15.072,73	-106,26 %	(309.763,34)	-2155,12 %	(301.191,91)	-2,77 %	(324.822,94)	7,85 %	(350.492,67)

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Nota: O PIB utilizado corresponde ao valor projetado do PIB do Estado de Santa Catarina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**  
**Ano LDO: 2016 Versão: 1**

Valores - R\$

Especificação	Metas Previstas Em 2014 (A)	% PIB	Metas Realizadas Em 2014 (B)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total Receita	13.900.000,00	0,0082 %	15.723.006,18	0,0093 %	1.823.006,18	13,12
Primária I Despesa	13.651.000,00	0,0080 %	14.716.620,85	0,0087 %	1.065.620,85	7,81
Total Despesa	13.900.000,00	0,0082 %	16.048.687,86	0,0095 %	2.148.687,86	15,46
Primária II	13.526.214,50	0,0080 %	15.696.058,38	0,0092 %	2.169.843,88	16,04
Resultado Primário (III) = (I-II)	124.785,50	0,0001 %	(979.437,53)	(0,0006) %	(1.104.223,03)	(884,90)
Resultado Nominal	98.416,27	0,0001 %	232.896,78	0,0001 %	134.480,51	136,64
Dívida Pública Consolidada	1.000.000,00	0,0006 %	1.009.271,91	0,0006 %	9.271,91	0,93
Dívida Consolidada Líquida	200.000,00	0,0001 %	14.354,98	0,0000 %	(185.645,02)	(92,82)

Fonte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

LOURIVAL LUNELLI  
PREFEITO MUNICIPAL





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES**

**Lei Diretrizes Orçamentárias**

**Anexo Metas Fiscais**

**Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos**

Ano LDO: 2016 Versão:1

AMF - Demonstrativo V (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso III)

Valores R\$

<b>Receitas Realizadas</b>	<b>2014 (a)</b>	<b>2013 (b)</b>	<b>2012 (c)</b>
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	384.340,00	87.200,00	198.950,00
Alienação de Bens Móveis	384.340,00	87.200,00	198.950,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>384.340,00</b>	<b>87.200,00</b>	<b>198.950,00</b>

<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>2014 (d)</b>	<b>2013 (e)</b>	<b>2012 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	235.056,43	111.284,28	210.181,78
DESPESAS DE CAPITAL	235.056,43	111.284,28	210.181,78
Investimentos	235.056,43	111.284,28	210.181,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>235.056,43</b>	<b>111.284,28</b>	<b>210.181,78</b>

<b>Saldo Financeiro</b>	<b>(g) = ((Ia-IId) + h)</b>	<b>(h) = ((Ib-Ile) + i)</b>	<b>(i) = (Ic-IIf)</b>
	<b>174.948,96</b>	<b>25.665,39</b>	<b>49.749,67</b>

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

LOURIVAL LUNELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 0940**

Lei nº 0940, de 30 de setembro de 2015.

Altera anexos à Lei n.º 0856, de 20/08/2013, que Dispõe sobre o Plano Plurianual do município de Vitor Meireles para o quadriênio 2014/2017, criando nova ação de Governo.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a página 9, do anexo de Programas Detalhados da Lei n.º 0856, de 20 de agosto de 2013, que Dispõe sobre o Plano Plurianual do município de Vitor Meireles para o quadriênio 2014/2017, passando a vigorar conforme o anexo da presente lei, criando nova ação de Governo, denominada "Manutenção do Conselho Tutelar".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 30 de setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 14

Página 9 de 23

Impresso em: 02/out/2015

As 09:14:01 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0008 - MENOR ASSISTIDO GERENTE DO PROGRAMA: DIAGNÓSTICO:

O Município possui Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, sobre a gestão do Chefe do Executivo, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar. DIRETRIZES:

PROGRAMA DE PROTECAO SOCIO-EDUCATIVO OBJETIVOS:

Elaboração de Plano de Assistência aos menores de forma a mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrindo suas potencialidades, envolvendo o Município, os Conselhos e as Famílias.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2012	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MANUTENCAO	UN	2,0000	190.000,00	10000
2015	PROGRAMA DE PROTECAO SOCIO-EDUCATIVO	MANUTENCAO	Ano	4,0000	120.600,00	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0008					310.600,00	

IPM Informática Pública Municipal Atende.Net Planejamento

# Xanxerê

## PREFEITURA

### 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0072/2014

Extrato 6º Aditivo ao Contrato nº 0072/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: FBF Construtora Ltda EPP

Objeto: Pavimentação com Cascalho, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, em diversas estradas do município.

Fica suprimido do Contrato Original, o valor de R\$ 32.612,46, conforme Parecer Técnico do Setor de Engenharia.

Xanxerê-SC, 22 de agosto de 2015 - Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar as férias a partir de 01.10.2015.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 01 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º ADITIVO PROCESSO Nº 0103/2015

Extrato 1º Aditivo ao Processo nº 0103/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: SCS Comércio Ltda.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar.

Fica reajustado o valor do Item 31 (Coxa com Sobre Coxa de Frango) para R\$ 6,05 p/kg, conforme requerimento e parecer jurídico anexos ao presente.

Xanxerê-SC, 01 de outubro de 2015. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

### PORTARIA Nº RH AJG 216/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 216/2015

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 02.10.2015, a Servidora Pública Municipal a Sra. ELVIRA LOURDES MERLIN, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Portadora da Cédula de Identidade nº 947.233 e CPF nº 440.065.949-68, nomeada conforme Decreto nº AM 105/2002 no cargo de COZINHEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 170.829.609-0 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a exoneração a partir de 02.10.2015. Revogam-se as disposições em contrário principalmente o Decreto nº AM 105/2002.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 02 de Outubro de 2015.

### PORTARIA Nº RH AJG 209/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 209/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 01.10.2015 a 30.10.2015 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Altair Rossato, Amarildo Badia, Ana Maria Souza, Ariana Coelho Pinto, Arlete Terezinha Herttal, Berenice Maffei, Camila Vaz, Claudir Velozo dos Santos, Cristhian Mateus Canan, Diego Gonçalves, Dilene Maria Felippi, Elias Jose Perin Conti, Francisco de Assis Pagotto, Gisele Barella, Jacira de Oliveira Mallamn, Jhon Fischer Cucunuba Bermudez, Juliana Sampaio Cardoso, Luciane Gatto Gheno, Luciane Maria Bandeira, Luiza Andolfato Peruzzo, Marcos Cesar Jora de Oliveira, Maria Izabel Giroto, Maria Luiza Baggio, Marilza Terezinha Tesser Felix, Marinez Maria Zancanaro, Marisangela Paula Basso Gava, Nilse Bressan, Rosane Dias de Godoy, Rosangela Veloso, Salete Bartoszyk, Salete Kosloski Lazzari, Salete Fiorentin, Sandra Bono de Oliveira, Selvino Caveglion, Silvana Dachery, Veronis Salete de Oliveira Gob, Willian Scaratti Fantinelli.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

**REPASSES RECEBIDOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XANXERÊ

O Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, de acordo com o que estabelece a Lei nº 9.452/97, art. 2º, torna público aos Partidos Políticos, aos Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais, com sede no Município, o recebimento dos recursos, conforme relação abaixo:

Ref.	Valor	Programa	Concedente	Data
Repasse	307.200,00	Construção de UBS	Min. da Saúde	28/09/15

Xanxerê-SC, 30/09/2015.

Ademir José Gasparini  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI ORDINÁRIA Nº 3772/2015**

LEI Nº 3772/2015

(Origem Projeto de Lei Nº 010/2015 - Legislativo)

**DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DA DESTINAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE LOGÍSTICA REVERSA DE RESÍDUOS PERIGOSOS NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, SC**

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1. O Poder Executivo Municipal fiscalizará o sistema de logística reversa de resíduos sólidos perigosos no Município de Xanxerê.

Art. 2. Esta Lei articula-se com o Decreto 7.404/10 que regulamenta a Lei nº 12.305/10, Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 3. Para efeitos desta lei consideram-se resíduos perigosos:

- I – pilhas, baterias e outros acumuladores de energia, bem como os produtos que contenham pilhas e baterias integradas à sua estrutura de forma não-removível;
- II - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio de luz mista;
- III – equipamentos e componentes eletrônicos;
- IV – pneumáticos;
- V – óleos lubrificantes, graxas, tintas, solventes, bem como suas embalagens;
- VI – óleos vegetais;
- VII – embalagens de agrotóxicos;
- VIII - aqueles que pela sua composição qualitativa ou quantitativa, exijam cuidados especiais no acondicionamento, coleta, transporte e disposição final porque possuem características tóxicas.

Parágrafo Único - A relação de resíduos perigosos contida neste artigo poderá ser alterada, a critério do órgão de controle ambiental, que fixará prazo aos responsáveis para a adequação do gerenciamento dos resíduos conforme regulamentação por meio de decreto.

Art. 4. Fica estabelecido que os consumidores são os responsáveis por acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos perigosos e a encaminhá-los para coleta ou

devolução, devendo o comércio local receber os resíduos e encaminhá-los para os seus distribuidores e/ou fabricantes, ou ainda para empresas reutilizadoras e/ou recicladoras, fechando o ciclo de vida dos produtos que geraram estes resíduos.

Parágrafo 1º - Para o cumprimento do disposto os fabricantes, os importadores, os distribuidores e comerciantes de produtos e embalagens que geram resíduos classificados como perigosos deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, devendo:

I - criar Centros de Recepção para a coleta do resíduo, devidamente sinalizado e divulgado, ficando responsáveis por receber os produtos e embalagens;

II - estabelecer formas de recepção, acondicionamento, transporte, armazenamento, reciclagem, tratamento e disposição final destes produtos, visando a garantir a proteção da saúde pública e a qualidade ambiental;

Parágrafo 2º - Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos do caput e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa.

Parágrafo 3º - Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 1º e 2º.

Parágrafo 4º - Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, na forma estabelecida pelo órgão competente do SISNAMA e pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal vigente.

Art. 5. A concessão de liberação/renovação do alvará de funcionamento para os estabelecimentos que atuem com resíduos perigosos ficará vinculada a comprovação da destinação final do passivo gerado ou adquirido.

Parágrafo Único - A comprovação da destinação deverá ser feita perante o órgão de controle ambiental competente a qual será estabelecido por meio de decreto municipal as formas de comprovação e os documentos necessários.

Art. 6. Caberá ao município através do Órgão Colegiado,

proporcionar informação e orientação ao comércio local quanto a prática da logística reversa.

## SEÇÃO I - DAS PILHAS E BATERIAS

Art. 7º - Os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes, importadores e distribuidores desses produtos, deverão receber dos usuários as pilhas e baterias usadas, respeitando o mesmo princípio ativo, sendo facultativa a recepção de outras marcas, para repasse aos respectivos fabricantes ou importadores.

Parágrafo 1º - Os estabelecimentos comerciais referidos no caput deverão instalar recipientes de coleta de pilhas e baterias em locais visíveis e de fácil acesso, além de efetuar a sua manutenção e recolhimento dos produtos neles armazenados, de forma organizada e supervisionada pelo Poder Público.

Parágrafo 2º - As pilhas e baterias, nacionais e importadas, usadas ou inservíveis, recebidas pelos estabelecimentos comerciais ou em rede de assistência técnica autorizada ou nos pontos de coleta, deverão ser, em sua totalidade, encaminhadas para destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade do comerciante, fabricante ou importador.

Parágrafo 3º - Não serão permitidas formas inadequadas de disposição ou destinação final de pilhas e baterias usadas, de quaisquer tipos ou características, tais como:

- I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- III - lançamento em corpos d'água, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

## SEÇÃO II - DOS PRODUTOS TECNOLÓGICOS

Art. 8º - Os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes dos produtos tecnológicos de que trata esta lei tais como lâmpadas, equipamentos e componentes eletrônicos, a critério do órgão de controle ambiental, deverão também promover a destinação correta dos resíduos dos produtos tecnológicos, sem prejuízo aos demais artigos desta Lei dar-se-á mediante:

- I - processos de reciclagem e aproveitamento do produto ou componentes para a finalidade original ou diversa;
- II - práticas de reutilização total ou parcial de produtos e componentes tecnológicos;
- III - neutralização e disposição final apropriada dos componentes tecnológicos.

## SEÇÃO III - DOS PNEUS

Art. 9º - Os estabelecimentos comerciais do Município, compreendidos por distribuidores, revendedores de pneus novos, usados e recauchutados, borracharias, prestadores de serviços e demais segmentos que manuseiam pneus inservíveis deverão coletar e dar destinação final aos referidos produtos.

Parágrafo Único - Aplicam-se aos pneumáticos os conceitos e demais normas elaboradas pelos órgãos do SISNAMA.

Art. 10º - O armazenamento temporário de pneus deve garantir as condições necessárias à prevenção dos danos ambientais e de saúde pública, sendo vedado (a):

- I - o armazenamento de pneus a céu aberto;
- II - a disposição final de pneus no meio ambiente, tais como o abandono ou lançamento em corpos de água, terrenos baldios ou alagadiços, a disposição em aterros sanitários e a queima a céu aberto.
- III - A utilização de pneus inservíveis como combustível em processos industriais só poderá ser efetuada caso exista norma específica para sua utilização.
- IV - As demais condições serão regulamentadas por meio de decreto municipal.

## SEÇÃO IV - DOS RESÍDUOS DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS, MINE-RAIS E CONGÊNERES

Art. 11º - Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser destinado à reciclagem, de modo a não afetar negativamente o meio ambiente na forma das normas contidas no SISNAMA e na Portaria nº 125/1999.

Parágrafo único - As obrigações dos produtores, dos geradores, receptores, coletores e refinadores de óleos usados são as estabelecidas pelas normas do SISNAMA, bem como por decreto municipal.

Art. 12º - Ficam proibidos (as):

- I - quaisquer descartes de óleo usados em solos, águas superficiais, subterrâneas, no mar territorial e em sistemas de esgoto ou evacuação de águas residuais;
- II - qualquer forma de eliminação de óleos usados que provoque contaminação atmosférica superior ao nível estabelecido na legislação sobre proteção do ar atmosférico;
- III - a industrialização e comercialização de novos óleos lubrificantes não recicláveis, nacionais ou importados, salvaguardados os casos excepcionais aprovados pelo IBAMA;
- IV - a disposição dos resíduos derivados no tratamento de óleo lubrificante usado ou contaminado no meio ambiente.
- V - Somente poderão efetuar venda e troca de óleos lubrificantes os estabelecimentos que possuírem local apropriado para a troca e armazenagem do óleo utilizado ou estiverem conveniados a outro estabelecimento que atenda essa condição, observada a legislação nacional e as demais normas do SISNAMA, bem como decreto regulamentador dessa norma.

Parágrafo Único - Incluem-se na obrigatoriedade desse artigo as oficinas mecânicas, postos de combustíveis, concessionárias e revendedoras de veículos e congêneres, que realizem os serviços mencionados.

Art. 13º - As unidades de armazenamento do óleo lubrificante usado devem ser construídas e mantidas de forma a evitar infiltrações, vazamentos e ataque pelo seu conteúdo e riscos associados, e quanto às condições de segurança no seu manuseio, carregamento e descarregamento, de acordo com as normas vigentes.

Art. 14º - Os boxes de lubrificação e lavagem de veículos deverão possuir caixas de retenção de resíduos de areia, óleo e graxa, pelas quais deverão passar as águas servidas antes de serem lançadas na rede pública, conforme diretrizes e padrões de qualidade estabelecidas pela legislação pertinente.

## SEÇÃO V - DOS RESÍDUOS DE ÓLEO VEGETAL

Art. 15º - Os estabelecimentos públicos e privados, inclusive residências e condomínios, deverão armazenar o óleo vegetal utilizado em recipientes adequados e encaminhá-lo para empresas de reciclagem ou ao estabelecimento de comercialização do produto.

Parágrafo 1º - O Poder Público Municipal deverá manter cadastro com relação das empresas autorizadas pelos órgãos de meio

ambiente, especializadas na reciclagem de óleo vegetal, devendo também dar publicidade desse cadastro no âmbito municipal por meio de seu site eletrônico.

Parágrafo 2º - Fica proibido o lançamento do óleo vegetal em pias, corpos d'água, terrenos baldios, poços, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais e de esgotos.

#### SEÇÃO VI - DOS RESÍDUOS DE TINTAS, VERNIZES E SOLVENTES

Art. 16º - As empresas que industrializam tintas, vernizes e solventes, de uso domiciliar ou industrial, ficam obrigados a aceitar os recipientes com as sobras desses materiais, para reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou dar destinação final adequada, tendo como prioridade a preservação do meio ambiente, de acordo com as normas vigentes, bem como, decreto regulamentador da presente lei.

Art. 17º - Fica proibido (a):

I - o descarte dos produtos em bueiros, pias e tanques, bem como a lavagem da lata ou recipiente, a fim de evitar a contaminação dos cursos d'água, da rede fluvial ou do lençol freático;

II - a reutilização das latas e embalagens antes de sua descontaminação pela indústria competente;

III - o descarte das latas e embalagens junto à coleta municipal de lixo comum, bem como o recolhimento desse tipo de material pelo prestador de serviço de coleta.

Parágrafo 1º - O descarte das latas poderá ser feita como sucata metálica desde que a tinta, verniz ou solvente que ainda tenha sobrado no recipiente esteja polimerizada (seca).

Parágrafo 2º Para o cumprimento do disposto nesta Lei, ficam as empresas que comercializam esse produto responsáveis por receber os recipientes de qualquer natureza, que contenham tinta, vernizes e solventes das marcas que comercializam e que lhes forem entregues pela população usuária, para o seu posterior recolhimento pelas empresas que os industrializem, importem ou distribuam.

#### SEÇÃO VII - DOS PROCEDIMENTOS DE DISPOSIÇÃO FINAL E DE LOGÍSTICA REVERSA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS

Art. 18º - Não poderão ser acondicionados aos resíduos sólidos domiciliares materiais explosivos ou tóxicos em geral, assim como pilhas, lâmpadas, baterias, tintas, solventes.

Parágrafo 1º A não disposição adequada pelas pessoas físicas ou jurídicas dos resíduos sólidos perigosos não isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

Art. 19º - Os derramamentos, vazamentos ou despejos acidentais de resíduos deverão ser comunicados, por qualquer dos responsáveis, imediatamente após o ocorrido, ao órgão de controle ambiental e de saúde pública competentes.

#### SEÇÃO IX - DAS PENALIDADES

Art. 20º - Com exceção dos consumidores, todos os sujeitos responsáveis pela realização da logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente informações sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 21º - Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos por ela estabelecidos ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos das autoridades administrativas competentes.

Art. 22º - Será disciplinado por decreto o devido processo administrativo, bem como órgão fiscalizadores e julgadores das penalidades a serem impostas por descumprimento, bem como, demais

omissões da presente lei.

Art. 23º - será também regulamentado por decreto a forma de penalização das empresas infratoras, bem como, valores pecuniários de multas além de eventuais redução.

Art. 24º - Os responsáveis pela fabricação, importação, distribuição e comercialização de produtos geradores de resíduos sólidos perigosos no teor desta lei, terão 180 dias para se adequarem a nova legislação municipal, após publicação da mesma, sendo que logo após esse prazo inicia-se a vigência da mesma.

Art. 25º Esta Lei entra em vigor após 180 dias de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
16 de Setembro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal



# Associações

## AMUREL

### **RESOLUÇÃO N. 006--2015**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2015

“ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DA JORNADA DE TRABALHO DOS EMPREGADOS DA AMUREL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Diretor Executivo da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, Celso Heidemann, no uso das suas atribuições conferidas pelo artigo 39, II do Estatuto da AMUREL, RESOLVE:

Art. 1º. Fica proibido o início da jornada de trabalho antes do horário previsto no contrato de trabalho de cada colaborador, bem como o trabalho em regime de hora extraordinária, salvo quando houver autorização formal e expressa por ofício ou e-mail do Diretor Executivo da Amurel.

Art. 2º. O descumprimento do disposto no artigo 1º desta Resolução implicará em falta disciplinar do empregado passível de punição, sendo a sua repetição considerada falta grave.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Tubarão (SC), 28 de setembro de 2015.

Celso Heidemann  
Secretário Executivo da Amurel



## Consórcios

### AGIR

#### **ATA Nº 029 DE 31.08.2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO - AGIR**

ATA Nº 029/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR REALIZADA EM BLUMENAU/SC.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 14 horas, de acordo com a convocação publicada no site da AGIR, no mural da AMMVI em doze de agosto de dois mil e quinze, enviada por e-mail no dia treze de agosto de dois mil e quinze, e conforme agendada na ata nº 028/2015, reuniu-se o Comitê de Regulação da AGIR, na sala de reuniões da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. A reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros Titulares: Anísio Fantini, Valdete Korz Marques, Gustavo D. Zettermann, Heverson Thrun, Maria de Fátima Martins, Ricardo Alexandre da Silva e Sandra A. A. Oliveira; e dos Conselheiros Suplentes: Guilherme Schmidt Pimentel e Jonas Luiz de Lima; da senhora Vanessa Fernanda Schmitt – Diretora Administrativa da AGIR, senhor Ricardo Hübner – Diretor Técnico da AGIR, senhor Luciano Gabriel Henning – Assessor Jurídico da AGIR, senhora Ana Claudia Hafemann – Agente Administrativa da AGIR, senhor Caio Barbosa de Carulice – Agente Administrativo Técnico da AGIR, senhor Vitor Zanella Junior – Ouvidor da AGIR e da senhora Giovana Peron – Estagiária da AGIR. Os trabalhos da Reunião Ordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados pela Presidente, a senhora Maria de Fátima Martins que cumprimentou a todos os presentes e, com a concordância de todos nomeou a senhora Ana Claudia Hafemann para secretariar os trabalhos. Em seguida foi apresentada a Ordem do Dia, qual seja: 1 – Leitura e aprovação da ata anterior; 2 – Relatório Ouvidoria; 3 – Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos; 4 – Fluxograma das penalidades aplicáveis; 5 – Apresentação do relatório de fiscalização; 6 – Assuntos gerais. Em ato seguinte, referente à aprovação da ata da reunião anterior (item 1), a Presidente do Comitê de Regulação, a senhora Maria de Fátima Martins solicitou que a senhora Ana Claudia Hafemann fizesse a leitura da ata e em razão de não ter havido manifestação acerca do relatado, considerou-se a mesma aprovada. Prosseguindo ao item 2 – Relatório Ouvidoria, a senhora Maria de Fátima Martins passou a palavra ao senhor Vitor Zanella Junior, que apresentou a situação dos Procedimentos de Ouvidoria em andamento, iniciando com o Procedimento de Ouvidoria nº 017/2015 (Reclamação de falta de coleta de lixo pela Recicle em Brusque); nº 018/2015 (Análise de conformidade das faturas de cobranças dos serviços de saneamento básico com as Resoluções Normativas da AGIR); nº 019/2015 (Reclamação do valor e consumo de água faturados na fatura ref. 05-2015 - CDC 23240, do SAMAE Blumenau) e nº 020/2015 (Reclamação de extravasamento de esgoto na Rua Murici nº 92, Garcia, Blumenau). Complementou informando o resultado da enquête realizada no site da AGIR acerca da utilização da ouvidoria, e apresentou a nova enquête que questiona sobre os valores dos serviços de saneamento prestados. Na sequência, apresentou o resultado do projeto “A AGIR quer ouvir você!” realizado no município de Apiúna, e informou sobre a apresentação da AGIR feita aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB. No próximo item, número 3 – Relatório de Procedimentos Administrativos e Técnicos, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt fez a apresentação da situação dos Procedimentos Administrativos em andamento e respectivas movimentações durante o período de vinte e oito de julho até trinta e um de agosto,

iniciando com o Procedimento Administrativo nº 009/2015 (Apuuração de diferenças no fechamento contábil relativas a saldo de contas a receber dos serviços públicos de esgotamento sanitário no município de Blumenau/SC), informou que realizou-se uma reunião envolvendo AGIR, SAMAE Blumenau e Odebrecht acerca do tema; nº 010/2015 (Apreciação do pedido de criação de tarifa social de abastecimento de água, intitulada Hospital Social, para os hospitais filantrópicos que prestem no mínimo 50% dos atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Blumenau/SC), observou que as partes já manifestaram-se sobre o tema, e nº 011/2015 (Análise regulatória de implantação de procedimento para a aplicação de bandeiras tarifárias aos serviços públicos de saneamento básico nos municípios regulados pela AGIR), destacou que enviou solicitação de documentação às autarquias. Neste momento a senhora Vanessa Fernanda Schmitt também apresentou aos presentes a nova estagiária da AGIR, senhora Giovana Peron. Em continuidade, a senhora Maria de Fátima Martins passou a palavra ao Diretor Técnico da AGIR, senhor Ricardo Hübner que discorreu sobre o Procedimento Técnico nº 001/2015 (Contaminação Ribeirão Garcia ETA III SAMAE Blumenau), destacando que a AGIR entrou em contato com a FATMA para averiguação da aplicação de multa, e que o SAMAE tomará as devidas precauções para que outros acidentes não ocorram; nº 002/2015 (Coleta seletiva do resíduo reciclável - SAMAE Blumenau), observou que ainda não houve manifestação da autarquia. Prosseguindo, a senhora Maria de Fátima Martins iniciou o item 4 da pauta – Fluxograma de penalidades aplicáveis. Passada a palavra ao Assessor Jurídico da AGIR, senhor Luciano Gabriel Henning, este apresentou o Fluxograma para a Resolução Normativa nº 003/2013. Houve uma breve discussão entre os presentes sobre pesquisa e custo de desaguamento e secagem de lodo, e questionou-se a criação ou utilização de um consórcio preexistente para o tratamento destes resíduos. Prosseguindo, a Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, a senhora Maria de Fátima Martins, iniciou o item 5 da pauta – Apresentação do relatório de fiscalização. Passando a palavra ao senhor Ricardo Hübner, que discorreu sobre as inconformidades encontradas nas estações de tratamento do município de Brusque. Em assuntos gerais (item 6), a Presidente do Comitê de Regulação, senhora Maria de Fátima Martins lembrou a todos sobre o Edital para convocação de conselheiros para o Comitê de Regulação da AGIR para três vagas como titulares (sendo uma vaga indicada pela AGIR, uma pelos usuários e uma pelos prestadores) e três vagas para suplentes (sendo uma vaga indicada pelos usuários e duas vagas indicadas pelos prestadores) cujo prazo é até o dia dez de setembro de dois mil e quinze. Em continuidade, solicitou a presença do senhor André Domingos Goetzinger – Agente Administrativo da AGIR e do senhor Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR na próxima reunião para discorrerem sobre a visita técnica à Alemanha. Em discussão entre os conselheiros presentes, ficou decidido que na próxima reunião um relatório de fiscalização de Sistema de Abastecimento de Água – SAA da CASAN de algum município consorciado será apresentado, e que um representante da AMMVI participará para tratar sobre os Planos de Saneamento Básico dos municípios. Ainda requereu o Comitê que seja marcada uma reunião com o senhor José Rafael Corrêa, para verificar qual a disponibilidade da AMMVI para assessorar os municípios do Médio Vale do Itajaí na revisão dos Planos de Saneamento Básico. A senhora Vanessa Fernanda Schmitt citou também os outros dois novos estagiários da AGIR, senhor Raphael Santos Machado e senhora Jennifer Thayse Geisler. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente do Comitê de Regulação, a senhora Maria de Fátima Martins agradeceu a presença de todos os Conselheiros e demais presentes e deu por

encerrado os trabalhos desta reunião ordinária, determinando que eu, Ana Claudia Hafemann, secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS ANA CLAUDIA HAFEMANN  
Presidente do Comitê de Regulação Agente Administrativa da AGIR e Secretária "ad hoc"

#### **ATA Nº 042 DE 26.06.2015 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGIR**

ATA Nº 042/2015, DE 26 DE JUNHO DE 2015 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição no 1.761, Página 613, de 12.06.2015, no site e no mural da AGIR, reuniram-se no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, Estado de Santa Catarina, às oito horas e trinta minutos em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação, a mesma foi aberta às nove horas em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Hartwig Persuhn, Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Doutor Pedrinho/SC, em razão da ausência justificada do Presidente e Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, para assumir os trabalhos. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhora Ana Claudia Hafemann – Agente Administrativa da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Nicanor Morro, Prefeito do Município de Apiúna; senhor Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo; senhor Sergio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial; senhora Maria de Fátima Martins, Procuradora do Município de Acurra e representando o senhor Moacir Polidoro, Prefeito do Município de Acurra; senhor Paulo Eduardo de Oliveira Costa, Secretário de Gestão Governamental do Município de Blumenau e representando o senhor Napoleão Bernardes Neto, Prefeito do Município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi, Prefeito do Município de Botuverá; senhor Matias Kohler, Prefeito do Município de Guabiruba; senhor Jair Conrado Klebber, Secretário de Governo do Município de Pomerode e representando o senhor Rolf Nicolodelli, Prefeito do Município de Pomerode e do senhor Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio, além de demais interessados, conforme a lista de presença anexa. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 – Viagem de delegação à Alemanha "Desenvolvimento de modelos de sistemas de taxas socialmente sustentáveis para uma economia circular com cobertura de custos em regiões específicas do Vale do Itajaí em Santa Catarina, Brasil"; 3 – Resultado fiscalizações 1º semestre de 2015; 4 – Trabalhos ABAR; 5 – Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, em razão da impossibilidade de comparecimento do senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros, o senhor Hartwig Persuhn, Tesoureiro desta Diretoria Executiva, agradeceu a presença de todos e cumprimentou os presentes. Após, o senhor Hartwig Persuhn prosseguiu diretamente ao item 1 da pauta (Leitura e Aprovação da Ata Anterior), a qual teve sua leitura dispensada em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia 01.06.2015, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos a respeito do item 2 (Viagem de delegação à Alemanha "Desenvolvimento de modelos de sistemas de taxas socialmente sustentáveis para uma economia circular com cobertura de custos em regiões específicas do Vale do Itajaí em Santa Catarina, Brasil"), o senhor Hartwig Persuhn passou a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold,

Diretor Geral da AGIR, que comentou sobre o convite recebido pelo mesmo e pelo senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros, para comporem a comitiva que participará da viagem técnica oportunizada por empresa alemã parceira do projeto, durante os dias vinte e um e trinta e um de agosto de dois mil e quinze na Alemanha. E igualmente ao servidor da AGIR também convidado, o senhor André Domingos Goetzinger durante o período de quinze a trinta e um de agosto de dois mil e quinze, onde o mesmo irá participar de um estágio técnico na área de resíduos sólidos denominado "Desenvolvimento de modelos de sistemas de cobranças socialmente sustentáveis para uma economia circular com cobertura de custos". Observou acerca da necessidade de definição do valor das diárias para os representantes da AGIR, a serem utilizadas nos dias referentes ao traslado Brasil-Alemanha e Alemanha-Brasil e, aos finais de semana, destacou ainda que os demais dias de atividades serão custeados pela empresa anfitriã. Em discussão, ficou aprovado pelos prefeitos presentes que seria estabelecido o mesmo valor de diária a ser aprovado aos integrantes representantes da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI e que a AGIR ficará responsável pelo pagamento das diárias do senhor Heinrich Luiz Pasold bem como as do senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e do servidor cedido André Domingos Goetzinger. Na sequência, o senhor Paulo Roberto Weiss sugeriu aos presentes que representantes da comitiva apresentem ao poder legislativo dos municípios integrantes as razões e objetivos pretendidos com as visitas técnicas, ação que ficou sob responsabilidade da AMMVI. Pertinente ao item 3 (Resultado fiscalizações 1º semestre de 2015), o senhor Hartwig Persuhn passou a palavra ao senhor Ricardo Hübner, Diretor Técnico da AGIR, que apresentou uma síntese das fiscalizações do setor técnico da AGIR junto aos prestadores. Iniciou com informações sobre o cronograma realizado e em seguida, apresentou pontos de destaque observados pelos técnicos durante as visitas aos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA. Apontou que as fiscalizações programadas de 2015 verificaram os elementos principais dos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA (manancial, captação, adução, elevatórias, ETA's, reservatórios, almoxarifados e unidade de atendimento ao usuário), assim como o cumprimento do Cronograma de Melhorias e Correções das Não Conformidades propostos nos Relatórios de Fiscalização de 2014, publicados/disponíveis no site da AGIR, bem como encaminhados por ofício aos prestadores e responsáveis de cada município. Em seguida apresentou o cronograma de melhorias e correções proposto aos prestadores na primeira etapa de fiscalizações no ano de dois mil e quatorze, juntamente com os indicadores de acompanhamento. Do mesmo modo, indicou como estarão sendo apresentados os resultados das fiscalizações do ano de dois mil e quinze, sendo apresentados em cada município aos prefeitos, com participação dos respectivos departamentos de vigilância sanitária e secretarias municipais do meio ambiente. Em relação às propostas de trabalho e encaminhamentos, relatou que estão previstos o acompanhamento do cumprimento do novo cronograma de melhorias e correções de não conformidades; fiscalizações em sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário; elaboração de normativa para fiscalização em aterros sanitários, transbordos, triagem e recicláveis, coleta e limpeza urbana. Seguindo ao próximo item da pauta, item 4 (Trabalhos ABAR), o senhor Hartwig Persuhn passou a palavra a senhora Vanessa Fernanda Schmitt que realizou a apresentação dos três trabalhos técnicos elaborados por servidores da AGIR e que foram selecionados ao IX Congresso Brasileiro de Regulação da Associação Brasileira das Agências de Regulação – ABAR. Os trabalhos aprovados foram os seguintes: Título: Consórcios públicos como instâncias de regulação em saneamento, autores: Vanessa Fernanda Schmitt, André Domingos Goetzinger e Ana Claudia Hafemann; Título: Elaboração de um planejamento estratégico sob a ótica da regulação dos serviços públicos de saneamento básico, autores: Ana Claudia Hafemann; Título: Agências de regulação dos serviços públicos de saneamento básico: legitimidade para firmar termos de ajustamento de conduta e exigir seu

cumprimento, autor: Luciano Gabriel Henning. Comentou ainda que a participação da AGIR no Congresso através da instalação de estande com as agências de regulação Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), ainda está em negociação para a participação das três agências em um mesmo estande das agências reguladoras intermunicipais de saneamento básico. A senhora Vanessa Fernanda Schmitt complementou que a participação da AGIR no referido congresso, evento realizado bienalmente, ocorrerá durante o período de dezessete a vinte de agosto de dois mil e quinze na cidade de Brasília-DF. Passando ao próximo item da pauta, em assuntos gerais, o senhor Hartwig Persuhn passou a palavra a senhora Vanessa Fernanda Schmitt que informou que o Relatório Anual de Atividades AGIR 2014 será encaminhado a cada prefeito, Câmara de Vereadores e Ministério Público para conhecimento das atividades realizadas durante o ano de dois mil e quatorze, do mesmo modo será publicado no site e redes sociais da Agência para fácil acesso ao material. Em continuidade, observou acerca das cobranças de taxas do consórcio público da AGIR, informando que seriam enviados os boletos referentes ao segundo semestre de dois mil e quinze. Alertou a todos que a partir do segundo semestre, para os pagamentos que forem realizados em atraso, ocorrerá a incidência de multa e juros às taxas de regulação, conforme previsto no Estatuto do Consórcio Público da AGIR, isto em razão de orientação do Tribunal de Contas do Estado, a fim de não caracterizar renúncia de receita. Na sequência, o senhor Hartwig Persuhn passou a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold, que apresentou comentários sobre a sua participação na XX Reunião da Câmara Técnica de Saneamento Básico da ABAR, que contou com o apoio da Agência Reguladora ARER-PCJ. Destacou o trabalho da Câmara Técnica junto ao Ministério das Cidades frente a definição do conjunto de variáveis a serem auditadas e certificadas quanto ao Sistema Nacional de Informações do Saneamento – SNIS. Informou que as agências de regulação irão ter que validar as informações a partir do ano de dois mil e dezesseis. Complementou, informando sobre a gestão e fiscalização dos planos municipais de saneamento básico – PMSB, que a AGIR está em processo de contratação de palestrante que irá abordar o tema dos PMSB a fim de auxiliar os municípios, orientando quanto a gestão e acompanhamento dos planos. A senhora Vanessa Fernanda Schmitt complementou alertando sobre a relação entre um plano municipal de saneamento básico e os investimentos necessários ao município na área. Atentou ao fato de que nos pedidos de reajustes e revisões pleiteados à AGIR são consideradas as previsões de investimento em relação aos PMSB para inclusão no cálculo das novas tarifas, onde é verificado o planejamento previsto para ampliações físicas, entre outros. Por fim, o senhor Heinrich Luiz Pasold, informou aos prefeitos presentes acerca do vencimento do segundo período de férias da senhora Vanessa Fernanda Schmitt, solicitando a venda de dez dias a que possui por direito. Em votação, a solicitação deferida por unanimidade. Ainda, o senhor Heinrich Luiz Pasold sugeriu aos prefeitos presentes, a fim de agilizar a duração das assembleias gerais, incluir as pautas referentes aos três consórcios que atualmente realizam suas assembleias individualmente e em sequência, para um modelo que incluía as reuniões também em sequência, no entanto com um período menor e realizadas durante um tempo definido para os três consórcios. Complementou argumentando que assim, seria possível tornar as reuniões mais ágeis e proporcionar maior quórum dos prefeitos consorciados. Em discussão, decidiu-se que os horários acerca das assembleias estavam na pauta da assembleia da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI e seriam definidos novos horários que viabilizassem a todos os prefeitos, consórcios e Associação de Municípios. Nada mais havendo para ser tratado, o Tesoureiro da Diretoria Executiva, senhor Hartwig Persuhn, agradeceu a presença de todos encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, e determinando que eu, Ana Claudia Hafemann, secretária “ad hoc”, lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Tesoureiro, será assinada e publicada nos termos

estatutários.

HARTWIG PERSUHN

Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

ANA CLAUDIA HAFEMANN

Secretária “ad hoc”  
Agente Administrativa da AGIR.

## **ATA Nº 043 DE 23.07.2015 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGIR**

ATA Nº 043/2015, DE 23 DE JULHO DE 2015 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição no 1.780, Página 765, de 09.07.2015, no site e no mural da AGIR, reuniram-se no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, Estado de Santa Catarina, às treze horas e trinta minutos em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação, a mesma foi aberta às quatorze horas em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros para assumir os trabalhos. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhora Ana Claudia Hafemann – Agente Administrativa da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Roberto Pedro Prudêncio Neto, Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Brusque; senhor Hartwig Persuhn, Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Doutor Pedrinho; senhor Nicanor Morro, Prefeito do Município de Apiúna; senhor Sergio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial; senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do Município de Gaspar; senhor Matias Kohler, Prefeito do Município de Guabiruba; senhor Rolf Nicolodelli, Prefeito do Município de Pomerode; senhor Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio; senhor Laércio Schuster Júnior, Prefeito do Município de Timbó e senhor Dario Tonolli, Vice-Prefeito, representando o senhor Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo, além de demais interessados, conforme a lista de presença anexa. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 – Apresentação do Relatório Anual de Atividades 2014; 3 – Ratificação do valor de diárias – Viagem Técnica Alemanha; 4 – Apresentação orçamento anual 2016; 5 – Transporte público municipal, 6 – Autorização Congresso ABAR; 7 – Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos o senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros, agradeceu a presença de todos e cumprimentou os presentes. Em continuidade, oficializou a posse do Vice-Presidente da Diretoria Executiva e Prefeito do Município de Brusque, o senhor Roberto Pedro Prudêncio Neto. Após, prosseguiu diretamente ao item 1 da pauta (Leitura e Aprovação da Ata Anterior), a qual teve sua leitura dispensada em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia 20.07.2015, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos a respeito do item 2 (Apresentação do Relatório Anual de Atividades 2014), o senhor Fernando Tomaselli passou a palavra a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, Diretora Administrativa da AGIR, esta realizou a apresentação do relatório destacando todos os itens que compuseram o conteúdo, tais como composição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AGIR, Comitê de Regulação, Fiscalizações, Prestação de Contas, entre outros temas. No próximo item, número 3 - Ratificação do valor de



diárias – Viagem Técnica Alemanha, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR passou a palavra a senhora Vanessa Fernanda Schmitt que comentou sobre o convite recebido pelo Diretor Geral da AGIR, senhor Heinrich Luiz Pasold e pelo senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros, para comporem a comitiva que participará da viagem técnica oportunizada por empresa alemã, durante os dias vinte e um e trinta e um de agosto de dois mil e quinze na Alemanha. E igualmente ao servidor da AGIR também convidado, o senhor André Domingos Goetzinger durante o período de quinze a trinta e um de agosto de dois mil e quinze, onde o mesmo irá participar de um estágio técnico na área de resíduos sólidos denominado “Desenvolvimento de modelos de sistemas de cobranças socialmente sustentáveis para uma economia circular com cobertura de custos”. Informou a todos os presentes que deliberou-se pela AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, o valor das diárias em R\$ 600,00 por dia a cada participante da AMMVI, a ser utilizado no traslado Brasil-Alemanha e Alemanha-Brasil e aos finais de semana durante o período da viagem. Quanto às diárias referentes ao Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, senhor Fernando Tomaselli, ao Diretor Geral da AGIR, senhor Heinrich Luiz Pasold e ao Agente Administrativo da AGIR, senhor André Domingos Goetzinger, deliberou-se na Assembleia Geral Ordinária da AGIR do dia vinte e seis de junho de dois mil e quinze, estando constando em ata que ficou aprovado pelos prefeitos presentes que à AGIR seria estabelecido o mesmo valor de diária a ser aprovado aos integrantes representantes da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI. Pertinente ao item 4 (Apresentação orçamento anual 2016), o senhor Fernando Tomaselli passou a palavra a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, que apresentou a todos os presentes, os valores relativos ao orçamento da AGIR para o ano de dois mil e dezesseis, bem como os valores a serem pagos por cada município consorciado e por seus prestadores. No relatório entregue a cada prefeito intitulado “Valor taxas por município/prestador – 2016”, constam indicadores e valores, tais como população; taxa de regulação de abastecimento de água, sendo calculado quatro centavos por habitante; taxa de regulação de esgotamento sanitário, sendo calculado quatro centavos por habitante; taxa de coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final de lixo, sendo calculado quatro centavos por habitante; valor total mensal relativo ao município e valor total mensal relativo ao prestador. Para total ciência foi entregue a cada prefeito uma relação com os valores individuais relativos ao seu município referente às taxas dos doze meses do próximo ano. Observou que para a elaboração deste próximo orçamento, foi utilizado o censo mais atualizado e gerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando a população estimada ao ano de dois mil e quatorze. Com expectativa de despesas e receitas no montante de um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais. Observou que a geração de déficit no orçamento poderá ser coberta pelo superávit dos exercícios de 2012/2013/2014/2015. Em apreciação dos prefeitos presentes, o orçamento para o ano de dois mil e dezesseis foi aprovado por unanimidade. Seguindo ao próximo item da pauta, item 5 (Transporte público municipal), o senhor Fernando Tomaselli passou a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR, que comentou acerca da contratação pela AGIR, de assessoria técnica especializada em regulação de transportes públicos. A contratação se refere a consultoria jurídica na elaboração de estudos para a implantação de regulação, controle e fiscalização de transportes públicos intramunicipais pertencentes aos municípios que integram o Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, modificação do Protocolo de Intenções, do Estatuto e do Regimento Interno do Consórcio Público da AGIR, sendo necessária a alteração do Protocolo de Intenções da AGIR, nas quatorze Câmaras Municipais dos municípios que compõem o Consórcio Público. Observou também que há a previsão do pagamento das taxas da regulação dos transportes públicos pelas empresas

prestadoras dos serviços, não gerando ônus aos municípios. No seguimento dos trabalhos a respeito do item 6 (Autorização Congresso ABAR), o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR passou a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold que relembrou sobre os três trabalhos técnicos elaborados por servidores da AGIR e que foram selecionados ao IX Congresso Brasileiro de Regulação da Associação Brasileira das Agências de Regulação – ABAR. Sendo eles: Título: Consórcios públicos como instâncias de regulação em saneamento, autores: Vanessa Fernanda Schmitt, André Domingos Goetzinger e Ana Claudia Hafemann; Título: Elaboração de um planejamento estratégico sob a ótica da regulação dos serviços públicos de saneamento básico, autores: Ana Claudia Hafemann; Título: Agências de regulação dos serviços públicos de saneamento básico: legitimidade para firmar termos de ajustamento de conduta e exigir seu cumprimento, autor: Luciano Gabriel Henning e Vanessa Fernanda Schmitt. Destacou ainda a relevância da participação de representantes da Agência. Diante disto, solicitou aos presentes a autorização para participação dos referidos servidores no Congresso da ABAR, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao próximo item da pauta, em assuntos gerais, o senhor Fernando Tomaselli passou a palavra a senhora Vanessa Fernanda Schmitt que informou que foram encaminhados os boletos de taxa de regulação da AGIR, referentes aos meses de julho à dezembro de dois mil e quinze, aos prefeitos e aos respectivos responsáveis pelos pagamentos, em cada prefeitura e prestador. Ressaltou que os referidos boletos serão encaminhados aos gabinetes de cada município e aos respectivos prestadores de serviço e que, conforme disposto no artigo 105 do Estatuto do Consórcio Público da AGIR, ocorrerá a incidência de juros, multa e atualização monetária nos pagamentos realizados após os respectivos vencimentos, conforme constam nos boletos encaminhados. E igualmente, conforme apresentado pela senhora Vanessa Fernanda Schmitt, informando sobre a incidência de juros, multa e correção monetária aplicados em cada município aos seus contribuintes inadimplentes. Desta forma, observou que a AGIR irá utilizar os mesmos valores para cada município respectivamente, no caso do não cumprimento de pagamento dos boletos das taxas de regulação da AGIR. Em continuidade, informou sobre parceria com a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS a fim de implantar um programa de treinamento de gestão dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB. Por fim, informou a todos os presentes da abertura de vagas para conselheiros do Comitê de Regulação da AGIR em função do vencimento dos prazos de alguns mandatos. Expôs que os membros do Comitê de Regulação devem ser indicados em número de 06 (seis) Conselheiros, sendo 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes, nos seguintes termos: 01 (um) Conselheiro Titular com indicação pelo Consórcio Público da AGIR; 02 (dois) Conselheiros indicados pelos Conselhos de Saneamento dos Municípios Consorciados à AGIR (ou outro conselho municipal com esta função – na condição de representantes dos Usuários), sendo que 01 (um) destes como Titular e 01 (um) Suplente, e por fim 03 (três) Conselheiros com indicação pelos Prestadores de Serviços de Saneamento Básico dos Municípios Consorciados à AGIR (na condição de representantes dos Prestadores), sendo que 01 (um) destes como Titular e 02 (dois) como Suplentes. Nesse sentido, solicitou aos prefeitos presentes o encaminhamento de indicações, caso possuam em seus municípios recomendações de membros para o Comitê, que possuam notória especialização e conhecimento técnico e demais requisitos dispostos no Edital de Convocação nº 001/2015 – Comitê de Regulação da AGIR. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente da Diretoria Executiva, senhor Fernando Tomaselli, agradeceu a presença de todos encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, e determinando que eu, Ana Claudia Hafemann, secretária “ad hoc”, lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

FERNANDO TOMASELLI  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR  
Prefeito de Rio dos Cedros/SC.

ANA CLAUDIA HAFEMANN  
Secretária "ad hoc"  
Agente Administrativa da AGIR.

### **CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR**

CONVOCAÇÃO COMITÊ DE REGULAÇÃO  
REUNIÃO ORDINÁRIA

MARIA DE FÁTIMA MARTINS, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, nomeado pelo Decreto nº 014/2014, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares

para a REUNIÃO ORDINÁRIA que se realizará no dia 26 de outubro, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466 - 1º piso, Sala de Reuniões da AMMVI, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Relatório Ouvidoria;
- 3 – Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos;
- 4 – Posse Conselheiros do Comitê de Regulação da AGIR;
- 5 – Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 02 de outubro de 2015.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Presidente do Comitê de Regulação  
(Decreto nº 014/2014)

---

## **CIGA**

---

### **EXTRATO CONTRATO - 449 - PGT - ARARANGUA**

Extrato de Contrato nº 449/2015  
Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária –Araranguá.

CONTRATANTE: Município de Araranguá.

CNPJ: 82.911.249/0001-13

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 280/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).  
VALOR: R\$ 1.165,00 ( Hum mil cento e sessenta e cinco reais ), totalizando R\$ 4.660,00

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 de Setembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **EXTRATO CONTRATO - 450 - PGT - RIQUEZA**

Extrato de Contrato nº 450/2015  
Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária –Riqueza.

CONTRATANTE: Município de Riqueza.

CNPJ: 95.988.309/0001-48

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 100/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais,

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

VALOR: R\$ 285,00 ( Duzentos e oitenta e cinco reais )

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 de Setembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **EXTRATO CONTRATO 447 - PGC -JARDINÓPOLIS**

Extrato de Contrato nº 447/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Jardimópolis

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Jardimópolis

CNPJ: 21.369.370/0001-70

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 003/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 235,00( Duzentos e trinta e cinco reais ) totalizando R\$ 940,00

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 01 de setembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO CONTRATO 451 - DOM -CHAPECÓ**

Extrato de Contrato nº 451/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Diário Oficial dos Municípios – Chapecó

CONTRATANTE: Município de Chapecó

CNPJ: 83.021.808/0001-82

CONTRATO Nº 514/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de CHAPECÓ no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 3.135,00 ( Três mil cento e trinta e cinco reais ) totalizando R\$ 12.540,00 .

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO CONTRATO 452 - PGC -LEOBERTO LEAL**

Extrato de Contrato nº 452/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Leoberto Leal

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Leoberto Leal

CNPJ: 82.924.390/0001-50

CONTRATO Nº: 001/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.280,00( Dois mil duzentos e oitenta reais )

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 14 de setembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO CONTRATO 453 - DOM -OTACÍLIO COSTA**

Extrato de Contrato nº 453/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Diário Oficial dos Municípios – Otacílio Costa

CONTRATANTE: Município de Otacílio Costa

CNPJ: 75.326.066/0001-75

CONTRATO Nº 116/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Otacílio Costa no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 500,00 ( Quinhentos reais ) totalizando R\$ 2.000,00 .

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 19 de agosto de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

---

**CIMCATARINA**

---

**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0020/2015 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0020/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Odontológicos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitibaanos, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira, durante o período de 01 de novembro de 2015 à 30 de abril de 2016.

JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 05/10/2015 até às 09:00 horas do dia 16/10/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 16/10/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 16/10/2015. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bl.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de outubro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2015 - PNEUS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Salto Veloso, durante o período de 02 de setembro de 2015 à 30 de setembro de 2015.

FORNECEDOR:

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3218.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 02.09.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0008/2015. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 02 de outubro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2015 - PNEUS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2015  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Salto Veloso, durante o período de 15 de setembro de 2015 à 30 de setembro de 2015.

FORNECEDOR:

MODELO PNEUS LTDA- Ata nº AT15CIMCATARINA3230.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 15.09.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0008/2015. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 02 de outubro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2015 - MATERIAIS AMBULATORIAIS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0013/2015  
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO

HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3232.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 17.09.2015 à 31.10.2015. PAL nº: 0016/2015. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0014.

Fraiburgo (SC), 02 de outubro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2015 - LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2015  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Leites e Suplementos Alimentares, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3231.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 17.09.2015 à 31.01.2016. PAL nº: 0018/2015. Pregão Eletrônico nº: 0014. Registro de Preços nº: 0015.

Fraiburgo (SC), 02 de outubro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3182;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3183;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3184;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3185;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3186;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3187;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3188;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3189;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3190;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3191;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3192;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3193;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3194;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3195;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3196;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3197;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3198;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3199;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3200;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3201;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3202;

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3203;

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3204;

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3205;

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3206;

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3207;

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº



AT15CIMCATARINA3208;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3209;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3210;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3211;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3212;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3213;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3214;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3215;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3216;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3217.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 02.09.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 02 de outubro de 2015.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

#### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Monte Carlo, Pinheiro Preto e Videira, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

##### **FORNECEDORES:**

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3222;  
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3223;  
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3224;

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3225;  
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3226;  
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3227;  
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3228;  
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3229.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 14.09.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 02 de outubro de 2015.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

#### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Caçador e Ibiam, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

##### **FORNECEDORES:**

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3219;  
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3220;  
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3221.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 08.09.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 02 de outubro de 2015.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

## **CIMVI**

#### **ATA 22ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CIMVI**

Ata da 22ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, 466, Velha, Município de Blumenau, às quatorze horas e trinta minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 22ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Sergio Almir dos

Santos, saudou os presentes e, constatando quórum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, Assuntos Gerais: a) Locação de sala para a Gestão de Turismo – a Presidente do Conselho Intermunicipal de Turismo do CIMVI encaminhou ao Presidente do CIMVI, ofício (01/2015), solicitando a locação de sala para a Gestão de Turismo tendo em vista que atualmente a mesma encontra-se sediada no Aterro Sanitário, local este que, conforme mencionado no ofício, não possibilita qualidade na gestão turística. O pleito restou indeferido por unanimidade. O município de Pomerode comprometeu-se, em caso de não ser encontrado local para a Gestão Turística do CIMVI, a disponibilizar espaço para tal. b) Rateio de Recursos para a Gestão de Cultura no

exercício de 2015 – restou deliberado por unanimidade que serão formalizados os contratos de rateio para o exercício de 2015 para a Gestão de Cultura do CIMVI, cujo orçamento fora aprovado na 18ª Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 10 de julho de 2014. Assim, fica estabelecido o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por município (Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó). O valor será adimplido em uma parcela para o mês de outubro de R\$ 1.666,00 (um mil e seiscentos e sessenta e seis reais) e duas parcelas, para os meses de novembro e dezembro, no valor de R\$ 1.667,00 (um mil e seiscentos e sessenta e sete reais) cada. c) Extensão de rede elétrica da Rua Tupiniquim – apresentou-se à Assembleia os projetos para extensão da rede elétrica da Rua Tupiniquim, os quais já se encontram aprovados junto às Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC. Por se tratar de rua pública, os projetos foram entregues ao Gerente

Regional da CELESC, a fim de que seja verificado a possibilidade de custeio da execução dos projetos pela Companhia. O gerente comprometeu-se em, tão logo, informar a posição da Companhia. d) Instituição e Regulamentação do Conselho Intermunicipal de Cultura e Turismo do CIMVI – informou-se à Assembleia que está sendo providenciada a instituição e regulamentação do Conselho Intermunicipal de Cultura e Turismo do CIMVI, do qual será baixada resolução e providenciada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Sergio Almir dos Santos, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Patricia Barbaresco, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

Sergio Almir dos Santos  
Presidente

Patricia Barbaresco  
Agente Administrativo

## CIS NORDESTE

### EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 18/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 18/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 33/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Contratada: MICROMED INFORMÁTICA LTDA (CNPJ 86.858.131/0001-20)

Objeto: Fornecimento pela CONTRATADA de licença de uso do produto WEKNOW, conforme especificações constantes no Anexo A do contrato, incluso serviços de instalação, treinamento, atualização e suporte técnico, consultoria, relação de cenários.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da

Lei nº 8.666/93.

Valor Global do Contrato: R\$ 5.375,00 (cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência: 01/08/2015 a 31/12/2015

Data do Contrato: 01 de agosto de 2015.

José Chaves  
Prefeito Municipal de Garuva  
Presidente do CISNORDESTE/  
SC  
CONTRATANTE

VILMAR ALCIDES BURGUESAN  
CONTRATADA

## CISAMA

### ATA ASSEMBLÉIA CISAMA 29 09 2015

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA – LAGES - 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e quinze, com início às nove e trinta horas, nas dependências da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, sito à rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Lages/SC, reuniram-se os prefeitos e vice-prefeitos abaixo relacionados, para tratarem da seguinte pauta: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; 2) Desenvolver Serra Catarinense: discussão e encaminhamentos quanto a coordenação do programa; 3) Resíduos Sólidos: a) Minuta do projeto de lei que institui a política municipal de resíduos sólidos; b) Solicitação de doação do veículo do PIGIRS para UDESC; c) Situação dos projetos para captação de recursos para ações do Plano; 4) Turismo: situação do Projeto de Infraestrutura Turística na Orla de Barra Grande; 5) Regularização de Cascalheiras: contratação de serviços de engenharia de minas; 6) Assistência Social: atuação do CISAMA em serviço sócio assistencial de alta complexidade nos demais municípios consorciados; 7) Infraestrutura: aprovação da proposta para aquisição de distribuidores de calcário; 8) Termo de Cooperação com Ministério Público no Programa Saúde Fiscal: discussão e encaminhamentos; 9) Orçamento anual do CISAMA para 2016 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária; 10) Assuntos Gerais. O Presidente do CISAMA, Edilson José de Souza, constatando a existência de quórum mínimo com a presença de prefeitos e/ou vice-prefeitos, deu início à Assembleia Geral Ordinária. Ato contínuo, solicitou ao Diretor Executivo Selênio Sartori que fizesse a leitura da ata da assembleia anterior, que foi aprovada por

unanimidade dos presentes. No segundo ponto de pauta sobre o Programa Desenvolver Serra Catarinense: discussão e encaminhamentos quanto a coordenação do programa, o Diretor iniciou colocando que trata-se de uma questão delicada com a qual se depa-rou pela primeira vez na vida profissional, que foi a situação de aposentadoria da Médica Veterinária coordenadora do Programa – Lúcia Padilha de Arruda Ide. Colocou que estar aposentada não significa que não possa continuar exercendo o cargo e a função, inclusive esta possibilidade está amparada em lei. O que necessário se faz é o afastamento (exoneração) até a homologação pelo Tribunal de Contas, podendo ser reintegrado. Segundo a contadora, este processo pode demorar até noventa dias no tribunal de contas. A médica veterinária Lúcia encaminhou a solicitação de aposentadoria e questionou se o seu afastamento seria temporário, se estaria aberta a possibilidade de mantermos o programa com outro profissional do Serviço de Inspeção Municipal temporariamente até seu retorno. O Diretor encaminhou como uma questão dada, pois se trata de aposentadoria, o que representa uma oportunidade de colocar sangue novo. A proposta do Diretor é que a responsável pelo SIM de Lages - Andressa Steffen, assuma a coordenação do Programa. A mesma possui mestrado na área de inspeção e atua como responsável por um estabelecimento de SIF, e assim, já se relaciona com o Ministério da Agricultura. Não é necessário perante os prefeitos justificar todo o trabalho realizado pela Lúcia na construção do SIM. Inclusive, o primeiro serviço de inspeção criado em 1994 na cidade de Lages foi feito por ela e, depois com a criação do SIM em todos os municípios, a sua regulamentação e a construção do Programa Desenvolver Serra Catarinense e na contratação e assessoria aos técnicos dos municípios. Destaca o Diretor que

encaminhou a questão de forma pragmática, talvez de forma insensível, mas no seu jeito de ser e de encaminhar a questão. Que se foi mal conduzida, a assembleia pode definir por outro encaminhamento como o de aguardar o prazo de homologação no TCE e reintegrar a Médica Veterinária Lúcia na coordenação do programa. Para fazer a rescisão e obter os direitos, para dar encaminhamento a aposentadoria, a exoneração precisava ser feita de qualquer forma, então o fato de ter exonerado para dar encaminhamento ao processo de aposentadoria não impede qualquer novo encaminhamento. O Presidente do Cisama fez algumas considerações a partir da conversa realizada com a Lúcia, sobre toda a caminhada e reconheceu a importância do trabalho. Como administrador se trata de um encaminhamento normal de aposentadoria, e como sacerdote aconselhou a Lúcia a se dedicar a família, que fica esquecida em função do trabalho. Terminou afirmando que em determinado momento vamos olhar para trás e vamos sentir vergonha de nossos atos ou orgulho do resultado. Passou a palavra para a Médica Veterinária Lúcia que iniciou colocando que as coisas acontecem de uma hora para outra e, talvez não estejamos preparados para falar e pensar. O que aconteceu é que deu entrada com pedido de revisão do tempo de contribuição ao INSS porque estava em discussão uma lei que ampliaria o tempo de contribuição em cinco anos. Para surpresa o processo de aposentadoria se deu de forma muito rápida e não tinha o entendimento da burocracia de homologação do processo no CISAMA. Não deseja parar de trabalhar, pretende continuar a atuar de alguma forma em inspeção e aproveitou a oportunidade para se colocar à disposição dos prefeitos. Destacou o fato de gostar de atuar na inspeção a qual dedicou sua vida profissional e acadêmica com dois mestrados na área. Relatou o prazer no desenvolvimento do trabalho junto aos municípios e agradeceu aos prefeitos pela acolhida e que na sequência encaminhará comunicado aos técnicos da decisão. O Presidente agradeceu e colocou como importantíssima a atuação da profissional no processo, na certeza que ajudará muito na caminhada através de consultoria técnica cuja possibilidade será analisada futuramente com os colegas prefeitos. Agradeceu de coração por todo período de trabalho e que os encaminhamentos serão tomados e a ajuda será bem-vinda. O prefeito Vânio perguntou porque ainda não saiu o SISBI do abatedouro de frango caipira. O Diretor destacou que uma das atividades importantes foi o intercâmbio realizado com o CONSAD em 2014, que depois dele, montamos a documentação com ajuda da Engenheira de Alimentos e protocolamos no MAPA em 26/11/2014. No último dia do mês de março tomamos ciência por telefone que o processo documental não estava aprovado. Reclamou da forma como o MAPA comunicou o indeferimento, depois de questionado, que não havíamos sido aprovados na auditoria documental. Faz-se necessário reencaminhar a documentação e novos estabelecimentos para auditoria, porque estabelecimentos construídos tijolo por tijolo com apoio do programa estão sendo cooptados pela CIDASC e saíram do programa. O Prefeito reiterou que o estabelecimento recebeu proposta para obtenção do SIE como aconteceu em dois dias a obtenção do SIE do estabelecimento de ovos de Correia Pinto. Há uma preocupação que logo mais os estabelecimentos vão nos abandonar e não teremos estabelecimentos para submeter a auditoria do MAPA. À Agroindústria Cajurú também foi ofertado o SIE e desta forma minando nosso processo. Segundo o Diretor, o SIM de Lages pode nos dar este e mais um estabelecimento para auditoria e adesão ao SISBI. Solicitou aos prefeitos que, em estando de acordo com o encaminhamento por ele tomado, autorizem a nomeação da Médica Veterinária Andressa Steffen Barbosa como coordenadora do programa. O Presidente do CISAMA solicitou informações sobre o currículo da profissional o que foi repassado pelo Diretor. A Vice-Prefeita Márcia de Bom Retiro perguntou sobre o tempo de dedicação da profissional e se a mesma se desligaria da Prefeitura Municipal de Lages. O Diretor explicou que ela se desligará da prefeitura, podendo continuar responsável pelo SIM de Lages através do Consórcio. A vice-prefeita de Rio Rufino destacou os benefícios do programa para os municípios desde 1999, cujo trabalho acompanhou desde o início e pediu pela

definição de um nome para dar continuidade ao programa. Colocado em discussão, foi aprovado pelos presentes a nomeação e contratação da Médica Veterinária Andressa Steffen Barbosa como coordenadora do programa Desenvolver Serra Catarinense. Ato contínuo o Diretor colocou a demanda dos municípios participantes do projeto de turismo (Vacaria, Esmeralda, Pinhal da Serra e Bom Jesus) em participar do programa de agroindústria. O ingresso de novos municípios depende de assembleia específica e foi aprovada a realização de visita aos municípios do Rio Grande do Sul na perspectiva do consórcio se tornar interestadual e não ter mais relação com a Instância Intermediária do SISBI. Dando prosseguimento à ordem do dia, foi apresentada a minuta do projeto de lei que institui a política municipal de resíduos sólidos e a minuta do projeto de lei para adesão dos Municípios ao Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS. Destacou que encerra em 2015 o prazo para que os municípios brasileiros aprovelem seus planos municipais de resíduos sólidos ou, como no caso da serra catarinense, de seu plano intermunicipal. Solicitou que o projeto de lei tenha origem no executivo municipal, pedindo que os prefeitos e vice-prefeitos consultem e deem o encaminhamento juntamente com o procurador(a) do seu município. Explicou que os procuradores estão ao par do assunto e contribuíram na elaboração das minutas que foram pauta em duas reuniões do Fórum de Procuradores da Amures. O Presidente do CISAMA solicitou que os documentos sejam enviados por meio digital para os procuradores e a Dra. Zenalda Vanin esclareceu que seguirá o anexo citado na minuta da política municipal de resíduos sólidos separadamente, pois trata do estabelecimento das sanções e penalidades. Na sequência o Diretor leu o ofício n. 33/15 do Departamento de Engenharia Ambiental do CAV/UDESC, cujo Chefe de Departamento, professor Valter Antônio Becegato solicita a transferência em definitivo do veículo modelo Voyage, placas MGL 0814 de propriedade do CISAMA para a UDESC/CAV. Explanou o Diretor que, quando da contratação da universidade para elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS, a mesma solicitou um veículo para o deslocamento aos 17 municípios. A demanda da UDESC justificou que o CISAMA buscasse junto a Energética Barra Grande – BAESA os recursos necessários para aquisição de um veículo. Através de licitação foi adquirido o referido bem e repassado à UDESC através de Termo de Cessão de Uso. Destacou que para além da elaboração do plano, a universidade está auxiliando na elaboração dos projetos para busca dos recursos necessários à implantação das ações previstas. Que recentemente foi elaborado um projeto de educação ambiental para os 17 municípios no tema dos resíduos sólidos e que as áreas onde serão implantadas as centrais de gerenciamento de resíduos e os aterros sanitários de pequeno porte, serão visitadas para levantamento do uso e capacidade do solo (sondagem) e licenciamento ambiental. Colocado em discussão, a assessoria jurídica destacou que no Contrato de Consórcio Público não está prevista a possibilidade de doação de bens móveis, sendo definido que esta questão seja objeto da próxima alteração do instrumento. Os presentes foram unânimes na proposta de renovação do termo de cessão de uso enquanto perdurar a relação de cooperação da UDESC e do CISAMA no que se refere ao objeto do programa que justificou a cessão do bem. Sobre a situação dos projetos para captação de recursos para ações do Plano, a Engenheira Sanitarista do CISAMA destacou a prioridade do CISAMA na elaboração dos projetos das cinco centrais regionais de gerenciamento de resíduos sólidos. A planta do barracão foi elaborada e os equipamentos para a central de triagem de até 20 toneladas/dia já foram orçados. O projeto está sendo elaborado segundo o “Manual de Orientações Técnicas para Elaboração de Propostas para o Programa de Resíduos Sólidos da FUNASA”. Segundo o Diretor o CISAMA está trabalhando na perspectiva do lançamento de editais para apoio à projetos de Resíduos Sólidos por parte da FUNASA e do Ministério das Cidades. A Engenheira Katinara Goedert destacou ainda o apoio do CISAMA na elaboração do projeto da central de triagem de Bocaina do Sul, cuja Prefeitura através de seus técnicos da área de projetos submeteu uma



proposta para o Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Ministério Público. Segundo o diretor do projeto de Bocaina do Sul passa a ser referência para os demais municípios consorciados e, motivou os prefeitos a buscarem recursos para implementação das centrais nos seus municípios. No quarto item de pauta, sobre a situação do Projeto de Infraestrutura Turística na Orla de Barra Grande, Selênio destacou os itens da cláusula suspensiva e os encaminhamentos a serem tomados. Primeiro, referente aos custos de elaboração dos projetos executivos das obras de infraestrutura que estão previstos no contrato com a CEF mas não podem ser acessados em função da cláusula suspensiva. A alternativa sugerida pelo CISAMA e viabilizada pela ADREL, foi a busca dos recursos da ordem de R\$ 29.598,52 junto a Secretaria de Estado de Turismo cujo despacho favorável através do ofício 1096/15/SEITEC/SOL do Secretário Felipe Mello foi lido. Outro ofício de número 1105/15/SEITEC/SOL informa a solicitação da liberação dos recursos junto ao Secretário de Estado da Fazenda. Foi definido pelos presentes a realização de audiência com o Deputado Gabriel Ribeiro para a incidência política junto à Secretaria da Fazenda para a liberação do recurso. Uma vez liberados, o CISAMA poderá contratar os projetos, segundo Termo de Referência já elaborado, com dispensa de licitação, o que agilizará o processo junto à CEF. Segundo, sobre a posse pública das áreas onde serão implantadas as estruturas previstas no projeto, informou que na reunião realizada em fevereiro pela ADREL com os municípios participantes do projeto, definiu-se que cada município com a orientação da ADREL e apoio do setor de geoprocessamento da AMURES, elaborariam os mapas com identificação das áreas. Até a presente data, somente os municípios de Campo Belo do Sul e Cerro Negro definiram suas áreas. O Prefeito de Campo Belo relatou que fez inclusive o melhoramento das estradas até próximo do local e visando dar prosseguimento protocolou a solicitação das referidas áreas junto à Energética Barra Grande. Foi definido que o município de Cerro Negro também protocole seu pedido junto à BAESA e que todos os demais municípios participantes sejam visitados pela ADREL e pelo CISAMA para dar encaminhamento às respectivas solicitações. Uma vez obtido o Termo de Permissão de Uso Gratuito pela BAESA, entende-se que a cláusula referente a posse pública será levantada. A terceira cláusula suspensiva diz respeito ao licenciamento ambiental, sendo que o Plano de Conservação Ambiental e Usos da Água e do Entorno do Reservatório – PCAU, prevê a implantação de infraestrutura turística, sendo necessária apenas a concordância do IBAMA. Finalmente, sobre o encaminhamento do projeto ao FUNTURISMO autorizado na assembleia passada, o Diretor Executivo da ADREL, César Lavoura informou por telefone que a proposta foi aprovada. Destacou que todos os projetos contratados pelo CISAMA e desenvolvidos pela Agência de Desenvolvimento da Região dos Lagos – ADREL fazem parte da concepção do “Parque dos Lagos” e, que a relação entre o CISAMA e a ADREL precisa ser institucionalizada através de Convênio ou Termo de Cooperação. No próximo item da pauta foi apresentada a situação da regularização das cascalheiras, conforme quadro resumo entregue aos prefeitos. O impasse ainda continua, sem a aprovação do PL 77 de março de 2015 pela Assembleia Legislativa. O PL deu entrada no dia 08/09 na Comissão de Finanças e Tributação. O Diretor informou que os municípios participantes do programa de cascalheiras estão aguardando a aprovação do PL e a pretendida isenção das taxas de licenciamento ambiental para dar prosseguimento aos processos de regularização. Sobre o contrato de prestação de serviços de engenharia de minas, o Diretor informou o seu encerramento no mês de agosto de 2015 e que o serviço poderá ter continuidade somente com recursos do orçamento de 2016, dependendo da aprovação dos Prefeitos. No sexto item da pauta, sobre Assistência Social: atuação do CISAMA em serviço sócio assistencial de alta complexidade nos demais municípios consorciados, o Assistente Social Lauro Francisco dos Santos fez um panorama nacional e estadual e apresentou o levantamento da situação dos Abrigos Institucionais da Região Serrana. Os serviços que executam acolhimento institucional são extremamente necessários e, muitas vezes, percebidos como a única saída para

determinadas situações. Nesse sentido, área de Assistência Social vem dando suporte técnico para que os municípios possam atender a Resolução Conjunta Nº 01, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS e do CONANDA, que aprovou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Relatou a situação do primeiro abrigo institucional que está implantando a gestão associada, com os municípios de Urubici e Rio Rufino e o CISAMA. Para tanto, foi elaborado com os técnicos dos municípios o Plano de Ação, a ser submetido ao Ministério Público até o dia 10 de outubro. Apresentou o projeto de adequação do espaço físico que deverá abrigar as crianças e adolescentes a partir de fevereiro de 2016. Na sequência destacou elementos da visita realizada ao abrigo institucional de Campo Belo do Sul a pedido do Prefeito por ocasião da última assembleia. O Diretor do CISAMA avaliou que a assessoria da área de assistência social do consórcio irá para além da gestão dos abrigos, que independente de ser associada ou não, carece de planejamento e integração a rede sócio assistencial. Lauro colocou que o objetivo nosso é adequar os Abrigos Institucionais dentro do que assegura a legislação Federal. A pedido do Prefeito de Otacílio Costa, foi antecipada na pauta, a discussão do orçamento anual do CISAMA para 2016 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária. A Contadora do CISAMA Valkyrie Vieira Fabre apresentou a proposta de orçamento anual do CISAMA para 2016 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária. Destacou as principais mudanças em relação ao orçamento de 2015 para que os prefeitos discutissem ponto a ponto e definissem pelas alterações e incorporação ou não das propostas ao orçamento. Após alguns esclarecimentos e discussão dos prefeitos ficou assim deliberado: Aprovado o reajuste salarial dos funcionários com base no Art. 37, inciso X, da CRFB que prevê a obrigação de revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices, no caso o INPC acumulado nos últimos doze meses, sendo votado e aprovado por unanimidade o reajuste salarial de 9,88% com vigência a partir de 01 de janeiro de 2016. O Prefeito Amarelido Gaio destacou que é uma incerteza o índice de correção e se haverá correção do Fundo de Participação dos Municípios, sendo legítimo o reajuste mas dependente da situação financeira dos municípios. Aprovação da ampliação do serviço sócio assistencial de alta complexidade para os demais municípios consorciados e manutenção da coordenação do programa com custo anual de R\$ 39.558,99 (trinta e nove mil quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos) que foi votado e aprovado por unanimidade dos presentes. Manutenção do serviço de engenharia para regularização de cascalheiras (Meio Ambiente) no orçamento 2016, que será utilizado mediante nova licitação, dentro dos limites da Lei 8.666/93, no valor de R\$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais) que foi votado e aprovado por unanimidade dos presentes. Ato contínuo, foi apresentada a proposta orçamentária do CISAMA para 2016, sendo votado e aprovado por unanimidade o Orçamento Geral do CISAMA para 2016 no valor de R\$ 638.024,43 (seiscentos e trinta e oito mil, vinte e quatro reais e quarenta e três centavos), sendo 637.998,43 de recurso de rateio e os demais valores provenientes de fixação de despesas para o FUNSERRA e demais projetos ainda sem contrato assinado pelo CISAMA, conforme planilhas apresentadas, provenientes de recursos a serem rateados entre os 18 municípios consorciados. Ficou aprovado por unanimidade novo critério de rateio entre os municípios, com fator 1 para municípios com até 50.000 habitantes, fator 1,5 para municípios com população entre 50.000 e 100.000 habitantes e fator 2 para municípios com população superior a 100.000 habitantes. Assim, os municípios menores se comprometem a incluir em sua Lei Orçamentária Anual o valor de R\$ 33.578,86 (trinta e três mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos) e, o Município de Lages, o valor de R\$ 67.157,73 (sessenta e sete mil cento e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos) para suportar as despesas com o CISAMA, a serem repassadas via modalidade de despesa 71 - Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio. Além do valor aprovado, ficou definido que R\$ 83.160,00 (oitenta e três mil cento

e sessenta reais) serão provenientes de recursos a serem rateados entre os municípios de Urubici e Rio Rufino para manutenção do Abrigo Institucional na proporção estabelecida pelo TAC. No sétimo item da ordem do dia foi comunicada a aprovação do projeto de infraestrutura para aquisição distribuidores de calcário para os 18 municípios. Os recursos na ordem de 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) serão provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário – Pronat com contrapartida de 88.300,00 (oitenta e oito mil e trezentos reais) do CISAMA, a serem rateados igualmente entre os 18 municípios do consórcio. No item sobre o Termo de Cooperação com MP no Programa Saúde Fiscal: discussão e encaminhamentos. Foi passada a palavra à assessora jurídica da AMURES, que lembrou aos presentes o termo de cooperação técnica firmado pelos Municípios com o Ministério Público no ano de 2014. Explicou o disposto no referido Termo e que dentre os assuntos do Termo está a instituição de julgamento de recursos em segundo grau através de conselhos de tributos. Assim, para que cada Município não tenha que instituir um Conselho Próprio, referido Conselho poderá ser instituído no âmbito do CISAMA. Inobstante o CISAMA ter dispositivo em seu contrato de consórcio público que trata de área de atuação em desenvolvimento econômico, para o Ministério Público, mister a aprovação em todos os Municípios da instituição do julgamento através de Conselho Intermunicipal de Tributos. Diante disto, os prefeitos ratificaram a aprovação que já haviam feito no âmbito da AMURES, no sentido de instituir o conselho e realizar o julgamento dos recursos no CISAMA e, autorizaram a elaboração de proposta de alteração do contrato de consórcio público para adequação da questão suscitada. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a presente ata, por mim lavrada e assinada pelos presentes. Lages (SC), 29 de setembro de 2015.

Edilson José de Souza Prefeito de Campo Belo do Sul brasileiro, solteiro, RG: 1.823.208 CPF: 610.553.529-53 Rua Major Teodósio Furtado, 30 Campo Belo do Sul/SC	Amarildo Luiz Gaio Prefeito de Urupema, brasileiro, casado, RG: 3.259.233-6 CPF: 479.034.819-91 Av. Manoel Pereira de Medeiros, 155 Urupema/SC
Luiz Carlos Xavier Prefeito de Otacílio Costa, brasileiro, casado, RG: 3.445.802-6 CPF: 023.513.209-80 Av. Vidal Ramos Júnior, 228 Otacílio Costa/SC	Vânio Forster Prefeito de Correia Pinto brasileiro, casado, RG: 1.824.028 CPF: 664.496.859-72 Avenida Duque de Caxias, 1569 Correia Pinto/SC
Sirlei Kley Varela Prefeita de Cerro Negro brasileira, viúva, RG 1.820.947-5 CPF: 540.875.209-78 Rua Orides Delfes Furtado, 739 Cerro Negro/SC	Sonia Cardoso Oselame Vice Prefeita de Rio Rufino Brasileira, casada CPF: 892.747.419-87 Rua João Oselame, 209 Rio Rufino/SC
Luiz Carlos Alves de Freitas Prefeito de Capão Alto brasileiro, casado, RG: 1.430.732-4 CPF: 436.492.979-49 Rua João Vieira de Oliveira, s/n Capão Alto/SC	Ivonir Fernandes da Silva Prefeito de Anita Garibaldi brasileiro, casado, RG: 882.986-1 CPF: 347.783.229-91 Praça Paulino Granzotto, 20 Anita Garibaldi/SC
José Valdori Hemkemaier Prefeito de Palmeira brasileiro, casado, RG: 515.5414-3 CPF: 464.164.559-00 Av. Roberto Henckmaier, 200 Palmeira/SC	Humberto Luiz Brighenti Prefeito de São Joaquim brasileiro, casado, RG: 254449 CPF: 207.450.010-68 Praça João Ribeiro, 01 São Joaquim/SC

Selênio Sartori Diretor Executivo do CISAMA, brasileiro, casado, RG: 1965.881-8 CPF 712.938.849-87 Av. Papa João XXIII, 1445 Lages/SC	Iraci Vieira de Souza Secretária Executiva, brasileira, Divorciada, RG: 2.827.016-9 CPF: 811.574.019-53 Rua: Teixeira de Freitas, 285 Lages/SC.
Neide Rodrigues da Silva Administradora do CISAMA RG: 1.47.227 CPF 021.223.189-88 Rua: João Cláudio Farinhas, 678 Lages/SC	Valkyrie Vieira Fabre Contadora do CISAMA RG: 2.896.383 CPF 015.975.299-07 Rua: Mariana Max, 90 Ibirama/SC
Márcia M. H. Fernandes Vice-Prefeita de Bom Retiro RG: 808.924 CPF 508.054.799-53 Avenida 24 de outubro , 715 Bom Retiro/SC	Katynara Goedert Engenheira Sanitarista do CISAMA RG: 4.274.786 CPF 051.815.949-30 Rua: Joaquim Nabuco, 335 Lages/SC